



*Fernando Canto*

**FORTALEZA DE  
SÃO JOSÉ DE MACAPÁ:  
VERTENTES DISCURSIVAS E  
AS CARTAS DOS CONSTRUTORES**

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

**293**

SENADO FEDERAL



## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

FERNANDO PIMENTEL CANTO nasceu em Óbidos (PA), nos anos 50. No início da década de 1960 sua família migrou para Macapá. Bacharelou-se em Sociologia pela Universidade Federal do Pará e trabalhou no extinto Território Federal do Amapá. Depois se transferiu para a UFPA, onde exerceu funções técnico-administrativas e de docência. Suas pesquisas e trabalhos acadêmicos são bastante ecléticos, mas enfocam basicamente a cultura popular do Amapá e a Fortaleza de São José de Macapá. Ganhou inúmeros prêmios literários, entre os quais o *I Concurso de Contos das Universidades do Norte* com o conto "O Bálsamo", em Belém, no ano de 1992. Esse conto integra seu primeiro livro do gênero e foi editado pela EDUFPA. Fernando Canto também é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, instituição na qual desenvolve suas atividades laborais, tendo implantado e dirigido a Editora e a Rádio Universitária da UNIFAP. O autor também é músico e compositor e há anos vem divulgando a música amazônica. Participa de várias instituições literárias, entre as quais a Academia Amapaense de Letras e a Academia Literária e Artística de Óbidos (PA). Participou de várias antologias de poesias e contos em São Paulo, Macapá e Belém.

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Quem observa a Fortaleza de São José de Macapá, imponente na paisagem urbana, completamente restaurada e utilizada hoje como museu, talvez nem possa imaginar a sua função colonial, o custo financeiro e a mão de obra empregada para erguê-la. No entanto, não será difícil entendê-la enquanto aparato militar de grande porte, que objetivamente serviu para marcar o território da colônia portuguesa na Amazônia e expulsar possíveis invasores. O festejado monumento histórico é um marco da presença colonial portuguesa na Amazônia. Enquanto imagem da gênese da ocupação da cidade de Macapá e símbolo do estado do Amapá, a Fortaleza constitui-se como representação simbólica em diversas áreas de atuação da sociedade, como a política, a religião, o comércio e os serviços de outras ordens, amplamente divulgadas pela mídia. A Fortaleza desenvolve nos amapaenses uma espécie de sentido de pertencimento bem expresso na produção literária contemporânea local, nas artes plásticas e visuais e nos discursos políticos.

Fortaleza de  
São José de Macapá

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

2º SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

3º SECRETÁRIO

Senador Weverton Rocha

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Jorginho Mello

Senadora Eliziane Gama

Senador Luiz do Carmo

Senador Zequinha Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Cachiollo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Eduardo Bueno

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Heloisa Starling

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Toni Carlos Pereira

Fernando Canto

# Fortaleza de São José de Macapá

Vertentes discursivas e as cartas dos construtores

Edições do Senado Federal  
vol. 293

Brasília, 2021

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 293

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2021

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.gov.br](mailto:cedit@senado.gov.br)

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

---

Canto, Fernando.

Fortaleza de São José de Macapá : vertentes discursivas e as cartas dos construtores / Fernando Canto. — Brasília : Senado Federal, 2021. 512 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 293)

ISBN: 978-65-5676-125-1

1. Fortificação, história, Macapá, Período Colonial (1500-1822). 2. Patrimônio cultural, Macapá. I. Título. II. Série.

CDD 355.7

---

Este trabalho é dedicado aos escravos, operários, soldados e engenheiros que, num tempo de dificuldades, em frente às ondas do Rio-Mar, ergueram a mais sólida fortaleza da Amazônia e pereceram sob o sonho da conquista colonial.



## APRESENTAÇÃO

Mesmo antes do início da colonização do Brasil, a Amazônia sempre foi palco de interesses internacionais. Em busca de supostos paraísos repletos de metais preciosos, espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses tentaram se estabelecer nesta área a partir do século XVI, erguendo diversas fortificações na região. Uma maioria significativa destas fortificações foram erguidas em madeira e terra, consequentemente perecíveis. Outras foram construídas em pedra, obedecendo a um critério mais rígido preconizado pela engenharia militar, como é o caso da Fortaleza de São José de Macapá.

A Fortaleza, memorial da história da aventura portuguesa no Rio das Amazonas, tombada em 22 de março de 1950 pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e elevado à categoria de museu em 2007, é símbolo indissociável da cidade de Macapá.

Na intersecção entre a Mairi que nos protege e a saga militar que visava a expansão da ocupação colonial portuguesa, constituiu-se um marco histórico e cultural que alimenta a identidade de todos os amapaenses.

A obra de Fernando Canto nos remete a um universo complexo de narrativas sobre a construção monumental, onde revelam-se conflitos intrínsecos dos representantes do poder imperial português e contendas desses com os negros e indígenas escravizados no destino desse empreendimento.

As múltiplas dimensões do impacto que o deslocamento de um aparato militar, com o objetivo de construir o Forte de São José de Macapá teve, sobre o pequeno núcleo colonial de açorianos e madeirenses, formado desde 1752, na Província do Grão Pará, são reveladas nas cartas e relatórios emitidos pelos seus construtores durante a edificação militar. Esses documentos, cuidadosamente analisados neste livro, não são apenas informes burocráticos sobre os acontecimentos, mas revelam costumes, comportamentos e a ideologia que moldaram a sociabilidade colonial, construída a ferro e fogo na Amazônia, apesar do discurso entre despótico e iluminista da chamada Era Pombalina.

Mendonça Furtado, que fundou Macapá como Vila, em 1758, também será o artífice da ideia de fortificar a entrada do rio Amazonas, por receio da ambição estrangeira na região. Muitas fortificações serão construídas ao longo do Amazonas no período pombalino para defender os interesses portugueses na Região, porém, rivalizando com essas iniciativas, potências europeias também irão construir fortes na região, defendendo posições que entendiam terem conquistado ao longo dos séculos<sup>1</sup>.

A obra da Fortaleza jamais será concluída, pois fora desprestigiada após a Morte de Dom José I e a correspondente queda de seu temível Marquês de Pombal. Será vista apenas como um dispêndio financeiro no reino de D. Maria I, que sucedera o pai e tinha profunda aversão à pessoa e aos projetos políticos de Pombal para Portugal. Assim, será inaugurada, ainda que inacabada, em 19 de março de 1782, dia de São José.

O projeto de engenharia militar da Era Pombalina para a foz do Amazonas estava correto em termos geopolíticos. Os acontecimentos do alvorecer do século XIX o demonstram. William Pitt, lendário primeiro-ministro de Sua Majestade Britânica, em um de seus últimos discursos no Parlamento inglês<sup>2</sup>(2) quando Napoleão travava sua disputa imperial em terra e mar contra o Império Inglês, assim orientava possível resposta de seu país na costa brasileira, caso a Coroa Portuguesa vacilasse na aliança histórica com os ingleses:

“Isto suposto, logo que todas as potências, unidas à França brigam com a Inglaterra, restam a Inglaterra recursos mais certos; e é colocar o PRÍNCIPE DO BRASIL na América; e quando Ele ignorante de seus verdadeiros Interesses, ou corrompido pelas Proposições pacíficas da Perfídia Francesa, não anuir às proposições da Inglaterra, esta fará dois desembarques, ou invasões súbitas, e formidáveis naquela Península, uma no Centro do Brasil, outra no Pará: uma da parte Nascente, outra da parte do Poente, naquela parte mais oportuna para a manutenção do Trono.” (Pitt, William.

---

1 Lorimer, Joyce. *English and Irish Settlement of the River Amazon. 1546-1646*. Londres, Hakluyt Society, 1990.

2 Pitt, William. *Discurso do Imortal Guilherme Pitt. Mandado Imprimir por Hum Apaixonado da Nação*. Lisboa, Impressão Régia, 1809.

Discurso do Imortal Guilherme Pitt. Mandado Imprimir por Hum Apaixonado da Nação. Lisboa, Impressão Régia, 1809).

Vários infortúnios afligiram seus construtores, isolados em um ambiente tropical para eles adverso e inóspito, como pode ser inferido do drama relatado pelo principal engenheiro da obra, Henrique Antônio Gallúcio que, anos antes do início da construção, já havia participado dos estudos para a identificação do local da futura fortaleza. O engenheiro militar encantou-se com aquele local, próximo da linha do equador, onde podia fazer cálculos astronômicos dos eclipses solares e lunares.

Porém, mesmo com essas adversidades, não se pode desconhecer que essa obra foi responsável por um inédito impulso à dinâmica econômica da região, perfeitamente descritos no desenvolvimento institucional e político necessários para a prosperidade e a consolidação da Vila de Macapá. Tão marcante que, desde então, Macapá tornou-se o principal centro urbano da foz esquerda do Amazonas. Por tudo isto, esta fortificação tem especial valor para a compreensão da formação e da identidade da população regional.

A despeito dos ataques decorrentes dos agentes naturais ao longo da sua longa existência, a fortaleza resistiu, cumpriu o seu papel de guardião do espaço a ela confiado, tendo papel fundamental na consolidação e manutenção da extensão territorial do Brasil, sobretudo na Região Amazônica.

Ao nos resgatar para o universo da memória, lugar de inclusão e reconhecimento de todas as narrativas – Mimesis -, Fernando Canto ilumina caminhos e restitui os sentidos de pertencimento que podem nos fazer, no futuro, uma sociedade mais coesa e justa.

Convido os leitores a retornarem no tempo através deste livro para acompanharem a saga da construção da Fortaleza de São José de Macapá, patrimônio maior do meu querido Amapá.

Boa leitura!

*Macapá, 17 de abril de 2021.*

*Randolfe Rodrigues  
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal*



## AGRADECIMENTOS

Externo minha gratidão a todos os que colaboraram para que este trabalho se concretizasse:

À minha esposa Sônia Canto, pela força e compreensão de sempre;

Ao professor Yurgel Caldas, pelas orientações;

Aos professores José Carlos Tavares e Cláudia Chelala, pelo incentivo;

Ao senador Randolfe Rodrigues, pela sua sensibilidade à história do Amapá.



*“Não sou eu quem falo, mas o meu disfarce”.*  
(Maud Mannoni)



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fortaleza de São José de Macapá	43
Figura 2: Planta da Vila de São José de Macapá	103
Figura 3: Mirante da Fortaleza de São José de Macapá	109
Figura 4: “Lugar Bonito”	121
Figura 5: Capa do Kirigami da Revista Caras	127
Figura 6: Doca da Fortaleza de São José de Macapá	131
Figura 7: Doca da Fortaleza de São José de Macapá	142
Figura 8: Doca da Fortaleza de São José de Macapá	143
Figura 9: Postal comemorativo. Macapá, 2008	149
Figura 10: Bandeira do Estado do Amapá	183



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. O CONTEXTO HISTÓRICO, LITERÁRIO E MÍTICO: DO DESTERRO E DA MORTE DOS CONSTRUTORES	37
1.1 Personagens de um Romance Não-escrito	37
1.1.1 <i>O cenário da construção da fortaleza</i>	41
1.1.2 <i>Do exílio voluntário à morte</i>	46
1.1.3 <i>As cartas de Gallucio: romance, desterro e olhar do viajante</i>	58
1.1.4 <i>O engenheiro erudito</i>	66
1.2 O Iluminismo de Pombal	70
1.3 Presença dos Construtores Estrangeiros na Amazônia Colonial	73
1.3.1 <i>O palimpsesto arquitetônico da defesa</i>	80
1.3.2 <i>A obra inacabada</i>	91
2. EXTERIORIDADE, IMAGÉTICA E A PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL: UM RIO DE DISCURSOS	95
2.1 Da gênese da ocupação aos planos urbanos	96
2.2 Patrimônio, imagem e paisagem urbana	100
2.3 A dinâmica do espaço urbano	103
2.4 Transformações, permanências e memórias	117
2.5 A mídia como instrumento de consolidação do espaço político sobre o espaço público	121
2.6 A paisagem e a produção simbólica das artes	129
2.6.1 <i>Paisagem transportada na tela de R. Peixe</i>	131
2.6.2 <i>A tela: representação artística da paisagem</i>	132
2.6.3 <i>O ônfalo e o falo: relação simbiote</i>	137
2.6.4 <i>“O alquimista das cores” e a sociedade</i>	140
2.6.5 <i>A fotografia e a mão do artista</i>	144
2.7 A Diversidade de Expressões Artísticas	146
2.8 Textos em curso	151

3. DISCURSOS AO LONGO DE UM RIO	157
3.1 Heróis e degredados de uma história não contada: panegíricos, litanias, trabalho e morte	158
3.1.1 <i>Litanias</i>	167
3.1.2 <i>Laudatórias</i>	168
3.1.3 <i>Doenças e sofrimentos</i>	169
3.2 Discursos Imbricados na Floresta e no Rio: Palimpsesto e Mito	171
3.3 O discurso sobre a paisagem da fortaleza: história e literatura, produção e apropriação simbólica pelas artes e pela mídia	176
3.3.1 <i>Apropriação pela mídia política</i>	178
3.3.2 <i>A imagem apropriada por todos</i>	182
3.4 Transformações e memórias do espaço urbano	185
3.5 Discursos empedrados ao longo do tempo	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	197
SOBRE OS DOCUMENTOS DO PERÍODO DA CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	205
DOCUMENTOS ANEXOS	207

## INTRODUÇÃO

A Fortaleza de São José de Macapá sempre provocou em mim uma grande inquietação. Sua estrutura de pedra marcou decididamente meu tempo de criança e de adolescente, pois foi ao seu redor que comecei a compreender a cidade como um ser vivo, me banhando nas águas amarelas do Rio Amazonas. Dentro dela contemplei mais ainda a cidade do alto do mirante plantado no baluarte de Nossa Senhora da Conceição, em experiência inesquecível. Do lado de fora vi os barcos à vela aportados na velha Doca da Fortaleza, aterrada mais tarde numa das muitas modificações urbanas que o lugar sofreu, assim como acompanhei o andar dos trabalhadores que ali circulavam, com seus barulhentos carrinhos de mão. Ouvei os gritos dos meninos que vendiam sacolas ou jornais no Mercado Municipal, sons, volumes e cheiros diversos que caracterizavam a paisagem macapaense, lenta, na sua trajetória cotidiana, torrando ao calor do sol equatorial ou sendo fustigada pelas implacáveis tempestades de chuva e vento.

A essas memórias infantis se somou a curiosidade de entender mais sobre a fabulosa construção, que aprendera a ver como um lugar meio tenebroso, cheio de histórias e de castigos que os portugueses impunham aos escravos. Então parti para a decisão de escrever sobre a vida desses construtores, na intenção de misturar a vida real e a ficção, a partir dos relatos que eles deixaram escritos enquanto testemunhas da construção da fortificação.

Em janeiro de 1996 solicitei a transcrição atualizada dos documentos referentes à Fortaleza de São José de Macapá durante o período de sua ereção, existentes nos códices do Arquivo Público do Pará, e fui gentilmente atendido pelo paleógrafo Luiz Carlos de Lima Júnior. O paleógrafo me forneceu 407 documentos copiados de cerca de cem códices que contam o panorama da época em Macapá e arredores, que considero a área geográfica da pesquisa. O primeiro deles data de 1762 e o último,

de 1781. Em um ano e seis meses, Lima Júnior rastreou os códices e me entregou, em 18 volumes, os documentos que eu iria precisar para o trabalho. Entretanto, as contingências que encontrei alteraram meus planos para a escritura do texto.

Foi só em 2009 que consegui dar outro uso aos documentos. Após breve análise achei que poderia incluí-los em um processo de pesquisa sobre as transformações sofridas pela Fortaleza de São José de Macapá desde a época de sua inauguração; e sobre suas permanências e memórias, o que me levava a uma discussão que certamente não teria um bom resultado, devido à amplitude do tema e à dificuldade que enfrentaria no processo de análise dos resultados, visto que queria estabelecer uma conexão entre as cartas dos construtores e a literatura produzida na contemporaneidade sobre ela.

Antes, porém, de chegar aí, primeiramente me ative ao contexto social da época da construção como ponto de partida para a pesquisa, pois os documentos falavam de inúmeros assuntos, nem sempre relacionados à obra da fortificação. E dentro deles verifiquei que havia um romance não-escrito sobre a vida desses construtores-personagens. Não escrito por eles nem por ninguém. Havia dentro deles os elementos de um romance sobreposto a uma história verdadeira, real, com suas características do gênero da ficção literária. Na realidade eram textos escritos por homens, praticamente desterrados num ambiente que os levava a se inserirem em uma trama que o eu-observador, o eu-organizador cronológico, o autor teve que redescobrir.

Os textos tratavam de narrar os acontecimentos do dia a dia da construção, e neles estava implícito o discurso do colonizador, havia em seu contexto a missão de construir o edifício militar a fim de salvaguardar a Amazônia dos invasores estrangeiros. Os documentos falam da vila de Macapá, das dificuldades, dos roubos, das bebedeiras, dos adultérios e da morte; das demoras de remessa de material para a obra e das canoas que vêm do Marajó para abastecê-la; da morte de gado, da extração de pedras, da vinda de 200 pretos de Angola, das experiências de cozimento e secagem de tijolos. Há uma carta do senado da Câmara de Macapá que informa que a vila cada vez mais vai crescendo por causa da magnífica e Real obra da Fortificação. Muitas doenças grassam no lugar da

construção. Não há remédios eficazes, faltam lápis, pincéis, carmim e tinta da China (nanquim) para os riscos necessários à obra. Mas ao lado de tudo isso está o discurso que caracteriza a luta pelo poder entre as principais autoridades da vila e da obra da fortificação.

Ao pesquisar dados para o trabalho constatei que era muito grande o número de vezes que a fortaleza aparecia enquanto imagem na vida dos amapaenses. Telas, painéis artísticos, mitos indígenas, canções, poemas, romances, bandeiras, escudos e muitas outras formas de manifestação artística e midiática contemporâneas. Tudo isso são gêneros discursivos que se apresentam inerentes à obra, que a transformam em um ícone da cidade, na imagem representativa da vida amapaense e consequentemente na formação da identidade local: da cidade e de seus habitantes.

Para realizar a pesquisa tentei colocar o processo do discurso com base histórica, porém na perspectiva de enxergar o assunto através das lentes de novas evidências, contidas agora na agregação literária, artística e midiática sobre o monumento, que representa a cidade e a identidade do povo amapaense.

Enquanto eu lia e perscrutava as cartas dos construtores objetivando escrever um romance, ele já estava ali em frente a meus olhos, com suas personagens, no ambiente da construção da obra. Mas esta narrativa que ora faço também é um discurso porque traz a ideia da divulgação, do que incorporei realizando-a, sob diversos enfoques e categorias conceituais interessantes para a compreensão maior desse processo histórico e social ocorrido na Amazônia do século XVIII, com suas transformações, permanências e memórias. Nessa narrativa, tento evitar a difamação póstuma dos atores envolvidos, por saber que cada um deles, com suas verves específicas manifestadas e suas idiosincrasias particulares, foram significativos para a realização da obra, na história verdadeira na qual doaram suas próprias vidas.

Este preâmbulo me parece necessário para traçar a perspectiva de análise a respeito dos diferentes gêneros discursivos produzidos sobre a Fortaleza de São José de Macapá e seus desdobramentos. O objetivo geral está focado na análise desses discursos contidos na produção literária, artística e midiática sobre sua imagem e dimensão simbólica, mas também quer tratar de refletir sobre os aspectos discursivo-literários

das cartas dos construtores da fortificação e sobre o contexto histórico e social de Macapá no século XVIII. Realizar a leitura do espaço urbano da fortaleza e observar sua dinâmica e sua imagem enquanto elemento apropriado simbolicamente pelos setores públicos e privados da sociedade tem sua razão de ser porque o seu “topos” é a cidade. Para entender a cidade

se exige seguir um fio histórico, unindo pilares identitários do passado, singularidades do presente e vocações futuras. Requer, também, revelar as intrincadas e multifacetadas relações entre formas de perceber a cidade, ler suas fragilidades e soltar as velas dos seus potenciais.<sup>1</sup>

E por vê-la como um ser vivo, entendo que está em constante mutação, afinal ela é formada pelas pessoas e suas relações sociais, culturais, físicas e econômicas. Para compreender melhor o processo constitutivo da fortaleza, desde a sua concepção e construção, optei por interpretar e analisar as cartas dos construtores, estabelecendo uma conexão entre o contexto histórico da época e os discursos adstritos na produção literária, artística e imagética contemporânea.

Devo advertir nesta introdução que a pesquisa teve vários redirecionamentos, dada a complexidade dos assuntos que queria tratar para poder perceber melhor os simbolismos intrínsecos ao monumento, observando-se o seu papel histórico e os seus significados enquanto ícone social (símbolo imagético para a sociedade) da capital amapaense, ligando-os a essa representação.

Macapá, capital do Estado do Amapá, deve seu desenvolvimento à época da construção do edifício militar, a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo o histórico fornecido pela Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado

---

1 REIS, Ana Carla Fonseca. Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana. Economia e Cultura – Ideias e vivências. Publit. Rio de Janeiro, 2009. Pág. 201.

A Fortaleza de São José de Macapá foi erguida com o objetivo de assegurar a conquista de terras do norte da colônia brasileira. Ela integra uma cadeia de fortificações históricas construídas por Portugal, que passou a ocupá-la após o Tratado de Utrecht. O forte foi edificado em alvenaria de pedra e cal na margem esquerda do Rio Amazonas. A obra teve início em 1764, mas foi inaugurada ainda incompleta em 19 de março de 1782. Após um longo período, a instituição voltou a ser ocupada pelo comando da Guarda Territorial do Amapá.<sup>2</sup>

Por sua expressão arquitetônica e histórica no centro urbano de Macapá, objetivava-se, inicialmente, focar o objeto deste trabalho na análise da produção do seu espaço e do seu entorno, pois devido a sua projeção na paisagem da cidade, a fortificação também é considerada como um inquestionável produto histórico que subsistiu quase que totalmente intato por mais de duzentos anos. Foi local de diversas funções administrativas, desde a colônia ao Império, passando pelo governo do Território Federal e mais recentemente pelo Estado, quando foi restaurado novamente.

Mas foi só depois da releitura minuciosa dos documentos dos códices do Arquivo Público do Pará, desde o período que antecede a ereção do edifício, que resolvi redirecionar a pesquisa para a questão do discurso, da memória, das transformações e das permanências. Essas categorias estão presentes em todo o arcabouço ideológico de construção do espaço e da conquista de territórios visando a expansão mercantilista do reino de Portugal e o controle absoluto das terras da Amazônia. Todo um processo de mudança estaria sendo preparado pelo governo português bem antes de sua edificação, já que a região era amplamente disputada com outros países europeus desde o século XVII.<sup>3</sup>

---

2 Secretaria Estadual de Comunicação – SECOM, Governo do Estado do Amapá: 2009.

3 CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX) / Flávio dos Santos Gomes (organizador) Ed. da UFPA. Belém, 1999, Pág 129-193.

As condições que os colonizadores enfrentaram na maior parte da construção da fortificação ocorreram no reinado de D. José I (1750-1777), período em que Marquês de Pombal, Ministro do Reino, criava e determinava os projetos de Portugal. Enviou inclusive, em 1751, para governar a Província do Grão-Pará e Maranhão, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado.<sup>4</sup>

Citado por Baena, Mendonça Furtado, ao visitar Macapá pela primeira vez (1752) “tanto o enamorou a sua localidade que chegou a expressar em um dos seus ofícios para a Corte que aquela terra era um arremedo das Vilas de Cintra e Colares no Termo de Lisboa”<sup>5</sup>. Após voltar das expedições de demarcação das terras nos Rios Negro e Solimões, em 1758, o governador funda Macapá como vila e no ano seguinte volta à Corte para assumir o cargo de Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinhos. Antes, porém, ele sugere a ereção de uma fortificação em Macapá, tendo em vista sua preocupação com os franceses.<sup>6</sup>

A importância da Fortaleza São José de Macapá, aliás, reside na sua imponência e grandeza encravada na beira do rio e louvada nos dias de festas cívicas e no aniversário da cidade (dia 4 de fevereiro). Enquanto feito histórico diz-se que ela cumpriu a sua missão de resguardar a entrada do Rio Amazonas, apesar de nunca ter disparado um tiro de canhão, sequer, contra algum navio inimigo.<sup>7</sup>

Com o tempo e com as sucessivas restaurações e “revitalizações” tornou-se espécie de ícone da cidade. Sua forma de estrela de cinco pontas e a das guaritas (vigias onde se punham sentinelas) na extremidade dos baluartes (parte mais alta e aterrada de onde se tem a visão ampla de todas as direções) passou a ser ligada a inúmeras empresas comerciais e

---

4 *Idem.*

5 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. UFPA, Belém, 1969. Pág.60.

6 CAVALCANTI, Jarbas A. *Fortaleza de São José de Macapá* 1997. Belém, s. Ed. 1973. Pág.26-27.

7 *Idem.*

instituições culturais, numa sucessiva apropriação da imagem, também presente nas obras dos artistas amapaenses.

Considerá-la como gênese, mesmo tendo sido construída depois da colonização de Macapá por colonos açorianos e madeirenses que para cá vieram a partir de 1752<sup>8</sup>, significa dizer que a fortificação representou a constituição física da vila, tanto econômica quanto politicamente, pois sem a guarnição militar que ela abrigou durante parte da sua construção, é possível que Macapá não tivesse sobrevivido. As obras representaram a fixação da população e a formação política do lugar.

Durante a sua construção, as cartas e relatórios emitidos pelos seus construtores tornaram-se peças informativas de valor literário, não apenas pelo que indicam sobre a obra em si, mas pelos aspectos inerentes ao comportamento social de homens e mulheres que se tornaram rudes pelas circunstâncias, individualistas pelas necessidades e até, às vezes, sentimentais diante das injustiças e violências por eles experimentadas.

Esses documentos também falam de saudade da família, de pedidos de promoções, de listas de remédios mais usados para tentar sanar as doenças e também das preocupações com detalhes de figuras e medidas de pedra “que sobre a porta principal da Fortaleza deve conter uma daquelas inscrições que em semelhantes monumentos passam à memória de seus fundadores aos séculos futuros”.<sup>9</sup>

Nessas cartas, notadamente Henrique Gallucio, Henrique João Wilkens e João Geraldo de Gronsfeld (todos eles diretores da obra em construção) demonstram grandes conhecimentos sobre engenharia e sobre outras atividades culturais, como veremos adiante.

Assim, pode-se concordar com Leni Oliveira<sup>10</sup> que as fronteiras da cultura foram dilatadas e os espaços antes delimitados, sobretudo na li-

---

8 SILVA, José Manoel Azevedo. Açorianos e madeirenses no povoamento e colonização da Amazônia no tempo do Marquês de Pombal, in *as Ilhas e o Brasil*. CEHA/SRTC. Funchal, Madeira, 2000 Pág. 365-74.

9 Cód. 200, doc. 07, de 10.07.1769.

10 OLIVEIRA, Leni Nobre de. Cânone e vestibular: exclusão, eleição e recorrência no vestibular da UFMG. *Revista Em Tese*. Programa de pós-graduação em letras: estudos literários. FALE/UFMG, Belo Horizonte, ano 6, vol. 6, agosto de 2003.

teratura, perderam seus limites. Então a História da Amazônia se mescla no seu sentido interpretativo, a uma literatura real, escrita a sangue e sofrimento, com seus olhares diferenciados sobre a imensidão de terra que os portugueses não tinham a exata noção de possuírem. Independentemente do intento de fazer literatura, o que os construtores escreveram em suas cartas também é parte do discurso iluminista da época pombalina e reflete a experiência hegemônica dos conquistadores, que a ferro e fogo construíram a Fortaleza de São José.

Tais textos também podem ser vistos como elementos literários, que vão além dos meros relatórios que detalham os passos do avanço das obras da fortaleza ou como escritos que contam uma aventura não romanceada, onde cada carta é um pedaço da construção dessa memória.

Da mesma forma, a produção contemporânea da literatura local vem crescendo nos últimos anos e parte dela se volta para a Fortaleza de São José, vista como elemento dominador da paisagem da cidade que os autores interpretam artisticamente enquanto permanência urbana em suas criações. Na atualidade, os artistas de diversas áreas veem a edificação como o lócus da cultura amapaense.

Da dança dos grupos afrodescendentes a exposições fotográficas; das mostras de artes plásticas aos shows musicais; da poesia e da prosa literária, passando por mostras arqueológicas e de vídeos a palestras sobre arte e cultura, tudo passa por ela. Há também os *megashows* musicais em eventos comemorativos e tradicionais realizados em palcos montados em seu entorno.

A arte possibilita as reflexões acerca do cotidiano dos grupos sociais e pode ser analisada como microcosmo das relações de um dado espaço. Este espaço é a Fortaleza de São José de Macapá, que consiste em ser “uma das chaves para a compreensão das transformações e permanências, e uma das lentes para a percepção do denso emaranhamento dos processos de construção de identidades coletivas”.<sup>11</sup>

---

11 REIS, Glória. Memórias e cidades: espaços de vivências coletivas e temporalidades em movimento. In Nação e identidade: ensaios de literatura e crítica social. Magda Tolentino (Org.) São João Del-Rei, UFSJ, 2007, pag. 213.

A cidade de Macapá, como qualquer outra cidade amazônica de médio porte, tende a diluir a memória de seus habitantes por estar sempre em transformação, dado o seu crescimento desordenado, o alto índice de migração e as mudanças causadas pelas contingências do seu desenvolvimento urbano presente. Mas, considerando que a memória tenta decifrar o passado, ela fixa os sentidos e a identidade, permitindo a sociedade traçar suas origens e reconhecer suas permanências independentemente do tempo, assim como ela também possibilita o reencontro com o sentido de pertencimento e tem a capacidade de viver o hoje.

Assim surgem questionamentos como: o que a Fortaleza de Macapá representa para a sociedade macapaense, visto as múltiplas mudanças operadas nela e em seu entorno, e o que significam as expressões artísticas, literárias e midiáticas sobre ela? Ao lado desta pergunta uma questão norteadora: qual o significado dessas transformações e permanências e para quem elas são direcionadas?

É inevitável o surgimento de novas indagações paralelas porque suas variáveis trazem à tona um caleidoscópio de inquietações como saber, por exemplo, sobre a sua origem histórica e o discurso de ocupação; como é olhado o monumento (princípio da alteridade) pela sociedade; o seu sentido estético; como interpretar a sua permanência, sua continuidade, nesses dois séculos e; a que se deve tudo isso? As transformações e intervenções urbanas em seu redor se processaram por decisões políticas, pois ela é um monumento tombado e por isso a sociedade não interfere no contexto de sua permanência e de suas transformações.

Mas há, certamente, uma produção em que a referida obra militar está contextualizada e concretizada pela memória dos produtores artísticos e pelas ações do Poder Público. O Governo do Estado há tempos vem realizando sucessivas reformas e revitalizações na fortaleza no intuito de legitimá-la ainda mais como um verdadeiro ícone da cidade, inclusive com muitas inserções na mídia eletrônica.

A Fortaleza de Macapá, pela sua permanência no espaço e no tempo e pelo seu papel histórico, é um símbolo da cidade e ícone material e memorial da sociedade macapaense. As concepções literárias, artísticas e midiáticas expressas nos diversos discursos sobre ela, vinculadas ou não ao passado, são o resultado dessa relação que contribui para o

processo de formação da identidade local. Esse quadro se constitui meu objeto de pesquisa.

Tentar compreender a obra física e literária daqueles que construíram a Fortaleza de São José de Macapá, sob uma ótica atual, é um desafio no qual se merece acrescentar mais valores. Bakhtin afirma que o

autor e seus contemporâneos veem, compreendem e julgam, acima de tudo, o que está mais perto de sua atualidade presente. O autor é um prisioneiro de sua época, de sua contemporaneidade. Os tempos que lhe sucedem o libertam dessa prisão e a ciência literária tem vocação de contribuir para essa libertação.<sup>12</sup>

Desta forma, há uma necessidade de se observar o monumento, hoje, sob o olhar de uma memória coletiva, onde o artista, o escritor, o poeta fazem parte dela e suas obras representam seus sonhos e utopias, que através de suas sensibilidades “tem desejos de manutenção de valores e sentidos, alternativas de engajamento político ou de ativismo social”.<sup>13</sup>

Sobre isso Glória Reis ainda diz que

Referentes da identificação coletiva, as experiências vividas, as maneiras de ver, escrever, pintar, esculpir, pensar, falar, ouvir, fotografar, relatar, cantar, dançar e representar trazem, pois, informações essenciais sobre a vida no espaço urbano e tem caráter documental. Os artistas, testemunhos das dinâmicas da vida urbana, fazem parte do patrimônio humano da cidade e suas memórias são preciosos instrumentos de construção de identidades coletivas.<sup>14</sup>

Reis também vai mais além nessa perspectiva de ver nos artistas elementos que têm realidades abrangentes, que quando falam de suas lembranças adquirem “o direito de transitar por temas e períodos de sua

---

12 BAKHTIN: 1992, *apud* OLIVEIRA, Leni. *Op. Cit.* Pág. 117.

13 REIS, Glória. *Op. Cit.* Pág. 213-32

14 *Idem.* Pág. 218

própria vida e passam então a reler e valorizar a própria história”.<sup>15</sup> Ela afirma que se forem confrontados os depoimentos dos artistas com a análise “das articulações das circunstâncias encontradas na cidade”<sup>16</sup>, é possível decodificar uma série de elementos que fazem parte do modo de vida, dos hábitos, das estratificações sociais, assim como as tendências de transformações. Para ela

A estas análises, somam-se dados históricos e, então, entramos em contato com um passado narrado sob diversos olhares do presente e revelam-se modos de vida anteriores que, por sua vez, explicam situações do presente e nesse diálogo de informações é como se fizéssemos a leitura da cidade-documento. [...] Povoada de nomes e situações, a memória das pessoas é plena de significado e fonte inesgotável de informações. Cada olhar sobre determinado objeto revela novas referências, remete a diversos contextos e várias emoções tomam lugar. Através da voz de quem viveu determinada época em certo local, entramos em contato com modos de vida e pensamentos do período. Quem fala não é e nem se sente dono da verdade, mas seu depoimento é mais que um mero enunciado. Em uma história aparentemente individual, pode-se captar um significado coletivo, capaz de ir muito além dos limites das palavras. Para além da percepção individualizada, a memória ganha contornos coletivos, possibilita articular local e universal e espalhar a especificidade do genérico<sup>17</sup>.

A memória dessas pessoas e desses artistas representa uma espécie de esteio da identidade. Cada olhar contido em uma produção artística reflete uma experiência capaz de fornecer memórias sobre a história da cidade, com seus respectivos detalhes sobre o meu objeto de estudo que é a Fortaleza de São José de Macapá. Acredito que essas experiências individuais foram importantes para se conhecer melhor a fortificação

---

15 *Idem*. Pág. 219

16 *Idem*. Pág.219

17 *Ibidem*. Pág. 219-20

em relação ao meu objeto de pesquisa, que são os diferentes discursos sobre ela, desde a sua construção até a contemporaneidade.

Necessário se faz esboçar outros conceitos de memória e de identidade. Segundo Nacarato *et al.*<sup>18</sup>, o verbo “recordar”, de origem latina, em sua etimologia, é construído a partir do prefixo “re”, o movimento de “fazer novamente” e de “cordis”, que significa “coração”. Todavia, para os antigos romanos, “cordis” não era apenas um órgão físico vital; era o centro da alma e colocar algo de novo no centro da alma é trabalho mais denso e intenso que a repetição ou a reativação, seja porque o “de novo” retoma a experiência passada, seja porque esse retomar é sempre uma novidade.

Não concebemos a memória como um repositório do passado, um arquivo imóvel, mas, sim, como um trabalho constante do sujeito no tempo presente, flexível diante das vicissitudes e relações que este presente coloca, sujeito a intervenções conjuntas múltiplas, variável nas suas formas de produção, nos contextos em que se lembra, nos motivos pelos quais essas lembranças são reconstruídas.<sup>19</sup>

Os autores ensinam que o lembrado e o esquecido compõem uma experiência que é ao mesmo tempo individual e coletiva de forma a constituir o sujeito na medida em que “relembrar é identificar-se consigo e com o outro”. Para finalizar citam Ecléa Bosi que afirma que

A substância social da memória reside naquilo que em nós só pode existir pela relação com o outro, com a família, com o mundo do trabalho, com um tempo, com um lugar, com espaços socialmente constituídos

---

18 NACARATO, Adair Mendes *et al.* Pelos fios e tramas da memória: Entretecendo narrativas de si, do outro, de todos nós, *in* Memórias, histórias de vida e formação de professores. Revista Educação e Contemporaneidade. FAEEBA/UNEB, vol. 17, 2008. Pág. 177-8.

19 *Idem.* Pág. 178

dos quais participamos. Assim, lembrar é esforço e empenho na direção da construção de si.<sup>20</sup>

E, nessa lembrança, quando a Fortaleza de Macapá é considerada espaço de preservação e edificação da cidade que faz a vinculação com o passado, é preciso vê-la com suas significações que o levaram a ser um ícone. Suas memórias serão discutidas teoricamente nos capítulos seguintes. Apesar de ter surgido seis anos depois da fundação de Macapá (1758), a fortaleza é, como o disse antes, a gênese da formação da cidade, que ao longo de mais de dois séculos foi mudando o seu eixo de ocupação. Deve ser lembrado também o fato de ela ser hoje uma das “Sete Maravilhas do Brasil” como monumento, que irei discutir no primeiro capítulo.

Para fazer uma análise enfocando as características do que a fortaleza representa para as pessoas, é preciso pensar em uma nova dimensão no desenvolvimento dessas observações, porque assim se pode sentir como ocorreram as mudanças. Não exatamente num edifício que não sai do lugar, mas nas produções discursivo-ideológicas das pessoas que com o tempo mudam suas características.

Criar, então, um discurso literário/histórico/artístico/mítico e midiático sobre sua imagem, foi tarefa de todos aqueles que passaram por esse espaço, construindo contornos de uma identidade local, mesmo às pressões das diferenças, da alteridade e das diversidades culturais e ambientais.

Acredito que ao buscar a relação entre os insumos literários que os construtores da Fortaleza escreveram durante a sua ereção, e o que vem sendo produzido na atualidade, além de outras expressões e linguagens artísticas e comunicativas, poderei contribuir para o entendimento da identidade amapaense.

É preciso, portanto, considerar que a conquista da Amazônia pelos portugueses suscita uma história diversificada e rica em detalhes; que as fortificações por eles construídas são marcos de suas lutas pela expansão

---

20 BOSI, Ecléa. *Apud* NACARATO, Adair Mendes. *et al. Op. Cit.* Pág.178

das fronteiras, e que no bojo de tudo isso está a Fortaleza de São José de Macapá, na qual inúmeros olhares se fixaram e se desvaneceram pela memória quase diluída, pelas lembranças e deslembanças, expurgadas pelo nascimento de um novo tempo.

O conceito de identidade deve ser visto como uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais “somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.<sup>21</sup> Ao seu lado, pelo fazer da sociedade e pelo uso que homens e mulheres dão à fortificação, inseri outros conceitos, como o de imagem (associado à Semiótica) e de paisagem e espaço.

Há nessa ideia um complexo processo de análise a ser observado porque a história da Fortaleza de Macapá traz, também, uma história daqueles que foram supostamente vencidos, registrada pelos vencedores, que tinham suas estratégias de sobrevivência e hegemonia, em que está expressa a relação do homem com a natureza de forma significativa, pelo que experimentaram na construção da obra.<sup>22</sup>

E essas estratégias são muito bem produzidas no período. O papel ocupado pelos colonizadores, a ordem e o controle eram contrapostos nas adjacências da obra por negros, índios e soldados desertores que protagonizaram uma “original aventura para conquistar a liberdade. Com suas próprias ações reinventaram significados e construíram visões sobre a escravidão e liberdade”.<sup>23</sup> E isso emerge no cotidiano dos homens e mulheres daquela época nos documentos epistolares dos construtores.

Seus textos constituem peças importantes para que se possa visualizar o painel da produção literária, das artes e da mídia contemporânea sobre a Fortaleza de São José de Macapá, pois carregam vivências, e como tal são memórias coletivas de um tempo. Foi tarefa desta pesquisa

---

21 HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP & A, 1997. Pág. 13

22 BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

23 GOMES, Flávio. *Fronteiras e mocambos; o protesto negro na Guiana Brasileira. In Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVII-XIX*. Edufpa. Belém, 1999. Gomes, Flávio dos Santos (org.). Op. Cit. Pág. 225-318.

observar as narrativas atuais de escritores, comunicadores e artistas que utilizam a edificação de várias maneiras, apropriando-se ou não de seus significados, e que a ela dão outras interpretações simbólicas, pelo teor dos discursos que produzem sobre ela.

Para efeito comparativo, e pensando na conexão entre o tempo de construção e o tempo de apropriação, trabalhei o período da construção da obra desde antes da colocação da pedra fundamental, em 1764, até a morte de Gallucio, em 1769, narrando, ainda, um breve tempo em que o engenheiro Wilkens a administrou. Há um segundo período em que abordo os seus significados na contemporaneidade em Macapá, através das produções artísticas, imagéticas e midiáticas, desde que completou 200 anos de inauguração (1982), até às celebrações dos 250 anos da fundação de Macapá, em 2008. Nesse ano também se comemorou os 152 anos como cidade-sede do município e os 20 anos do Amapá como unidade da federação.

O método utilizado foi o da pesquisa documental e bibliográfica. Os procedimentos metodológicos consistiram em coletar dados em fontes primárias e secundárias, através de documentos, imagens impressas, objetos, fotografias, telas e livros que sustentaram o trabalho de informações e que vieram possibilitar a análise da Fortaleza de São José de Macapá, em que se situa o tempo de construção e o de mudança, contido nos gêneros discursivos encontrados.

A pesquisa se realizou por etapas já previstas no cronograma do projeto, considerando: a pesquisa bibliográfica; a teoria literária, histórica e cultural, fundamentais para o suporte conceitual deste estudo; a análise minuciosa dos documentos do Arquivo Público do Pará; a revisão da literatura e, evidentemente, a coleta de dados para a análise e interpretação da pesquisa.

Na coleta de dados foram encontrados diversos objetos, imagens e documentos que, nem sempre podendo ter um exemplar ou carregá-lo para o local da organização da pesquisa, foi trazido através da imagem fotográfica. Todos eles carregam seus discursos particulares em suas formas e conteúdo. A Fortaleza de São José está presente em imagens institucionais públicas e particulares, por meio das diversas formas de divulgação e comunicação usadas atualmente dentro do Estado Ama-

pá. Todos estes produtos estão associados a uma ideia de algo forte e poderoso.

O trabalho aqui apresentado é o resultado da pesquisa na cidade de Macapá, organizado em três capítulos. No primeiro capítulo enfoco o contexto histórico, literário e mítico a partir do que os relatos dos construtores dizem até a morte destes nas circunstâncias do ambiente da construção.

É nesse espaço que as ações do “romance não-escrito” ocorrem, como se as personagens fossem mesmo voluntários de seus próprios desterros e desgraças, num cenário feito de tramas e intrigas, na luta pelo poder de mando. O Iluminismo europeu do qual o Marquês de Pombal é considerado um “déspota esclarecido” é colocado com síntese histórica para se poder ter a visão do contraste filosófico e político da época no reino de Portugal (inclusive com o episódico “Terremoto de Lisboa” de 1755), e a questão do papel dos engenheiros militares contratados na Europa para trabalhos técnicos em diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, astronomia, cartografia e engenharia, e para edificar prédios e fortificações na Amazônia colonial.

Ao lado disso uso o conceito de palimpsesto para explicar a construção e a destruição das diversas fortificações ao longo do Rio Amazonas, sabendo-se que algumas foram construídas sobre outras, observando-se o tempo de suas existências. Tudo ocorreu no “topos” dessas fortalezas, o lugar amazônico escolhido para a proteção do território colonizado, mas muito visado pelas forças militares estrangeiras. O capítulo traz várias categorias conceituais importante para o entendimento das cartas e da contextualização histórica.

O segundo capítulo, denominado “Exterioridade, Imagética e a Produção Artístico-Cultural”, se detém mais teoricamente nas questões urbanas e artísticas da Fortaleza de São José de Macapá. Nele se encontra um rio de discursos que corre entre o tempo e o espaço da construção da fortaleza, entre o passado e o presente das vozes que a ela se referem, através das cartas, poemas, músicas, telas etc. Conceitos sobre memória, esquecimento, paisagem, dinâmica do espaço etc, são analisadas no decorrer do capítulo paralelamente à informação coletada. Nele está, inclusive, a análise de um painel do pintor R. Peixe exposto no saguão

de desembarque do Aeroporto Internacional de Macapá, sobre a fortificação e a cidade. Escolhi apenas essa tela, ao meio de dezenas de outras imagens pictóricas, porque creio que ela representa com fidedignidade a dimensão do monumento.

As manifestações literárias e musicais são postas sob a condição memorial da área externa da Fortaleza de São José de Macapá. Essas experiências discursivas dos autores estão sedimentadas fortemente nas suas memórias. Mais adiante o discurso político emerge ao meio das transformações que ele próprio faz e se estabelece socialmente através do discurso midiático, bem como pela apropriação da imagem do monumento. O “Lugar Bonito” da TV e outras ações institucionais surgem com a força discursiva da política.

No terceiro e último capítulo, “Discursos ao Longo do Rio”, faço a análise das cartas (ordenadas cronologicamente) a fim de torná-las veículos informativos de um romance-não escrito, de uma história realizada pelos construtores, que faziam seus relatos e discursos, embora nenhum deles percebesse como eram vistos uns pelos outros, pois o receptor das missivas era o governador, que estava longe, na capital da província (Belém). As características do romance estão presentes nas informações e discursos de litâneas, panegíricos e de morte, que achei conveniente transcrevê-los no capítulo.

Usei categorias conceituais de Bakhtin para estabelecer a relação entre o tempo e o espaço da construção da Fortaleza de São José de Macapá, e para trazê-la puxada do passado, para assim fazer a conexão necessária ao desenvolvimento lógico do texto, que finalizo com a análise dos discursos de apropriação da sua imagem pela instituição política e pela sociedade amapaense.

Procurei seguir a questão norteadora do trabalho (sobre o significado das permanências e das transformações e para quem elas são direcionadas nos diversos discursos), focando a busca de sua significação. Mas nem por isso, não fiquei isento de falhas e limitações metodológicas, apesar das orientações que recebi. O tempo e as circunstâncias do trabalho também foram limitações que se apresentaram implacáveis. Mesmo assim, penso que através do conteúdo discursivo das cartas e da produção simbólica contemporânea, é possível desvelar parte do universo

social construído, com suas permanências e transformações, com suas críticas e perspectivas, porque isso certamente ajuda a compreender a sociedade local com seus valores, no contexto da sua contemporaneidade. Creio ainda que os laços de afetividade que ligam o homem a seu “topos” e à sua consciência política se expressam muito bem através de todas as formas artísticas. É ainda nesses espaços/laços que as desigualdades sociais e seus conflitos estão presentes; é onde se realizam as lutas políticas e se constroem posturas e novos cenários para o presente e o futuro da sociedade. É onde, de fato, a sociedade se arrisca a seguir o curso de um rio de discursos com todas as suas vertentes.

# 1

## O CONTEXTO HISTÓRICO, LITERÁRIO E MÍTICO: DO DESTERRO E DA MORTE DOS CONSTRUTORES

*“O homem sente. Sente que está sendo enganado, ludibriado, e que está consentindo esse boicote. Sente/presente que a metafísica loteia o real, cria um tempo fictício e delega o ontológico ao esquecimento. Só que, no esforço constante de viver em cidades de reais fabricados, o homem já se encontra tão dilacerado por dicotomias metafísicas e oprimido pelos valores por ela transmitidos, que, em dado momento, extremamente alquebrado, parte para escutar a ausência, o vazio, voltando-se à sua linguagem-memória-morada real, em busca de habitar o invisível” (Leila Miccolis).*

### 1.1 PERSONAGENS DE UM ROMANCE NÃO-ESCRITO

Quem observa a Fortaleza de São José de Macapá, imponente na paisagem urbana, completamente restaurada e utilizada hoje como museu, talvez nem possa imaginar a sua função colonial, o custo financeiro e a mão-de-obra empregada para erguê-la. No entanto, não será difícil entendê-la enquanto aparato militar de grande porte, que objetivamente serviu para marcar o território da colônia portuguesa na Amazônia e expulsar possíveis invasores.

O festejado monumento histórico é um marco da presença colonial portuguesa na Amazônia. Enquanto imagem da gênese da ocupação da cidade de Macapá e símbolo do Estado do Amapá, a fortaleza constituiu-se como representação simbólica em diversas áreas de atuação da sociedade, como a política, a religião, o comércio e os serviços de outras ordens, amplamente divulgadas pela mídia.

A Fortaleza desenvolve nos amapaenses uma espécie de sentido de pertencimento bem expresso na produção literária contemporânea local, nas artes plásticas e visuais e nos discursos políticos. Essa relação identitária se consolidou mais efetivamente com a restauração e o embelezamento da sua área de entorno, em 2006, chamada pela mídia do Governo do Estado como “lugar bonito”, onde centenas de pessoas passaram a transitar todos os dias em seu amplo espaço de lazer. No ano seguinte, o monumento tornou-se uma das “Sete Maravilhas Brasileiras”, causando mais ericamento no orgulho dos amapaenses:

Em 2007, a revista CARAS e o banco HSBC promoveram o concurso cultural As Sete Maravilhas Brasileiras, com o objetivo de escolher as construções mais belas e importantes do país através de votação *on-line*. Participaram da disputa – que angariou mais de 500 mil votos – trinta concorrentes de todas as regiões brasileiras e sete maravilhas foram eleitas pelos internautas [...]. Tombado pelo Patrimônio Histórico, o monumento foi erguido na foz do Rio Amazonas para impedir a invasão de navios estrangeiros no século XVIII. É considerada uma das mais antigas fortificações do período colonial e um dos maiores cartões-postais do Amapá.<sup>24</sup>

Porém, ao lado de sua construção e dos propósitos para os quais foi feita, inicia-se também um intrincado processo de relações socioculturais causado pela presença do engenheiro, Sargento-Mor do Exército Português, Henrique Antonio Gallucio, o encarregado das obras, que já se encontrava no Brasil desde 1753, a convite do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para trabalhar na Comissão Demarcadora de Limites nesta região do Brasil. Gallucio nasceu em 1728, em Mântua, Itália; era cartógrafo e iniciou suas atividades no Brasil

---

24 *kirigami* (brinde) da Revista CARAS:2007. *Kirigami* é uma variação do tradicional *origami* japonês, em que o papel recebe cortes, dobras e encaixes. Fechado, parece um simples cartão, mas aberto revela figuras tridimensionais surpreendentes (nota da revista). É uma espécie de caixa toda dobrada e pintada, com um único plano que, ao se abrir, se transforma em uma figura. Nesse concurso a revista produziu objetos para todos os monumentos selecionados pelo público internauta.

com a feitura do Mapa do Bispado do Pará, depois elaborou a carta da Capitania do Piauí.<sup>25</sup>

Colocado a serviço de **Fernando da Costa Ataíde Teive**, Governador do Pará, recebe a missão de fazer o “risco” (planta) de Macapá, onde chega acompanhado dos engenheiros **Gaspar João Geraldo Granfeldts**, **Domingos Sambucette** e **Antonio Landi**, bem como dos astrônomos **João Ângelo Cunceli** e **Miguel Antonio** [grifos meus]<sup>26</sup>, para estudarem o terreno, as marés, e clima, para elaborar a planta, com as áreas definidas do povoado, da segurança e da fartura. O trabalho foi realizado e submetido ao rei de Portugal, o qual foi aprovado, tendo o próprio rei nomeado Gallucio engenheiro responsável pela construção da Fortaleza de Macapá, em 22 de janeiro de 1764.<sup>27</sup>

Não tenho a intenção de realizar uma biografia do mais importante construtor da Fortaleza de Macapá, ou das outras personagens marcantes da construção da obra, mas mostrar o sentido dessa presença através de uma literatura às avessas, narrada pelo próprio Gallucio em suas cartas ao governador da província, e por outros engenheiros-ajudantes, como o capitão João Henrique Wilkens,<sup>28</sup> e o comandante da Praça de Macapá, coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona.

---

25 CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Os indígenas da capitania do Piauí na percepção de João Pereira Caldas, em 1789. Revista Presença, nº 42, Teresina, 2009.

26 A grafia correta dos nomes que aparecem constantemente nos documentos dos códices do Arquivo público do Pará é a seguinte: Fernando da Costa de Athayde Teive, Gaspar João Geraldo Gronsfeld, Domingos Sambucetti, Antonio Landi, João Ângelo Brunelli e Miguel Antonio Ciéro. Todos vieram para o Brasil na Comissão Demarcadora de Limites, em 1753.

27 BARBOSA, Coaracy Sobreira. Personagens ilustres do Amapá. Edição do autor. Macapá, 1997.

28 O capitão-engenheiro João Henrique Wilkens substituiu Gallucio como responsável pelas obras da fortificação logo após a morte deste, enquanto esperava o engenheiro Gronsfeld que iria assumir o comando. Mais tarde Wilkens também assumiu os trabalhos da construção e foi para a Província do Rio Negro (hoje Estado do Amazonas) onde escreveu o poema *A Muhuraida*, publicado em 1785.

Como já o dissemos na introdução, este trabalho visa fazer uma análise do processo de relações sociais entre os atores da época da sua construção, a partir das missivas emitidas e assinadas por eles, e encontradas nos códices do Arquivo Público do Pará. Objetiva ainda traçar perspectivas sobre as permanências do lugar, o olhar do estrangeiro sobre a Amazônia e entender o esquecimento de alguns fatos dessas relações.<sup>29</sup>

Na medida em que a obra foi construída, ocorreu uma cadeia de eventos que determinaram a agonia do engenheiro Henrique Gallucio. A mudança da configuração da paisagem do lugar também é a paisagem da transformação cultural, ditada pela dinâmica das pessoas. Por isso cada olhar (implícito na narrativa das cartas)<sup>30</sup> pode ser uma visão de mundo, alteridades que vão mudando ao longo de uma trajetória que afeta o espaço e a vida social e cultural desses atores. Alteridade é o olhar diferenciado, “o caráter do que é outro, a diversidade, a diferença. Sim, o antônimo da identidade”.<sup>31</sup>

Alteridade (ou “outridade”) é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do “eu-individual” só é permitida mediante um contato com o outro (que em uma visão expandida se torna o Outro – a própria sociedade diferente do indivíduo).<sup>32</sup>

---

29 Alguns desses fatos estão implícitos nas missivas dos construtores, que nem sempre viam atendidas as suas reivindicações no processo de construção da obra. Perpassam nas estrelinhas, cuja tarefa deste trabalho é desvendá-los

30 As cartas dos construtores são como crônicas literárias, pois não deixam de ser construções da realidade que registram/narram acontecimentos e fatos comuns do cotidiano da ereção da obra e de aspectos técnicos. Seus conteúdos são o objeto da nossa opção metodológica, pois as concepções e os fatos extraídos delas, aliados às categorias conceituais utilizadas, dão a elas, indubitavelmente, teor científico eivados de certa literariedade.

31 NERY, Wellington. O princípio da Alteridade. <<http://falandonalata.wordpress.com/2007/10/60-principio-da-alteridade/>>, 2007. Pág. 1.

32 WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Alteridade. Portal da Antropologia. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>>, 2009, Pág. 1.

É assim que, no decorrer da história, o homem vai construindo relações, desenvolvendo processos, às vezes contraditórios, que se superam no movimento do tempo e do espaço na sociedade e no lugar em que se encontra com o outro. Nessas relações sociais dinâmicas se constrói a realidade que se vincula ao movimento da própria história. Os olhares do estrangeiro, do militar colonizador, do escravo negro, do comerciante e do índio, são, sim, muito diversificados, mas existem como sujeitos que produzirão um trabalho determinado pela decisão política, em um espaço geográfico no qual reproduzirão a sua existência e os seus valores perante a existência e os valores do outro.

A palavra alteridade, que possui o prefixo *alter*, do latim, possui o significado de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, com consideração, valorização, identificação e dialogar com o outro. A prática da alteridade se conecta aos relacionamentos tanto entre indivíduos como entre grupos culturais, religiosos, científicos, étnicos, etc. Na relação alteritária está sempre presente os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas.<sup>33</sup>

É, portanto, na diferença cultural que o jogo de ações (e tensões) se estabelece no contexto da construção da obra. Daí ser necessário buscar saber como as personagens se configuram nesse processo, como os atores se integram no cenário e quais são os seus desdobramentos.

#### 1.1.1 O CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA

Ao contrário dos viajantes que descreveram a Amazônia do século XVIII como um amplo e complexo cenário que para seus olhos “revela-se

---

33 *Idem*. Pág. 1

muitas vezes como um objeto de assombro, surpresa e maravilha”,<sup>34</sup> a construção da Fortaleza de São José de Macapá foi um processo marcado pela labuta árdua, caracterizado por uma tecnologia incipiente e dificultosa, com mão de obra escrava e por uma série de situações de relacionamentos sociais complexos.

Nesses relacionamentos, o poder se imbrica em disputas nada salutaras, em queixas, intrigas e tensões explícitas nas cartas, que refletem o ambiente da época, mostrando as grandes dificuldades e deixando transparecer uma subserviência impressionante aos mandatários – como era estilo do período, sobretudo por estarem as personagens ligadas a uma hierarquia militar impositiva e implacável. Embora não se tratando de ficção, as personagens reais da construção da Fortaleza de Macapá também têm características ficcionais das personagens dos romances amazônicos *A Selva* (Ferreira de Castro) e *Mad Maria* (Márcio Souza), citados por Hatoum,<sup>35</sup> para quem a “viagem torna-se [para as personagens] uma quase imposição, e nesse sentido ela se revela como uma forma de exílio”.<sup>36</sup>

Longe da tentativa de traçar um paralelo entre as personagens ficcionais dos romances sobre a Amazônia e a dura vida dos construtores da Fortaleza de São José de Macapá, pode-se considerar, assim mesmo, que a determinação de erigi-la na foz do Rio das Amazonas constituiu-se uma missão marcada pela vontade política do Marquês de Pombal em ampliar o reino português e potencializar sua economia. Paradoxalmente, foi um tipo de “ação heroica” muito semelhante à condição “dos trabalhadores recrutados em vários cantos da terra: antilhanos, alemães, espanhóis, hindus: párias que viajam milhares de milhas para encontrar na Amazônia uma espécie de desterro involuntário”.<sup>37</sup>

As personagens (europeias) da construção da fortaleza vêm para um ambiente violento, da mesma forma como nos romances acima referidos, para um lugar caracterizado pela degradação física e moral e pelas con-

---

34 HATOUM, Milton A natureza como ficção. *In* O espaço geográfico no romance brasileiro. Fundação casa de Jorge Amado. Salvador, 2009, pág. 104.

35 *Idem*. Pág. 105.

36 *Ibidem*

37 *Idem*. Pág. 112.

tingências ambientais desfavoráveis, como a falta de abastecimento e as doenças tropicais. Ao lado disso, africanos de diversas procedências viviam sob a escravidão, bem como os indígenas, capturados para os trabalhos de transporte, caça, pesca e outras atividades laborais. Mas na linha hierárquica de mando estavam os portugueses militares e os civis, representados pelos imigrantes madeirenses e açorianos que vieram para Macapá a partir de 1752<sup>38</sup> e que, por determinação de Mendonça Furtado, instalaram os poderes legislativo e judiciário na vila fundada por ele em 1758.

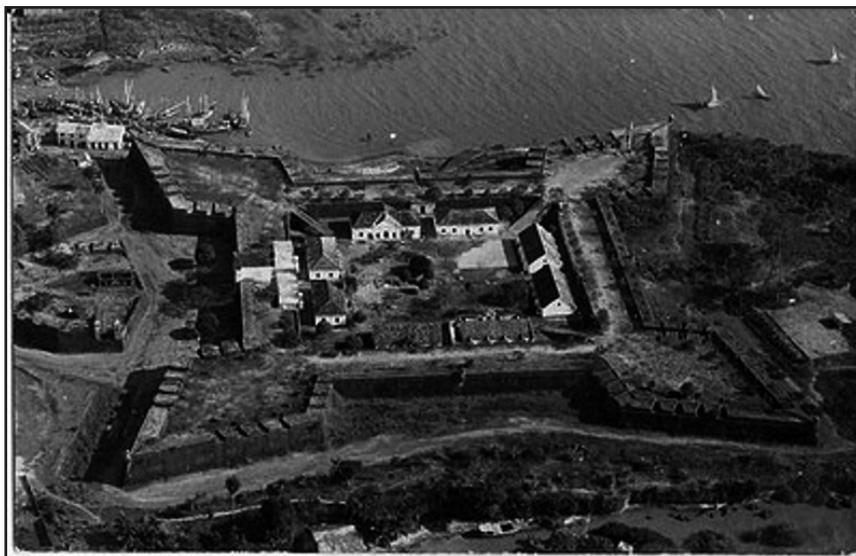


Figura 1: Fortaleza de São José de Macapá. Acervo Coaracy Barbosa.  
Autor Desconhecido. S.d.

Considerar, então, a obra (fortaleza) como gênese da ocupação significa dizer que a fortificação representou a constituição física da vila, tanto econômica como politicamente, pois sem a guarnição militar que

---

38 SILVA. *Op.Cit.* Pág. 365-74

ela abrigou durante parte da sua construção, é possível que Macapá não tivesse sobrevivido. As obras representam, pois, a fixação da população e a formação política do lugar.

Entretanto, seria conveniente inserir no cenário da construção as estratégias de que se valeram os portugueses para se fixarem no lugar, obviamente pela força militar que ostentavam, fundamentada pelas ações expressas em seus códigos de guerra. Negros, índios, soldados desertores e cidadãos civis eram punidos de acordo com seus comportamentos.

Em seu trabalho sobre “O fim das descobertas imperiais”,<sup>39</sup> Boaventura de Sousa Santos diz que “o segundo milênio foi o milênio das descobertas imperiais. [...] “O ‘Outro’ do Ocidente, o descoberto, assumiu três formas principais: o Oriente, o selvagem e a natureza.” O autor esclarece que

Se o Oriente é para o Ocidente o lugar da alteridade, o selvagem é o lugar da inferioridade. O selvagem é a diferença incapaz de se constituir em alteridade. Não é o outro porque não é sequer plenamente humano. A sua diferença é a medida da sua inferioridade. Por isso, longe de constituir uma ameaça civilizacional, é tão só a ameaça do irracional. O seu valor é o valor da sua utilidade. Só merece apenas confrontá-lo na medida em que ele é um recurso ou via de acesso a um recurso. A incondicionalidade dos fins – a acumulação dos metais preciosos, a expansão da fé – justifica o total pragmatismo dos meios: escravatura, genocídio, apropriação, conversão, assimilação.<sup>40</sup>

Essa afirmação remete ao conceito que se tinha no período da ereção da Fortaleza de São José de Macapá sobre a natureza, posta conceitualmente por Santos como um lugar de exterioridade, mas também de inferioridade, pois “O selvagem e a natureza são, de fato, as duas faces

---

39 SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim das descobertas imperiais. Capítulo 5, *In A Gramática do tempo – para uma nova cultura política*. Cortez, 2ª edição. São Paulo, 2009, Pág. 182-90.

40 *Idem*, pág. 182-85.

do mesmo desígnio: domesticar a ‘natureza selvagem’, convertendo-a num recurso natural”.<sup>41</sup>

A Fortaleza de São José de Macapá foi construída ainda sob a égide da imposição do branco colonizador através das chamadas “guerras justas”, concepção que segundo Santos está na teoria da “escravatura natural” de Aristóteles, a qual reza que “a natureza criou duas partes, uma superior, destinada a mandar, e outra, inferior, destinada a obedecer.”<sup>42</sup> Entre os portugueses

o processo de eliminação do Outro – prática comum no discurso militar colonial, que impunha a “civilização” do europeu à “barbárie” do nativo americano – ficou muito tempo abrigado sob o manto oficial das chamadas “guerras justas”.<sup>43</sup>

Nesse panorama é que Henrique Gallucio, a personagem principal da construção da fortaleza, indubitavelmente tinha seus conceitos pessoais sobre o mundo que o cercava. Sua formação europeia permitiu que se dedicasse ao estudo da Astronomia, munido de um telescópio que mandara buscar na Itália. Suas anotações eram mandadas para o Observatório de Lisboa, inclusive as que informam que observou um eclipse do sol na tarde de 25 de agosto de 1767, e um da lua em 29 de julho de 1768.<sup>44</sup> Culto e seguro na sua escrita, Gallucio escrevia inclusive versos das *Éclogas (Bucólicas)*, de Virgílio, nas epígrafes de suas epístolas.

Nas suas relações com os portugueses – o comandante da Praça de Macapá e seus engenheiros subordinados –, havia sempre uma rusga na qual o construtor mostrava características de sua personalidade no trato com eles. Trata-se de uma diferença cultural marcante, porque a identidade é fabricada através da marcação da diferença, que acontece

---

41 *Idem*, pág.188.

42 *Ibidem*, pág. 186.

43 CALDAS, Yurgel. A concepção épica da Amazônia no poema A Muhuraída, de Henrique João Wilkens. Tese de doutorado. FALE/UFMG. Inédito, Belo Horizonte, 2007, Pág. 13.

44 BARBOSA. *Op. Cit.* Pág. 128.

por meio de sistemas simbólicos como também por meio de formas de exclusão social. Para Kathryn Woodward,<sup>45</sup> a

identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de **sistemas classificatórios**. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles; eu/outro [grifo da autora].<sup>46</sup>

O Sargento-Mor e engenheiro Gallucio, apesar das dificuldades enfrentadas no dia a dia, principalmente no trato de seus subordinados e nas relações com a outra autoridade da vila, o coronel comandante Nuno da Cunha Atahyde Varona, sabia do seu papel, da sua condição de europeu culto, mas essencialmente sabia o que significava para Portugal a sua presença naquele lugar ermo onde a doença e a saudade da família o fariam definhir até a morte.

### 1.1.2 DO EXÍLIO VOLUNTÁRIO À MORTE

À época da colonização de Macapá, muitas epidemias foram registradas, inclusive uma de impaludismo em 1752, que forçou o capitão-general Mendonça Furtado chegar inesperadamente à povoação, viajando em canoa, para dar assistência aos novos colonos, “conduzindo o único médico que havia no Estado (Província) e uma ambulância de medicamentos” para conter o surto no lugar.<sup>47</sup>

---

45 WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.), 8ª edição. Vozes, Petrópolis, 2008. Pág. 7-72

46 *Idem*, Pág. 39-40.

47 CAVALCANTI, Jarbas A. *A Fortaleza de São José de Macapá*. S. ed. Belém, 1973, Pág. 27.

Em 14 de abril de 1765, o comandante militar de Macapá, Athayde Varona, informa ao governador da província “que muitos trabalhadores se acham doentes [e] padecem de um grande contágio de sarampo.” (Códice 150. Doc. 69)<sup>48</sup>

Menos de um século depois, a história noticia um “andaço febril”, uma pequena epidemia de disenteria que teria grassado em Mazagão e Macapá, matando cerca de 150 crianças e índios.<sup>49</sup> Mas o local, apesar de arejado, ainda era insalubre e passível de doenças, principalmente as chamadas “sezões”, acessos de febre intermitente, e os “paludismos”, doenças dos pântanos ou malária. Assim mesmo, ao visitar Macapá pela primeira vez, Mendonça Furtado não lhe poupou elogios e a comparou como “um arremedo das vilas de Cintra e Colares no Termo de Lisboa.”<sup>50</sup>

Antes mesmo de Gallucio ser nomeado responsável pela construção da Fortaleza de Macapá, ele já se encontrava no local de obra desde 1762, fato ignorado ou plenamente desvalorizado pela chamada história oficial, que considera o período de construção de 1764 a 1782. Achamos conveniente registrar esse esquecimento porque o engenheiro preparou a construção para ser posta a “pedra fundamental” pelo governador Fernando da Costa de Athayde Teive em 29 de junho de 1764, quando da sua visita oficial a Macapá. O documento 66 acompanha os Mapas

da gente que tem trabalhado nas obras da Fortificação da Praça de São José de Macapá desde o primeiro até o último dia dos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1762 e Janeiro, fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 1763. Traz, também, o mapa do mês de Julho de 1763 até 03 de Agosto do mesmo ano, dia este em que as obras foram paralisadas (Gallucio e Wilkens assinam os mapas). São José de Macapá, 16 de Agosto de 1763.<sup>51</sup>

---

48 A classificação geral dos códices do Arquivo Público do Pará foi modificada e atualizada. Daqui por diante utilizaremos apenas os números referentes aos códices atuais e o número dos documentos.

49 LOPES, Antonio Munhoz. Mazagão: dos primórdios aos nossos dias. Inédito. Mimeo. Macapá, 1987, Pág. 22.

50 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Compêndio das eras da província do Pará. UFPA. Belém, 1969. Pág. 160)

51 Cód. 132. Doc. 66.

Em agosto de 1763, tanto Gallucio como Wilkens solicitam licença para irem a Belém, o primeiro para concluir “cópia limpa do Mapa Geral do Estado e o segundo para tratar-se de uma doença”.<sup>52</sup> Antes, porém, Gallucio escrevera ao governador Manoel Bernardo de Melo e Castro com o mesmo objetivo, além de querer

Ver também a minha família dezamparada e, sobretudo, de poder, eu ter a diteza felicidade de ir botar-me aos pés de V. Ex<sup>a</sup>., pelo primeiro, mas muito mais pelo segundo motivo terei mais que dever esta especialíssima mercê ao clementíssimo Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. além das infinitas obrigações de que viverei sempre devedor à grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. Macapá 28 de abril de 1763.<sup>53</sup>

O Sargento-Mor de Macapá, Luiz Fagundes, solicita ao Governador que “pelas entranhas da Virgem Maria Senhora Nossa”, o mande recolher com sua família para a Cidade de Belém. Macapá, 10 de setembro de 1763.<sup>54</sup>

Wilkens reclama de “violenta enfermidade que dentro de três meses me reduziu ao prazo da morte”<sup>55</sup> e que, mesmo com a aplicação dos mais eficazes remédio e sangrias, estes de nada adiantaram. Como Gallucio também precisava viajar, pediu que Wilkens lhe substituísse, mas o requerimento foi negado pelo Comandante Nuno Varona, o que fez Gallucio se despedir “mais apaixonado que advertido”<sup>56</sup> de sua presença. É, então, a partir daí que inicia um clima de animosidade entre o coronel Nuno Varona e o engenheiro Henrique Gallucio, que duraria até a morte do Comandante. Em 6 de outubro de 1763, Wilkens viaja com sua família para Belém.

Com a posse do novo governador da Província, Gallucio o parabেনiza e transcreve:

---

52 Cód. 37. Doc. 69 e 77

53 Cód. 130. Doc. 39

54 Cód. 131. Doc. 31

55 Cód. 132. Doc. 41, de 13 de junho de 1763

56 Cód. 132. Doc. 43, de 14 de junho de 1763

*“Ipsa te, Tytire, pinus,  
Ipsi te fontes, ipsa hac arbusta vocabant:  
Aspice, venturo latentur ut omnia saclo”.* Virg. Ecl. I, ct. IV.

tive a honrra de ser mandado pelo meu natural monarca à servir a tão Augusto Soberano já mais de 13 anos, **para cujo fim troquei as delícias de minha pátria com as asperezas dos mais desertos sertões do Brasil, que corri e palmilhei.** Macapá, 08 de outubro de 1763. [grifo meu].<sup>57</sup>

Nesse documento, Gallucio admite o seu cansaço e, possivelmente, o arrependimento de sua vinda para o Brasil. Em 1767, o ajudante Antonio José Pinto pede ao governador que “tire da sua vista e encontros o imprudente e soberbo oficial [Gallucio] que me não pode ver e me atenda com violência”.<sup>58</sup> Em suas cartas, o engenheiro cita muitas vezes as contraordens e os desmandos do coronel comandante, que segundo ele atrapalham o desenvolvimento da construção. Já as cartas do comandante também pedem material para a obra e informam o seu andamento, sugerindo até o tipo de pedra para extração no Rio Anauerapucu. O engenheiro também responde a uma advertência do governador sobre como os “praticantes [da obra] se queicham de eu os tratar incivamente.”<sup>59</sup> Gallucio afirma que

Até o presente me pareceu que eu tinha tratado a todos os 3 praticantes com a maior civilidade e atenção, pois os amo a todos eles como a filhos, e desejo sumamente concorrer para toda sua utilidade e aumento; e sinto na alma que em algum deles se tenha insinuada a **serpente de Amor do descanso**, que poderá/ como costuma suceder na gente moça/ ser cauza de sua ruína. [grifo meu].<sup>60</sup>

---

57 Cód. 132. Doc. 90.

58 Cód. 148. Doc. 68, de 26 de dezembro de 1765

59 Cód. 150. Doc. 114, de 24 de junho de 1765

60 *Idem*

Mas o Sargento-Mor Gallucio reclama ao governador da falta de providências do coronel comandante para as suas ordens de aterrar um baluarte ao mesmo tempo em que informa da doença e das vertigens do ajudante engenheiro Sambucetti e de sua “saúde bastante prejudicada”.<sup>61</sup>

Em meio às dificuldades, há sempre informações, como “a chegada de 600 arrobas de peixe seco e 180 paneiros de farinha para o sustento dos operários da Fortificação”;<sup>62</sup> ou outras medidas que atingem grupos, como a ordem do comandante de “não dar alguns dias de carne ao povo para não ter faltado aos operários empregados no serviço de Sua Magestade”.<sup>63</sup>

No que se refere à saúde, o comandante Athayde Varona comunica a Athayde Teive “o que necessita para a assistência dos enfermos do Hospital, e os remédios que se despenderam com o curativo dos pretos do senado da Câmara dessa cidade, operários da Obra da Fortificação”.<sup>64</sup> Athayde Varona encaminha a relação dos remédios abaixo.

Relação: Pedra cordial, Alyotar, olhos de carangueijos, Pos Marquionis, Mana, Folhas de Sine, Ipecacuanha, Jalapa, Ruibarbo, Macúrio Doce, Quina, Salsa parrilha, Triaga Magna, Pedra Immalitis, Bolo Armênio, Terra Sigilada, Nitro purificado, Pedra Hume Calsinada, Xarope das Cinco Raízes, sal de hosna, Bálsamo de Aparício, Bálsamo de Arcui, Termentina, Emplaste Confodtativo, Ungto. Desopilativo, Ungto. Basilicão, Emplasto Emuliente, Unguento camelo, óleo de amêndoas doces, óleo de minhocas, Bezuartico de Curvo, Madre Perulha, láudano opiado, pos de joanes, quentilio, Bálsamo Católico, óleo de Termentina, Emplasto de Aplama e Emplasto Stilico de Crolio.<sup>65</sup>

Mas as contraordens e os desmandos do comandante continuam a irritar Gallucio. Em carta ao governador, ele diz:

---

61 Cód. 153. Doc. 25, de 12 de agosto de 1765

62 Cód. 153. Doc. 47

63 Cód. 153. Doc. 32, de 23 de agosto de 1765

64 Cód. 153 – Doc. 49, Macapá, 18 de setembro de 1765

65 *Idem*

Estando as coisas nestes termos fui eu no dia 17 do corrente para a obra pelas 6 horas da manhã; e cem-grande admiração minha achei lá o Coronel Comandante mandando tirar a maior parte dos trabalhadores ocupados no transporte da terra, de poder absoluto, e sem querer que isso fosse mandado por mim, aplicando-os, a chegar pedra para a muralha e a fazer um novo traço de cal, para os pedreiros trabalharem de tarde na muralha do Revestimento [...] Por esta tão violenta determinação fica mais demorada a muralha que resta para se fazer até o cordão, que são 3 fiadas, e o aterramento do Baluarte mais atraso e mais dificultado Nunca me persuadirei que seja a vontade de V. Ex<sup>a</sup>. que se levante a muralha desse Baluarte à torto, e direito [...] queira V. Ex<sup>a</sup>. dignar-se de ter uma inteira confiança, mas já da minha pessoa, que vejo está desacreditada no conceito de V. Ex<sup>a</sup>., mas sim no Engenheiro que tiver a felicidade de ser encarregado por V. Ex<sup>a</sup>. da direção das Obras desta Fortificação. São José de Macapá, 19 de setembro de 1765.<sup>66</sup>

Athayde Varona informa ao governador que o padre da povoação do Anauerapucu, frei Brás de Santa Tereza, foi trazido para se curar de sezões em Macapá. E Gallucio pede instrumento de nivelamento feito em Paris: “o título é um Nível de Agoa, da forma de que descreve N. Bion no tratado dos Instrumentos de Matemática. Livro 5. Cap. 1. Fig. A. São José de Macapá, 15 de novembro de 1765”.<sup>67</sup> Gallucio reclama em carta ao governador da província, em dezembro desse mesmo ano, que o capitão Wilkens lhe dissera ter vindo para Macapá para obedecer a ordens do coronel comandante Varona, e não dele, e fala de suas “inobediências”.<sup>68</sup> Por causa disso, e por não obedecerem Gallucio, Nuno Varona recebe carta do governador e é obrigado a advertir Wilkens e Sambucetti de prisão, dizendo que os mandaria a ferros à presença do governador para serem remetidos ao Limoeiro da cidade de Lisboa como “Perturbadores e Inimigos dos Reais Interesses e Serviços.”<sup>69</sup> Isso provoca a reação de

---

66 Cód. 153. Doc. 54.

67 Cód. 153. Doc. 82

68 Cód. 153. Doc. 102, de 23 de dezembro de 1765

69 Cód. 164. Doc. 07, de 23 de janeiro de 1766

Wilkins, que dirige carta ao governador, dizendo que nunca faltou ao serviço, com exceção “dos 12 dias que passou enfermo, sangrando, e alienado do juízo.”<sup>70</sup> E diz que foi “injustamente ferido na parte mais sensível à minha honra, crédito, e verdade.”<sup>71</sup> Gallucio, então, elabora 12 regras para serem obedecidas pelos seus subordinados, ajudantes e praticantes da obras. Entre elas as seguintes

3º. O praticante da semana irá todas as noites à casa do capitão participar-lhes as ordens do Sargento-Mor perspectivas a Fortificação para o dia seguinte. 6º. O Capitão irá de manhã e de tarde para a Obra da Fortificação, se não for ocupado em riscar, ou calcular por ordem do Sargento-Mor: indo às horas, e demorando-se o tempo que a sua honra, e capacidade lhe persuadirem ser conveniente ao Serviço da mesma Obra. 9º. Nenhum dos indivíduos poderá ausentar-se desta praça sem consentimento do Sargento-Mor. 11º Todos tratarão com atenção, e termos de Urbanidade o Sargento-Mor, e lhe obedecerão, e executarão tudo o que lhe for ordenado, e determinado por ele respectivamente ao Serviço da Fortificação sem repugnancia, e altercações; o seu parecer quando lhe for perguntado somente. 12º. Sendo desobediente, ou contravindo qualquer destes capítulos poderão ser presos por mandado do Sargento-Mor à Ordem do Comandante da Praça em suas casas, e também na Guarda Principal, e o Comandante os não soltará sem ouvir a informação do Sargento-Mor.<sup>72</sup>

Entretanto, e em que pesem os esforços de Gallucio em conservar uma situação harmônica entre seus subordinados, suas ordens quase sempre não eram obedecidas, e ao lado das regras por ele elaboradas faz anotações informando que: “Em 6 de fevereiro de 1766 de tarde o Ajudante desatendeu publicamente o Sargento-Mor ouvindo os trabalhadores e pedreiros, dizendo que não era capaz de lhe ensinar nada, e

---

70 *Idem*

71 *Ibidem*

72 Documento anexo ao Cód. 164, Doc. 11, de 23 de janeiro de 1766.

que ele tinha estudado pelos mesmos livros.”<sup>73</sup> Informa ao governador que vê indícios que “o Coronel Comandante não gostou da Ordem de V. Ex<sup>a</sup>. pela extraordinária frequência que reparo ajuntar em só os dois oficiais Engenheiros”,<sup>74</sup> e suspeita “que eles intentem abonar seus procedimentos com alguma máquina contra mim à V. Ex<sup>a</sup>”.<sup>75</sup> Ele se ofende com os desmandos do comandante Athayde Varona e envia longa carta ao governador, na qual enfoca que mal podia ter-se das pernas pela passada moléstia; que foi chamado de atrevido pelo dito comandante, ao passo que tudo não passava de atitude zelosa sua para com as obras da Fortificação. Encerra a carta dizendo:

Esta era a ocasião, em que eu prostrado aos pés de V. Ex<sup>a</sup>. devia pedir-lhe humilissimamente que se dignasse por os olhos de sua Piedade em mim, mandando-me retirar daqui, porque totalmente me não entendo com estes dois sujeitos, o Coronel Comandante, e o inspetor, parecendo que de algum tempo estão colliados para me amofinar, atrapalhar, e deitar-me na ultima desesperação; o que se não deve atribuir mais que à grande incapacidade minha para a ocupação, em que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido empregar-me, e assim, enquanto V. Ex<sup>a</sup>. se compadecer ainda de mim para me não mandar dar baixa de Real Serviço de S. Magestade era da maior minha conveniência, que V. Ex<sup>a</sup>. me fizesse mercê de tirar-me desse **insufrível martírio**, livrando-me de maiores princípios; não faltando nessa cidade Engenheiros de capacidade maior à minha insuficiência, nos quais concorrem todas as partes necessárias para lidar, e saber haver-me com estes dois indivíduos tão prudentes, tão desinteressados, e tão zelosos do mesmo Real Serviço. Quando eu não possa ter a habilidade para substituir a ocupação de qualquer dos ditos Engenheiros, ao menos poderei ter modo de tratar de restauração da minha saúde sumamente arruinado com o socorro da minha família, de que vivo ausente quase oito anos com poucos intervalos; o que não me é possível conseguir aqui. Se os rogo mais humildades, e a

---

73 *Idem*

74 Cód. 164. Doc. 11, de 25 de janeiro de 1766

75 *Idem*

instâncias mais eficazes podem impetrar da conhecida Bedignidade de V. Ex<sup>a</sup>. esta tão importante graça, humilissimamente a peço a V. Ex<sup>a</sup>; e instantissimamente para ela suplico. São José de Macapá, 12 de abril de 1766<sup>76</sup>. [grifo meu].

Gallucio acusa o recebimento da carta do governador e fica mais esperançoso. Mas Athayde Varona também escreve ao governador acautando seu pedido para que o oficial Engenheiro “seja respeitado e obedecido em tudo o dizer respeito à Fortificação”.<sup>77</sup> Mas expõe suas opiniões sobre ele dizendo que lhe é impossível obedecer-lhe por causa de seu gênio inconstante, variável e desconfiado.<sup>78</sup> Sambucetti pede para ir embora, em função de uma diarreia contínua que o aflige há dezessete meses.<sup>79</sup> O comandante Varona também informa ao governador que se introduzia aguardente e vinho na Fortificação e ocultamente se vendiam aos operários:

e atendendo por perniciosas conseqüências que se poderiam seguir os serviços de Sua Magestade me pareceu mandar logo verbalmente proibir naquele destrito o uso daqueles gêneros, penas de castigo; fazendo-se todas as deligências concernentes a evitar aquele dano. São José do Macapá, 09 de julho de 1766.<sup>80</sup>

Gallucio agradece ao governador “pela chegada de sua família em Macapá”<sup>81</sup> e a aquisição dos Instrumentos Matemáticos, mas reclama da exorbitância desses preços, dizendo que “o valor na Inglaterra é de uma oitava parte”.<sup>82</sup>

---

76 Cód. 164. Doc. 47

77 Cód. 164. Doc. 66, de 30 de maio de 1766

78 *Idem*

79 Cód. 168. Doc. 02, de 09 de julho de 1766

80 Cód. 168. Doc. 05

81 Cód. 168. Doc. 54, de 10 de novembro de 1766

82 Cód. 168. Doc. 59, de 18 de novembro de 1766

Wilkens, por sua vez, reclama do “quarto de 20 palmos de quadrado para ele e sua numerosa família”, e fala das suas “22 sangrias”, às quais se submete na tentativa de melhorar seu estado de saúde.<sup>83</sup> Com o desenvolvimento da construção, tanto Gallucio como Varona vão informando ao governador o que nela ocorre, com cada um narrando à sua maneira os fatos que se sucedem. Gallucio pede aumento de Posto,<sup>84</sup> além de informar em cartas sucessivas dos progressos da obra e agradecer o apoio do governador e o envio dos 3 instrumentos de Astronomia, que lhe permitiram observar o eclipse lunar de 29 de junho de 1768.<sup>85</sup> O capitão Wilkens reclama novamente das doenças que sua família padece, sobre a perda de suas propriedades e pede licença para cuidar de seus interesses particulares.<sup>86</sup> Gallucio refere-se ainda à “grande oposição e repugnância que agora encontra no Coronel Comandante desta Praça”,<sup>87</sup> tendo em vista o recomeço das suas intrigas, em função dos desmandos de Athayde Varona nas obras da fortificação.

No dia 25 de maio de 1769, Manoel Gonçalves Meninea, Provedor da Fazenda da Vila de Macapá, escreve ao governador informando que

A esta hora que são quase doze do dia vinte e cinco do corrente faleceu o Coronel Comandante desta Praça, Nuno da Cunha de Athayde Varona, e da mesma comandância tomou entregue o Sargento-Mor a da Praça Luiz Facundes Machado e assim lho determinou o dito Comandante já defunto, o que participo a V. Ex.<sup>a</sup><sup>88</sup>

O Sargento-Mor Engenheiro Gallucio, àquela altura, já devia saber que Varona seria destituído do cargo de comandante, pois escreve ao governador participando da entrega de carta por meio do novo coman-

---

83 Cód. 176. Doc. 42, de 24 de setembro de 1767

84 Cód. 187. Doc. 44, de 06 de junho de 1768

85 Cód. 188. Doc. 03 e 06, de 12 de julho de 1768

86 Cód. 188. Doc. 52, de 20 de dezembro de 1768

87 Cód. 188. Doc. 52, de 20 de dezembro de 1768

88 Cód. 194. Doc. 44, de 25 de maio de 1769

dante da Praça de Macapá, Mestre de Campo Marcos José Monteiro de Carvalho, em que diz que

Pela parte que me toca estimando sumamente que a incomparável prudência da V. Ex<sup>a</sup>. acaba-se por tal meio o que a morte principiou, pondo por algum termo à dilatada série de meus **insufríveis desgostos**. Macapá, 17 de junho de 1769.<sup>89</sup> [grifo meu].

O comandante da Praça escreve ao governador algumas representações comunicando o seguinte:

A segunda representação é do Sargento Maior Henrique Antonio Gallucio que padesse e licença que necessita para nessa cidade ver se pode restabelecer a saúde, estando nela alguns meses sem prejuízo da obra. É certo que o Cirurgião me disse que ele estava caindo numa hidropazia, por estar já caquético, motivo porque anda a muitos dias tomando a tintura de ferro, e como aqui não há meios para conseguirem os fins de aremediar uma queixa perigosa quer por esta representação renovar a que diz já figura a V. Ex<sup>a</sup>. São José de Macapá, 10 de julho de 1769.<sup>90</sup>

Com Gallucio doente, começam as especulações sobre quem vai assumir seu cargo. Mas ele ainda consegue escrever:

Beijo humilissimamente as mãos de V. Ex<sup>a</sup>. tributando-lhe todo o rendimento da minha mais e fiel e constante obediência, porém temo e receio que a minha já tão má saúde não dê lugar para aproveitar delas (as esperanças) e que aqui fiquem enteradas elas todas e eu com elas sem remédio; se V.Exa. compadecido de minha infelicidade me não permitir logo a faculdade para ir de alguma sorte e remir à essa Cidade enquanto ainda talvez há tempo para isso. Macapá 11 de julho de 1769.<sup>91</sup>

---

89 Cód. 199. Doc. 54

90 Cód. 200. Doc. 08

91 Cód. 200. Doc. 12

O Comandante Marcos informa sobre os progressos da obra e que quase todos os prédios internos já se encontram prontos. É ele quem encaminha carta ao governador, informando a morte do engenheiro:

Pelas cinco Horas e meia da manhã de hoje entrou na Eternidade a Alma do Engenheiro Antonio Henrique Gallucio, e ainda que se haverá dez dias que se achava em princípio de segunda cura, purgando duas vezes, morreu quase repentinamente, e sendo sensível a sua falta, se faz mais lastimesa por morrer sem sacramentos, nem apertar a mão estando toda a noite com ele o Padre Vigário, dispondo-o para o cristão desengano e venturozo fim do arrependimento.

Logo me veio falar o capitão Henrique João Wilkens e certificar-me do mesmo que já me tinha dito: que ele da Fortificação nunca soubera nada porque o Defunto Gallucio fizera sempre mistério deste projeto que nunca lhe quis revelar, e que isto mesmo tinha o ele capitão já representado a V. Ex<sup>a</sup>: A vista do que fui logo à casa do Defunto fazer separar os papéis pertencentes ao serviço de Sua Majestade nesta Fortificação, para que o dito capitão, vendo o Risco, e o mais que nele está disposto poder inteiramente suceder no seu ministério e fazer executar todo o seu pensamento enquanto V. Ex<sup>a</sup>. não resolver sobre este ponto o mais que for servido. Macapá, 27 de outubro de 1769<sup>92</sup>.

A morte do engenheiro Gallucio até hoje causa especulações. O fato de guardar as plantas para si, sem mostrar a ninguém mais, pode revelar o traço da personalidade do engenheiro, que não queria ver seu trabalho ser executado sem a sua presença. Mas, impossibilitado por causa da doença que lhe afligia, preferiu guardá-las em lugar seguro enquanto esperava ser curado.

Sua morte também põe fim ao embate causado entre ele, o comandante da Praça de Macapá, Nuno Athayde Varona, falecido cinco meses antes, e os engenheiros ajudantes Sambucetti e Wilkens, com quem vivia em permanente tensão. A Gallucio estava reservada uma morte descrita

---

92 Cód.200. Doc. 62

dessa maneira, pois o tempo, o ambiente e o espaço da construção iriam colaborar para a aceleração da doença, ainda que em suas epístolas não cansasse de suplicar sua transferência para a capital da província em busca de cura e do carinho da família, da qual sofria a ausência.

1.1.3 AS CARTAS DE GALLUCIO: ROMANCE, DESTERRO E  
OLHAR DO VIAJANTE

Não se podem reduzir as fontes históricas a verdades absolutas. Os acontecimentos produzidos por homens de diversas nacionalidades, culturas e posições sociais traziam interesses diversificados, expressos em suas cartas enviadas aos poderosos, o que as torna objetos de análise a serem contextualizadas junto à obra que construíram num tempo de dificuldades e muito trabalho imposto pelo governo português. Desta forma, necessário se faz

escovar a história ao contrário, como Walter Benjamim exortava a fazer. É preciso aprender a ler os testemunhos às avessas contra as intenções de quem as produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas.<sup>93</sup>

Carlo Ginzburg afirma que a historiografia se propõe unicamente a convencer, e que seu fim é a eficácia e não a verdade, por isso mesmo as fontes, para ele, mesmo quando dignas de fé, são comparadas a espelhos deformantes, mas a análise da distorção já é um elemento construtivo.<sup>94</sup> Em sua crítica à historiografia, Ginzburg diz que

De forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável

---

93 GINZBURG, Carlo. *Relações de força, história, retórica, prova*. São Paulo. Companhia da Letras. São Paulo, 2002. Pág. 43

94 *Idem*, Pág. 43

com a realidade extratextual a qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são autorreferenciais, tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica.<sup>95</sup>

Neste caso é importante insistir na tese da “história a contrapelo” porque assim se pode (re)descobrir uma verdade (ou verdades históricas) até inesperada, pois de acordo com Roiz, pode ser que “por trás de toda narrativa, principalmente a histórica, houve uma realidade extratextual que lhe deu base e a tornou possível”.<sup>96</sup>

Trata-se, então, de ver a construção da Fortaleza de São José de Macapá com outros olhos, em que as cartas dos seus construtores trazem evidências da realidade, das ações e das expressões de sentimentos de homens amargurados, mas rígidos dentro de seus códigos militares, desejosos de conforto, no entanto degredados dentro de si mesmo, desterrados e impotentes pela ordem real de plantarem uma Fortaleza que se tornaria o símbolo de sua conquista em terras do Novo Mundo.

Nesse contexto, o exílio involuntário das personagens reais da construção da Fortaleza é caracterizado pelos constantes pedidos de voltarem à cidade (no caso Belém, capital da província), porque em São José de Macapá não tinham como se tratar das doenças. O ambiente tinha como cenário a ereção de um forte ao lado de relações tumultuadas entre o responsável pela obra e o comandante militar da Praça de Macapá em uma luta pelo poder, coadjuvada por outras personagens que também pareciam cumprir pena no “purgatório”, considerado um lugar onde se sofre por algum tempo, que evidentemente era a vila de Macapá.

Gallucio diz, ao escrever cumprimentando o novo governador da Província, que: “Troquei as delícias de minha pátria com as asperezas dos mais desertos sertões do Brasil, que corri e palmilhei”.<sup>97</sup> Seis anos antes de sua morte e estando há treze no Brasil à disposição do governo

---

95 *Ibidem*, pág.47-8

96 ROIZ, Diego da Silva. A construção do discurso histórico: entre a retórica e a prova. Revista Akropolis. Vol. 16, jul/set. 2008. Pág. 203

97 Cód. 132. Doc. 90, de 08 de outubro de 1763.

português, ele mostrava cansaço e desejo de voltar ao menos à cidade (Belém, sede da província do Grão Pará), como expressa em muitas de suas cartas ao governador. Imprescindível para a obra, o Sargento-Mor Engenheiro vivia em Macapá como se cumprisse a pena de um degredo, vigente à época para criminosos. E em Macapá encontra o palco de sua agonia, na acepção total do termo, que é também um conjunto de fenômenos mórbidos que aparecem na fase final de doenças agudas ou crônicas e anunciam a morte.

Nas suas relações conflitantes com o comandante Nuno Athayde Varona e com os ajudantes engenheiros Sambucetti e Wilkens, além de outros que se sentiam prejudicados com a sua rigidez, “soberba” e “inconstância”, Gallucio estabelece e impõe sua formação e cultura como valor de referência no trato com seus contemporâneos, em um mundo onde culturas, linguagens e valores coexistem numa diversidade ampla. Índios calcetas, guerreiros e remadores, degredados, negros ladinos e boçais de diversas procedências<sup>98</sup>, portugueses da metrópole (Lisboa) e ilhéus da Madeira e Açores, bem como italianos e alemães incorporados ao exército real, fazem parte desse mosaico inseguro de diferenças e costumes desiguais, à sombra de um regime monárquico austero que estendia seus tentáculos na exploração de produtos da natureza.

As alteridades pareciam instigar as relações sociais. E cada olhar era diferenciado porque “Nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem dualista na relação do eu com o Outro”.<sup>99</sup> Em vista disso “As culturas são dinâmicas e se transformam no contato com outras cultu-

---

98 Os calcetas (índios, negros ou brancos degredados) eram indivíduos condenados a trabalhos forçados, que tinham argolas de ferro fixadas nos tornozelos e/ou nos pulsos. Os negros boçais eram os escravos recém-chegados da África, rudes e ignorantes (para os agentes da escravidão), ainda não ladinos; negro-novos. Os índios guerreiros eram aqueles que, a mando dos portugueses, capturavam outros índios para o trabalho escravo; belicosos, aguerridos, enquanto os ladinos eram os escravos considerados astutos, negros ou índios, que já falavam o português, tinham instrução religiosa e sabiam fazer o serviço ordinário da casa ou dos campos (ou das obras).

99 BHABHA, Homi K.O. *Local da cultura*. UFMG. Belo Horizonte, 2007, *apud* CALDAS: 2007, pág. 59

ras”.<sup>100</sup> Além disso, mesmo que as culturas estivessem numa relação de interdependência, no contato direto, percebe-se nas cartas de Gallucio a sua erudição e o seu amor pelo trabalho, que parecia querer terminar com certa urgência para ir-se de vez de Macapá, encontrar sua família e traçar novos rumos à sua vida.

Dono de grandes conhecimentos, Gallucio foi viajante na Amazônia, antes que ela tivesse este nome: traçou mapas do Piauí, dividiu a província em paróquias para o bispado do Pará, demarcou limites, e projetou e construiu prédios. Olhou um mundo completamente diferente da sua milenar e urbana Mântua, e reclamou das “asperezas dos mais **desertos sertões do Brasil**” [grifo meu].<sup>101</sup> É o vidente de um visível uniforme, quase homogêneo e cansativo ao olhar de um estrangeiro. Mas, como diz Sérgio Cardoso.

O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e alteridades, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado.<sup>102</sup>

O mesmo autor enfatiza ainda que as viagens sejam experiências de estranhamento, pois

podemos mesmo observar que está, talvez, neste efeito de distanciamento, no sentimento de *dépaysement* (termo forjado com tanta felicidade pela língua francesa, cuja significação se aproximaria do nosso termo “desterro”, se

---

100 *Idem*

101 Gallucio, cansado, olhou o Brasil da época como um homem completamente isolado. Os sertões que palmilhou certamente não eram apenas aos da região Nordeste, que palmilhou traçando mapas. Sentia-se sozinho diante da grandeza da natureza brasileira, e dela a aspereza que influenciou sua forma de viver enquanto engenheiro militar, astrônomo, poeta, marido e intelectual incompreendido pelos seus pares.

102 CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). In *O Olhar*. Org. Aduino Novaes. Companhia das Letras, S. Paulo, 1989, Pág. 349

o tomássemos num registro exclusivamente psicológico e simbólico) que, de um modo ou de outro sempre envolve o viajante (que não se mostre inalavelmente frívolo), o seu núcleo essencial e sua expressão mais íntima.<sup>103</sup>

O *dépaysement* decerto assinalou mudanças no espaço visível de Gallucio e de todos os que se encontravam em Macapá com a missão de construir uma fortaleza, alterando e impondo fissuras e fendas nas suas identidades e culturas. Algo de desestruturante marcou as relações sociais, experimentadas pelas dificuldades da construção, pela luta pelo poder e pela morte. Nessa viagem onde todos estão na mesma charrua (tipo de navio comum no século XVIII), experimenta-se a natureza do estranhamento, imposta pelas alterações do tempo e não só entre uns e outros, “mas sempre ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se sempre na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio”.<sup>104</sup>

Mesmo não sendo o herói de uma epopeia, cujo termo é derivado do grego “epos”, que remonta à narração, discurso e palavra,<sup>105</sup> Gallucio traz em suas cartas a essência de uma personagem que atua diretamente no espaço de um conflito (entre ele e aqueles que não gostavam de suas atitudes), desempenha um grande número de ações para o êxito da construção, objetivo de sua missão como engenheiro e militar; como diretor da obra, intervém diretamente na vida dos seus subordinados; obedece integralmente às ordens do seu superior, dada a hierarquia militar; sujeita-se a essas ordens sem nada contestar, exaltando as qualidades de seus superiores; expressa sentimentos e emoções ao falar de sua família, que não vê por oito anos, até ela ser trazida por um cunhado militar a Macapá, não existindo indícios da permanência dela na vila; e finalmente morre como herói real de um romance não escrito. Por ser protagonista de uma trama, no processo obsessivo e desgastante da construção do forte, Gallucio torna-se um herói, real e moderno, pois

---

103 *Idem*, pág 359

104 *Ibidem*, pág. 359

105 CALDAS. *Op. Cit.*, Pág. 51

O herói romanesco [...] constrói-se pela aventura que dá a ele a oportunidade de se constituir enquanto sujeito para, em seguida, encontrar sua própria essência ao ser provado permanentemente. O herói épico, por sua vez, não precisa de aventura, já que suas peripécias são muito mais uma espécie de cumprimento de dever superior que um processo de autoconhecimento.<sup>106</sup>

Por isso e pela sua importância para a construção do hoje monumento histórico e famoso cartão turístico do Estado do Amapá, Gallucio ainda não teve o reconhecimento, juntamente com seus contemporâneos, porque a história, ao encarregar-se dos mortos, promove uma operação histórica que pode ser considerada como um ato de sepultamento renovado constantemente. Mas essa sepultura não foi definitivamente inscrita porque a historiografia recorre a artifícios passionais sem valorizar corretamente as fontes encontradas. Dora Alcantara diz que

a narrativa da apreensão das plantas da obra, feita por ordem do comandante, faz pensar que algum desequilíbrio possa ter cercado a doença de Gallucio, para que um zelo tão extremado o levasse a esconder de tal forma o projeto, que se temesse uma paralisação da construção.<sup>107</sup>

José Sarney concorda com a ideia e fala que “Em outubro de 1769 morre Galúcio, segundo tudo indica de problemas mentais”<sup>108</sup>. Porém, Gallucio, segundo o cirurgião-chefe do Hospital de Macapá, morreu de uma doença que chamavam na sua época de “hidropezia”, ou hidropisia, que é a acumulação anormal de líquido seroso em tecidos ou em cavidade do corpo, provavelmente causada pela malária. O historiador Arthur Viana escreveu que “Antonio Gallucio, foi vítima, ao que se depreende da informação do cirurgião-mor Julião Alves da Costa, de uma *cachexia palustre*”,<sup>109</sup> nome à época se dava à malária.

---

106 *Idem*. Pág. 61

107 ALCANTARA, Dora Monteiro e Silva. Fortaleza de São José do Macapá. H.J. Cole. Rio, 1979. Pág. 16

108 SARNEY, COSTA: 1999. Pág. 123

109 FONTANA, Riccardo. As Obras dos Engenheiros Militares Galluzzi e Sambucetti

Numa sociedade moderna que valoriza o presente, a questão da memória fica quase em segundo plano, em um estado de amnésia, a incapacidade de lembrar. Entretanto, é inegável

“que o trabalho de memória e de construção histórica pressupõe o esquecimento, ou seja, não há como se falar em memorização sem um trabalho de triagem seletiva, sem uma reflexão crítica da própria memória”.<sup>110</sup>

Há, sim, um olvido, um esquecimento sobre o tempo da construção da maior fortaleza do período colonial do Brasil, uma amnésia que atingiu até mesmo os que tentam fazer uma historiografia desse acontecimento extraordinário. Hugo Achugar diz que a “história, assim como a identidade, se constrói em função de uma estranha combinação de memória e esquecimento”,<sup>111</sup> afirmando que os intelectuais tentam “construir um relato cultural que corrige os ‘esquecimentos’ dos relatos anteriores, mas no final aparecem como responsáveis, não dos esquecimentos, mas dos silenciamentos”.<sup>112</sup>

Este autor<sup>113</sup> também afirma que “toda memória, toda recuperação e representação da memória implica uma valorização do passado”.<sup>114</sup> Mas por estar aí implícita a questão temporal deve-se considerar as mudanças dos discursos em relação à construção historiográfica dos relatos, mesmo porque a cultura se renova a cada tempo, a cada época, num processo profundo e constante de renovação, onde novas perspectivas fazem parte da forma de pensar, considerando-se também as mudanças históricas e os poderes decorrentes da mudanças socioculturais, de cada

---

e do Arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII. Edições do Senado federal, Volume 46. Brasília, 2009, pág. 74

110 OLIVEIRA, Antonio Leal de. O perdão e a reconciliação com o passado em Hannah Arendt e Jacques Derrida in Revista anistia política e justiça de transição N° 1, jan./jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Pág. 206.

111 ACHUGAR, Hugo. Planetas sem Boca – Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 2006, Pág. 140

112 *Idem*. Pág. 143

113 *Idem*, 2006. Pág. 59

114 *Ibidem*. Pág. 59

lugar, de cada país. Para o autor citado “As mudanças, as rupturas, os esquecimentos, as infrações à tradição, então, seriam, não só transformações traumáticas, mas aquilo que o horizonte ideológico de uma comunidade não pode pensar.”<sup>115</sup>

A reflexão crítica a esse problema é levantada por ele a partir do que chama de “democratização da memória”,<sup>116</sup> pois o conjunto de cidadãos [de uma determinada comunidade] também reivindica o seu direito à narrativa, seu direito de contar o seu conto, a sua história, que não se trata da história de uns buscando silenciar a história dos outros, mas aquela história como produto de uma negociação, pois são atores sociais. Mas como só conta história quem sabe, diz o autor, pode-se, às vezes, desconsiderar a negociação e há quem conte a história do Outro “até bem – intencionalmente”,<sup>117</sup> no sentido de tentar representar (falar por) o Outro. Ele explica que

Historiador vem de *hístōr*, e *hístōr* quer dizer “aquele que sabe”, assinalou Michel de Certeau, em *Heterologías*. Historiador, aquele que conta a história, é aquele que sabe. Contudo, é possível afirmar que historiador “é aquele que escolhe”, aquele que tem o poder para contar a história; um poder outorgado, não necessária ou unicamente, pela disciplina, pela academia, pelo partido político ou pela instituição legitimadora. Um poder que decide onde, quem e quando possui o saber.

Esse poder/saber é um poder/saber escolher. É um poder que decide a tensão entre o esquecimento e a memória.<sup>118</sup>

A conclusão do autor para a questão da opção de quem conta a história é a de que nunca se conta tudo, pois não poderia ser possível contar tudo. E quando se propõe contar uma história podem ocorrer privilégios, esquecimentos ou silenciamentos. A lógica discursiva dessa afirmação

---

115 *Idem*. Pág. 141

116 *Idem, Ibidem*. Pág. 158-160

117 *Idem, ibidem*. Pág. 158-160

118 *Idem, Ibidem*. Pág. 159

é que há uma seleção dos fatos a serem narrados, portanto torna-se impossível para quem conta a história fugir da tensão esquecimento-memória, mesmo do ponto de vista ético, mormente para quem narra sob uma perspectiva da democratização da memória.

A permanência da Fortaleza de São José de Macapá tem uma memória a ser restaurada, não só pelas constantes transformações que sofreu no decorrer de mais de dois séculos, mas porque suas mudanças, seus esquecimentos e suas rupturas fazem parte de um horizonte ideológico que lhe permitiu olhares diferenciados, que não foram contados nem pela historiografia oficial nem por uma literatura que resgatasse tal memória e acendesse os esquecimentos, ou que até mesmo abrisse mais os ouvidos para escutar a linguagem escrita nos documentos dos homens que a construíram, que cimentaram nela pedras em cima de pedras.

#### 1.1.4 O ENGENHEIRO ERUDITO

Pouco ou nada se sabe a respeito da vida de Henrique Antonio Gallucio antes de chegar ao Brasil. Contudo, sabe-se que era italiano nascido em Mântua<sup>119</sup>, em 1728, como dito acima, e que

era um trabalhador da arte de cartografia e foi indicado por Carlos Martel, destacada autoridade de sua terra, para se apresentar ao governador da Província [do Grão Pará e Maranhão] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que precisava de um técnico para fazer “riscos” na Comissão de Limites.<sup>120</sup>

Riccardo Fontana diz que Gallucio, por ordem de Pombal, aqui constrói uma das maiores fortalezas do Brasil e da América do Sul,

---

119 Mântua ou Mantova. Cidade italiana em que nasceram o grande poeta Virgílio, autor do poema clássico *A Eneida*, guia de Dante Alighieri no Canto I do *Inferno* (vv. 85-87) de *A Divina Comédia*, e o pintor renascentista Andrea Mantegna (1431-1506). Ver: MARQUES, Luiz (Coordenador). *O Tempo do Renascimento 1 – 1260-1400 – Roma como Ideal*. Coleção *História Viva*. Duetto Editorial. S. Paulo, 2009. Pág.13.

120 BARBOSA. *Op. Cit.* Pág. 127

a de São José de Macapá na foz do Rio Amazonas, obra projetada e iniciada pelo engenheiro militar, ajudante e depois sargento-major de Infantaria Enrico Antonio Galluzzi de Mantova (Lombardia) entre 1763 – 1769 (quando aí morreu de malária), tendo sido requisitado pela corte portuguesa ao Sereníssimo Duque de Gonzaga.<sup>121</sup>

É o mesmo autor que se refere ao engenheiro como o protagonista da Fortaleza de Macapá, tendo este “a confiança do governador Furtado e do chefe da comissão técnica portuguesa Carlos Martel, encarregado da colonização amazônica”.<sup>122</sup> Fontana informa que em Mântua existe a fortaleza de Sabbioneta, projetada em 1588, por Giovan Battista Antonelli, composta de seis baluartes poligonais, que viriam inspirar o engenheiro na projeção da de Macapá.

De fato Galluccio já teria uma proposta “de fortificação com características básicas do que seria a de São José de Macapá: uma posição abaluartada de quatro faces. Mas esse desenho ainda não seria o final”.<sup>123</sup>

Pelo conteúdo da carta de Galluccio, de 8 de outubro de 1763, quando informa que teve “a honra de ser mandado pelo meu natural monarca a servir a tão Augusto Soberano já mais de 13 anos”,<sup>124</sup> deduz-se que o engenheiro já estava trabalhando para os portugueses desde 1750, provavelmente em Lisboa, à espera do embarque para o Brasil, o que ocorreu somente três anos depois, devido ao adiamento causado pela morte do rei de Portugal. Os membros da Comissão só chegariam a Belém em 19 de julho de 1753.

Deve ser ressaltado que a Comissão que viria ao Brasil era composta de técnicos estrangeiros altamente qualificados para as missões que lhes foram confiadas, entretanto seus membros tinham o epíteto de “mercenários”, junto aos militares portugueses, em função do alto soldo que recebiam do governo português. O governador Mendonça Furtado,

---

121 FONTANA. *Op. Cit.* Pág.51

122 *Idem.* Pág. 40

123 CASTRO. *Op. Cit.* Pág. 176

124 Cód. 132. Doc. 90.

após a experiência de conviver com eles à espera da Comissão Espanhola que nunca veio, definiu alguns dos italianos de “velhacos e canalhas”, porque reclamavam da falta de conforto e da comida.<sup>125</sup>

A historiadora Janaína Camilo cita como fonte secundária, extraída da obra de José Roberto do Amaral Lapa, (1978), que por sua vez se municia no códice 1204, de 16 de abril de 1767, do Arquivo Público do Pará, o seguinte:

Sobre Gallucio, é importante registrar que sua estadia na capitania do Grão-Pará, anunciada pela carta escrita em Lisboa pelo Padre José Moreira, em 14 de maio de 1753 (sic), teve momentos truculentos, pois não somente este engenheiro, mas todos os estrangeiros e a sociedade em geral estiveram sob os pesados olhos da Inquisição, instalada no Grão-Pará, em 1763. Gallucio, por exemplo, **chamou atenção pelos seus poemas, que refletiam forte personalidade** (grifo meu), enquanto Gaspar João Geraldo Gronfeld, engenheiro alemão que concluiu as obras da fortaleza de Macapá, chegou a ser acusado de luterano pelo Santo Ofício.<sup>126</sup> [grifo meu].

É dentro dos conteúdos epistolares de Gallucio que se evidenciam traços de sua personalidade, entendendo-se como uma pessoa geniosa, de personalidade forte, vigorosa e corpulenta, que traz elementos de conduta diferenciados das demais pessoas, tendo, assim, maneiras habituais de ser que a distingue dos outros. Nesse contexto personalístico, o engenheiro Gallucio encara uma figura dramática aos olhos das personagens do seu tempo, durante a construção da fortificação. As narrativas missivistas do comandante Nuno de Athayde Varona, também detentor de uma personalidade diferenciada, vez por outra indicam choques de mando e expressões de vaidades de Gallucio contra ele, que sempre reclama de intrometimento nas suas atribuições de engenheiro militar.

Talvez por ser estrangeiro, com alta patente militar dentro do exército português, Gallucio tenha despertado sentimentos espúrios dentro

---

125 FONTANA. Op. Cit. Pág. 89

126 CAMILO, Janaína. Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)

da corporação, visto os constantes reclames dos seus subordinados e pela austera condução do trabalho em um lugar insalubre como Macapá. O engenheiro via alguns dos seus ajudantes como “preguiçosos”, indolentes no trabalho, revelando que mesmo os amando e querendo o melhor para eles, sente “na alma que em algum deles se tenha insinuada a serpente do Amor do descanso/ que poderá, como costuma suceder na gente moça/ ser cauza de sua ruína”.<sup>127</sup> [grifo meu]. Por essas cartas também se pode notar que o Sargento-Mor Gallucio nem sempre podia compreender a situação dos seus comandados. Era uma pessoa exigente e muito sensível nas suas relações.

Sobre seus valores e talentos literários, não nos foi possível encontrar nenhum verso de seus poemas, que chamaram a atenção do Santo Ofício. Sabe-se apenas das citações de versos do poeta italiano Virgílio, que escreveu um dos poemas épicos mais importantes da humanidade, a “Eneida”, em torno da figura de Enéias e a fundação de Roma, além das “Éclogas” e outros.

Gallucio também se destaca como astrônomo ao observar eclipses do sol e da lua na linha imaginária do equador. Sua erudição e seu conhecimento de engenharia, transcritos em relatório sobre a fortaleza, dizendo do adiantamento das obras, ressaltam o brilho do profissional que foi na sua especialidade. Trata-se de uma peça, que denomina “Pro-memória”, com 18 itens e a conclusão sobre as necessidades da obra. Nela o engenheiro expõe minúcias e cálculos matemáticos sobre a produção de tijolos e telhas e sua relação com o tempo e a mão-de-obra necessária para o acabamento da obra.<sup>128</sup> É nítida a impressão da sua pressa: quer terminar a obra e voltar para a sua família. No entanto seus superiores não lhe oportunizam tal desejo, talvez pelo receio de perdê-lo enquanto o mais brilhante dos oficiais engenheiros, necessário que era para a consecução do objetivo da defesa da foz do rio das Amazonas para o reino de Portugal.

---

127 Cód. 150. Doc. 114, de 24 de junho de 1765. *Op. Cit.*

128 Cód. 58. Doc. 88, com anexo. Macapá, 12 de abril de 1765

## 1.2 O ILUMINISMO DE POMBAL

A história oficial (entendendo-se aqui como um conjunto de narrativas ou acontecimentos cronologicamente aceitos por especialistas e/ou cientistas da comunidade que a estuda), amplamente repetida por historiadores, aponta que a principal razão da vinda dos engenheiros e cientistas para a Amazônia foram as cláusulas do Tratado de Madri ou dos Limites, de 1750, cuja vigência ensejava a demarcação dos limites territoriais de Portugal e Espanha nos países na América do Sul.

O ano de 1750 é marcado pela morte de D. João V (1689-1750) e a proclamação de D. José I (1714-1777) como rei de Portugal, que confiaria os destinos do reino ao Marquês de Pombal (1699-1782), o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Nessa época, ainda que sobrevivesse do ouro e dos diamantes das Minas Gerais e dos lucros da poderosa Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Portugal era uma nação atrasada e ignorante, possuindo uma nobreza esgotada em tradição, bem diferente daquela que Pombal sonhava: uma nobreza “nascida do grande comércio e da finança, aberta a ideias modernas, semelhante a que se tinha desenvolvida na França já há cem anos”.<sup>129</sup>

Mas, em 1755, Portugal enfrentou uma catástrofe natural que iria mudar profundamente sua vida cotidiana: o terremoto de Lisboa, no dia 1º de novembro, em um sábado, dia de Todos os Santos, por volta das 9h40. Nesse dia fatídico, Lisboa foi sacudida por um terremoto de extrema violência, que em aproximadamente 10 minutos, com tremores em pequenos intervalos, foi suficiente para matar mais de 10 mil pessoas e torná-la palco de um incêndio de grandes proporções que durou seis dias. Nesse ano Lisboa tinha cerca de 250 mil habitantes e se viu sucumbida diante da catástrofe, sendo mirada pelos olhos estupefatos do mundo inteiro. O sismo foi sentido em todo o norte da Europa, na África e até na costa brasileira.<sup>130</sup> Em Lisboa, o terror e a miséria tomavam

---

129 FRANÇA José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Bertrand Editora. Lisboa, 1987, pág. 248

130 *Idem*, Pág. 61

conta da população no cenário das violências de bandidos e saqueadores e de ex-proprietários que choravam e se lamentavam de suas perdas, ao longe. Durante 24 horas a terra não deixou de tremer num movimento vibratório contínuo. Nos dias que se seguiram, foi registrado um total de 500 abalos de terra até setembro de 1756, sendo que se especulou a morte de mais de 30 mil lisboetas.

Foi nesse cenário que surgiu o futuro Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, para auxiliar o rei D. José I e com isso amenizar o fardo pesado da coroa em sua cabeça. Pombal tomou todas as providências para enterrar os mortos e distribuir víveres a fim de remediar os resultados daquela hecatombe. Valendo-se de sua grande experiência como embaixador em países da Europa, negociou empréstimos para que então pudesse reedificar uma Lisboa deserta e arrasada.

Em 1756, foi criada a Arcádia Lusitana, academia de onde surgem alguns homens do Iluminismo, que iriam influenciar com as ideias importadas da França, da Itália e da Inglaterra, as ações administrativas de Pombal sobre o reino português. É França quem fala sobre o Iluminismo em Portugal:

Eis uma palavra que deve ser empregada com discrição a respeito de Portugal. Encontramo-nos aqui no seio de contradições assaz diferentes daquelas que conhecia o Iluminismo pelo resto da Europa. Contradições externas, nascidas da fraqueza das estruturas do país e da existência de uma ditadura despótica que delas foi a primeira vítima, alteram e desnaturam o conceito de Iluminismo. Dir-se-ia que, em Portugal, ele comporta um paradoxo a mais...

A luta entre um pensamento laico e um pensamento teológico, entre as necessidades de um método moderno e os vícios enraizados de uma retórica jesuítica, entre a abertura para a Europa dos Enciclopedistas e os interditos de uma censura todo-poderosa, entre o valor do cotidiano e o dos modelos clássicos, o choque entre a história e a não-história, uma ingenuidade de novos-ricos – tudo isso negando-lhe qualquer programa, dá uma cor muito especial ao que poderíamos chamar de “Iluminismo português”.<sup>131</sup>

---

131 *Idem*. Pág. 225-6

Pombal se declarava homem forte e “iluminado” e dizia serem “iluminadas e providentes” as resoluções tomadas no decorrer de seu governo, registradas nas suas *Observações Secretíssimas*, de 1775, de acordo com França, o qual aponta:

A conjuntura portuguesa era então dominada por um empirismo radical no domínio do conhecimento e por uma hostilidade contra toda especulação. Tinha-se começado por reagir contra a especulação aristotélica e, no meio de alguma confusão, reagia-se contra a de Descartes, de novo suspeita... “Este (lia-se nas considerações do estatuto reformador) introduzia na física o furor de explicar tudo”, e os professores eram postos de sobreaviso contra tal armadilha. No fundo era o horror da especulação, da crítica livre, que dominava os novos princípios do ensino – e ali se encontrava sua principal contradição. Outras daí advinham; tais como as instruções dadas aos professores (muitos estrangeiros) de não procurar luzes senão no “Tribunal da Razão” e o aviso convidando-os a confrontar sempre suas opiniões com a doutrina revelada. O nome de Aristóteles, por ordem de Pombal, era riscado dos livros de texto, instituía-se o ensino da história, que é um dos mais antigos da Europa (1772), iniciavam-se pesquisas nos arquivos – mas proibia-se, ao mesmo tempo, a leitura de Bayle, de La Mettrie, de Rousseau, de Voltaire, de Diderot, de Hobbes, de Spinoza. Um decreto de 1769 lembra que “a religião é o assunto mais importante do gênero humano” – e se Pombal jubilava compulsivamente ou exilava os que protestavam contra a ditadura do ensino, ainda menos desejava a presença no reino dos seus próprios “mentores”.<sup>132</sup>

Esse longo excerto acima dá a medida para que se possa assistir ao processo histórico de um paradoxo filosófico há muito incrustado no pensamento histórico brasileiro e mesmo no português, no qual Pombal aparece como mentor português de um movimento que revolucionou a Europa, mas que este decerto não foi a causa segura do desenvolvimento intelectual da nação lusa. Mesmo tendo expulsado os jesuítas

---

132 *Ibidem*. Pág. 257-8

de Portugal e do Brasil, até os anos 60 daquele século – como vimos acima – a Inquisição da Igreja ainda andava pelo Brasil, inclusive perseguindo o principal construtor da Fortaleza de São José de Macapá, Henrique Gallucio.

Kenneth Maxwell<sup>133</sup> informa que um dos colaboradores mais próximos de Pombal na área da reforma educacional e eclesiástica, Antônio Ribeiro dos Santos, resumiu o paradoxo do autoritarismo e do Iluminismo de Pombal do seguinte modo: “[Pombal] quis civilizar a nação e ao mesmo tempo escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo.” Para o autor “esse paradoxo, comum entre os absolutistas europeus do século XVIII, encontra talvez o seu exemplo mais extremo em Portugal”, através de um “primeiro-ministro extraordinariamente honesto e cruel, também um dos mais bem-sucedidos ‘déspotas esclarecidos’ do século XVIII.”<sup>134 e 135</sup>

### 1.3 PRESENÇA DOS CONSTRUTORES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA COLONIAL

No centro da administração que Pombal comandou desde 1750 para a Amazônia, está a presença do seu irmão Francisco Xavier de Mendonça

---

133 MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal, o Paradoxo do Iluminismo. Paz e Terra, S. Paulo, 1996, Pág. 17

134 *Idem*, resumo da orelha do livro

135 O desenvolvimento intelectual e social alcançou seu auge na Europa no século XVIII, com o Iluminismo. Depois de Descartes os pensadores começaram a olhar novos horizontes para se libertar dos grilhões do medievalismo. Na França o grupo de intelectuais conhecido como Les Philosophes, que incluía Voltaire, Rousseau e Diderot, produziu uma grande reunião de informações chamada Encyclopédie, cuja ambição era catalogar o conhecimento humano num espírito da nova ciência. A pressão social por um sistema mais igualitário levou à Revolução Francesa de 1789, seguida pelas guerras napoleônicas que sacudiram a ordem política estabelecida.

Em Portugal, o governo de Pombal talvez já intuísse o resultado da doutrina Iluminista, daí ele ter governado o país com mão de ferro até a morte de D. José I, mas com vistas à possibilidade de Portugal emergir em um novo tempo. (Ver: LAW, Stephen. Filosofia. Zahar, Rio, 2009).

Furtado, fundador de Macapá e figura imprescindível para a interpretação das ações portuguesas na região norte do Brasil

Entretanto, a escolha dos técnicos estrangeiros, sobretudo dos italianos, foi feita ainda no reinado de D. João V, que foi buscar na Itália os melhores técnicos e cientistas, entre religiosos, leigos e militares, para participarem das expedições científicas no Brasil, visando o acordo do Tratado de Madri.<sup>136</sup> Entre eles estavam os técnicos citados no início deste capítulo, como Sambucetti, Ciéro e Gallucio.

Embora o centro irradiador do Iluminismo europeu fosse a França, a corte portuguesa tinha seus receios em contratar técnicos franceses, pois a França era uma potência bélica consolidada, enquanto a Itália era dividida em repúblicas, reinos e ducados em luta entre si. Além disso, os italianos eram católicos, que não corriam o risco das ideias heréticas dos protestantes e falavam um idioma latino com capacidade de aprenderem rapidamente o português<sup>137</sup>.<sup>138</sup>

Foi então nesse período que começaram as construções das vilas fortificadas na Amazônia e o planejamento urbano de Belém, a capital da província do Grão Pará e Maranhão, por ordem de Pombal. Já se especulava o título de “capital do Império”, no caso de mudança da Corte para o Brasil.

Depois da inutilidade da espera da Comissão espanhola, os técnicos estrangeiros foram designados para outras missões. As de Gallucio foram a de fazer o mapa do Bispado do Pará e da Capitania do Piauí, entre outras. Sambucetti, segundo Fontana,<sup>139</sup> teve uma atuação muito grande na Amazônia, entre 1756 e 1771 em Alcântara, chamada Vila Imperial,

---

136 BICALHO, Maria Fernanda. As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo. In Nas terras do Cabo Norte – Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira dos séculos XVIII /XIX. Flávio dos Santos Gomes (Org.). Edufpa, Belém, 1999, Pág. 28-29

137 FONTANA, *Op. Cit.* Pág. 48

138 Por ser o francês uma língua neolatina, assim como o italiano, creio que a posição do autor seja mera especulação, não tendo, portanto, valor argumentativo, como motivo do recrutamento dos técnicos italianos em detrimento dos franceses.

139 *Op.Cit.* Pág. 79

na Fortaleza de São José de Macapá, na Fortaleza de Gurupá, na Vila Vistosa de Madre de Deus do Anauerapucu e Vila Nova de Mazagão, projetada e erguida para abrigar no meio da floresta, às margens do Rio Mutuacá, as 160 famílias, das 340 vindas de Lisboa, após a derrota das tropas portuguesas para os árabes na cidade-fortaleza de Mazagão, de Marrocos, hoje El Jadida. O genovês Domingos Sambucetti também projetou e construiu o Forte Príncipe da Beira, no Rio Guaporé, entre 1776 e 1780, quando faleceu, como Gallucio, de malária.

É interessante dizer que a Fortaleza de São José de Macapá ocupa uma área de 127 mil m<sup>2</sup>, com 22.574,15 m<sup>2</sup> de muralha e 2.210 m<sup>2</sup> de espaço interno. A fortificação de Príncipe da Beira apresenta 970 m de perímetro tendo muralhas de 10 m de altura com quatro baluartes armados com 14 canhoneiras.<sup>140</sup>

A semelhança entre as duas fortificações é tão grande na sua forma e desenho que dá condições de especular sobre o motivo de Gallucio ter que esconder as plantas da de São José de Macapá com tanto cuidado por ocasião de sua morte. Pode ser que a sua aparente “loucura” tivesse suas origens na suspeita e na possibilidade de plágio ao seu trabalho como projetista, por ocasião de sua morte, quando também o engenheiro Sambucetti, a quem, indiretamente, provocou a ameaça de prisão e de lhe mandar a ferros para Portugal [por meio do comandante Nuno Varona], quando era seu ajudante de engenheiro em Macapá.

A historiadora Janaína Camilo conta que em 1773 Gronsfeld solicita ao governador do Pará que perdoe três degredados que injustamente foram acusados de roubarem uma planta da Fortaleza de São José de Macapá, desenhada por Gallucio. Segundo Janaína Camilo foi instaurado um Auto de Devassa que teve por objetivo investigar se a planta roubada, “que era segredo de Estado, tinha sido entregue aos franceses”.<sup>141</sup>

Esse episódio pode ter sido o mesmo que o capitão Henrique João Wilkens narra em longa carta encaminhada ao governador da província, que transcrevo integralmente abaixo:

---

140 FONTANA, *Op. Cit.*, pág. 53

141 *Op. Cit.* Pág. 166

Logo que foram entregues as Cartas que V. Ex.<sup>a</sup>. dirigiu ao Tenente Coronel Comandante e a mim, se despediu o segredo em Canoa ligeira em Oficial de Pedreiro a render José Nogueira, que se achava em Mazagão, para ser preso com João Pedro Marçal da Silva e o carpinteiro João Pereira no Calabouço à ordem de V. Ex.<sup>a</sup>., estes dois, que já se acharam no dito calabouço, sendo perguntados separadamente e juntos responderam o mesmo que já tive a honrra participar a V. Ex.<sup>a</sup>. na carta última de 11 de Junho [ilegível] que estando João Pedro Marçal da Silva em casa do Sargento-Mor Gronsfeld estando este separando os riscos que havia remeter a V. Ex.<sup>a</sup>. daqueles aos quais dava consumo rasgando-os, pedira o dito João Pedro ao Sargento-Mor alguns pedaços para piques de rendas e bentinhos para sua mulher, e dando-lhe uma mão cheia o mesmo Sargento-Mor os mandou pelo seu filho, que é de menor idade, a sua mulher, ficando ele com o dito Sargento-Mor escrevendo e diz não soubera o que depois passou. O pedreiro cayeiro<sup>142</sup> diz que estando com José Nogueira vira sair a dita criança com os papei e que pedindo-os separara o dito Nogueira e ele os pedaços de que se compõe a Planta, que a V. Ex.<sup>a</sup>. remeti e as mandara grudar o dito Nogueira pelo Carpinteiro João Pereira em cujo poder esteve, como ele mesmo diz, mais de um ano, sem fazer caso dele nem o mostrar a pessoa alguma, diz João Pereira que estando o dito risco na sua casa, onde ficara para grudar dado pelo Nogueira, indo este para Mazagão, lhe pedira e que ele respondeu o tinha perdido, e não sabia dele, e depois de partir o dito Nogueira para Mazagão, pedira a ele o risco da Planta o cayeiro repetidas vezes até que a buscou e lhe deu, dando-lhe o dito cayeiro o papel que remete a V. Ex.<sup>a</sup>. o Tenente Coronel, com o Número 3 que igualmente diz o mesmo Carpinteiro lhe servia para Bentinhos, por não saber ler nem escrever, o mesmo diz e asevera o cayeiro e chegando o pedreiro José Nogueira de Mazagão, antes de entrar no calabouço, onde se achavam os 3 outros, em casa do Tenente Coronel em minha presença foi perguntado sobre [inelegível] e disse que estando com o Cayeiro, morando ambos em um quarto, vira passar o menino, filho de João Pedro Marçal com os papéis, e que parando ao pé da porta, vira ele Nogueira os pedaços de que se compõe a Planta e

---

142 Caieiro. Caiador; ajudante de pedreiro.

outros mais papeis e riscos, e que sobrevindo o carpinteiro João Pereira levava os ditos pedaços para grudar, e que não sabia mais deles, negando ter ele dado os ditos para se grudarem, nem os ter separado e só sim que tirara um papel riscado em lápis da Porta principal pôr ser [inelegível] civil e ele ser curioso e mandando-se fazer apreensão logo nos seus papeis, se lhe achou só o dito papel que vai marcado número 1 e outro número 2 que é uma Planta e Profil da Guarita que ele diz lhe dera o Sargento-Mor Gallucio para executar quando esta se queria construir e logo mandando-se vir a nossa presença o cayeiro e o carpinteiro João Pereira e confrontadas convieram no mais, exceto dizer que mandara grudar o papel e que o pedira, negando isto o Nogueira, e afirmando o cayeiro e João Pereira: fora ele; pela confissão deles consta ter estado a Planta em casa do Carpinteiro mais de ano, e em poder do cayeiro, pouco mais de uma semana, e neste tempo a ter ele levado à vila uma vez estando muito bêbado e ter mostrado a alguns operários e gente ignorante, sem nunca o largar, e perguntando pelo caixeiro de Antônio José Vaz, por nome José Oliveira, que o papel era esse que levava, lhe respondeu era um risco, e se o queria por meia pataca, respondendo o caixeiro que não, lhe tornou a dizer o queria por 4 vinténs, ao que respondeu o sobredito que lhe não servia esse papel e que se fosse embora pois estava muito bêbado e isto sem se abrir a dita Planta, nem a ver, isto mesmo também assevera o dito caixeiro, que também se mandou buscar e foi perguntando separadamente, também não consta por modo algum se tirasse cópia, nem passasse a mão de pessoa suspeita porque ele o dito cayeiro nunca o largou até que se fez a apreensão.<sup>143</sup>

Esta carta, com resumo de inquérito, demonstra o extremo cuidado que os construtores da Fortaleza tinham para que nada fugisse ao seu controle. Janaína Camilo informa que

Silva Telles [Em seu tratado sobre a História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX):1984] afirma que o número de técnicos estrangeiros que vieram ao Brasil, desde o governo de D. João V, é bastante elevado,

---

143 Cód. 242. Doc. 45. Macapá, 15 de julho de 1772

notando-se a atuação de 238 engenheiros até 1822, dentre os quais havia 86 portugueses, 22 brasileiros, 16 alemães, 13 italianos, 12 franceses, 2 suecos, 1 suíço e 1 holandês, não havendo registro da nacionalidade dos outros. Essa quantidade preocupou o marquês de Pombal, que em 1770, por receio de espionagem, decretou que todos os cargos científicos no Brasil, que outrora foram entregues a alemães e italianos, fossem remanejados aos brasileiros ou portugueses.<sup>144</sup>

Pombal receava que os técnicos estrangeiros levassem para a Europa seus conhecimentos adquiridos no Brasil ou que vendessem manuscritos e publicassem cartas sobre o interior do sertão brasileiro a países interessados nas riquezas do Novo Mundo.

Na Amazônia, apesar do receio da quebra do sigilo militar e político, que envolveu o governador Mendonça Furtado e os engenheiros italianos, foram “superadas as dúvidas, a desconfiança e certa xenofobia”<sup>145</sup> e dada tanto a Gallucio como a Sambucetti e Gronsfeld, a responsabilidade de construir e dirigir os trabalhos de ereção das duas maiores fortalezas de que se tem notícias no Brasil.

Fontana explica que a morte deles, por malária, em pleno serviço para a Corte, fez desaparecer certo embarço para as autoridades portuguesas. O referido autor diz que

Portugal recebeu o máximo deles sem precisar eventualmente expulsá-los ou eliminá-los por motivos de defesa de sigilo. Sorte de todo mundo: no celeste império chinês, os engenheiros militares, uma vez terminada a obra, recebiam como prêmio o corte da cabeça.<sup>146</sup>

O receio de Gallucio deveria ter seus fundamentos: a xenofobia dos portugueses, as constantes disputas pelo poder e mando durante a construção da fortaleza e o perigo rondante das forças militares estrangeiras

---

144 *Idem.* Pág. 102

145 FONTANA. *Op. Cit.* Pág. 79

146 *Idem.* Pág. 79

que queriam seu quinhão de terra na América equinocial, tudo isso promovia um clima de alerta permanente.

Foi nesse clima que Athayde Varona, o comandante de Macapá, escreveu ao governador a seguinte carta datada de 14 de abril de 1765, contando que foi avistado possivelmente um navio francês nas águas do Rio Amazonas:

A carta que v. Ex<sup>a</sup> do primeiro do presente me, de que me fez entrega o Capitão Simão Coelho Peixote, que chegou a este porto a 11, com o número de Tropa que V. Ex<sup>a</sup> me permite a honrra de participar; em informa e quase me certifica de ser Francês o Navio visto nos baixos da Tijioca, pelas circunstâncias que a V. Ex<sup>a</sup> refirio o Capitão da Charrua; pois se fosse o Navio holandês que viesse de boa fé buscar a hospitalidade aos nossos portos, estimaria o encontro de se comunicar com a charrua para o socorrer: E bem pode ser que ande na deligência de reconhecer a configuração da nossa Costa, e retificando as sondas; para segurar por este meio não só a sua entrada, mas dos Navios, que em outra altura o poderão esperar, para reunidos invadirem, e insultrem esta praça: como já conseguiu aleivozamente aquela Nação, de baixo da paz, no ano de 1697, sendo Governador da Colonia de Cayena o Marquês de Ferrol, com o falso fundamento de pertencer à dita colônia, a margem da parte do norte deste Rio.<sup>147</sup>

Varona conhecia a história da região e, claramente, as intenções de “aquela Nação” (a França). Sabia também que a presença dos engenheiros estrangeiros era de fundamental importância para Portugal, considerando serem eles detentores de uma refinada tecnologia de construção militar, consolidada na construção das fortificações que foram imprescindíveis para a defesa da região.

---

147 Cód. 150. Doc. 63, de 14 de abril de 1765

1.3.1 O PALIMPSESTO ARQUITETÔNICO DA DEFESA<sup>148</sup>

Dora Alcântara<sup>149</sup> afirma que foi a partir da tentativa de estabelecimento da França Equinocial, no Maranhão, que os portugueses se viram obrigados a fazer um esforço maior para consolidar a conquista das terras do Norte. Isso se deu após a fundação de Belém, em 1616. Nesse período ocorreram prolongados choques entre lusitanos, ingleses, franceses e holandeses, inclusive na costa de Macapá em 1629, 1631 e 1639. Segundo a autora, em 1631

os ingleses haviam construído o forte de Cumaú em local próximo ao da futura Fortaleza de São José de Macapá. Mas depois do afastamento dos ingleses e holandeses a região passou a ser disputada pelos franceses que vinham de Caiena. Em 1697 eles se apoderaram do forte de Santo Antônio de Macapá que havia sido refeito pelos portugueses em 1688 **sobre as ruínas do antigo Cumaú.**<sup>150</sup> [grifo meu]

A mesma autora informa que em 1738 foi erguido um reduto

cerca de 2 léguas e ½ de distância do forte Santo Antônio. Em 1740 D. João V ordena a construção de um forte de fachina (sic)<sup>151</sup> e terra **no local do**

---

148 Palimpsesto. Material de escrita usado várias vezes. Neste trabalho o uso do termo palimpsesto se constitui uma metáfora, onde, pelas circunstâncias históricas, os colonizadores da Amazônia usaram os mesmos locais (ou locais próximos) para construir fortins e fortificações em pontos estratégicos. É como se fosse a reescrita de uma mesma história, com personagens e cronologia diferentes. Vejo ainda, nesse contexto, que sob os fortes construídos na região estão os produtos de todas as razões e desrazões que motivaram a conquista do vale amazônico, além dos segredos soterrados pelo tempo, que só uma prospecção arqueológica bem-sucedida poderia desvendar e uma literatura arguta baseada nesses fatos poderia ilustrar.

149 ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva. Fortaleza de São José do Macapá. H. J. Cole. Rio, 1979. . Pág. 11

150 *Idem*. Pág.12

151 Forte de fachina [grafia em desuso]: A palavra faxina, segundo o Dicionário Aurélio, vem do italiano. Significa feixe de ramos, ou de paus curtos, com que se entopem fossos ou se cobrem parapeitos de bateria, e usados para outros fins nas campanhas

**reduito precedente**, o já referido projeto, feito pelo discípulo da Academia Militar, Manoel Luiz Alves. Não foi, no entanto, construído por falta de recursos.<sup>152</sup> [grifo meu]

Ao visitar Macapá em 1752, quando nela ocorria uma epidemia de cólera, Mendonça Furtado, então governador da província do Grão-Pará e Maranhão aventou a possibilidade de construir uma grande fortificação que pudesse caber toda a população do lugar dentro de seus muros, principalmente depois, segundo Alcântara, que chegou de Caiena a notícia que o rei da Prússia pretendia fundar uma colônia na América. Isso fez com que o governador aumentasse a insistência sobre a necessidade de uma fortaleza em Macapá.<sup>153</sup>

Alguns anos depois, ao viajar para Macapá para a inauguração da igreja de São José, em 1761, o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro sentiu a necessidade da melhoria da defesa, mediante as constantes ameaças francesas de invasão. Então Mello e Castro incumbiu o capitão engenheiro Gaspar João Geraldo Gronsfeld de planejar e executar um forte de faxina de caráter provisório, cuja construção, como um simples reduto, foi concluída em 31 de julho de 1761. A fortificação, de acordo com Dora Alcântara, “**foi localizada no mesmo sítio da primitiva [fortificação]**” [Grifo meu].<sup>154</sup> A autora reforça a indicação ao dizer que “numa pequena ponta deste sítio [Macapá] havia sido elevado o fortim de 1738, ao mesmo tempo, o forte de fachina [sic] e terra construído

---

militares. Dora Alcântara grafa fachina e de define como “qualquer gênero de ramos ou mato com que se ajudam as trincheiras, e as fortificações de terra, pondo de cada uma sua camada a fachina (sic) se faz em molhos de 5 para 6 palmos de comprido, atados pelos extremos, e pelo meio e servem também para cobrir dos tiros da mosquetaria, fazendo deles parapeito, e também servem para encher os candieiros”(sic).

152 *Ibidem*, Pág.12

153 O historiador Adler Castro informa que a construção desse forte data de 1632. Ver: CASTRO, Adler. O Fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In Nas terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII/XIX. Flávio dos Santos Gomes (Org.). Edufpa. Belém,1999.

154 *Idem*. Pág. 14

por Gronsfeld”.<sup>155</sup> Diz ainda a mesma autora que o grandioso projeto de Gallucio ocupava a área toda, sendo prevista a demolição total do reduto e de outra bateria em semicírculo, que só aparece nas plantas de levantamento da obra, dando ideia de preexistir.<sup>156</sup>

Janaína Camilo<sup>157</sup> diz que o forte ficou arruinado pela ação das intempéries, mas em 1765 Gallucio mandou demoli-lo para ser erguida em seu lugar uma bateria da Fortaleza de São José. Antes de sua construção, entretanto, Gallucio e Wilkens fizeram estudos “da vila e de seus lagos circunvizinhos para construir uma fortificação que realmente defendesse a região de qualquer invasão”.<sup>158</sup>

É grande a lista de fortificações construídas ao longo do Rio Amazonas, em pontos de fronteira no período pombalino. Todavia, antes disso muitas delas, como redutos, fortins e fortes também foram construídas por estrangeiros na região do Cabo do Norte, hoje Estado do Amapá. O historiador Adler Castro<sup>159</sup> descreve a história de cada uma das construções, que reproduzimos abaixo:

1. Forte Torrego (I), também denominado Torego, Foherégo, Tauregue, Maracapu, de 1612. Construído pelo inglês Philip Purcell à margem esquerda do Amazonas, na confluência do Rio Anuerapucu, em frente à ilha de Santana. Sem vestígios localizados.
2. Casa forte do Rio Felipe, de 1620, feito por ingleses nas proximidades da cidade de Macapá. Sem vestígios localizados.
3. Forte do Torrego (II), Torego, Foherégo, Taiuregue, Maracapu, de 1629. Construído pelo inglês James Purcell à margem esquerda do Rio Amazonas, na confluência do Rio Anuerapucu, em frente à ilha de Santana. Sem vestígios localizados.
4. Forte North, Pattacue ou forte do Rio Felipe, construído em outubro de 1629 por ingleses, nas proximidades da cidade de Macapá. Sem vestígios localizados.

---

155 *Ibidem*. Pág. 14

156 *Idem*, pág.15

157 *Apud* ARAÚJO, 1998, pág. 183

158 *Idem*. Pág.183

159 *Op. Cit.* Pág. 138-193

5. Forte de Cumaú. Construído em 1632 pelo inglês Roger Fry, à margem esquerda do Rio Matapi. Sem vestígios localizados.
6. Forte do Rio Maricary ou Maiacaré, construído em 1633 (?)<sup>160</sup> por holandeses, na embocadura do Rio Maricary, próximo à foz do rio Araguari. Sem vestígios localizados.
7. Casas Fortes do Rio Araguari, Forte do Rio Araguari ou Forte do Rio Bataboute, construído em 1687 pelo engenheiro português Pedro de Azevedo Carneiro. Sem vestígios localizados.
8. Forte de Santo Antônio de Macapá, ou de Cumaú, construído em 1688 pelo português Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, a duas léguas [c. 18 km] e meia da praça de Macapá e a duzentas braças [440 m.] da boca do Rio Matapi. Sem vestígios localizados.
9. Casa Forte da Ilha de Santana, construída em 1729 (?)<sup>161</sup> por portugueses, na Ilha de Santana – AP. Sem vestígios localizados.
10. Forte de São José de Macapá (I), construção portuguesa, de 1761, feita por João Gaspar Geraldo Gronsfeld, na cidade de Macapá. Sem vestígios visíveis.
11. Fortaleza de São José de Macapá, construção portuguesa feita por Henrique Antônio Gallucio entre 1764 e 1782, na cidade de Macapá. Restaurada.

Mas além delas, e nesse mesmo período, foram construídas outras fortificações pela Amazônia, como os Fortes de Gurupá e Pauxis, no estreito de Óbidos, e o próprio Forte Príncipe da Beira, no atual Estado de Rondônia, entre outros inúmeros redutos e fortins em paragens localizadas nos ambientes da conquista (afluentes do Rio Amazonas), onde estavam presentes os interesses lusitanos pelos produtos da floresta, conhecidos como drogas do sertão.<sup>162</sup>

---

160 O autor tem dúvidas sobre o ano de construção desse forte.

161 O mesmo ocorre com o ano da construção da Casa Forte da ilha de Santana.

162 O sonho do *El Dorado*, o valor das “drogas do sertão” no mercado europeu e a ideia da terra de riquezas inesgotáveis, certamente fizeram despertar a atenção dos portugueses para lançarem base (com a construção lugares, vilas, cidades, fortalezas e fortes) da conquista definitiva da Amazônia.

É interessante notar que algumas dessas construções foram destruídas pelo tempo, existindo apenas os documentos que comprovam sua existência e localização. Muitas delas foram erguidas possivelmente no local de outras (ou muito próximas dos locais das outras), mais antigas, cuja localização poderia ser um ponto militar estratégico, o que torna esta dedução ponderável, devido à ausência de vestígios, de acordo com o Castro.<sup>163</sup> Por ser assim, pode-se dizer que elas são uma espécie de palimpsesto no processo de conquista do território amazônico, construídas nos locais que foram “raspados novamente” para abrigá-las ao longo do tempo, sendo consideradas construções sobrepostas e imbricadas dentro de um determinado espaço geográfico.

Em seu importante trabalho sobre Mazagão, o historiador francês Laurent Vidal<sup>164</sup> discorre sobre Nova Mazagão, classificada por ele como “cidade palimpsesto”. Essa vila, entranhada no meio da floresta, foi desenhada pelo engenheiro Domingos Sambucetti durante o processo de preparação para receber as famílias oriundas da Mazagão marroquina (com seus soldados, seus escravos, seus hábitos, tradições e imagens de santos católicos). A Mazagão africana foi tomada pelos mouros em 1769, quando os sobreviventes tiveram que abandoná-la. Em tom de desalento, o autor conclui que

O renascimento de Mazagão não chega, portanto, a ser uma reprodução idêntica da antiga fortaleza [africana]. Mesmo inscrevendo-se numa espécie de continuidade, Nova Mazagão é muito diferente dela e aparece como resultado de um processo original. Assim, é a cidade palimpsesto: na cidade de papel, enxertam-se a cidade em construção, a cidade indígena, a cidade colonial e a cidade mestiça dos neomazaganenses. Todas essas cidades, reais ou imaginárias, formais ou informais, se superpõem, se imbricam, mas também entram em conflito. Resta saber como esses estratos

---

163 CASTRO. *Op. Cit.*, Pág.138-171

164 VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*. Martins. S. Paulo, 2008

que formam a cidade palimpsesto podem dar vida a um organismo social durável, capaz de resistir à prova do tempo.<sup>165</sup>

Instalada dois anos após a morte de Gallucio (em 1771), A Vila da Mazagão, assim como a Vila da Madre de Deus do Anauerapucu, praticamente desapareceram da paisagem. A primeira resistiu com uma população ínfima de mestiços depois de um surto de sarampo, que chamavam à época de “andaço febril”, quando dezenas de crianças vieram a falecer. Esse fato obrigou parte da população a fundar, a 30 km distante, a nova vila de Mazagão, ou Mazaganópolis, hoje conhecida como Mazagão, sede do município do mesmo nome. A vila de Madre de Deus foi engolida pelo mato e só há pouco tempo (2009) começaram a realizar estudos arqueológicos no lugar, no Rio Anauerapucu.

Da cidade feita no papel à cidade atual, Mazagão é outro palimpsesto que se enxerga tênue, com um passado que quer ser preservado a todo custo em razão das tradições que ainda resistem nas festas religiosas e populares e nas imagens sacras da vila de Mazagão Velho, com seu glorioso contingente de antepassados guerreiros.<sup>166</sup>

Entre Mazagão e Macapá está a Ilha de Santana, um local de fortes e portos militares. Um ponto especial de entrada e de saída do Amazonas, que ao longo do tempo se tornou um lugar estratégico para as forças estrangeiras que a todo custo queriam seu quinhão nas terras do Cabo Norte. Dali muitas forças militares foram expulsas pelos portugueses. Por isso, talvez, a razão primordial da construção definitiva de uma fortaleza sólida que garantisse a defesa da Amazônia para os colonizadores portugueses.

---

165 *Idem*. Pág. 189-90

166 Assim como Mazagão, a vila de Macapá, também teve seu período de decadência, principalmente após a fundação da Fortaleza, em 1782, quando foi ficando abandonada pelos governantes. Em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá, a obra [a fortaleza] foi revitalizada pelo novo Governo. E nesse processo de ver reescrita sua memória e restaurada a sua dimensão arquitetônica, ela se estabeleceu na paisagem como a única e última fortificação que restou, sobre todas as outras, da colonização da Amazônia oriental.

Na gênese amazônica da conquista, as fortalezas estão imbricadas, parecendo ter o sentido de “escamas”, como se sobrepusessem propositalmente em um processo dialético inevitável, em um cenário violento de sobrevivência.

O poeta paraense Paes Loureiro diz que a Amazônia é

Região de silêncios, recortada pela emaranhada variedade dos rios na paisagem verde da floresta [a Amazônia}, torna-se um fertilíssimo campo de germinação para as produções do imaginário do homem, na fruição, no compartilhamento, na intervenção ou na explicação simbólica de sua realidade.

A consciência imaginante do homem face a essa realidade vive em estado permanentemente operatório. A relação entre o homem e a natureza se faz de modo familiar e, ao mesmo tempo, perpassada de estranhamento.<sup>167 e 168</sup>

Nesse cenário o homem europeu faz parte de uma paisagem natural desconcertante e efêmera, que se transforma e transborda ao meio de tempestades e vagalhões de ondas, de procelas que não se acabam. Ele está diante dessa natureza inédita (porque exótica), procurando domar as intempéries de um mundo não manipulável; o homem estrangeiro está de frente para um mundo perigoso, de forças desconhecidas, de onde ouve narrativas fantásticas ou experimenta, ele mesmo, essa pujança imaginária ao dar vida aos movimentos naturais que os olhos veem, que a mente imagina ao meio da ganância e da ambição de seus patrões que lhes mandam para o inexplorado em busca de riquezas. Ele (o homem/ estrangeiro) é o foco do olhar das feras da floresta; está entre o temor que

---

167 LOUREIRO João de Jesus Paes. *Cultura Amazônica – uma poética do imaginário*. Cejup. Belém.1995. Pág. 91

168 Enquanto cenário de sobrevivência, a Amazônia despertou nos colonizadores portugueses uma profusão de sentimentos e emoções causados pelo desconhecido que a região apresentava. O desbravamento da região, testemunhado pelas cartas e documentos escritos por eles (que demoram muito tempo para chegar ao destinatário), mostravam que passo a passo conseguiam mudar a “paisagem”. Nessa condição estavam presentes não só imaginário em relação à floresta, mas o certo confronto com as forças bélicas de inimigos fossem eles europeus ou indígenas, e ainda as intempéries do clima e o relacionamento entre eles próprios, que se fragilizava em permanente tensão devido esse mundo desconhecido.

causam os bichos do fundo e o disparar certo das flechas indígenas, avoantes ao menor descuido, vindas das margens dos rios. E sabe que, junto a ele, seus pares guerreiros europeus também ousam os mesmos objetivos e que rondam em silêncio sob o áspero sol do equador e sob a chuva rigorosa e forte. Esse homem precisa, portanto, de proteção e de segurança, necessitando erguer fortificações.

Em sua aventura histórica, o homem europeu constrói um discurso para guiar sua permanência na floresta, estendendo seus domínios sobre o leito dos rios, indo ao encontro do mar, de onde veio. Ele vem montado sobre as asas de um tempo histórico, construindo e destruindo em embate permanente com as forças da natureza, em busca de seu objetivo civilizador, registrando em documentos o que percebe e o que imagina como agente da ideologia da conquista, com seus discursos e ações avassaladores.

A Amazônia é um signo de grandeza, onde o tempo é o próprio espaço, onde o homem sente-se isento como referência de medida, dada a exuberância que nenhum discurso descritivo alcança, a não ser pelas metáforas poetizadas no assombro do cenário constituído por grandes distâncias; por acidentes geográficos onde está presente a vida edênica quase intocada, borbulhando nas águas dos igarapés e nos estirões de tabatinga às margens de caudalosos rios.

Recorro novamente a Loureiro para reacender a ideia de que

A Amazônia é percebida por quem a contempla, como uma grandeza pura: é grande, é terra do sem-fim. Sua concepção está associada geralmente a outros qualificativos: rica, incomparável, bela, misteriosa, inferno, paraíso. Algo que, embora próximo, está distante, como um outro mundo. *Locus* do devaneio, cujas medidas físicas desaparecem e cujos contornos se tornam *sfumatos*, graças a um livre pacto entre imaginário e realidade. Assimila-se sensivelmente, mais que numericamente ou cientificamente em meio de uma grandeza sem contornos, cujo valor reside nessa forma imaginal de grandeza. Ideia de grandeza que internaliza uma vaga infinidade de valores contidos nessa realidade que o imaginário transfigura.<sup>169</sup>

---

169 *Idem*. Pág. 95

Entretanto, às margens da passagem deste homem pelo rio, milhares de olhos estão à espreita, segurando flechas e bordunas, assustados com o vento que tufa as velas dos navios. O autóctone, o nativo, o que resiste em seu *habitat*, inevitavelmente mitificará no incompreensível do que vê para legar por transmissão oral aos que virão o seu drama vivido na experiência do contato, como a impotência diante do inimigo tecnologicamente mais preparado e mais forte. Então surge a livre criação, nasce a lógica extemporânea, eivada de enunciados diferenciados em torno dos eventos da conquista, mas pela imaginação destes que recebem os também estranhos seres, vindos de além-mar, como se sucede nos filmes *Aguirre, a cólera dos deuses* e *Fitzcarraldo*, do diretor alemão Herzog, realizado na Amazônia.<sup>170</sup>

A antropóloga Dominique Gallois<sup>171</sup>, ao estabelecer conceitos de temporalidade para explicar os mitos de Mairi e Ianejar dos índios Waiãpi,<sup>172</sup> explica que nessa narrativa há dois tempos que fornecem argumentos complementares para a interpretação da realidade: o tempo mítico e o tempo histórico. Ela ainda informa que essa distinção configura “argumentos construídos a partir de conceitos de temporalidade próprios a cada um desses modos de estar no tempo”.<sup>173</sup> A autora reflete que

---

170 *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972) e *Fitzcarraldo* (1982) tiveram a direção de Werner Herzog e foram protagonizados por Klaus Kinski.

171 GALLOIS, Dominique Tilkin. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. NHII/USP – FAPESP. São Paulo, 1993. Pág. 24-5. *Apud* Viveiros de Castro

172 A autora realiza a análise do discurso mítico dos índios Waiãpi, do Amapá sobre os relatos apresentados por eles quando conheceram de perto a Fortaleza de São José de Macapá. Os índios rememoram o mito de que ela é Mairi e Ianejar é o seu herói. Sua origem se deu quando Ianejar decidiu queimar a terra porque havia muita gente na face da terra. Então ele manda construir uma casa de argila (Mairi) para abrigar todos os Waiãpi. Eles entram nela e esperam. Suportam um grande cataclismo de fogo. Muitas crianças morrem. Depois ele manda um dilúvio. Crianças morrem de frio, mas Ianejar as faz viver novamente, soprando nelas. O dilúvio cessa e Mairi se encosta na margem do Paraná (ou Rio Grande) e Ianejar vai embora pelo buraco do final da terra. Em Mairi os Waiãpi recriam a sua humanidade, a verdadeira. Só depois os brancos chegam, de navio, para se apossar da fortaleza (a Mairi dos Waiãpi).

173 Por não ser algo que já se foi, o tempo mítico é um tempo de metamorfoses, é um discurso poético que se perde na memória e depois é reconstruído de forma

“Se essa hipótese for correta, continuaria pertinente contrapor, para fins de análise, argumentos míticos e argumentos históricos, que permitem compreender a manipulação de conceitos distintos de temporalidade embutidos nessas interpretações”.<sup>174</sup>

Gallois também explica que

No argumento mítico, construído a partir de uma lógica classificatória atemporal, prevalece a delimitação e a contraposição de espaços e de categorias genéricas, ao passo que o argumento histórico desenvolve, no tempo, uma lógica da continuidade que pode, por sua vez, ser utilizada para preencher os espaços previstos pelo mito.<sup>175</sup>

Já vista a concepção do Outro em Boaventura da Silva Santos,<sup>176</sup> onde o “selvagem é o lugar da inferioridade, é a diferença incapaz de se constituir em alteridade”,<sup>177</sup> vivendo sob a imposição das “guerras justas”,<sup>178</sup> então como é que se estabelece e em que contexto o discurso do habitante da floresta pode existir? Não vejo outro caminho a não ser o do mito, pois, ao contrário do tempo histórico dos europeus que vieram à Amazônia sob a cultura formal do mercantilismo para fazer o levantamento econômico das novas terras descobertas para domar o que lhe é estranho, o índio amazônico certamente também foi capaz de fazer a sua interpretação dos eventos (Os europeus não fizeram a sua interpretação?). Conforme o autor acima citado “A guerra justa [...] se

---

esfacelada pelos que ouviram os mitos de seus antepassados. Preencher os espaços previstos pelo discurso do mito significa dar a ele uma lógica, que creio, pode ser obtida através da pesquisa histórica.

174 *Idem*

175 *Ibidem*, Pág. 25

176 SANTOS, Boaventura. *Op. Cit.* Pág. 185. Para esse autor o selvagem “não é o outro porque não é sequer plenamente humano”. Sua condição de alteridade perpassa pelo conceito de que ele é inumano, besta da floresta, incapaz de conhecer a fé católica. “o seu valor é o valor de sua utilidade” (*Idem*).

177 *Op. Cit.* Pág. 185-6

178 CALDAS, *Op. Cit.* Pág.108

impõe enquanto discurso dos temas da violência e da vingança, devido trazer à baila questões que giram em torno de embates, representações e contradições entre as noções de civilização e barbárie”.<sup>179</sup>

Para Caldas esse conceito é de base teológica e se sobressaía a partir do século XVI quando o capitalismo europeu atinge outros lugares através da expansão ultramarina.<sup>180</sup>

Para João Adolfo Hansen,

A legitimidade da ‘guerra justa’ contra os bárbaros do Brasil também pressupõe Deus. Então a ‘guerra justa’ é doutrinada e regrada reciclando-se tópicos medievais do direito canônico. Ela é dada como uma situação de exceção relativamente à centralidade do poder monárquico, tido pelos agentes colonizadores como natural, legítimo e pacífico, porque o pacto que o estabelece está fundado na ética e na metafísica cristãs. A caracterização da guerra como situação de exceção, contudo, desloca e encobre o fato de que o próprio poder central, que se afirma natural, legítimo e pacífico, é também um poder de exceção, uma vez que não há poder naturalmente constituído.<sup>181</sup>

Ao mesmo tempo em que o europeu atravessou um tempo de aproximadamente duzentos anos, desde a fundação de Belém, em 1616, construindo fortificações para a sua segurança em pontos estratégicos da Amazônia, num palimpsesto comprovado pelas ações históricas,<sup>182</sup> o índio, em sua exegese atemporal, decerto pôde ter visto esse processo construtivo em uma narrativa mitológica.

---

179 *Idem*, Pág. 108

180 *Ibidem*

181 HANSEN, João Adolfo. A Servidão natural do Selvagem e a Guerra Justa contra o Bárbaro. In *A Descoberta do Homem e do Mundo*. Minc - FUNARTE/ Companhia das Letras. São Paulo, 2000. Pág. 349-10

182 CASTRO. *Op. Cit.* Observe-se o histórico da construção das diversas fortificações na Amazônia.

## 1.3.2 A OBRA INACABADA

Apesar de todos os esforços demandados por Gallucio e dos que lhe sucederam, no sentido de dar continuidade à Fortaleza de São José de Macapá até a sua conclusão, alguns fatores colaboraram para que tal situação não acontecesse. Antes, porém, necessário se faz comentar a razão política de sua construção ou o sentido das fortificações.

De acordo com a arquiteta Dora Alcântara,

A compreensão da Fortaleza de São José do Macapá exige, em primeiro lugar, o entendimento do significado de uma fortificação, e seu papel no sistema militar de uma época e o próprio conceito de guerra que orientava as ações militares.

O desejo de expansão e a ambição da conquista, os desagravos por perdas, entre tantos outros motivos para contendas relacionadas ao progresso das armas e demais engenhos humanos a serviço e intentos bélicos, estão na origem dessas mesmas conceituações.

Assim, em determinados momentos, as batalhas em campo aberto e a destruição do inimigo predominavam enquanto que em outros, a conquista e a detenção de territórios, por meio do cerco (assédio), elemento básico da guerra de posição, foi o que importou.<sup>183</sup>

Embora a Europa estivesse avançada nas questões bélicas no século XVIII, com notáveis progressos nas estratégias de guerra, novas armas de fogo e na qualidade das tropas, ao contrário de muitos países que declinaram da importância das fortalezas, na Península Ibérica isso não aconteceu, o que torna paradoxal o seu uso no Brasil,<sup>184</sup> pois

[A fortaleza], no sentido geral do termo, exerceu várias funções além daquelas que a situam como parte de uma estratégia defensiva. Por exemplo,

---

183 ALCÂNTARA. 1979. *Op. Cit.* Pág. 08

184 A grande distância entre Portugal e a Amazônia, as dificuldades de transporte e comunicação não permitia uma modernização mais rápida.

servia como base para reabastecimento de um exército aliado, de refúgio para tropas derrotadas em uma batalha; era ponto de ataque ao inimigo invasor, cortando-lhe a penetração nas fronteiras.

[As fortalezas] Assumiram formas estreladas, de polígonos com prolongamento no vértice (baluartes) que permitissem “cruzar fogo” com armas defensivas, diferentemente dos antigos castelos medievais que eram apenas defensivos.<sup>185</sup>

Como foi dito anteriormente, após a morte de Gallucio, o governador do Pará entregou a direção dos trabalhos da Fortaleza a Gaspar João Gronsfeld, que por sua vez escolheu como seu ajudante o engenheiro italiano Domingos Sambucetti.

O andamento das obras foi executado da seguinte maneira: no primeiro semestre de 1771 foram concluídas quase todas as obras internas da fortaleza. O período de 1772 a 1775 foi o de maior atuação nos trabalhos da obra; o fosso aquático entre o lago e o rio no inverno enfraquecia o terreno e prejudicava substancialmente o baluarte de São José, que desde cedo já apresentava fendas; em 1778, um ano depois da morte do rei D. Manuel I e a queda do Marquês de Pombal, e quando o capitão Henrique João Wilkens falava (como Diretor da Fortaleza de Macapá) da “feliz aclamação da Augusta Soberana”, D. Maria I,<sup>186</sup> a obra da fortaleza foi julgada dispendiosa e não teve mais a devida atenção; em 1782, no dia de São José, em 19 de março, foi feita a sua inauguração, mesmo inacabada.

O cenário da construção da Fortaleza de São José de Macapá traz um romance feito de inúmeras personagens, em um ambiente de uma construção militar, testemunhada e vivenciada por elas cotidianamente. Nela não faltaram tramas, explosões de sentimentos, espúrios ou não, verdadeiros ou falsos, mas inerentes a todas essas personalidades reais que se aventuraram heroicamente na região amazônica, em uma espécie

---

185 *Idem*, Pág. 08. A Fortaleza de São José de Macapá, paradoxalmente estava preparada para cumprir funções modernas de uma fortificação, pois tinha a forma estrelada e possuía todos os aparatos técnicos para defesa e ataque.

186 Cód. 327. Doc. 20, de 09 de agosto de 1778

de exílio, em que padeceram as agruras de um tempo e de um lugar, e de suas próprias idiossincrasias, narradas em seus discursos epistolares. A estrutura psicológica de cada personagem real alimenta a ideia de que suas vidas vivenciaram um romance, pois na visão teórica da literatura não lhes faltaram as características fundamentais para uma escritura ficcional, e os aspectos metodológicos dessa construção literária estavam implícitos nos seus escritos. E eles voavam soltos em busca de uma lógica romanesca que ninguém escreveu. Uma lógica romanesca que se apresenta clara, guiada pelo fio da história e pela imaginação especulativa, que se faz nesse caso, para desvendar os segredos da história da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

E é a partir destas especulações que se buscará a conexão entre o passado e o presente, entre o espaço das construções imbricadas no espaço amazônico e a permanência da fortaleza na cidade de Macapá, por meio dos diversos gêneros de discurso. Nesse contexto as narrativas *gallucianas* e de seus contemporâneos ocorrem em um tempo lento, tão lento como as canoas que serviram para transportar os milhares de carradas de pedra para a construção das muralhas. Nesse interregno – da construção à contemporaneidade – um silenciamento<sup>187</sup> pairou sobre a vila de Macapá e um esquecimento parecia estar impresso em suas paredes, que só depois de 160 anos (com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e o seu tombamento em 1950) se dissipou ao troar dos canhões comemorativos das datas cívicas. Mas foi após completar 200 anos de fundação que começou a receber um tratamento oficial mais atuante. Daí por diante as restaurações ocorridas dentro e fora dela proporcionaram que se sobressaísse na paisagem e se tornasse o grande motivo da apropriação simbólica de sua morfologia por diversos setores da sociedade amapaense, até o momento das comemorações dos 250 anos da fundação da vila de Macapá, em 2008. Assim, para estabelecer o elo com o passado das cartas desse romance não escrito é que

---

187 A meu ver, este silenciamento é o fio obscuro que, ainda perdido, vai unir o tempo de construção ao tempo de permanência da Fortaleza de São José de Macapá.

serão analisados os diversos gêneros discursivos oriundos das cartas dos construtores até a produção artística e midiática sobre o monumento.

No capítulo seguinte trataremos do simbolismo que a obra hoje representa para o desenvolvimento urbano da antiga vila do século XVIII e para a identidade do povo macapaense, por meio das diversas expressões midiáticas e artísticas que se produziram e ainda se produzem sobre ela, inclusive a literária.

2

EXTERIORIDADE,  
IMAGÉTICA E A PRODUÇÃO  
ARTÍSTICO-CULTURAL:  
UM RIO DE DISCURSOS

*“Só sei apreender este peixe sutil e indomável – o real – através da escrita. É minha forma de oração”.* (Frei Beto)

Devido às transformações ocorridas, especialmente em seu entorno, e pela sua importância no contexto do planejamento urbano de Macapá, a Fortaleza de São José traz em si o significado primordial do desenvolvimento regional dentro da história de sua construção e, consequentemente, da história do desenvolvimento de Macapá. Nesse quadro, o processo de ocupação e de permanência da cidade foi executado com inúmeras dificuldades, narradas desesperadamente por meio de cartas suplicantes dos que nela ficaram para garantir a construção do forte, em meio a uma terra insalubre, cheia de problemas de abastecimento e de surtos de doenças tropicais.<sup>188</sup>

Os períodos políticos que se seguiram, como o Império e a República, deixaram a fortificação abandonada e tomada de mato, até as mudanças e usos diversos ocorridos no seu espaço interno e externo com a transformação de Macapá em capital do Território Federal do Amapá, em 1943.<sup>189</sup>

---

188 Cód. 131. Doc. 31; Cód. 132. Doc. 41; Cód. 132. Doc. 44; Cód. 150. Doc. 65, entre outros.

189 O Território Federal do Amapá foi criado pelo do Decreto-Lei N° 5.812, de 13 de setembro de 1943 (Ver: BENEVIDES, Marijeso de Alencar. Os Novos Territórios Federais. Imprensa Nacional, Rio, 1946. Pág. 15.)

Com a retomada da direção administrativa do território, durante o governo militar (1964-1985), começaram as mudanças definitivas para que a fortificação se tornasse a principal obra na paisagem da frente da cidade, finalizada no governo de Annibal Barcellos (1979-1985), que executou um aterro de grande proporção ao seu redor.

Não se pode esquecer a importância do Plano H.J. Cole<sup>190</sup> no planejamento urbano de Macapá para a área da fortificação, realizado em 1977 durante o governo militar, embora ele não tenha sido executado como proposta governamental de intervenção urbana devido à forma como foi conduzido, dentro de gabinetes, como veremos adiante.

Nenhum desses elementos enfocados no presente capítulo está isento do conceito de espaço e de paisagem, posto que a área externa da Fortaleza expressa ações políticas, ideológicas e sociais, portanto uma dinâmica urbana, cujos conteúdos são apropriados pelos detentores do poder. Daí a apropriação da imagem para veiculação na mídia se constituir objeto político em função das ações transformadoras da paisagem.

A produção memorial dessas transformações na área da fortaleza, expressas pela literatura produzida no Amapá, também representam manifestações que transcendem a realidade e que, por isso, buscam a hipervalorização da paisagem juntamente com a identidade cultural da cidade.

## 2.1. DA GÊNESE DA OCUPAÇÃO AOS PLANOS URBANOS

A Fortaleza de São José de Macapá representa a gênese da cidade. Embora a vila de Macapá tenha sido fundada oficialmente seis anos antes do início oficial das obras da fortificação, esta representa o ponto de partida para a permanência da cidade. Representa ainda o ideário da ocupação militar da Amazônia e o símbolo da conquista lusitana, devido a sua localização na margem esquerda do Rio Amazonas e a ligação com o estuário.

---

190 COLE, H.J. + Associados S.A, Rio de Janeiro. Consultoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Turismo – 1977/1978. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 1979

Sua construção se deu, como se sabe, por questões referentes às fronteiras requeridas por Portugal que motivaram conflitos com as nações europeias também interessadas em fixar suas bandeiras em terras americanas, lançando-se em campanhas de expansão territorial, realizando, inclusive, transações comerciais das chamadas “drogas do sertão” com índios da região. A Fortaleza de Macapá parece ser o resultado dessa decisão, pois as terras amazônicas vinham sendo pleiteadas pelos reinos europeus a todo custo, inclusive com desrespeitos aos tratados que assinavam, pois traziam seus navios à região para buscar riqueza e para fixar territórios. Isso reforçou ainda mais a decisão de fazer, na prática, uma rede de fortificações para assegurar a posse e o domínio da região.

No decorrer dos anos, seguidos à sua inauguração em 1782, a Fortaleza ficou em inteiro abandono, servindo até mesmo de curral de animais. Mas foi somente com a criação do Território do Amapá que começaram a dar importância à obra. Em 1950 ela foi tombada pelo SPHAN, antigo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.<sup>191</sup>

Hoje, após inúmeras intervenções e restaurações do espaço urbano que compõem sua paisagem, tanto interna como externamente, é vista como símbolo estratégico para a economia da cidade, devido aos investimentos turísticos que recebeu e que a fez tornar-se ícone cultural e identitário para a sociedade amapaense.

Esse processo, entretanto, não ocorreu de forma planejada. Tudo foi acumulado por governos sucessivos que tentaram implementar diversos planos urbanos para Macapá e para o município de Santana, onde estavam sempre presentes indicações para a frente da capital, na qual fixa e imponente, embora precisando de reparos, estava a Fortaleza de São José. E todos os projetos urbanos para Macapá foram ou são resultantes de políticas públicas direcionadas, vindas “de cima para baixo”, centralizadas e até mesmo impostas pelo regime de exceção que por anos

---

191 O Governo Federal reconheceu a fortificação no livro de tomo histórico do SPHAN, em 22 de março de 1950. Fonte: Secretaria de Estado da Comunicação / Governo do Estado do Amapá. 2009

dirigiu politicamente o Brasil e inevitavelmente o extinto Território do Amapá, entre 1964 e 1985.

A omissão dos governos em não cumprir os planos por eles encomendados, em relação ao objeto de estudo aqui focado, deveu-se, sobretudo, a uma série de fatores causados pela dependência econômica das transferências federais do ex-Território,<sup>192</sup> que levou a situações nada cômodas para a economia estadual. Segundo Tostes

Nessas situações, os problemas urbanos se acentuaram e ficaram cada vez mais graves, quer porque a economia não se desenvolveu de forma apropriada quer porque não ocorreu um comprometimento entre o estado e os municípios, notadamente na harmonia entre gestores. O Amapá padeceu e ainda padece com a degradação das questões urbanas e com a omissão sucessiva de gestores que não conseguiram estabelecer políticas públicas para as áreas urbanas, principalmente para Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque.<sup>193</sup>

Todos os planos urbanos entre 1959 e 2005, de acordo com o autor acima citado<sup>194</sup>, tiveram um grau de aplicação mínimo ou regular. Mas os planos da Fundação João Pinheiro (1973) e HJ Cole (1977) “são planos da década de 70 e atendiam a uma visão de planejamento proposto pelo Governo Federal para os Territórios, com uma visão extremamente cartesiana”.<sup>195</sup> Por outro lado, apesar da informação do autor ser crítica, ele esclarece que

Estes planos sempre foram vistos como um excelente trabalho técnico, elaborados dentro de gabinetes, mas com pouquíssima aplicabilidade para a realidade amapaense, **podendo ser inferido que a não participação – sequer de gestores – nas respectivas elaborações é um fator que os levou a tão baixo grau de aplicação.** [Grifo meu]<sup>196</sup>

---

192 TOSTES, José Alberto. Práticas Urbanas Intervencionistas nas cidades Amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação (Artigo inédito). S. ed., s.d.

193 *Idem*

194 *Idem*

195 *Ibidem*

196 *Idem, Ibidem*

Assim, pode-se também pensar que as transformações da área externa da Fortaleza de Macapá decorrem de um certo planejamento urbano que passou por várias intervenções refletidas no espaço, posto que o planejamento urbano considera as diferentes formas de compreender o espaço. Uma delas é não o considerar como resultado de um único plano,<sup>197</sup> porque, diz Ferrari Júnior “O plano abre um leque de opções e possibilidades de construir o espaço. Todavia nem tudo que está determinado por ele vem ser refletido no espaço”.<sup>198</sup>

Colocada histórica e socialmente no espaço/tempo de sua construção, a Fortaleza de São José está presente no cotidiano dos homens e mulheres que assistem ao cenário de sua dimensão urbana, envolvendo-os nas suas relações de alteridade e até mesmo de contato e comunicação, de modo que sua imagem parece flutuar na paisagem da cidade e permanecer na mente das pessoas. Tudo isso, então, não pode ser resultado de um plano somente porque a fortificação é heterogênea quanto a sua interpretação ou visão, mas unívoca enquanto identidade, enquanto produto de um processo histórico e político que permaneceu à beira do rio para a contemplação, interpretação e orgulho dos autóctones atuais. Ela é morfológica e politicamente múltipla, pois, de acordo com o autor acima citado, ao referir-se ao plano urbano

esta produção e construção espacial são um mosaico de interesses, altamente territorializados e cuja expressão física, que se faz através das obras arquitetônicas, infraestruturas concebidas e desenhos que se formam para estruturar a vida humana, deixa transparecer as correlações de força de seus agentes.<sup>199</sup>

Essa correlação se faz presente através da descontinuidade do poder político, em que cada governante, a seu bel prazer, fez nesse espaço o que achou melhor por fazer, levado por um mosaico de interesses, no

---

197 FERRARI JUNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2004.

198 *Idem*. Pág. 16

199 *Idem*. Pág.16

dizer do autor, sem que a população em algum momento tivesse sido chamada para opinar, mesmo através dos seus representantes legítimos.

Desde 1980 até hoje o forte já recebeu mais de 30 projetos de restaurações,<sup>200</sup> sendo a mais significativa a ocorrida em 2006, que culminou com a inauguração do Parque do Forte, no lado sul do patrimônio cultural, que após intensa propaganda institucional ficou conhecido por “Lugar Bonito”.

## 2.2. PATRIMÔNIO, IMAGEM E PAISAGEM URBANA

Entende-se patrimônio cultural como “o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, linguísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente”.<sup>201</sup> Este conceito se faz necessário na modernidade porque é democrático e abrangente. Teixeira Coelho informa que

Para boa parcela dos profissionais do patrimônio, de orientação ideológica de direita e de esquerda, o grande papel do patrimônio cultural é o da manutenção, construção ou reconstrução da identidade (pessoal e coletiva) de modo, sobretudo a proporcionar ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição.<sup>202</sup>

Aliado a esse conceito, pode-se também pôr na pauta de discussão o conceito de imagem, dada a forma de como a fortaleza vem sendo objeto de inúmeras apropriações por parte do poder público e pela sociedade civil, eclesiástica e militar e, sobretudo, comercial, em cujas logomarcas aspectos arquitetônicos da edificação são postados. Assim, imagem não é

---

200 A informação foi prestada pelo professor José Alberto Tostes, pesquisador da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, em palestra proferida no Centro de Convenções João Batista de Azevedo Picanço, em Macapá, no dia 18 de novembro de 2009.

201 TEIXEIRA COELHO. Dicionário crítico de política cultural. Iluminuras, 2ª Ed. S. Paulo, 1999. *Apud* Carta do México em Defesa do Patrimônio Cultural. Pág. 286-300

202 *Idem*. Pág. 288

apenas uma representação gráfica, fotográfica ou plástica [do monumento], mas, de acordo com Teixeira Coelho,<sup>203</sup> é uma representação mental (caráter psicológico) não gratuita, determinada por elementos arquetipais, e que assume “uma dimensão teleológica na medida em que implica uma transformação da realidade ou do modo de ver a realidade”.<sup>204</sup> Esse autor ainda discute que a imagem é uma expressão concentrada da situação psíquica como um todo. E termina por afirmar que não se pode interpretar a imagem a partir da consciência ou somente do inconsciente, “mas apenas a partir da relação recíproca entre um e outro”.<sup>205</sup>

Nessa relação, é imprescindível estabelecer a importância da Fortaleza de São José de Macapá para a cidade, dada a sua posição exuberante dentro da paisagem urbana, conforme é citado por Tostes:

A paisagem consubstancia-se através da percepção espacial. A forma das cidades e o modo como elas se organizam, refletem-se na paisagem, e este reflexo é vital para entender como uma cidade funciona. Por outro lado, o espaço urbano (re) produzido, reflete a sociedade que o (re) produziu. Ou seja, sua história, sua cultura, seu modo de produção, seu estágio técnico e tecnológico, a divisão de classes, a luta pelo poder, dentre outros fatores que estão espelhados na configuração espacial da cidade, mostram-se através da paisagem urbana.<sup>206</sup>

Por outro lado esses conceitos levam a refletir sobre a exterioridade do monumento como parte da paisagem que envolve percepções e sentimentos, estados diferenciados de olhares entre a realidade e o sentido estético da fortificação plantada [construída] à beira do maior rio do mundo. O monumento torna-se, então, o orgulho do povo amapaense, por ser Macapá “a única capital banhada pelo Rio Amazonas”.<sup>207</sup>

---

203 *Idem* Pág. 207

204 *Idem*.

205 *Ibidem*, Pág. 208

206 TOSTES, José Alberto. Implicações e transformações na paisagem urbana das cidades de Oiapoque (Norte), Laranjal do Jarí (Sul) no Estado do Amapá. S ed., s.d. Pág. 09

207 Esta expressão é amplamente divulgada pelos meios de comunicação locais e reproduzida nos meios turísticos.

Ademais, fazer uma análise, a partir dos elementos simbólicos aqui descritos, como a criação literária, a memória dos homens e mulheres, a história e a imagética construída pela mídia

[...] faz-nos atentar para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro, e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações reais.<sup>208</sup>

E exatamente pela sua dinamicidade que se pretende a absorção de elementos capazes de se mostrarem reais entre o novo e o velho, entre o que havia e o que não há mais e, sobretudo, o que pode ser descortinado para além da aparência estática, em que todo um dinamismo se revela. A paisagem urbana é humana, é história e é social:

Ela existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho considerado como atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo. Através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos etc.<sup>209</sup>

Ana Alessandri Carlos<sup>210</sup> enfatiza que à medida que as relações do espaço com a sociedade se aprofundam, esta produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material. Daí que “a paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos. É reproduzida de acordo com as necessidades humanas”.<sup>211</sup>

Posto isto, as categorias conceituais que ora são apresentadas requerem as orientações dos dados para que se possa contextualizar a questão

---

208 CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)produção do espaço Urbano. Edusp. S. Paulo, 1994. Pág. 44

209 *Idem*, Pág.48

210 *Idem*.

211 *Ibidem*, pág. 49

da exterioridade (área externa do edifício construído) e imagética (não um conjunto de imagens, mas um local que encerra a imagem do objeto de estudo que é a Fortaleza de São José de Macapá), devido a ela ter se tornado – parafraseando Cohen-Egler, ao falar sobre a cidade – em “objeto de consumo imagético”.<sup>212</sup>

### 2.3. A DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO

As pessoas que caminham diariamente no Parque do Forte e ao redor da fortaleza, dificilmente poderiam supor que sob seus pés milhares de outros pés ali pisaram realizando um penoso trabalho para a construção da maior edificação militar do período colonial da Amazônia.



Figura 2: Planta da Vila de São José de Macapá. Original manuscrito de Gaspar João de Gronsfeld, do Arquivo Ultramarino de Lisboa, 1761.

Fonte: Nestor Goulart Reis. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Amapá. S.d.

212 COHEN EGLER, Tamara Tania. *Comunicação e Planejamento Urbano* (artigo). S. ed. s.d. Pág. 04

A *Planta da Villa de S. Jozé de Macapá*, original manuscrito de João Geraldo Gronsfeld, do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, 1761), foi desenhada por este engenheiro alemão do Exército português, que substituiu Gallucio após sua morte em 1769. Nela está traçada a primeira configuração urbana da então vila, onde aparece a leste o “forte de fachina,<sup>213</sup> começado por ordem de S. Ex<sup>a</sup>”. Como vimos no capítulo anterior, em 1763 esse fortim foi demolido e em seu lugar foi construída a Fortaleza de São José. Ao redor dela estava demarcado o Rio Amazonas, existia um lago, “que no verão seca totalmente” e um “Valle Alagadiço”. Havia também os portos, os “quartéis novos dos soldados” e a casa do comandante. Adiante no que é hoje o centro urbano da cidade, a igreja de São José (a mais antiga construção de Macapá, inaugurada a 6 de março de 1761), duas praças e diversos aparatos urbanos. As vias eram denominadas de: rua Formosa, das Flores, da Campina, do Sol, Direita, da Ponte, das Mercês, das Fontes; travessa da Guarda, da Vigia, da Atalaya, do Valverde, da Espera, da Estrella, entre outras. Vale informar que apenas a rua São José não trocou de denominação, devido ao fato de passar em frente à igreja do mesmo nome. Pode-se perceber ainda que o mesmo Porto das Canoas é o lugar que denominaram por mais de dois séculos como a “Doca da Fortaleza”, antiga enseada que ficava entre o atual canal da Avenida Mendonça Junior e a muralha norte da Fortaleza.

Além das centenas de cartas escritas pelas personagens que construíram e/ou viveram no período da construção do forte, muitos documentos sobre ela foram produzidos: relatórios militares, mapas, notícias de cronistas-viajantes e desenhos poético-literários, que enfocavam a sua exterioridade urbana. Entre eles está o poema “Macapá”, escrito em 1889, pelo médico e político Alexandre Vaz Tavares, ao visitar sua cidade natal. Dele reproduzo trechos que se referem ao monumento.

Por atalaia gigante  
 Ou em sinal de defesa  
 Do granito mais possante  
 Levanta uma fortaleza

---

213 Os textos são originais da planta

Negras muralhas ao sul.  
 Outrora adornadas em aço  
 Faziam troar o espaço  
 Dos canhões seus com o fracasso  
 No vasto horizonte azul

Outrora, quando ascendia  
 Sobre aquela grimpá ingente  
 Entre os sons da artilharia  
 O pendão aurifulgente  
 O auriverde pavilhão:  
 Trajava a cidade inteira  
 Alva roupagem faceira  
 Pela data brasileira  
 Ou festa de devoção  
 [...]  
 Hoje... lá jaz o colosso  
 Quase em total abandono  
 Formando quase um destroço  
 Na triste mudez do sono  
 Do desprezo mais cruel.  
 É correção de soldados  
 É presídio de forçados  
 É terror de condenados  
 De criminosos, quartel.<sup>214</sup>  
 [...]

Depois desse poema dezenas de escritores produziram textos sobre a Fortaleza e sua área externa, ora exprimindo a saudade, ora expressando sentimento de orgulho e ufanismo, e até de sarcasmo e raiva, como os poemas abaixo, escritos por Jeconias Araújo e por Hodias Araújo, respectivamente.

---

214 MEIRA, Clóvis; CASTRO, Acyr e ILDONE, José. Introdução à literatura do Pará – 8º Volume. Cejup/APL, Belém, 1997. Pág. 400-06.

Com uma certa “licença poética” Jeconias Alves de Araújo escreveu um longo poema chamado “Macapá meus passos no teu passado”:

A sordade me machuca  
E me róí cá dentro do peito  
Sentindo que não tem jeito  
Só me resta recordá:  
Como era bonita a beleza  
Da doca da fortaleza  
Apinhada de canoa  
Com suas velas colorida  
Velas que ganham a vida  
Sopradas por vento forte  
Vindo lá do rio mar  
[...]  
Acontece, seu dotô  
Que aquela doca bunita  
A doca da fortaleza  
Perdeu a vida, a beleza  
Prá num mais ressucitar  
Veio o progresso e aterrou  
O bunito igarapé  
Que servia de instrada  
Pras canoa trafegá  
E hoje quem quisé vê  
Aquela beleza bela  
Tem que vê pintada em tela  
No aeroporto locá.  
Parece até ironia  
Que aquele inorme telão  
Teja ali em insposição  
Pru pessoá que viaja  
Com os carçado no pé  
É ironia, seu dotô  
Aquele inorme telão

Tá ali em insposição  
 Pro pessoá que viaja  
 Mas viaja de avião<sup>215</sup>

Nesse poema Jeconias Araújo enfoca aspectos históricos da urbanização da cidade, principalmente sobre o aterro da área de entorno da Fortaleza e descreve com ironia a transposição da Doca da Fortaleza para uma tela superdimensionada de autoria do pintor R. Peixe, exposta atualmente no saguão de desembarque do aeroporto internacional de Macapá, que descreveremos neste capítulo.

Hodias Araújo, outro poeta memorialista da cidade,<sup>216</sup> descreve a área externa da Fortaleza desta forma:

Inda me lembro da doca  
 Das canoas que chegavam  
 Traziam mercadorias  
 Para os que aqui moravam  
 [...]  
 Andei muito sobre as pontes  
 De 3 ruas da cidade  
 São José e Tiradentes  
 Isto eu juro que é verdade  
 Cândido Mendes tão bela  
 E a zona comercial  
 Era ponte de madeira  
 Sobre extenso pantanal

Do matagal existente  
 Na frente da fortaleza  
 Vi surgir como progresso

---

215 ARAÚJO, Jeconias. In Macapá, recortes poéticos. Confraria Tucuju. Macapá, 2002. Pág. 82-91

216 ARAÚJO, Hodias. 20 centavos de poesias. Tarso, Macapá, 2006. Pág. 11-42

Nosso mercado central  
Que num ato triunfal  
Dominou a natureza

O poeta popular se lembra com detalhes de outros aspectos do monumento que até hoje tomam conta do imaginário popular: o paradeiro dos canhões e do mirante, que possuía um farol náutico.

O farol da fortaleza<sup>217</sup>  
Guiava o navegador  
Para achar o rumo certo  
E navegar sem temor  
Seu destino é ignorado  
Com certeza foi roubado  
Por algum governador  
[...]  
E foi assim que sumiram  
Alguns dos nossos canhões  
Que hoje moram no sul  
E embelezam mansões  
Será que eles vão voltar  
Tomando o rumo do norte  
Pra assumir o seu lugar  
Sua missão de enfeitar  
O nosso querido forte?<sup>218</sup>

---

217 Hódias se refere ao Mirante que existia no baluarte Nossa Senhora da Conceição. Segundo o historiador Edgar Rodrigues (Jornal Marco Zero, Macapá, 19 a 26.03.1982) o farol [com mirante] foi ali colocado em 1900, depois foi retirado e criou-se outro, com o nome Macapá, Classe SG (sem guarnição), sistema automático AGA, de chama nua a gás acetileno. Em 1979 foi retirado e no ano seguinte foi construído outro, de 10 metros de altura, que foi novamente retirado pelo IPHAN na restauração de 1977.

218 O poeta enfoca o desaparecimento dos canhões de bronze, da época da construção da fortaleza, importados das potências europeias, que até hoje ninguém explica seus desaparecimentos. A maioria dessas peças de artilharia foi substituída por peças



Figura 3: Mirante da Fortaleza de São José de Macapá. Acervo Edgar Rodrigues. Autor Desconhecido. S.d.

“Fortaleza de Macapá” é o título do poema de Carlos Cordeiro Gomes, publicado em seu livro “Poemas de Amar Mar”.

---

de cimento. Especula-se no imaginário popular que eles estejam em mansões de ex-governadores militares (da Marinha) no Rio de Janeiro

Monumento histórico  
Guardião impassível de uma época  
Granítico símbolo de um povo  
Nas noites  
– longas noites –  
Do gênese da cidade

O português sonhava  
Com sua amada  
Além mar...  
[...]  
Nas prisões subterrâneas  
Nas masmorras gotejantes  
Fantasmas-prisioneiros de 200 anos  
Retornam assombrando trevas  
Nos gritos desencontrados das aves noturnas...<sup>219</sup>

O escritor Ray Cunha assim inicia o seu romance “A Casa Amarela”:<sup>220</sup>

O trapiche Eliezer Levy, defronte ao Macapá Hotel, avança no Rio Amazonas como o calçadão de uma avenida. As embarcações de passageiros

---

219 GOMES, Carlos Cordeiro. Poemas de Amar Mar. Imprensa Oficial, Macapá, 1981. Pág.10. Possivelmente o autor está se referindo aos presos do golpe militar de 1964, que “retornam” com seus gritos nascidos das torturas, já que a fortaleza serviu de prisão para prisioneiros em vários episódios políticos ocorridos em Macapá. Entre eles cito o que se chamou de “Operação Engasga”, popularmente conhecido como “engasga-engasga”, em maio de 1973, quando o governo militar criou um factóide caricatural para justificar a criação da Polícia Militar no então Território Federal do Amapá. O fato se configurou em prisões e perseguições a suspeitos de opositores do regime, dando a eles a visão de seres irrealis e fantásticos, pelo que faziam à população da cidade. E a fortaleza serviu de apoio prisional especial, antes de eles seguirem para serem interrogados no Exército em Belém. (Ver: SANTOS, Dorival da Costa dos. O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974. Dissertação de Mestrado/ UNICAMP (Inédita), Campinas – S. Paulo, 2001.

220 CUNHA, Ray. A Casa Amarela. Cejup, Belém, 2004. Pág. 09

ou de carga que atracam e partem, vêm geralmente de Belém, do Marajó e do Baixo Amazonas. Dia e noite passageiros chegam e partem, famílias aguardam entes queridos ou se despedem de parentes, grupinhos passeiam, casais se agarram e pessoas solitárias se sentam ou se encostam no para-peito, e ficam ali, olhando para os outros e perdendo o olhar no rio imenso. Durante o dia o sol queima a pele das pessoas e as cabeças dos moleques fedem a matéria orgânica em combustão. Mas no fim da tarde sopra uma brisa que refresca a cidade e no começo da noite o vento verga os caules dos açaizeiros, e agita os galhos das mangueiras, encapelando o estuário do maior rio do mundo. A maré estava subindo e as embarcações dançavam como se fossem soçobrar, mas, bem amarradas ao trapiche, eram mantidas prisioneiras, lembrando cavalos selvagens recém-capturados. A água surrava a muralha da Fortaleza de São José de Macapá, entrava por um canal e ia dar nas masmorras, onde os presos do Golpe de 64 conversavam.<sup>221</sup>

Os professores Herbert Emanuel e Adriana Abreu escreveram para a Editora Cortez um livro ilustrado destinado ao público infantojuvenil, no qual descrevem a fortaleza da seguinte maneira:<sup>222</sup>

As pessoas que já viram a Fortaleza de cima, numa visão aérea, dizem

---

221 *Idem*. Pág. 48-9 Neste romance o escritor Ray Cunha usa personagens reais, que participaram de episódicas situações dentro da cidade de Macapá. É recorrente, no decorrer do texto, a presença da fortaleza enquanto ambiente por onde passam as personagens de sua narração ficcional. Exemplos: “A Fortaleza soltava-se, aos poucos, na escuridão. À mediada que ia clareando, a fortificação mais se parecia a um navio vagando no inferno”; “A Fortaleza São José de Macapá erguia-se, imensa, na margem seca do rio. Sua existência, de pedras e de sombras, em vez de tranquilizadora, pairava como uma ameaça. E quando o rio avançava e havia vento, a maré chicoteava sua muralha de pedras, assentadas pelos negros, que depois foram para o Curiaú, o Laguinho e os Congós”; e “E assim, sitiada pelo rio, a Fortaleza flutuava na água como um navio fantasmagórico. À noite, as luzes da cidade eram testemunhas daquele vagar infernal: uma Fortaleza flutuando no Rio Amazonas, ventre inchado, estourando de vermes e berros noturnos. Ali na Fortaleza São José de Macapá nascia uma nova civilização”.

222 EMANUEL, Herbert e ABREU, Adriana. Macapá, a capital do meio do mundo. Ilustrações de Bárbara Damas. Cortez, S. Paulo, 2008. Pág. 06

que ela parece uma grande tartaruga, graças a seus quatro baluartes e ao revelim; mas, para os índios Waiãpi, ela é Mairi, uma gigantesca panela de barro, de fundo pontiagudo e com boca virada para baixo, construída pelos humanos para proteger o povo Waiãpi do incêndio e do dilúvio provocado pelo herói Ianejar, divindade recriadora deste mundo. Bonito, não é?<sup>223</sup>

Os poetas costumam colocar nas entrelinhas dos seus poemas relacionados à fortaleza, a sua memória, os seus encontros/desencontros com o passado e o tempo presente, como neste trabalho poético:

MENINA FORTALEZA. Oi!

Quem chega d'outras terras  
De épocas mais andadas, pode calar um berro.  
– muitos abençoam a vez de vê-la –  
Lá está fixa a enseada. Marrom-amarelada!  
Senhora destes ventos de soslaio.  
Como se fora, fora a forma geométrica.  
Um jogo de damas, espraçada na ponta avançada  
Cujas primeiras porções quebradas  
Dão ideia do monstro marinho  
Que lhe rói o piso

Duas entradas lhe rodeiam o derredor  
Pedras no pó do solo, amarelas-vivas!  
Pedras no dó de sê-lo, amarelas-mortas!  
Bordados de musgos, padecem de feridas  
Tendas de um tempo ido!

Um fosso na face da porta,  
Alta, grotesca, ferro, pau-férrico, pau-brasil, moço!  
Fosso, masmorra.

---

223 Os mitos de Mairi e Ianejar já foram referidos no capítulo anterior.

Nesta masmorra apodrece um amigo  
Um antigo, um preto-velho, um tempo novo!  
E muita coisa, que muita gente quis.  
As aberturas, as torres,  
Abrem bocas de canhões.  
– cansei de acordar, medo do barulho,  
Atirando pólvora ao lado do rio –  
1958. Um rádio chiando. Gol do Brasil.  
No outro lado. Os franceses invadindo a área  
Cabralzinho defendendo. Voavam albatrozes e pousavam marrecas

A gente pequena brincava de infante  
Os escoteiros caíam da ponte, com suas mochilas prateadas.  
A Fortaleza  
– aos amigos mais íntimos –  
Bêbados nas manhãs de sua praia  
“Lesá do Zé”.  
Cada uma das torres laterais, quatro  
Guardam a ponta do eixo central  
A mulher de modinhas, polícia marinha  
Monumento de argamassa-rocha  
Mãos dadas entre os musgos e a gramínea.  
O Farol há coisa de vinte anos abriu os olhos pra noite  
– pelo menos foi quando lhe soube da vida –  
No pátio interno do Edifício Central.  
Escadas de pedra, cicatrizes de séculos dão a amurada  
A amurada cerca o farol. Os olhos do farol varrem a escuridão da baía.  
meus olhos de Farol varrem a imensidão dos meus dias.  
Voavam em filas. Sempre alerta Paraíso.  
Navega um barco de papel, mirava um estilingue de borracha.  
Era o dono do mundo (sou o imperador entre o ponto e vírgula).

Ah! Fortaleza...  
Como era escura a noite em tua ilharga  
Mesmo quando a lua beijava a enseada.  
E vão-se duzentos anos.

A lua conhece a tua entranha.  
Conhece o teu piso desgastado,  
Aquele bloco abandonado a lustre.  
Ele reflete o rosto do reitor, o ruído do chicote  
A hemácea espocada de encosto a dor-do-carregar-pedras.  
A falta de pedras te deixou inacabada  
– gorjeios de um rouxinol embalsamado  
No suor dos pretos que marcaram a tua estrada  
Desde o Macacoari, aos teus lados, caía e doía

Vou às falas contigo,  
Querendo dos antigos pecados que tu guardas,  
Os cheiros de Paris, que em ti estão.  
Segura os emplumados de pena de chapéus, sapatos de verniz  
Refletindo mosquetões e sabres,  
Querendo cruzar o fosso da eternidade.  
As tuas liteiras sociais.  
Ah! Estão os quatro cavaleiros do Apocalipse.  
Cruzando ossos e esticando veias num traçado de renda original.  
Guarda a vastidão da baía. Espanta o bicho-papão que nos espia  
Por entre os cachos de açai-maduro.  
Eu sou o teu amante ferino entre açoites.  
– Je ne parle-vous –  
Eu te encaro e te amarro a cara  
Porque fazes força comigo nas planícies tenras do que aconteceu.

E tu, lua. Por besteiras, cuidavas de bailar as valsas.  
Vi na biblioteca d'outros anos. O museu.  
Fardas, dobrões, letras declinadas, frases de amor.  
– sempre se amou como sempre se amará –  
Aquele mesmo cheiro de ti resta ainda,  
Resta o Igarapé que eu enxergava do Farol  
Minguado, espremido no centro do mangue,  
Tua companhia...  
Secou?

Ah! Lhe tornaram o leito uns tubos de concreto?  
 Então agora estás só?  
 Mesmo quando eu que nasci te vendo,  
 Vá morar mais longe que a vida.  
 Outros quiçá te vejam com orgulho.  
 Sonhem contigo, deusa de pedra.

Mesmo mirando um pobre passarinho  
 Que não te conhece a glória.  
 E te coloca na amurada, afoito, um pouco de fezes  
 Ao término do alado coito!<sup>224</sup>

A relação homem/natureza se insere diretamente na relação com o que este homem produz no espaço. Como produto histórico ele testemunha e ajuda a mudar a configuração do que existe nesse espaço, até mesmo com sua memória, na perspectiva de que tudo aquilo que ele cria é parte da reprodução de sua existência. Nesse contexto a poesia de Luiz Jorge Ferreira se coloca não apenas como a descrição memorial do seu tempo de adolescente, mas também como um produto social onde ele, o poeta, é parte da inevitável dinâmica da cidade.

Ao lado das descrições memoriais dos escritores deve ser posto que a área exterior da fortaleza – área comercial de Macapá – passou por dois grandes incêndios, que destruíram muitos estabelecimentos, causando enormes prejuízos aos comerciantes (fim da década de 60 e início dos anos 70). As casas eram construídas em madeira e foram facilmente consumidas pelo fogo.

Todavia, o governo do Território, depois disso, iniciou um processo de aterramento da área e só permitiu a construção de casas de alvenaria. Foi construído o canal da Avenida Mendonça Júnior e iniciado o aterro da área oriental, onde hoje está o Banco do Brasil e a praça norte da Fortaleza, junto ao complexo Turístico Beira-Rio, em frente ao Macapá Hotel. Anos depois, após inúmeras “reparações” e tentativas de restau-

---

224 FERREIRA, Luiz Jorge. Tempos do meu tempo. GTFA/DIO, Macapá, 1982. Pág. 46-9

ração, já em 2006, foi inaugurada a praça sul, que a mídia chamou de “Lugar Bonito” e que o povo passou a assim considerar. Antes, porém o governo estadual revitalizou o Trapiche Eliezer Levy, que anteriormente era de madeira e principal porto de Macapá, diminuindo-lhe o tamanho em mais de 200 metros, mas com um restaurante no seu final, ligado por um bonde elétrico para passageiros.

O bairro de Santa Inês, no lado sul do forte, também foi aterrado até onde se localiza hoje o bairro do Aturiá, passando pelo Complexo Turístico do Araxá.

Em meio a essas transformações na paisagem, o Rio Amazonas e a fortaleza são as únicas permanências que restaram de um longo tempo de mudanças e de decisões de intervenção urbana para a área.

Para ser o que é hoje para o povo da cidade de Macapá, a fortaleza passou por inúmeras restaurações, e se estabelece na paisagem como um elemento de referência para todos os planos diretores realizados e não-executados pelos governos municipais e territoriais.

Ela tornou-se um ícone-referência após as facilidades da mídia em colocá-la com símbolo da cidade, que está presente em todas as representações imagéticas: sejam elas religiosas, políticas, militares, plásticas, artesanais, poéticas, estéticas, discursivas ou meramente comerciais. Mas representa, antes de tudo, um patrimônio local resguardado enquanto museu aberto à visitação pública e como símbolo identitário do povo amapaense.

Ao lado de toda a exuberância que lhe foi dada esteticamente, o que lhe valeu o pr mio da revista “Caras” como uma das Sete Maravilhas do Brasil, o vandalismo e a falta de manuten o pelo poder público com caram a incomodar camadas da popula o mais conservadora e os frequentadores do lugar. Por si só realmente ela está presente no dia a dia da sociedade como um símbolo que marca a cidade, embora em seu entorno algumas aço es de nada combinam com esses valores, que, ao contrário do esforço em embelez -la, promovem “shopping popular” em uma rua próxima, onde se vende até produtos contrabandeados do Paraguai. Não se conta aqui a falta de perspectiva para minimizar o problema de ambulantes que se fixaram com suas mercadorias em diversos pontos

da zona comercial central, e que enfeiam a cidade no canal da Avenida Mendonça Júnior e por trás do Mercado Central, além das construções comerciais precárias que ficaram por perto da fortificação, a pichação nas muralhas e a poluição sobre o Rio Amazonas, num tempo que se consolida a verticalização de Macapá.

#### 2.4. TRANSFORMAÇÕES, PERMANÊNCIAS E MEMÓRIAS

A Fortaleza de São José é produto de múltiplas temporalidades, percepções e apropriações, mormente na sua condição de monumento tombado, protegido por leis que fizeram a frente da cidade de Macapá tomar outro rumo na construção de seu espaço urbano nos últimos trinta anos.

Como testemunha desse processo, posso afirmar que a essas transformações, em que se emolduram concepções distintas de espaços públicos, imagens e intervenções urbanas eficazes ou não, públicas ou particulares, também estão presentes, indubitavelmente, o olhar artístico, os discursos ufanistas, os discursos políticos e a mídia direcionada. Mas também não se dilui dele (o processo) a observação crítica e todas as tensões desafiadoras dos conceitos constitutivos e questionamentos que requerem a significação desse monumento tão importante para a vida da cidade.

As mudanças da área do entorno da Fortaleza fizeram com que Macapá modificasse radicalmente sua paisagem urbana e arquitetônica no que concerne à sua idade. Ao realizar inventário de bens imóveis da cidade, com o objetivo de definir o tombamento de edificações construídas no período do Amapá Território, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em conjunto com a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/ Curso de Arquitetura e Urbanismo, constatou que

aos poucos Macapá vem perdendo a sua ligação com o passado com a demolição de edificações construídas após a criação do Território do Amapá. É através do estilo arquitetônico das edificações que se observa o elo de vinculação entre as antigas gerações e as novas gerações. Isso também

reforça a concepção, não somente de observar os 251 anos da cidade, mas principalmente os últimos 65.<sup>225 e 226</sup>

Nesse texto, publicado em um jornal local, o pesquisador acima citado diz que a Fortaleza não é a única referência patrimonial de Macapá com o passado. Ele informa que o traçado urbano se constitui o maior patrimônio, pois

os primeiros estudos sobre Macapá, dão conta da necessidade de um corredor de ventilação, visando amortizar a forte temperatura. [A idéia era provocar um fluxo] e distribuir na pequena vila de Macapá melhores condições de conforto urbano, o que permitiria adequar determinados tipos de árvores para gerar condições de sombreamento, em ambos os lados das vias públicas.<sup>227</sup>

A concepção urbanística de Macapá, traçada pelo engenheiro João Geraldo Gronsfeld, em 1761, objetivava que ela se formasse “através de uma malha urbana ortogonal, com ruas paralelas e avenidas transversais ao Rio Amazonas”.<sup>228</sup> Gronsfeld tinha a noção que hoje se usa para definir sustentabilidade urbana, pois a qualidade de vida da população vinha em primeiro lugar, mesmo em uma vila aonde chegaram a grassar surtos de cólera, de sarampo e malária.

Como vimos acima, a memória da área externa da fortaleza é muito viva na narrativa dos poetas e escritores. Muitos deles viveram na velha Macapá que começava na Igreja de São José e terminava atrás do monumento. O lugar pequeno e tranquilo no início do Território recém-criado fazia com que as pessoas tivessem contato face a face, contatos esses que predominavam sobre a impessoalidade das cidades maiores.

---

225 Portanto, desde 1944, quando se instalou em Macapá o primeiro governo territorial.

226 TOSTES. José Alberto. O ser urbano. O nosso maior patrimônio é o traçado urbano. Jornal do Dia, Macapá, 17 e 18.05.2009.

227 *Idem*

228 *Idem*

Por ser lugar de lazer, o Parque do Forte é, hoje, ao mesmo tempo possibilidade e resultado da ação humana. É uma paisagem que se constitui tanto de elementos naturais (o rio, a maré, a chuva, o vento, os pássaros) como dos usos que sobre ela os homens exercem, seja por meio das relações entre si ou com os elementos que a constituem.

as formas da paisagem, não constituem, portanto, a uma ideia de finalização, mas a uma ideia de transformação. Mais ainda, estão necessariamente impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e de memória”.<sup>229</sup>

O conteúdo memorialístico e ufanístico sobre a fortaleza, trazido à tona por inúmeros poetas macapaenses, desde Vaz Tavares (que se revoltou com o abandono da edificação pelo governo monarquista, pois era republicano convicto), são representações essencialmente vividas por eles enquanto protagonistas de suas épocas. Cada discurso poético traz um jogo de imagens e representações que marca toda a comunicação que dá a eles a função estratégica de dizer algo. O poeta e o escritor, nesse caso são anunciadores (ou denunciadores) de uma voz coletiva, porque traduzem um consenso da memória popular. A eles é conferida uma autoridade da verdade memorial subjacente aos episódios e à descrição da paisagem. Expressam uma verdade coletiva que se consolida pelo entendimento comum e partilhado pelos que conhecem a produção desses escritos.

Por ser um lugar de construção, de desconstrução e de reconstrução de identidades, no dizer de Glória Reis, a cidade está sempre em transformação e tende a diluir “a memória possível de seus habitantes, atordoados e fascinados pelas contingências do presente”.<sup>230</sup>

O trabalho desses artistas é, então, o de fornecer dados sobre a história da cidade, pois revivem suas experiências estéticas e reavivam ima-

---

229 MELLO. Luciana de. Transformação e permanência do espaço, formas de ocupação e sociabilidade em um trecho da rua 24 de maio, Porto Alegre/RS. (Artigo), Porto Alegre., s.d., Pág. 04

230 REIS. *Op.Cit.* Pág. 213-32

gens e emoções. Eles podem evitar o esvaecimento da memória através de narrativas múltiplas dos lugares, dos hábitos, das maneiras de ver o mundo e de tantas outras categorias que podem definir temporalidades e espacializações que concorrem para redescobrir traços da identidade local.<sup>231</sup> Os seus escritos são instrumentos de manutenção dessas lembranças, documentos que de certo modo se opõem à história oficial ou aos discursos dos historiadores e uma estratégia para enfrentar os riscos do esquecimento.

Ao lado dessas situações, a área externa da fortaleza também é um lugar de concentração de população em diversos eventos promovidos pelo poder público e por particulares, que adensam uma agenda permitida pela direção dos órgãos culturais que administram o monumento. Shows musicais, peças teatrais, micaretas e manifestações religiosas são realizados no seu interior ou no seu entorno continuamente, sem que haja nenhum questionamento sobre as condições dos alicerces do forte de mais de 200 anos. Para que funcionem, um verdadeiro exército de ambulantes se mobiliza, numa vinculação direta com a economia informal.

Paralelamente a isso, é comum observar movimentos de grupos que promovem conflitos de rua, sem contar do vandalismo que destrói a paisagem do que chamam “Lugar Bonito”. Convém, ainda, dizer que tanto a área sul como a área norte são marcadas pela proliferação de bares e restaurantes que se estabeleceram nesses locais, além, é claro, da zona comercial que se alinha em sua volta desde os tempos de sua construção, e em função da doca, antigo porto de canoas à vela (permanências memoriais).

Necessário se faz observar essa paisagem, agora não apenas como memória de suas transformações, mas sobre o aproveitamento midiático da imagem da Fortaleza.

---

231 *Idem*

## 2.5. A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

A inauguração do Parque do Forte foi marcada substancialmente pela propaganda oficial do Governo do Estado, em junho de 2006. Anúncios na televisão, no rádio, em cartazes, em *folders* e em *outdoors* espalhados pela cidade promoveram a esperada inauguração do parque. A propaganda institucional dizia: “Pense. Mas pense num lugar bonito!”, informando da conclusão das obras e aguçando a expectativa da população. O evento levou milhares de pessoas àquela praça, que permaneceu absorvendo os curiosos por muitos dias.



Figura 4: “Lugar Bonito”.

Fonte: Governo do Amapá/Amazoom.

Alguns meses depois, o Governo do Estado do Amapá promoveu uma grande campanha no rádio e na televisão, através da agência de propaganda Amazon Sistema de Comunicação, com várias peças publicitárias

intituladas “Jeito de Ser”, nas quais músicos, compositores, pintores, funcionários públicos, indígenas, operários, donas de casa e pequenos empresários representavam suas categorias, manifestando o grau de aceitação do governo e certezas sobre um grande futuro para o povo amapaense. O comercial iniciava com a música “Jeito Tucuju”, dos compositores Joãozinho Gomes e Val Milhomem, e o locutor dizendo: “pelo jeito 2008 vai ser bom pra muita gente”. E finalizava com o *slogan* “Confiar no futuro faz parte da nossa natureza”. Uma das peças de 60 segundos trazia a música inteira cantada por Val Milhomem, com uma rica sequência de imagens de caboclos ribeirinhos alegres, negros dançando o Marabaixo (dança folclórica local), paisagens naturais do interior do Estado, o Rio Amazonas com suas embarcações peculiares e o Parque do Forte. Quem via a propaganda institucional absorvia naturalmente o sentimento de pertencimento que a bela melodia e a letra mostravam. A letra da música diz o seguinte:

Quem nunca viu o Amazonas  
Nunca irá entender  
A vida de um povo  
De alma e cor brasileiras  
Suas conquistas ribeiras  
Seu ritmo novo  
Não contará nossa história  
Por não saber  
E por não fazer jus  
Não curtirá nossas festas Tucujus  
Quem avistar o Amazonas  
Neste momento  
E souber transbordar  
De tanto amor  
Este terá entendido  
O jeito de ser  
Do povo daqui<sup>232</sup>

---

232 O apelo contido na música traz o discurso da importância do lugar (Macapá). Até

Com o advento de mais um lugar para o lazer de crianças e adultos na área de entorno da fortaleza, também começaram a aparecer os vândalos e pichadores, que deixaram suas marcas praticamente indelévels, não apenas nos brinquedos do *playground*, como nas muralhas do próprio forte. Desde a sua inauguração em diante, e com o relaxamento da segurança institucional, começou a acontecer toda a sorte de crimes, que os veículos de comunicação locais sempre noticiam com comentários de preocupação, como a seguinte matéria, publicada em fevereiro de 2010 no jornal *A Gazeta*:

ESCURIDÃO FAVORECE CONSUMO DE DROGAS NO PARQUE DO FORTE

*Segundo a polícia, a escuridão é um dos fatores que está favorecendo a ação dos bandidos no Parque do Forte*

Alguns pontos turísticos da cidade de Macapá estão sendo ameaçados pelo aumento da criminalidade. Desde o ano passado (2009), a Polícia Militar vem tentando combater o consumo e tráfico de entorpecentes e os conflitos entre gangues rivais no “Lugar Bonito”. Alguns pontos em especial como o Jardim de Inverno criado em uma das laterais da Fortaleza de São José de Macapá reúne todas as condições que favorecem o uso da maconha e outras drogas. A maior consequência de tudo isso é a sensação de insegurança das famílias e jovens que frequentam o local.

Incentivar o turismo e a cultura do Amapá. Essa foi uma das propostas apresentadas pelo governo com a conclusão de um dos mais audaciosos projetos paisagísticos. Quase 4 anos após a inauguração, o Parque do Forte, que foi carinhosamente batizado como “Lugar Bonito”, agora serve como ponto de devassidão, delinquência e crimes hediondos. Aspectos peculiares dificultam a ação da polícia e agravam o problema. Mesmo com o trabalho ostensivo da PM do 6º Batalhão, é quase impossível impedir a ação oportunista dos usuários de droga e traficantes.

---

hoje é muito tocada nas emissoras de rádio e de televisão locais, principalmente nas datas cívicas e comemorativas de aniversário de Macapá (04 de fevereiro). Foi gravada por vários intérpretes, como Nilson Chaves, Patrícia Bastos e Claudete Moreira.

Segundo a polícia, a escuridão é um dos fatores que pode estar favorecendo a ação dos bandidos no Parque do Forte, que compreende uma área de aproximadamente 120 mil metros quadrados em torno da Fortaleza. Para o comando da PM, a extensão é outro aspecto que dificulta a repressão aos atos ilegais. Para o coronel, Edilelson, então comandante do 6º batalhão, a PM busca intensificar o policiamento de quinta a domingo, que são os dias de pico, mas o esforço não supre a necessidade de coibir algumas práticas como o consumo de drogas. “A Polícia tenta controlar, mas a questão “iluminação” não contribui com o trabalho ostensivo”, disse o oficial.

Em 2009, o Parque do Forte apresentou altos índices de ocorrências relacionadas a rixas de gangues. Recentes denúncias sobre a presença de pessoas armadas no local chamaram a atenção da polícia novamente. Reclamações sobre arrombamentos de veículos também têm sido constantes em toda a extensão da orla. Algumas prisões e apreensões de droga foram feitas no ano passado, disse o coronel, afirmando que faltam policiais para reforçar a fiscalização. “Mesmo com a necessidade de efetivo, estamos aplicando policiamento regular no parque. Todos os dias, uma viatura fica designada exclusivamente para aquela área com apoio em dias de maior movimento. A presença da polícia tem inibido os crimes de roubo, mas o consumo de substâncias ilícitas é difícil de combater por se tratar de uma área muito extensa e escura”, disse enfático.

Cerca de duas mil pessoas visitam de forma rotativa a área entorno da fortaleza em dias de grande movimento. A captura de alguns delinquentes foi possível somente após uma operação especial realizada pela PM, em 2009. “Nós encontramos certa dificuldade em combater o ilícito, pois com a aproximação da viatura, eles passavam para outro local e escondiam a droga. Tivemos que montar toda uma operação, inclusive com gravações de vídeo para chegar aos infratores”, esclarece o comandante. O funcionário público, Mauro de Souza, 42 anos, chega a pensar que todo o investimento do Governo do Estado não valeu a pena. “Se continuar dessa forma será mais um lugar esquecido. As pessoas deixarão de frequentar, e muitos pais não permitirão que seus filhos frequentem”, alerta.<sup>233</sup>

---

233 LIMA, Carlos. *Jornal A Gazeta*. Macapá, 20.02. 2010.

Foi ainda no ano de inauguração do parque que o Conselho Estadual de Cultura do Amapá aprovou uma indicação para que o Governo do Estado cercasse a área com grades de arame. Essa atitude foi considerada antipática e foi e amplamente combatida pela imprensa local e por diversos atores sociais, que viram na proposta do Conselho uma manifestação de autoritarismo e de tolhimento da liberdade de ir e vir das pessoas em um passeio público. A indicação foi requerida pelo conselheiro Miquéias Reis da Silva, da Câmara de Ciências Humanas do Conselho, pedindo providências ao governador do Estado e à Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado para que fizesse, na área do entorno da Fortaleza de São José, uma proteção (aramado), devido à ação de vândalos e mau uso do patrimônio público. O conselheiro justificou o pedido desta forma:

A importância desse patrimônio é incontestável. Sendo de grande acuidade para a nossa população, espera-se que seus frequentadores, entre eles, crianças e idosos, possam usufruir desse espaço com tranquilidade, longe de violência e situações constrangedoras. Preservar logradouros dessa natureza é responsabilidade dos gestores públicos e deveres dos comunitários, mesmo dos insensatos e ignorantes, que se valem da penumbra da noite e da falta de uma vigilância eficiente e permanente para promoverem desatinos e atentarem contra a integridade física das pessoas de bem que ali costuma ir. Alguns bens materiais existentes naquele espaço, já sofreram alguns danos por ação de vândalos. Além da colocação de aramado, poder-se-ia cobrar taxa de visitação, como ocorre em diversas capitais de Estados do Brasil. Ficariam livres do pagamento de taxa, as crianças de até 12 anos e os idosos de 65 anos para mais. A medida geraria recursos para a manutenção do Parque do Forte e inibiria a indesejável presença de elementos perniciosos. O período de visitação precisa ser limitado, reservando-se um horário para limpeza e manutenção. Temos situações idênticas que estão dando certo em outros Estados. Macapá, 21 de novembro de 2009.<sup>234</sup>

---

234 A indicação nº 002/2006 foi referendada pela Câmara de Ciências Humanas e posteriormente aprovada, em 23 de novembro de 2010, pelo Plenário do Conselho

Por ser aprazível e estar localizado ao lado da fortaleza, na frente da cidade, área que a cada dia torna-se objeto de especulação urbana, o parque tornou-se um lugar de lazer das classes média e alta. No entanto, para as populações periféricas o centro da cidade torna-se um lugar inacessível devido à precariedade do transporte coletivo municipal nos finais de semana. Daí, então, se pode perguntar para quem é destinado esse espaço de lazer no centro da cidade, já que ela pertence a todos, mas poucos têm condições de conhecer o lugar. Talvez a violência gerada pelas gangues e a depredação continuada seja um reflexo dessa condição separatista que o capital estabelece socialmente ao gerar classes e guetos. E o local exerce atração por ser um espaço agradável e brilhante, ungido pelos raios do sol e da brisa que vem do Rio Amazonas, mas também pela força da mídia institucional, veiculada periodicamente.

Então o espaço construído e divulgado pode ser lido “como um objeto composto de signos que encontram, na representação imagética, a forma mais próxima da realidade”.<sup>235</sup> A utilização da imagem da Fortaleza pelo governo realiza a relação entre mídia e planejamento urbano. Para a pesquisadora Tamara Cohen Egler:

A visibilidade do fato urbano converte-se no fundamento do processo; é uma subordinação da política urbana à esfera mediática. Não se trata mais de transformar o espaço urbano em si, mas de produzir uma política urbana que dê mais visibilidade à imagem e aos efeitos espaciais e sociais da intervenção proposta.<sup>236</sup>

---

Estadual de Cultura, “agindo na forma dos artigos 8º (oitavo) e 9º (nono) de seu Regimento Interno”. Foi assinada pelos seguintes conselheiros: Nilson Montoril de Araújo (presidente), Aluizio da Silva de Carvalho, Antonio Munhoz Lopes, Maria Alves de Sá, Zaide Soledade Santos e Silva, José de Arimathéa Vernet Cavalcanti, Valdez Mourão da Costa, João de Deus de Souza Filho, Erlier Jodson Silva Santos, Miquéias Reis da Silva, José Queiroz Pastana e Manoel Bispo Corrêa.

Convém observar que não houve resposta do poder público ao apelo do Conselho Estadual de Cultura.

235 COHEN EGLER. *Op. Cit.* Pág. 02

236 *Idem*, Pág. 02

A imagem, então, é tudo. Comparável ao sonho, “é a forma de expressão do conhecimento que pode estimular o bem-estar do sujeito”.<sup>237</sup>

Ao usar dessas estratégias para obter ganhos políticos, o Governo do Estado procurou dar visibilidade ao fato urbano. Realizou a subordinação da política urbana à esfera midiática. Tanto que procurou fazer novos “lugares bonitos” usando as mesmas estratégias em locais que haviam sido “esquecidos” pelo poder público em governos anteriores, como praças comunitárias de bairros afastados do centro, locais que foram contemplados com arenas para a prática de esportes e lazer, inclusive uma praça na área de entorno de um reservatório de água no sul da cidade.



Figura 5: Capa do Kirigami da Revista Caras.

Com o resultado do concurso da revista “Caras”, o “Lugar Bonito” de Macapá ficou conhecido em todo o Brasil e se consolidou na paisagem urbana, levantando, assim, a autoestima dos amapaenses.

237 *Ibidem*. Pág.08

Mas se por um lado o monumento representa o orgulho e a identidade amapaense, fica o vazio para aqueles que nunca estiveram no lugar, que sabem da sua existência, mas jamais puderam sequer contemplar o forte, a paisagem e as pessoas que por lá circulam, absorvendo a brisa que vem do Amazonas e se divertir no local.

As permanências que se agregam à fortaleza na sua exterioridade, a relação das pessoas com ela, e do próprio monumento com o rio Amazonas são alteridades que ensejam uma forma de diferenciação. Como vimos, sua imagem, de cada ângulo exprime um sentimento, uma ação, um olhar não-residual, mas preenche de novos olhares sobre esse ícone, que por seu lado está ali na paisagem, no espaço da cidade como “uma esfinge que devora antes e pergunta depois”, no dizer do ex-ministro Gilberto Gil, em um discurso sobre as novas expressões urbanas da cultura.<sup>238</sup>

Na forma da fortaleza há uma simbologia eminente para o povo de Macapá porque ela transcende a uma simples construção e é, como já foi dito anteriormente, a gênese da ocupação territorial da cidade pela sua vinculação com a defesa do território. Representa ainda o desenvolvimento regional através da cultura, do turismo, da história e a consolidação do processo de defesa da Amazônia no período colonial.

Embora tenha perdido o vínculo com as permanências, que vivem apenas na lembrança dos poetas, escritores, artistas, moradores antigos da área, ribeirinhos e canoieiros, ela (e sua imagem) tem uma representação simbólica muito elevada, porque é referência em todos os planos de desenvolvimento urbano. Neles, é para a fortaleza que todas as setas se dirigem, como se ela fosse o coração da cidade e a marca indelével de toda a sua estrutura urbana. Por isso mesmo deve-se pensar o planejamento urbano considerando as diferentes formas de compreender o espaço. Observar sua imagem externa é uma delas.

É preciso considerar, então, que com o monumento restaurado os amapaenses lidaram com uma espécie de “cruz identitária”, pois lidam

---

238 Forma usada pelo ex-ministro da Cultura Gilberto Gil para valorizar as novas formas de cultura encontradas nos centros urbanos, como o Hip-Hop. Ministério da Cultura. Xerox, Brasília, 2007.

com a ideia que a identidade local é uma “descoberta”, portanto capaz de ser preservada e restaurada a todo custo, pois não é uma identidade “inventada”, que pode estar ao alcance de qualquer um.<sup>239</sup> A ideia da “descoberta” traz consigo a noção da imutabilidade ou da permanência da obra. Basta preservar e lembrar. Basta procurar na memória novas canoas para navegar e novas docas para aportar.

Nesse sentido, toda a questão do planejamento urbano ganha consistência para que o turismo e a cultura sejam realmente fatores de desenvolvimento econômico, dentro da cidade, quando se deve valorizar o que é essencialmente autêntico.

Deixadas as formas antigas da decisão técnica e política, a participação social no processo de decisão, produção e transformação constitui-se a única forma democrática de romper as amarras da dominação e de fazer um lugar e uma cidade mais benéfica para os excluídos, e mais humana para todos, ainda que sua imagem tenha que ser usada frequentemente pela mídia para reatar os laços entre povo e governo, consolidando o lugar como espaço político que dá à população um espaço público.

## 2.6 A PAISAGEM E A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DAS ARTES

É indubitável o papel sociocultural que a imagem da Fortaleza de São José de Macapá exerce e faz permanecer na memória coletiva do povo amapaense. Trata-se de uma espécie de culto memorial nem sempre decifrado pelos moradores da cidade, mas apropriado simbolicamente em inúmeras circunstâncias, sobretudo àquelas que ensejam interesses de classes como as dos comerciantes, religiosos, militares e do próprio poder político.

O monumento tem ainda a sua imagem transportada para dentro de instituições e espaços públicos, nas bandeiras e brasões do Estado e do Município, nos logotipos de diversos governos, em cartazes de seminários, encontros, conferências e congressos nacionais, regionais e estaduais, em camisas de torcedores de clubes de futebol (“Torcida forte, é Vasco for-

---

239 TEIXEIRA COELHO. *Op. Cit.*

te!”), de blocos carnavalescos e escolas de samba, em muros residenciais (“Se Deus é por mim, quem será contra mim? Ninguém!”), em carros de sorvete, em totens comemorativos, em telas, mosaicos, fotografias impressas em residências particulares e instituições públicas, em anúncios de turismo, letreiros de hotéis, agências, capas de livros, calendários e relatórios de políticos, em escudos militares, calçadas; em anúncios (*outdoors*) de lojas de veículos, farmácias, supermercados; em cartões de crédito, em fundos de cenários de jornais e programas televisivos, em *slogans* de instituições políticas ou comerciais, em cartazes de festas religiosas, em logomarcas de canais de TV e rádio, em *sites*, *blogs* e outras mídias da rede social da *Internet*, em capas de CD e de DVD, produzidos em Macapá. Todos são expressões que comunicam visualmente a paisagem da fortaleza enquanto parte de um inventário fabuloso de imagens que testemunham os mecanismos que levaram às transformações nela ocorrida.

Mas antes de se pensar no papel dos atores que recorrentemente vêm realizando esses registros, necessário se faz relacionar as suas diversas formas de expressão artística ao contexto histórico, que são discursos exprimidos de formas diferentes sobre a memória comum, através de um esforço individual que promove paralelamente o conceito identitário de uma coletividade.

Todas essas expressões são bases narrativas comuns que reproduzem um mesmo modelo semiótico e um gênero discursivo polivalente. A elaboração das diversas formas de expressão artística manifestada espontânea ou livremente por seus autores refletem as dinâmicas culturais de cada tempo, e o testemunho individual que faz enriquecer a imagem dessa construção secular que tanta importância tem para os habitantes de Macapá.

Desta forma, inicialmente quero fazer um exame mais minucioso da imagem do quadro a óleo do pintor R. Peixe<sup>240</sup> que se encontra exposto no salão de desembarque do aeroporto internacional de Macapá, colocando-o como exemplo, entre centenas de telas pintadas com a mesma temática por dezenas de artistas plásticos amapaenses.

---

240 R. Peixe. Nome artístico do pintor Raimundo Braga de Almeida (1931-2004).



Figura 6: Doca da Fortaleza de São José de Macapá.

Tela do pintor R. Peixe. 1980.

Dimensões: 2,10m x 10,22m (Foto do autor)

#### 2.6.1 PAISAGEM TRANSPORTADA NA TELA DE R. PEIXE

A tela representa a Doca da Fortaleza de São José de Macapá, pintada a partir da área que fica à margem do Rio Amazonas (leste da cidade de Macapá), abrangendo o baluarte Nossa Senhora da Conceição e a configuração morfológica do que era a capital macapaense nas décadas de 50 e 60, antes das transformações radicais, das dezenas de intervenções políticas e da urbanização do entorno do monumento. Ela tem a dimensão de 2,10m X 10,22m e foi pintada à tinta óleo em 1980. Nesse mesmo ano o artista a doou à INFRAERO<sup>241</sup>.

Minha análise tem pretensões conceituais diversificadas, pois entendendo que apenas um campo semântico de abordagem para o tema não seria suficiente para entendê-la enquanto obra de arte, porque seu conteúdo geral possui olhares diversos do artista sobre a cidade. A obra denota a possibilidade de outros campos de observação do ponto de vista de quem a olha, que vão além do conteúdo puramente estético. Faz-se necessário, então, acompanhar essa flexibilidade de observação dentro de um contexto maior, que é o da organização espacial, onde se pode perceber a presença desses olhares e sentidos que se revelam em diversas categorias de conceitos.

---

241 INFRAERO é a sigla da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

A Fortaleza de São José, hoje museu estadual, é um dos mais importantes polos de atração turística de Macapá, como já foi dito anteriormente. Porém, se o monumento é um patrimônio cultural do povo, a tela de R. Peixe não é menos que um bem cultural da cidade; uma obra de arte que abriga uma paisagem urbana, por sua vez um espaço construído para salvaguardar um território cobiçado por estrangeiros num lugar estrategicamente escolhido pelos que detinham o poder político na época: a foz do Rio Amazonas.

Por meio da tela, a imagem dessa vista foi deslocada para outro lugar: o aeroporto, lugar que chegam/saem passageiros e cargas da/na cidade, como assim o faziam antigamente os barcos na doca da Fortaleza que aportavam próximo a ela. Percebe-se, então, o esforço artístico em transportar a imagem de uma edificação que tem uma representação simbólica muito forte para a cidade, e que com ela está sempre presente em constante e simbiótica relação. Relação essa que surge a partir do detalhe da guarita do baluarte e das embarcações sobre o primeiro plano aportadas na doca.

Então é preciso saber o significado da tela e o que ela realmente representa para a cidade enquanto paisagem copiada da realidade.

#### 2.6.2 A TELA: REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA PAISAGEM

É notório que cada vez mais as produções artísticas como a pintura e a fotografia, a música, a literatura e o cinema, entre tantas outras, vêm sendo objeto de análise da vida contemporânea e por diversas ciências. Neste caso a tela do artista plástico R. Peixe, aqui enfocada, é um exemplo do Realismo na pintura, escola que se caracteriza por crer que a arte é a representação mimética e objetiva da realidade exterior.<sup>242</sup>

---

242 Eça de Queiroz (expoente da literatura portuguesa) definiu o Realismo como “uma base filosófica para todas as concepções do espírito – uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano, uma eterna região do belo, do bom e do justo [...], é a crítica do Homem [...] para condenar o que houver de mal na nossa sociedade [...]. É não simplesmente o expor (o real) minudente, trivial, fotográfico [...], mas sim

Entretanto, não nos cabe a crítica ao estilo ou escola pictórica, mas enquadrar a tela como nosso objeto de estudo e procurar entendê-la em sua extensão artística e social (e espacial) porque “o objeto de estudo da estética e da história da arte não pode ser a obra, mas o processo de circulação social em que seus significados se constituem e variam”.<sup>243</sup>

Assim, não destacaremos as correspondências entre a obra e a estrutura social, mas a relação entre o processo artístico: autor/obra, intermediário/público, e a sociedade. Canclini afirma que

as chaves sociológicas do objeto estético e de sua significação no conjunto de uma cultura não se encontram na relação isolada da obra com o contexto social; cada obra é o resultado do **terreno artístico** [grifo do autor], o complexo de pessoas e instituições que condicionam a produção dos artistas e interferem entre a sociedade e a obra, entre a obra e a sociedade: os editores, *marchands*, críticos, censores, museus, galerias e, evidentemente os artistas e o público. **Para compreender o sentido social de uma arte é necessário compreender as relações entre os componentes do terreno artístico e a inserção desse terreno na sociedade total**<sup>244</sup> [grifo meu].

Discutir a arte no contexto social é discutir, então, a obra em apreço pelo seu valor simbólico/social, pois ela representa a transposição icônica da principal paisagem da cidade para uma tela.

Por ser coletiva em suas origens, a arte não exprime apenas o esforço pessoal do autor, mas o que Roger Bastide chama de “gênio do povo, da raça”.<sup>245</sup>

Pois toda arte nasce de um processo coletivo no qual “não há criação

---

partir dele para a análise do Homem e a sociedade” (Ver: FERREIRA, J.G. <[www.citi.pt/cultura/literatura/poesiaj\\_g\\_ferreira/realismo.html](http://www.citi.pt/cultura/literatura/poesiaj_g_ferreira/realismo.html)> .

243 CANCLINI, Nestor García. A produção simbólica. Teoria e metodologia em sociologia da arte. Civilização Brasileira. S. Paulo, 1979. Pág. 12

244 *Idem*. Pág. 31

245 BASTIDE, Roger. Arte e sociedade. Companhia Editora Nacional/EDUSP. S.Paulo, 1971, pág.13

individual sem um prévio preparo social e popular”.<sup>246</sup> Mas no caso da tela em evidência, o artista pintou uma paisagem onde a Fortaleza de Macapá surge no espaço bidimensional, em policromia, parecendo mais ter a função de registrar a memória coletiva que transmitir sua essência psicológica. Entretanto, as cores e as luzes nela impregnadas arrancam emoção de quem a observa. A estética não prescinde de emoção, porque ela, a emoção, é uma das características que envolvem o sentido da obra de arte. Para Bastide

toda emoção um pouco mais intensa tende a se comunicar, a se difundir: toda emoção é contagiosa. No entanto aquela que o é ao máximo é, sem dúvida, a emoção estética. Diante dum belo espetáculo, duma paisagem grandiosa, nosso gozo interior é tão intenso, que não o podemos guardar apenas para nós, temos necessidade de compartilhá-lo, de comunicá-lo aos outros, de senti-lo em comum.

*Et quand je vois le beau, je voudrais être deux (grifo do autor)*<sup>247</sup>.

Por isso mesmo a emoção estética é criadora da solidariedade social [...]. O que é verdadeiro para a emoção estética também o é para a emoção artística, isto é a emoção que uma obra de arte provoca em nós. Esta compõe-se de dois elementos de solidariedade: o que nos une ao artista e o que nos une aos *outros* seres imaginários inventados por este último.<sup>248</sup>

Alfredo Bosi diz que “a arte é um fazer. A arte é um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza e pela cultura”.<sup>249</sup> E exatamente por ser matéria dada pelo fazer dos homens, a tela de R. Peixe também exprime um sentido estético, que para esse autor é um conceito que cabe ao artista combinar sensações, imagens e representações. Mas o que é estético também é icônico, próprio da intuição, das emoções e da sensação. Daí que é

---

246 *Idem*

247 *E quando vejo o belo, quero ser dois* (livre tradução minha).

248 *Op. Cit.* Pág.31

249 BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre arte*. Ática, S. Paulo, 1985, Pág.13

pelo desenvolvimento da capacidade crítica, entendida como faculdade de distinguir entre uma coisa e outra, e da reflexão sobre a natureza e possibilidades da arte (estética) que se estimula a apreciação artística, a apreciação da arte entendida como arte e não apenas como valor cultural.<sup>250</sup>

A imagem da Fortaleza de São José de Macapá está associada a um simbolismo que faz tanto da sua imagem real como da representada na tela, a revelação efetiva da emoção. Ela possui uma espécie de halo atrativo junto à comunidade amapaense.<sup>251</sup>

Justamente por ser imagem apropriada simbolicamente por toda a sociedade é que se faz necessário esclarecer conceitualmente esse vocábulo (imagem), que tem diversas acepções, mas, de acordo com Rodrigo Cali, traz a característica comum de que “é uma representação que pode ou não ser literal, pode ou não ser visual”.<sup>252</sup> Na linguística, por exemplo,

a imagem acústica é o termo que se usa para denotar o significante, a sequência de sons responsável pela formação de um sentido que vem a ser objeto de estudo da Fonologia. Da mesma forma, em Matemática chama-se imagem um elemento ou conjunto que existe em função de outro e que, por isso é sua representação.<sup>253</sup>

Cali diz ainda que

a imagem como pura representação gráfica é cada vez mais rara, pois mesmo em ilustrações, pinturas e outras expressões artísticas ela deixa de ter um nível de iconicidade concreto e passa a ser mais uma ideia, um conceito.<sup>254</sup>

---

250 TEIXEIRA COELHO. *Op. Cit.* Pág. 48

251 Refiro-me novamente aqui ao concurso nacional promovido pela revista CARAS que a elegeu, pela Internet, como uma das “Sete Maravilhas do Brasil”, com mais de 500.000 votos.

252 CALI, Rodrigo. Imagem estilhaçada. Revista Literatura nº 27. S. Paulo, 2009, pág.20

253 *Idem.* Pág. 21

254 *Idem*

Mas normalmente essa concepção está vinculada fortemente às expressões da arte moderna “que não representa o real, mas sim a impressão que o sujeito tem do real”.<sup>255</sup> Ao lado disso deve-se aplicar, então, o conceito de imagem que surge como representação de símbolos que podem ser analisados pela Semiótica.<sup>256</sup>

Por outro lado, ao caracterizarmos a obra como bem cultural, estamos realizando os preceitos da interdisciplinaridade, a qual não se pode desconsiderar ao tocar minimamente na categoria conceitual da própria Antropologia (Visual) que surge (na análise da tela) como matriz disciplinar “a partir do estudo das formas, através das quais as sociedades humanas se apresentam para finalmente atingir a compreensão dos seus significados específicos como obras da cultura”.<sup>257</sup>

Entretanto, é preciso dizer que estudar uma tela representativa de um ícone de uma sociedade, um objeto sócio-histórico de grande importância para a cidade, uma obra da cultura, é tentar atingir, de um lado, o espaço construído com essa função histórica mediada pelo trabalho humano (a cidade e a fortificação), e de outro a expressão artística de sua representatividade como paisagem, transportada pela mão do artista. Milton Santos diz que “o espaço é o mais interdisciplinar dos objetos concretos”<sup>258</sup> porque ele é o centro de preocupação de diversos profissionais. Na arte, sua presença é imprescindível, considerando as formas usadas pelos artistas. Esse autor diz que

Tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos [...]. Tudo o que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o

---

255 *Ibidem*

256 A Semiótica está intimamente ligada à Epistemologia. É a ciência dos significados. Considerada uma generalização da linguística, preocupa-se com toda a forma de transmissão de conhecimento, seja através de linguagem ou não. CALI. *Op. Cit.* Pág. 21

257 ROCHA, Ana Lúcia Carvalho e ECKET, Cornélia. Etnografia: saberes e práticas. Revista *Iluminuras*, nº 13. PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2007. Pág. 18

258 SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. EDUSP. S. Paulo

domínio do visível, aquilo que vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.<sup>259</sup>

Por ser a cidade o cenário da história é certo que ela protagoniza outras histórias, reconfigurando o passado com presente, o velho com o novo, e permitindo uma espécie de colagem na paisagem, pelas próprias transformações nela ocorrida, com o consentimento dos que detêm o poder.

A arte contemporânea e as manifestações culturais vão além dos muros institucionais, tomam outros rumos, buscando novos locais nos quais se dinamizam e se interagem por meio de suas expressões e discursos. Então, a tela produzida pelo pintor R. Peixe traz em seu bojo a paisagem que interage com a percepção dos que a veem de forma que sua presença permite a leitura da cidade antiga, e da atualidade, mesmo para as pessoas mais jovens, e para os viajantes que não tiveram a oportunidade de conhecê-la antes.

### 2.6.3 O ÔNFALO E O FALO: RELAÇÃO SIMBIONTE

A relação simbiótica/sexual entre a fortaleza e a cidade, pintada na tela de R. Peixe, se estabelece nitidamente na paisagem urbana dos anos 50/60. Cidade e fortificação, simbioses, dependem um do outro. Copulam inertes na paisagem pintada na tela. Algo como um olhar de sedução entre o baluarte (falo/masculino: a guarita é o pênis dessa relação) e a cidade (ônfalo: masculino/feminino/o umbigo: cicatriz de um parto<sup>260</sup> necessário para manter o poder colonial).

---

259 *Idem*

260 CHEVALIER e GHEERBRANT, in *Dicionário de Símbolos*, 13ª edição. José Olympio, Rio, 1999. O falo é o símbolo do poder gerador, fonte do sêmen, princípio ativo. O sentido fálico procede de diversos símbolos como o pé, o polegar, a pedra erguida, a coluna, a árvore, o mastro, a faca, o avião, a tesoura etc. Sua representatividade não é obrigatoriamente erótica ou religiosa, significa simplesmente a potência geradora. Tem, ainda, função equilibradora no plano das estruturas do homem. Sob representações diversas, ele designa a força criadora e é venerado como a origem da vida.

O ônfalo é universalmente o símbolo do centro do mundo. Um número muito grande de tradições supõe que a origem do mundo tenha partido de um umbigo,

O olhar de um seduz o outro. Um domina o outro aos olhos do espectador da tela. Então a realidade diz que o artista reproduz uma fusão com a paisagem, através da imagem da tela que pintou da mesma forma que um poeta cantaria a paisagem que o encantou.

A *démarche* (esforço) do artista gravou na tela uma fusão mental do bucolismo de uma cidade em franco crescimento, ainda que provida de valores tradicionais. Lá adiante estão os ícones menores de uma sociedade tipicamente amazônica, com suas casas de madeira e o estaleiro para conserto de embarcações. Inúmeros barcos repousam na enseada da doca da Fortaleza à espera da maré; a igreja de São José, a mais antiga construção da cidade (1761) e o pensionato dos padres italianos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras – PIME, que se estabeleceram em Macapá a partir de 1948,<sup>261</sup> o Macapá Hotel, na Rua da Praia, construído pelo Governo do Território Federal do Amapá, a Praça Veiga Cabral, no centro da cidade, e as edificações do comércio local.

À esquerda, a guarita do baluarte Nossa Senhora da Conceição, tal como uma sentinela, contempla o Rio Amazonas, fustigada pelas intempéries regionais desde que ali foi colocada pelos escravos que trabalharam na sua ereção. Uma árvore que o artista pintou no canto esquerdo se abre como uma moldura à paisagem. Nela se impregna uma visão estática, uma visão memorial que se fundiu e se fixou na retina do artista, que por sua vez a transformou em uma outra paisagem. Mas aos olhos do espectador ela se movimenta com a lembrança, principalmente com a de quem viveu o tempo que a paisagem existia de fato, antes das inúmeras transformações da paisagem real.

Ao tratar de paisagens artificiais, Milton Santos afirma que

paisagens artificiais contém a ideia de uma perversão da paisagem natural, aquela à qual nos referimos quase que obrigatoriamente, e cuja existência parece incontestável. Mas eis que os processos tecnológicos se impõem e pas-

---

onde a manifestação se irradia nas quatro direções. Na arte simbólica é em geral uma pedra branca erguida, de topo ovóide; muitos modelos são circundados por uma ou diversas serpentes.

261 CANTO, 1998, pág. 28

sam a duplicá-la, reproduzi-la, interrogá-la, questioná-la, a rivalizar com ela, desvirtuá-la, desbancá-la... A ponto de pretenderem reivindicar a existência de um outro tipo de paisagem, ou melhor, paisagem de uma outra natureza.<sup>262</sup>

O exercício do autor visa mostrar que não há polarização nos conceitos de paisagem porque

Toda paisagem é forçosamente natural e artificial, porque nenhuma paisagem existe para si, mas para uma mente que a percebe e a concebe. É para ela que toda e qualquer paisagem se produz, mas é nela que tal produção se realiza. Nesse sentido toda paisagem é uma invenção, seja ela resultado de uma dinâmica do real ou do real pensado.<sup>263</sup>

A tela de R. Peixe, mesmo caracterizada pelo estilo realista, que procura adensar a imitação do que é a verdadeira paisagem que o artista transpôs pela memória, torna-se um objeto de contemplação de quem a observa, porque ela não se move. É o real pensado explicitamente, porque está na mente de quem a concebeu. Como *démarche*, a paisagem pintada está num tempo-espaço para o espectador e como um não-tempo para o autor, pois sua sensibilidade enfoca não apenas o objeto pensado, mas o registro imanente da imagem presa na retina.

O espaço que abriga a paisagem na tela prossegue numa cópula de imagens que se situam sobre um plano bidimensional. Curiosamente, o elemento humano quase não protagoniza nenhum detalhe específico (aparecem apenas traços), em nenhum lugar onde deveria estar presente a dinâmica do trabalho. O desaparecimento do ser humano indica também a ausência do social, mas não o da sociedade organizada, visto que tudo ali é produto da organização, da cultura humana. E a cópula, a simbiose (ô)n/falo/falo permanece na paisagem entre os elementos construídos pelos homens e mulheres habitantes da cidade.

A percepção desses fatos poderia passar despercebida pelo passante, ou pelo espectador, mas não seria inassimilável aos olhos de quem viveu

---

262 SANTOS, Milton. *Op. Cit.* Pág.197

263 *Idem*, Pág. 198

aquela realidade dos anos 50/60 na cidade de Macapá. Quem vê a tela rompe o silêncio e se desdobra filtrando uma estética pessoal, porém num ato de mergulhar a memória e de pescar esquecimentos, pois de fato a Fortaleza de Macapá e a sua própria imagem expressam em uma tela realista que são lugares de memória.

A meu ver a Fortaleza de São José de Macapá é a materialização da memória ao passo que a tela é a comemoração desse monumento da memória.

Ao refletir sobre a questão do lugar e o tempo da memória, Achugar se pergunta

Se o lugar da memória é ou continua sendo o lugar do passado. Ou, talvez deveria perguntar-se: qual é o tempo da memória? O passado. Ainda que parafraseando Habermas, deveria perguntar-se: o passado como futuro? Isso torna necessário conjugar a noção “lugar da memória” com a de “enunciação da memória” e com a de “tempo da memória”. A avaliação do passado é central na construção da memória, sobretudo, no desenho das políticas da memória. Assim, a memória se constitui no campo de batalha onde o presente se debate com o passado como um modo de construir o futuro.<sup>264</sup>

A tela de R. Peixe não estaria no aeroporto apenas para contemplação, mas com a finalidade de resgatar a história contemporânea de Macapá e da Fortaleza, pois “a história, assim como a identidade, se constrói em função de uma estranha combinação de memória e esquecimento”.<sup>265</sup>

#### 2.6.4 “O ALQUIMISTA DAS CORES” E A SOCIEDADE

Não diria que a transposição da paisagem da Fortaleza de São José de Macapá fosse um palimpsesto. Talvez seja, sim, uma comemoração particular, local e cidadina, espécie de libação interior do artista que a

---

264 ACHUGAR. *Op. Cit.* Pág. 181

265 *Idem*, pág. 141

fez e a doou à instituição provedora do aeroporto para que as pessoas a vissem como oferta lúdica de seu amor à cidade. Uma dádiva pessoal, para selar seu reconhecimento como um dos mais importantes artistas plásticos da região. R. Peixe, segundo o poeta amapaense Isnard Lima, foi um “alquimista das cores”, que visitou diversas escolas, das quais dominava o Impressionismo, chegando a fazer incursões pioneiras em uma escola que denominou Fantástica, em que predominam linhas curvas.<sup>266</sup>

O trabalho artístico de R. Peixe é amplo. Excursionou o artista também pelo academicismo, estudou na Escola Nacional de Belas Artes e depois passou por diversas escolas pictóricas, numa longa carreira de exposições nacionais e internacionais, de premiações e de realizações, como por exemplo, a concepção e fundação da Escola de Artes Cândido Portinari, em Macapá.

Mas a arte tem a sua essência naquilo que se tira do mundo. Todo pintor ou artista de outras áreas tem em suas obras o reflexo modificado daquilo que a arte alheia já criou.<sup>267</sup> De acordo com Jorge Luis Borges,<sup>268</sup> supor que a realidade consta somente de cinco sentidos é um erro, muitas coisas não se percebem. Para ele o sentimento é um fenômeno contínuo. Ao apreciar uma tela sente-se apreciar a amizade, o espanto, a indiferença e até a hostilidade.

Sobre esse último sentimento, necessário se faz registrar que em data não precisa um passageiro foi detido pela segurança do aeroporto de Macapá por perfurar a tela de R. Peixe com um objeto cortante<sup>269</sup> quando ela ficava exposta na sala de embarque. Não se sabe o motivo de tão hostil iconoclastia, mas a obra foi restaurada posteriormente e removida para o salão de desembarque.

---

266 R. PEIXE. *Marcha luminosa*. Catálogo de exposição. Macapá, 2001

267 MELLO, Thiago de. *Borges na luz de Borges*. Pontes. Campinas, 1992

268 *Idem*, pág. 73

269 A informação foi prestada pela jornalista Ângela Maria Camelo Pinto, Encarregada de Atividades de Comunicação Social do Aeroporto Internacional de Macapá, em janeiro/2010.



Figura 7: Doca da Fortaleza de São José de Macapá. R. Peixe. 1980. Detalhe do estaleiro e do hotel do Governo do Território Federal do Amapá, com as marcas da restauração mal feita após o ataque iconoclasta, à direita. (Foto do Autor)

Nessa relação autor/obra e intermediário/público está presente como elemento vital para a compreensão do processo cultural a sociedade: que solicita e que requer suplicante para si a concepção do patrimônio de todos, da harmonia e do espírito humano explícitos na arte como inesgotável fonte de fenômenos, estes que possibilitam o enriquecimento da humanidade.

A sociedade não amarra a vontade que nasce entre a liberdade de criar e o que está profundamente ligado ao valor estético das representações, da inteligência e do espírito artístico. Tudo o que se cria já vem atavicamente dos homens, da sociedade, mediante a fé coletiva, já dizia Roger Bastide.

E no terreno estético a tela de R. Peixe é uma poesia de superfície vestida de memória e de luz, absorvida pela extensão da paisagem. É uma imagem provocadora para os nativos de Macapá, pois lhes instiga o esforço da memória e ao mesmo tempo pode passar indiferente aos olhos do Outro, pelo olhar de alteridade que se revelará muito mais atento ao contemplar a edificação da Fortaleza ao vivo, sentido no rosto a brisa do Rio Amazonas, sob a paisagem real.

Para a sociedade local, no entanto, para a maioria das pessoas, o

lugar da tela – o aeroporto – é um lugar de elite. Só quem viaja ou nele trabalha na área do desembarque poderá contemplá-la. É, para a maioria das pessoas, uma obra longínqua de ser vista nos sentidos horizontal e vertical, sociologicamente falando, mas um trabalho que retrata com vigor uma construção que se arrasta por mais de dois séculos resistindo às intempéries naturais e às procelas políticas e suas reformas urbanas.

A imagem da fortaleza na imensa tela de R. Peixe é uma bela representação da cidade. Não é uma invenção paisagística. É a cristalina memória transformada em arte pela qual surge imagetivamente como um ônfalo espalhado, mas não oprimido pelo falo. Este sim, podendo parecer o opressor de uma cidade. Este sim, absoluto na sua missão de castrar o Outro, o (ôn)falo, com sua energia inesgotável de disseminação, de semear o sêmen em cópulas diurnas, contra todas as evidências da dimensão espacial que se espraia na paisagem.

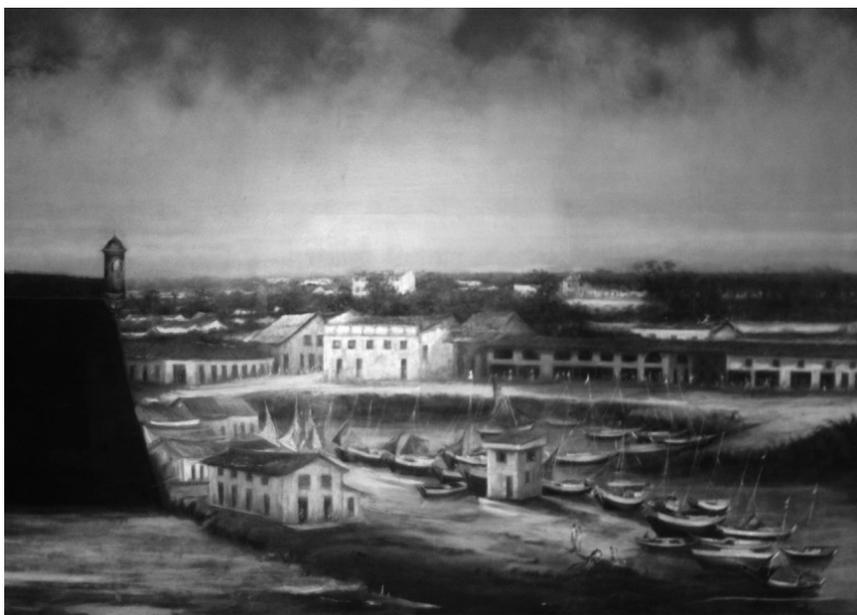


Figura 8: Doca da Fortaleza de São José de Macapá. R. Peixe. 1980. A guarita do baluarte de Nossa Senhora da Conceição. Ao fundo a cidade com o Pensionato e a Igreja de São José (Foto do Autor).

O ônfalo, umbigo e centro do mundo, o lugar que absorve o espaço construído pelo homem na paisagem, também absorve a fantasia onipotente do falo, absoluto dentro das muralhas da fortaleza, sobre a tela, e responde totalitário, ditador cruel, vergado sobre os barcos dos ribeirinhos.

Essas embarcações da paisagem não olvidaram seus anseios. Desancoraram as esperanças, inertes, coladas que estão na doca da Fortaleza. Mas continuam à espera de marés, do rio/cordão umbilical cortado do ventre das mulheres caboclas por seus habitantes imaginários. Umbigo de pedra bruta, pontiaguda, envolvida pela cobra-rio, a sucuri palimpsesto que arrasa vilas e fortes, despejando escamas sobre a terra arrasada do fantástico território amazônico. É o (Ôn)falo – arquétipo cósmico, fruto da hierogamia entre o forte e a cidade.

#### 2.6.5 A FOTOGRAFIA E A MÃO DO ARTISTA

Para realizar minha leitura da tela de R. Peixe, usei a tecnologia digital (fotografia) porque, sem dúvida, ela ajuda na produção do conhecimento. Tomei emprestada a técnica da Antropologia Visual, devido à fotografia tornar o tempo mais humano na medida em que registra a memória coletiva, notadamente num lugar exposto na paisagem onde milhares de pessoas aportaram para construir suas esperanças em uma cidade que se aventurava ao desenvolvimento. Nesse caso, a fotografia da tela é uma forma hierarquizada de analisar o objeto, porque capturou um tempo estático e não um *continuum* de instantes, este sim, capturado pelo pintor.

O pintor se nutriu da Fortaleza de São José de Macapá como um lugar de leitura original do exótico e do pitoresco, mas em seguida a mão do artista travou um diálogo da cidade de seu tempo com a edificação. Houve, então, um encontro dialógico (e dialético) entre a obra/autor e intermediário/público (um encontro plurilógico), pois a modalidade do registro e o gesto da doação a uma instituição que a acolhesse e a expusesse significaria imortalizar seu autor, através do pensamento direcionado à obra pela sociedade. Entre a intenção e o gesto ficou

uma espécie de restituição, de doação do seu olhar sobre a cidade e a fortificação militar, para a comunidade macapaense.

Assim, o pintor incorporou-se a um grupo social de pertença e conduziu suas interações por meio da construção desses sentimentos identitários, absorvendo e transmitindo práticas e saberes a outros artistas amapaenses, que também reproduziram a imagem da Fortaleza de São José de Macapá de várias maneiras, escolas e estilos.

Usei diversos conceitos para tentar redimensionar a interpretação da imagem porque a tela conta a história de vida de homens e mulheres que dentro dela viveram suas angústias, medos e esperanças, suas dores do trabalho, de doenças e de parto, suas reflexões e histórias no cerne de uma paisagem aparentemente estática, onde o olhar sobre cada pormenor é um detalhe memorial particular, onde o espectador penetra seus olhos, para buscar o que vai além da imagem direta, superficial; para encontrar em cada ponto ou *pixel* o curso de um sentido ou a harmonia das cores num céu vazio.

Por isso, a cidade, com seus aspectos voltados para a gestão territorial e a organização espacial, encontra eco no estudo das relações sociais através da geografia cultural, dadas as transformações (e permanências) que ocorrem tão rapidamente, porque ali estão as marcas dos seres humanos, porque ali está o dinamismo do espaço e a transfiguração da paisagem.

No canto esquerdo do baluarte de Nossa Senhora da Conceição inicia a claridade sobre a paisagem da tela, um bem cultural de valor para sociedade amapaense, sujeita a mil outras interpretações.

## 2.7 A DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Outro exemplo de transposição artística da Fortaleza é o monumento construído pelo clube de serviço Rotary exatamente na entrada da área do aeroporto internacional de Macapá, em 1996.<sup>270</sup> É uma réplica em miniatura com suas características mais expressivas, como os baluartes, guaritas, prédios internos e muralhas em concreto e pedra. No seu interior também foi levantado um obelisco em miniatura representando outro ícone da cidade: o monumento Marco Zero do Equador. É outra reprodução simbólica que passa despercebida pelas pessoas que vão ao aeroporto, pois está situada antes do estacionamento, em local de pouca circulação.

Assim como a miniatura em concreto da Fortaleza e a tela de R. Peixe no aeroporto de Macapá, inúmeras são as manifestações produzidas pelos artistas locais. Na música a cantam de todas as formas, louvando e elogiando poeticamente, como na composição de Francisco Lino, apresentada como enredo do então Grêmio Recreativo Universidade de Samba Boêmios do Laginho, no ano de 1979:

Foi no reinado de Portugal  
 Que o Marquês de Pombal  
 Resolveu construir  
 No canal ocidental  
 Do Amazonas colossal  
 Deste meu país  
 O atalaia gigante  
 A Fortaleza possante  
 Baluartes, faróis e canhões

---

270 A réplica em miniatura da Fortaleza de São José foi inaugurada por ocasião dos 50 anos do Rotary Club de Macapá, em 23 de junho de 1996, na administração do Sr. Manoel Ferreira dos Santos. O projeto foi desenhado pelo Sr. Armando Santana da Silva. Devido às obras do novo aeroporto internacional de Macapá, o monumento deverá ser removido para outro lugar da área da INFRAERO. Fonte: Sr. Manoel Ferreira dos Santos.

Do granito mais perfeito  
Em sinal de respeito  
À nossa Nação  
Contou, na ocasião  
Com o braço forte do escravo  
Da região  
E sua engenharia  
Foi obra de Gallucio, a galhardia  
És patrimônio da história  
És postal do turismo  
Por isso vamos cantar  
Toda tua beleza  
Encantos e riquezas  
Nesta festa popular  
Através da nossa batucada  
Os Boêmios vão cantar  
Bum, bum, bum,  
É o surdo que beleza  
Bum, bum, bum,  
É o canhão da Fortaleza<sup>271</sup>

No ano de 2008, quando Macapá festejava os seus 250º anos de fundação, exatamente no dia 4 de fevereiro, a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis apresentou no sambódromo do Rio de Janeiro o enredo “Macapaba – Equinócio Solar – Viagens Fantásticas ao Meio do Mundo”, dos carnavalescos Alexandre Louzada, Fran-Sérgio, Laíla, Shangai e Ubiratan Silva. Segundo eles, de acordo com a sinopse distribuída aos compositores para a feitura do samba-enredo, “é um tema brasileiro que mistura mito e realidade, acendendo a luz do conhecimento ao levantar o manto que encobre uma terra fascinante e que, ao fazê-lo, revela uma

---

271 Música e letra de Francisco Lino da Silva, incluso em CD promocional da escola de samba citada. Macapá, 2004

redescoberta do Brasil”.<sup>272</sup> Os carnavalescos diziam que coincidências os fizeram vir à Macapá, que elas os fizeram acreditar ter sido uma fantástica obra do destino, porque o desfile de 2008 será no dia 4 de fevereiro e aqui [no Amapá] encontraram o delicado beija-flor “brilho de fogo”. Arrematavam falando que “os raios do sol nos guiaram para esta região mágica, de muita beleza, riqueza e muita história para contar”.<sup>273</sup> E então contaram, entre outras histórias, o mito de Ianejar, o herói civilizador dos Waiãpi, o que criou a casa de barro denominada Mairi, que estes índios acreditavam ser a Fortaleza de São José de Macapá.

A escola de samba Beija-Flor de Nilópolis ganhou em 2008 o desfile do carnaval do Rio de Janeiro, sagrando-se campeã pela segunda vez consecutiva. E Macapá e suas belezas turísticas foram mostradas pela televisão em mais de 200 países.

O ano de 2008 foi marcado por muitas comemorações pelos 250 anos da fundação de Macapá. Escolas de samba do grupo especial da cidade, como a Associação Universidade de Samba Boêmios do Lagunho e a Associação Recreativa Escola de Samba Piratas da Batucada fizeram seus enredos baseados nesse acontecimento. Muitas instituições civis, militares, religiosas e a sociedade em geral aproveitaram a data para emitir suas convicções ao lado de representações que caracterizam a cidade, como os monumentos do Marco Zero do Equador, a Fortaleza de São José e outros.

Foram impressas dezenas de peças publicitárias quase sempre com a imagem oficial da foto aérea do chamado “Lugar Bonito”, o Parque do Forte, amplamente divulgada pela agência Amazoon Sistema de Comunicação, que fazia serviços exclusivos para o Governo do Estado.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT produziu um selo e um postal com os principais ícones físicos da cidade. Nas peças chamava Macapá de “Guardiã da Amazônia” e estampava um logotipo dos 250 anos com uma guarita escura envolvida em uma bandeira do

---

272 CANTO, Fernando. Viagem fantástica da Beija-Flor. *Jornal do Dia*, Macapá, 30.08.2007

273 *Idem*

município e, acima, um guará vermelho estendia suas asas. No verso trazia o seguinte texto:



Figura 9: Postal comemorativo. Macapá, 2008.

04 de fevereiro de 1758

Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue, surgiram heróis e mártires. Foi o início da luta e da determinação de homens e mulheres. Aqui o Rio Amazonas, indiferente a tudo, abre sua boca num estuário imenso. Tolda de barro as águas azuis. Serpenteia por igarapés, invade floresta, oscila nas marés e nas estações. Na frente, só o céu e as águas. Ao lado, aparece a Cidade de Macapá, densa de história. Com seu forte de São José, imponente, heroico, sombra da missão que lhe deram de defender este lado.

Macapá é simples como uma bela moça morena dos Tucujus. Espraia-se, plana, vigiando dia e noite o desaguar deste lado do Amazonas. Ela tem os ventos que vêm do grande mar oceano, brisa que lhe acaricia o corpo e os cabelos compridos. Macapá, moça morena de lábios de sol e olhos de chuva. É a Capital dos vastos territórios que aqui só terminam nas barrancas do Oiapoque, passando por lagos, rios, campos, florestas, chapadas, riachos e montanhas.

A paisagem humana de sua gente, no seu falar cantado, descendo e subindo nos barcos, em demanda das ilhas ou dos pequenos portos, povo ribeirinho que passa o tempo navegando. Este Ser, que é um Ser meio caribenho, que está no clima, na paisagem, nas cores da região, misturando-se aqui e acolá com o açaí, com o muçua, com expressões indígenas, é também um Ser brasileiro, que como tal, identificado, considerado e valorizado, incorpora-se à Nação.

Macapá, misto de ternura e bondade, gente boa e de raça forte.

Macapá 250 anos, guardiã da Amazônia!<sup>274</sup>

Por conta própria, poetas como Roberto Serra exprimiram seus sentimentos poéticos e os divulgaram impressos sobre a fotografia da Fortaleza. Eis um deles, publicado em 2008:

#### SENTINELA DO NORTE (1782)

À margem esquerda do rio  
mora a sentinela de pedras, sangue oleiro e cal  
Nasceu das plantas de Gronsfeld  
Onde canonizaram baluartes santos, na pentagonal  
determinação defensiva e lúcida de Galúcio.  
As lágrimas descerao Rio Pedreira;  
Enquanto invasores rondavam a coroa,  
corpos negreiros e indolentes tapuias  
transportavam pedreiras em jangadas e canoas  
mergulhadas nos suores sedentos das cuias.  
As lágrimas descerao Rio Pedreira;  
Quilombos surgiram nas campinas  
dos rios Uanárá-Peru, Flexal e Araguari  
procriando antepassados nas endemias  
formando o povo guerreiro dos nossos dias.

---

274 Adaptação do livro – “Amapá: A terra onde o Brasil Começa. Autores: José Sarney e Pedro Costa, 1999

As lágrimas desceram o Rio Pedreira;  
 A sentinela ouviu a república,  
 virou curral, quartel de animais  
 e os espíritos voltaram a chorar nas masmorras  
 de novo...  
 Oprimindo um inimigo invisível,  
 Seu próprio povo.  
 Hoje, as gerações do rio mar abraçam  
 a história na verdadeira fé  
 de uma nação tucuju  
 que surgiu da grandeza  
 de uma Fortaleza de São José.

Paralelamente à produção literária e musical, um rol de produções em vídeo foi realizado sobre a cidade, principalmente com clipes que mostravam artistas cantando ao lado da fortaleza. Tanto o governo, como a Prefeitura Municipal de Macapá e outros poderes constituídos, emitiram mensagens comemorativas ao povo da cidade. A Prefeitura Municipal de Macapá, além de ter patrocinado o desfile da Escola de Samba Beija-Flor, do Rio de Janeiro, mandou elaborar diversas peças promocionais, inclusive alguns totens (espécie de sinalização vertical com foto em cores) com a imagem do monumento espalhados por toda a cidade. Vale salientar que o ano de 2008 também era o último ano da gestão do então prefeito João Henrique Rodrigues Pimentel, que exercia seu segundo mandato e procurava valorizar a data dos 250 anos de fundação da cidade, em cujas peças promocionais estavam sempre presentes a imagem da Fortaleza de São José de Macapá.

## 2.8 TEXTOS EM CURSO

Entre os numerosos textos contemporâneos publicados em jornais, livros, postais, *folders* e diversos prospectos turísticos e culturais sobre a Fortaleza de São José de Macapá, selecionei diversas frases que trazem aspectos de um discurso amplo. Esses discursos ora se revelam amoro-

so-poéticos, ora nacionalistas-ufanistas, e vão se espalhando, repetitiva e imperceptivelmente, no imaginário social e dos indivíduos, por meio de códigos ideológicos neles contidos. Estão sempre presentes nas escolas, que são responsáveis pela disseminação patriótica, desde a época da transformação do Amapá em Território Federal, mas com evidência vigorosa durante os anos do governo militar (1964-1985). Exemplos:

“A Fortaleza olhada atentamente das aeronaves, lembra uma estrela de quatro bicos encravada no solo, às proximidades da Foz do Rio Amazonas”.<sup>275</sup>

“Percorrer um monumento suntuoso com a Fortaleza de São José de Macapá, é razão para perplexão diante de um grande marco histórico. É motivo de grande emoção e entusiasmo pisar sobre suas pedras existentes há séculos e tocar suas fortes muralhas que afrontam os tempos. Além de imergir num passado remoto de bravura, de que tanto deu provas aquela gente lusitana da qual descendemos”.<sup>276</sup>

“A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra iluminada do passado que, nos confins do norte pátrio ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a Nação inteira, como exemplo de valor pessoal da dignidade de soldado, do heroísmo da gente do Brasil”.<sup>277</sup>

“Orgulho Nacional, a maior, a mais bela, imponente e sólida fortaleza deste país”.<sup>278</sup>

“O capim cresceu e floriu no interior dessa fortaleza antiga do silêncio, agora patrimônio inesquecível, símbolo da cidade”.<sup>279</sup>

---

275 Amapá. Fortaleza de São José de Macapá. Governo do Território Federal do Amapá/ Secretaria de Planejamento e Coordenação/ Departamento de Turismo. Imprensa Oficial, Macapá, 1982

276 *Idem, Ibidem*

277 *Idem, Ibidem*

278 Jornal Marco Zero, Caderno 2 especial. Fortaleza de Macapá 200 anos. Macapá, 19 a 26 de março de 1982

279 F. Canto. *Idem*

“O Amapá te saúda, fortaleza de São José. [...]. O fogo simbolizará o ardor da gratidão. Tu serás palco da cultura e da arte. Nós, amapaenses, queremos preservar-te. Queremos tua muralha visível e forte, tua história perene e sólida ao sabor do tempo e do vento”.<sup>280</sup>

“Sentinela da Pátria na foz do Rio Mar”.<sup>281</sup>

“Impressionante em tuas linhas de cantaria, na majestade dos teus bastiões e no silêncio dos teus canhões. Tua grandeza recontada na paisagem ancestral da cidade, conta uma história heroica de conquistas, da demarcação da posse desta terra para garantir para o imenso Brasil de hoje a grandeza verde da Amazônia”.<sup>282</sup>

“Teus negros canhões não entraram em combate. Bastou tua grandeza para que possíveis invasores recuassem”.<sup>283</sup>

“Guardiã da Amazônia no braço esquerdo do Rio Mar”.<sup>284</sup>

“Em ti ecoam as vozes dos negros de pele d’África, do lusitano saudoso, do índio libertário, de mistura com as nossas orações”.<sup>285</sup>

“As fotos aéreas de nossa vetusta Fortaleza? Como são bonitas! A estrela de quatro pontas se evidencia na paisagem da cidade. A imponência e a consistência de sua estrutura se destacam pela beleza arquitetônica”.<sup>286</sup>

“Quem visita Macapá aqui encontra o maior monumento, que é a Fortaleza de São José de Macapá onde pode se encher de emoção, se entusiasmar e

---

280 *Idem, ibidem*

281 Aloísio Brasil. *Idem, ibidem*

282 *Idem, ibidem*

283 *Idem, ibidem*

284 *Idem, ibidem*

285 *Idem, ibidem*

286 *Idem, ibidem*

exaltando-se num grande patriotismo. Pisar suas pedras seculares e analisar suas paredes que desafiam os tempos, é retroceder num passado de heroísmo, heroísmo que de tanto deu provas aquela gente da Mãe Pátria da qual descendemos”.<sup>287</sup>

“FOI NESTA REGIÃO DA ANTIGA PROVÍNCIA DOS TUCUJUS, QUE SE DESENROLOU, NOS PRIMÓRDIOS DA CONQUISTA LUSITANA, REFREGAS DAS MAIS VIOLENTAS CONTRA OS INCURSORES DE OUTRAS PLAGAS; A FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ ATESTA A DECISÃO DO GÊNIO LUSITANO NA SUA TAREFA DE DESCOBRIR, POVOAR E DEFENDER SEUS DESCOBRIMENTOS COM TENACIDADE INCOMPARÁVEL NA HISTÓRIA AMAZÔNICA; AO REPRESENTANTE DA RAÇA NEGRA SE DEVE A SUA MAIOR PARTE ESSE NOSSO MONUMENTO; SEU SUOR DERRAMADO NA SUA LABUTA DIÁRIA, VERDADEIROS GIGANTES ÉBANOS; O ÍNDIO TUCUJU A LEVANTOU PARA A PROTEÇÃO DE SUA PÁTRIA NATURAL. FOI COM ESSE TRABALHO UNIFICADO DAS TRÊS RAÇAS, QUE SE LEVANTOU EM PLENO SETENTRIÃO PÁTRIO, UM DOS MAIORES MONUMENTOS HISTÓRICOS DO BRASIL COLONIAL”.<sup>288</sup>

“Fortaleza de São José. Considerado o mais belo, o mais imponente e o mais sólido monumento militar do Brasil no período colonial”.<sup>289</sup>

“A importância da Fortaleza de São José de Macapá. No contexto local é visível, pois trata-se do maior monumento do Estado e o processo de restauração por que passa a Fortaleza, vem contribuindo de forma decisiva na mudança de postura da sociedade: do respeito distante à cumplicidade e orgulho pelo monumento”.<sup>290</sup>

---

287 *Idem, Ibidem*

288 *Idem, Ibidem*

289 Amapá. Guia turístico de Macapá e Santana (Governo do Estado do Amapá/ Coordenadoria Estadual de Indústria Comércio e Turismo/Departamento de Turismo. Imprensa Oficial, s. d.

290 Roseane Costa Norat. Fortaleza de São José de Macapá, restauração 1997/1999. Governo do Estado do Amapá/SEINF/FUNDECAP. Macapá, 14 de Janeiro de 1999

“A restauração da Fortaleza de São José de Macapá passa também pelo reconhecimento de um dos maiores monumentos da Arquitetura Militar do país e da América Latina, resgatando sua importância dentro do contexto histórico, geográfico e cultural brasileiro”.<sup>291</sup>

Os discursos contidos nessas frases, construídas e repetidas durante anos, fazem parte do imenso arcabouço produzido pela mídia, pelas ideologias políticas, pelas expressões artísticas como a literatura, a música e a pintura, e pela mitologia. Trazem dentro delas o testemunho de quem as cunhou com suas convicções e sentidos de realidade, embora às vezes estejam carregadas de tons metafóricos.

As transformações, as permanências e as memórias também passam os diversos gêneros discursivos aqui apresentados, seja através dos fatos históricos ou das decisões políticas que culminaram em restaurações que sedimentaram o sentido identitário do povo amapaense. Os discursos regem, portanto, toda a estrutura constitutiva da Fortaleza de São José de Macapá, em vários dos seus aspectos: morfológicos ou artísticos, exteriores ou interiores, econômicos ou sociais, memoriais ou de esquecimento, e ainda de silenciamentos em épocas remotas, quando o monumento parecia adormecer, tomado pelo mato e desprezado pelo poder público.

Desde o início da construção, transita por dentro e fora da fortificação um rio de discursos emitidos pelos mais diversos atores (emissores), pois o discurso é algo que segue em curso, um processo, uma prática. No bojo disso estão as seguidas restaurações que, por ilação, mostram as transformações necessárias para que ela ainda se constitua uma permanência da sociedade amapaense.

---

291 *Idem*



### 3

## DISCURSOS AO LONGO DE UM RIO

*“Acompanha esta a figura e medida da pedra que sobre a porta principal da Fortaleza deve conter um daquelas inscrições que em semelhantes Monumentos passam à memória dos seus Fundadores aos séculos futuros”* (Mestre de Campo, Comandante da Praça de São José do Macapá, Marques José Monteiro de Carvalho – 10 de junho de 1769)

*“Cada um é filho de suas óperas”.* (Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, engenheiro, diretor da Fortaleza de São José de Macapá, 2 de agosto de 1770)

Quando alguém se refere à Fortaleza de São José de Macapá como “sombra iluminada”, certamente não pensou que esse oxímoro pudesse explicar as contradições que até à contemporaneidade são manifestas. Cada emoção expressa pela mão de um poeta, pela tela de um pintor, pela gravação da música de um compositor, é produto de um processo que aviva a chama identitária dos amapaenses, mesmo que isso seja observado como crítica ou como contradição aos atos dos homens e instituições que detêm o poder político. Mas é, com certeza, uma contribuição para a totalidade dos diversos gêneros discursivos que vagam sobre uma superfície de águas caudalosas, pois os amapaenses, presos pelo orgulho da obra permanecida no tempo e na paisagem, também trazem seus discursos de valorização e sentimento de pertencimento, que se revelam por meio de inúmeras manifestações individuais e coletivas. Sem contar, aqui, aquelas coordenadas pelas entidades políticas que tentam, pelo seu lado, embelezar e preservar o monumento a qualquer custo, desde que esse investimento tenha o retorno político esperado.

Antes de entrar nesse mérito, necessário se faz observar que as cartas escritas pelos construtores da fortaleza representam aspectos da hierar-

quia militar a eles imposta pelos superiores; representam ainda, textualmente, a reprodução de todo um conjunto ideológico de Portugal em relação à sede de conquista e de preservação do lugar conquistado. O fato de não serem analisadas neste trabalho as cartas que foram respondidas pelos superiores dos construtores e comandantes da vila de Macapá, é porque seus teores estão presentes nas emitidas de Macapá, posto a grande quantidade de correspondência escrita com datas próximas umas das outras, o que fez permitir fazer uma avaliação mais consistente dos seus significados durante o processo construtivo do monumento.

Desta forma, deve-se pensar no tempo histórico, no tempo linear, como uma imersão no passado para poder penetrar no futuro da história da fortaleza e do povo que a viu nascer, enfraquecer e se revigorar através dos anos. Não se pode negar a ela e à sociedade esse passado e esse futuro, pois é no tempo histórico que eles se articulam com o presente e onde perpassam inúmeras práticas sociais e políticas, cujas decisões, em dado momento, mudam o rumo dos acontecimentos.

### 3.1 HERÓIS E DEGREDADOS DE UMA HISTÓRIA NÃO CONTADA: PANEGÍRICOS, LITANIAS, TRABALHO E MORTE

As razões de Pombal para que se construíssem fortificações na Amazônia do século XVIII já foram expostas anteriormente neste trabalho. Mas isso não invalida repetir que ao fazê-las, na prática se constituiu no desafio de domar e colonizar a natureza e os homens da natureza do lugar, mesmo com todas as dificuldades de uma terra estranha para eles, cheia de mazelas e sofrimentos causados por doenças, acidentes, intrigas e lutas pelo poder. Os livros demonstram que o sentido das fortificações e o significado da colonização traziam o desejo de riqueza e o interesse econômico tanto para Portugal, que tratou de agir peremptoriamente, como para os outros países europeus, que lutaram para ter o seu quinhão de terra na região e não pouparam esforços para consegui-lo. Isso mudou radicalmente a paisagem dos lugares. E Macapá não ficou isenta.

Os documentos aqui utilizados mostram que grandes eram os obstáculos para a realização da obra, tanto pela ausência de mão de obra,

como pela falta de materiais, entre tantas notícias de fugas, deserções e mortes. No bojo dessas questões estava o estorvo cruel da morosidade dos transportes e das comunicações; as dificuldades imperiosas da falta de abastecimento e moradia, sempre se observando o tempo lento e o silêncio das noites quase sem esperanças. Ali homens e armas se impregnavam do sentido da vida militar, obedecendo ou desertando, trabalhando ou morrendo – tinham pouca escolha. Inelutável era o tempo em suas entranhas. Mesmo assim uns sobreviveram a todas as mazelas e intempéries do lugar quase indomável. Seguiam a orientação das cartas régias, das ordens irrefutáveis, movidos pelo desejo de um dia estarem no encontro de suas famílias na cidade (Belém) ou na metrópole (Lisboa).

Os construtores pareciam degredados, pois estavam à mercê das decisões superiores que nunca ou quase nunca se efetivavam. E se a ordem real era para permanecerem no lugar, de nada adiantava a emissão de cartas solicitando voltar à cidade a pretexto de algo importante para a execução da obra.

No palco da construção da fortaleza os acontecimentos entre os construtores da obra se imbricavam de muitas formas. E ao contrário do relato dos viajantes da época, que observaram a região como uma espécie de Éden tropical, com “surpresa e assombro”, no dizer de Milton Hatoum,<sup>292</sup> o olhar de alteridade se revelava às vezes dúbio, às vezes fugidio, descontraído entre eles, principalmente por serem de nacionalidades diferentes, de culturas bastante diferenciadas, mas que estavam subordinados hierarquicamente aos mesmos superiores e competindo, por meio de disputas pelo poder num relacionamento difícil e rancoroso. Entretanto, eles cumpriam suas obrigações, cada qual com seu caráter e formação peculiar, eivado muitas vezes de preconceito, intolerância, estupidez e uma franca heterogeneidade. Ante essa diversidade de personalidade, cada qual tinha seus deveres profissionais e sua própria forma de administrar, inclusive a de manter relações pessoais obrigatórias, ou alguém não sobreviveria tantos anos nesse cenário desolado, sob pena de elisão da própria vida.

---

292 HATOUM. *Op. Cit.* Pág.104

Ao me reportar que os construtores da fortaleza são personagens de um romance não-escrito, baseio-me em Carlo Ginzburg,<sup>293</sup> que incisivamente me exorta que eu preciso ler os testemunhos [da construção] às avessas, até mesmo contra as intenções de quem as produziu, porque as fontes nem sempre são dignas de crédito. Essas fontes (as cartas dos construtores) soltas fogem à forma de um romance tradicional da ficção, e mais trazem uma realidade extratextual de uma narrativa literária rica e informativa, na qual estão embutidos vários gêneros discursivos. Trata-se aqui de relacionar os acontecimentos dentro da estrutura de um romance.

Um romance literariamente constituído é um gênero de ficção, e esta, conforme Anthony Burgess, pode ser definida como a arte ou habilidade de inventar, através da palavra escrita, representações da vida humana que instruem ou divertem, ou ambas as coisas.<sup>294</sup> Nas obras de ficção, diz este autor, “o meio é a prosa, os eventos descritos não são heroicos, os cenários são ruas e tabernas, não campos de batalha e palácios”.<sup>295</sup> Ele diz ainda que o romance tenta arcar “com esses fardos da vida que não têm lugar no poema épico e ver o homem como não heroico, não remido, imperfeito, até absurdo”.<sup>296</sup>

Yurgel Caldas,<sup>297</sup> por outro lado, informa que o herói romanesco se constrói pela aventura, na qual a oportunidade dá a ele a possibilidade de se constituir como sujeito de uma história e de encontrar sua própria essência. Portanto, nesse processo, a construção da Fortaleza de São José de Macapá deu principalmente a Gallucio essa oportunidade. Uma oportunidade não ficcional, mas real e moderna no cenário em que vivia segregado da família, degredado no ambiente da obra que idealizou, riscou e construiu. Passo a categorizar a história da construção da obra pelos seguintes elementos:

---

293 GINZBURG. *Op. Cit.* Pág. 47

294 BURGESS, Anthony. O romance. Tesouro da enciclopédia britânica. O melhor do pensamento humano desde 1768. Nova Fronteira, Rio, 1994. Pág. 09

295 *Idem*

296 *Ibidem*

297 CALDAS. *Op. Cit.* Pág. 61

**O Cenário.** Após inúmeras viagens, desde a Itália até Portugal, mais tarde de Portugal ao Brasil (Região Amazônica), Henrique Antonio Gallucio chega em 1753. Tem 25 anos de idade e é membro da Comissão Demarcadora de Limites. Realiza trabalhos como cartógrafo no Pará e Piauí. Depois é requisitado para trabalhar na vila de Macapá para construir a Fortaleza de São José, aonde chega em agosto de 1762 e nela fica até sua morte, em outubro de 1769, aos 41 anos. Contempla as paisagens bastante heterogêneas da Amazônia e do Nordeste brasileiro. Macapá, dos colonizadores açorianos, banhada pelo Rio Amazonas, agora é o seu lugar. O ambiente é hostil, cheio de soldados do exército português, índios, negros calcetas, boçais, ladinos e europeus degredados. A comida é escassa, a produção de farinha é incipiente e o local insalubre. As chuvas, enchentes e marés lançantes dificultam os trabalhos da obra. Toda a ação romanceada é determinada nesse cenário.

**As personagens.** A) Henrique Gallucio, agora homem maduro, com seus 34 anos inicia os trabalhos da missão que lhe incumbiram: construir uma fortaleza na margem esquerda do rio das Amazonas para evitar possíveis invasões de navios estrangeiros na terra colonizada por Portugal. É o Sargento-Mor Engenheiro do Exército português responsável pela obra. Tem família em Belém, que em certa ocasião vem lhe visitar em Macapá. É prepotente, arrogante, mas trabalhador e dono de uma cultura excepcional. Além de engenheiro é astrônomo e poeta. B) Nuno da Cunha de Athayde Varona, coronel comandante da vila de Macapá. Tem inveja de Gallucio dado o seu prestígio com o governador do Pará e se intromete nas obras da construção, realizando desmandos, o que aborrece Gallucio. C) Henrique João Wilkens. Engenheiro ajudante de Gallucio. Vive querendo obter ganhos pessoais. É subserviente ao extremo. Reclama das sangrias às quais se submete no hospital da vila e da falta de alojamentos dignos para sua família. Comanda as obras da fortaleza de 1772 a 1778, e depois viaja para a Província do Rio Negro. Escreve poesias. No Amazonas escreve o poema épico “A Muhuraida”,<sup>298</sup> sobre a conversão dos índios Mura ao catolicismo. D) Domingos Sambucetti.

Engenheiro ajudante de Gallucio. Também veio com ele, integrado à Comissão Demarcadora de Limites. É insubordinado, e possivelmente se apossa das plantas de Gallucio, após a morte deste. Traçou as ruas da vila de Nova Mazagão; construiu casas na vila Vistosa de Madre de Deus do Anauerapucu; realizou trabalhos em Goiás e no forte Príncipe da Beira (uma espécie de cópia reduzida da Fortaleza de São José de Macapá, hoje localizada em Rondônia). E) Gaspar João Geraldo Gronsfeld. Engenheiro alemão, oficial do exército português. Foi designado para substituir Gallucio depois que este morre. Reclamava da falta de bons vinhos e de boa comida e dos seus trajes de oficial que estavam rotos e velhos. Era truculento e franco nas suas cartas. Homem sábio e justo, mas não tolerava intrigas. F) Comandante Marcos. Substituiu o coronel Nuno Varona na administração da vila de Macapá, depois que Varona faleceu em maio de 1769. G) Lobo d'Almada. Administrador de Macapá. Veio da Mazagão africana (localizada na antiga Mauritània, hoje Marrocos) com as famílias expulsas pelos muçulmanos. Foi inspetor da obra da fortaleza e depois governador da província do Rio Negro. H) Manoel Gonçalves Meninea. Provedor da fazenda de Macapá, era quem supria de material e de alimentos a fortaleza e a vila de Macapá. I) Há vários personagens menores que concorrem decisivamente para os acontecimentos que se seguem na construção da obra, como o governador Athayde Teive, que vem participar do lançamento da pedra fundamental dos trabalhos de construção da fortaleza em junho de 1764, bem como o médico, os inspetores da obra, o pároco, os bebedores de aguardente, canoeiros, remadores, pedreiros, soldados, etc. Todas as personagens são providas de elementos psicológicos diversificados, sem que haja um autor para escrever, porque já veio escrito pelas próprias personagens. São elas mesmas que expõem [por meio das narrativas das cartas e dos discursos nelas contidos] a agudeza da penetração psicológica real de cada uma delas.

**A trama.** O romance vai sendo impulsionado por estratégias usadas pelos oponentes de Gallucio e por ele mesmo. Tudo é verdadeiro, real e extratextual. É um enredo concebido ao sabor da história, na qual concorrem desmandos, cumplicidades, reclamações, intrigas, ameaças de prisão, violência e morte. Tudo está descrito por eles nas cartas. E há

uma sucessão de eventos interessantes. Os inimigos de Gallucio querem destituí-lo do cargo e ocupar o seu lugar. Vislumbram a glória de serem os construtores da fortaleza por ele concebida. Fora do espaço da obra em construção também ocorrem conspirações e confabulações.

**Foco narrativo ou ponto de vista.** As personagens do “romance” em questão não são oniscientes, mas não se reduzem a si mesmas. A amplitude que elas se deram na construção extratextual (para mim como o eu-observador e eu-ordenador cronológico<sup>299</sup>) e textual (suas verdades, sentimentos e problemas) tem uma objetividade romanesca, na qual elas constituem seu próprio destino histórico, a sua essência imantada pelas decisões e modo de viver no ambiente social e cultural que lhes foi destinado. Elas contam suas histórias com as próprias palavras por meio de um método epistolar particularizado, sem saberem o que a outra personagem está fazendo ou escrevendo.

As personagens têm suas ações cristalizadas por mim<sup>300</sup> – o eu-ordenador cronológico ou eu-ordenador da ação dramática, conforme o material que tinha disponível e que está dentro e subjaz nas cartas. Não posso ser o “editor divino”<sup>301</sup> que escolhe e ordena as missivas, só por querer estabelecer um padrão particular de entendimento da história (coisa que só pôde ser possível depois de mais de 200 anos). Todas as personagens narradoras fazem parte da história, e cada informação que dão nas cartas é material passível de interpretação que ora ajusto no curso desta história. Verdade que o material disponível não é tão grande, mesmo assim não se limita só pelo fato das personagens conhecerem apenas (ou quase isso) as ações das quais participa. Acredito que por meio desta construção romanesca (do eu-organizador) pode-se ver ainda narrativas secundárias que me permitem observar outros elementos romanescos, mesmo não se tratando de ficção, mas de realidade textual nos extratextos que posso considerar.

---

299 Eu-cronológico: aquele que organizou as cartas das diversas personagens no período da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

300 Como a história é real, os elementos e fatos citados nas cartas permitiram que eu elaborasse um roteiro.

301 Burgess. *Op. Cit.* Pág. 16.

As cartas parecem dizer (ou insinuam esse dizer) que o narrador principal – no caso aqui, Gallucio – conta o que sabe, narra o que vê e o que sente de forma objetiva, ainda que em suas paranoias – que os historiadores lhe atribuem – tenham lhe afetado a mente e as ações até a morte. Gallucio vê, então, uma conspiração maquinada contra ele por todo o canteiro de obra. Mesmo doente, procura escrever ao governador da província solicitando ajuda e remoção para a cidade (Belém) face aos seus “insufriáveis martírios”.<sup>302</sup> A palavra conspirar, em latim, significa literalmente “respirar juntos”. E Gallucio não podia admitir que pudesse ser assassinado pelos seus inimigos, os próprios companheiros, de farda e desterro. Enquanto eles conspiravam, Gallucio recorria à ajuda externa através de suas epístolas.

**Abrangência e dimensão.** Não há brevidade na história da construção da Fortaleza de São José de Macapá. O primeiro período que aqui assinalamos (1764-1782) na realidade é longo, posto que Gallucio – a principal personagem desta história – morre em 1769, treze anos antes da inauguração da obra. Entretanto, suas plantas – e com elas suas ideias – são utilizadas pelos engenheiros que o sucederam, o que marca ainda mais sua presença e sela sua importância na construção da fortificação. As narrativas gallucianas são extensas, mas têm a virtude de serem, na sua maioria, eminentemente técnicas, mormente quando ele calcula com detalhes o número de carradas de pedras, de tijolos, de telhas e de outros materiais necessários para a conclusão da obra. Gallucio tem pressa. Por outro lado, as intrigas o obrigam a se dedicar às informações missivistas ao governador sobre as questões de relacionamento com seus subordinados e com o comandante da vila de Macapá, Nuno da Cunha de Athayde Varona, que fazem prejudicar o andamento da obra. Não há prolixidade nas narrativas gallucianas. Ao fazer seus cálculos, expostos em relatório “Pró Memória”,<sup>303</sup> ele está visando sair o quanto antes de Macapá, escrevendo uma espécie de roteiro a ser seguido, para então poder ir embora.

---

302 Cód. 164. Doc. 47

303 Cód. 150. Doc. 88

**Mito, simbolismo e significado.** Ainda de acordo com Burgess,<sup>304</sup> a preocupação do romancista – que neste caso não existe – é o registro dos episódios, seus delineamentos, personalidades, regulagem da exposição (do todo), do clímax e do desfecho da história. Assim mesmo, há outra preocupação do não-autor, do eu-ordenador cronológico: a estética. A narração desta aventura amazônica tem a sua estética particular e está contida nos discursos das cartas. Esses discursos são determinados pela força explosiva nascida da obsessão por terminar o trabalho. E por ter essas características, a vida das personagens se transforma em mito, ao contrário das personagens ficcionais, que só no decorrer da história é que adquirem formas e características humanas, impulsos permanentes dessa humanidade, na qual encarnam suas verdades – ou a verdade inconsciente/consciente do autor do romance de ficção. As personagens reais, por vezes até pela tradição e repetição dos fatos históricos, tornam-se simbolismos fantasiosos (mitos) no imaginário popular. Aqui, Gallucio tem o significado voltado para a imagem de um homem arrogante e corpulento, mas zeloso de suas obrigações profissionais, culto em suas leituras e escritura, curioso em suas pesquisas e descobertas astronômicas, e invejado visceralmente por seus contemporâneos por tudo que faz e pelo que conhece, naquela aldeia insalubre que começa a vicejar ao lado da imponente construção que se tornaria a Fortaleza de São José de Macapá.

Para mim, enquanto eu-observador, eu-ordenador das cartas dos construtores, as narrativas e discursos encontrados/imbricados nelas trazem uma sucessão de certezas que o lugar onde elas foram escritas, o “topos”, é um lugar de múltiplas alteridades entre militares (os que estão em posição de mando são de nacionalidades diferentes), que estão vinculados a uma força armada que lhes designa o mesmo objetivo.

O que dizer, porém, das personagens às quais posso atribuir um papel secundário e até terciário nessa aventura colonial? As cartas, como já disse, trazem informações e discursos heterogêneos, trazem o resto do dia a dia da construção de uma fortaleza que hoje é o orgulho dos amapaenses. Entretanto, pouco se sabe sobre as relações sociais, o lazer

---

304 BURGESS. *Op. Cit.* Pág. 20

e sobre a cultura daquela época. Percebe-se, por exemplo, que não há muito controle, mas sim censura ao uso da aguardente que se vendia na vila. Sobre este assunto há uma carta do inspetor da fortificação ao governador na qual o participa das

grandes bebedeiras que todos os Domingos e dias Santos há em os carreiros e índios havendo feridas, e todas as segundas feiras padece o trabalho porque ficam muito estroídos de sorte que muitos não aparecem ao ponto do dito dia, por conta da bebedeira.<sup>305</sup>

Quase um ano depois o mesmo inspetor [João Antonio Salgado] informa sobre as desordens provocadas por causa do uso de aguardente no Dia do Corpo de Deus, que na ocasião promoveu desgraças com o uso de navalhas e facas. O fato obrigou o comandante Nuno Varona a fechar as tavernas aos domingos.<sup>306</sup> Alguns dias depois, Nuno Varona também proibiu a venda de vinho e aguardente no canteiro de obras da fortificação.<sup>307</sup>

Em meio a isso, há informações sobre o andamento do serviço, sobre a perda de cabeças de gado comidas por onças ou atoladas no tijuco; sobre a demora das canoas que trazem carne salgada e seca e sobre os acontecimentos violentos, como assassinatos pela honra em função de adultérios.

Nas cartas dos construtores pode-se observar que os conteúdos trazem explicitamente diversos discursos. Ainda que haja uma convergência ideológico-militar para o cumprimento das ordens régias que todos têm que adotar sem desobedecer, as mensagens articuladas entre si e os códigos próprios da época, usados pelos militares, se imbricam nos discursos que na realidade têm apenas uma linearidade aparente. Entre eles estão os discursos de súplicas e queixas (litanias); de panegíricos, na melhor forma encomiástica (laudatórias), e de doenças, sofrimentos e dificuldades experimentados durante a construção no embate que se tinha contra a natureza e entre os membros daquela sociedade quase isolada. A título de exemplificação categorizei [e selecionei] alguns deles:

---

305 Cód. 150. Doc. 123, de 26 de junho de 1765

306 Cód. 164. Doc. 61, de 30 de maio de 1766

307 Cód. 168. Doc. 05, de 09 de julho. s.ind. do ano

## 3.1.1 LITANIAS

Varona ao gov: “A carta que V. Ex<sup>a</sup> me permitiu a honrra dirigir com data de 3 do corrente mês, me certifica das repetidas e péssimas informações que o Sargento-Mor Engenheiro Henrique Antonio Gallucio tem dado a V.Ex<sup>a</sup> da conduta do Ajudante Domingos Sambucette; e das inobediências do Capitão Henrique João Wilkens; que tão justamente obrigam V.Ex<sup>a</sup> a dar providências em matérias a mais perniciosas ao Real Serviço”.<sup>308</sup>

Já havia se instalado um clima de animosidade entre Gallucio e o comandante Nuno Varona, pois o engenheiro ao falar sobre a obra informara ao governador sobre o comportamento dos seus subordinados, que por sua vez, foram reclamar a Varona.

Gallucio ao gov: “Por uns indícios que vejo, o Coronel Comandante não gostou da Ordem de V. Ex<sup>a</sup>, pela Extraordinária frequencia em que reparo ajuntar em só os dois oficiais Engenheiros, suspeitos que eles intentem abonar seus procedimentos com alguma máquina contra mim à V.Ex<sup>a</sup> de cuja conhecida benignidade espero procederá adiante em cazo algum ouvir-me; e assim vivo muito descançado, e não ocupo os meus cuidados em outra coisa mais que em cogitar como cumprir minha obrigação”.<sup>309</sup>

Gallucio percebe que há uma conspiração contra ele preparada pelo comandante Varona e os seus dois ajudantes-engenheiros (Sambucetti e Wilkens).

Gallucio ao gov: “Em cuja matéria me oferece representar respeitozissimamente a V. Ex<sup>a</sup> a grande oposição e repugnância, que agora encontro no Coronel Comandante desta Praça”.<sup>310</sup>

O clima de quebra de hierarquia e da jurisdição do mando pelo comandante fez Gallucio romper definitivamente com ele.

---

308 Cód. 164. Doc. 05. Macapá, 22.01.1766

309 Cód. 164. Doc. 11. Macapá, 25.01.1766

310 Cód. 188. Doc. 52. Macapá, 20.12.68

3.1.2 LAUDATÓRIAS

Gallucio ao gov: “eu ter a diteza de felicidade de ir botar-me aos pés de V.Ex<sup>a</sup> [...] terei mais que dever esta especialíssima mercê no clementíssimo patrocínio de V.Ex<sup>a</sup> além das infinitas obrigações de que viverei sempre devedor à grandeza de V.Ex<sup>a</sup>”.<sup>311</sup>

Mesmo que não seja atendido em seus pedidos, Gallucio não deixa de estar sempre reduzindo suas qualidades, pois é servo do rei e do governador.

Varona ao gov: “Com a maior alegria e mais afetuosa obediência, do modo que me é possível tenho a honra de chegar á presença de V.Ex<sup>a</sup> e beijar-lhe as mãos e dar a V.Ex<sup>a</sup> o devido parabém da sua feliz chegada a este ditoso Estado, onde o exercício de distintas virtudes e merecimentos que em V. Ex<sup>a</sup> tanto brilham serão o mais firme fundamento para a sua felicidade”.<sup>312</sup>

Nuno Varona saúda o novo governador da província (Athayde Teive), lhe rendendo homenagem, enquanto Comandante da Praça de Macapá (Aí parece haver um intento oculto: a permanência no cargo).

Gallucio ao gov: “querendo eu beijar humilissimamente as mãos à V.Ex<sup>a</sup> pela sua benignissima carta dos 3 do corrente, conheço que não satisfeito á minha obrigação com menos que prostandome à seus pés, e abraçando-os mil vezes em demonstração da minha humilíssima gratidão. Fico entendendo que tenho a honra de servir à S. Magestade Fidelissima debaixo das ordens de um general, que iguala aos mais afamados dos nossos tempos, e encerra em si as mais raras prendas dos que as histórias antigas, e modernas celebram. Permita deus que eu saiba aproveitar-me de tão grande felicidade, correspondendo na execução das veneradíssimas ordens de V.Ex<sup>a</sup> com aquela maior perfeição, que o acerto delas inculcam”

---

311 Cód. 130. Doc. 39. Macapá, 28.04.1763

312 Cód. 131. Doc. 48. Macapá, 07.10.1763

“Terei especialíssimo cuidado em conservar a mais perfeita harmonia com todos os meus subalternos, como V.Ex<sup>a</sup> me fez a honra de ordenar-me, e advertir, tratando a todos, em a mais urbana política, e desfarçando toda a falta que não envolver prejuízo ao Real Serviço”.<sup>313</sup>

Na época da construção da fortificação era comum o uso de superlativos no tratamento das autoridades constituídas da realeza (aí parece haver um plano oculto: ir embora de Macapá).

### 3.1.3 DOENÇAS E SOFRIMENTOS

Varona ao gov: “os moradores perdem grande quantidade de arroz com as sucessivas chuvas que ainda continuam”.<sup>314</sup>

O abastecimento de Macapá era precário. A produção de alimentos era pequena, não havia excedentes. As intempéries da região ainda eram pouco conhecidas pelos colonizadores.

Varona participa ao gov. que remete a folha de movimento dos pretos do senado de Macapá e que os muitos trabalhadores que se acham doentes de um grande contágio de sarampo. (Cód. 150. Doc. 65. Macapá, 14.04.65).

Muitas doenças grassavam na região

Gallucio ao gov: “Porém temo e areceio que a minha já muito má saúde não dê lugar para eu me aproveitar delas e que aqui fiquem enterradas todas elas todas, e eu com elas sem remédio; se V.Ex<sup>a</sup> compadecido da minha infelicidade me não permitir logo faculdade para ir de alguma sorte remir à essa Cidade enquanto ainda talvez há tempo pra isto”.<sup>315</sup>

---

313 Cód. 164. Doc. 11. Macapá, 25.01.1766

314 Cód. 132. Doc. 42. Macapá, 13.06.1763

315 Cód. 200. Doc. 12. 11.07.1769.

Esta é a última carta que Gallucio escreve ao governador. Embora esteja completamente debilitado pela doença, não perde a esperança de voltar para Belém.

Na então vila de Macapá, o lento cotidiano vez por outra se interrompe para dar lugar a um acontecimento como um suposto avistamento de navio estrangeiro na foz do rio; a raiva do tenente Manoel que é violentamente atacado com palavras por uma mulher desequilibrada mentalmente, chamada Ambolina Eufrázia, que o obrigou a lhe aplicar umas “bengalas”; a chegada da farinha, da carne seca e salgada; a vinda de um novo comandante ou de autoridades militares; escândalos de bebedeiras; especulações sobre os governantes do Reino; a manutenção da escravidão e dos castigos em praça pública; a chegada de novos escravos; a superstição do comandante que não quer bois de cor preta trabalhando nas carroças da fortificação. Assim como há também a história do preto José da Costa, oficial de pedreiro, que tentou “com uma nunca vista ousadia, forçar a mulher de José da Silva, que em calceta está cumprindo o seu degredo no trabalho da obra da Fortificação, e por ir uma noite deitar-se com a dita mulher dizendo ser o alferes Antonio Roberto de Marre”; os falatórios sobre os comandantes e Engenheiros estrangeiros; a indignação do Engenheiro alemão Gronsfeld, acusado de estar sempre em casa “bêbado e com mulheres”, o que rebate em carta ao governador dizendo que não tem tal vício, “nem mesmo conheço mulheres como fosse os outros se regalem” – mas ele pede por sua honra e diz que “cada um é filho de suas óperas”. Assim, muitos discursos não se perderam no vão da história. As cartas são verdadeiras testemunhas daquelas vidas duras, vivenciadas por todos os construtores, e registradas devidamente pelos privilegiados possuidores da escrita daquele tempo.

A presença dos militares na Amazônia, construindo fortalezas e guardando as terras para o Reino de Portugal, representa um elo fixo com o presente, uma conexão pela qual se prende a identidade do povo amapaense, a partir dessa fabulosa aventura em que todos os olhares ficaram inicialmente atônitos diante do novo, do tudo por fazer, da missão de guarnecer e construir um edifício caracterizado pela “solidez e força”. Esta então é uma espécie de frase discursiva que resume a questão ideológica da conquista e até hoje é repetida pelos livros e informações

turísticas e culturais. A aventura, que caracterizei como “romance não-escrito”, mas observado por mim, o eu-ordenador cronológico, ocorreu num processo multicontextual no tempo e no espaço da construção, desde as determinações de Pombal como “déspota esclarecido”, no seu Iluminismo paradoxal, na Europa, até as áreas periféricas onde se construía a Fortaleza de São José de Macapá. Esse multicontexto também abrange e integra as razões religiosas com a presença da Congregação Para a Defesa da Fé – a mesma Inquisição com novo nome – em Belém, onde supostamente Gallucio e Gronsfeld teriam sido inquiridos, e as determinações dos governadores como nas denominações de santos aos baluartes (Nossa Senhora da Conceição, São José, Madre de Deus e São Pedro), nome de ruas, da igreja e até da própria fortaleza.

### 3.2 DISCURSOS IMBRICADOS NA FLORESTA E NO RIO: PALIMPSESTO E MITO

Ainda que se procure clarificar, classificar e entender mais nitidamente os discursos dos colonizadores portugueses da Amazônia por meio de milhares de documentos deixados por eles, necessário se faz, também, entender o “outro lado”, ou seja, como eram os discursos dos estrangeiros que competiam com Portugal para se apossarem de parte da região. Embora a pesquisa não tenha tido acesso a esses documentos, naturalmente escritos em espanhol, inglês, holandês e francês, os rastros de sua aventura em terras brasileiras foram encontrados em parcas ruínas que o tempo úmido da região pôde deixar em alguns lugares ao longo do Rio Amazonas, em séculos de tentativas. Esse rastro foi o que sobrou dos fortes erguidos por eles, em lugares muito próximos uns dos outros, mas que foram destruídos pelo tempo ou pelos militares portugueses, o que chamo atrás de um palimpsesto constitutivo que consolidou definitivamente a conquista da Amazônia pela coroa portuguesa.

É preciso também observar que as cartas dos construtores tinham um destinatário, normalmente o governador da província do Pará e Maranhão, que lhes respondia com frequência. Mas nenhuma delas consta na minha proposta de estudo, visto as respostas desses governadores

estarem implícitas nas cartas seguintes, não havendo necessidade de uma resposta material, às claras. Os textos dos construtores falam por si. São relatos que extrapolam a dimensão espacial no tempo e no espaço e contam a evolução da construção ao meio de intrigas e lutas pelo poder.

A materialidade textual das correspondências – termo colocado aqui por mera formalidade, por se tratar de cartas, mas não pelo fato de terem sido analisadas as respostas aos apelos e litanias dos construtores – se dá em nível de relação dialógica, ainda que não tenha réplica dos governantes ou os interlocutores das cartas. Não há, portanto, uma interdiscursividade diretamente articulada, por não haver um interdiscurso, um dialogismo, um diálogo entre discursos (as respostas em cartas, escritas pelos governadores), pois de acordo com Bakhtin:<sup>316</sup>

O dialogismo é sempre entre discursos. O interlocutor só existe enquanto discurso. Há, pois um embate de dois discursos: o do locutor e o do interlocutor, o que significa que o dialogismo se dá sempre entre discursos.<sup>317</sup>

O fato de não haver uma imediata resposta para os discursos articulados pelos construtores nas suas cartas endereçadas aos seus superiores não quer dizer que são monólogos: é o produto da experiência tirada no dia a dia da construção da obra, na qual se insere na análise literária o conceito bakhtinianos de exotopia – lugar exterior. Para Marília Amorim

O conceito de exotopia, embora possa designar uma posição no tempo, por exemplo, de um pesquisador que analisa um texto de outra época, enfatiza a dimensão espacial. Essa ênfase não é causal. O conceito está relacionado à ideia de acabamento, de construção de um todo, o que implica sempre um trabalho de fixação e de enquadramento, como uma fotografia que paralisa o tempo. O espaço é a dimensão que permite fixar, inscrever o

---

316 AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In BRAIT, Beth (org.) Bakhtin outros conceitos-chave. Ed. Contexto. S. Paulo, 2008. Pág. 165

317 *Idem*

movimento ou, dito de outra forma, a dimensão em que o movimento pode se escrever e deixar suas marcas.<sup>318</sup>

Adiante usarei o conceito bakhtiniano de cronotopos, que serve para explicar a indissolubilidade entre o espaço e o tempo. Para Bakhtin, o cronotopos em literatura é uma categoria da forma e do conteúdo que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto. Assim, o rio que banha uma pequena vila na Amazônia indica o lugar no qual as ações são desenroladas e onde as vidas das personagens se transformam.

Muitos dos discursos sobre a construção da Fortaleza de São José de Macapá se dão de forma multifacetada e silenciada.

O olhar de estranhamento que originava um confronto de alteridade entre culturas, as cosmovisões que ensejavam conflitos sobre as terras descobertas e prontas para serem dominadas, as decepções e trocas, as atrações e repulsas, o mundo encantado do “Éden Tropical”, tudo era novo e diferente, assim como as noções de doenças terríveis, das intempéries e dos fenômenos naturais. O que dizer, por exemplo, do mito de Mairi e de Ianejar? Seria a sua essência uma recontação da história bíblica da Arca de Noé? Acho possível, pois a história desse povo não foi escrita e pode ser uma especulação desvirtualizada através da história oral ao longo do tempo; uma mistura possível, apesar do mito do dilúvio existir em outras culturas, e seu significado ser basicamente a renovação da vida e do mundo, que dá oportunidade para os índios viverem uma nova vida, longe dos problemas que enfrentavam, até deixarem Mairi – a casa de pedra, a fortaleza, encostada por séculos à margem esquerda do grande Paraná, o Rio Amazonas, quando seu herói civilizador saiu pelo buraco do final do mundo e se transformou em estrela.

À ideia do dilúvio está associada outra forma de destruição: o fogo. O fogo, entendendo-se enquanto razão simbólica inerente a essa destruição quase total e antiecológica, que vai renovar o planeta pela salvação dos índios Waiãpi; o fogo e seu significado purificador e regenerador que

---

318 *Ibidem*

vai renovar a vida, a natureza, com a reconstituição dos Waiãpi, salvos maravilhosamente em sua casa de pedra ou de barro: Mairi. É assim que os sentidos de regeneração e de oblação pela água se integram, e sempre trazem o significado de morte e renascimento. Durante os cataclismos crianças e velhos morrem, mas são ressuscitados pelo herói Ianejar, até as chuvas se amainarem lá fora e os Waiãpi ficarem a salvos enquanto o mundo seca. Mas como o rio que passa, as memórias também passam e se afundam nas águas do esquecimento, então resta a versão do mito para que o mundo gire e o tempo passe, mas não de forma articulada, e sim livre e repetida na sua estranha forma espiralada, em que tudo volta a acontecer, recomeçando constantemente.

Há aí, nessa eternidade, um dinamismo, uma metamorfose que faz o tempo passar e, “nesse sentido, o tempo e a eternidade, a impermanência e o permanente, a irreversibilidade e o que sempre retorna não são mais contraditórios e incompatíveis”.<sup>319</sup> Este autor também fala que os xamãs e os poetas são guardiões das metamorfoses, por isso é preciso ouvi-los para encontrar o tempo mítico. E eles vivem num tempo fluido, um tempo gerador de mudanças, pois “o presente das palavras revela-se simultaneamente para o futuro, como projeto de vir-a-ser; mas também se revela simultaneamente como passado da ação e como presente da percepção”.<sup>320</sup>

O que fica dos mitos nos discursos sobre o tempo é a explicação de sua própria realidade. Mairi é, também, a representação do estado de espírito de um povo sujeito à violência da escravidão. Os aspectos do mito são postos de maneira em que há uma busca desesperada e intencional de mudar, transcendendo a realidade imediata. Isso reforça o sentido de união e de superação dos males instituídos por brasileiros e franceses, em um contexto em que as impurezas e males impossibilitam a felicidade dos membros da tribo.

A esse conto discursivo, a esse mito explicativo, essa poesia extraordinária, que embora tenha várias facetas que se encaixam no contar

---

319 SANTOS, Laymert Garcia dos. O tempo mítico hoje. Ver Tempo e História. Aduato Novaes (Org.) Companhia das Letras. São Paulo, 1996. Pág. 198

320 *Idem*. Pág. 199

diacrônico dos seus locutores, percebe-se o desejo de isolamento do povo Waiãpi, pois eles não confiavam nos brasileiros e nem nos franceses. Viviam o seu mundo edênico, praticamente sozinhos, como homens naturais, até – obviamente – a realização do contato físico e cultural, com o qual o homem habitante da floresta se torna vítima de preconceitos, que mesmo a filosofia do Iluminismo não foi capaz de extinguir, creio que pelo fato de a maioria dos letrados da época ainda viverem por aqui como se estivessem mergulhados na escuridão da Europa medieval.

Se os índios tinham os seus mitos explicativos para diversas coisas importantes da sua vida cotidiana, os colonizadores também trouxeram os seus, como o das Amazonas, que teriam habitado a antiga Capadócia, e que foi adaptado na suposta visão de mulheres guerreiras encontradas na região.

No discurso mítico, segundo diz Laymert Garcia dos Santos, o tempo mítico [do xamã e do poeta] “é o tempo da natureza, mas ao mesmo tempo, do sobrenatural, porque está eternamente começando”.<sup>321</sup>

Nele, ocorre uma circularidade que se reestabelece no cotidiano das contações de histórias, como elemento vivo, importante e coletivo dos grupos sociais, no tempo e no espaço de suas manifestações. E assim se formam novos atores, contadores de histórias, xamãs e poetas, que fazem seus discursos sobre o lugar onde foi construída uma fortaleza de pedra.

No tempo real, as notícias inclusas nas cartas dos construtores são as dificuldades de uma realidade violenta, exposta nas circunstâncias da ereção da obra, onde o cotidiano de trabalho apresenta o sofrimento e a morte, banalizados, em nome da missão de construir uma fortaleza para conquistar definitivamente a rica região.

---

321 *Ibidem*. Pág. 197

3.3 O DISCURSO SOBRE A PAISAGEM DA FORTALEZA:  
HISTÓRIA E LITERATURA, PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO  
SIMBÓLICA PELAS ARTES E PELA MÍDIA

O que poderia ser uma ruptura no tempo, a construção da Fortaleza de São José de Macapá, que já foi vista como algo acabado, tangível na paisagem, uma sombra do passado, e ainda um monstro inócuo e morto à beira do Amazonas, na sua permanente contemplação ao movimento das ondas e à força do vento, é um elo conectivo que une os pretéritos da aventura colonizadora com a hipervalorização da obra no presente, trazendo à tona a grandiosidade da intenção do Governo português do século XVIII, a garantia de paz e segurança às populações ribeirinhas, mas também a de enriquecimento da nação portuguesa, em função dos altos investimentos militares e econômicos para a região.

Pensar essa obra isoladamente é incorrer no vazio, porque ela tem muitas facetas e múltiplos olhares se dirigem a ela sob as mais diversas temporalidades e alteridades. E as cartas dos construtores lhes dão o caráter de uma escritura nascida do dia a dia, das lutas diuturnas contra o lugar inóspito que foi escolhido para a sua ereção. Os discursos são relatos/testemunhas de que os construtores não só construíram a obra, mas a escreveram como partícipes da *démarche* empregada nessa aventura amazônica. Aos autores se deve uma obra possível, escrita com argamassa e tinta, desenhada/realizada, rascunho e capítulo de um novo tempo na vigília permanente da região; não algo provisório e tênue na paisagem, todavia um abrigo de emoções do cotidiano que guarda ainda hoje a recordação e, quem sabe, segredos de cada gesto nos nichos fechados de suas pedras de cantaria.

O que aconteceu durante as obras da fortificação tem causa, objetivo, objeto e um emaranhado de acontecimentos que fizeram dela a realidade histórica que a imaginação de poetas e escritores se serviram para tê-la como objeto de descrição, como louvação ou mesmo como objeto simbólico, com sua inerência à formação da identidade do povo amapaense.

A Fortaleza de São José de Macapá estava sempre lá, no mesmo lugar, como a permanência de um projeto político e militar da conquista

lusitana, como a uma pedra fixada sendo contemplada como um “ser” na paisagem que tem por fundo o Rio Amazonas. E todas as personagens daquele rol de indivíduos isolados, e quase degredados, beberam o fluido e se alimentaram com o peixe do mesmo rio.

Todos os aspectos sociais ligados (ou causados) pela construção da Fortaleza de São José de Macapá iluminam virtualmente o significado de sucessivos projetos estaduais de Governo em um processo que ora determina seus discursos ora encaminha a decisão das transformações urbanas no entorno do monumento. Daí, então, está a sua importância na geografia urbana da cidade de Macapá, pois é nela que se multiplicam e se cristalizam os discursos como objeto de uso e apropriação simbólica coletiva. Cabe, entretanto, a uns poucos o uso sistemático de seus espaços e de sua forma imagética. Assim, mesmo sua imagem é transportada para todos os lugares através de objetos sobre os quais nos referimos no segundo capítulo e usada sistemática e repetidamente pelas diversas formas de veiculação da mídia.

Mas para mim é importante buscar a preocupação de ressituar sempre o contexto histórico da Fortaleza de São José de Macapá, porém, sem perder de vista a sua dimensão literária. Os dados colocados no segundo capítulo, que alimentam a história com ressignificações quanto à obra na cidade, têm a dinamicidade que o tempo linear (histórico) exige. O “topos” onde ela foi construída é o teatro que se montou, se desmontou e se remontou com a vida das personagens nas circunstâncias da sua construção. Nele, tempo e espaço se integram em uma dimensão. O tempo é tratado na concepção de quem quer ver a obra concluída, pois traz em si “uma concepção de homem e, assim, a cada nova temporalidade corresponde um novo homem”.<sup>322</sup>

Posto isto, o cronotopo atinge a produção da história, designa um lugar de coletividade, “espécie de matriz espaço-temporal onde as várias histórias se contam ou se escrevem [...] ou onde o tempo é compartilhado pela coletividade em esferas comuns de atividades.”<sup>323</sup>

---

322 AMORIM, Marília. *Op. Cit.* Pág.105

323 *Idem*

Esse conceito orienta o sentido de que os diversos gêneros de discurso estão dentro de uma dimensão espaço-temporal compartilhada pela coletividade. Deste modo, a noção de tempo linear (histórico), onde está a contemporaneidade exposta, até o resultado da produção cultural que se faz, no caso, em função do monumento, se amplia no tempo e no espaço, que toda a sociedade pode partilhar. Mas à Fortaleza de São José de Macapá estão agregados esferas discursivas diferenciadas, amplas, num contexto que a cada dia ganha novas formas, como por exemplo, as novas mídias instaladas nos meios de comunicação, que se encarregam de promover novas interações, novos diálogos e novas formas de expressão artística, visando a valorização desse espaço, desse “topos”, que deve ser cada vez mais veiculado, dada a sua importância não só para a cidade, mas também para a manutenção dessa identidade amapaense, da qual a fortificação, fixa em seu lugar, representa símbolo identitário local.

### 3.3.1 APROPRIAÇÃO PELA MÍDIA POLÍTICA

Foi com a restauração da área sul da Fortaleza de São José de Macapá que se iniciou uma campanha midiática na qual a crença no Amapá (e em seus valores) foi suscitada com êxito pelos publicitários que a criaram e a fizeram. Antes da inauguração desse lugar o *slogan* “Pense, mas pense num lugar bonito!” causou expectativa pela inauguração que só se deu em junho de 2006, quando se iniciaria uma campanha política que reelegeria o então governador Waldez Góes.

Tirados os tapumes, o espaço promoveu satisfação à população que podia chegar até ele. O lugar foi considerado uma praça de bom gosto, com amplos aparatos para lazer, passeios e caminhadas de atletas.

Ora, a análise do discurso considera a ideologia como o lugar fundamental para o desenvolvimento das práticas políticas. Os discursos articulam os sentidos circulantes de sua prática. E fazem o fenômeno da midiaticização agir sistematicamente sobre a produção e a transmissão das informações em campanhas, feitas na articulação e nas práticas da

comunicação entre candidatos e os eleitores<sup>324</sup>. Nesse caso estava, então, implícita a ideologia necessária para caracterizar a análise do discurso.

Desta forma se faz necessário entender o papel dos produtores, dos políticos nas campanhas (ou antes delas serem oficializadas) e do eleitor, porque nelas está organizada a emissão de uma mensagem contida em um discurso que tem estratégia para chegar ao receptor, o destinatário dessa mensagem codificada.

A empresa de propaganda – a produtora, como hoje se convencionou chamar – recorreu a um recurso discursivo de grande teor ideológico ao produzir para o Governo um *clip* com uma bela música de dois conhecidos artistas locais. Ela se chamava “Jeito Tucuju”, e falava das coisas amapaenses com grande carinho, não antes de estar eivada de forte sentimento de pertença, de valorização identitária da população amapaense. O *clip* foi amplamente veiculado durante as festas de fim do ano de 2007, da forma que o dissemos no capítulo anterior, junto a lapidar frase “confiar no futuro faz parte da nossa natureza”, termo bem estruturado e festejado pelos políticos situacionistas e jornais de cunho governistas. A frase insinua a esperança, a luta por dias melhores e a melhoria de vida de todos, mas também expressa um conformismo desatento aos fatos e decisões institucionais, pois as aspirações pelo futuro eram apenas propaganda expressa pela mídia à ordem dos governantes, uma forma de escamotear a realidade que nunca seria concretizada pelo governo.

Reapresento aqui a referida música, que ensina ao visitante estranho, ao migrante exótico, àquele que não faz parte do mundo amazônico, o modo de viver dos amapaenses. Ele é o Outro que chega para olhar com seu olhar o que se quer que ele olhe como se fosse um autóctone, pois, “Quem nunca viu o Amazonas/ Nunca irá entender a vida de um povo/ Não contará nossa história/ Por não saber/ E por não fazer jus/

---

324 MORTARI, Elisângela Carlosso Machado e PAIM, Mariana Borba. Os discursos midiáticos e os discursos políticos: interfaces teóricas. In *Revista Comunicação & Política*. Vol. 27, nº 2, maio-agosto 2009. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 2009. Pág. 32.

Não curtirá nossas festas/ Tucujus/ Quem avistar o Amazonas/ Neste momento/ E souber transbordar/ De tanto amor/ Este terá entendido/ O jeito de ser/ Do povo daqui”<sup>325</sup>

Aparentemente carregada de austeridade, posta como uma barreira etnocêntrica, a música traz um desafio a quem não é oriundo da região. Quer dizer que quem vem morar em Macapá [Estado do Amapá] deve estender o seu olhar para além do horizonte sobre o rio, para poder buscar nas suas águas, nas suas ondas, no vento e nas suas marés um processo coletivo de compartilhamento do “topos” que se integra a alegria de ser da cidade. E por estar nela, deve-se saber a história do lugar, se adaptar às condições climáticas e sociais e permanecer com um rio de lembranças [e de discursos] para poder se transbordar do sentimento de pertencer ao lugar, ao aqui, ao agora. Então, só assim se integralizará ao processo constitutivo de uma sociedade ribeirinha que se orgulha de pertencer ao lugar onde está situado o maior rio do mundo, na “única capital brasileira banhada pelo Rio Amazonas, que fica de esquina com a linha do equador.”<sup>326</sup> Assim, poderá participar das comemorações culturais e das celebrações rituais dessa cultura nascida dos seus primeiros habitantes, que foram os índios tucuju.

A música em questão seria então a experiência contemporânea da alteridade, através da arte musical, uma vez que também seria a descoberta da valorização, tão necessária para o fortalecimento da identidade local, que mesmo amazônica ainda se insere às celebrações e culturas semelhantes àquelas praticadas no Estado do Pará. E o vizinho Pará foi quem cedeu suas terras para que o Amapá pudesse ser uma unidade federativa. Foi o Pará que o colonizou com levas de trabalhadores migrantes que vieram para o então Território Federal como pioneiros de um lugar onde tudo estava por fazer.

Mas usar ideologicamente a mídia não foi privilégio só de um governo. Todos fizeram a mesma coisa com maior ou menor teor de in-

---

325 Versos utilizados no *jingle* institucional de propaganda do Governo do Estado do Amapá, no qual a Fortaleza de São José de Macapá faz parte do cenário. Macapá, 2007

326 Frase popularmente conhecida e reproduzida.

serções nos diversos veículos de comunicação, e fizeram campanhas de publicidade onde a Fortaleza de São José de Macapá estava sempre presente como o ícone simbolizador da história da cidade, da vida da cidade e do povo que nela habita, posto que é para a sociedade que as campanhas são direcionadas.

Na mídia das campanhas, “os meios de comunicação procuram construir um vínculo ativo com o receptor”.<sup>327</sup> Apesar de tudo, todo discurso possui interferências, porque “estas podem estar ligadas ao cotidiano de uma sociedade, a cultura de um povo ou cultura de massa, às crenças, às questões históricas e/ou acontecimentos atuais (tendências, costumes, vestimentas), linguagens ditas ou não ditas (gestos, gírias), enfim, diversos são os modos de interferência de um discurso”.<sup>328</sup> Nesse caso, a Fortaleza de São José de Macapá serviu de ponto de ligação entre as campanhas políticas desenvolvidas pela mídia e a população de eleitores, mas não ficou isento de interferências, conforme a categorização acima. Na realidade, as estratégias de campanha foram satisfatórias para o governo que queria se manter no poder. Para que isso se efetivasse não hesitou em lançar mão de um discurso compatível a sua ideologia. E o *slogan* “Pense, mas pense num lugar bonito”, criado pela força da mídia se disseminou numa linguagem que atingiu diretamente o público-alvo (os eleitores), e conseguiu até mesmo comprovar que existe mais credibilidade no discurso midiático que nas experiências particulares do candidato.

A mídia política é uma realidade que vende essas emoções. No campo político-institucional, as palavras pronunciadas e usadas por ela devem ser tomadas pelos receptores, que podem ser sujeitos de emissão de interferências ou não (mas que são atingidos inevitavelmente), como pelo que ela diz e pelo que ela não diz. No caso da frase do Parque do Forte ela funcionou, e até virou moda, pois o lugar do entorno da fortaleza ficou conhecido como “Lugar bonito” e até por “Pense”.

---

327 MORTARI. *Op. Cit.* Pág. 32

328 *Idem*

## 3.3.2 A IMAGEM APROPRIADA POR TODOS

Os totens, os postais e cartazes, além de outros objetos mais tradicionais de divulgação impressa, também trazem teor ideológico nas suas formas de comunicação. Fazem efeito, ainda que seus discursos implícitos devam falar mais pela imagem que pelo discurso textual que também trazem junto. Dois anos depois do aniversário de 250 anos de Macapá, os totens comemorativos, fixados pela administração municipal da época, em locais turísticos da cidade como no Marco Zero do Equador e em praças públicas, ainda existiam.

A mídia eletrônica veicula diariamente imagens de estabelecimentos, produtos e eventos comerciais vinculando-os à imagem da Fortaleza de São José de Macapá. Os diversos canais de televisão locais fazem dessa imagem o aproveitamento cenográfico ao apresentar seus jornais e programas todos os dias. Na rua, os comércios, os governos estadual e municipal, e as instituições jurídicas, militares e privadas, mostram ou deixam para quem quiser olhar, painéis, *outdoors*, faixas, logomarcas e outras peças distintas. Nas redes de relacionamento social da Internet dezenas de *blogs* e *sites* exibem a imagem da fortaleza como papel de parede (de fundo), e apresentam milhares de fotografias em que o monumento aparece imponente na paisagem.

Mas o que é mesmo imagem? A jornalista Iruska Coutinho informa que

“o termo imagem remete ao latim *imago*, cujo sentido é o de toda e qualquer visualização gerada pelo ser humano, seja em forma de objeto, de obra de arte, de registro fotomecânico, de construção pictórica (pintura, desenho, gravura) ou até de pensamento”.<sup>329</sup>

No caso da Fortaleza de São José de Macapá, sua imagem, como disse acima, é hipervalorizada pelos setores comerciais e institucionais, sendo usada amplamente por todo mundo, mas de uma forma positiva, porque

---

329 COUTINHO, Iruska. Leitura e análise da imagem. In Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Ed. Atlas. S. Paulo, 2009. Pág.330.

dissemina na população o seu simbolismo de proteção e segurança que atravessou séculos e fez dela um ícone da identidade local. É tão usada que está em muros com inscrições religiosas, em escudos de grupos policiais especiais, nas logomarcas de governos e está, com seus detalhes, principalmente da forma e da guarita, nos brasões institucionais e nas bandeiras do Estado do Amapá e do Município de Macapá.



Figura 10: Bandeira do Estado do Amapá

Sua presença discursiva é polissêmica, pois fala e se apresenta de diversas formas, como nas telas dos artistas, nas calçadas públicas, nos produtos artesanais e vídeos vendidos a turistas e nos painéis e *grafittes* pintados por encomenda nos muros de escola e residências da cidade.

Se o espaço é constituído de signos, a Fortaleza de São José de Macapá representa o sentido imagético da cidade, pois está presente também em peças publicitárias menores, postais e selos comemorativos, capas de disco e de livros, e em monografias, dissertações e teses acadêmicas. Por ser uma imagem pública e ser uma realidade imanente que emite mensagens visuais para enfocar produtos e ideologias, a fortificação traz o discurso da comunicação, da mídia, para que se consumam os produtos possibilitados ao consumo pelo vínculo à sua imagem.

Assim, ela é a imagem socializada por todos. Para fazer uma análise de sua imagem, é necessário antes efetuar uma leitura dedicada à produção do sentido. Do sentido de sua existência enquanto permanência à beira do maior rio do mundo. O método usado pela semiótica para realizar essa análise imagética é importante porque não vai analisar diretamente a realidade, mas pelo signo que ela representa. E o signo

é tudo aquilo que nos chega da realidade, que nos é dado perceber, e que, portanto, não é a realidade inteira, mas uma parcela dela, uma parte ou uma dimensão que representa o todo, na impossibilidade de que ele apareça em sua plenitude.<sup>330</sup>

Assim, o signo é todo sinal de realidade, tudo aquilo que quer dizer que é o objeto, mas que está apenas sendo representado. É uma marca que representa na ausência o que está fora dele, assim como uma tela sobre a Fortaleza de São José de Macapá significa que é ela que está ali na pintura. Por ser signo então tem que ter um significado, tem que dizer algo, pois tudo tem significado, nada existe sem um nome, um texto, uma significação. Portanto tudo é signo. E a imagem da fortaleza expressa bem isso enquanto ícone, símbolo e significado, signo e imagem de Macapá.

Macapá tem vários signos, com seus significados amplos. A meu ver a Fortaleza de São José tem o seu significado maior em função da sua história para o povo amapaense, e por representar, por estar junto ao Rio Amazonas, num conjunto paisagístico que dá aos amapaenses a identificação amazônica do “transbordar de tanto amor”, como na canção “Jeito Tucuju”. E é nesse nicho amoroso que se estabelece a condição signal, simbólica da imagem. À ela está ligada a seiva identitária que cobre e impregna de sentido a população local, mesmo que esta pague o preço da apropriação de sua imagem.

---

330 IASBECK, Luiz Carlos Assis. Método semiótico. *In* Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. Ed. Atlas. S. Paulo, 2009. Pág. 194.

## 3.4 TRANSFORMAÇÕES E MEMÓRIAS DO ESPAÇO URBANO

A cidade de Macapá é, hoje, um lugar de alternâncias que dão dinamismo ao cotidiano da paisagem da frente do rio. Um enorme fluxo de águas amarelo-barrentas passa ao largo de um edifício imenso e escuro, rodeado de tons esverdeados pela grama, que o olhar não pode desviar-se. Ali se situam os tempos de transformação em seu “topos”. As mudanças urbanas em seu entorno me permitem enxergar dois séculos de movimento, onde os atores que ali passam se mudam também no tempo. Os sons, as cores, os volumes e odores que lá trafegam se constituem a paisagem, porque ela é tudo o que a vista alcança, no dizer de Milton Santos. É tudo aquilo que posso enxergar no raio da minha vista. Ao lado dela, do lugar, inexoravelmente há um tempo. Um tempo de um discurso pragmático, político. Mas de mudanças. E de transformações, posto que já foi amplamente dito neste trabalho que ela recebeu mais de 30 projetos de restaurações.

Por ser o espaço algo produzido na história, percebe-se que há uma dialética (aqui vista como unidade e luta de contrários) no espaço exterior da Fortaleza de São José de Macapá. Há uma metáfora chamada correntemente de “cenário”, enquanto “topos” dos acontecimentos que se impuseram no tempo, que se realizaram no espaço, e que sobreviveram historicamente, por causa de muitos fatores. Mas esse “cenário” num nível metatextual também é o ator. Foi a partir dele, desse ator, e dos interesses governamentais, que se estabeleceram as mudanças ocorridas na sua exterioridade (o que aqui não significa apenas sua área de entorno). O significado de exterioridade está colocado multifacetadamente em termos históricos na carta dos construtores como: metrópole, cidade, reino, governo e governadores. E na contemporaneidade como: urbanização, planejamento, espacialização, permanências e alteridades, entre outros.

Tal afirmação tem base sólida, pois as transformações ocorridas no espaço de uma cidade são dominadas por estratégias produzidas a partir do Estado, do sistema político e de suas decisões. As mudanças e transformações no espaço produzido reforçam por um lado as relações de dominação e de poder. Mas por outro, quando isso ocorre por alguma estratégia que deu errado, ocorrem pressões e constrangimentos da

população com a base institucional que põem em xeque as decisões do sistema político. Nessa relação temos o exemplo da decisão do Conselho Estadual de Cultura em solicitar ao Governo que mandasse cercar a área de entorno do monumento, devido o vandalismo constante no local, e para que fosse cobrado ingresso da população, pois isso iria possibilitar renda para a sua manutenção, como se o próprio Governo não pudesse arcar com as despesas e manter e dar segurança no “Lugar Bonito” que criou. Uma atitude ingênua, mas autoritária, pois um conselho meramente normativo não tem poderes políticos para intervir na administração estadual. Entretanto, esse episódio, rendeu polêmicas nos meios de comunicação, que tiveram a participação da população contrária à medida. Nesse quadro os aspectos sociais do acesso ao lazer e à cultura também foram objetos de discussão e constrangimentos, porque o “Lugar Bonito” não foi feito para a camada menos privilegiada da população, aquela que nem ao menos consegue andar em transporte coletivo, e sim para uns poucos privilegiados que moram no centro da cidade ou nas proximidades, e usufruem plenamente do lugar.

Por ter grande concentração populacional é na cidade que os seus moradores estendem suas esperanças de viver melhor, não descuidando de vários sentidos de urbanidade e segurança entre eles mesmos. É nelas que cada geração tem sua memória amarrada ao rio do tempo. É na cidade ainda que esse tempo se alonga em diálogos permanentes entre idades e desejos, entre o conhecimento memorial e a descoberta do novo.

Diz-se, por causa disso, que “os marcos de referência e identidade estão implantados no solo urbano.”<sup>331</sup> Por isso mesmo é importante estar atento às especulações urbanas que transformam o solo em mercadorias, processo que tem produzido a destruição sistemática de vários lugares de valor histórico para a cidade.

A literatura escrita pelos poetas e escritores amapaenses sobre a Fortaleza de São José de Macapá está repleta de memórias e críticas

---

331 FIGUEIREDO, Lauro César e PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A cidade de Maringá na memória de seus habitantes a partir dos espaços públicos e de lazer (1940-1970). Revista Geografia e Pesquisa. UNESP, Ourinhos, nº 1, - v.1, 2007. Pág. 21-49.

ao desaparecimento de objetos e lugares que faziam parte da paisagem como referência da época em que andavam por esses espaços. Não é à toa que Jeconias Alves de Araújo reclama do aterro da Doca da Fortaleza, lugar memorial por excelência do seu tempo de jovem, onde recorda detalhes da movimentada vida social da área, que aparentemente era lenta com o aportar das vigilengas (embarcações à vela) na enseada, próxima à fortificação. O poeta fala com ironia do desaparecimento de canhões e do mirante e seu farol, que existia fixo no baluarte Nossa Senhora da Conceição. Mas é Hodias Araújo que acusa enfaticamente que esses objetos foram levados pelos militares da Marinha que governaram o Território do Amapá na época da ditadura militar (1964-1985). O escritor Ray Cunha usa metáforas para dizer da fortaleza, como “mais parecia um navio vagando no inferno” ou “flutuava na água como um navio fantasmagórico”. “À noite as luzes da cidade eram testemunhas daquele vagar infernal: uma fortaleza flutuando no Rio Amazonas, ventre inchado, estourando de vermes e berros noturnos.”<sup>332</sup>

Há uma diversidade de expressões artísticas sobre o monumento. Muitos artistas e atores culturais externam seus sentimentos por meio de expressões como; “Atalaia gigante”; “Guardiã da Amazônia”; “Aqui a história se contorceu. Houve enfrentamentos e mortes, surgiram heróis e mártires”; “Sentinela de pedras” etc.

Cada um desses artistas da palavra dá o seu testemunho memorial sobre Fortaleza de São José de forma lúdica e apaixonada. As críticas são dirigidas aos homens públicos (políticos) que a arruinaram em certo tempo e não souberam preservá-la.

Sob essa diversidade de sentimentos e emoções fica ainda aquilo que não se pode ter, porque os lugares da memória de uma cidade são o “topos” da história. Ambas as categorias conceituais – história e memória – são narrativas do passado que estão presentes na ausência e se reconfiguram através do imaginário, deixando-se ler através do discurso que está preso à imagem, ao signo. E a Fortaleza de São José de Macapá me parece que necessita acender mais a memória no bojo de sua vida

---

332 CUNHA. *Op. Cit.*, 2004. Pág. 48-9

cidadina que prescinde de esquecimentos. Não pode remar neste rio de múltiplos discursos contra a maré da sua história.

### 3.5 DISCURSOS EMPEDRADOS AO LONGO DO TEMPO

Por ter o discurso a ideia do percurso, de movimento, e de carregar em si a transformação da realidade em que o homem vive, “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”.<sup>333</sup> Historicamente se trabalha no discurso a linguagem do homem relacionada a sua exterioridade, pois a partir de que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a do discurso é a língua, se trabalha a relação língua-discurso-ideologia”.<sup>334</sup> Essa relação se complementa pelo fato de não haver discurso sem sujeito e este não pode existir sem ideologia. Daí, então, que a língua só faz sentido se o sujeito for interpelado pela ideologia.<sup>335</sup>

Nos escritos que pesquisei sobre a Fortaleza de São José de Macapá, nas estampas e telas, nas propagandas que a retratam como objeto “forte e sólido”, os discursos têm regularidade e trazem seus elementos comunicativos elementares, como emissor, receptor, e código referente à mensagem. Tudo está passível de uma análise discursiva,<sup>336</sup> principal-

---

333 ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. Pontes, Campinas, 2009. Pág. 15.

334 *Idem*. Pág. 16.

335 *Ibidem*, pág. 17

336 Para Orlandi há uma diferença. “A análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? Há aí um deslocamento. A questão a ser respondida não é “o quê”, mas o “como”. Para responder ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade”.

mente pelas suas conotações ideológicas que se ajustam de diversas formas, como uma empedradura no aterro de um baluarte ou na calçada de uma praça de guerra, vertical e horizontalmente. O discurso dos construtores, por exemplo, é marcado por um conjunto de categorias personalísticas que os definem *a priori* como sujeitos fortes, intrigueiros, êmulos, inimigos rancorosos, que dão condições para que a interpretação do objeto narrado signifique e se coloque em um megacontexto. Este megacontexto é a totalidade da história em que os sujeitos/personagens que escrevem suas epístolas, o façam num contexto que permita uma leitura verossímil. Os textos [das cartas ou não] são estruturas lógicas preenchidas no contexto histórico ocorrente ao lado do contexto sócio-cultural, que têm seus valores semânticos [caracterizados por códigos], que geram uma série de mensagens articuladas entre si e que se imbricam [para o eu-observador] na linearidade aparente do discurso.<sup>337</sup>

Da mesma forma como nas cartas dos construtores estavam presente as ideologias militar e política explicitamente, alguns jornais, livros de poesia e *folders* relativamente recentes do Estado do Amapá ainda trazem uma expressiva força ideológica quando se reportam ao monumento. De um lado trazem um discurso ufanista, de louvação ao suntuoso monumento, que na época (1982) festejou seus 200 anos de fundação. Não se pouparam manifestações encomiásticas, falando das relações ufanistas e amorosas com a fortificação, tais como: “Orgulho nacional, a mais bela, a maior, imponente e sólida fortaleza deste país”; “Sentinela da Pátria, na foz do Rio Mar”; “Quem visita Macapá aqui encontra o maior monumento, que é a Fortaleza de São José de Macapá, onde pode se encher de emoção, se entusiasmar e exaltando-se num grande patriotismo”; “A Fortaleza de São José de Macapá atesta a decisão do gênio lusitano na sua tarefa descobrir, povoar e defender seus descobrimentos com tenacidade incomparável na história amazônica. [...] Foi um trabalho unificado de três raças que se levantou em pleno setentrião pátrio um dos maiores monumentos históricos do Brasil colonial”.

---

337 PINTO. *Op.Cit.* Pág. 29-44.

Essa força ideológica, de que já me reportei antes, se originava do ufanismo do Brasil Gigante, democrático e ordeiro que o Governo militar pregava, principalmente nas escolas do extinto Território Federal do Amapá, nas quais professores e diretores reproduziam os discursos dos mandatários.

Em 1973, a Fortaleza tinha servido de prisão para os “subversivos” que teriam integrado supostamente um movimento de terror em Macapá, a chamada Operação Engasga, que já nos referimos páginas atrás. Nas comemorações de 200 anos foi feita uma grande programação cívica e cultural, com salvas de tiros de canhões, apresentações artísticas e exposições muito diferente de hoje, quando no aniversário da cidade tocam sons que imitam tiros de canhões em alto-falantes, comandado por computadores.

Nas comemorações dos 250 anos de Macapá, em fevereiro de 2008, o “Parque do Forte”, popularmente conhecido por “Lugar Bonito”, já havia sido inaugurado cerca de dois anos antes. Mesmo assim foi realizada uma programação sem a presença do seu prefeito, João Henrique Pimentel, que se encontrava no Rio de Janeiro para desfilar na Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, que apresentava um enredo sobre Macapá e se sagraria campeã.

Não é minha intenção desconstruir textos ou discursos que ficaram na mídia, promovendo campanhas políticas dos governantes como em 2006, por ocasião da inauguração do “Parque do Forte”, que se transformou em “Lugar Bonito” pela excessiva veiculação da propaganda institucional, que culminou com a reeleição do governador Waldez Góes. Entretanto, não se pode se desvencilhar essa ideia.

Por outro lado, perpassa a noção dos investimentos em restaurações e belezas na atualidade, não apenas para o encaminhamento histórico, cultural e turístico do monumento, mas também para que as ações nele aplicadas tenham o retorno político desejado pelas instituições políticas partidárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso do rio correm os discursos relacionados à Fortaleza de São José de Macapá. Primeiramente, nos textos epistolares dos construtores, pois é a partir deles que se abre uma janela para a realização de uma leitura transversal, onde os espaços estão escritos e apagados, apagados e reescritos, como um cronotopo pergaminho, um lócus palimpsesto, aberto às missões imperiosas e junto a injunções quase irrealizáveis, mas feitas com a determinação da ordem militar.

A construção da fortificação foi uma espécie de viagem que avançou no tempo e ficou no lugar. Correu aos anos como um rio que avançou em seu caminho ao tempo irreversível. Mas a paisagem – percebe-se – não se ausentou, não se afastou, apenas se transformou. O cenário paisagístico das redondezas praticamente é o mesmo de hoje. E as personagens sumiram do cenário no confronto do tempo com a vida, num duelo maniqueísta e intempestivo que fizeram sobrar apenas sua ossatura transformada em pedras.

A Amazônia, nessa literatura epistolar, é em si mesma, uma estrutura fechada, única, que se impõe pela força das águas, pela energia do sol equatorial, pela superstição dos eclipses. É matéria dinâmica que corre nos páramos e aluviões, promovendo a linguagem onomatopaica da floresta e dos deltas fluviais, onde ocorrem as pororocas, as terras caídas, as assombrações e os medos. Fala um idioma barulhento, só entendido pelos autóctones e carrega os destroços de um tempo de Mairi em marés avassaladoras.

É a sua força natural que traz a utopia dos colonizadores, os mitos dos Waiãpi e a realidade política dos que a querem preservada, assim como a fortificação-monumento militar que caracteriza Macapá, e por ser assim hoje é o orgulho de seus habitantes.

Por isso, a paisagem da frente da cidade, onde o monumento está fixo, enseja o discurso ufanista que se coloca na população como sustentação

da identidade amapaense, construída e constituída a partir de sua construção no século XVIII. Seu vínculo com cada um dos habitantes locais representa um aspecto da identidade originária da floresta; oriunda das águas em ebulição permanente; nascida do fundo dos pélagos que separam, pela massa líquida, as ilhas do continente, onde está plantada a edificação fortificada. Ela que é celebrada pelos habitantes de Macapá em suas “festas Tucujus”, em espetacularizações programadas que re- vigoram os laços com o passado e valorizam o sentimento identitário.

As mudanças e reformas operadas na fortaleza e em seu entorno representam uma permanente celebração do orgulho macapaense. E embora nem sempre o resultado das transformações seja direcionado para o conjunto total da população, por meio do seu uso museológico e turístico, percebe-se que sua apropriação por parte dos diversos setores da sociedade são aspectos formais de uma sociedade em crescimento que resolveu valorizar essa imagem para diversos fins, inclusive através exploração midiática.

Porém, os “insufriáveis martírios” de Gallucio são hoje apenas recordações de um “tempo-vegetal”, um “tempo-peixe”, talvez teratológico. Os construtores não exauriram suas forças e esperanças de construir de forma dificultosa uma fortificação indelével, no lugar que fora a última fronteira de Portugal em terras brasileiras. A Amazônia dos paradoxos, terra de aventureiros, de ilhas que bailam ao sabor da maré, da chuva incessante e tempestuosa, que esses homens-escritores aprenderam a colocar em seus papéis/documentos e a desmaiar seus sentidos no inequívoco espaço histórico [e mítico] que construíram na vila de São José de Macapá.

Não se pode deixar de reiterar que literariamente o cenário da construção onde se passa o “romance não-escrito” é o pano de fundo de emoções e sentimentos de homens isolados pelas exigências militares. Mas também é espaço autônomo, o “topos” que se expande na representação do contexto social da vida de seus autores/atores. E nesse contexto maior a Amazônia física e cultural é a fonte da linguagem (ainda que usem nos documentos o discurso militar/formal), da ideologia (militarismo, escravidão, corrupção, tramas, lutas pelo poder).

A Amazônia apresenta no contexto da construção uma realidade histórica que tem símbolos padronizados e macrocósmicos, como o

rio, que passa ao lado da fortaleza, as chuvas torrenciais de verão e as manifestações celestes observadas pelas lentes dos aparelhos astronômicos de Gallucio. Aliás, os embates técnicos de Gallucio com o rio e com a chuva se dão numa relação de materialidade (na problemática construção do baluarte São José e na constante falta de braços escravos e materiais) e espiritualidade, enquanto barreiras que inviabilizam sua travessia para a cidade a fim de se curar da malária, para se libertar do fardo de ser o construtor-engenheiro de tão grande empreendimento militar, num lugar, como já o disse, isolado e insalubre.

Ali no lugar do desterro voluntário dos construtores, o rio traça a linha entre o espaço e o tempo. E o tempo é também o “topos” e reina absoluto. Mas aos construtores não é ofertada a dádiva de viverem além do tempo de cumprirem as suas missões. Eles cumprem suas missões como podem. Mas o rio ali adiante cumpre o seu papel mediador, pois ele representa o tempo heraclitiano. E ninguém é mais o que era antes dele. Nem ele. E todos seguem juntos em mudança até que se desperte a ação de viver ou que se cumpra o ato da extinção da vida sob a inexorável mão de Cronos.

Por outro lado, os textos produzidos por poetas e escritores locais da contemporaneidade, com exceção de Ray Cunha e Luiz Jorge Ferreira, tratam apenas do aspecto didático e memorial da construção, enquanto que a referência mítica do lugar é tão-somente imaginação circunstancial (à exceção de Mairi) do eu-observador, que também se torna eu-leitor e decifrador das emoções escritas sobre a Fortaleza de São José de Macapá. Entretanto, essas fontes literárias foram fundamentais para a observação da criatividade de seus autores e até para sentir (observando) o nível de comprometimento ideológico de suas criações, tendo em vista que todos são oriundos de Macapá, e por isso possuem um relacionamento de identidade que os aproxima da história da construção da fortaleza, e que os fazem se sentir responsáveis pela sua preservação e manutenção.

Daí que as diversas vertentes discursivas e as expressões artísticas, literárias e midiáticas complementam essa celebração sobre a obra, divulgando sua história, importância e beleza na paisagem urbana, tornando-a hipervalorizada enquanto monumento nacional no Estado do Amapá.

Durante a pesquisa procurei tratar os documentos, exatos 374, anexos aos códices do Arquivo Público do Pará, sobre o período da construção da fortificação, e centenas de textos escritos sobre ela por escritores contemporâneos, além de outras centenas de telas e imagens impressas. Em todo esse trabalho, procurei coletar os dados, investigar e realizar a pesquisa com possíveis colaboradores, o que, em função do trabalho profissional e outras atividades que desempenhava em outras áreas de atuação, não foi possível.

Mas aqui deixo o resultado dessas reflexões sobre o monumento mais importante do Estado do Amapá, com impressões escritas sem o estilo técnico que caracteriza as pesquisas científicas, mas me esmerando para ser compreendido na comunicação, enquanto emissor de uma opinião comunicada nestes textos, que afinal também é um discurso (estilístico), por isso ideológico.

Ao tratar os dados documentais e bibliográficos, encontrei inúmeras informações e conceitos que enriqueceram a pesquisa, que a tornaram possível pela visão holística que deu margem a interpretações sobre os fatos históricos, sociais, míticos e culturais, assuntos que levaram ao acendimento da memória em relação às permanências e transformações da Fortaleza, das quais fui testemunha desde criança, enquanto morador de Macapá.

Considerando os aspectos históricos e literários, observei a Fortaleza de São José de Macapá enquanto estrutura vinculada ao passado, por meio das epístolas estudadas, e constatei essa conexão entre elas e os discursos presentes na arte e da mídia contemporânea, não só pela ideologia que acompanha o discurso, mas pela relação enfática entre o tempo e o espaço e o orgulho amapaense que revolve à construção da identidade local.

Nesta consideração, não creio que as cartas utilizadas no meu trabalho sejam como os relatos de viagem em que a prova é necessária para estabelecer a verdade dos narradores [confiáveis ou não]. No caso dos viajantes, os relatos têm mais liberdade de se manifestar, ao passo que as cartas passaram pelas mãos criteriosas dos interessados por elas num certo período histórico – os emissores e receptores da época – até elas serem confinadas como segredos de Estado em arquivos e mais tarde catalogadas e organizadas em Códices e à disposição dos pesquisadores.

Por isso acho conveniente dizer que há uma palavra para expressar algumas razões da pesquisa aqui efetuada: “autopsia”. Autópsia, do grego, quer dizer fazer exame de si mesmo, mas quando usada pela história [e por outras ciências], faz um vínculo com o sentido da visão, isto é, ver com os próprios olhos, ser uma testemunha ocular dos acontecimentos.<sup>338</sup> E Gallucio e seus demais contemporâneos da construção da fortaleza não só realizaram essa autopsia como legaram aos seus pósteros seus modos de ver o mundo e os fatos, por meio de suas epístolas.

Esses documentos trazem não só o testemunho de quem viu e acompanhou a obra, mas também um dramático relato das relações sociais e de produção, num mundo completamente diferente dos seus lugares de origem. Os construtores e as pessoas adjuntas à obra purgam e expiam no degredo, mas também se sublimam na missão a qual foram encarregados de executar. Dentro desse relato está presente a expressão da agonia, do sofrimento e da (in)tolerância, posta nas cartas, como vimos, no sofrimento da construção da obra.

Independentemente do seu objetivo de resguardar as terras de El-Rei D. José I, e em virtude do olhar dos viajantes e daqueles que construíram a fortificação, “a fortaleza é considerada um símbolo do refúgio interior do homem, da caverna, do coração, do lugar privilegiado da comunicação entre a alma e a Divindade ou o Absoluto”.<sup>339</sup> É sempre citada na literatura e nos livros religiosos como imagem e lugar que protege e concentra o interior do espírito.

A Fortaleza de São José de Macapá vista na extensão da paisagem urbana, à margem do Amazonas, foi o placo das explosões emocionais daqueles que a fizeram. Ficou quase dois séculos intata, sobrevivendo aos rigores das condições climáticas amazônicas até sofrer radicais transformações e reformas na sua estrutura de pedra e no seu entorno. Ela que foi no passado o produto de uma ideologia marcante, tutelar, e acompanhou as desditas dos seus construtores que discursaram sobre

---

338 GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. Da escuta à escrita. Revista Darcy n° 03, dez. UNB. Brasília, 2009. Pág. 11.

339 CHEVALIER e GHEERBRANT. *Op. Cit.* Pág. 448-9

ela e fizeram laudatórios aos seus comandantes. Mas foi dentro dela que eles viram a morte, aquela “que designa o fim absoluto de qualquer coisa de positivo”;<sup>340</sup> aquela que realizou o término das antagonias e libertou das penas do degredo as preocupações e doenças dos que foram esquecidos nessa aventura.

Concluo que a análise dos discursos dessa produção simbólica tão grande e abrangente é apenas um pequeno passeio pelas águas de maré seca, na praia do rio por onde passa uma diversidade de gêneros discursivos. De qualquer maneira, ficam as considerações sobre os procedimentos metodológicos que usei com o critério de pesquisar, indagar, perscrutar minudências e tratar dos dados sozinho.

Sobre os conteúdos e categorias conceituais sei de sua abrangência. Porém, não teria rumo não fossem eles até mesmo antagônicos, que me deixaram certos de estar seguindo uma direção: o curso do Rio Amazonas aos pélagos oceânicos, onde mergulhei [nesta pesquisa]. E assim procurei estabelecer um arcabouço de informações para que melhor se estude a identidade amapaense, tendo como fundo a simbologia viva da Fortaleza de São José de Macapá, com todas as suas vertentes e gêneros discursivos.

---

340 *Idem*. Pág. 621-3

## REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca – escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva. *Fortaleza de São José do Macapá*. H. J. Cole. Rio, 1979.
- AMORIM, Marília. *Cronotopo e exotopia*. In BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin outros conceitos-chave*. Ed. Contexto. S. Paulo, 2008.
- ARAÚJO, Hodias. *20 centavos de poesia*. Tarso, Macapá, 2006.
- ARAÚJO, Jeconias. *Macapá, recortes poéticos*. Confraria Tucuju. Macapá, 2002.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. UFPA, Belém, 1969.
- BARBOSA, Coaracy Sobreira. *Personagens ilustres do Amapá*. Edição do autor. Macapá, 1997.
- BASTIDE, Roger. *Arte e sociedade*. Companhia Editora Nacional/Edusp, São Paulo, 1971.
- BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Imprensa Nacional, Rio, 1946.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- BICALHO, Maria Fernando B. *As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo*. Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII e XIX. (Org.) Flávio Santos, Belém, 1999.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre arte*. Ática, São Paulo, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- BURGESS, Anthony. *O romance. Tesouro da enciclopédia britânica. O melhor do pensamento humano desde 1768*. Nova Fronteira, Rio, 1994.
- CALDAS, Yurgel Pantoja. *A construção épica da Amazônia no poema A Muhuraida, de Henrique João Wilkens*. Doutorado em Literatura – FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2007.
- CALI, Rodrigo. *Imagem estilhaçada*. Revista Literatura, nº 27. São Paulo, 2007.

- CAMILO, Janaína. *Homens e pedras no desenho das fronteiras – a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)*. Edições do Senado Federal. Brasília, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. *A produção simbólica. Teoria e metodologia em sociologia da arte*. Civilização Brasileira. São Paulo, 1979.
- CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Governo do Estado do Amapá/ Fundecap. Macapá, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Viagem fantástica da Beija-Flor*. Jornal do Dia, Macapá, 30.08.2007.
- CARDOSO, Sérgio. *O olhar viajante (do etnólogo)*. NOVAES, Adauto (Org.) O olhar. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. Edusp. S. Paulo, 1994.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Os indígenas da capitania do Piauí na percepção de João Pereira Caldas, em 1789*. Revista Presença, nº 42, Teresina, 2009.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje*. GOMES, Flávio (Org.) Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII e XIX. Belém, Edufpa, 1999.
- CAVALCANTI, Jarbas A. *Fortaleza de São José de Macapá*. Belém, s. Ed. 1973.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. José Olympio. São Paulo, 1999.
- COHEN-EGLER, Tamara Tania. *Comunicação e planejamento urbano*. S. ed., S.d.
- COLE, H.J. + Associados S.A, Rio de Janeiro. *Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo – 1977/1978*. Documento Síntese. Rio de Janeiro, 1979
- COUTINHO, Iruska. *Leitura e análise da imagem. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Ed. Atlas. S. Paulo, 2009.
- CUNHA, Ray. *A casa amarela*. Cejup, Belém, 2004.
- EMMANUEL, Herbert e ABREU, Adriana. *Macapá, a capital do meio do mundo*. Cortez, S. Paulo, 2008.

- FERRARI JUNIOR, José Carlos. *Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras*. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2004.
- FERREIRA, J.G. *Alteridades*. Disponível em: <www.citi.pt/cultura/literatura>. Acesso em 20.09.2009.
- FERREIRA, Luiz Jorge. *Tempos do meu tempo*. GTFA/DIO, Macapá, 1982.
- FIGUEIREDO, Lauro César e PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *A cidade de Maringá na memória de seus habitantes a partir dos espaços públicos e de lazer (1940-1970)*. Revista Geografia e Pesquisa. UNESP, Ourinhos, nº 1, – v.1, 2007.
- FONTANA, Riccardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII*. Edições do Senado Federal, Volume 46. Brasília, 2009.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. 3ª Ed. Bertrand, Lisboa, 1987.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. NHII/USP. FAPESP. São Paulo, 1993.
- GIL, Gilberto. *Novas formas de cultura encontradas nos centros urbanos (discurso)* Ministério da Cultura. Xerox, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força, história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Carlos Cordeiro. *Poemas de amar mar*. Edição do autor. 1981.
- GOMES, Flávio. *Fronteiras e mocambos; o protesto negro na Guiana Brasileira*. GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém, Edufpa, 1999.
- GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. *Da escuta à escrita*. Revista Darcy Nº 03, nov/dez, UNB, Brasília, 2009.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP & A, 1997.
- HANSEN, João Adolfo. *A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. A descoberta do homem e do mundo*. Minc – FUNARTE/ Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

- HATOUM, Milton. *A natureza como ficção. O espaço geográfico no romance brasileiro*. Fundação Casa de Jorge Amado. Salvador, 2009.
- IASBECK, Luiz Carlos Assis. *Método semiótico. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Ed. Atlas. S. Paulo, 2009.
- LAW, Stephen. *Filosofia*. Zahar, Rio de Janeiro, 2009.
- LIMA, Carlos. *Escuridão favorece consumo de drogas no Parque do Forte*. Jornal A Gazeta. Macapá, 20.02. 2010.
- LOPES, Antonio Munhoz. *Mazagão: dos primórdios aos nossos dias*. Inédito, Macapá, 1987.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica. Uma poética do imaginário*. Cejup, Belém, 1995.
- MARQUES, Luiz (Coordenador). *O tempo do renascimento 1 – 1260-1400. Roma como ideal*. Coleção História Viva. Duetto Editorial. São Paulo, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*. Paz e Terra, Rio, 1996.
- MEIRA, Clóvis; CASTRO, Acyr e ILDONE, José. *Introdução à literatura do Pará*, 8º volume. Cejup/APL, Belém, 1997.
- MELLO, Thiago de. *Borges na luz de Borges*. Pontes. Campinas, 1992.
- MORTARI, Elisângela Carlosso Machado e PAIM, Mariana Borba. *Os discursos midiáticos e os discursos políticos: interfaces teóricas*. Revista Comunicação & Política. Vol. 27, nº 2, maio-agosto 2009. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 2009.
- NACARATO, Adair Mendes et al. *Pelos fios e tramas da memória: Entretecendo narrativas de si, do outro, de todos nós*. Memórias, histórias de vida e formação de professores. Revista Educação e Contemporaneidade. FAEEBA/UNEB, vol. 17, 2008.
- NERY, Wellington. *O princípio da alteridade*. Disponível em: <<http://falandonalata.wordpress.com/2007/10/060-principio-da-alteridade/>> Acesso em: 20.09.09.
- OLIVEIRA, Antonio Leal de. *O perdão e a reconciliação com o passado em Hannah Arendt e Jacques Derrida*. Revista anistia política e justiça de transição Nº 1, jan./jun. 2009. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.
- OLIVEIRA, Leni Nobre de. *Cânone e vestibular: exclusão, eleição e recorrência no vestibular da UFMG*. Revista Em Tese. Programa de pós-gra-

- duação em letras: estudos literários. FALE/UFMG, Belo Horizonte, ano 6, vol. 6, agosto de 2003
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. Pontes, Campinas, 2009.
- R. PEIXE. *Marcha luminosa*. Catálogo de exposição. Macapá, 2001
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana*. Economia e Cultura – Ideias e vivências. Publit. Rio de Janeiro, 2009
- REIS, Glória. *Arte, memória e cidades: espaços de vivências coletivas e temporalidades em movimento*. MAGDA, Tolentino (Org.) Nação e identidade: ensaios de literatura e crítica cultural. São João Del-Rei:UFSJ, 2007.
- REVISTA CARAS. *Kirigami da Fortaleza de São José de Macapá*. Coleção as sete maravilhas brasileiras. São Paulo, 2007.
- ROCHA, Ana Lúcia Carvalho da e ECKERT, Cornélia. *Etnografia: saberes e práticas*. Revista iluminuras. N° 13. PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- RODRIGUES, Edgar. *Onde se encontra o mirante?* Jornal Marco Zero, Macapá, 19 a 26.03.1982
- ROIZ, Diogo da Silva. *A construção do discurso histórico: entre a retórica e a prova*. Revista Akropolis, vol. 16, jul./set. 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*. Cortez, São Paulo. 2009.
- SANTOS, Dorival da Costa dos. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974*. Dissertação de Mestrado/ UNICAMP (Inédita), Campinas – S. Paulo, 2001.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *O tempo mítico hoje*. NOVAES, Adauto (Org.) Tempo e história. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Edusp, São Paulo, 2008.
- SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Senado Federal, Brasília, 1999.
- SILVA, José Manoel Azevedo. *Açorianos e madeirenses no povoamento e colonização da Amazônia no tempo do Marquês de Pombal*. As ilhas e o Brasil. CEHA/SRTC. Funchal, Madeira, 2000.

- TEIXEIRA COELHO. *Dicionário crítico de política cultural*. Iluminuras. São Paulo, 1999.
- TOSTES, José Alberto. *Práticas urbanas intervencionistas nas cidades amazônicas: no Amapá, a encruzilhada entre a necessidade e a obrigação*. (artigo) S.d., s. ed.
- \_\_\_\_\_, *Implicações e transformações na paisagem urbana das cidades de Oiapoque (Norte) e Laranjal do Jari (Sul) do Estado do Amapá* (artigo). S.d., s. ed.
- \_\_\_\_\_, *O Ser Urbano. O nosso maior patrimônio é o traçado urbano*. *Jornal do Dia*, Macapá, 17 e 18.05.2009.
- VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*. Martins, São Paulo, 2008.
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Alteridade*. Portal da Antropologia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>, 2009>.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.), 8ª edição. Vozes, Petrópolis, 2008.

#### CÓDICES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

- Cód. 58. Doc. 88  
Cód. 130. Doc. 39  
Cód. 131. Doc. 48  
Cód. 131. Doc. 31  
Cód. 132. Doc. 41  
Cód. 132. Doc. 42  
Cód. 132. Doc. 43  
Cód. 132. Doc. 44  
Cód. 132. Doc. 90  
Cód. 132. Doc. 66  
Cód. 148. Doc. 68  
Cód. 150. Doc. 63  
Cód. 150. Doc. 65  
Cód. 150. Doc. 88

Cód. 150. Doc. 114  
Cód. 150. Doc. 123  
Cód. 153. Doc. 102  
Cód. 153. Doc. 25  
Cód. 153. Doc. 32  
Cód. 153. Doc. 54  
Cód. 153. Doc. 47  
Cód. 153. Doc. 49  
Cód. 153. Doc. 82  
Cód. 164, Doc. 11  
Cód. 164. Doc. 05  
Cód. 164. Doc. 07  
Cód. 164. Doc. 11  
Cód. 164. Doc. 47  
Cód. 164. Doc. 61  
Cód. 164. Doc. 66  
Cód. 168. Doc. 02  
Cód. 168. Doc. 05  
Cód. 168. Doc. 54  
Cód. 168. Doc. 59  
Cód. 176. Doc. 46  
Cód. 187. Doc. 44  
Cód. 188. Doc. 03  
Cód. 188. Doc. 06  
Cód. 188. Doc. 52  
Cód. 194. Doc. 44  
Cód. 199. Doc. 54  
Cód. 200, doc. 07  
Cód. 200. Doc. 08  
Cód. 200. Doc. 12  
Cód. 200. Doc. 62  
Cód. 242. Doc. 45  
Cód. 327. Doc. 20



SOBRE OS DOCUMENTOS DO PERÍODO  
DA CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA DE SÃO  
JOSÉ DE MACAPÁ

Os documentos em anexo são o resultado da pesquisa efetuada pelo paleógrafo do Arquivo Histórico do Pará – AHP, Luiz Carlos Lima Júnior, de janeiro de 1996 a abril de 1997, a meu pedido.

A ideia era coligir o maior número possível de cartas, relatórios e outros documentos emitidos pelos militares, autoridades civis, engenheiros, construtores, e comandantes da Praça de Macapá – que se tornara vila em de 04 de fevereiro de 1758 – para Belém, então capital da Província do Pará e Maranhão, onde os governadores residiam. Pedi que Luiz Carlos rastreasse os códices do AHP de 1762, período em que se ensaiavam os preparativos da construção da Fortaleza de São José de Macapá, até sua inauguração, ainda inacabada, em 1782. Alguns documentos são oriundos da vila de Mazagão e mandados diretamente para a capital. Foram respeitadas nas transcrições suas formas originais.

O primeiro deles é de 6 de janeiro de 1762 e o último, de 18 de novembro de 1781. Não foram encontrados documentos de 1782 e dos anos subsequentes à inauguração da Fortaleza de São José, emitidos de Macapá para a sede da Província, embora tenham sido rastreados. Os documentos foram pesquisados e organizados em 18 blocos, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, totalizando 407, alguns com anexos, como o minucioso relatório técnico de Gallucio denominado por ele de “Pró-Memória”, datado de 12 de maio de 1765.

Na época, eu tinha a intenção de usá-los como informações para a escritura de um romance histórico. Entretanto, vieram a ser utilizados mais tarde para subsidiar minha dissertação de mestrado (UNIFAP) e minha tese de doutorado (UFC).

Agora, os entrego aos pesquisadores para que possam deles fazer uso como referência, já que utilizei menos de 10% do total em meus trabalhos acadêmicos. Com isso, estou certo de que terão relevância nas mãos dos historiadores, sociólogos, geógrafos e demais interessados que

FERNANDO CANTO

poderão imergir cientificamente no tempo e no contexto da construção da Fortaleza de São José de Macapá.

*Fernando Canto*

## DOCUMENTOS ANEXOS

PESQUISA: JANEIRO/96

DOC 01

CÓDICE 24 (ANT.) E 143 (ATUAL) – DOC: 01

Julião Alz' participa, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Manoel Bern<sup>do</sup>. de Mello de Castro, que foi eleito Oficial da Câmara de Macapá, que foi nomeado por um juiz ordinário da mesma e que aguarda as suas ordens para poder atuar.

Macapá, 06 de janeiro de 1762.

CÓDICE 24 (ANT.) E 113 (ATUAL) – DOC: 37

O Sargento Mor Luiz Fagundes participa, ao Il<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Sr. Manoel Bernardo de Mello Castro, que recebeu as portarias dos índios que devem ser dados a um coronel, dos que vão completar a obra de uma olaria e dos que vão ajudar a carregar uma canoa com cedro.

Diz, também, que fará a última fornada na olaria velha e mandará “os oleiros virem fazer suas casas ao pé da olaria nova por assim ser mais conveniente o exercício dela” e que remeteu ao almoxarife, desta vila, um recibo do Diretor de Arraiolos “na quantia de vinte e seis mil e setessentos reis porsedidos de quinhentos e trinta e Coatro Pottes que comprou a preço de Cinquenta Reis” para ser cobrado pela tesouraria geral dos índios.

São José de Macapá, (...) março de 1762.

CÓDICE 24 (ANT.) E 113 (ATUAL) – DOC: 61

Nuno da Cunha da Athayde Varona participa, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Manoel Bernardo de Mello Castro, sobre a força e o número que tem de homens a praça de São José do Macapá e a quantidade deles que anda desarmada. Informa, também, sobre as armas “sobrecellentes” e suas condições, sobre a necessidade de se contratar um armeiro que mora em Gurupá, sobre a necessidade de se adquirir novas armas, e a respeito das precauções que tem tomado para evitar ataques enquanto não fica concluída “a importantíssima obra da Fortificação desta Praça”.

Termina dizendo que foi, com os engenheiros, até a antiga Fortaleza de Cumaú, da qual mandou tirar a planta e que lhe pareceu mais conveniente destruí-la inteiramente para que se possa aproveitar a grande quantidade de tijolos que ela tem e para que ela não possa ser aproveitada pelos inimigos.

São José de Macapá, 05 fevereiro de 1763.

CÓDICE 25 (ANT.) E 114 (ATUAL) – DOC: 26

O padre Francisco de Nazareth informa, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Manoel Bernardo de Mello Castro, o estado físico e financeiro em que se encontra a igreja de Santa Ana do Maracá e diz que escreveu ao Bispo “pedindo licença para benzer a igreja porque a pobreza destes moradores não tem meios de impetrarem huma provisão.”

Vila de São José de Macapá, 28 de abril de 1762.

CÓDICE 25 (ANT.) E 114 (ATUAL) – DOC: 28

O Tenente Coronel Comandante da Vila de São José de Macapá, João Felipe da Silva, participa ao Il<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Sn<sup>f</sup>. Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre algumas benfeitorias que fez em quartéis, o uso de índios das obras de El Rey, por soldado em uma obra de sua propriedade e a repreensão

que deu no homem do açougue que estava vendendo aguardente aos soldados.

Macapá, 28 de abril de 1754.

CÓDICE 25 (ANT.) E 114 (ATUAL) – DOC: 67

Luiz Fagundes Machado participa ao Sr. Coronel Nuno da Cunha de Atayde Varona que já aprontou o carro com o índio que servirá de carreiro que ele tinha lhe solicitado.

S. de Macapá, 16 de maio de 1762.

CÓDICE 26 (ANT.) E 114 (ATUAL) – DOC: 89

Manoel Ferreira Dourado solicita ao Governador do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que lhe conceda 3 índios para que ele não fique “sem ter quem procure o sustento necessário” para a sua família.

Macapá, 14 de junho de 1762.

CÓDICE 26 (ANT.) E 115 (ATUAL) – DOC: 17

Luiz Fagundes Machado participa, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Manoel Bernardo de Mello Castro, que comunicou, ao coronel comandante de Macapá, sua ordem para que os moradores que tivessem roças fizessem uma relação mencionando se querem índios para “desmanxá-las” e a quantidade de farinhas que podem vender a El Rey.

São José de Macapá, 14 de outubro de 1762.

CÓDICE 27 (ANT.) E 116 (ATUAL) – DOC: 06

João Barbosa Malheiros participa ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Manoel Bernardo de Mello de Castro que lhe deu “um estopôr donde estou hezero de um braço e uma perna e como nesta parage se não acha remédio para a dita queixa, rezão porque recorro ao patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. para que me conceda licença para me recolher a essa cidade para melhor tratar da minha moléstia.”

São José de Macapá, 05 de julho de 1762.

CÓDICE 32 (ANT.) E 122 (ATUAL) – DOC: 11

O Vigário Francisco José Pereira participa ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Manoel Bernardo de Mello de Castro que “o semitério que se acha junto da Fortaleza da Praça desta vila, aonde se enterram os mortos que da vida prezente partem, se acha arruinado, quase vindo ao chão” e que a igreja precisa de alguns reparos.

São José de Macapá, 28 de abril de 1762.

CÓDICE 37 (ANT.) E 129 (ATUAL) – DOC: 62

Nuno de Cunha de Atayde de Varona participa ao Sr. Bernardo de Mello de Castro que “Depois de ter a honrra de deduzir a V. Ex<sup>a</sup> a carta com a data de 9 do corrente, que acompanhara os três mapas da planta e projeto para a fortificação desta praça, ocorreu aos Offes Engenheiros examinarem a ponta da terra em que se acha situada a Fortaleza que se está Redificando de faxinas e como os mesmos Offes Engenheiros a julgaram debil por estar minada das aguas, prometendo pouca duração, projetaram reduzir os dois ângulos salientes da parte do Mar e Nascente” “a figura que mostra a Planta inclusa, cujo projeto mandei efectuar pela razão sobredita que se acha quase acabado.”

São José de Macapá, 16 de junho de 1762.

CÓDICE 37 (ANT.) E 129 (ATUAL) – DOC: 69

Henrique Antonio Gallucio solicita ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup> Sr. General para que lhe dê licença para vir a Belém para poder “concluir a Cópia limpa do Mapa Geral do Estado que por ordem de V. Ex<sup>a</sup> tenho Geograficamente construído e exatamente delineado”.

Macapá, 10 de agosto de 1763.

CÓDICE 37 (ANT.) E 129 (ATUAL) – DOC: 77

Henrique João Wilkens solicita, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Manoel Bernardo de Mello de Castro, que lhe conceda licença para vir a Belém tratar-se de uma doença, pois, esta é a melhor hora que encontrou, já que foi concluída a paz e as obras estão suspensas.

Macapá, 15 de agosto de 1763.

CÓDICE 38 (ANT.) E 130 (ATUAL) – DOC: 10

Nuno da Cunha de Atayde de Varona solicita, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Manoel Bernardo de Mello Castro, que isente das obras reais todos os carpinteiros para que possam erigir um arco no princípio da Rua da Ponte em homenagem ao Bispo que visitará a cidade.

Macapá, 24 de janeiro de 1763.

CÓDICE 38 (ANT.) E 130 (ATUAL) – DOC: 39

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao General e Governador do Pará Manoel Bernardo de Melo de Castro:

“Na presente ocasião remeti ao Secretário de Estado uma Petição para ser posta na presença de V. Ex<sup>a</sup> a respeito de eu poder ir a essa cidade acabar com a Cópia Limpa do Mapa Geral do Estado que aqui me não é possível fazer, como já representei a V. Ex<sup>a</sup> em outra humilíssima

minha; e como para isso me são precisos 3 meses e me arreceo que depois de chegada a Frota me falte o tempo, é razão porque sou importuno a V. Ex<sup>a</sup> com este novo Requerimento, no qual como se interessa o serviço de S. Mag<sup>e</sup>, e a execução das ordens V. Ex<sup>a</sup> mais do que a minha utilidade e conveniência, espero da benignidade de V. Ex<sup>a</sup> a honrra de um despacho favorável, que envolvendo também as circunstâncias de eu ir ver tambem a minha família dezamparada, e sobretudo de poder, eu ter a diteza felicidade de ir botar-me aos pés de V. Ex<sup>a</sup>, pelo primeiro, mas muito mais pelo segundo motivo terei mais que dever esta especialíssima mercê ao clementíssimo Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup> além das infinitas obrigações de que viverei sempre devedor à grandeza de V. Ex<sup>a</sup>”.

Macapá, 28 de abril de 1763.

CÓDICE 38 (ANT.) E 130 (ATUAL) – DOC: 65

Nuno da Cunha de Atayde de Varona participa a Manoel Bernardo de Melo de Castro que: “Nas conferências que tive com os Offes Engenheiros acentamos ser indispençavel o tirar-se logo não só a planta desta Fortalleza, mas a de toda esta villa e seus lagos, para projectar-se a defesa da parte de terra por onde podemos ser igualmente invadidos, como por mar.”

Macapá, 22 de maio de 1762.

CÓDICE 39 (ANT.) E 131 (ATUAL) – DOC: 31

O Sargento Mor de Macapá, Luiz Fagundes, solicita ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>r</sup>. Manoel Bernardo de Mello de Castro que “pelas entranhas da Virgem Maria Senhora Nossa” o mande recolher com sua família para a Cidade de Belém.

Macapá, 10 de setembro de 1763.

CÓDICE 39 (ANT.) E 131 (ATUAL) – DOC.: 34

Domingos Serrão de Castro solicita licença, ao governador do Pará, para ir ao velório de seu tio em Belém.

Vila de São José de Macapá, 13 de setembro de 1763.

CÓDICE 39 (ANT.) E 131 (ATUAL) – DOC.: 48

Carta de Antonio da Cunha de Atayde de Varona ao Sn<sup>f</sup>. Fernando da Costa Teive:

“Com a maior alegria e mais afetuosa obediência, do modo que me é possível, tenho a honra de chegar a presença de V. Ex<sup>a</sup> a beijar-lhe as mãos e dar a V. Ex<sup>a</sup> o devido parabem da sua feliz chegada a este ditoso Estado, onde o exercício de distintas virtudes e merecimentos que em V. Ex<sup>a</sup> tanto brilham serão o mais firme fundamento para a sua felicidade”.

São José de Macapá, 07 de outubro de 1763.

CÓDICE 39 (ANT.) E 131 (ATUAL) – DOC.: 71

Pedro Lucas Rigaud parabeniza o Senhor Fernando da Costa de Atayde Teive por sua feliz viagem a este Estado, diz-lhe que é “afilhado da Condessa de Oeyras, do Sr. Gaspar de Saldanha e de V. Ex<sup>a</sup> filho” e roga-lhe a inclusão de seu nome entre os criados.

São José de Macapá, 07 de outubro de 1763.

CÓDICE 39 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC.: 76

Luiz Fagundes remete, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Fernando da Costa de Atayde Teive, a conta corrente dos gastos e rendimentos da Olaria que participou em 19 de Julho de 1763.

São José de Macapá, 30 de outubro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 01

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>e</sup>. General agradecendo o deferimento de um requerimento seu e participando que “O Sr. Coronel Comandante desta praça ficou entregue desde o tempo que se deu princípio a esta Fortificação de um mapa assinado por mim e pelo ajudante Wilkens em que se declara o número de trabalhadores que têm trabalhado todos os dias, a qualidade deles, quando e onde têm trabalhado; (...inelegível) nesas dito mapa até o presente com declaração que bem possa parecer remetido a V. Ex<sup>a</sup> a quem deviamos por obrigação dar aquela parte. Se estes mapas tiverem tido a felicidade de chegar à prezença de V. Ex<sup>a</sup>, poderá V. Ex<sup>a</sup>. com toda certeza conbrecer quanta tenha sido a distracção dos índios destinados por V. Ex<sup>a</sup>. para esta Fortificação; o que juntamente às mais causas indicadas nas minhas humilíssimas cartas antecedentemente constitui o principal motivo de estar a mesma fortificação tão pouco adiantada, como se acha até o presente.”

Diz ainda que fica rogando humildeme ao Sr. General pelo seu benigno patrocínio para que possa ajudar, zelar e aplicar o fruto dos seus dilatados estudos e experiências adquiridas na longa assistência, nos bens da Fortificação da Defesa.

Macapá, 20 de janeiro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 02

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa ao Sr. Manoel Bernardo de Mello de Castro que “se vai continuando na obra da bateria oriental”, que a qualidade do seu terreno favorece sua maior duração e defesa e que não lhe parece haver melhor obra de terra na fortificação do que ela.

Participa também, a remessa do mapa dos índios “concinados” para a obra da fortificação e a morte de dois “debaixo de uma grande porção de piçarra”

Anexo: Relação do que se faz necessário para a praça de S. José de Macapá e para as obras da Fortificação da mesma praça.

– 3 ferros quintaes

- 6 Alabancas de ferro
- 6 resmas de papel do mais ordinário para cartuxos da infantaria
- 1 Bandeira de quatro panos de bertanha e 6 Vas de Comprido com Armas Reais.

São José de Macapá, 16 de janeiro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 05

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa a Manoel Bernardo de Mello de Castro, sobre as providências que tomou para alojar os destacamentos de Cameté e Gurupá que foram pra Macapá para reforçar a guarnição daquela praça.

São José de Macapá, 16 de janeiro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 06

Nuno Varona participa a Bernardo de Castro, que foram vendidas e mortas algumas rezes de El Rey e que o culpado é um Sargento da Companhia de Auxiliares e seu sobrinho é cúmplice.

São José de Macapá, 16 de janeiro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 07

A Câmara de Macapá participa, ao governador, que nomeou dois homens para vigiar o gado com a obrigação de pagarem o que for perdido por negligência, e solicita que ele mande fazer uma cerca para conter dois bois que estão destruindo as roças.

Macapá, 10 de novembro de 1762.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 17

Nuno da Cunha de Atayde Varona deseja, a Bernardo de Mello de Castro, pela festa de natal, “todas aquelas felicidades que a minha gratidão sabe a V. Ex<sup>a</sup> apetecer.”

S. José de Macapá, 20 de janeiro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 17

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Bernardo de Mello de Castro, que tem tomado todas as medidas para defender a praça de Macapá, a chegada do destacamento da Ordenança da Vila de Cameté e a quantidade de munição que possui e referida praça.

S. Joseph de Macapá, 04 de março 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 29

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Mello de Castro que “In-teiramente fica acabada a metade da bateria horizontal, e a 7 do presente lhe mando montar três peças do Calibre de 8. Para se concluir a mais obra que falta a mesma bateria, lhe vou aplicando diligentemente todas as forças possíveis por ser esta obra huma da mais importante para a defenção desta Praça.”

S. Joseph de Macapá, 05 de março de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 31

Nuno da Cunha de Atayde Varona, Capitão Comandante de Macapá participa, a Bernardo de Mello de Castro, que mandou o Almoxarife pegar 1230 varas de pano para “distrates de farinha e pagamento dos índios que trabalham e trabalham nas obras da Fortificação”, pois seus salários estavam atrasados.

S. Joseph de Macapá, 05 de março de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 33

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Bernardo de Mello de Castro, que “participando-me o diretor do lugar de Sta Ana o pouco que rendem as roças que naquele lugar se tem desmanchado e desmancham pela Fazenda Real, em benefício desta praça. E, igualmente, a ocorrência de Canoas que iam resgatar a elle farinhas, de cuja extração deste importante gênero se seguia irreparavel prejuízo a subsistência destas tropas e operários das obras da fortificação

S. José de Macapá, 24 de abril de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 34

Carta de Nuno da Cunha de Atayde Varona a Bernardo de Mello de Castro: “Vai o meu reverente respeito e obzequiosa obrigação, certificar a V. Ex<sup>a</sup> o muito que saberei estimar que com s maiores felicidades, V. Ex<sup>a</sup> tivesse a mais alegre festa de pascoa. Igualmente agradecer o particular favor com que V. Ex<sup>a</sup> me permitiu pello Diretor de Chaves, a Gazeta da tomada de Havana; que com o maior gosto me certifica do feliz sucesso das Armas da Nação Inglesa, nesses verdadeiros e bons (...) V. Ex<sup>a</sup> aceite benignamente este sincero effeito da minha Fiel Gratidão”.

S. José de Macapá, 27 de abril de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 39

Nuno da Cunha de Athayde Varona participa que, nas obras da fortificação da praça de Macapá, vai aplicando “tudo que puder contribuir para o seu adiantamento” e por todo mês de maio espera “fique inteiramente acabada a Bateria Baixa Horizontal”. Diz, também, que “os muitos paus, que conduziram as grandes aguas de março, arruinaram parte da ponte da Vegia do Curiaú, cuja ruína tenho mandado redeficar”.

São José de Macapá, 28 de abril de 1763.

Henriq João Wilkens participa, ao Ex<sup>mo</sup>. Sr. Manoel Bernardo de Mello de Castro, que “Com inexplicável sentimento me vi reduzido a guardar um silêncio prolongado, em tempo que todos tinham justificado motivo de o romperem com aplauso. Uma violenta enfermidade que dentro de três meses me reduzio ao prazo da morte, também, impedindo-me a vista me negou até a consolação de poder participar a V. Ex<sup>a</sup>. o estado em que me achava, sem que na freqüente aplicação e repetição dos mais eficazes remedios acha-se o menor alívio; agora o experimento, mediante as sangrias que no braço levei; não contribuindo pouco para as minhas melhoras as apetecidas notícias dos gloriosos progressos das armas Portuguesas em Europa, pois que na sua rapidez excede o período das felicidades a brevidade do tempo em que se empregaram; estabelecendo nos mais venturozos princípios a esperança de uma sólida Paz. Destas noticias pois:/ ainda que pela distância e a moléstia seja eu dos últimos:/ dou a V. Ex<sup>a</sup> os mais sinceros para bens, e creio:/ porque o desejo o vaticina:/ que na primeira ocasião, terei a ventura de repetidos, fundando então na certeza os aplausos que agora antecipa a vontade.

As obras desta praça continuam com aquela brevidade que permite a qualidade delas, as continuadas chuvas, e a falta de operários, que necessariamente se hão de empregar nas indispensáveis conduções de mantimentos e madeiras, a grande e inevitável deserção dos ditos, não causa menos prejuizo, e o que temo é a falta das farinhas, que parece ser geral por todo o Estado, ainda que até o presente aqui não em faltado aos índios e à tropa, e ainda aos Destacados, pelo infatigável cuidado e prevenção do Coronel Comandante. Eu me acho sem o dito gênero, e a não me valer do armazém por imprestimo, teria experimentado a ultima consternação, principalmente estando todos da minha casa molestos desde que vieram da Cidade, que cedo completa um ano.”

São José de Macapá, 13 de junho de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 42

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Bernardo de Mello de Castro, que recebeu “as ferramentas, sal e manteiga que consta da relação que acompanhou a referida carta e logo expedi para o lugar de Santa Ana, parte das mesmas ferramentas para destrates de farinhas; e fico prontificando o necessário para expedir a factura da salga de peixe, para a subsistência desta tropa e operários da Fortificação, pois esta terra se acha unicamente com algum arroz que estes moradores vão colhendo, tendo perdido uma grande quantidade deles com as sucessivas chuvas para ainda continuam”

S. José de Macapá, 13 de junho de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 43

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Bernardo de Mello de Castro, que “as sucessivas chuvas do mês de maio próximo passado e a auzencia de 27 índios, e afectivamente 6, e 7 doentes no hospital; não tem permitido concluir-se a obra da Bateria baixa, que neste mês espero se efetue inteiramente para se passar a importantíssima obra do Igarapé da Casa das Canoas, notado na Planta do Projeto da Fortificação desta praça com as letras I.N; para cuja obra se fica ja prontificando a de madeira necessária.”

“O Capitão Henrique Antonio Galucio, que habitualmente tem aplicado a mais eficaz deligência ao adiantamento das obras da Fortificação desta Praça; e igualmente o Ajudante Henrique João Wilkens; obteve nesta ocasião um despacho de V. Ex<sup>a</sup>. para eu lhe informar um requerimento em que pede a V. Ex<sup>a</sup>. Licença par ir estar 3 meses nessa cidade: e comunicando-me o mesmo despacho, me pediu o favorecesse na informação; por que o Ajudante Henrique João Wilkens era capaz de substituir a sua ausência: eu lhe respondi que não duvidava da capacidade e boa inteligência do dito ajudante e que informaria a V. Ex<sup>a</sup>. com muito gosto o seu requerimento: instoume que lhe dicesse o que devia informar a V. Ex<sup>a</sup>. Respondi-lhe com maior modéstia que havia de

informar a V. Ex<sup>a</sup>. o que me parecesse justo. Logo que ouviu esta minha resposta se despediu de mim, mais apaixonado que advertido, levando o referido requerimento, em que me não falou mais até a data desta”.

São José de Macapá, 14 de junho de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 44

Henrique Antonio Gallucio participa ao Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>t</sup>. General Bernardo de Mello de Castro que apresentou ao Coronel Comandante de Macapá “o Despacho de V. Ex<sup>a</sup>. expressado com termos tão benignos e conducentes para a pretendida licença como me foi remetido pelo secretário do Estado na conformidade do aviso que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honrra participar-me na sobremencionada carta e a resposta que recebi foi esta: Que não havia de informar favoravelmente porquanto o Ajudante Wilkens não é capaz de substituir a minha ausência de 3 meses = Quando o meu visto não tenha valia nenhuma por ter eu já certificado à V. Ex<sup>a</sup>. a suficiência e habilidade do dito Ajudante, apelo para os dois oficiais Engenheiros que V. Ex<sup>a</sup> tem às suas ordens nessa cidade para que conste a V. Ex<sup>a</sup>. falsidade da sobre expressada propozição que contem uma injustiça evidente, sendo certíssimo que o Ajudante Wilkens é capaz para muito mais depois da experiência adquirida nestas obras, às quais tem assistido juntamente comigo: e as que se hão de fazer nos 3 meses da minha ausência são da mesma natureza da que se tem feito até agora, pois, todas consistem em uns parapeitos de pura terra, os quais depois de terminado no terreno o seu alinhamento, e demarcadas nas balizas as alturas, [como assim havia de ficar disposto antes de eu partir para a Cidade], bastaria o sargento das obras com os 2 soldados que andam com os índios para os efetuar, quanto mais um homem de bom entendimento e juízo, como o Ajudante Wilkens que se tem aplicado para saber o que deve saber um engenheiro; a quem El Rey julgou merecedor do posto que ocupa, e que V. Ex<sup>a</sup>. mandou para esta Praça com este mesmo fim de substituir qualquer falta minha por morte, doênça ou ausência.”

“Quem dizera que um homem cavalheiro, e coronel pagasse com tão prejudicial e injuriosa declaração a outro a quem trata por amigo com

especialidade e este lhe corresponde com todos os obséquios, e é seu compadre, e em cuja casa vai o Sr. Coronel conversar até as 11 horas todas as noites infalivelmente.”

Macapá, 14 de junho de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 51

Carta de Nuno da Cunha de Atayde Varona a Manoel Bernardo de Mello de Castro “(...) As obras da Fortificação inteiramente as mandei suspender. Eu me achava unicamente nesta praça com 29 índios dos 92 consinados pelas ultimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>.; a saber 15 no pesqueiro, 11 em pescadores os oficiais e do Destacamento de Gurupá, que ainda aqui se achava, 2 no sítio do Curiaú, 7 doentes e 28 ausentes e convalescentes que havia remetido para as suas povoações; porque a experiência tem mostrado que no hospital se não restituem a inteira saúde (...)”

São José de Macapá, 09 de agosto de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 52

Nuno da Cunha participa, a Bernardo de Mello, que mandou fazer duas “gariteis”, por alguns indios aruans, par buscar 30 alqueires de sal para fazer salga de peixes para os índios que trabalhavam nas obras da Fortificação.

São José de Macapá, 15 de agosto de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 66

O Documento 66 acompanha os Mapas “da gente que tem trabalhado nas obras da Fortificação da Praça de São José de Macapá desde o primeiro até o último dia” dos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1762 e Janeiro, fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 1763. Traz, também, o mapa do mês de Julho de 1763 até 03 de Agosto

do mesmo ano, dia este em que as obras foram paralisadas. (Gallucio e Wilkens assinam os mapas)

São José de Macapá, 16 de agosto de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 86

Nuno da Cunha de Atayde Varona parabeniza Fernando da Costa de Atayde Teive por assumir o governo do estado.

São José de Macapá, 06 de outubro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 87

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa a ida do Ajudante Engenheiro Henrique João Wilkens, com sua família para Belém.

São José de Macapá, 06 de outubro de 1763.

CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 90

Henrique Antonio Gallucio parabeniza o novo governador, transcreve: *ipsate, Tytire, pinus,*

*Ipsi te fontes, ipsa hac arbusta vocabant:*

*Aspice, venturo latentur ut omnia saclo.* Virg. Ecl. I, ct IV. E diz que “Tive a honrra de ser mandado pelo meu natural monarca à servir a tão Augusto Soberano já mais de 13 anos, para cujo fim troquei de boa vontade as delícias de minha pátria com as asperezas dos mais desertos sertões do Brasil, que corri e palmilhei.”

Macapá, 08 de outubro de 1763.

## CÓDICE 40 (ANT.) E 132 (ATUAL) – DOC: 97

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Fernando da Costa de Atayde Teive, que “Os oficiais engenheiros, o capitão Henrique Gallucio e o Ajudante Henrique João Wilkens, que já se recolheu a essa cidade doente, e que habilmente cuidaram na defesa desta Praça, com muito préstimo e zelo do Real Serviço, são tão beneméritos que eu não posso dispensar-me de ter agora a honrra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o conteúdo, como devida restituição ao merecimento dos ditos oficiais.

Na Conformidade das ordens de V. Ex<sup>a</sup>. fez o mesmo Capitão novo projecto de uma regular Fortificação para defesa desta importante Praça; e nesta ocasião vai a essa cidade por na presença de V. Ex<sup>a</sup>. a planta do seu projecto.” (vem em anexo Plana do Reduto da Fachinas).

São José de Macapá, 25 de outubro de 1763.

## CÓDICE 44 (ANT.) E 136 (ATUAL) – DOC: 05

Henrique Antonio Gallucio agradece por um despacho favorável de um requerimento, ao Governador: “V. Ex<sup>a</sup>. pela sua conhecida benignidade me conceda Licença para despique do meu inexplicável agradecimento à tão grande demonstração do favor e Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. que me possa valer da sublimidade do Príncipe dos Poetas Épicos Latinos, que só poderá elogiar dignamente a Heroicidade do Animo Incomparavelmente benefício de V. Ex<sup>a</sup>.” Gallucio cita, em seguida, um poema em latim. (Virgílias. A Eneid. j)

São José do Macapá, 06 de março de 1763.

## CÓDICE 52 (ANT.) E 144 (ATUAL) – DOC: 16

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, a Fernando da Costa de Atayde Teive, que ainda não fez a divisão das terras de Macapá, entre os moradores, porque não tem uma “Planta do Terreno”. Diz, também,

que precisará de oficiais engenheiros para fazê-la e que, em virtude de sua falta, os moradores estão fazendo suas roças onde bem querem.

São José do Macapá, 21 de março de 1764.

CÓDICE 52 (ANT.) E 144 (ATUAL) – DOC: 49

Nuno da Cunha de Athayde Varona participa a Fernando da Costa de Atayde Teive que “Não foi bastante a vigilância que tenho na providência da mais restrita inspeção do quartel para evitar que os soldados saiam deles de noite buscando por meio de revistas e castigos a sua própria conservação para que deixasse a 21 de maio próximo preterito, às 3 horas de manhã, ser morto Francisco Pimenta, soldado do meu regimento e Companhia do Sargento Mor, que ouço ter sido o matador Pascoal Correya, soldado da Companhia de Serra, Regimento de Mendonça, por achar o dito falecido em adultério com sua mulher, o qual logo se ausentou desta Praça.

São José do Macapá, 25 de junho de 1764.

CÓDICE 52 (ANT.) E 144 (ATUAL) – DOC: 84

Carta de Nuno da Cunha de Atayde Varona a Fernando da Costa de Atayde Teive: “A benignidade de V. Ex<sup>a</sup>. em me honrar é tão antiga que me anima tomar a liberdade de oferecer a V. Ex<sup>a</sup>. uma pequena onça com o mais reverente respeito”.

São José do Macapá, 25 de junho de 1764.

CÓDICE 56 (ANT.) E 148 (ATUAL) – DOC: 68

Carta de Antonio José Pinto (Ajudante) a Fernando da Costa de Atayde Teive: “Por considerar o pouco gosto com que me olha todos os dias o Sargento Mor Engenheiro, como já representei a V. Ex<sup>a</sup>. que o dito me não gosta ver na importantíssima obra da Fortificação. Tenho requerido varias vezes ao Coronel Comandante me dispense de ir assistir na

aplicação dos trabalhos da referida obra, o qual me diz que não é conveniente ao serviço de sua magestade retirar-me, fazendo-me assistir a força contra a minha vontade. (...) Peço a V. Ex<sup>a</sup>. me faça a graça de me tirar da vista e encontros deste imprudente e suberbo oficial que me não pode ver e me atenda na violência que nesta parte me faz o dito Coronel”.

São José do Macapá, 26 de dezembro de 1767 ou 1765 (?).

CÓDICE 57 (ANT.) E 149 (ATUAL) – DOC: 30

Os Vereadores da Câmara de Macapá participam, a Fernando da Costa de Atayde Teive, que: “Foi V. Ex<sup>a</sup>. servido mandar nos advertir que por causa da falta das carnes que havia no açougue para os moradores desta vila, fizesemos exame no gado que o socio do contratador, Antonio José Vaz, tinha existente para que não sendo por culpa sua o não vexassem porque então não haveria quem desse carne aos operários da Real Obra da Fortificação e menos a este povo e só deveria ser condenado quando fosse omissão sua.”

São José do Macapá, 11 de agosto de 1765.

CÓDICE 57 (ANT.) E 149 (ATUAL) – DOC: 37

O Senado de Macapá participa a Fernando da Costa de Atayde Teive, que “está esta vila habitada com muita gente e cada vez mais vai crescendo por causa da magnífica e Real Obra da Fortificação dela.”

São José de Macapá em Câmara, 24 de maio de 1766.

CÓDICE 57 (ANT.) E 149 (ATUAL) – DOC: 45

O Senado da Câmara de Macapá participa, ao governador, que o curral comum dos moradores está em boas condições, que o gado está gordo e que as 8 cabeças que morreram foram 4 comidas por onças e 4 atoladas em tijuco.

Vila de São José do Macapá, 4 de fevereiro de 1767.

CÓDICE 57 (ANT.) E 149 (ATUAL) – DOC: 49

O Senado da Câmara de Macapá pergunta, ao governador, se os oficiais da Real Obra da Fortificação devem ter o privilégio de não pagarem os fretes que fazem em canoas.

São José de Macapá, 18 de abril de 1767.

CÓDICE 57 (ANT.) E 149 (ATUAL) – DOC: 53

Nuno da Cunha de Atayde Varona participa, à Câmara de Macapá, que se faz necessário a reabertura dos currais dos moradores, pois, se experimenta uma falta total de carnes para a subsistência dos “trabalhadores e operários da obra da fortificação” em virtude da demora das canoas que vem da Ilha do Marajó conduzindo gado, carnes salgadas e secas.

São José de Macapá, 02 de junho de 1767.

PESQUISA: FEVEREIRO/96

DOC: 02

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 01

O Capitão José Antonio Salgado participa, ao governador, que remete “o mapa geral de todos os operários que trabalham nesta Fortificação, com todas as ausências e mortes que tem havido”.

Macapá, 18 de janeiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 04

Nuno da Cunha da Atayde Varona participa, a Fernando de Atayde Teive, que “(...) pelas relações que serão com esta ficará V. Ex<sup>a</sup>. certo dos

mantimentos, cal e índios que tem chegado (...). “A pedreira continua sem novidade na produção da pedra (...)”, “a condução da pedra se tem continuado com sete, oito, nove carros, porém presentemente só andam quatro a duas juntas pela fraquesa dos bois, ainda que já tem erva perto da pedreira (...)”. “O tijolo se cozeu muito bem de que remete a V. Ex<sup>a</sup> um com mais quatro dos experimentos do Gronfel e do Ajudante das ordens”.

São José de Macapá, 19 de janeiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 08

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que fica “certo da louvável providência que V. Ex<sup>a</sup> deu em benefício da fortificação desta praça, aumentando-lhe o número de operários com duzentos pretos vindos de Angola”.

São José de Macapá, 25 janeiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 12

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que “hoje chegou a este porto as onze horas as manhã o sargento Cleto Antonio com os sessenta pretos que V. Ex<sup>a</sup> remete para o trabalho da Fortificação desta praça, que farei aplicar a ele onde o sargento Mor Engenheiro apontar.”

São José de Macapá, 07 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 25 (ANT.) E 114 (ATUAL) – DOC: 28

Atayde Varona participa a Atayde Teive, que recebeu sua carta sobre o “Ouvidor Geral Feliciano Ramos Nobre Mourão que V. Ex<sup>a</sup> que encarregou de criar a Povoação do Rio Anauerapocú” e que expediu um Cabo para esperá-lo na bôca do referido rio.

São José de Macapá, 7 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 15

Henrique Antonio Galucio participa, ao governador, que não é conveniente que o cal de sermanby que vai para a fortificação vá a granel e que remete “a Planta do Atual estado desta Fortificação. Diz também que fica na desconfiança “de falta de pedras para a muralha da Fortificação até o Cordão, por se julgar quase acabada a Pedreira de que se ia extraindo a pedra até agora e de pouca esperança os cortes que se tem feito em diversas paragens da mesma Ribanceira”.

São José de Macapá, 8 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 18

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que sete pretos ladinos e cabouqueiros “serviram na pedreira com as mais pretos e índios que façam o número de 200 trabalhadores (...) Concervando tanto operários na pedreira, como na Fortificação”.

São José de Macapá, 13 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 17

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que “no armazem, com 160 paneiros que conduziram as sobreditas canoas, ficam 326 da Fortificação e são necessários 11 ou 12: Poderá produzir a referida farinha trinta dias de ração”.

São José de Macapá, 14 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 06

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que: “Por carta de 8 do presente mês tive a honra de dar a V. Ex<sup>a</sup> conta pelo que respeita à pedreira; e

agora a tenho de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que vai continuando na produção de pedra abaixo da Olaria e a meia distância da primeira pedreira”.

São José de Macapá, 16 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 27

O Capitão Inspetor da Fortificação participa que “hoje se acabou de informar o tijolo e por falta de tempo o não ter enchuto senão tem feito muito mais e agora senão pode cozer estes dias por cair a maromba de cima dele mas não teve perigo e logo se remediou a chuva, os pretos ficam trabalhando e agora conhecerá a obra em grande aduntamento, ela fica agora parada por falta de Cal do Reino”.

São José de Macapá, 16 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 28

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador.

“Pelo orçamento exato que tenho a honrra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup> junta a esta dos tijolos que são precisos para as obras desta Fortificação, e pela quantidade deles que tem cozido e fabricado a olaria e demora que se experimenta em enchuga-los e mais feito, e fora de toda contradição que com o forno que presentemente existe não se pode conseguir a quantia que é necessária dentro do tempo pertendido; posto que estou na resolução de mandar dar primeiro a factura de um forno novo e de maior capacidade para cozer vinte milheiros de cada vez, logo que acabarem de chegar os 200 negros que V. Ex<sup>a</sup> com tão admirável providência foi servido mandar transportar para esta obra; e isto será se o Coronel Comandante me não embaraçar dentro de poucos dias”.

“Dezejava eu também ter a honrra nesta ocasião de remeter a V. Ex<sup>a</sup> o orçamento de toda a pedra que se carece até o Cordão; sendo que agora se pode conseguir a pedreira calculação dela por se achar em uma suficiente regularidade a muralha do Baluarte em que se tem trabalhado até o dia 13 do corrente; parando neste mesmo tempo a cal do reino e a

pedra de qualidade suficiente para a continuação da obra no lugar dela; pelo que a falta da primeira não vem a ser conseqüência por poucos dias que poderá tardar a sua nova remessa; porém, como para o intento declarado é mister saber se o número das carradas de pedra empregada na muralha já foi feita, e este depende da notícia dos jornais dos carreiros vencidos até um dia determinado; e tendo eu requerido por repetidas vezes o Coronel Comandante para que me quizesse participar, não teve este /como entendo/ vagar para me desfirir, como espero fará logo para eu em outra ocasião poder ter a honrra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup> a mencionado orçamento”.

Anexo: Orçamento dos tijolos que são precisos para todas as obras da Fortaleza de São José do Macapá.

- Para a muralha do corpo da praça, do cortão para cima inclusive: 210 milheiros
- Para a muralha da meia lua do cordão, para cima inclusive: 26 milheiros
- Para todas as casas matas e sortidas: 608 milheiros
- Para o armazém de pólvora: 76 milheiros
- Para os dois outros armazéns, Hospital à prova da bomba: 145 milheiros
- Para todas as obras interiores do corpo da praça, porta e quartéis: 416 milheiros
- Telhas: 130 Milheiros.

São José de Macapá, 14 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 34

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao governador.

“(...) não posso mais que dizer que o lugar do Calabouço fica notado na planta desta nova Fortaleza; mas por quanto as duas prizões subterrânea é coisa sumamente dificultosa e de um dispêndio eccessivo o fazer-se debaixo do mesmo, devendo-se abrir dentro da pedra, ou tutto, em que assenta todo o alicerce do Corpo da Praça; e assim sempre me parece que V. Ex<sup>a</sup> haverá bem que algumas das casas matas tenham esta serventia.

O terreno fica desocupado e separado para isto, por se não ter ainda começado em nenhuma das paragens correspondentes obra alguma”.

São José de Macapá, 26 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 37

Atayde Varona participa, a Atayde Teive que “esta noite passada se ausentaram quatro soldados (...) dois que assistiam a Obra da Fortificação e dois que se achavam destacados no Destacamento da vigia do Rio Curiaú; estando um deles de sentinela, na mesma vigia, e deixando ambos, um atrevido e isolente escrito ao Cabo de Esquadra Comandante do Mesmo Destacamento aonde constou terem tomado no mesmo rio uma canôa de um morador; e não levarem índios. Eu expesso do seu alcance a ver se os encontram que se fazem dignos do maior castigo”.

São José de Macapá, 26 de fevereiro de 1865.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 45

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Os trabalhadores empregados no lugar da obra, que entre índios, pretos e brancos nunca passam de 80 vão aprofundando a escavação da muralha do 3º Baluarte. No dia 27 do mês último passado mandei pegar na escavação do 4º baluarte por uma porção limitada de trabalhadores, à dizer naquele terreno mais baixo que fica fora da ribanceira que pela agua do lago que está agora cheio se não pode aprofundar mais de palmo e meio. Peço a V. Ex<sup>a</sup> me queira fazer a honrra de participar-me os nomes que os 4 baluartes tem para me poder explicar com maior clareza. O terreno desta última escavação é ariente pelo que mostra na parte mais próxima à superfície e promete continuar muitos palmos para baixo antes de chegar ao fundo sólido; Está se fazendo uma sonda para vir no conhecimento do que é na realidade; e determinar o comprimento das estacas, para logo se cuidar no corte de madeira precisa

para elas, no caso que sejam necessárias, e para se conduzirem do Rio Anauerapocú no inverno”.

São José de Macapá, 09 de março de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 46

Henrique Gallucio participa, ao governador, que já se deu princípio à escavação dos alicerces para o forno novo para tijolos, no dia 11 do corrente, e que são preciosos 50 foices e outros tantos ferros de cova urgentemente. Diz, ainda, que está quase sem “pincéis, lápis, carmim e tinta da china para os riscos necessários para esta Fortificação em que se vai efetivamente trabalhando sempre, não obstante o nenhum cômodo para isto, por assim ser conveniente e indispensável; e não tenho modo de conseguir estas coisas sem recorrer a V. Ex<sup>a</sup> por se não acharem de venda; mas sim somente na mão de alguns particulares, como por exemplo o Sargento Mor Calheiros, e o Landi”.

São José de Macapá, 15 de março de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 51

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, o “quanto é útil ao adiantamento da Obra da Fortificação, e ainda a fazenda de S. Magestade, que aqui se estabeleça a manufactura da Cal do Reino; pois não faltará aquele material para a continuação da referida obra, produzindo uma canoa de pedra, mais de duas de cal”.

São José de Macapá, 21 de março de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 54

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. General:

“Não posso deixar de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup> o quanto se faz preciso que V. Ex<sup>a</sup> se sirva mandar para esta praça algum Oficial Engenheiro

de capacidade e prendas suficientes para substituir a minha falta em caso de doença ou outro qualquer incidente”.

São José de Macapá, 21 de março de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 58

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. General, participando que: “O adiantamento desta Fortificação é o que declara a Planta que tenho honrra de remeter a V. Ex<sup>a</sup> na presente ocasião. No dia 26 do expirado março pegou-se outra vez na obra da muralha, em que se vai continuando até haver pedra para ela; e até o dia de hoje fica igualada em roda de todo o Baluarte na mesma altura de dois palmos e meio por cima da sapata, os trabalhadores mal chegam para o aviamento dos pedreiros e dos dois fornos que se estão começando; e assim depois que se entrou com a muralha, foi necessário largar as mais obras. Dezejara que o inspetor e o Coronel Comandante fizessem mais caso das minhas repetidas instancias à respeito de aplicar mais ou menos número de officiais pedreiros do que pode o aviamento que há para eles porque disto se segue ficar a muralha mal fabricada e El Rey menos bem servido”.

São José de Macapá, 13 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 62

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. General.

“Pela veneradíssima carta de V. Ex<sup>a</sup> de 2 do corrente fico instituído dos nomes dos 4 baluartes desta nova Fortaleza. E por quanto respeita à falta de pedra no lugar aonde se vai tirando alguma com muito trabalho dispendio e pouco proveito, o meu humilíssimo parecer é o seguinte. O Ajudante desta ordenança, José Pinheiro, há tempo que trouxe mostra da pedra que se acha no se sítio do rio Matapy, cuja boca é distante meia maré enchente deste porto por esta mesma costa asima, e o dito certifica ser um outeiro de pedra à flor de terra. Sou de parecer que averigúe esta verdade porque sendo assim convem ir-se lá buscar a pe-

dra com duas canoas grandes /não podendo com mais/ a quais poderão conduzir cada uma 100 daquelas carradas que vêm presentemente nos carros para esta obra; que há 20 índios de equipação em cada uma e 60 de atual assistência com os 2 caboqueiros à quebrar e tirar pedras emporta em 100 carradas todos os dias, indo uma canoa em dia e voltando no outro alternativamente. O Mo. Manoel João é deste mesmo sentir; E ainda que dizem que o lugar da tal pedreira é distante da borda da lagoa coisa de 500 braças, contudo se pode conseguir o intento deitando lá ns carros e bois para a condução da pedra até a borda d'agoa. Tenho instado repetidamente por 5 ou 6 vezes ao Coronel Comandante para que se fizesse este exame desde logo que Exa se ausentou desta vila: mas até o presente se não defirio a este requerimento”.

“Quando, por total infelicidade, acontecesse que esta deligência não nos subministrasse pedra na forma declarada; e que além disso, feitas outras investigações, não possamos descobrir algum banco de pedra em que os caboqueiros possam trabalhar com solinhos, ou cunhas, ou alguma quantidade de pedra solta em grande abundancia sem mistura de maior porção de terra, e sem uma altura de 6, 8, 10 e 12 palmos por cima, como a que estamos tirando, e isto em pouca distancia desta praça, nem por terra, nem por mar; neste caso seu parecer que larguemos a inquisição de pedra e nos peguemos aos tijolos, fabricando logo 3 grandes fornos além do que se está principiando com suas respectivas fabricas servidas de 60 trabalhadores efetivos cada uma; fazendo de pedra lavrada os cunhaes, e o cordão nos ângulos somente que para isto teremos pedra, sinceramente entendo ser mais conveniente à construção desta nova Fortaleza”.

São José de Macapá, 14 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 63

Carta de Atayde Varona a Atayde Teive.

“A carta de V. Ex<sup>a</sup> do primeiro do presente mês, de que me fez entrega o Capitão Simão Coelho Peixoto, que chegou a este perto a 11, com o número de Tropa que V. Ex<sup>a</sup> me permite a honrra de participar; me

informa, e que me certifica de ser Francês o Navio visto nos baixos da Tigioça, pelas circunstâncias que a V. Ex<sup>a</sup> referio o Capitão da Charrua; pois se fosse o Navio holandês que viesse de boa fé buscar a hospitalidade aos nossos portos, estimaria o encontro de se comunicar com charrua para o socorrer: E bem pode ser que ande na deligência de reconhecer a configuração de nossa Costa, e retificando as sondas; para segurar por este meio não só a sua entrada, mas dos Navios, que em outra altura o poderão esperar, para reunidos invadirem e insultarem esta praça: como já conseguiu aleivozamente aquela Nação, de baixo da paz, no ano de 1697, sendo Governador da Colônia de Cayena o Marquês de Ferrol, com falso fundamento de pertencer à dita colônia, a margem da parte do norte deste Rio.”

São José de Macapá, 14 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 65

Atayde Varona participa a Atayde Teive, que remete a folha de movimento dos pretos do senado de Macapá e que os muitos trabalhadores que se acham doentes padecem de um grande contágio de sarampo.

São José de Macapá, 14 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 69

Carta de Henrique Antonio Galucio ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>l</sup>. General.

“Tive a ditosa honrra de receber a benignissima carta de V. Ex<sup>a</sup> de 3 do corrente. Parece-me poder segurar a V. Ex<sup>a</sup> que os dois Fornos terão suficiente capacidade para produzir a respectivo material com alguma abundância; porquanto a da cal é maior do que ultimamente se fabricou nessa cidade; e pelo que respeita ao dos tijolos, entendo que em parte nenhuma deste largo estado se costumou fazerem-se Fornos de igual tamanho”.

“Pela incomparável providência de V. Ex<sup>a</sup> ficarei vivendo na esperança que possa vir algum dia em que venha para esta praça quem possa

e queira ajudar-me e suprir a minha falta em qualquer incidente em melhor robustez de saúde da que experimenta o Ajudante Sambucetti, que nestes dias esteve novamente recolhido”.

“A honrra das veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup> o verdadeiro socorro da minha inútil capacidade; e o que pode avalorar a minha notória insuficiência”.

São José de Macapá, 16 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC:

O Capitão Manoel Gonçalves Meninea participa, ao governador, a chegada de cinco quitaes de ferro e duas arrobas de ferro e duas arrobas de aço em Macapá.

São José de Macapá, 22 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 76

“Depois da data declarada na Planta que proximamente tive a honrra de remeter a V. Ex<sup>a</sup> tem-se continuado a trabalhar na muralha do Baluarte da Conceição, como se irá fazendo até extinguir-se inteiramente a pedra do lugar da obra, o que entendo não passará inteiramente a pedra do lugar da obra, o que entendo não passará da semana em que estamos. No forno do cal começaram a trabalhar pedreiros no dia 15 do corrente e se acha este a um terço da altura do seu Perfil. Em pouco dias poderão ir ao pedreiros para o dos tijolos cujos alicerces se estão aprontando para este fim. O diminuto número dos trabalhadores que há presentemente não tem dado lugar a entraprender mais coisa alguma das muitas que ficam para se fazer”.

“Assim como, se fora a providência dos Pretos, que V. Ex<sup>a</sup> mandou para esta Fortificação, as obras dela estariam agora irremediavelmente suspensas; também devemos esperar que a mesma poderá, por alguma extraordinário esforço, descobrir os meios mais eficazes para que elas

se adiantem à medida das superiores tenções de V. Ex<sup>a</sup> não obstante qualquer mais calamitozo contratempo”.

São José de Macapá, 23 de abril de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 79

Atayde Varona participa a Atayde Teive, que determinou ao Ajudante Engenheiro, ao mestre Manuel João e a um caboqueiro que fossem “examinar a pedra do Cítio do Matapi e Rio Anauerápucú; pois me dizem, que a do Matapi é semelhante a destas pedreiras, e na mesma dificuldade se de beneficiar por se coberta de muita terra; e que a do Anauerápuru e de qualidade de pedra que não caldeará; feito estes exames terei a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup> o que sobre esta matéria se achar e para V. Ex<sup>a</sup> deliberar: o terreno da Olaria até a antiga pedraira todo tem pedra; porem tão dificultosa de tirar como por vezes o tenho participado a V. Ex<sup>a</sup>, e só um extraordinário número de trabalhadores que não há poderão beneficiar a pedra necessária para esta obra com a brevidade de que ela necessita para inteiramente se efectuar”.

São José de Macapá, 07 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 86

Henrique Antonio Gallucio participa que “a muralha do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição parou no dia 27 do passado Abril por falta de pedra, achando-se por quase a metade de todo o seu ambito com mais uma fiada de palmos 2½ por sima de que declarada na Planta ultimamente remetida”.

São José de Macapá, 08 de maio de 1765.

AO IL<sup>mo</sup>. EX<sup>mo</sup>. SN<sup>l</sup>. GENERAL CÓDICE 58 (ANT.) E 150  
(ATUAL) – DOC: 88

Carta de Henrique Gallucio.

“Finalmente tenho a honrra de remeter a V. Ex<sup>a</sup> um exato orçamento da pedra que é necessária paras as muralhas desta Fortaleza, que me pareceu bem acompanhar com um Pro-memória, que melhor satisfazer a ordem com que V. Ex<sup>a</sup> me fez a honrra de querer ouvir o meu franco parecer a respeito da diminuição da pedra no lugar em que se tirou até o presente”.

São José de Macapá, 12 de abril de 1765.

*ANEXO: “PRO-MEMÓRIA*

1. Pelo orçamento apresentado das muralhas da Fortaleza é manifesto que a importância delas é de Braças cúbicas geométricas de mil palmos cubicos cada uma N<sup>o</sup> 1521 e que para elas se fazerem são precisas 63882 carradas de pedra semelhantes às que tem sido conduzidas para a obra até o presente; de cuja duas quantidades, se descontar-mos aquela porção de muralha que se acha feita no Baluarte de N. Sra. Da Conceição que importa Braças cúbicas 57½, e carradas de pedra 2415: saberemos a solidez da muralha que resta à fazer, de Braças cubicas 1463½, e as carradas de pedra precisas para acabar as ditas muralhas 61467.

2. Do mesmo Orçamento se pode inferir que em uma Braça cubica da muralha que se acha feita então 42 carradas de pedra, porquanto repartindo 2415, total das carradas, pelo número das Braças cubicas que são 57½, sai 42. Como também que em uma Braça cúbica da dita muralha entram 32 alqueires de cal, a dizer 16 do reino, e 16 de sernambi. Porque repartindo a total da cal que entrou em toda aquela porção de muralha pelo número das mesmas Braças cúbicas, que a muralha contem, sairá o número 16, para cada uma das duas qualidades de cal, cujas juntas fazem 32 alqueires.

3. Como o trasso da Cal para a fábrica da muralha praticado até ao presente é de 2 alqueires de cal, a dizer 1 do reino, e 1 de sarnambi, com

$2\frac{1}{3}$  de Área, e  $\frac{1}{3}$  de barro; segue-se que o volume da cal ao volume de área misturada com o barro está na proporção dos números, 2 e 4, ou 1 e 2 : em qualquer porção da muralha. E assim sabendo a quantia, ou volume da cal que entra e 1, ou 2 Braças cúbicas da muralha, também se sabe a quantidade ou volume dos mais materiais que compõem a massa com que a muralha é fabricada.

4. Tendo-se exatamente medido o vão de um alqueire com que se uza medir a cal, achou-se que importava palmos cúbicos  $4\frac{1}{3}$ .

5. E tenho pesado atualmente um porção de pedra com que está feita a muralha, alcançou-se pesar um palmo cúbico da dita pedra Livras 51 que são arrobas 1 e liras 19.

6. Pelas informações dos práticos, é quase comum a fama consta que as canoas do maior lote deste estado carregam 2.000 arrobas e que as grande de lotes mais comum carregam 1.000 arrobas.

7. Para se fazerem aquelas braças cúbicas  $57\frac{1}{2}$  da muralha gastaram-se dias 56 de efetivo trabalho com 616 jornais de pedreiros. Repartindo 616 por 56 sai 11 pelo que podemos supor que trabalharam 11 oficiais todos os dias e que fizeram mais de uma Braça cubica da muralha por dia, a dizer palmos cubicos  $1026\frac{1}{4}$  porquanto fizeram aquele número de palmos cúbicos que tem a 1000 a mesma porção que tem  $57\frac{1}{2}$  a 56.

8. Tem mostrado a experiência que para se aviarem aos oficiais de pedreiros se sorte que não haja falta na obra nem demora no tempo, são precisos 6 trabalhadores por cada um oficial computando os que andam ocupados na factura da massa, e seu transporte, e tambem os que vão chegando a pedra para a obra.

9. Como a quantia da pedra que falta para acabar todas as muralhas é de 61467 carradas pelo § 1º, de dois anos tem 730 dias; se repartirmos o 1º destes dois números pelo 2º teremos  $84\frac{147}{730}$  pelo número das carradas que é mister venham todos os dias para a obra para as muralhas se acabarem no tempo de 2 anos. Este número de  $84\frac{147}{730}$  carradas é com insensível diferença o mesmo que importam duas Braças cúbicas pelo § 2. Pelo que fazendo-se todos os dias 2 braças cúbicas de muralha, ficarão as muralhas da Fortaleza acabadas em 730 dias.

10. Para se fazerem em 1 dia 2 braças cúbicas de muralha são precisos 22 oficiais de pedreiro, com uma desprezível diferença §7. E 132

trabalhadores §8. e carradas de pedra  $84^{147/730}$  §9., e alqueires de cal do reino 32, e de sarnambi 32 todos os dias §2.

11. O volume da pedra compreendida em 2 braças cúbicas da muralha está ao volume da massa composta de cal, Barro e Areia, como os números 73 e 52. Porquanto pelas §§ 1.º, e 2 entram alqueires de cal em tudo e pelo §3 irão de barro e areia 128 que juntos aos de cal são 192 alqueires que pelo §4 valem palmos cúbicos 832 as quais tirados de 2.000 palmos cúbicos valor de duas braças cúbicas, restam 1168 pelo volume da pedra que entra em 2 Braças cubicas; cujos números 1168 e 832 estão entre eles como 73 e 52.

12. O peso da pedra precisa para fabricar 2 Braças cúbicas de muralha é de arrobas  $1861\frac{1}{2}$ . Porquanto pelo § antecedente, são palmos cúbicos 1168 que multiplicados pelo peso de um palmo cúbico §5 fazem arrobas  $1861\frac{1}{2}$  que vem a ser a carga de uma das canoas do maior lote ou de duas das menos grandes §6.

13. Para se fazerem todas as muralhas da Fortaleza, não compreendendo o que se acha feito nelas, são precisas 732 canoas de pedra de 84 carradas cada uma ou  $1436\frac{1}{2}$  de 42 carradas. Porquanto repartindo o total das carradas necessárias que consta do §1º. pelo número das carradas que entram em uma canoa saem  $731^{63/84}$  no primeiro caso e 1463 no 2º.

14. Para ir e voltar uma canoa grande conduzindo pedra no Rio Matapy são precisos 2 dias de tempo e para fazer a mesma viagem ao Rio Anauerpucú são necessários 5 dias, conforme as mais verídicas e fundadas informações. Pelo que para chegar todos os dias uma canoa com pedra do rio Matapy é mister que andem 2 canoas no giro da condução da pedra, e para chegar todos os dias uma canoa do Rio Anauerapucú é preciso que andem 5, e para chegarem 2 canoas todos os dias é necessário dobrado número de canoas.

15. Vindo todos os dias para o porto desta Fortaleza uma canoa com 84 carradas de pedra ou 2 com 42 cada uma e trabalhando na muralha 22 oficiais de pedreiro servidos por 132 trabalhadores, ficarão feitas as muralhas todas que restam a fazer em dias 732 que são 2 anos não descontando os dias santos em que se não costuma trabalhar, e descontando-se serão quase três anos, com pouca diferença §§ 9.10.

16. Todas as muralhas do encamisamento da Fortaleza importam pelo §1º em Braças cúbicas  $1436\frac{1}{2}$  e como por certa experiência são precisos 1778 tijolos para fazer uma Braça cúbica de muralha, os tijolos necessários para fazer as ditas muralhas nº 2601778 Pelo orçamento dos tijolos entecedentemente remetido 1531000 consta serem precisos para as obras interiores da Fortaleza, em tudo são necessários para toda a Fortaleza, tijolos nº 4132778.

17. Os dois Fornos que há podem cozer de cada vez juntos 92000 tijolos e poderão cozer até nove vezes em 1 ano pelo mais que é possível. Segue-se que para cozer com estes dois Fornos somente a quantia de tijolos que é precisa para todas as obras da Fortaleza serão necessários perto de 11 anos de tempo. Porquanto, repartindo o total dos tijolos pelo produto do valor dos dois Fornos com o número das fornadas em 1 ano, sai 10.  $\frac{352778}{378000}$ .

18. Para conseguir a quantia de todos os tijolos precisos dentro do tempo de 2 anos é mister fabricarem-se pelo menos 6 fornos do tamanho do que se está fazendo, com todas as suas respectivas fabricas anexas a cada um deles. Porquanto, os 2 fornos que há em 2 anos poderão dar pelos muitos tijolos ..... 75600  
 que descontados do total de ..... 4132778  
 restam tijolos a fazer ..... 3376778  
 cujo ultimo número repartindo por 540000 produto da importância de 1 forno de 30000 tijolos pelo número das fornadas que faz em 2 anos que são 18, dá o número 6.  $\frac{136778}{540000}$ .

CONCLUSÃO

Como pelo §18 seria mister fabricar mais 6 fornos com suas fabricas anexas, além dos 2 que existem para poder conseguir, a quantia dos tijolos precisos para todas as Obras da Fortaleza dentro do tempo de 2 anos, o que importa um dispêndio tão excessivo, e uma força tão exterminada de operários, que quase pode-se reputar impossível o executar-se. E pelo §15 se poder fabricar com pedra as muralhas do revestimento da Fortaleza em 2 anos de tempo com muito menor força de operários,

enquanto os 2 fornos que há forem cozendo os tijolos para as obras interiores da Fortaleza, que se devem ir fazendo sucessivamente. Parece que é inteiramente conforme a mais reta razão a seguir o 2º projecto com preferênciã ao 1º pela parte que respeita às ditas muralhas do encaminhamento da Fortaleza. E portanto, pelo conteúdo, e mostrado nos antecedentes §§ é claro, e indisputável, que applicando 2 canoas grandes de 2000 arrobas, a conduzir pedra do Rio Matapy, para chegar uma todos os dias no porto da Fortaleza com 84 carradas de pedra, ou applicando 4 de menor lote para chegar todos os dias 2 com 42 carradas cada uma, pode-se conseguir a pedra necessária para necessária para todas as muralhas da Fortaleza, descontada aquela porção que se acha feita, em 2 anos de tempo, andando as canoas nos dias santos sem exceptuação alguma. Como no Rio Matapy a pedra dizem ficar algum tanto distante da borda d`agua, sera necessário applicar alguns carros, e Bois para a ir chegando ao lugar do embarque.

E sucedendo deve ir procurar a pedra ao Rio Anauerapucú, por não haver no Rio Matapy; neste caso é indispensável empregar, ou 5 canoas do maior lote ou 10 das menos grandes para a condução da pedra. Porém não serão precisos carros, nem bois, por estar neste rio a pedra próxima a água.

Trabalhando pois ao mesmo tempo que for conduzindo a pedra, ou seja na primeira, ou 2º suposição, 22 officiais de pedreiros assistidos de 132 trabalhadores efetivamente todos os dias, e com o continuado dispêndio de 64 alqueires de cal por dia, a dizer, 32 do reino, e 32 de sarnambi, ficaram feitas todas as muralhas da Fortaleza em 732 dias, que são 2 anos de tempo, não descontando os dias santos, e quase 3 anos não computando os ditos dias, nos quais não é costume trabalhar.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 89

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Governador participando a remessa de uma planta da Fortaleza “que é a mesma que tive a honrra de entregar a V. Ex<sup>a</sup> aqui na véspera de sua feliz viagem para essa cidade por tudo que respeita ao corpo da Praça, e seus interiores, e somente

difere no que pertence às obras anteriores dela. Não pode ocorrer tudo logo, e à pressa: estas matérias querem maduras e socegadas medições.

Como a mudança não aumenta os gastos, nem o trabalho, nem mais tempo, espero que V. Ex<sup>a</sup> digne haver por bem de aprovar esta última Planta, para se dar à excução quando for tempo, preferindo-a à primeira, e se os meus rogos pudessem alcançar de V. Ex<sup>a</sup> esta mercê, todos os empregara com a mais rendida submissão”.

São José de Macapá, 15 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 90

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que as obras da Fortificação terão maior progresso “com os carros e bois, com as pedra para cal, e evidentemente pela canoa da Cal do Reino que se acha já conduzida à este porto em tempo que estava quase acabada e que havia” (...) “Os caros e os bois, que juntamente com a porção da cal que veio poderão ser cauza que não torne tão cedo a largar desta obra” (...) “A escavação dos alqueires da muralha do Baluarte de São José, cujo terrenos tem acabado de descobrir a sua heterogeneidade”, está em andamento.

São José de Macapá, 15 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 91

Carta de José Pinheiro de Lacerda a Fernando da Costa de Atayde Teive: “Inrulatado Ex<sup>mo</sup>. Senhor o meu gênio, de repetidas sem razões e impertinências Estrangeiras, julguei lícito, e premitivel, propor a piedade de V. Ex<sup>a</sup>, que sendo eu, e meus Condessiplos soldados de não mau procedimento, e reputação, qual seja o motivo porque nos desconhece o Sargento Mor Henrique Antonio Gallucio, a credores daquele respeito, e atenção que merecemos, maiormente (?) quando se lhes acrescenta o exercício honroso, de praticantes, ou ajudantes sem soldo em que V. Ex<sup>a</sup> nos deixa, e se pelo agrado de sujeições fica o dito entendimento,

que os praticantes são olheiros, ou guarda dos trabalhadores é de certo, porque não consta que em parte nenhuma onde houvessem praticantes, ocupassem semelhantes lugares, e de mais não havendo necessidade, e no caso que em rigor, assim devem servir os praticantes, porque se não dispensam os soldados que para este efeito estão determinados, que fazem falta aos detalhes das guardas”.

“Permitindo-se, como se permite aos Sargentos que assistem as obras da Fortificação, alternarem, ou andarem as semanas, porque se não pratica o mesmo com os praticantes, devendo-se com muito maior razão, porque assim se lhe facilita a aplicação, e continuação dos estudos, e não fazê-los andar atropelados, sem descanso algum, mais que o de hora e meia cada dia para jantarem, na mesma forma, ou no mesmo paralelo dos trabalhadores, sendo certo que para assistência das obras basta esteja um presente, como insinua o Engenheiro português, e eu confesso, que para assistirem a famosa fábrica da Esplanada que se fez, e depois com outro acordo se desfez, em que se ocuparam inutilmente sessenta e tantos trabalhadores, pelo espaço de um mês, bastava um, qual podia também observar a inecessária, e disforme despeza do Forno dos Tijolos, que com a terça parte do custo se faria”.

São José de Macapá, 25 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 92

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que o Ajudante Sambucetti fez exame nos Rio Matapy e Anauerapucú e que só encontrou pedra neste último, e em abundância. Diz, também, que o referido Ajudante entregou o relatório desta diligência primeiro ao Coronel Comandante e somente depois a ele, em virtude de ter recebido deste as ordens e instruções para esta viagem.

“Parece-me, e tenho por certo, que estas ordens do Comendante devem passar por mim aos meus subalternos; e que obrando de outra maneira se perturba a ordem da Subordinação militar tanto necessária entre os Engenheiros de uma praça aplicados por V. Ex<sup>a</sup> a uma mesma principal ação, quanto importa o acerto do Real Serviço de S. Magestade,

seguindo-se da falta dela a dezatenção e dezobediência dos inferiores; com as quais duas dezordens, o zelo e capacidade de quem há de mandar fica sendo inútil e sem serventia alguma”.

São José de Macapá, 26 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC:

Henrique Antonio Gallucio participa, ao Governador que “No dia 13 do corrente acabou finalmente o Ferreiro o Instrumento para examinar o terreno baixo na paragem compreendida pela maior parte da Face, e por todo o Flanco do Baluarte de S. José: E logo no mesmo dia entrepreendi a operação do exame do dito terreno, que se tem continuado por repetidos dias, e se continuará para maior segurança por mais alguns. Mas, por esta deligência até o presente praticada, já se conseguiu o cabal conhecimento daquele terreno, que pela sua qualidade indispensavelmente pede, e necessita de um Engradamento sobre boas estacas de Acapu para o alicerce da muralha do dito Baluarte, pela porção que o dito baixo terreno compreende.

São José de Macapá, 27 de maio de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 111

Henrique Antonio Gallucio, participa ao Governador, que: “No dia primeiro do corrente pegou-se novamente na muralha do Baluarte da Conceição, tendo no mesmo dia largado os oficiais de pedreiro do forno dos tijolos que se acha acabado, excetuando os cumes dos arcos que ficam para se fazerem depois de acabada a sua cobertura, a que se deu princípio no dia 3 do corrente.

“Com um limitadíssimo número de trabalhadores que sobejam do aviamento dos pedreiros, se vai continuando em aprofundir a exaçação dos alicerces do Baluarte de São José, a que me pareceu dever dar mais alguns palmos de largura pela razão que os contrafortes desta muralha

devem ter seis palmos mais de comprimento do que os da do Baluarte de Madre de Deus, por serem estas partes atacáveis e as outras não.

São José de Macapá, 04 de junho de 1765.

PESQUISA: MARÇO/96

DOC: 03

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 114

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Na mesma veneradíssima carta de V. Ex<sup>a</sup> de 11 do corrente me faz V. Ex<sup>a</sup> a honra de advertir-me em como estes Practicantes se queixam de eu os tratar incivilmente”.

“Até o presente me pareceu que eu tinha sempre tratado a todos os 3 praticantes com a maior civilidade e atenção, pois os amo a todos eles como a filhos, e desejo sumamente concorrer para toda sua utilidade e aumento; e sinto na alma que em algum deles se tenha insinuada a serpente de Amor do descanso, que poderá /como costuma suceder na gente moça/ ser cauza de sua ruína. Para vir no conhecimento do erro em que talvez por descuido teria eu caído, resolvi escrever uma ordem de mesmo teor à cada um deles, cuja cópia vai inclusa à esta; e pelas respostas de todos, que juntamente tenho a honra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup> depois fiquei sabendo os motivos da queixa, dos quais julgará V. Ex<sup>a</sup> depois de ler a carta do Autor dela, que por ser de uma escrita algum tanto confusa, não pode deixar de causar molestia, e com esta preliminar consideração, que tudo que ele alega conta o trato civil, e a atenção como coisa de fato, é falso, e poderá Vossa Exa informar-se categoricamente da verdade, e pelo que é de jure, tudo deixo à superior compreensão de V. Ex<sup>a</sup> de quem estou pronto a receber todo o castigo do meu erro, se V. Ex<sup>a</sup> julgar que eu pequei; por não querer eu enfadar à V. Ex<sup>a</sup> com enfadonhas confutações sem particular ordem sua.”

“Por quanto a uns termos algum tanto petulantes com que ele me dasatende, e despreza mais do que V. Ex<sup>a</sup> poderá conhecer por falta talvez de umas antecedentes notícias, e principalmente aonde ele diz cavilosamente que, nunca levava com um pau; como isto ofende a minha pessoa somente sem prejuizo do caráter de que S. Mag<sup>e</sup> foi servido fazerme mercê pela sua augustissima grandeza; nem peço satisfação, nem guardo lembrança alguma.”

São José do Macapá, 24 de junho de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 118

“Vm<sup>es</sup> me impõe por ordem de 24 de junho deste presente mês me faça responsável às desatenções com que Vm<sup>es</sup> me tem tratado; porque me ordena debaixo da voz superior, as declare, com o devido respeito, patienteio, comprovando no capitulo seguinte”.

“Que é, que o corpo militar tem regimentos ou regras para bem servir estabelecidas debaixo das ordens de S. Magestade que Deus guarde disciplina pela qual imperam os superiores nos seus subalternos com ampla jurisdição, e os castiga como insinua o regimento quando trasgrecem os ditos subalternos, ou faltam aos preceitos de suas obrigações, mos não tem autoridade por Direito nenhum os superiores para desatende-los de palavras que injuriam maiormente quando as pessoas dos sujeitos se fazem indignos pelos seus nascimentos e bom procedimento se semelhantes imprudências e sem razões, como eu experimentei no forno dos tijolos dizer-me as seguintes palavras – que foi aí José Pinheiro de Lacerda, fale não esteja calado, eu hei de ir a Vm<sup>es</sup>, e o hei de ensinar a servir, levem prezo este homem que está como um boi que é preciso andar os aguilhoados a ele para falar Sr (?). Este modo de tratar ou ameaçar não é certeza, e nem se admite, e menos premitivel dizer a sujeitos honrrados, pois quando o caso merecesse castigo como mandar prender tinha satisfeito e demais eu não levei ainda Compão (?) e nem de meios oficiais foi jamais tratado com tão aspero modo outra mais há de tratar-me Vm<sup>es</sup>, e a meus condessiplos com não admissível rigor para a assistência das obras no mesmo paralelo ou com as mesmas

obrigações dos trabalhadores, e olheiros não sendo necessário como diz o Engenheiro Português no seu 2º tomo pg: 445, e mandar-nos as ordens pelo Sargento da Fortificação, quando as devíamos receber do Ajudante Engenheiros oficial imediato nesta praça aos praticantes, e fazermos algum tempo ir a sua casa todos os Domingos e dias Santos para o acompanhar mas omissão, e outra faltas de atenções que nunca experimentei do meu muito presado mestre, e oficiais militares e nem ainda de pessoa alguma, quais por deixar de fazer volumoso relatório, as não refiro, e isto basta para que Vm<sup>ce</sup> conheça a cauza o porquê julguei licito, queichar-me ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. General a que acresce a licença que Vm<sup>ce</sup> me deu para assim o poder fazer quando lhe suplicamos atenção ao nosso trabalho, de cujo resultou a resposta era com ciência o contrário do que se praticava e nos disse mais nos queichacemos, e como a minha súplica foi supondo tinha justiça como supondo não ofende por nenhum modo ao caráter nem a pessoa de Vm<sup>ce</sup>”.

Carta de José Pinheiro Lacerda a Henrique Antonio Gallucio.

São José de Macapá, 29 de junho de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 119

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador.

“Fico na certeza que brevemente chegarão as ferramentas que faltam para o progresso desta Fortificação (...) no meu fraco entendimento alcanço que já não temos que balancear na escolha do meio mais eficaz para dar fim à esta Fortificação no mais breve tempo; porque o calculo que eu tive a honrra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup> tem por fundamento a mesma experiência, à que V. Ex<sup>a</sup> tão sabiamente as remete, e por montantes, e remates as evidencias geométricas oferecidas no Pró-memória anexo.”

“Pelas muito sabias, e benignas advertências de V. Ex<sup>a</sup> vou entendendo, que para gozar da paz se devem reputar bagatelas algumas alterações na subordinação militar em prejuizo da particular jurisdição dos indivíduos, como coisas que nada avultam (?). Peço à V. Ex<sup>a</sup> perdão do erro em que eu estava; pois cuidarei em aproveitar-me das clementíssimas

instruções de V. Ex<sup>a</sup>; passando por cima de qualquer agravo nesta materia com a mais constante indiferença.”

São José do Macapá, 24 de janeiro de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 120

Carta de Henrique Gallucio, ao governador, participando que “a mudança que vai entre a 1<sup>a</sup> e a 2<sup>a</sup> Planta não á coisa indifferente para o Real Serviço de Sua Magestade; mas sim uma matéria totalmente interessante, e de suma consequência, por depender dela a maior, ou menor defença da mesma Fortaleza”.

“He-me indispensavel rogar a V. Ex<sup>a</sup> se sirva considerar as circunstâncias do fosso aquático do lado atacavel oposto ao terreno baixo do qual principalmente depende a maior ou menor resistência, que esta fortaleza poderá fazer aos ataques do inimigo: veja V. Ex<sup>a</sup> ali como leve á a dificuldade que este tem em passa-lo pela 1<sup>a</sup> Planta, por serem muito limitador os flancos da falza-braga que flanquea aquela passagem e quão grande seja a que encontra pela 2<sup>a</sup> aonde as linhas flanqueantes são quase iguais às defendidas; a que certamente poderá demorá-lo largo tempo em vencer a dita passagem, por obrigá-lo a um excessivo trabalho para se cubrir e levantar batarias em paragens dificultozíssimas, sem nunca puder contrabater os flancos do baixo Baluarte, nem ofendê-los de sorte alguma enquanto subsistir o terrapleno do Revelim que os encobre.”

Estas sólidas considerações, e ulterior conhecimento do terreno, que não era em mim tão completo quando projetei a 1<sup>a</sup> Planta me obrigaram a pôr na presença V. Ex<sup>a</sup> a 2<sup>a</sup> e rogar-lhe que houvesse por bem manda-la executar com preferênciã à primeira. E sobre este ponto se faz grandemente precisa a pronta decizão de V. Ex<sup>a</sup> por 2 razões. Uma é, que se não pode continuar com a delineação dos perfiz em que atualmente se vai trabalhando, se saber-se qual das 2 Plantas que se há de executar. A outra, que de diferente modo se deve extrair as terras para continuar de aterrar a muralha, e encher o baluarte da Conceição na supozição da 1<sup>a</sup> do que na da 2<sup>a</sup> Planta”.

São José do Macapá, 24 de junho de 1765.

CÓDICE 58 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 123

O Inspetor da Fortificação do Macapá participa, a Fernando da Costa de Atayde Teive, que : “Faz-se-me preciso representar a V. Ex<sup>a</sup> as grandes Bebedeiras que todos os Domingos e dias Santos há em os Carreiros e índios havendo feridas, e todas as segundas feiras padece o trabalho porque ficam muito estroidos de Sorte que muitos não aparecem ao ponto no dito dia, por conta da bebedeira, V. Ex<sup>a</sup> lhe dará a providência que for servido. Os bois já vão trabalhando mas vieram bastantes manhosos e os tenho trocado com os do açougue, de sorte que vão ficando em semelhantes juntas. Vai-se continuando o trabalho no Baluarte e no mapa junto verá V. Ex<sup>a</sup> os operários que se acham nesta Fortificação”.

São José do Macapá, 25 de junho de 1765.

CÓDICE 59 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 64

“Entre todas as felicidades que com ardente desejo apeteço sempre a V. Ex<sup>a</sup> se me faz incomparavelmente plausível a de V. Ex<sup>a</sup> se restituir a essa Capital com a inteira saúde que todos os fiéis criados de V. Ex<sup>a</sup> devemos pedir a Deus lhe concerve por dilatados e alegres anos.”

“Aceite V. Ex<sup>a</sup> este tão devido, como pequeno obzéquio da minha reverente fidelidade dando-me repetidas ocasiões em que gostoso mostre a V. Ex<sup>a</sup> a minha obediência.

Deus Guarde a Exma pessoa de V. Ex<sup>a</sup> por muitos anos. São José do Macapá, 19 de janeiro de 1765.

Tenente Antonio da Cunha de Atayde Varona

\* Carta endereçada a Tayde Teive.

CÓDICE 59 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 66

“Tenho a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup> de que este ano saí eleito em juis ordinário desta vila, sendo do Agrado de V. Ex<sup>a</sup> assistirei o dito emprego

pois com o mais profundo respeito peço a V. Ex<sup>a</sup> me determine o que for seu gosto”.

São José de Macapá, 19 de janeiro de 1765.

Bento de Oliveira da Ponte.

\* Carta endereçada a Tayde Teive.

CÓDICE 59 (ANT.) E 150 (ATUAL) – DOC: 83

“Nesta ocasião se me faz preciso ir por este modo a presença de V. Ex<sup>a</sup> em primeiro lugar saber da sua saúde pois lhe desejo felicíssima, em segundo repetir-lhe a representação de que V. Ex<sup>a</sup> há de estar lembrado do que me disse nesta vila a respeito do Capitão de Rebordelo: que me disse fosse esta a cidade com uma carta remetida a V. Ex<sup>a</sup> para lá o mandar segurar, porém Sr. dizendo em isto ao Reverendo Vigário, que V. Ex<sup>a</sup> assim lhe ordenava ele quis mandar o dito Capitão este lhe disse que não queria e o dito vigário conhecendo lhe o ânimo lhe não disse mais nada e se fosse fique V. Ex<sup>a</sup> certo que abrir a carta, e verá que ía nela, porque no tempo de antecessor de V. Ex<sup>a</sup> o mandaram com uma carta relatando ao dito Sr. as suas absolutas, e se abriu e vendo o que continha a largou no mar e foi a presença de S. Ex<sup>a</sup> chorando-lhe mizerias e que tinha naufragado e perdido até a mesma roupa, do que e saiu também sucedido que o dito Sr. lhe mandou dar de vestir e tornando o dito capitão para este lugar veio logo abolizando-se que ninguém o havia de enganar porque se lhe mandassem levar cartas que havia de ver se eram contra ele, e que tinha enganado o Sr. General porque vinha sem vestido novo que por sua industria lhe tinha tirado.”

“É certo SR. que o dito tinha praticado aos mais dos povoadores para irem para o mato e já adiante dele tinha mandado dois casais esperá-lo na Ilha a Manintubá, o principal tinha grande medo dele porque sabia o dito a queria matar, tinha em sua casa um tronco aonde metia as índias, e as que não queriam condesendercem as seus apetites as asaltava, e tem filhos das mesmas noras, como diz o mesmo vigário. a qual já não dormia por que também tema lhe desse fim, e publicamente dizia aos índios que ali ninguém governava nem vigário, nem diretor, nem prin-

cial, nem V. Ex<sup>a</sup> e que só ele mandava estando eu Sr. ciente de todos estes dezaforos, e intimado do vigário, e diretor da parte de V. Ex<sup>a</sup>, e vendo eu que a povoação toda ia para o mato, me determinei vindo a esta vila aonde comuniquei o expressado ao Coronel Comandante, e que me determinava prender o dito capitão, antes que toda a povoação se perdesse, para o que pedi ao Coronel Comandante me auxiliasse com mais dois Camaradas, fiz a deligência como era lícito, e o não estar o dito Capitão no mato e mais tempo, o em Cayana para onde ele pretendia ir, e porque esperava por dois filhos que ando comigo nesta canoa. todo o expressado Sr. se passou diante do Diretor, e vigário, e na presença dos ditos se enqueriram as pessoas daquela Povoação e eles confessaram tudo, e que o capitão as tinha praticado para irem para as Povoações do Cuananim, domínios de Cayana o que vendo o diretor vigário me pediram da parte de V. Ex<sup>a</sup>, mandasse em seguimento dos casais já referidos, o que logo pús em execução, e ou (...) com os dois camaradas que o Coronel Comandante me tinha dado para esta deligência que até o presente se não recolheram como a V. Ex<sup>a</sup> podem também informar os Ditos Diretor e Vigário, que supondo darão também para a V. Ex<sup>a</sup>, Vim para esta vila com o dito preso e o entreguei ao Coronel Comandante, a ordem de V. Ex<sup>a</sup> para ser remetido para essas cidade; fasso também presente a V. Ex<sup>a</sup> que se o dito Capitão torna a estas povoações inteiramente se perdem porque depois de preso estava ameaçando a todos dizendo-lhe que sendo salto que todos lhe haviam de pagar, principalmente o Referido Padre Vigário”

“No que respeita a deligência de que V. Ex<sup>a</sup> me tem encarregado até o presente não tem havido novidade de que possa dar parte a V. Ex<sup>a</sup> e queira Deus. e não haja daqui em diante com a fuga dos dois casais que acima tenho referido a V. Ex<sup>a</sup> Siçe não apanharemos. Deus guarde a pessoa de V. Ex<sup>a</sup> por dilatado tempo como este seu afetuoso criado lhe deseja.”

São José do Macapá, 25 de fevereiro de 1765.

CÓDICE 60 (ANT.) E 151 (ATUAL) – DOC: 01

“Como me seguram que o meu Sargento João Guilherme passava a Alferes faz se me preciso valer-me do patrocínio de V. Ex<sup>a</sup> para que ponha os olhos de piedade em mim em me fazer Sargento pois sirvo a Sua Magestade a nove anos sempre com boa satisfação e presentemente me acho ocupado no serviço da Obra da Fortificação, aonde V. Ex<sup>a</sup> me deixou com excessivos trabalhos como V. Ex<sup>a</sup> se pode informar”.

São José do Macapá, 1º de julho de 1765.

Fortunato Lopes (endereçado a Atayde Teive).

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 01

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, agradecendo pela “Remessa das ferramentas requeridas para o progresso desta Fortificação” e participando que “No dia 8 do passado mês ainda parou a obra da muralha do Baluarte da Conceyção por falta de pedra suficiente: Mas no de 12 do mesmo continuou-se logo, até o fazer desta, e no de 25 do dito se deu princípio à fatura dos andaimes, por se achar já a muralha na altura de palmos 7½ por cima da Sapata em Roda do Baluarte, menos a porção do Flanco da parte do reducto, aonde atualmente se trabalha para igualar a fiada, pelo que na primeira ocasião irá a Planta do Estado atual desta Fortificação.”

São José do Macapá, 1º de julho de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 02

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que recebeu “484 alqueires de Cal do Reino, com as cinqüenta foices, Cinqüenta feros de cova, doze alabaneas e vinte paneiros de farinha”.

São José do Macapá, 1º de julho de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 03

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “Pela Carta de V. Ex<sup>a</sup> de 8 do Corrente, fico certo de auxiliar a João Batista da Costa, que de ordem de V. Ex<sup>a</sup> foi dirigir a nova Povoação do Rio Anauerapucú, da mesma sorte que V. Ex<sup>a</sup> me tem ordenado a respeito do Desembargador Ouvidor Geral remetendo para aquela povoação algumas das portas e janelas que se tiraram dos quartéis e das casas em que residiu o sargento mor Luiz Fagundes Machado, na conformidade que V. Ex<sup>a</sup> me adverte.”

São José do Macapá, 20 de julho de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 09

Carta de Henrique Antonio Gallucio participando que “O Baluarte da Conceyção vai erecendo para sima. Eu não sei com que terra hei de mandar aterrar a sua muralha e encher a sua interior capacidade; porque o Coronel Comandante não quer se bulle na em que se está operação; e assim começará a obra a ter um sensível prejuízo, pela dificuldade de chegar os materiais para ela se a muralha for ficando mis alta notadamente do que o terraplanado da terra interiormente, além dos mais motivos.”

São José do Macapá, 21 de julho de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 10

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “Do mapa que nesta ocasião remete a V. Ex<sup>a</sup> o inspetor verá V. Ex<sup>a</sup> o grande número de pretos que se acham ausentes; sem que possa cogitar meio de os conter; e prontamente reconduzir; causando a sua falta, não só detrimento à obra, mas ainda diminuindo-lhe mais o número de trabalhadores, pelos que são necessários irem procurá-los por tão dilatados campinas e matos.”

São José do Macapá, 21 de julho de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 14

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “Expedindo a 25 do mês de Julho próximo precedente uma tropa de 25 homens, Militares, Índios e Pretos ladinos, para dividida em partidas serem buscados e reconduzidos os cinqüenta e um escravos da Câmera desta cidade operários da obra de Fortificação, que até dito dia 25 de haviam ausentado: Consegui com esta indispensável providência restituir ao trabalho da mesma obra, quarenta e um; faltando ainda dez; que cuidadosamente farei apreender.”

São José do Macapá, 03 de agosto de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 15

Atayde Varona, participa a Atayde Teive, que “A pedreira da ilha da boca do Rio Anauerapucú, que até a presente data tem dela vindo sete canoas de pedra suficiente não só para encher mas para fasexar; me dizem ser a maior parte daquela pedreira de um petroficado, ou tudo, incapaz para a obra: Esta noticia me deixa em cuidado; e amanhã a mando examinar pelo Ajudante Engenheiro, para ver se dá esperanças de uma quantidade grande de pedra; pois ouço que não”.

São José do Macapá, 03 de agosto de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 20

Atayde Varona, participa a Atayde Teive, que foi entregue ao Depositário da Fazenda Real “dous contos de reis e 240 paneiros de farinha para pagamento e subsistência dos operários da Obra da Fortificação.”

São José do Macapá, 11 de agosto de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 25

Herique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “pelas dúvidas que o Coronel Comandante declara se não dará logo execução à providência aprovada por V. Ex<sup>a</sup> e respectiva à terra para o Baluarte em que se trabalha; ao mesmo tempo que esta matéria pede uma prontíssima resolução.”

“O Ajudante Sambucetti continua com a mesma doença com novas repetições das costumadas vertigens.”

“Eu me acho com saúde bastantemente prejudicada; mais vou indo para adiante sem aplicação de remédio, até estar inteiramente prostado.”

São José do Macapá, 12 de agosto de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 32

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “Por carta de 14 do mês que está correndo, me permite V. Ex<sup>a</sup> a honrra de ordenar, que mande restituir ao curral dos moradores as viletas que se lhes pediram para os enfermos do hospital logo que caiba no possível.” Diz ainda que “Para o gado que tem vindo para o talho, não ter faltado aos operários empregados no serviço de Sua Magestade tem sido preciso munir de ordem minha por vezes o administrador do Açougue, para não dar alguns dias de carne ao povo.”

São José do Macapá, 23 de agosto de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 43

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, falando que “Pela benignissima carta de V. Ex<sup>a</sup> dos 16 do expirado Agosto fico sendo sabedor da remessa do ferro e chumbo para a guarita, e da vinda do Capitão Wilkens à esta praça; de que tudo dou a V. Ex<sup>a</sup> humilissimas agradecimentos.”

São José do Macapá, 04 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 45

Henrique Antonio Gallucio, participa, ao governador, que “O Baluarte de São José é presentemente o objeto que mais merece as superiores providências de V. Ex<sup>a</sup> para o mais adiantado progresso desta Fortificação. Estamos já no verão e se não vencermos até o próximo fevereiro a obra do alicerce daquela maior porção da face que há de ser fundada no terreno baixo, parece-me que todas as mais obras ficarão sumamente atrasadas”.

São José do Macapá, 04 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 47

Atayde Varona participa a Atayde Teive, a chegada de 600 arrobas de peixe seco e 180 paneiros de farinha para o sustento dos operários da Fortificação.

São José do Macapá, 18 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 48

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “ao mesmo tempo que a muralha do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição continua, se deve ir aterrando o mesmo Baluarte, me conformei com o parecer do Sargento Mor Engenheiro Henrique Antonio Gallucio, para que se parecesse com a muralha e todos os trabalhadores que servem aos pedreiros se aplicarem a condução da terra, por se achar a mesma muralha adiantada ao seu aterro, por falta de um competente número de trabalhadores, que não faltando a assistência dos pedreiros, podessem ao mesmo tempo conduzir a necessária terra, porém mostrando-me a experiência em alguns dias que com o maior número de trabalhadores que me foi possível aplicar, se não conseguiria em um mês o complemento daquele aterro; e considerando o atraso em que ficava a referida muralha, mandei positivamente contra o parecer do mesmo Sargento

Mor, continuar na muralha, e no aterro ainda eu neste só com os poucos trabalhadores, que ficam aos indispensaveis para servirem a pedreiros, e lhes chegarem os materiais. Nesta conformidade se continuará a obra do sobredito Baluarte, até que V. Ex<sup>a</sup> me ordene o contrário.”

São José do Macapá, 18 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 49

Atayde Varona participa a Atayde Teive, “o que se necessita para a assistência dos enfermos do Hospital, e os remédios que se despenderam com o curativo dos pretos do senado da Câmara dessa cidade, operários da Obra da Fortificação.”

Relação: Pedra cordial, Alyotar, olhos de carangueijos, Pos Marquionis, Mana, Folhas de Sine, Ipecacuanha, Jalapa, Ruibarbo, Marcúrio Doce, Quina, Salsa parrilha, Triaga Magna, Pedra Immalitis, Bolo Armênio, Terra Sigilada, Nitro purificado, Pedra Hume Calsinada, Xarope das Cinco Raízes, sal de hosna, Bálsamo de Aparício, Bálsamo de Arcui, Termentina, Emplaste Confodtativo, Ungto desopilativo, Ungto Basilicão, Emplasto emuliente, Ungüento camelo, óleo de amêndoas doces, óleo de minhocas, Bezuartico de Curvo, Madre Perulha, laudano opiado, Pos de Joanes, quentilio, Bálsamo Católico, óleo de Termentina, Emplasto de Aplama e Emplasto Stilico de Crolio.

São José do Macapá, 18 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 50

Atayde Varona participa a Atayde Teive, que “Por carta de 3 do corrente, tive a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup> o cuidado em que ficava a respeito das más noticias que ouvia da qualidade a maior parte da pedra da Ilha da Boca do Rio Uanará-percú, e que mandava a este respeito o Ajudante Engenheiro àquela Ilha, examinar se produzia uma quantidade grande de pedra suficiente para esta obra de Fortificação: E mandando o referido Ajudante, voltou dando-me a informação que será com esta; que me

obrigou a mandar o mestre Manoel João, que me asegurá, poder a dita dar abundância de pedra, que suprice em tanto a falta de outra melhor.”

São José do Macapá, 18 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 51

O Ajudante Engenheiro Domingos Sambucetti participa, ao governador, a respeito da nova pedreira encontrada na boca do Rio Anauerapucú: “observando a referida paragem, não achei nela mais do que um petrificado muito imperfeito, cujo julgo, insuficiente na Edificação desta Fortaleza.” (...) “Semelhantes terras mal petrificadas se achem algumas no coral do Cirurgião mor, na Fortaleza Velha, e nos sítios da Boca do Rio Matapí e todas me parecem incapazes de se uzarem nas obras desta Fortificação.”

São José do Macapá, 07 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 54

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador

“Humilissimamente agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a honrra da sua veneradíssima Carta de 8 do corrente em que V. Ex<sup>a</sup> se digna aprovar os riscos da Guarita. Agora me certifica o Coronel Comandante que no Rio Anauerapucú se não acham as pedras que são precisas para o pião da dita. Sendo isto assim; não me ocorre outro expediente menos incerto e morozo que o de V. Ex<sup>a</sup> servir-se de mandar da cidade as ditas pedras.” (...) “O meio mais adequado para adiantar eficazmente a obra do Baluarte do Conceição consiste no adiantamento do aterro de sua muralha, que se acha muito atrasado” (...) “apliquei toda a foça dos trabalhadores / que muito pouca vezes passam de go./ ao transporte da terra para conseguir o intento de pôr o Baluarte em termos de servir com a maior brevidade possível” (...) “Hia luzindo a obra, e eu animado pela honrra com que V. Ex<sup>a</sup> em sua benignissima Carta de 16 passado mês dito fiar da minha atividade o adiantamento desta obra, ia concebendo grande esperanças,

pela mais eficaz aplicação dos meios de igualar dentro de poucos dias o aterramento em roda da muralha, unindo-me com o revestimento da gola para que o Baluarte fosse já gozando da serventia de sua rampa”.

“Estando as coisas nestes termos fui eu no dia 17 do corrente para a obra pelas 6 horas da manhã; e cem-grande admiração minha achei lá o Coronel Comandante mandando tirar a maior parte dos trabalhadores ocupados no transporte da terra, de poder absoluto, e sem querer que isto fosse mandado por mim, aplicando-os à chegar pedra para a muralha e a fazer um novo traço de cal, pará os pedreiros trabalharem de tarde na muralha do Revestimento.” (...) “Por esta tão violenta determinação fica mais demorada a muralha que resta para se fazer até o cordão, que são 3 fiadas, e o aterramento do Baluarte mais atraso e mais dificultado.” “Nunca me persuadirei que seja a vontade de V. Ex<sup>a</sup> que se levante a muralha deste Baluarte à torto, e direito.” (...) “queira V. Ex<sup>a</sup> dignar-se de ter uma inteira confiança, não já da minha pessoa, que vejo está desacreditada no conceito de V. Ex<sup>a</sup>; mas sim no Engenheiro que tiver a felicidade de ser encarregado por V. Ex<sup>a</sup> da direção das Obras desta Fortificação.”

São José do Macapá, 19 de setembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 60

Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que “Todas as noticias que me chegam da pedreira do dito Rio Arapecú, são ainda mais interessantes ao adiantamento desta obra da Fortificação que as que tive a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup> em data de 27 de Setembro próximo precedente; porque me afirmam ser tão grande a quantidade de pedra, que poderá contribuir só aquela pedreira com toda a que foi necessária tanto da Cantaria, como de Alvenaria para a obra.”

São José do Macapá, 11 de outubro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 61

Henrique Antonio Gallucio agradece, ao governador, pelas providências que tem tomado para promover o adiantamento das obras da Fortificação “pois sendo os rapazes do tamanho que possam com o diário transporte da terra nos caminhos de mão não se pode duvidar do avultado progresso destas obras por um grande número deles à estas aplicadas.”

São José do Macapá, 12 de outubro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 68

Carta de Atayde Varona, a Governador, participando que “O Ajudante João Batista da Costa que de ordem de V. Ex<sup>a</sup> se acha dirigindo a nova Povoação do Rio Anauerapucú remeteu doente de Seções o Reverendo Vigário daquela povoação Frei Brás de Santa Tereza Religioso da Sagrada Religião de Nossa Senhora do Monte Carmo, para de curar nesta vila.”

São José de Macapá, 17 de outubro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 78

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “Hoje se acabou a Planta do Estado desta Fortificação” e que “o transporte da terra em que foi situado o Reduto poderá ter fim dentro de quatro semanas; depois eu fico sem saber de onde se haja de continuar a extração deste elemento sumamente necessário para o enchimento do Baluarte da Conceição que se acha quase inteiramente vazio”

São José do Macapá, 19 de outubro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 76

Carta de Atayde Varona participa, a Atayde Teive, que “O Doutor Intendente geral João de Amorim Pereira remeteu da vila de Melgaço 25

rapazes e igual número da vila de Portél para na conformidade da ordens de V. Ex<sup>a</sup> serem aplicados a obra da Fortificação; os quais mandei alojar em parte da grande casa dos Índios, entregando-os a um soldado para ter conta deles, do seu fâto, leva-los a missa nos dias de preceito, e fazer-lhes cozinhar lira e meia de carne, a cada um; que me pareceu competente razão para as suas idades, com o almoço de mingau com que suas mãos os costumam criar, e que eles pediram: A experiência me mostra ser bastante a cane para jantar e ceia, quanto ao seu pagamento V. Ex<sup>a</sup> me determinará o que devo seguir.”

São José do Macapá, 10 de novembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 82

Henrique Antonio Gallucio solicita, ao governador, um novo instrumento de nivelamento “feito em Paris ou em Londres capaz de semelhantes operações que são o fundamento de toda a obra. O título é Um Nivel de Agoa, da forma de que descreve N. Bion no tratado dos Instrumentos de Matemática. Livro 5. Cap.1. Fig. A.”

São José do Macapá, 15 de novembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 88

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que deu princípio “à obra do Engradamento do alicerce do Baluarte de S. José”, (...) que “hontem assentou-se a primeira pedra do pião da Guarita do Baluarte da Conceição” e que “A muralha do Baluarte de São Pedro se acha com a sapata em roda quase inteiramente acabada mediante a providência de uns tijolos grossos que mandei fazer para este fim”.

São José do Macapá, 15 de novembro de 1765.

CÓDICE 61 (ANT.) E 153 (ATUAL) – DOC: 102

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “A guarita está feita, a muralha da Baluarte de São Pedro se acha em 4 palmos de altura por cima da sapata em roda de todo o seu âmbito. As estacas de engradamento do alicerce de S. José continuam-se a bater à proporção dos meios que há para isto”. Diz ainda que “O Capitão Henrique Wilkens em quem eu esperava achar o socorro das minhas ocupações diz que V. Ex<sup>a</sup> lhe dissera na despedida para cá que ele vinha às ordens do Coronel Comandante, e assim pretende que eu não tenha que lhe mandar”.

São José do Macapá, 23 de dezembro de 1765.

PESQUISA: ABRIL/96

DOC: 04

CÓDICE 64 (ANTIGO) E 156 (ATUAL) – DOC: 11

Carta de Feliciano Nobre Mourão, Ouvidor Geral, ao governador, dando informações sobre o lugar do Anauerapucú.

“Esperando há muito tempo alguma canoa de Macapá, para pela dita escrever a V. Ex<sup>a</sup>, chegou aqui pelas horas da Cesta (?) uma, que passou à colheita do cacau, e não tornou para a dita Vila. As notícias tristes do contágio do sarampo que se tinha comunicado 247 pessoas, me tem surpreendido não mandar à dita Vila, por temer se comunicasse aos índios, que lá fossem, e trouxessem para este rio a dita moléstia” (...) “O rio e situação até aqui é muito saudável, tenho já passado um dos tempos de maior receio que era o das cheias. As águas são das melhores do Estado, que eu tenho bebido, nem as há mais singulares que a do mesmo Rio”.

Anauerapucú, 17 de abril de 1765.

CÓDICE 64 (ANTIGO) E 156 (ATUAL) – DOC: 26

Carta de Feliciano Ramos Nobre Mourão, Ouvidor Geral, ao governador.

“Esta povoação há de ser melhor Vila do Estado e os seus moradores os mais opulentos: tem uma agradável vista e perspectiva pois como o terreno é de outeiros de uns se divisam as casas dos outros. A situação da Igreja (?) ficou excelente e tem semelhança ao outeiro de Santa Catharina de Monte Sinai, e dela se divisa toda a povoação por todas as partes. O terreno é fertilissimo para todas as plantações. Os povoadores têm muitos cacuais de natureza, de que podem aproveitar. Há excelentes terras para roças e o Rio é manso que em qualquer lugar se navega”.

Anauerapucú, 03 de julho de 1765.

CÓDICE 64 (ANT.) E 156 (ATUAL) – DOC: 41

Carta de Feliciano Ramos Nobre Mourão, Ouvidor Geral, ao Governador.

“Este Rio é estéril de peixe nem aqui há muito mantimento com que estas famílias se possam ajudar para passar este ano. Por esta razão o Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr. Francisco Xavier De Mendonça Furtado no estabelecimento de Macapá, mandou por canoas de Caça e Pesca que andavam em Contínuo giro para sustento dos povoadores. Estes ainda necessitam mais de que Va Ex<sup>a</sup> use com eles da sua clemência ao menos nesta primeiro ano mandando-lhe constituir uma canoa com sete índios e uma rede, que vá salgar peixe ao Rio Amazonas.”

Anauerapucú, 24 de julho de 1765.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 04

Carta de Henrique Gallucio, ao governador, participando que “até o presente não tenho faltado em concorrer pela minha parte com todos os meios que cabem na minha insuficiência para que a Obra desta Fortificação tenha aquele maior adiantamento que as providências que V. Ex<sup>a</sup> tem sido servido dar para este fim podem prometer: mas com tudo

como poderia ter sucedido que eu sem saber, ou querer tivesse caído em alguma involuntária omissão; Rogo à V. Ex<sup>a</sup> se queira dignar fazer-me ciente dela, para eu não tornar a cair nela com prejuízo do Real Serviço de Sua Magestade.”

“Por quanto a sublimada honrra dos louvores de V. Ex<sup>a</sup>; nunca poderei conseguir esta tão desejada felicidade se não for pelo favor da benignidade de V. Ex<sup>a</sup> que se digne avaliar a minha insuficiência por mais de que ela pode merecer.”

“A muralha do revestimento exterior do Baluarte de São Pedro se acha com pouca diferença à metade da sua altura; e se o transporte da pedra pudesse se proporcionado ao número dos oficiais de pedreiro que há, em pouco mais de um mês poderia concluir-se. No dia 21 corrente deu-se princípio em alicerce da Rampa, que por falta de pedra não ficou hoje feito; e isto para que enquanto se gastarem os poços tijolos que há na sua muralha, haja tempo de ajuntar pedra para o revestimento exterior.”

“No alicerce se São José se acham situadas 180 estacas à pesar das muitas chuvas que já tem enchido o Lago, trabalhando-se no dito alicerce com 3 palmos de água dentro dele; e a não haver a infeliz circunstância de um grosso tronco de uma árvore, que apareceu debaixo da terra, à 10 palmos de fundura, e que impede o cravarem-se as estacas antes de tirar-se, como já se tiraram outros dois à menos profundez quando o corte do fundamento estava ainda enxuto, poderia acabar-se de encravar todas as estacas em muito breve tempo. No entretanto vou aproveitando as vagas dos pedreiros para com alguns trabalhadores // dispondo a parte superior do terreno firme em que há de ser fundado a muralha deste Baluarte, a fim de se achar pronto ao tempo que os pedreiros concluírem o de São Pedro: e assim talvez que consigamos a edificação de dois baluarte neste ano.”

“O aterro da Conceição está coma a maior altura da terra no nível em que acabar os contrafortes; porque na realidade os rapazes carregam porções limitadíssimas com os cestos, e são poucos os que podem com os carrinhos de mão: e a grande dificuldade de tirar a pedra da praia ocupa uma grandíssima porção do tempo aos mais trabalhadores.”

“Tem-se perdido o precioso tempo do verão sem que o novo Forno de tanto tempo feito para tijolos cozesse uma vez e assim uma falta grande desse importantíssimo material.”

São José do Macapá, 24 de janeiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 05

Atayde Varona participa, ao governador, Atayde Teive que “A carta que V. Ex<sup>a</sup> me permitiu a honrra dirigir com data de 3 do corrente mês, me certifica das repetidas e péssimas, informações que o Sargento Mor Engenheiro Henrique Antonio Gallucio tem dado a V. Ex<sup>a</sup> da conduta do Ajudante Domingos Sambucette; e das inobediências do Capitão Henrique João Wilkens; que tão justamente obrigam a V. Ex<sup>a</sup> a dar providências em matérias a mais perniciosas ao Real Serviço: E na conformidade do que V. Ex<sup>a</sup> ao dito respeito me ordena na referida carta, foram logo chamados à mina presença o dito Capitão, e Ajudante; aos quais de viva vez, lhes estranhei severamente os seus procedimentos, declarando-lhe tudo que V. Ex<sup>a</sup> me determina.”

São José do Macapá, 22 de janeiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 07

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Chegando ao porto desta Praça o Cabo de Esquadra Manoel José Valadão aos 24 o presente pelas 7 horas da noite, na mesma foi chamado à presença do Coronel Comandante e estando também presente o Ajudante Domingos Sambucetti fomos pelo dito Coronel severissimamente repreendidos da pouca assistência que fazíamos nas obras desta Fortificação, e do quanto nos tínhamos descuidado na inteira execução das ordens do nosso Sargento Mor Henrique Antonio Gallucio, Diretor dela; advertindo-nos que se acaso não procedessemos de outra sorte, nos mandaria em ferros à Presença de V. Ex<sup>a</sup>, para sermos remetidos

ao Limoeiro da Cidade de Lisboa como Perturbadores e Inimigos dos Reais Interreses e Serviços.”

“Recebi esta advertência com toda a submissão devida; mas sendo lícito toda a defesa natural, não poso, Ex<sup>mo</sup> Sr., deixar de estranhar e queixar-me da nímia severidade do Coronel Comandante, o qual nem que eu fosse agressor do mais enorme delito podia usar de termos mais desabridos, prometer castigo mais rigoroso, nem tratar-me com mais asperesa e tão sensível à honrra e zelo com que sempre pretende quanto na minha fraca possibilidade coubesse empregarme e adiantar o Real Serviço, principalmente depois de Sua Magestade me fazer merce de uma Patente tão honrrosa, nem sei como a mesma pessoa estranhe com expressões tão fortes um procedimento, do qual é todos os dias, e horas, ocular testemunha, pois assevero a V. Ex<sup>a</sup> com toda a verdade, que desde que cheguei a esta praça até a data nunca faltei dia algum a efetiva assistência da manhã e de tarde, excetuando 12 dias que estive de cama perigosamente enfermo, sangrando, e alienado do juiso; e logo sem acabar a convalescença continuei a minha assistência como podem atestar o Inspetor, Provedor, Oficiais Militares, Mecânicos, trabalhadores e finalmente toda esta povoação; muito menos cabia em mim desatender, ou desobedecer às ordens do meu Sargento Mor pois sei que devo, e nunca deixaria de subordinar a um capitão mais antigo, quanto mais a um oficial de maior graduação e Patente, sem embargo de nunca ser ciente dos Riscos, das ordens nem disposições do dito Sargento Mor senão o que alcançava com a vista o discurso /: contra o expresso uso e costume dos Oficiais Engenheiros de toda a Europa / nem ser pelo dito Sargento Mor empregado em serviço algum, excetuada a medição a cálculo da solidez da Rampa do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição no dia 27 de Outubro, a Nivelção do Baluarte São Pedro no dia 30 do dito mês, o alinhamento e Nivelção da rampa do dito Baluarte no dia 18 deste corrente, advertindo que todas estas Nivelções e alinhamentos sendo-me encarregados, ele mesmo os executava na minha presença e na do Ajudante, sem embargo dito continuei a minha infalível assistência, e com ela estava e estou hábil e disposto para executar a minina ordem do dito Sargento Mor, principalmente conhecendo eu ser esta a minha precisa e indispensável obrigação, maior desejo e empenho como meio

apelecido de ser útil ao Real Serviço o me fraco préstimo, o qual sempre gostoso empregarei, e não se este senão a própria vida em benefício do nosso Gloriosissimo Soberano”.

“Se pois a minha infelicidade mereceu esta pena, mereça também agora, Ex<sup>mo</sup> Sr, a minha inocencia, a minha honrra ofendida, minha justa mágoa e sentimento intranhavel com que fico a compaixão e piedade de V. Ex<sup>a</sup>, pois merecendo a honrra e zelo com que sempre servi as distintas atenções dos Ex<sup>mos</sup> Antecessores de V. Ex<sup>a</sup>, e julgando eu pelo meu procedimento inculpável obtê-las também da equidade de V. Ex<sup>a</sup>, me acho ao contrário dão injustamente ferido na parte mais sensível à minha honrra, crédito, e verdade, mas como na execução da obrigação, que alcançava minha fraca capacidade, tinha, fio (?) tão infelis, esta é a causa porque recorro a V. Ex<sup>a</sup> pedindo encarecidamente me permita a honra de nos assinar uma fórmula, minuta ou Regimento pela qual me possa reger, para na exata e inviolável observância mostrar a V. Ex<sup>a</sup>, e a todos, o quanto desejo acertar; para nunca jamais incorrer na infame nota de Pertubador e Inimigo dos Reais Interesses, mas sim o mais zeloso e apaixonado executor e promotor do Real serviço e leal ainda que inútil vassalo de S. Magestade como sempre fui e serei.”

Macapá, 23 de janeiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 11

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador.

“Querendo eu beijar humilissimamente as mãos à V. Ex<sup>a</sup> pela sua benignissima carta dos 3. do corrente, conheço que não satisfeito à minha obrigação com menos que prostandome à seus pés, e abraçando-os mil vezes em demontração da minha humilíssima gratidão. Fico entendendo que tenho a honrra de servir à S. Magestade Fidelíssima debaixo das ordens de um General, que iguala aos mais afamadas dos nossos tempos, e encerra em si as mais raras prendas dos que as histórias antigas, e modernas celebram. Permita Deus que eu saiba aproveitar-me e tão grande felicidade, correspondendo na execução das veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup> com aquela maior perfeição, que o acerto delas inculcam”.

“Terei especialíssimo cuidado em conservar a mais perfeita harmonia com todos os meus subalternos, como V. Ex<sup>a</sup> me fez a honra de ordenar-me, e advertir, tratando à todos, em a mais urbana política, e desfarçando toda a falta que não envolver prejuízo do Real Serviço. E para justificar melhor a minha conduta perante V. Ex<sup>a</sup> peço à V. Ex<sup>a</sup> licença para pôr na sua superior presença os inclusos capítulos, que contem o que eu entendi dever praticar os Engenheiros desta Praça, para acerto do serviço desta Fortificação, conforme ao que tenho visto praticar, e praticar nas mais afamadas Praça de Europa antes que eu tivesse a honrra de ser mandado do serviço do meu natural Soberano Austríaco para o de Sua Magestade Fidelíssima em 1750. Regando a V. Ex<sup>a</sup> se digne advertirme no que houver de dissomante à boa disciplina, ou contrário às máximas do bom serviço; emendando os meus erros com as clarezas da Ciência Militar, que tão sublimemente resplandece na Ilma. pessoa de V. Ex<sup>a</sup> E quando por grande felicidade minha sucedesse, que eles pudessem merecer a superior aprovação de V. Ex<sup>a</sup> neste caso suplico a V. Ex<sup>a</sup> para queira servir-se de ordenar que assim se excutem”.

“Por uns indícios que vejo, o Coronel Comandante não gostou da Ordem de V. Ex<sup>a</sup>, pela extrardinária frequencia em que reparo ajuntar em só os 2 oficiais Engenheiros, suspeitos que eles intentem abonar seus procedimentos com alguma máquina contra mim à V. Ex<sup>a</sup> de cuja conhecida benignidade espero procederá adiante em cazo algum ouvir-me; e assim vivo muito descansado, e não ocupo os meus cuidados em outra coisa mais que em cogitar como cumprir à minha obrigação”.

São José do Macapá, 25 de janeiro de 1766.

*CAPÍTULOS INCLUIDOS A DOCUMENTO ANTERIOR ESCRITOS POR  
GALLUCIO*

1º	
Praticado	<p>“Será nomeado um dos três praticantes para estar de semana na obra, circulando isto por todos; que consiste em executar imediatamente a aplicação dos trabalhadores com tiver sido determinado pelo Sargento Mor na véspera a noite indo para este fim cedo ao repartir a gente do Ponto; e em fazer um Mapa daquela semana em que se declare com distinção o número e qualidade dos trabalhadores, e oficiais que são ocupados em cada uma das obras de diferente espécie; e os materiais que se vão gastando nas obras de pedreiro. Este Praticante em cada dia Santo em que acabar, ou começar a semana irá entregar este Mapa ao Sargento Mor em sua casa”.</p>
2º	
Praticado	<p>“Os mais praticantes serão ocupados em assistir ás obras da Fortificação tomando conta cada um daquela que lhe for mandada distribuir pelo Sargento Mor, que atenderá nisto a capacidade de cada um deles para a tal obra se fazer com o maior acerto; ou em riscar, conforme o dito julgar necessário”.</p>
3º	
Praticado	<p>“O Praticante de semana irá todas as noites à casa do capitão participar-lhe as ordens do Sargento Mor respectivas a Fortificação para o dia seguinte”.</p>

4º	
Diz o Ajudante que não pode ir à estas horas; e assim vai-se para sua própria casa, ou aonde lhe parece, e os praticantes somente vão, não sendo dispensadas, o que sucede ser pelas mais vezes.	“O Ajudante irá todos os dias, e pelas 7 horas da noite com os Praticantes que assistirem às obras à casa do Sargento Mor, para saber dele o que se deve mandar fazer no dia seguinte, para assim mandar executar pelos Praticantes. O Sargento Mor dispensará ao Ajudante e Praticante de lá ir quando não houver novidade ou alguma coisa que obrigue a examinar-se alguma Planta, Livro etc (?)”.
5º	
Diz o Ajudante que ele não pode ir para a obra antes das 7 horas da manhã, e vai de tarde depois das 4, ausentando-se de manhã quando quer, ordinariamente ao toque do almoço, diz que não sabe riscar.	“O Ajudante assistirá afetivamente todos os dias em que se trabalhar à Obra da Fortificação, achando-se nela ao pegar do trabalho para presenciar seus Praticantes cumprem a sua obrigação sem ausentar-se destes das 11 horas da manhã, e de tarde indo ao menos pelas 3 e persistindo até largarem os trabalhadores a obra. Isto se entende se não o dito Ajudante ocupado pelo Sargento Mor em riscar, ou fazer algumas calculações, o que deverá ir fazer à casa e na presença do dito se assim lhe ordenar; no qual caso dará o Sargento Mor providência para que o Serviço da obra da Fortificações não padeça prejuízo”.
6º	
“O Capitão irá de manhã e de tarde para a Obra da Fortificação, se não for ocupado em riscar, ou calcular por ordem do Sargento Mor: indo às horas, e demorando-se o tempo que a sua honrra, e capacidade lhe persuadirem ser conveniente ao Serviço da mesma Obra”.	

7º	
<p>“O Capitão irá uma vez no dia, e a hora que lhe parecer à casa do Sargento Mor, para ser instruído do que se deve mandar fazer na Fortificação, e conferirem sobre as materiais à vista das Plantas e perfiz, Livros etc (?)”</p>	
8º	
<p>Não querem tal fazer; e o Ajudante algumas vezes vira-lhe as costas, ou faz que o não vê, ou vai passear por outra parte.</p>	<p>“Todas as vezes que o Sargento Mor for para a Obra da Fortificação o Capitão e o Ajudante o buscarão, e senão tirarão do seu lado o tempo eu ele persistir na Obra, visitando e examinando todas as partes dela, para eles ouvirem do dito aí sobre os lugares as disposições, e as instruções respectivas à todas as obras que se estão fazendo, e assim ficarem plenamente cientes do que devem mandar executar quando eles estiver ausentes.”</p>
9º	
<p>“Nenhum dos indivíduos poderá ausentar-se desta praça sem consentimento do Sargento Mor”.</p>	
10º	
<p>O capitão não tem dado parte quando adoeceu, e o Ajudante costuma dar parte quando adoece, e achando-se bom aparece na obra sem mais nem menos</p>	<p>“Adoecendo algum dos indivíduos da forma que não possam ir para a Obra, dará logo parte para o Sargento Mor poder dar providência necessária, e estando pronto depois de melhorar fará logo o mesmo para o dito ser sabedor disto; e determinar-lhe, e instrui-lo no que deve ocupar-lhe.”</p>

11º	
Em 6. de fevereiro de 1765 de tarde o Ajudante desatendeu publicamente o Sargento Mor ouvindo os trabalhadores e os pedreiros; dizendo que não era capaz de lhe ensinar nada, e que ele tinha estudado pelos mesmos livros; e tomando-lhe satisfações; levantando-lhes as vezes.	“Todos tratarão com atenção, e termos de Urbanidade o Sargento Mor, e lhe obedecerão, e executarão tudo que lhe for ordenado, e determinado por ele respectivamente ao Serviço da Fortificação sem repugnancia, e altercações; o seu parecer quando lhe for perguntado somente.”
	12º
	“Sendo desobediente, ou contravindo qualquer destes capítulos poderão ser presos por mandado do Sargento Mor à Ordem do Comandante da Praça em suas casas, e também, na Guarda Principal, e o Comandante os não soltará sem ouvir a informação do Sargento Mor”.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 22

Atayde Varona participa, a Atayde Teive que “Na obra da Fortificação se continua; ainda que falta a gente de que necessita pelo grande número de operário que ficam no Hospital.”(...) “O peixe seco acabou; e ainda espero da vila Franca sem arrobas, como me avisou o diretor daquela vila, suplico a V. Exª mande remeter algum porque o gado tem faltado de formas que ficam 6 bois no Curral, e a dez dias que pus este operários à libra e meia de ração.”

São José do Macapá, 11 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 25

Henrique Antonio Gallucio participa ao governador, que “A pequenez dos Baluartes, e a grande agudeza de seus angulos flanquados não per-

mitem multiplicar-se o número das canhoneiras nas faces sem um notável, e evidente dano da Baterias dos flancos, nas quais principalmente consiste a defesa desta fortaleza; Sem embargo, como V. Ex<sup>a</sup> é servido ordenar-me que assim se faça; mandarei executar o que V Exa determina pela sua venerandissima carta de 27 do passado Janeiro juntamente com a planta emendada, se assim é que eu aqui possa mandar alguma coisa, aonde não mando nada.”

“Porquanto ao Baluarte de Nossa Senhora da Conceição, cuja muralha se acha inteiramente acabada de muito tempo; será preciso cortar as respectivas porções para as canhoneiras que faltam, quando chegar o tempo deseformarem aqueles parapeitos.”

São José do Macapá, 13 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 28

Atayde Varona participa, a Atayde Teive que “O cabo da Esquadra José Nunes, portador desta conduziu a este porto 22 bois que unicamente pode carregar a canoa que V. Ex<sup>a</sup> houve por bem destinar a condução dos 30, para carreamos na obra da Fortificação.” (...) “Necessita-se muito de um cabouqueiro, ou mais se os houver; porque de um desastre que aconteceu na pedreira ao cabouqueiro Thomé de Oliveira em que perdeu o dito polegar de um pé, se lhe segue no hospital.”

São José do Macapá, 16 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 34

Atayde Varona participa, a Atayde Teive que “No aterro do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição se continua e igualmente no de São Pedro, e os pedreiros efectuando-lhe Cordão e Gurita do angulo saliente do mesmo Baluarte; para passarem ao Baluarte de São José em que efetivamente se trabalha nos alicerces, para se dar princípio a Muralha.”

“As dez canoas continuam no transporte da pedra do Rio Arapecú, e tem fornecido daquele material o necessário para alvenaria e Cantaria:

Na pedreira ainda conservo sete oficiais aplicados a cantaria que deve formar a sapata do mesmo Baluarte”.

São José do Macapá, 11 de março de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 44

Henrique Antonio Gallucio participa, a Atayde Teive, que “por falta de tijolos não se pôde acabar aquela porção da Muralha do Baluarte de São Pedro, que fica por cima do seu Cordão, nem a Guarita, nem o revestimento da sua Rampa, que está meio par fazer; e assim cessaram de trabalhar neste Baluarte os pedreiros no dia 23 do Corrente.”

“Está-se dispendo o alicerce da muralha do Baluarte de São José no terreno alto, e firme, que na paragem somente próxima ao seu angulo flanqueado necessita de algumas estacas de pouco comprimento, sem travessas, cujas estacas se vão actualmente batendo. Sem embargo dos perfiz, que acompanham a planta deste Baluarte remetida com a minha humilissima Carta de 15 de Setembro de 1765, para evitar um excessivo trabalho, que mal se poderia em largo tempo vencer com os poucos trabalhadores que actualmente trabalham nesta Fortificação, e para maior adiantamento dela, que V. Ex<sup>a</sup> me faz a honrra de recomendar-me, e juntamente par aproveitar todas as circunstâncias favoráveis que o terreno já desembaraçado, e patente oferece para a melhor defença deste Baluarte, que é o único, que pode ser envolvido com duplicados ataques; é necessário, e conviniente, que a sapata da muralha da face da parte da Olaria, que há de flanquear a meia-lua esteja inclinada palmos  $3\frac{3}{4}$  da Espalda para o angulo flanqueada, como se custuma fazer nas muralhas das fortalezas cituadas sobre rochedos, pela dificuldades de abri-los, vindo a ter o fosso adiante do angulo flanqueado aquele maior fundo, que a natureza lhe pode permitir, que é de palmos  $15\frac{1}{4}$  debaixo da linha horizontal, assim como na outra face, flanco, e cortina contínua, que levam engradamento até o terreno sólido próximo ao Baluarte do Conceição.”

São José do Macapá, 28 de março de 1766.

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador

“Depois de receber a veneradíssima carta de V. Ex<sup>a</sup>. dos 23 de Fevereiro proximo passado, julguei ser coerente ao conteúdo dela o abrirem-se logo no encamisamento do parapeito as duas canhoneiras que faltam em cada uma das que faltavam em cada uma das faces do Baluarte da Conceição na Conformidade das veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. expedida por outra sua dos 27 de Janeiro deste mesmo ano. Instrui pois ao mestre dos pedreiros nas medidas, e no modo de as abrir quando o tempo extremamente chuvoso o permitisse. Adoeceu o dito Mestre, e eu também sucessivamente estive por 3 dias inabilitado à subir de casa, e ainda mal convalecido indo eu para a obra desta Fortificação na tarde do dia 3 do corrente no intento de executar pessoalmente a nivelação necessária para a determinação da última fundura do alicerce da muralha do Baluarte de S. José, achei que o Mestre Manoel João estava dando principio à abertura de 2. canhoneiras da parte do mar com 6 oficiais, aproveitado-se do bom tempo que fazia. Daí a pouco, estando eu no dito Baluarte de São José ocupado na sobre referida operação, chegou o praticante José Pinheiro de Lacerda, e me disse, que em caminho encontrara ao Inspetor muito desconcertado, que ralbara altamente para com ele a respeito das sobremencionadas canhoneiras, de cuja obra já tinha mandado largar mão; com efeito, olhando para aquela paragem, não vi mais aos oficiais de pedreiro que tinham começado à trabalhar nela. Então, imaginando eu o que podia ser, resolvi-me ir à casa do Coronel Comandante requerer o remédio desta desordem; e à poucos passos encontrei o Ajudante Engenheiro Domingos Sambucetti, que de parte, e mandado do Coronel me deu este recado: que eu não era o Comandante desta Praça e assim que me mandava estranhar muito o atrevimento de mandar bulir no Baluarte da Conceição sem sua licença; e que se eu tinha Ordem de V. EXa. para isto, que devia primeiramente participá-la a ele = O Sambucetti diz, que fora mandado chamar à sua casa expressamente para este efeito, e que adiante do Capitão Manoel Gonçalves Meninea se lhe dera esta ordem com grandes exagerações, e descomposturas, à vozes altas; e acrescentou, que ele devia levar a minha

resposta. Eu que mal podia ter-me nas pernas pela passada moléstia, e a quem Deus foi servido auxiliar especialmente nesta ocasião, respondi sem alteração alguma, que podia dizer ao Coronel Comandante que eu ia a seus pés; e para lá fui. Apresentei ao Coronel Comandante as Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. as quais ele logo, repugnando, disse que não queria ver, mas ao depois, condescendendo as repetidas instâncias minhas, leu ambas as sobremencionadas cartas de V. Ex<sup>a</sup>..”

“Pela verídica relação do fato acima bem se vê, que eu não mandei no referido dia abrir as canhoneiras determinadamente, mas sim o mestre dos pedreiros foi que pediu ao Sargento chamado da Fortificação a gente que lhe era necessária para amassar, e conduzir a cal, dizendo para o que era; do que o dito Sargento devia dar parte ao Inspetor, de quem unicamente depende, e é-lhe subordinado, antes de dar a gente para a obra, para que o Inspetor pudesse inteirar-se das razões, que havia para a fazer, e participar tudo ao Coronel Comandante como lhe parecesse. Mas nem estas considerações, nem todas as satisfações possíveis bastaram para que o Coronel Comandante se apaziguasse, e depois de várias demonstrações de alterada cólera dechasse de sustentar, e dizer, que eu de obrigação devia ter pedido à ele licença para se abrirem aquelas canhoneiras antes de se bulir nelas, não obstante, as ordens de V. Ex<sup>a</sup>. para assim fazer, e que para o tempo adiante queira que praticasse assim, dando-lhe parte de tudo, que pertencesse à esta Fortificação, e à qualquer obra sua. E alegando eu nesta ocasião o mesmo que já muito tempo antes tinha participado ao Coronel Comandante em que ele então declarasse oposição alguma, que V. Ex<sup>a</sup>. fora servido dizer-me aqui = que eu não tinha que pedir venia a ninguém = Respondeu agora, que V. Ex<sup>a</sup>. não tinha dito isto a ele – E assim içou inibida a abertura das canhoneiras ainda depois da apresentação das ordens de V. Ex<sup>a</sup>., sendo que no outro dia somente continuou-se com ela, como é público, e constantemente notório”.

“Em razão do trato político e atencioso, com que eu devo respeitar ao caráter de um Coronel, tenho sempre usado as maiores submições para com este Coronel Comandante dando-lhe parte infinitas vezes, e pedindo-lhe venia urbanamente de muitas coisas que se haviam de fazer, e tenho respondido, e satisfeito as multiplicadas ainda que imper-

tinentes perguntas, que me tem feito; e também lhe havia de dar parte destas canhonheiras, se o incidente de doença do mestre, e minha o não impidira. Mas porquanto a obrigação rigorosa do serviço, a pretensão do Coronel Comandante parece menos assistida de justiça, e menos conforme à boa razão: porquanto pretendendo que de obrigação lhe haja eu de dar parte de tudo, que pertence às obras desta Fortificação pretende ser ele o Engenheiro delas usurpando-me inteiramente a jurisdição, que me compete pelo cargo que Sua Magestade Fidelíssima foi servido fazer-me mercê, e pela ocupação, que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem determinar-me, tirando-me todas as regalias, que a ele pertencem, cujas estou obrigado requerer, e defender. Pretendo por fim ser aqui o mesmo que V. Ex<sup>a</sup>. sem mais diferença alguma; e quase dissera, mais que V. Ex<sup>a</sup>. Porém num uma coisa, nem outra pode ser, porque ainda S. Magestade lhe não conferiu o caráter do Engenheiro, nem tem capacidade para o poder ser, por totalmente ser destituído das ciências mais necessárias para isto. E não pode ser o mesmo que V. Ex<sup>a</sup>. porque ainda que substitua o lugar de V. Ex<sup>a</sup>. aqui no que toca à Economia das Obras desta Fortificação, o não representa no que respeita ao modo de as dirigir, e fazer conformemente aos preceitos determinados por V. Ex<sup>a</sup>. nas Plantas e Perfiz desta Fortificação, dignando-se V. Ex<sup>a</sup>. de reservar-me a honrra de comunicar a mim somente as suas determinações, aprovando, ou emendando o que tenho a honrra de por na superior presença de V. Ex<sup>a</sup>. a este respeito imediatamente. É pois notório tanto ao Coronel Comandante como à mim, que V. Ex<sup>a</sup>. não tem demitido de si aquela amplíssima jurisdição, que rezide no seu sublimissimo caráter ilimitadamente mas sim somente no que respeita ao economico desta Fortificação; E assim como eu dou parte peço venia ao Coronel Comandante do que respeita a economia destas obras, e requerendo o que se oferece necessário para elas; também se faz desnecessária, e vem a ser de nenhuma obrigação o pedir-lhe eu venia daquelas coisas, que unicamente respeitam a construção das mesmas obras, na conformidade das ordens, que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honrra prescrever-me, e das quais o Coronel Comandante não deve conhecer, e que são de uma execução necessária, como me presente caso as canhonheiras, que o coronel Comandante não podia deixar de permitir que se abrissem, depois de V. Ex<sup>a</sup>. assim mandar.”

“Nem até o presente consta de Ordenança alguma de Sua Magestade Fidelíssima que determine que os oficiais Engenheiros sejam no exercício da sua profissão subordinados ilimitadamente e sem restrição alguma aos que são acidentalmente Comandante das Praças sem serem Governadores, ou Generais, e sem o Exercício de Engenheiro; por se não falar em nenhuma parte do Regimento Militar da Subordinação dos Engenheiros expressamente, como assim era necessário. O autor do livro intitulado Engenheiro Português mostra esta verdade largamente, no capítulo 12mo do livro 8. Tomo 2º. E nem pela prática ou estilo está assim introduzido, porque não sendo os Oficiais Engenheiros compreendidos nos dos Regimentos das Tropas, são como tais ilimitadamente subordinados neste Estado à V. Ex<sup>a</sup>., que pode determinar deles o que for do seu superior agrado no exercício da sua profissão, expedindo ordens imediatamente à eles para as executar ainda depois de andarem em partes remotíssimas, pelas suas capitánias, como a mim tem acontecido nas do Maranhão, e Piauí, sem que os respectivos governadores conhecessem do modo, com que eu dava a execução às ordens dos Ex.mos. Antecessores de V. Ex<sup>a</sup>. sem embargo de eu lhes ser inteiramente subordinado como à Governadores por El Rei, e sendo eu em posto d menor gradação, mas sim somente mandando aprontar os meios necessários para a execução das mesmas Ordens com a maior eficácia, do que se seguiu fazerem-se aquelas diligências com uma quase incrível brevidade.”

“E nem esta desnecessária e absoluta subordinação que o Comandante pretende lhe tribute dentro desta mesma Capitania o Engenheiro diretor, e executor desta Fortificação é possível, ou se pode por em execução; porquanto traz consigo uma irremediável confusão, e uma demora sumamente prejudicial às Obras dela, inabilitando ao dito Engenheiro a poder exercer o próprio cargo, e satisfazer ao que solidamente importa para se reger conforme aos preceitos que as ciências prescrevem, e sem cair em erros da sua profissão, por andar sempre ocupado em pedir venias, das satisfações, e ensinar a quem não ser engenheiros não pode perceber logo o que se lhe diz quanto baste para determinar ao Engenheiro o que deve mandar fazer e obrar.”

“Antes sim a pretensão desta irracional subordinação sendo conhecida, e notória dos dois oficiais Engenheiros que de Ordem de V. Ex<sup>a</sup>. aqui

rezidem, vem a servir de incentivo, e à ser a verdadeira causa as falta da justa, e necessária subordinação, em que estão para comigo, querendo antes ser mandados pelo Coronel Comandante imediatamente do que por mim; que fico inabilitado para eles mandar coisa alguma, faltando eles aos requisitos necessários para poderem ser instruídos, e saber em que devem regularmente empregar-se para o mais acertado progresso desta Fortificação; vindo assim à fomentar esta falta o mesmo Coronel Comandante que contudo deveria cooperar com a sua maior autoridade para que eles concorressem comigo para a mais pronta efetuação destas obras, que vem à carregar inteiramente sobre dos meus ombros, sem mais outro auxílio que o dos praticantes, que são os que unicamente me ajudam. Depois da ordem de V. Ex<sup>a</sup>. dos 3 de janeiro deste ano remetida a este Coronel Comandante vão os ditos oficiais para o lugar das obras desta Fortificação quando, e como lhe parece, e ficam o tempo que querem; e se algumas vezes não são, como tem sucedido, não cuidam em fazer-me ciente do empedimento que tem para isto: E lá vão como se não fossem, porque nem antes, nem depois fazem para saber o que a cada um pertence fazer, para se ocuparem na sua respectiva obrigação; e como a Ordem de V. Ex<sup>a</sup>. não fala mais que em ir para a obra, entendem estão desobrigados de ocupar-se mas mais operações da profissão, como calcular, riscar porquanto me parece poder deduzir dos seus procedimentos. E com obrar assim, e fazer muitas vizitas, e render grandes obséquios ao Coronel Comandante julgam ter satisfeito a ao que devem; ficando este muito agradado deles, mas o Real Serviço de Sua Magestade menos bem executado; sem que eu saiba que remédio haja de usar para que as coisas vão diretas como deve ser, porque as minhas representações ao Coronel Comandante nestas materias nunca tem produzido efeito nenhum, mais que o de eu ficar envergonhado com ele, que me parece se agrada muito de ter com elas ocasião de zombar de mim, e rir-se de meus frustados intentos, por julga-los opostos talvez à as pretendida jurisdição.”

“Como Oficial militar assistente nesta praça devo eu render uma completa obediência, e subordinação a Coronel Comandante dela em tudo que respeita ao político, e militar governo; no qual ponto, parece-me que o Coronel Comandante está obrigado a não desatender,

despresar, ou ultrajar aos oficiais de maior graduação. Mas como Engenheiro, que nesta Praça executa as ordens de V. Ex<sup>a</sup>. e não do Coronel Comandante respectivas à sua Fortificação, parece-me não dever-lhe de obrigação mais que aquela subordinação, que V. Ex<sup>a</sup>. a quem todos os engenheiros deste Estado são ilimitadamente subordinados, dimitir para o dito comandante, o que até o presente V. Ex<sup>a</sup>. não tem havido por bem fazer absolutamente, ou sem reserva alguma, para não prejudicar aos importantíssimos progressos desta Fortificação.”

“Nem esta prática prejudica, ou diminue nada da jurisdição, que compete ao Coronel como Comandante desta Praça; porque ela rigorosamente não se estende, ou compreende ou compreende mais que as obras da Fortificação inteiramente acabadas, e prontas para a defença, para as mandar guarnecer com as Tropas, e não as em que os Engenheiros devem mandar trabalhar, por não estarem ainda em termos de serem guarnecidas, como no presente caso o Baluarte de Conceição, em que ainda se vai trabalhando para adiantar o seu enchimento, que ainda não há lugar a poder-se fazer os seus parapeitos, e carece da obra de pedreiro no tranzito da sua guarita, e nas banquetas próximas às suas batarias.”

“Assim entendo eu fracamente; e nesta inteligência tenha obrado, parecendo-me que tudo tinha coerência com o que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dizer-me e determinar-me aqui: porém, como eu posso entender mal; e V. Ex<sup>a</sup>. pode, pela sua ilimitadíssima jurisdição resolver, e manda tudo que for de seu superior agrado; submeto humilissimamente todos os meus ditames aos veneradíssimos preceitos de V. Ex<sup>a</sup>.; de cujas determinações ficarei esperando o remédio à estas dúvidas, e a regra inviolável das minhas operações.”

“Mas por eu entender mal, não devo ser descomposto e ultrajado com palavras injuriosas ao Character do Posto, que S. Magestade foi servido fazer-me mercê: e isto com notória publicidade, e escandalo dos meus subalternos, constituindo este Coronel Comandante a um deles oficial de suas ordens para este não permitindo intento, contra toda regularidade da militar disciplina.”

“Il<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Estou notado publicamente de atrevido por dar execução às veneradíssimas Ordens de V. Ex<sup>a</sup>., e o meu zelo de as ver prontamente executadas está notoriamente caracterizado por atrevi-

mento. Espero pois da inalterável justiça de V. Ex<sup>a</sup>. o despique da ma-afrota, e uma satisfação competente a minha ofença, visto não ter eu procedido à ação alguma nem de fato, nem de palavra, mais que a de pôr com esta humilíssima minha carta o caso na superior presença de V. Ex<sup>a</sup>. com a mais sincera, e constante verdade; por ficar eu sem a dita satisfação menos capaz de continuar a empregar-me no Real Serviço de S. Magestade, em que todos devem ocupar-se sem nota de pública infamia.”

“Esta era a ocasião, em que eu prostrado aos pés de V. Ex<sup>a</sup>. devia pedir-lhe humilissimamente que se dignasse por os olhos da sua Piedade em mim, mandando-me retirar daqui; porque totalmente me não entendo com estes dois sujeitos, o Coronel Comandante, e o Inspetor, parecendo-me que de algum tempo estão colliados para me amofinar, atrapalhar, e deitar-me na ultima desesperação; o que se não deve atribuir mais que à grande incapacidade minha para a ocupação, em que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido empregar-me, e assim, enquanto V. Ex<sup>a</sup>. se compadecer ainda de mim para me não mandar dar baixa de Real Serviço de S. Magestade era da maior minha conveniência, que V. Ex<sup>a</sup>. me fizesse mercê de tirar-me deste insufrível martírio, livrando-me de maiores princípios; não faltando nessa cidade Engenheiros de capacidade maior à minha insuficiência, nos quais concorrem todas as partes necessárias para lidar, e saber haver-se com estes dois indivíduos tão prudentes, tão desinteressados, e tão zelantes do mesmo Real Serviço. Quando eu não possa ter a precisa habilidade para substituir a ocupação de qualquer dos ditos Engenheiros, ao menos poderei ter modo de tratar de restauração da minha saúde sumamente arruinado com o socorro da minha família, de que vivo ausente quase oito anos com poucos intervalos; o que me não é possível conseguir aqui. Se os rogos mais humildades, e a instâncias mais eficazes podem impetrar da conhecida Begnidade de V. Ex<sup>a</sup>. esta tão importante graça, humilissimamente a peço a V. Ex<sup>a</sup>.; e instantissimamente para ela suplico.”

São José do Macapá, 12 de abril de 1766.

PESQUISA: MAIO/96

DOC: 05

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 53

Carta de Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Imediatamente que a continuação das chuvas, a dureza do tufo, a diminuição dos trabalhadores, e a confusão, com que são, mandadas, e aplicadas permitirem, que o alicerce da muralha do Baluarte de S. José esteja em termos suficientes; poder-se-á dar princípio à ela na conformidade das veneradíssimas Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. dos 14 do expirado Abril ; visto não duvidar V. Ex<sup>a</sup>. que a sapata da face da parte da olaria tenha a indinação de palmos  $3\frac{3}{4}$  da espalda para o angulo flanqueado, para considerável diminuição de trabalho, e notável aumento de defença; cujas duas circunstâncias poderei ter a honrra de fazer patentes à V. Ex<sup>a</sup>. se em algum tempo esta fortaleza tiver a finalidade de ser vizitada por V. Ex<sup>a</sup>.; para seu verdadeiro e único adiantamento.”

“Em os três dias de 28, 29 e 30 do passado mês trabalharam os pedreiros no revestimento do parapeito do Baluarte de São Pedro e na sua Guarita com os tijolos, que ultimamente se cozeram com dilatado intervalo, mas não chegaram eles para aquela poder-se acabar inteiramente.”

“O corte e transporte das madeiras, que todas devem estar prontas aqui até o princípio do próximo mês de agosto, anda com tanto vagar, que já me arreceio que possa faltar a Obra do Engradamento, que tanto importa vencer-se neste verão, quanto o fazer-se a fortaleza: tenho feito repetidas representações ao Coronel Comandante sobre esta matéria, mas tudo nada.”

São José do Macapá, 04 de maio de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 59

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “Finalmente no dia 9 do corrente deu-se princípio á muralha do Baluarte de S. José

no terreno alto, e firme, e ao fazer desta se acha em 3 palmos médios de altura por cima da sua sapata, e por todas a extensão da sua base.”

São José do Macapá, 25 de maio de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 60

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que teve “finalmente a suspirada felicidade de receber a begnissima carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 13 do corrente com que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dar algumas esperança de remédio às aflições em que vivo por cuja begnidade de V. Ex<sup>a</sup>., humilissimamente beijo a V. Ex<sup>a</sup>. as mãos. Porém como até a hora da partida desta canoa não tenho visto indício algum respectivo `a satisfação que eu tenho requerido, e unicamente espero de V. Ex<sup>a</sup>. pela injuria com que este Coronel Comandante me tem tão notoriamente ultrajado, fico entendendo que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem deixa-la entre aquelas providências, que V. Ex<sup>a</sup>. determina dar quando vier à esta vila.”

“Eu não pretendo outra coisa mais aquelas pessoas que principalmente foram cientes da minha afronta, como o Capitão Meninea por estar presente ao ato mandar-se dar o recado, e ainda mais o Ajudante Sambucetti, por ter sido o que levou, que entendam, e conheçam que o dito Coronel não pode em caso nenhum descompor a um Sargento Maior Engenheiro mandando-o chamar atrevido por um dos seus mesmos subalternos; e mito menos sendo pelo motivo de mandar da execução às ceneradissimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>.; porquanto sem esta satisfação parece-me estar prejudicando o Real Serviço de Sua Magestade; e eu juntamente inábil par continuar airosamente na participação da estimadíssima honrra do seu exercício.e Se V. Ex<sup>a</sup>. achar conforme à justiça o que eu pretendo, sirva-se de permitir que assim se faça quanto mais cedo for possível; porque depois de aquela descompostura, as desatenções, os chascos, e os despregos tem sido continuados, tanto do mesmo Coronel, que não fala se não com uma ufanía intolerável de forma que se já quase me não atrevo a falar-lhe, como da maior parte dos oficiais deste destacamento; verificando-se em mim aquela sentença, que afirma, que

depois de aberta a porta à primeira injúria, fica o caminho feito para todas as mais que quiserem vir atrás.”

“Porquanto às canhoneiras, estas já estão abertas; porque continuando-se? como na mesma humilíssima minha carta de 12 de Abril expuz à V. Ex<sup>a</sup>. as no fim de 2º §/ no dia seguinte ao sucesso da intriuição daquela obra, no dia 14 do mesmo mês ficaram inteiramente abertas”.

“Conheço a honra que V. Ex<sup>a</sup>. se digna fazer-me pela providência da V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem determinar-se para remédio das desobediência dos meus subalternos, e vejo quão grande efeito poderá ela produzir; porém para eu me governar direito, e obrar sem temor algum de errar, careço da decisão de V. Ex<sup>a</sup>. afirmativamente ou negativamente como V. Ex<sup>a</sup>. for servido, à respeito daqueles apontamentos, que eu tive a honra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. juntos a minha humilíssima carta de 25 de janeiro do presente ano.”

“Cuidarei em mandar logo dispor o terreno para a continuação do Engradamento do Alicerce da Muralha da cortina até o terreno sólido, se o limitado número dos trabalhadores que se acham atualmente nesta obra o permitir. Não chegam estes o poder dar o necessário aviamento para trabalhar a metade dos oficiais de pedreiros que há; razão porque a muralha já principiada, no dia 9 do corrente do Baluarte de S. José se acha somente ao fazer desta na altura de 5 palmos”.

São José do Macapá, 29 de maio de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 61

José Antonio Salgado participa, ao governador, que “vai-se continuando com o estacamento do Baluarte de São José, e ao mesmo tempo com a muralha do mesmo Baluarte de São José, e ao mesmo tempo com a muralha do mesmo Baluarte; o forno da cal de lhe deu princípio segunda feira a desenformas, e o de tijolo amanhã se lhe dá também princípio desenformar:

As desordens causadas pelo uso de aguardente em sido continuadas em os operários, principalmente o do Dia do Corpo de Deus em que

houve desgraças de facadas e navalhas em que me obrigou representar ao Coronel Comandante mandasse fechar as tavernas aos domingos.”

São José do Macapá, 30 de maio de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 66

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “é indispensável preciso que não haja descuido e demora por menor que seja no adiantamento da Obra da Fortificação trazendo satisfeito o Sargento Mor Engenheiro, por constar a V. Ex<sup>a</sup>. o tem de saboriado, pelo que me ordena V. Ex<sup>a</sup>. busque com o maior cuidado que o referido oficial seja respeitado e obedecido em tudo que dizer respeito a obra da Fortificação de que é encarregado como Diretor dela, não se lhes embaraçando as suas ordens ou disposições, e sendo a de imediatamente sujeitos os Engenheiros Subalternos, de modo que recebem as ordens do dito Sargento Mor, podendo-os prender e soltar só participando-me a prisão e a soltura que nunca lhe negarei.”(...) “Enquanto a trazer satisfeito ao Sargento Mor Engenheiro, me parece, pela larga experiência que tenho dele, ser-me impossível porque trabalhando o discurso desde o tempo que V. Ex<sup>a</sup>. saiu desta Praça pelo satisfazer a não posso mais conseguir, por ser de um gênio tão inconstante, tão variável e desconfiado, que não há meio de o contentar, na inreziável (?) vontade de conseguir maior mando, que aquele que corresponde a ação em que constituiu a ordem de V. Ex<sup>a</sup>., sofrendo com indivizível impaciência toda a jurisdição que deve ter nos operários o Inspetor, e que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra de permitir como Comandante desta Praça: Quanto aos Engenheiros Subalternos que a experiências me tem mostrados serem de uma regular conduta, bom procedimento, de boa instrução na sai Arte, tem com o maior sofrimento, tolerado desatenções de tal modo que continuamente recorrem a mim com repetidas queixas; que ouvindo-os os excita a obediência, sofrimento e moderação, com que se deu em conter no maior respeito as ordens do Sargento Mor, achando-as pontualissimamente a execução, seneficando (?) lhe por muitas vezes que assim o devem fazer o bem do Serviço se Sua Magestade; e não se alterar aquela harmonia que se deve

sempre cultivar entre os oficiais de honrra: quanto aprender, e soltar o referido Sargento Mor os seus Subalternos como V. Ex<sup>a</sup>. me ordena se observará inalteravelmente o qual por vezes prendeu os praticantes, e uma o ajudante sem motivos competentes todos a minha ordem, os quais foram soltos ouvindo o Sargento Mor, e declarando-se estarem castigados suplicando-me ele mesmo as solturas: Em fim Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Senhor, cada a minha modéstia o muito que a respeito do Sargento Mor poderia ainda narrar a V. Ex<sup>a</sup>., o que farei quando tiver a honrra e o gosto de ver V. Ex<sup>a</sup>.; e não tenho já posto o conteúdo nesta na presença de V. Ex<sup>a</sup>. porque nada tem e\causado atraso a obra da Fortificação”

São José do Macapá, 30 de maio de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 67

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “Na ocasião das presentes circunstâncias de tanta doença dos operários desta Fortificação, e diminuição deles, parece-me coisa escandalosa, centraria aos progressos dela, e totalmente oposta ao espírito das veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. o constangir-se os ditos para que trabalham nos dias Santos destinados ao justo descanso deles, nas obras dos particulares, mandando-os e obrigando-os para que este efeito as mesmas pessoas, que sendo adictas à mesma, tem de qualquer sorte que seja, algum mando sobre eles: e consando-me que alguns dos meus subordinados mandasse fazer com os ditos operários obrar deseju particular uso, e comodidade julguei sempre dever, porquanto dependesse da minha parte inbibir este procedimento, mas muito mais depis de a experiência ter mostrado evidentemente os danosos efeitos que desta prática procediam: porque mandando-se trabalhar com um número muito considerável de trabalhadores desta Fortificação nos preparos dos particulares cômodos da família de Capitão Henrique João Wilkens nos dias de 25 e 29 do passado Abril, logo no dia 26 fugiram sete Índios, o que obrigou á mandar escolta em canoa equipada com outros 7; e no dia 30 foi necessário em castigo ás pero nos pretos da Camara, pelo levante que

is sucedendo em uma grande parte deles, causando da repugnância de trabalhar, no dia 29”.

São José do Macapá, 04 de junho de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 74

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que lhe pareceu “justo e conveniente fazer cientes a estes engenheiros das superiores determinações de V. Ex<sup>a</sup>. a respeito das prisões e solturas deles (...) “À medida da novidade da providência de V. Ex<sup>a</sup>., porque os acho a todos já prontos, e quase direitos; de tal sorte que entendo, que me não será necessário usar da autoridade que V. Ex<sup>a</sup>. dignou-se atribuir ao me posto, e a minha ocupação sem merecimento da minha pessoa, que reconheço totalmente indigna se semelhante honrra.”

“No dia 1<sup>a</sup>. do corrente o Coronel Comandante / entendo por lhe ter constado logo essa minha operação / deteve-me em sua cada com uma larguíssima, e impertinente prática sobre o modo de seu haver-me, e proceder com os meus subalternos: participando-me um capítulo devo beijar humilíssimamente as mãos de V. Ex<sup>a</sup>.; como faço com o maior rendimento da minha obzequiosa obdiência: mas pelo que respeita à satisfação, dize = Ele que a satisfaça = E porquanto às prisões dos meus subalternos; dize, que a ordem de V. Ex<sup>a</sup>. encontrava uma ordenança de Sua Magestade. Ordenou-me cem tudo que lhe declarasse eu em que prisão os havia de prender; respondi-lhe que em suas casas, pelas mais vezes, mas que poderia haver caso que pedisse remete-los a Guarda Principal.”

São José do Macapá, 6 de junho de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 78

Carta de Atayde Varona, ao governador, participando que “Para o adiantamento da obra da Fortificação em que cuida afetivo desejo de conseguir quanto se faz praticável, e cabe na esfera da minha compreensão,

se necessita da mais bois para carrarem, pois havendo ao 43 juntas, e andando presentemente nove e dez carros ocupar estes na condução das matérias para a obra trabalhando 18 e 20 juntas cada dia, sem todos poderem ter ao menos o descanso de 24 horas que a experiência mostra ser preciso para a sua conservação, atendendo aos que estão doentes, e que se reduzem ao estado de incapazes por cuja razão de se ocuparem na condução dos materiais o dito número de carros, faltam os que afetivamente deviam conduzir as terras para acabar de terraplenar os dois Baluartes de Nossa Senhora da Conceição, e São Pedro; e assim toda a providência do maior número de bois de 4 até 5 anos e que não sejam de cor preta, causará grande benefício ao aterro dos ditos Baluartes.”

São José do Macapá, 07 de junho de 1766.

CÓDICE 68 (ANTIGO) E 164 (ATUAL) – DOC: 81

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “muralha no terreno firme do Baluarte de São José se acaba já 9 palmos médios de altura sobre da sua sapata; por se terem praticado os mesmos expedientes, que se usaram na do Baluarte de São Pedro, para atalhar trabalho, e abreviar tempo, e assim trabalham já os pedreiros por cima dos primeiros andaimes.”

“O engradamento para o alicerce de outra porção de muralha no terreno de mão fundo merece o maior cuidado. Já estamos batendo as estacas da cortina até o terreno sólido próximo ao Baluarte do N. S. da Conceição; que desta a uma terceira parte de todo o comprimento de entrar a reencontrar as estacas de baixo com as duas de cima; que assim que a péssima qualidade deste terreno pela maior parte desta obra; para o que é preciso um macaco mais robusto, e com Ceppo de maior peso, que se acha pronto; e somente falta pra ele duas polés de bronze”.

São José do Macapá, 07 de junho de 1766.

CÓDICE 70 (ANTIGO) E 167 (ATUAL) – DOC: 58

O Tenente Manoel de [?] participa, ao governador, que chegando a São José do Macapá lhe “sobrevio uma pequena doença de que resultou a estar alguns dias de cama e na minha convalescência saindo fora teve umas razões comigo, sem que para isto houvesse causa, Ambolina Eufrazia, descompondo-me de palavras que estavam mal a minha pessoa, tanto pelo posto que ocupo de tenente com do meu procedimento que sempre tive no Real Serviço de que resultou dar-lhe uma bengalas e chancelar de mim que se pôs em pleito de justiça (?)”

“Esta mulher ninguém a quer em casa nem que mora ao redor de gente honrrada como V. Ex<sup>a</sup>. será sabedor, e poder-se informar do Coronel Comandante desta vila acho-me afrontado, e só rogo a V. Ex<sup>a</sup>. se me dê uma satisfação no mesmo público em que me descompôs, e além disto fazer a esmola a que a não veja mais pois me não quero botar a perder, mandando-a desta vila para a vila nova de Narapucú u para onde V. Ex<sup>a</sup>. for servido.”

São José do Macapá, 24 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E (164) ATUAL – DOC: 01

Henrique João Wilkens pede, ao governador, que dispense Faustino de Araújo do serviço de Soldado para que ele possa ser o feitor de sua fazenda, pois, está “ocupado no Real serviço longe da minha casa e fazenda”.

São José do Macapá, 10 de julho de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 02

Domingos Sambucetti, Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro, participa, ao governador, que “como a minha enfermidade ma não permite pegar na pena e representar cabalmente a V. Ex<sup>a</sup>. que na presente ocasião só atenda a uma diarréia continua que há dezessete meses me aflige e que por piedade se sirva conceder-me uma licença

para nesta mesma canoa poder ir a essa cidade procurar por este meio o remédio a esta minha queixa que tanto me ameaça os dias de vida.”

São José do Macapá, 09 de julho de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 05

Atayde Varona participa, ao governador, que “Chegando a minha notícia no mês próximo passado que no destrito da obra da Fortificação se introduzia aguardente e vinho, e que ocultamente se vendia aos operários da mesma obra; e atendendo por perniciosas conseqüências que se poderiam seguir aos serviço de Sua Magestade, me pareceu mandar logo verbalmente proibir naquele destrito o uso daqueles gêneros, pena de castigo; fazendo-se todas as deligências concernentes a evitar aquele dano.”

São José do Macapá, 09 de julho de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 11

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Governo, “Agradecendo muito humildemente a V. Ex<sup>a</sup>. a honrra da sua veneradíssima carta de 25 de Junho último passado; devo representar a V. Ex<sup>a</sup>. que a harmonia entre mim, e os meus camaradas nunca se alterou / se isto sucedeu, que eu o não sei / por culpa minha, de que eu me conheça argüível. Mas se talvez eles estranharam alguma minhas advertências com que tenho obviado ao maior prejuizo que podia experimentar o real Serviço nesta Fortificação, por eles serem mal acostumados, e não quererem depender da mais suável subordinação em coisa alguma, e este é o motivo de qualquer falta desta harmonia, neste caso ela nunca se poderá restabelecer, porquanto eu nunca poderei deixar, sem ser remisso, e fato de honrra, de procurar os meios mais convenientes, para que / pelo que depender e mim / o mesmo Real Servido tenha a melhor expedição possível.”

São José do Macapá, 13 de julho de 1766.

## CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 27

Henrique João Wilkens participa, ao governador, que (...) “O Estado em que se acham os meus particulares interesses me obrigam recorrer segunda ao Ex<sup>mo</sup>. Sr. Francisco Xavier de Mendonça, para que se lembre da promessa que me fez na minha partida de Lisboa, que requerendo eu, e constando-lhe de certo que não se achava na Secretaria de V. Ex<sup>a</sup>. a carta Régia despedida em Julho de 1761, me atenderia, vieram as ditas cartas para passar a Sargento Mor o Capitão Gaspar Gerardo Gronfeldt, e a Capitães os Ajudantes Henrique Antonio Gallucio, Manoel Guedes, em virtude de um Decreto que baixou para estes e também para mim em 10 de junho de 1761, cuja Cópia conserva: mas por esquecimento dos oficiais da Secretaria, e pouca fortuna minha vindo cartas Regias para os 3 primeiros dirigidas ao Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>., não veio para mim, não cooperando para esta remessa diligência alguma deles, nem para ser esquecido descuido meu, para não perder a antiguidade e quatro anos do soldo imploro a piedade do Ex<sup>mo</sup>. Sr. Francisco Xavier e valho-me do Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. para que em atenção de eu estar ocupado no Real Serviço, ainda que conheça a minha inutilidade, à família, e aos empenhos que tenho V. Ex<sup>a</sup>. se digne recomendar-me e este requerimento à lembrança do dito Sr. pois com esta mercê, e a justiça que me assiste errou certo do bom despacho da minha pretensão, pretensão; prostado aos pés de V. Ex<sup>a</sup>. peço este favor e esmola que só pode tirar-me do disarancho em que me vejo, e juntamente peço o perdão do meu atrevimento, ainda que parece bem natural recorrer um necessitado a quem saba lhe de valer, querendo.”

São José do Macapá, 19 de setembro de 1766.

## CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 39

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Vão à superior presença de V. Ex<sup>a</sup>. os Desenhos da porta desta Fortaleza com a relação do que deve vir do Reino no próximo ano para a sua fabricação; e justamente a Planta do Estado desta Fortificação. Em o dia

6 do corrente poder-se há dar princípio a muralha do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus. digno-se V. Ex<sup>a</sup>. de compadecer-se da minha insuficiência, e de haver-me sempre debaixo da sua poderosa proteção”.

São José do Macapá, 02 de outubro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 46

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “As providências do Ministério de Sua Magestade parece que antevem os cuidados de V. Ex<sup>a</sup>. pela remessa da Artilharias, com cujo aviso V. Ex<sup>a</sup>. é servido honrar-me. Permita-me V. Ex<sup>a</sup>. de dizer o que francamente entendo nesta matéria; parece-me algum tanto intempestivo e remeter logo para cá um tão considerável número de Peças antes que haja um lugar fecado nesta Fortificação, em que elas possam citar-se: temos exemplos de semelhantes materiais terem atentado a cobiça de vizinhos ainda bem intencionadas, por parecer-lhes eu os podiam adquirir sem muita registência.”

“Na noite do dia 8 para 9 do corrente caiu aqui tanta chuva contra o comum dos mais anos, que encheu-se outra vez de água o lago e alicerce baixo de são José que se achava quase inteiramente seco; e o mesmo repetiu na madrugada do dia 10; e sorte que já vão as esperanças de sacar aquele tronco que apareceu dentro do mesmo alicerce no passado Ano. No qual caso deve-se com os socorros da arte suprir aos defeitos da natureza, unindo aquele intervalo com um arco de tijolos para sobre deles levantar a muralha que não ficará menos segura, se V. Ex<sup>a</sup>. assim houver por bem.”

São José do Macapá, 11 de outubro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 53

Henrique Antonio Gallucio participa, ao governador, que “Toda a sapata da muralha do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus ficou inteiramente igualado de alvenaria no dia 18 do expirado mês de Outubro,

e até dia 28 do mesmo ficou com uma fiada por cima, de altura de 3 palmos, da cortina contigua ao Baluarte de São José até 5 braças além do ângulo flanqueado, e não passa mais adiante por falta de pedra. O engradamento do alicerce da muralha baixa do nomeado Baluarte de São José ficou maciçado do alvenaria, e tijolos até às últimas travessas pela metade da porção da Cortina, e por todo o flanco no dia 29 do mesmo mês, tendo-se dado princípio à esta obra no dia 17. E esta-se lidando com todo o cuidado para conseguir o mesmo na face. Também se acha feito desde o dia 23 o novo Telheiro para depósito, e amassadouro do cal cituando entre as rampas dos dois Baluartes acima declarados: que é o que se-pude conseguir com a maior aplicação dos poucos operários eu há nesta Fortificação.”

São José do Macapá, 1º de novembro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 54

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Governador.

“Pelos especialíssimos favores, com que foi V. Ex<sup>a</sup>. servido fazer mercê à minha família, chegou felizmente à esta vila no dia 5 do corrente, de que me reconheço sumamente obrigado à V. Ex<sup>a</sup>., assim como do Despacho para as minhas assistências diárias, as quais parece-me dever eu perceber por todo o tempo que aqui estou, por sempre ter axistido a cláusula da minha Patente, sobre de que o provedor funda a sua informação: Espero da benignidade de V. Ex<sup>a</sup>. alguma declaração do deu maior agrado este particular, para saber se devo, ou não fazer requerimento a este respeito. E pelo Serrão fico experando com alvoroço os Instrumentos Matemáticos.”

“E por tantas e tão distintas mercês de V. Ex<sup>a</sup>. protesto a V. Ex<sup>a</sup>. infinitas e perpétuas obrigações, rogando a Deus felicite a V. Ex<sup>a</sup>. todos os desejos da sua virtuozissima vontade, e beijando humilissimamente à V. Ex<sup>a</sup>. mil vezes as liberais mãos.”

São José do Macapá, 10 de novembro de 1766.

## CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 54

Carta de Nuno da Cunha de Atayde Varona, ao governador, Atayde Teive, participando que “O tenente Carlos Jemaque de Albuquerque, que conduziu a esta praça sua irmã, mulher do Sargento Mor Engenheiro; e que chegou a 5 do corrente mês de volta a essa cidade na presente data me comunicou a perplexidade com que se achava de fazer a deligência de prender ao Castelhana que aqui cruelmente e de caso pensado matou ao auxiliar Jerônimo da Silva, declarando-me ignorar o cítio em que mora no Rio Paruaú”.

São José do Macapá, 11 de novembro de 1766.

## CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 59

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Na mais oportuna ocasião chegaram os carpinteiros, e os aviamentos de que necessitava esta Fortificação, por estar já vencida a Obra do Engadamento do Alicerce do Baluarte de São José, mediante expediente do arco de tijolos que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem aprovar, de cuja segurança se não pode duvidar = ficamos assentando os pranchões pó cima da últimas travessas já igualadas de tijolo groço, e alvenaria, para brevemente formarmos por cima deles a sapata de muralha deste baluarte, cuja julgo dever-se continuar sem discontinuação alguma até unir-se com a do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se tudo ao mesmo tempo a Cortina intermédia, para maior adiantamento da obra, se assim for do agrado do V. Ex<sup>a</sup>.; e porquanto as casas da habitação de V. Ex<sup>a</sup>. obrarei o que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honrra de determinar-me.”

“Nas vagas dos pedreiros por falta de pedra, e ainda trabalhando lês com os rapazes trabalhadores tenho mandado dispor o terreno em que há de ficar o ante-fosso no terreno baixo pela parte do lago somente mediante uma superficial escavação, para a seu tempo tirar-se daí a terra necessária para o enchimento do dito Baluarte de São José antes que os efeitos do invernos impossibilitassem esta operação, sem bulir na outra metade da parte do mar, que não é sujeita à sujeita à esta circunstância”.

“A muralha do Baluarte de Nossa Senhora madre de Deus se acha muito atrasada por falta de pedra, cuja morosa condução não dá lugar à puder-se trabalhar nos dois Baluartes ao mesmo tempo; à cujo respeito era sumamente necessária alguma providência de V. Ex<sup>a</sup>. para que houvesse maior número de canoas neste tão importante para V. Ex<sup>a</sup>. achar a esta Fortificação no seu adiantamento, em que deve estar no ano próximo futuro.”

“Chegaram felizmente os Instrumentos Matemáticos com uma leve danificação somente, e nesta ocasião escrevo aos administradores pedindo me mandam a sua carregação para conhecer a razão de excessiva exorbitância de seus importantes, pois tenho toda a certeza que o primeiro dinheiro com que se vendem em Inglaterra é, pouco mais, ou menos, uma oitava parte do que me vem carregados; e também peço aquela Instrução, que eles me escreveram vinha com eles e de que ainda não estou entregue. Beijo repetidamente as mãos de V. Ex<sup>a</sup>. portanto favor, e pela recomendação da remessa dos ditos.”

São José do Macapá, 18 de novembro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 67

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pelo aviso da próxima remessa dos calceles, com que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido honrar-me por sua veneradíssima carta de 4 do corrente vejo as esperanças que pode ter o adiantamento desta Fortificação, cujas obras parecem presentemente mas mortas do que vivas, principalmente por falta de um abundante transporte de pedra.”

“A muralha baixa do Baluarte de São José que unicamente se pôde por intervalos trabalhar-se acha em altura de palmos por cima da sua sapata, na Face, e no Flanco, está o Engradamento ainda à vista.”

“A escavação do Ante-fosso com que se vai aterrando a mesma muralha está aprofundida 4 palmos; e agora mostra aquele terreno / que é o do lago / não ser praticável a comunicação marcada 24. na segunda Planta, obrigando à torcer o Caminho da vila para a porta da Fortaleza por fora da Esplanada da Meia lua, com na primeira Planta ; e para isto deve-s fazer logo uma limitada Ponte na borda exterior do mesmo An-

te-fosso no prolongado da Capital do Sobremencionado Baluarte antes que o inverno impossibilite a sua execução, cuja obra fica recompensada com a omissão da sobrerreferida comunicação.”

São José do Macapá, 19 de dezembro de 1766.

CÓDICE 71 (ANTIGO) E 168 (ATUAL) – DOC: 68

Carta de Atayde Varona do Governador, participando que “A interessantíssima obra da Fortificação continua, a meu ver, enquanto permite a força dos operários; e estou persuadido que todos estes militares que nela tem destino contribuem cem eficácia para o seu adiantamento, particularmente o hábil Sargento Mor Engenheiro e o Sargento Antonio José Pinto, vivendo todos ao que me parece em boa harmonia e subordinação que a cada um lhe respeita.”

“No Baluarte de São José se continua a obra de alvenaria, a porção da que transportam oito canoas, que a falta deste material, tanto apesar meu, obriga a pararem os pedreiros; e não continuarem igualmente no baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus.”

São José do Macapá, 20 de dezembro de 1766.

CÓDICE 75 (ANTIGO) E 173 (ATUAL) – DOC: 01

O Provedor da fazenda da Vila de Macapá, Manoel Gonçalves Meninea participa, ao governador, que “junto à Fábrica das madeiras que se cortam para a ora da Fortificação tenho os dois pescadores que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra conceder; a cortar os principais esteios para as casas que pretendo fazer, e com eu não tenho o número de ;indos que são precisos para os conduzir, pretendo que V. Ex<sup>a</sup>. lembrando-se do Estado em que se acha a minha família, se sirva conceder-me licença para que em cada viagem que fizer a canoa que conduz as madeiras, que se gastam no Baluarte São José se embarquem 4 daqueles paus; pois não tenho outro meio de os haver.”

São José do Macapá, 9 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 75 (ANTIGO) E 173 (ATUAL) – DOC: 15

Manoel Gonçalves Meninea participa, ao governador, que “as 60 calcetas que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido mandar para a obra da Fortificação; logo se lhes deu em trabalhar, a cuja obra é continua a minha assistência”.

Macapá, 08 de maio de 1767.

CÓDICE 75 (ANTIGO) E 173 (ATUAL) – DOC: 62

O Provedor Comissário de Vila de Macapá, Francisco Afonso da Costa participa, ao governador, que remete a relação dos gêneros que se despenderam da Fazenda Real com os operários da Obra da Fortificação de novembro de 1771.

327 paneiros de farinha

125 arrobas e 3 libras de vaca fresca

320 arrobas e 2 libras de carne seca do sertão

50 arrobas e 15 libras de peixe boi

São José de Macapá, 16 de dezembro de 1771.

CÓDICE 75 (ANTIGO) E 173 (ATUAL) – DOC: 100

Carta de Francisco Afonso da Costa, ao governador, participando que “Não é intento Ex<sup>mo</sup>. Sr. avivar a V. Ex<sup>a</sup>. a mágoa do justo sentimento que o acompanha, se não pedir-lhe que queria repartir essa dor para que fique mais diminuída a pena! Bem sei que para ter lugar nesse merecimento me faltam aquelas qualidades que tanto resplandecem na pessoa de V. Ex<sup>a</sup>., e que para lhe servir de alívio àqueles motivos tão naturais, que a consideração lhe estará ditando, de não ter a felicidade de ver a Exma. Senhora Dona Juliana Maria Caetana de Noronha Sua Mãe, me seriam preciosas para a eficácia das expressões, aquelas virtudes que adoravam tão excelente Senhora; e só assim poderia persuadir a V. Ex<sup>a</sup>., debaixo daquela sinceridade com que deve vir a sua presença, que foi Deus servido tira-la desta vida para mais cedo gozar da bem aventurança,

onde V. Ex<sup>a</sup>. terá uma perpétua oradora para lhe conseguir as felicidades temporais e os meios mais seguros para o eterno descanso.”

São José de Macapá, 17 de agosto de 1772.

PESQUISA: JUNHO/96

DOC. 06

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 06

Carta de Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Animado pelas benigníssimas expressões da Carta de V. Ex<sup>a</sup>. dos 19 do expirado Dezembro Remeto nesta ocasião o meu requerimento para ir à presença de V. Ex<sup>a</sup>. de cuja generosidade, e grandeza espero todo o melhor Despacho que couber na boa Razão, e justiça parecendo-me que o Dor Provedor da Fazenda Real não se oporá a tão evidentes luzes.

Os Índios Calcetas que vieram vão se ocupando na melhor forma possível, e já começa a obra a tomar outro aspecto.

O Engradamento da Muralha baixa do Baluarte de São José está inteiramente cuberto, e no Flanco estão assentadas as pedras da sua sapata, e vai se continuando o alicerce da muralha da Cortina até unir o dito Baluarte com o de Nossa Senhora da Conceição, visto V. Ex<sup>a</sup>. me não ter determinado o contrário depois da minha humilíssima Carta de 18 de Novembro de 1766 até o presente e a obra não admitir maior dilação”.

São José do Macapá, 04 de janeiro de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 07

Carta de Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Pelo espírito da veneradíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 4 do corrente fico entendendo que V. Ex<sup>a</sup>. há por bem que se faça a Comunicação desta Vila para a Fortaleza por fora de toda a sua Fortificação, como eu tinha projetado

na minha primeira Planta; o que me parece mais conveniente à defença, além de encontrarem-se as impossibilidades da execução no terreno para a outra por dentro, como representei a V. Ex<sup>a</sup>.: pelo que mandarei logo fazer a Ponte necessária.

O Baluarte de São José já se acha unido ao de Nossa Senhora da Conceição pela continuação da Sapata da Muralha da Cortina que medea dentre estes dois Baluartes. O Revestimento da gola do mesmo Baluarte de São José em que está a sua Rampa, e a que se deu princípio em 22 do mês de Dezembro último passado, ficou acabado no dia 15 do corrente.

A Cal do Reino que se acha no Telheiro mostra uma sensível diminuição; pelo que se carece da providência para que não falte este tão necessário material.

Não sei como saberei responder dignamente e como devo ao último parágrafo da mesma benigníssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. Pela grande honrra que faço, e tenho em dar cumprimento a todas as ordens de V. Ex<sup>a</sup>.: e pelo eficazíssimo desejo de merecer o agrado de V. Ex<sup>a</sup>. farei os maiores esforços possíveis / e não já por outro motivo algum de baixo, e vil interesse / para conseguir a Remessa a V. Ex<sup>a</sup>. do Mapa Geral do Estado, não obstante o continuado onus desta Fortificação; visto fazer-me V. Ex<sup>a</sup>. a distintíssima honra de declarar-me tão benignamente o seu gosto neste particular; porém não posso deixar de patentear a V. Ex<sup>a</sup>. o grande areceio que eu tenho de não poder alcançar esta por mim muito dezejada felicidade atendendo à incapacidade das casas em que moro para isto, e a falta daque vigor de saúde, que semelhantes obras requerem percedida principalmente da dos alimentos de que a minha debilitadíssima saúde carece, e não pode ter aqui constantemente; além de viver eu com um animo triste desgostoso, e amofinado. Se coubesse no possível o puder de V. Ex<sup>a</sup>. dar-me uma certeza de que acabado o tal Mapa eu iria leva-lo pessoalmente a V. Ex<sup>a</sup>. para nunca mais ver o Macapá parece-me que de tanta alegria se me encheria o espirito, que adquirindo novas forças, e estas comunicando-se a todos os mais membros do corpo, talvez poderei eu executar o que agora quaze julgo impossível”.

São José do Macapá, 20 de janeiro de 1767.

## CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 09

Atayde Varona participa, ao governador, que lhe foi entregue “o preto de José da Costa, oficial de pedreiro, que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem mandar em ferros; do qual tomou entregue a justiça por haver aqui intentado o dito preto, com uma nunca vista ousadia, forçar a mulher de José da Silva, que em calceta está cumprindo o seu degredo no trabalho da obra da Fortificação (...) por ir uma noite deitar-se com a dita mulher dizendo ser o alferes Antonio Roberto de Mare”.

São José do Macapá, 20 de janeiro de 1767.

## CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC: 10

Carta de Atayde Varona, ao governador, participando que “Cuidadosamente prossegue a Obra da Fortificação na muralha do Baluarte de São José, e na sua cortina até ao Baluarte de Nossa Senhora da Conceição, como também nos cortes das terras, e igualmente na grande caverna que deve servir de segurança e alongamento aos calcetas, os quais até aqui tem prestado bom serviço e lhe não tem sido possível escaparem-se, ainda que vão adoecendo bastantes; sobre eles vigio tanto no seu bom trato, como no seu curativo e segurança, ao fim de os conservar como tão uteis e necessários à Fortificação”.

São José do Macapá, 20 de janeiro de 1767.

## CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 13

Carta de Henrique Antonio Gallucio, a Governador, participando que “Atualmente estou lidando na dedução dos elementos mais necessários pelas clarezas que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honra de remeter-me, ao mesmo tempo que vou fazendo as mais eficazes disposições para a execução das Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. respectivas ao Mapa Geral do Estado.

O Praticante Florêncio Manoel de Bastos, que poderia ajudar-me em alguma coisa neste trabalho, se acha tão indisposto, que havendo

respeito ao seu temperamento me areceio possa cair em uma thizica, se logo se lhe não acudir com o trato mimoso de uma cura regular, cujo não pode ele ter aqui.

Vejo quão mais avultadas fiquem minha obrigações para com V. Ex<sup>a</sup>. pelo que toca no requerimento do Habito, de que beijo V. Ex<sup>a</sup>. humilísimamente as mãos.

Já nada mais poderá retardar o acelerado progresso desta Fortificação depois da completa providência dos calcetas, se não for o transporte da pedra, para o qual devíamos ter 12 canoas grandes efetivamente.

Estou mandando dar princípio à Porta falsa da Cortina que medea, entre os dois Baluartes de Nossa Senhora da Conceição e de São José, para o que são precisos alguns quintais de ferro e de Xumbo.”

São José do Macapá, 04 de fevereiro de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 21

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Govenador, participando que “As honra e mercês que V. Ex<sup>a</sup>. é servido de juntamente distribuir-me sem algum merecimento meu são efeitos proporcionados à grandeza da liberdade de V. Ex<sup>a</sup>. que me constituem devedor a V. Ex<sup>a</sup>. e à sua incomparável benignidade de umas tais, e tantas obrigações, cujas nunca poderei satisfazer como merecem. Deus dê a V. Ex<sup>a</sup>. o prêmio condigno à tanta virtude, e a mim aclare-se entendimento para não ser ingrato a tantos favores.

Para suprir a falta do Praticante que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem permitir que fosse a essa cidade buscar o remédio a sua queixa; enquanto se detiver nela, era muito preciso que viesse outro, para que não aconteça o que já tem sucedido no passado mês de Fevereiro, de ficar a obra da fortificação sem nenhuma, por terem adoecido no mesmo tempo os dois que aqui ficam.”

São José do Macapá, 13 de março de 1767.

## CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 36

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, “Agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>., como devo, a honrra, que se digna fazer-me pela sua benigníssima carta de 15 do expirado mês; fico muito certo de necessidade que a obra desta fortificação tem para ser adiantado quanto for possível; de cuja verdade me persuado indubitavelmente por dois motivos fortíssimos; primeiramente por V. Ex<sup>a</sup>. me fazer a honrra de assim me certificar; em segundo lugar porque estando já esta fortaleza em um grau de adiantamento que pode dar ciúmes aos vizinhos que forem mal intencionados, convém agora mais que nunca concluir a sua fatura com toda a pressa, em um instante se for possível.

A muralha continuada do Baluarte de São José até ao de Nossa Senhora da Conceição por fiadas de nível se acha feita, e aterrada na altura de 15 palmos por baixo do cordão, faltando assim estes tantos palmos de altura para chegar a ele. A porta falsa, ou comunicação da cortina está feita; e a ponte, e o caminho por fora da Fortificação servindo, e a metade do contrafosso para a parte do Mar principiado a abrir-se.

Isto, que tudo se fez em pouco mais de 6 meses, havendo respeito do tempo das chuvas, e a pouca gente com que se fez; não é pouco; porém refletindo ao que resta para fazer, verdadeiramente não é coisa alguma.

O meu zelo e a minha eficácia, que não são nada na consideração do que devo por pouca obrigação minha, não podem, nem poderiam ainda que fossem grandíssimos, efetuar coisa alguma sem os superiores providências de V. Ex<sup>a</sup>., a cuja comparável eficácia tudo se deu e todo dela depende.

De alguma extraordinária Providência pois, e proporcionada a grande precisão do caso presente, que V. Ex<sup>a</sup>. se sirva das sem dilação, espera esta obra o seu pronto e oportuno cumprimento. E no entretanto ao menos são permita V. Ex<sup>a</sup>. que a dos calcetas, com que esta obra concebeu grandes esperanças, pare no seu princípio; porque dos que vieram ficam já muito poucos.

Digne-se V. Ex<sup>a</sup>. de aceitar em boa parta esta minha humilde, sincera, liza representação necessária ao Real Serviço de Sua Magestade Fidelíssima e às recomendações de V. Ex<sup>a</sup>. e execução de seus venera-

dissimos preceitos; havendo-me sempre debaixo do seu patrocínio, e honrando-me com as suas ordens”.

São José do Macapá, 02 de maio de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC. 39

O Sargento Antonio José pinto participa, ao governador, que “será constante o cuidado e zelo com que aplico todos os trabalhadores desta importantíssima obra a qual se aumenta a cada dia. O Baluarte de São José tem vencido a sua maior dificuldade que em nove de maio de ano de 1766 de lhe deitou a primeira pedra e hoje se está corrida a cortina e atada em o Baluarte da Conceição com vinte e quatro palmos de altura da muralha em o angulo da cortina fora da sapata cujas fiadas correm perto da porta falsa e os tocos se vão aumentando e aterro tudo com cuidado devendo-se estas deligências a visita que V. Ex<sup>a</sup>. fez a esta Praça em Agosto próximo.

Os bois do trabalho desta obra são 92 e também tiveram fortuna, pois, só morreram oito desde que V. Ex<sup>a</sup>. chegou até o dia de hoje.

Os rapazes índios vão trabalhando, e a eles se deve a maior parte do trabalho, porque tudo fazem com cuidado e até descarregam a maior parte das farinhas que vem dessa cidade e estão muito bem nutridos e crescidos. Eu os mandei confessar por dezhobrigação (?) da quaresma e fui o primeiro que lhe dei este espiritual trabalho e em Macapá primeira vez”.

São José do Macapá, 07 de maio de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC: 42

Carta de Henrique Antonio Gallucio, a governador.

“Humilissimamente beijo a V. Ex<sup>a</sup>. as mãos pela honrra que V. Ex<sup>a</sup>. se digna fazer-me com estrema demonstração da sua incomparável benignidade participando-me por sua veneradíssima das Capitancias do Maranhão, e Piauí.

Não há dúvida que esta Obra perceberá algum adiantamento por esta tão eficaz providência; mas como estes são homens presos, e metidos em ferros. Que lhe não permitem o inteiro uzo dos membros, com toda aquela agilidade, de que o autor da natureza dotou ao humano indivíduo; nunca ela poderá experimentar todo aquele pronto progresso, de que mais necessita, na ocasião presente, sem um suficiente número de trabalhadores soltos, sobretudo índios, que a experiência tem mostrado serem a alma, e o espírito todo da expedição dela; principalmente não querendo o Coronel Comandante convir, nem uniformar-se, para que não alguns índios Calcetas nas canoas da pedra, para assim permanecerem alguns soltos nesta mesma Obra.

A muralha da face do Baluarte de São José, que tem em si o Arco de tijolos tem mostrado uma levíssima racha na sua alvenaria proximamente a ele, e pela parte do Angulo flanqueado. Ainda que por hora se não possa conhecer com certeza a verdadeira cauza deste efeito, contudo eu na deixo de persuadir-me, que as chuvas do inverno introduzidas inteiramente pela muralha abaixo antes de o seu aterro estar com uma suficiente pendência para o meio do baluarte tenha feito ceder um indivisível a resistência do fundamento, em que assenta o pé do Arco, que fica daquela parte. Mandei rebocar a racha, para conhecer se continua a abrir; e não indo a mais, não é coisa que mereça cuidado algum.

Mas para obviar às conseqüências todas deste incidente, ainda na suposição do aumentar-se esta insensível abertura, e para cautela, e inteira segurança da muralha, que há de ir pó cima, deve-se fazer um segundo Arco de diâmetro maior do primeiro logo que em cima da fiada contigua, que será abatido, por o não permitir a semicírculo a pouca altura de 15 palmos que ficam até o Cordão. E como a Obra não está e termos de admitir dilações, mandei dar princípio logo a este Arco, para acabar-se a seu tempo, se V. Ex<sup>a</sup>. não mandar o contrário.”

São José do Macapá, 07 de maio de 1767.

Carta de Henrique Antonio Gallucio, a governador, participando que “Pela veneradíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 19 do passado mês de maio devo agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. a boa opinião, que V. Ex<sup>a</sup>. se digna fazer da minha insuficiência, como faço himilissimamente com esta, ainda que eu conheça que tudo é feito da conhecida benignidade de V. Ex<sup>a</sup>. não sendo digna nem merecedora da coisa alguma a minha fraca incapacidade.

Estas e outras finezas da primorosa chemencia de V. Ex<sup>a</sup>. me (danificado) a dizer alguma coisa da muito que me não atrevo ainda a dizer a maior utilidade da Obra desta Fortificação. Se fosse do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. ouzar da sua clemência para com os trabalhadores, que vieram da capitania do Piauí, vista a grande necessidade de alguns soltos nesta Obra, parece-me que não haviam de fugir, por serem uns homens que não sabem pegar em um remo; por outro tanto não respondo para o que vieram da do Maranhão.

Para neste ano ficar fechado a praça como V. Ex<sup>a</sup>. declara, era necessário trabalhar na fatura na Muralha do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus as mesmo tempo que se trabalha na de São José, e Cortina, que o une com o de Nossa Senhora da Conceição; mas como o vagaroso transporte da pedra na deu lugar a isto, fica sendo impossível a execução do que se tinha progetado. Faltam presentemente três fiadas para estar na altura do Cordão toda aquela extensão de muralha que fecha a praça da parte da Vila, e que compreende todo o âmbito do Baluarte de São José, e a Cortina sobrerreferida, e pelo que a experiência tem mostrado, gastar-se-ão 28 dias, vindo pedra maior expedição, em cada uma, e assim por todo o próximo Agosto poderemos estar assentando as pedras do Cordão, e par (... Danificado) porção de muralha, ao mesmo tempo que pegando outra vez na do Baluarte da madre de deus já principiada irá levantando-se e por todo este Ano poderá estar muito próxima a sua conclusão; porém a Cortina que une os dois Baluartes ultimamente mencionados, e no que vai a Porta da fortaleza, já neste Ano se não pode fazer.

Pela tão conhecida e grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. digne-se V. Ex<sup>a</sup>. de permitir um desafogo a minha sinceridade, revelando qualquer expressão minha

acertada. Enquanto se não puder executar de duas coisas uma, isto não (... danificado) direito, e todos os projetos h;ao de sair (... danificado) vem a ser que para esta obra ter todo aquele maior progresso, que V. Ex<sup>a</sup>. pretende, ainda a proporção dos limitados meios que há para isto, era necessário ou que V. Ex<sup>a</sup>. pudesse assistir 6 meses todos os anos ou mandasse V. Ex<sup>a</sup>. vir para cá um engenheiro de que V. Ex<sup>a</sup>. fizesse toda a confiança, e achasse nele a devida capacidade para ser juntamente Comandante, desta Praça enquanto se trabalhar na sua Fortificação. Este é o sistema adotado pela Casa de Áustria em ocasião e fabricar Fortalezas novas; e este é o que havia de pôr nesta Obra no seu maior adiantamento. Enquanto V. Ex<sup>a</sup>. está aqui eu sou o Engenheiro (...Danificado) Fortificação, pela honra que V. Ex<sup>a</sup>. me faz; indo-se V. Ex<sup>a</sup>. a pouco, a pouco vão esquecendo as insinuações, e providências de V. Ex<sup>a</sup>., a soberba, e a vaidade entra à atropelar tudo, e eu fico fazendo o papel de pateta, aturando quantos querem atrever-se, e entrometer-se no que não entendem, até o Sargento Mor Antonio José Pinto agora, prevaricando do antigo procedimento atrapalha esta Obra ao mesmo tempo que cuida aumenta-la; diz publicamente que ele também é Engenheiro; que ele só basta para esta Obra, e que sem ele ninguém a pode fazer; dezatende e embaraça aos Praticantes que executam as minha Ordens, e até a mim dá lições, e conselhos, criticando publicamente as minha determinações, e dizendo que era melhor obrar-se diferentemente. O pior de tudo é que a mim já vai faltando paciência para sofrer a tantos, e tamanhos ignorantes e impertinentes indivíduos.

Para que a providência das Calcetas não possa produzir o maior benefício a esta obra, introduziu-se de novo um sistema oposto ao fim primeiro para que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido remetê-los, e consiste em mandar retirar os Calcetas da (...?) pelas 5 horas da tarde além de virem tarde pela manhã: proximamente pelos chamores meus, tem-se reformada esta disposição tirando-se pelas cinco e meia.”

São José do Macapá, 08 de junho de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC: 50

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Por todos os motivos da obrigação, e da gratidão julgo não poder deixar de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. uma noticia que nos passados dias adquiri

No passado mês de maio, de noite, em as casas em que mora o cabo de Esquadra Fortunato José Lopes, estando presentes o mesmo, e Veríssimo da cunha, Irmão do Coronel Comandante desta Praça, também Francisco Jacob do Rio, familiar do meso Coronel, sucedendo nomear-se ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Francisco Xavier de Mendonça Furtado; o cabo de Esquadra Manoel José Valadão teve a ousadia de pronunciar as seguintes palavras: Esse homem está à dependura = e perguntado porque dizia isto, respondeu que quando chegasse o Galião se veria a razão de seu dito. Mas sendo depois instado particularmente pelo mencionado Francisco do Rio, dize-lhe que isto era porque o Sn<sup>f</sup>. Conde do Oeiras estava fora da graça de S. Magestade. Do mesmo Francisco do rio soube tudo isto”.

São José do Macapá, 08 de junho de 1767.

CÓDICE 76 (ANTIGO) E 174 (ATUAL) – DOC: 52

Carta de Antonio Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Depois de ter participado a V. Ex<sup>a</sup>. incidente da racha da muralha do Baluarte de São José, não tem esta aberto mis nada até o presente; porém da outra pare que fica para a espalda tem mostrado outra semelhante. Na conformidade da aprovação de V. Ex<sup>a</sup>. por sua carta de 23 de maio, nesta semana se dará ferros (?) ao Arco do alto da mesma muralha para ocorrer à todos os inconvenientes possíveis acidente”.

São José do Macapá, 10 de junho de 1767.

## CÓDICE 77 (ANTIGO) E 175 (ATUAL) – DOC: 110

Carta de Antonio José Pinto ao Governador.

“Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. inclusos, dois mapas, um dos rapazes e outro dos presos em calcetas trabalhadores, dos quais seu administrador das rações e prontificações do trabalho que me disse o Sr. Coronel. Era ordem de V. Ex<sup>a</sup>. e lhe seguro que é uma das coisas que mais me mortificam pela razão das carnes e indignidades delas para satisfazer a homens presos com ossos secos e mirrados em carnes salgadas; porém Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>l</sup>., não me aburreço do trabalho, só sinto que por esta causa tenha eu alguma moléstia.”

São José do Macapá, 26 de junho de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 03

Carta de Atayde Varona a Atayde Teive participando que “Prossegue a utilíssima obra da Fortificação quanto permite a força humana, achando-se já nas muralhas de uma das cortinas e ângulo saliente do Baluarte de São José, assentadas as primeiras pedras de bolla das gurita da mesma cortina e ângulo.

Estes trabalhadores destinados a mesma obra, e mais individuos que nela tem destino e percebem ração diária, os tenho socorrido com meia ração de farinha de 27 de Junho próximo até a presente data dobrando-lhe a de carne e peixe quando cabe no possível, e quando as quantidades a não permitem sempre tem sido fornecidos com meia de mais di peso da ordinária ração.”

São José do Macapá, 18 de junho de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 10

Antonio José Pinto participa, a Atayde Teive, que “Por que ter achado muitas vezes os operários todos sem ter em que trabalhar por não aparecerem os Praticantes na obra que dirigem o trabalho infinitas

vezes mandei pelos Sargentos da Fortificação dar esta parte ao Coronel e Sargento Mor Engenheiro: e por esta razão sei certamente que não pode ver assistir na obra, por ele me não cortejar como costumava, e ter-se havido comigo em desconfiança por eu observar as ordens de V. Ex<sup>a</sup>. e do Coronel aplicando os operários no trabalho quando eles se detem, sem trabalhar pela confusão das ordens do Dito . Manjor (?) distribuídas a mais de um praticantes, sem que possa haver desconfiança em mim por outro motivo, e é tão desconfiado que prozume em uma amizade recíproca que sempre conservei com todos esta Engenheiros e Praticantes; aos quais passou por ordem que não faltassem comigo, causando grande escândalo a todo esta povo, e chegou a prender por este motivo ao Praticante José Pinheiro; asseverando-me que por esta amizade pretendo que eles me dêem o risco ou mapa da fortaleza sendo esta prezunção muito em contrário ao que eu tenho ocupado, os ditos que é os mapas da pedra que eu sempre dirigi par a obra; e dos rapazes ; e calcetas que tenho mandado a V. Ex<sup>a</sup>. e nem em mim pode haver semelhante prezunção que o que eu quero e desejo é ver esta importantíssima Fortificação completa com toda a brevidade possível e por isto aflijo incansávelmente todos os dias e minha parte das noites é público.

E como me aseguram que o dito Manjor diz que metade destar a perder e eu o vejo com grande amizade para com o Capitão Inspetor fazendo estas assembléias particulares em sua casa indo o dito capitão recebe-lo junto com os praticantes quando chega a obra e varias desatenções que tenho recebido por cuja razão.”

São José do Macapá, 10 de agosto de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 16

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “O Praticante Engenheiro José Pinheiro de Lacerda tendo dado motivo a que muitas pessoas certificassem em como ele entregava ao Ajudante da Cavalaria Antonio José Pinto alguns riscos das Fortificação; pareceu-me ser da minha obrigação o averiguar a verdade da semelhante matéria. As pessoas que isto afirmam são três oficiais de pedreiros; à dizer Ma-

noel Esteves de Araújo, Antonio José Lisboa, Francisco Alzo Cayero, e mais o Ilhéu João Ignácio, que alegara ao preto Joaquim escravo do mesmo Antonio José Pinto.

Como esta matéria é tão séria pelas suas conseqüências, merecia que se procedesse nela com algum rigoroso exame, prendendo ao mesmo tempo à ambos cúmplices, e dando busca aos papeis deles para vir no certo conhecimento da qualidade de tais riscos. Mas como o Coronel comandante a quem se participei tudo individualmente antes de prender à José Pinheiro, não procedeu a coisa alguma para com Antonio José Pinto, antes me pareceu zombar da minha credulidade; e pela outra parte com os exames que eu pude fazer, alcancei, que a palavra riscos aplicada por pessoas idiotas a uns mapas do chamado trem da pedreira, que na realidade o dito José Pinheiro sem permissão minha fazia, e entregava na obra à Antonio José Pinto, podia ter dado motivo à equivocação de aquelas pessoas entenderem que os Mapas referidos eram riscos desta Fortaleza; soltei o dito José Pinheiro depois de 6 dias que estando preso na Casa Oficial da Guarda Principal com toda larguesa mandou-me entregar a inclusa carta cheia de Liberdades, e petulâncias, cujas ajuntei para V. Ex<sup>a</sup>. se dignar fazer-me mercê de conhecer do conteúdo dela, ainda que eu tenha razões de suspeitar que ele não seja o único autor dela.

Por estas e outras faltas entendi dever remover da obrigação se Ajudante que fazia o dito Jose Pinheiro, nomeando para ela a Florêncio Manoel Bastos. E para atalhar todos os pretextos, e evitar motivos de desordens semelhantes, proibi a todos os Praticantes o riscar e escrever para qualquer pessoa que seja sem permissão minha.”

São José do Macapá, 20 de agosto de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 21

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Em conseqüência da resposta do Secretário de Estrado, a quem V. Ex<sup>a</sup>. foi servido encarregar para que falasse aos Administradores da Companhia Geral do Comércio sobre o requerimento que e humildemente

fiz a V. Ex<sup>a</sup>. a respeito dos Instrumentos Matemáticos; e muitos mais em atenção à resposta que os ditos Administradores deram ao mesmo Secretário; pareceu-me não dever perder tempos em recorrer ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>t</sup>. Francisco Xavier de Mendonça pondo na sua presença toda esta dependência, não por formalidade de requerimento à Sua Magestade mas por modo de memorial ao dito Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>t</sup>.

Animado pois pelos repetidos favores, e pelas multiplicadas graças com que V. Ex<sup>a</sup>. se é dignada honrar-me, e favorecer-me incluo à esta Carta para Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>t</sup>. Francisco Xavier co zelo volante; para que V. Ex<sup>a</sup>. queira dignar-se de fazer-me a honra, e singularíssima mercê de inteirar-se de conteúdo dela, e do Memorial que a acompanha, e não achando coisa que encontre o desagrado de V. Ex<sup>a</sup>. permitir que vá remetida na charrua que mais brevemente se fizer à vela para Lisboa.

Não deixo de suplicar humilissimamente à V. Ex<sup>a</sup>. para que se digne acrescentar às mais honras e mercês a de acompanhar esta minha deligência com alguma recomendação de V. Ex<sup>a</sup>. por depender desta importante circunstância toda a segurança do bom sucesso sela; e ainda que eu me reconheço indigno de tão grande favor, contudo o conhecimento das heróicas liberdades e grandezas de V. Ex<sup>a</sup>. me fazem conceber uma certa esperança de conseguir; para eu dever inteiramente o alívio, e remediar das minhas desgraças ao valimento do Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. e às virtuosíssimas genorosidades da sua Ilustríssimas Pessoa.”

São José do Macapá, 22 de agosto de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 28

José Antonio Salgado participa, ao governador, que “Para acabar de se encher o forno da cal falta-lhe uma canoa de pedras; e o tijolo fica enornado, e outra fornada feita, fica-se acabando de pôr o Cordão no Baluarte São José.”

São José do Macapá, 22 de agosto de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 31

Antonio Henrique Gallucio escreve, ao Governador agradecendo “como devo humilissimamente a V. Ex<sup>a</sup>. a honra da participada remessa dos 24 trabalhadores, pelo adiantamento que esta obra deve perceber dela.

Tenho a honra de incluir à esta a Observação do Eclipse do Sol ultimamente acontecido, feita com os Instrumentos, com que tenho causado tão largo entado a V. Ex<sup>a</sup>..”

São José do Macapá, 25 de agosto de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 42

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A urgente necessidade anima minha confiança a pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. um requerimento que a bondade de V. Ex<sup>a</sup>. não deixará, como espero, de deferir, atendendo à justiça dele, e vem a ser Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>r</sup>., que estando eu empregado no atual Serviço de Sua Magestade nesta praça há dois anos, estou padecendo inexplicáveis incômodos pela má acomodação em vim até agora, que não Priva poder-me empregar no exercício da minha Profissão no risco, mas também além do clima desta terra, tem ocorrida para repetidas graves doenças que tenho padecido, sendo só sangrado vinte e duas vezes nelas, pois me vejo encerrado na metade da casa de um morador, cuja não tem mais de 20 palmos de quadrados, e uma alcova de 10 palmos, em que mal cabe minha cama, servindo justamente de transito à minha numerosa família. O morador Antonio José Marte me participou e mudava para um quarto que fez novo; e como este me larga as suas casas enteivas, me resolve mudar-me para elas, mas como se acham totalmente indecentes e incapazes para o sobrerreferido necessário exercício da minha profissão, e nesta terra não á meios nem poder /: exceptuando o Real:/ de se entender obra alguma a minha diária ocupação e assistência à obra me permite tempo para isso, recorro a piedade de V. Ex<sup>a</sup>. me queira fazer ordenar ao Coronel Comandante mande prontificar as ditas casas, pois se pode concluir esta obra em poucos dias, necessitando só rebocar-se, caiar-se, e pôr alguma Porta, e

será esta o único meio de conservar a pouca saúde que logro nesta terra, a qual unicamente desejo para a impregar no Serviço de Sua Magestade enquanto V. Ex<sup>a</sup>. Julgar conveniente a minha assistência nesta Praça.”

São José do Macapá, 24 de setembro de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 46

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador.

“Pela graciosissima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 10 do corrente tive a ditonza felicidade de receber a certeza da remessa da Carta ao Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>r</sup>. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e de que irá acompanhada das recomendações de V. Ex<sup>a</sup>., de cuja especialíssima mercê espero todo o bom sucesso deste negócio, e com o mais rendido obzéquio beijo humilissimanete as mãos à V. Ex<sup>a</sup>. d, reconhecendo-me devedor a V. Ex<sup>a</sup>. e à sua incomparável grandeza de infinitas e eternas obrigações por tão grande e particulares favor.

No dia 17 do Corrente ficou inteiramente acabada com suas duas guaritas toda a muralha do Baluarte de São José, e da Cortina, que o une o da Conceição. E em 9 do Corrente terminou-se a pegar na do Baluarte de madre de Deus, que se acha em 8 palmos de altura media por cima da sua Sapata, que é a quarta parte da que leva o cordão, pelo que neste poderá ficar acabada, se não houver falta dos precisos materiais para ela.

A cal que havia esta acabada inteiramente e somente fica a que veio nestas duas canoas para se trabalhar com ela, que poderá chegar para duas semanas. Para ocorrer à sete incidente sem que a obra padeça notavel prejuízo, era preciso que duas canoas fossem logo conduzindo pedra de cal para enforar 2 ou 3 vezes consecutivamente enquanto outras 2 ou 3 transportassem cal jatrassadas (?) para se ir trabalhando com ela.

É muito necessário construir já o receptáculo, ou desaguadouro das águas da Praça que as chuvas do próximo inverno ao de achar feito, que a não haver cauzariam considerável prejuízo a Obra já feita, por estar com ela inibida a saída das que caírem das nuvens dentro do recinto das muralhas; pelo que intento dar logo princípio a ele; e determino excusar, ao menos por hora, os ramos do aqueduto subterrâneo com maior per-

feição da Obra, e grande atalho, e do trabalho, e do tempo, podendo-se suprir à serventia deles com um poço de fácil execução aberto no meio do conservatório na piçarra até o terreno orientado que lhe é subjacente.

Ao progresso da obra fazia-se necessária a notícia da resolução da Corte a respeito da Porta da Fortaleza, para eu puder tomar em tempo algum partido acerca dos materiais com que deve ser feita, no caso de não virem as pedras lavradas pra ela.

O Praticante José do Sacramento chegou a esta vila, e espero que haja de desempenhar louvavelmente a sua obrigação e a honra de V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem fazer-lhe”.

São José do Macapá, 20 de setembro de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 52

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador.

“Com a cal que ainda havia aqui trabalhou-se na muralha do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus até o dia 16 do corrente e no mesmo dia deu-se fim à pedra que havia na obra, e na praia, e pelas providências que V. Ex<sup>a</sup>. há por bem dar neste particular, já não há que temer a falta deste material da cal para o progresso da mesma obra.

Assim que estiver prontificado o fundamento da muralha da Cortina, em que vai a Porta principal da Fortaleza; como se vai efetuando ao mesmo tempo que vai adiantando a do Baluarte de Nossa Senhora madre de Deus, dar-se-á princípio à ela, cuja deve ser construída sem descontinuação alguma por todo o seu comprimento, fazendo-se ao mesmo tempo a porção que compreende a Porta, e as duas porções laterais que unem estas aos baluartes de Nossa Senhora Madre de Deus e de São José; e o imaginar outra coisa não poderia causar mais que atrasamento e confusão na obra toda.

Até a linha horizontal não há dificuldade alguma; e para o mais se irá suprimindo com os materiais que houver da pedra e tijolos: porém as pedras da Inscricção, e das Armas Reais, na vejo modo algum de as remediar sem virem de Lisboa, por haverem de ser de pedra mármore

branca, e a Inscrição deve ser determinada pelo Ministério de Sua Magestade por ter circunstância e consequência para os tempos futuros.”

São José do Macapá, 23 de outubro de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 55

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “Sendo dezesseis as canoas que aqui se acham destinadas ao transporte os materiais para a Obra da Fortificação, só treze estão em estado de servirem, por três não admitirem conserto algum, como consta do documento incluso que tenho a honra de por na presença de V. Ex<sup>a</sup>. por bem se lhes dar logo consumo aproveitando-lhe a serrage, em benefício da Fazenda Real, de cujas treze canoas navegam dez no transporte da pedra da pedreira do Rio Arapucú; e duas no transporte da madeira Acapu dos Anajás, e tenha para o forno de tijolos e cal. E uma que se esta concluindo o conserto que necessita, destinada a condução da referida pedra.”

São José do Macapá, 25 de outubro de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 57

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Nos Baluartes de Nossa Senhora da Conceição e de São José vai-se atualmente efetuando o que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena na sua veneradíssima Carta de 14 do corrente: o primeiro já se acha sem covão no meio, que se acabam de encher no dia 2 do Corrente, mas o segundo necessita ainda de uma grande porção de terra para o seu terraplano estar em termos suficientes. Na porção da bateria baixa, que se acha feita poder-se-ão acomodar algumas peças; mas o prontificar 1<sup>a</sup> toda é absolutamente impossível, pela grandíssima porção de terra que é mister cavar, e remover para isto; sendo tão limitado o número dos trabalhadores nesta obra que trabalhando os pedreiros, não se vêem nela mais que uns poucos de calcetas, e de Rapazes.

Para o desembarque da groça artilharia não me ocorre outro expediente que o de mandar fazer nesta praia uma Cabria na conformidade da que mandei fazer no Porto da Alfândega dessa cidade em 1755 para embarcar as pedras dos Marcos das Demarcações.

As providências que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honra participar-me por sua benignissima Carta de 18 do corrente são eficazes, são utilíssimas, e acomodadas a necessidade que esta obra tinha, mas delas não pode V. Ex<sup>a</sup>. esperar algum extraordinário efeito para o desejado adiantamento dela. Esta depende unicamente e sobretudo, da vinda de V. Ex<sup>a</sup>. à esta vila, do inteirar-se V. Ex<sup>a</sup>. com a vista da desproporção dos meios para o muito que resta a fazer-se, da autoridade e presença de V. Ex<sup>a</sup>. e de um grande número de índios que trouxe consigo, demorando-se aqui ao menos um mês enquanto é verão, e se V. Ex<sup>a</sup>. não vier, pouco se poderá conseguir de tudo que V. Ex<sup>a</sup>. pretende.”

São José do Macapá, 27 de outubro de 1767.

CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 58

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Nesta canoa de que é cabo Antonio José Alves Morgado vão os moldes para as cadeiras e para as poles de Bronze.

O da Cadeira groça que tem os anéis mais juntos, e não caldeados serve para a ponte levadiça da Porta principal laborando na poles de Bronze, qe vão situadas na groçura da muralha, e se carecem cem palmos desta cadeia em duas porções de 50 palmos cada uma.

O dos fuzis pequenos é para o Engenho que puxa as cadeias declaradas fazendo a Ponte: são precisas braças 20 desta cadeia pequena.

O molde dos fuzis grandes caldeados é para a ponte levadiça da meia lua; e se carece de 100 palmos desta cadeia. Em 4 porções de 25 cada uma.

As poles de bronze são indispensabilissimas; e deviam se quatro; mas atendendo a dificuldade de as fazer aqui por falta de metais, poder-se-á remediar com duas ainda que a Obra ficará com menor perfeição.”

São José do Macapá, 28 de outubro de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 64

Carta de Henrique João Wilkens, ao Governador participando que “Vendo-me obrigado, em razão das minhas continuadas moléstias, e de aperto em que vivia, de ma mudar para as casas meais arejadas, e maiores, dei-xei o quarto dos que ocupava pertencente ao morador Carlos de Melo, no qual morei dezeseis meses; mas como; e justo satisfazer-lhe os alugueis, recorro a grandeza de V. Ex<sup>a</sup>., para o dito efeito, pois há constante que no discurso de quatorze anos que estou no Estado, nos deferentes lugares onde foi mandado em deligências do Real Serviço no exercício da minha profissão pelos Ex<sup>mos</sup>. Sn<sup>res</sup>. Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Manoel Bernardo de melo e castro se me deu quartel livre, e como entre todas as deligências, esta é a mais dilatada, pois passa de dois anos, além das percas e danos que padeço nas minhas casas na cidade, e fazenda pela minha ausência e gastos do sustento da uma família em terra falta de tudo, se me faz sumamente sensível mais este gasto, que depende do capricho dos senhorios; pelo que recorro queira ordenar se pratique o mesmo, que até agora e praticou no Governo dos Ex<sup>mos</sup>. Antecessores de V. Ex<sup>a</sup>. porém Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>r</sup>., se V. Ex<sup>a</sup>. for servido, que eu pague em tudo conforme e obediente às justíssimas disposições de V. Ex<sup>a</sup>., darei inteira e pronta execução às ordens de V. Ex<sup>a</sup>..”

São José do Macapá, 28 de outubro de 1767.

## CÓDICE 78 (ANTIGO) E 176 (ATUAL) – DOC: 84

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “A peça de cabo que pedi na relação dos petrechos necessários para a descarga da Artilharia é semelhante a que remetida em 1765 para as operações do macaco de Polé, em que se gastou, e aos que levam as canoas para as fatexas, que todos tem 6 para 7 polegadas de circunferência, como os marítimos costumam explicar as groçuras das cordas, ou dos cabos de seus navios. Sem um cabo desta qualidade se não pode descarregar a Artilharia de groço calibre com a Cabria que

se mandou construir neste Porto, e que se acha para laborar, havendo os preparos necessários.”

São José do Macapá, 25 de dezembro de 1767.

CÓDICE 79 (ANTIGO) E 177 (ATUAL) – DOC: 105

Carta de Francisco Ruberto Pimentel, ao governador, participando que “Assim que chegou a licença de V. Ex<sup>a</sup>. para se fazer a nova povoação, logo se começou a edificar, e todos os moradores estão muitos gostosos de cítio, terás e abundancia de peixe como há tão pouca gente, os índios que passam trabalhar na fatura das casas e suas roças, rogam a V. Ex<sup>a</sup>. os oficiais e moradores dela que despense por este ano o Negócio de Drogas ddo Sertão por se precisar dos índios e a canoa para a condução das madeiras e palhas para as casas, e manibas para as plantações das roças”.

Santa Ana do Maracapucú, 02 de dezembro de 1767.

CÓDICE 83 (ANTIGO) E 185 (ATUAL) – DOC: 08

Carta de Antonio José Pinto, ao Governador.

“Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. um resumo total dos mapas gerais que diariamente tenho feito, dd toda a pedra que se carriou para a fortaleza desta praça de São José do Macapá e além desta mapa: 311 carradas de pedra quase conduziam nos meses de Novembro e Dezembro do ano de 1764,, e neste mês de janeiro de 1769,, 1821,, carradas e no de Fevereiro presente a te o dia de hoje 476 que não vão no presente mapa e tudo vá com muita verdade e certo além dos materiais de areia, barro, e terra para os aterros: e mais serviços em que se ocupam todos os dias os carros, Bois e Carreiros como declaro no dito mapa geral.

A ultima cortina entendo ficará completa nestes oito dias de trabalho porque só lhe faltam três fiadas até o cordão e julgo que tudo se há de conduzir rompendo possíveis porque cozeram três fornos, dois de tijolos e um de cal em menos de quinze dias com 30 milheiros de tijolos e cal pronta para o trabalho. O Revellim da Porta principal está

no seu aterro; com o alicerce quase pronto, tudo vai muito a meu gosto, no adiantamento Deus permita se complete com brevidade para gosto e glória de V. Ex<sup>a</sup>. e de todos nós.

Como tenho noticia que desceram para essa cidade os pés da Companhia de Castela e talvez sejam acompanhados de gente de guerra para o Reino: peço a V. Ex<sup>a</sup>. me faça a honra nomear-me nessa deligência que bem sabe a minha agilidade e capacidade para executar ordens, pois queria ter a honra de beijar a mão ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Francisco Xavier meu Sn<sup>f</sup>. e meu padrinho de crisma, e também conduzir um bem de Jair (?) na mesma Corte, isto peço a V. Ex<sup>a</sup>. com grande empenho.”

São José do Macapá, 02 de fevereiro de 1769.

CÓDICE 206 (ANTIGO) E 370 (ATUAL) – DOC: 42

Em um documento que fala das Demarcações dos Reais Dominios foi encontrada a seguinte citação: “Henrique João Wilkens Sargento Mor Comandante da Expedição do antecipado exame do Japurá”.

Barcelos, 14 de dezembro de 1781.

CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC: 03

Carta do Governador do Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada, a José de Napoles Tello de Menezes participando que “Não posso dispensar-me de repetir a V. Ex<sup>a</sup>. a grande precisão em que me vejo de farinas para sustentação do hospital da Guarda Costa e dos Operários. Tenho a tempos suprido esta falta com alguns meios que me não tem sido suaves, e por outra, sofrido os clamores daqueles que eu não tenho podido remediar. Recorri a pedir farinha emprestadas aos moradores, mas a repugnancia deles me fez necessário prender alguns. De tudo isto o que mais me amofina é ver o hospital há tanto tempo sustentado a meia ração de farinha. Rogo então a V. Ex<sup>a</sup>. seja servido dar a ste respeito as providências que me forem possíveis.”

São José do Macapá, 18 de janeiro de 1781.

CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC: 04

Manoel da Gama Lobo de Almada, participa a José de Napoles Tello de Menezes que lhe remete “... um lindo macaquinho. Aqui há poucos pássaros e outros animais de especialidade, e por isso não tenho feito mais continuadas Remessas dos Bichos e Aves recomendadas.”

São José do Macapá, 04 de maio de 1781.

PESQUISA: JULHO/96

DOC. 07

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 01

Carta de Henrique Gallucio, ao Governador.

“No dia 8 do corrente desembarcaram-se as peças de Artilharia, que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido remeter para esta praça. Para se desembarcarem as de maior calibre, quando vierem são necessários dois cadernaes novos de 3 gornos, que tenham 10 polegadas de diâmetro e 3 de groço, que aqui fica para este efeito, para o qual não podem servir os outros dois cadernaes de 3 gornos que vieram, por serem de menor bitóla, e com os quais suspenderam-se agora as peças gornindo-os com o Cabo de 4 polegadas, por as peças serem de menor calibre. Estes cadernaes se fazem com suficiente perfeição pelos oficiais de carpintaria das casas das Canoas e do Arcenal Cidade.”

São José do Macapá, 09 de janeiro de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 15

Carta de Henrique Gallucio, ao Governador.

“A Cabria ou guindaste que aqui foi mandado fazer para descarregar a Artilharia e dirigida com o intento de puder-se descarregar inteiramente”

ramente a canoa que conduzir as peças em uma maré de preamar da manhã, amanhecendo com o resto da enchente para o vento não causar prejuízo” (...Danificado...)

São José do Macapá, (Danificado)

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 1874 (ATUAL) – DOC. 17

Atayde Varona participa, a Athayde Teive, que “O Baluarte de Nossa Senhora da Conceição fica aterrado para se continuar nele os parapeitos: E o Baluarte de São José se continua no seu aterro, abrindo-se o alicerce da Cortina da Porta, e prosseguindo a obra na última fiada da Muralha do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus para se lhe assentar o Cordão de Canteria e formar a Gurita.”

São José do Macapá, 12 de fevereiro de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 23

Atayde Varona participa a Athayde Teive, que “a obra continua quanto permite a força humana e que o revestimento de tijolos e Gurita do Baluarte Nossa Senhora Madre de Deus ficam inteiramente efetuados e trabalhando os pedreiros na muralha da Cortina da Porta, para a qual se acham a maior parte pedras lavradas de Cantaria que devem formar a mesma Porta.”

São José do Macapá, 12 de março de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 25

Carta de Henrique Antonio Gallucio, a Governador, participando que “Finalmente no dia 10 do corrente deu-se princípio aos alicerces da Porta principal desta Fortaleza, começando pela porta alta, e interior à motivo do tempo ser de chuva. Tenho a honra de pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup>. a que atendendo à não vir a Cantaria do Reino, e devendo nos servir

dos materiais que temos, achei conveniente, e necessário, para atalhar tempo, trabalho, e materiais, emitir os dois pequenos corredores laterais notados na Planta remetida à V. Ex.<sup>a</sup>. em 1766, situando o serrilho para levantar a Ponte imediato a Porta interiormente e acrescentando para isto dez palmos ao pé direito, quatro à largura da abobada compreendida entre a Porta e o Órgão, ficando o mais na mesma proporção e disposição substancialmente como assim mandarei executar não me determinando V. Ex.<sup>a</sup>. nada ao contrário.

A muralha do Baluarte Nossa Senhora Madre de Deus está inteiramente acabada e seu aterro quase concluído”.

São José do Macapá, 15 de março de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 35

Carta de Athayde Varona, a Athayde Teive, participando que “A treze do presente chegou a este porto a canoa destinada ao transporte da Artilharia com as 13 pessoas e sinco Reparos que V. Ex.<sup>a</sup>. me fez a honra de participar por carta de 29 de Março próximo, de que deu hontem descarga e vai expedida na presente data de cujas peças e reparos leva conhecimento de recibo o Cabo da Esquadra Manoel José Valadão, ficando as ditas peças e reparos em arrecadação até os Baluarte poderem admitir, serem guarnecidos de Artilharia; pois ainda que se acha aterrado o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição e o de Nossa Senhora Madre de Deus, contudo, lhes faltam os parapeitos, que cuidadosamente desejo, e o Sargento Mor Diretor ver efetuados: As sucessivas chuvas do presente mês e do passado tem causado bastante detrimento ao pronto adiantamento desta intereçatissima obra; porém sempre se continua com diligência o seu progresso trabalhando-se não só nos aterros, mas nos alicerces da Porta que já se acham cheios, e no princípio de se encherem os da Cortina da mesma Porta, sobre o que me parece discorre muito habilmente o dito Sargento Mor”.

São José do Macapá, 16 de abril de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC: 36

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Os alicerces altos pertencentes à Porta Principal desta Fortaleza estão acabados conformemente ao que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honra de determinar-me na sua veneradíssima Carta de 29 de Março ultimo passado, e no dia de ontem deu-se princípio aos inferiores da muralha exterior da Cortina, que devem unir-se aos primeiros na altura da linha Horizontal, aonde ela poderá estar S. João próximo, se as chuvas excessivas e a falta de pedra não demorarem a sua fatura.”

São José do Macapá, 16 de abril de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 39

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pela veneradíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. dos 30 de Março ultimo passado fico ciente da remessa das cadeas de ferro e das rondanas de bronze, que poderão ser necessárias para a Porta principal desta Fortaleza pelo mês de setembro próximo futuro, por poder à esse tempo estar a sua Faxada na altura de todo o portal, se a morosa condução de pedra e o pouco número das trabalhadores espalhados e mal distribuídos e não empedirem.”

São José do Macapá, 18 de abril de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC.

Carta de José Antonio Salgado, ao governador, participando que “Continua-se no aterro do Baluarte São José e juntamente se trabalha na Cortina do Portal, fica-se para desenformar os fornos da Cal e tijolo e não há pedra de Cal”.

São José do Macapá, 22 de abril de 1768.

## CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pelas embarcações do Reino, que se acham próximamente surtas nessa cidade; pretenderia eu fazer requerimento a Sua Majestade para o meu aumento de Posto, quando assim fosse do agrado e da aprovação de V. Ex<sup>a</sup>. E como para maior e cabal fundamento dele me é sumamente necessária uma atestação de V. Ex<sup>a</sup>. à respeito do que tenho tido a honrosa felicidade de obras debaixo das veneradíssimas Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. no mesmo Real Serviço de Sua Majestade que Deus Guarde é razão porque me prosto humilissimamente aos pés de V. Ex<sup>a</sup>. porque me valha com a sua tão conhecida clemência fazendo-me esta tão distinta mercê, como assim suplico a V. Ex<sup>a</sup>. a fim de ser eu devedor à V. Ex<sup>a</sup>. e à sua incomparável grandesa de todo o meu aumento, que Sua Majestade for servido fazer-me mercê, e de todas as minhas fortunas e felicidades, como a meu único amparo e mais poderoso Protetor”.

São José do Macapá, 12 de maio de 1768.

## CÓDICE 87 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC.

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Vai a Planta conforme as veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. de 3 e 15 do expirado mês de maio que estimarei tenha a felicidade de merecer o agrado de V. Ex<sup>a</sup>. pela grande benignidade com que V. Ex<sup>a</sup>. se digna desculpa a minha insuficiência”.

São José do Macapá, 06 de junho de 1768.

## CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 49

Carta de Antonio Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pela veneradíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 28 de Maio fico ciente da remessa da ultima rondana de Bronze.

Pela especialíssima mercê que V. Ex<sup>a</sup>. se digna fazer-me, remeterei a meu requerimento quando estiver corrente, depois de me chegar dessa cidade as certidões de Vedoria, que não é possível conseguir do seu es-  
crivão Cláudio Antonio depois de alguns meses de espera e areceio, que não venham a tempo sem intervir algum recado da sala de V. Ex<sup>a</sup>. para o dito as prontificar logo e para o Cabo desta Canoa as trazer juntamente com a folha corrida, a quem recomendei este negócio por me faltarem as mais pessoas. E se no entretanto V. Ex<sup>a</sup>. se dignar por excesso de sua benignidade permitir-me a honra para que eu seja aqui entregue da sua veneradíssima atestação, parecia-me assim mais conveniente para eu conservar o original dela.

Fico sempre mais cativo da incomparável grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. e dos efeitos generosíssimos dela, pelos quais tenho eu a felicidade de achar em V. Ex<sup>a</sup>. tão prontas as disposições para me favorecer e honrar sobretudo o meu inútil merecimento.

A muralha da Corina em que se trabalha atualmente está chegada à linha horizontal em que estão os alicerces da Porta, e hoje estamos assentando a soleira do Portal exterior em que labora a Ponte-levadiça, a que se vai dando princípio: é o que se pode conseguir com o sistema seguido até agora na limitação dos meios a que esta obra está reduzida, que vão sempre a menos se V. Ex<sup>a</sup>. de alguma sorte lhe não acudir.”

São José do Macapá, 13 de junho de 1768.

CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 52

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Ainda que com a restituição do Praticante Florêncio Manoel de Bastos à esta vila fique por hora menos mal servida a obra desta Fortificação, como V. Ex<sup>a</sup>. aponta na sua veneradíssima Carta de 9 do corrente contudo sempre se faz digna de atenção de V. Ex<sup>a</sup>. a providência de mais algum indivíduo à motivo de falta que não poderá deixar de experimentar com a doença de qualquer dos outros dois que aqui estão, como agora o Pinheiro que atualmente se acha impedido por doente.

No dia 22 do corrente deu-se princípio à fatura da Ponte de madeira no meio da Cortina em que vai a Porta da Fortaleza, por assim pedir o progresso da Obra; e no mesmo dia também se entrou a cavar no lanço do fosso a diante do Redente ou Revelim da Estrada cubta (?) que restava da parte do mar, para com a maior porção de terra que se for extraindo dele aterrar a muralha da Cortina que se vai fazendo.

Beijo muito humildemente as mãos à V. Ex<sup>a</sup>. pela mercê da portaria remetida, e ainda mais pelas benigníssimas expressões com que V. Ex<sup>a</sup>. dignou-se acompanhar esta graça.

A repugancia dos Administradores da Companhia Geral do Comércio em apresentar a conta geral, específica de todos os gastos feitos com os Instrumentos Matemáticos, que no ano proximately passado me foram remetidas, me obriga inteiramente a recorrer a V. Ex<sup>a</sup>. para que se digne fazer-me nesta matéria aquela justiça que eu entendo merecer, obrigando aos ditos a mandar vir de Lisboa e da junta com a brevidade possível a dita conta, visto não achar-se em poder deles aqui. Pelo que nesta ocasião dirigi ao secretário do Estado o meu Requerimento para ser por ele posto na superior presença de V. Ex<sup>a</sup>. de cuja incomparável inteireza e equidade espero a mercê daquele despacho que for mais do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. e proporcionado às circunstâncias desta dependência”.

São José do Macapá, 27 de junho de 1767.

#### CÓDICE 86 (ANTIGO) E 187 (ATUAL) – DOC. 53

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “A providência que V. Ex<sup>a</sup>. é servido participar-me a respeito dos tijolos é a mais proporcionada às circunstâncias; a dos Fornos em maior número aqui é por si excelente, mas o pouco número dos operários a que esta obra está reduzida não dá lugar a executar-se agora, nem cabe no tempo o utilizar-se dela neste ano. Vai uma Forma, para virem como os que aqui se fabricam, porque sendo diminutos ou de figura deferente, não serviriam para o que são destinados.

Por falta de ferro suficiente não fica assentada a Ponte levadiça: pelo que com a mais possível brevidade é precisa a remessa é precisa a re-

messa de 25 quintais de ferro bom sorteados em barras largas, estreita, chatas, quadradas e mais 12 de xumbo, e pelo tempo adiante se poderá carecer de dobrada quantia.

O Ajudante Jacinto da Cunha participa-me estar completo o corte das madeiras compreendidas nas relações que lhe remeti; pelo que parece-me poder-se suspender o corte sobredito.

A assistência do Praticante Vicente José Borges Machado se vai fazendo necessária, principalmente atendendo à conduta menos louvável de José do Sacramento”.

São José do Macapá, 28 de junho de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 03

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador.

“Fico entregue das Certidões dessa Vedoria, pela mercê singularíssima de V. Ex<sup>a</sup>. com que até nisto se digna a grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. de contribuir para a minha felicidade a que elas são dirigidas.

Tenho a honra de incluir à esta a observação o Eclipse da lua sucedido na noite de 29 do passado mês de Junho; porque como os instrumentos com que ela se fez depois do estarem debaixo do Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>. já prometem bom sucesso na dependência do seu valor; à V. Ex<sup>a</sup>. justamente pertencem todas as operações deles.”

São José do Macapá, 12 de julho de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 04

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao Governador.

“Humilíssimamente agradeço e beijo as mãos à V. Ex<sup>a</sup>. pela mercê da sua atestação e da entrega ao Ouvidor Geral, a quem remetendo eu outros documentos, para se passarem por India, e mina, pedi que a recebesse, a fim de me mandar um Autêntico Treslado dela, e de eu ficar com o Original, como prenda singularíssima da Proteção de V. Ex<sup>a</sup>.; e isto em ordem a ganhar tempo, e ir o requerimento nesses navios; mas

já vejo foram frustradas as mesmas deligências, que não poderá ser expedido para Lisboa antes de partirem os da frota: estas e outras são as pensões de quem vive fora da Capital do Estado e tão desviado dela.

Apesar das chuvas, está a muralha da Cortina da Porta principal em um notável adiantamento porquanto se não omitiu meio nem aplicação para se dar princípio à ela ainda quando o inverno era mais rigoroso. Agora entra o favorável tempo do verão que convida para o maior progresso desta obra: a dita muralha toda, e a metade das paredes dos subterrâneos à direita de entrada se acham sem altura dos primeiros andaimes interiores 6 palmos por cima da Linha horizontal ou terreno da praça, e hoje da-se princípio à outra metade. Pelo muito que visivelmente se adianta esta obra em um só dia em um se dia em que os Pedreiros trabalham, conhece-se quão grande é o seu atrazamento pelos mais dias que ficam sem poder trabalhar por falta de pedra.

É muito necessária uma particular providência para que se não acabe neste ano a cal, porque causaria um juízo notabilíssimo na presente ocasião, que requer mais dispêndio deste material”.

São José do Macapá, 14 de julho de 1768.

#### CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 06

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Pelas duas veneradíssimas e benigníssimas Cartas de V. Ex<sup>a</sup>. ambas datadas de 11 do corrente, reconheço-me sempre mais e mais obrigado e devedor à incomparável grandeza e Clemência de V. Ex<sup>a</sup>. que se digna favorecer-me, e honrar-me sobre todo meu merecimento; de que beijo humilíssimamente as mãos à V. Ex<sup>a</sup>. com o maior rendimento da minha obséquiosíssima gratidão.

Pelo que pois respeita a meu Requerimento vertente sobre a individual Conta de todos os gastos feitos pela Companhia Geral do Comércio com a remessa dos 3 Instrumentos de Astronomia, fico certo que a providência que se reduz ao ponto importante de ser eu feito participante da dita Conta até a volta dos navios da Frota, que se acha surta nesse Porto, ao mais tardar, vivendo eu na infelível persuasiva, pela honra que

V. Ex<sup>a</sup>. me faz com a dita benigníssima sua Carta, que V. Ex<sup>a</sup>. se dignará de vencer, e destruir todas as dificuldades que puder haver da parte dos Administradores.

E porquanto pertence aos Praticantes para esta Obra; como a precizão que há deles não admite escolhas, poderia vir o que há, se V. Ex<sup>a</sup>. assim houver por bem. Sobre cujo particular, com o mais humilde e reverente respeito represento a V. Ex<sup>a</sup>. que me parece que para haver Praticantes Engenheiros para acudir a necessidade que esta Obra tem presentemente e há de ter ainda mais pelo tempo adiante não se carece mais que a nomeação de V. Ex<sup>a</sup>. em algumas pessoas que tenham vontade e alguma disposição para serem Engenheiros, porque aqui se irão fazendo, e formando, instruindo-se eles mesmos com o uso e exercício continuado no que respeita à prática e ensinando-os eu no que carecerem à medida da inclinação e capacidade de cada um no que toca à teórica; do que talvez poderia resultar alguma utilidade ao Real Serviço se Sua Majestade neste Estado pelo tempo adiante com pouco trabalho e dispêndio.”

São José do Macapá, 27 de julho de 1767.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 07

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao Governador.

“Ainda suposto que tivesse havido algum descuido em pedir o ferro preciso e suficiente para a Ponte levadiça, a providência prontíssima com que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido mandar logo remeter o que agora chegou, livra a esta Obra de todo o prejuízo que somente poderia experimentar algum no caso que esta remessa demorasse até depois da chegada da Frota: como não serviram mais que 3 barras chatas estreitas, seria bom que viessem alguns quintais desta espécie se lá houvesse.

O Mestre Teodózio Rodrigues está inabilitado para as obras de Carpintaria por doença, ao tempo que mais carece esta Fortificação de um mestre capaz; e como aqui não há quem substitua esta falta; julgo muito necessário que venha algum dessa Cidade; se assim for do agrado de V.

Ex<sup>a</sup>. mandar para esta Fortificação um mestre de boa capacidade, para obras de tanta importância.

A muralha da Cortina da Porta Principal e as paredes de seus subterrâneos vão se adiantando de sorte que brevemente se poderá dar princípio às abobadas deles: é pois sumamente necessária a condução dos tijolos que hão de vir para elas porquanto não se poderão fazer com os que aqui houver.

Por esta mesma razão é precisa uma especial providência a respeito da Cal, que muito diminuta está já a que se acha o telheiro, gastando-se todas as semanas, em que os Pedreiros trabalham agora, perto de 500 alqueires.

Também é preciso uma dúzia de Pegadores por estarem gastos os antigos e ter mostrado a experiência que os aterros carecem em tempo de verão de um número maior destes petrechos.”

São José do Macapá, 02 de agosto de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC: 14

Athayde Varona participa, a Athayde Teive, que “... a 6 do presente mês as quatro horas e três quartos da meia noite saída da casa de minha residência; e começando na deligência de ver se as cinco horas, como tenho determinado se distribua aos índios Rapazes o seu respectivo almoço de mingau e se a mesma hora se fazia o ponto aos trabalhadores e mais operários da obra da Fortificação e se pegavam a trabalhar ao nascer do sol na conformidade das ordens de V. Ex<sup>a</sup>. ; e aparecendo-me o Capitão José Antonio Salgado, Inspetor na dita obra, me disse que devia comunicar-me certo particular; e dispondo-me para o ouvir, com menos acordo o dito capitão publicamente me declarou, que vindo com um lampião diante de si, assistir ao ponto, lhe havia saído na travessa de Valverde, um homem branco nú, e com um pau lhe descarregara na cabeça uma pancada, que o feriu e logo caiu no chão e que levantando-se lhe descarregara outra no braço esquerdo, e querendo de defender com espadim o carregara de tal sorte o dito homem que para se livrar da morte lhe voltara as costas, correndo e gritando a que Del Rei, para

que lhe acudissem as guardas, e as justiças tomarem conhecimento daquele fato; e que o oficial da Guarda principal lhe mandaram acudir por alguns soldados que o haviam encontrado a tempo que já não aparecia o agressor.”

São José do Macapá, 17 de agosto de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 18

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “O adiantamento que a obra desta Fortificação promete no presente verão não poderá ser demorado mais que pela falta destes dois materiais, cal e tijolos, e no que toca a primeira se V. Ex<sup>a</sup>. não puder dar providência de uma canoa mais além das duas que atualmente andam no transporte dela, areceio que virá a faltar. E porquanto aos tijolos, como as paredes das subterrâneos pela metade que fica para o Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus já se acham na altura da imposta das abobadas, é preciso que providência da remessa deles se efetue com maior brevidade.

A ponte levadiça atualmente se está assentando pelos carpinteiros, com alguma melhora do mestre Theodózio.

Com prévia insinuação e declarada aprovação do Coronel Comandante no dia 15 do Corrente prendi à ordem de V. Ex<sup>a</sup>. na cadeira desta vila ao Praticante Engenheiro José do Sacramento por ter cometido na antecedente noite o crime de ferir notavelmente a um índio oficial de pedreiro que no mesmo dia foi julgado em perigo de morrer e por isso munido de todos os Sacramentos. Por este incidente se faz mais precisa a chegada de Vicente José Borges Machado.”

São José do Macapá, 18 de agosto de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 22

Carta de Henrique Antonio Gallucio ao Governador, participando que “Todas as eficazes e especialíssimas providências, que V. Ex<sup>a</sup>. é sérvindo noticiar-me por sua veneradíssima Carta de 22 do passado mês de

Agosto prometem um adiantamento muito considerável da Obra desta Fortificação.

O doutor Ouvidor Geral remeteu-me nesta ocasião os documentos pertencentes ao meu novo requerimento passado por Índia e mina. Suplico humilissimamente e instantissimamente à V. Ex<sup>a</sup>. queira dignar-se de entregar-lha à atestação de V. Ex<sup>a</sup>. como primeiro e principal fundamento dele, para que possa eu ter a honra de o remeter de tudo corrente à presença de V. Ex<sup>a</sup>. assim que vendo-o V. Ex<sup>a</sup>. e achando-o conforme aos seus agrado e beneplácito, se digne fazer-me a importante mercê de o dirigir ao Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. Francisco Xavier de Mendonça nos Navios dessa Frota.

Agora me chega a notícia por carta do Sr. Mariseal de Campo e Miguel Ângelo de Blasco, como S. Majestade fez mercê ao Gronfeld do Posto da Tenente Coronel, e ao Gtoz que está no Maranhão do de Sargento Mor.”

São José do Macapá, 05 de setembro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 25

Carta de Henrique João Wilkens ao Governador, participando que “As repetidas moléstias que tem padecido e atualmente padece a minha família, e eu nesta terra, e a suma desordem em que estão meus interesses, e sobretudo o meu sítio, com a minha ausência de três anos nesta Praça, sem ter absolutamente de quem me valer nessa cidade e as mesmas circunstâncias o não permitirem, finalmente me persuadem buscar por este meio os pés de V. Ex<sup>a</sup>. valendo-me da qualidade que é inseparável atributo do Ilustre ânimo de V. Ex<sup>a</sup>. para que em atenção não só à minha necessidade, mas do quanto me custa sujeitar-me a dar este infado à V. Ex<sup>a</sup>. me queira fazer não a mercê mas sim a esmola de diferir ao justíssimo requerimento que tenho a honra pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>..

Confeço, Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f</sup>. que a não temer as contas que devo dar no Tribunal Divino, do descaminho que levam os poucos bens que o mesmo Sn<sup>f</sup>. me concedeu com prejuizo de três filhas e um filho que tenho, sendo minha a negligência; não haveria motivo algum para que pretender o que peço, pois pela honra que tenho no emprego do serviço de Sua Majestade

sacrificaria eu não só a pouca fazenda que tenho, mas muita que fosse, os maiores interesses e a própria vida; mas como devo buscar quando não possa o aumento, ao menos a conservação do que tenho em benefício deles e ao mesmo tempo vejo que nenhuma falta fará ao adiantamento das reais obras a minha assistência pelo breve tempo que peço de licença, estes são os motivos que me animem a pedir e também os que fazem esperar.”

São José do Macapá, 13 de setembro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC: 35

Carta de Henrique Antonio Galúcio, ao governador, participando que “com a chegada dos Regadores fica esta obra aproveitando do benefício deste gênero de petrechos de que muito necessitava.

No dia 27 do passado mês de setembro acabou-se a cal com que trabalhavam os pedreiros, e tirando-se sucessivamente o que se achava cozida neste forno; em 10 do corrente continuaram a obra, dando-se princípio à abobada do primeiro subterrâneo da parte do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus, (...danificado) 14 concluiu-se. Neste mesmo dia ergueram-se e assentaram-se as pedras que formam o arco da Porta Principal e a muralha exterior da Cortina em que esta é situada ficou na altura de seu Cordão por todo o seu cumprimento; estando-se assentando as pedras dele da parte do Baluarte de São José.”

São José do Macapá, 17 de outubro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 41

Carta de Athayde Teive, a Athayde Varona, participando que “...Na Conformidade que V. Ex<sup>a</sup>. me permite a honra de ordenar e advertir, por carta de 27 de outubro próximo proceguirá a obra da Fortificação não se perdendo tempo em fechar a Praça e tendo agora a honra de assegurar a V. Ex<sup>a</sup>. que as abobadas do calabouço e corpo da guarda da porta estão fechadas e por falta de tijolo não está acabada a do trancito e entrada da praça e que até 12 ou 13 do corrente darão os pedreiros princípio

a cortina que fecha da parte do mar, o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição e São Pedro; sem que seja preciso parar com a obra da Porta e abobada do trancito dela a cujo fim tenha dado e dou toda a providência na fábrica de tijolo ficando cozendo um forno quinze milheiros daquele material e para enfornar o forno grande que coze para mais de vinte e dois milheiros, assegurando a V. Ex<sup>a</sup>. que farei trabalhar quanto permitir a força humana, de tal sorte que consiga ter a fortuna da atinar o espírito das prudentíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. como devo e tanto desejo.”

São José do Macapá, 10 de novembro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de Athayde Varona a Athayde Teive, participando que “A 11 do presente mês teve princípio a cortina que fecha da parte do mar o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição com o de S. Pedro, e ao mesmo tempo vai o Sargento Mor Diretor fazendo por em disposição o alicerce da cortina que fecha o Baluarte da Nossa Senhora de Madre de Deus com o de São Pedro e igualmente continua a obra da Porta sem causar mora a das Cortinas pelo competente número que há de trabalhadores, prontificando-se ao mesmo tempo os telheiros para alojamento dos novos índios e de se multiplicar a fábrica do tijolo.”

São José do Macapá, 18 de novembro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC.

Carta de Henrique Antonio Gallúcio, ao governador, participando que “Como não pode já haver dúvida alguma em fechar-se em roda esta praça dentro de poucos meses, pelas singularíssimas e eficazíssimas providências que V. Ex<sup>a</sup>. houve por bem decretar para este importante fim, achando-se a muralha exterior da cortina que une os dois Baluartes de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro na terceira parte de sua altura, e acabando os trabalhadores de prontificar o alicerce para a da última: faz-se muito necessária a determinação de V. Ex<sup>a</sup>. a respeito

da meia lua que há de cubrir a Porta Principal à fim de saber-se à que trabalho se deve destinar os ditos operários.

Se fosse do Agrado de V. Ex<sup>a</sup>. o permitir que ao mesmo tempo que o todo dos oficiais de pedreiro trabalha na mencionada muralha; alguns 4 ou 6 continuassem no pouco que resta para de tudo se concluir o que pertence à Porta Principal; parece-me que dentro de breves dias poderia a guarda ir exercitar nela as suas operações para princípio da defença desta Fortaleza, por estar já vencido o mais dificultoso e importante trabalho que tinha esta obra toda e de que dependia a sua próxima conclusão.

Digne-se V. Ex<sup>a</sup>. de pôr os olhos da Sua Grandeza não já na minha incapacidade, nem no meu grande desmerecimento, mas sim somente na própria sua clemência, na sua benignidade e virtuosissima mansidão, por que enfim é próprio das dos espírito baixos e cheios de imperfeições como eu, o errar, delinquir e mal corresponder aos benefícios, e dos ânimos grandes, generosos, fidalgos, e heróicos como o de V. Ex<sup>a</sup>. o perdoar e esquecer-se qualquer falta principalmente aonde não houve malícia nem tensão de pecar.”

São José de Macapá, 12 de dezembro de 1768.

CÓDICE 87 (ANTIGO) E 188 (ATUAL) – DOC. 52

Carta de Antonio Henrique Gallucio, ao governador, participando que “Pela benigníssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. dos 3 do corrente fico muito certo na inteligência da veneradíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. respectivas às obras desta Fortificação para concorrer pela minha parte com toda a maior aplicação e cuidado para a mais pronta conclusão delas na forma que prescrevem as mais superiores determinações de V. Ex<sup>a</sup>. como é minha rigorosa obrigação que sempre vai acompanhada do grande desejo que tenho de aceitar em merecer o agrado de V. Ex<sup>a</sup>. (...danificado) todas com que pretendo satisfazer à ela.

Em cuja matéria se me oferece representar respeitozissimamente a V. Ex<sup>a</sup>. a grande oposição e repugnância, que agora encontro no Coronel Comandante desta Praça em se consentir ou permitir que se trabalhe em algumas obras, em que eu acho ser conveniente ao Real Serviço de Sua majestade e condizente à melhor execução das veneradíssimas ordens

de V. Ex<sup>a</sup>., como nas da Porta principal e na porção do parapeito que resta para acabar-se na Muralha desta Cortina, porquanto pedindo-lhe eu faculdade para se mandar fazer esta obra, respondeu-me que não; e assim e não faz; sendo contudo indubitável que as obras desta Fortificação que ficam pela parte terra devem, em igualdade de circunstâncias preferir às da parte do mar, por serem aquelas atacáveis e estas não; e assim parece menos acertado estar feita a muralha da Cortina da Porta e ainda a metade do revestimento do seu parapeito da parte do baluarte de São José e não fazer-se a outra metade da parte do de Nossa Senhora Madre de Deus, podendo-se fazer como se fez a outra metade com alguns pedaços de tijolos que aparecerão para o que aparece exteriormente e com pedra miúda; e isto sem detrimento algum das muralhas das duas cortinas que fechem a praça, nem de mais obra alguma, ficando com isto toda a praça exposta e devassada por aquela abertura que em 3 ou 4 dias podia estar já de algum tempo tapada.

A última cortina que fecha a Praça parece-me própria para nela se praticarem as Latrinas; não mandando pois V. Ex<sup>a</sup>. o contrário mandarei fazer na parte exterior da sua muralha, o que brevemente se dará princípio às obras precisas para elas se efetuarem a seu tempo.”

São José do Macapá, 20 de dezembro de 1768.

#### CÓDICE 90 (ANTIGO) E 191 (ATUAL) – DOC. 50

Carta de Antonio José Pinto, ao governador, participando que recebeu “a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez honra, de 21 de outubro e seguro a V. Ex<sup>a</sup>. que desde 18 de novembro próximo que conheço o Coronel mandar nesta importantíssima Fortificação se tem aumentado com tal vigor que hoje se contam 15 dias de trabalho na cortina que está os Baluartes de Nossa Senhora da Conceição e lhe faltam só as duas últimas fiadas de cima, ambas de pouco mais de 4 palmos e julgo ficará pronta de pedra até sábado, 24 do corrente, e tudo já ainda a meu gosto é já os carros carreiam cada dia de cem carradas de pedra até 165 em uma maré e tudo se deve a boa disposição do dito Coronel.”

São José do Macapá, 19 de novembro de 1768.

PESQUISA: AGOSTO/96  
DOC. 08

CÓDICE 94 (ANTIGO) E 1997 (ATUAL) – DOC. 01

Carta de Athayde Varona, a Athayde Teive, participando que “A obra prossegue na conformidade que tive a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. por carta de 25 do dito Dezembro, tendo principiado a 29 a última abobada da porta da Praça e continuando a Cortina interior ou contra muralha, que teve princípio a 23 e me parece ter-se trabalhado bem nos 4, dias 29 e 30, e igualmente ontem 2 do corrente, e hoje 3; por se ter cheio a maior parte do alicerce da referida cortina e em parte dele cravado 20 estacas, sobre que se lhe começa amanhã a formar o engradamento, tendo-se também conseguido os alicerces das porções de muralha que formam trancito da Porta falça, da cortina respectiva que se acha feita e que fecha a Praça com o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição e São José, continuando-se em acabar de aterrar o Baluarte de São Pedro, e de prontificar o alicerce da última cortina que falta e que fecha ultimamente a Praça com o Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus e com o Baluarte de São Pedro.”

São José do Macapá, 03 de janeiro de 1769.

CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 06

Carta de Atayde Varona, a Atayde Teive, participando que “... A obra tem continuado, trabalhando efetivamente todos os pedreiros; e tendo princípio a 16 do corrente a última cortina que fecha a praça; na qual se fica assentando a Sapata: será muito conveniente que V. Ex<sup>a</sup>. haja por bem mandar esta canoa com cargas de pedra para cozer e toda a possível remessa de cal.

Para a Ermida do novo Palácio, entregará o sobredito cabo um pau de cedro de vinte e oito palmos de comprido e dois e meio em quadro, com sete tábuas de comprimento de trinta e dois palmos e meio para mais de largo; quatro delas de polegadas e meia de grosso e três de duas polegadas.”

São José do Macapá, 19 de janeiro de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 11

Carta de Atayde Varona, a Athayde Teive, participando que “A Fortificação tem continuado efetivamente no trabalho de abrir os alicerces para se edificar o Revelim, ou meia lua; e na cortina que ultimamente fecha a Praça e que hoje as 6 horas da tarde ficou em 16 palmos sobre a Sapata; na certa esperança de que até 15 do presente mês ficará efetuada de alvenaria, havendo principiado a mesma cortina a 16 de Janeiro próximo como tive a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>.; também tem prosseguido a obra da cortina ou contra muralha de tijolo que teve princípio a 23 de Dezembro em que trabalham os pedreiros nos dias em que falta pedra: Buscando cuidadosamente todos os meios que poderão contribuir para o maior adiantamento desta interessantíssima obra (...)”

São José do Macapá, 09 de fevereiro de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 12

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Em cumprimento da veneradíssima Ordem de V. Ex<sup>a</sup>. tenho a honra de remeter nesta ocasião, e pelo Sargento Manoel Gomes a Planta desta Fortaleza de forma que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honra de ordenar-me.

Também incluo juntamente o perfil da Meia-Lua, cujos alicerces para a sua muralha exterior se vão efetuando ainda que vagarosamente até o presente.”

São José do Macapá, 08 de fevereiro de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 17

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pela Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 3 do Corrente fico ciente, e muito certo das superiores determinações de V. Ex<sup>a</sup>. e das suas veneradíssimas Ordens respectivamente às Latrinas, e ao Conducto do desagudouro desta Fortaleza; para eu as executar, pelo que me toca, com toda a mais perfeita

exatidão, e para as venerar com a mais rendida submissão, como devo, e é minha positiva obrigação.”

São José do Macapá, 21 de fevereiro de 1769.

CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 22

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Pela benigníssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 24 do passado mês de Fevereiro agradecendo na humildade do meu obzequioso rendimento à V. Ex<sup>a</sup>. as expressões da sua grandeza, fico ciente do que devo obrar a respeito da meia-lua, e sempre muito certo para executar em tudo as veneradíssimas Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. à esta Fortificação respectivas com toda a atividade e mais perfeita exatidão, como estou obrigado por justa honra, devido brio, e rigorosa consciência.”

São José do Macapá, 10 de março de 1769.

CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 34

Carta de Athayde Varona, Athayde Teive, participando que (...) “a Fortificação tem gasto muitas madeiras de Acapú, não só nos engradamentos do Baluarte de São José, no alicerce da cortina interior ou contra-muralha que não levou casas matas, transitos das guritas, três portas falsas, a porta principal da praça, madeiramento da cada chamada dos Orgos, duas pontes; porta e janela do calabouço, que tudo se acha efetuado e se há de efetuar, umas pontas do Revelim com uma grande ponte além das cancelas interiores, portas e janelas dos alojamentos da guarda da porta principal e das casas matas que cada uma me diz o Sargento Mor ter janela e ainda que a porção de madeiras que há de Acapú julga o Sargento Mor será bastante para efetuar as obras que faltam, com tudo me parece não chegará particularmente as tabuas.”

São José do Macapá, 17 de abril de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 42

Carta de Athayde Varona, a Athayde Teive, participando que (...) “continuará a obra da Fortificação em se efetuarem os parapeitos, revestidos pela parte interior de faxinas; e guarnecendo 4 pedreiros de cal branca e de cor amarela a fachada da porta da Praça, que faz uma bem agradável vista; trabalhando os mais pedreiros na obra do revelim, para cuja obra são 14 as canoas que lhe transportam o material da pedra, ficando hoje ao meio dia quase toda a muralha na altura de 17 palmos sobre a sapata, tendo a honra de assim o participar a V. Ex<sup>a</sup>. e também que o Sargento Mor Engenheiro lhe parece que o Escudo das Armas Reais, que me diz deve ter a porta da Praça, se faça de madeira de cedro, juntado a óleo e Alvyade; por não haver pedra capaz de se efetuar o dito Escudo que deve ter de altura dez palmos e de largo sete.”

São José do Macapá, 09 de maio de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de Manoel Gonçalves Meninêa, ao governador, participando que “A esta hora que são quase doze do dia vinte e cinco do corrente, faleceu o Coronel Comandante desta Praça, Nuno da Cunha da Athayde Varona e da mesma comandância tomou entregue o Sargento Mor a da Praça Luiz Fagundes Machado e assim lho determinou o dito Comandante já defunto, o que participo a V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 25 de maio de 1769.

## CÓDICE 94 (ANTIGO) E 199 (ATUAL) – DOC. 54

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando do que “Pela veneradíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. dos 31 de Maio, que me entregou o novo Comandante desta Praça, fico ciente das determinações de V. Ex<sup>a</sup>. tão acertadas na escolha, como estimáveis nos fins pelas quais dou a V. Ex<sup>a</sup>. os mais rendidos agradecimentos, pela parte que me toca estimando

sumamente que a incomparável prudência da V. Ex<sup>a</sup>. acaba-se por tal meio o que a morte principiou, pondo algum termo à dilatada serie dos meus insufríveis desgostos.

Em execução da ordem de V. Ex<sup>a</sup>. participada pelo novo Comandante amanhã dá-se princípio a escavação dos alicerces do Armazem da Pólvora, que por ser uma das mais importantes obras de uma Praça, applicarei a ela todo o disvelo da minha insuficiência, para que tenha a melhor execução, e com a possível brevidade remeterei a V. Ex<sup>a</sup>. a sua Planta e Perfil.

Com todo o rendimento do meu humilíssimo obséquio também agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. a remessa do Burrão, e clarezas do Mapa Geral do Estado para eu concluir. Para cujo efeito, suplico encarecidamente a V. Ex<sup>a</sup>. a mercê de eu o levar pessoalmente à presença de V. Ex<sup>a</sup>. quando estiver feito, para ter a honra de beijar as mãos de V. Ex<sup>a</sup>. antes que V. Ex<sup>a</sup>. embarque para o Reino de Portugal pois me parece que com a certeza desta importantíssima graça somente que também devolve a esperança do restabelecimento da minha arruinadíssima saúde, poderei vencer todos os impossíveis que se me oferecem para efetuar a delineação do dito Mapa aqui: E para me ajudar em alguma coisa nela o Praticante Florêncio Manoel de Bastos, rogo a V. Ex<sup>a</sup>. queira dignar-se de mandar para cá outro Praticante Engenheiro ainda que seja José do Sacramento, para que o serviço desta Fortificação não padeça.”

São José do Macapá, 17 de junho de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 07

Carta do Mestre de Campo, Comandante da Praça de São José do Macapá, Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Acompanha esta a figura e medida de pedra que sobre a porta principal da Fortaleza deve conter uma daquelas inscrições que em semelhantes Monumentos passam à memória dos seus Fundadores aos Séculos futuros.

A curiosidade bem instruída do Sargento Mor Engenheiro Henrique Antonio Gallucio, ideou, e escreveu o que leva a mesma figura para que o Ministério, no caso de não lhe agradar, possa mandar escrever a

que bem lhe parecer; porque a natureza destas escrituras lapidares não sofrem mais que o exílio concizo sustencial: Ele porém me adverte que lembre eu a V. Ex<sup>a</sup>. não acrescentem à pedra outro algum adorno, porque o preceito da Architettura Toscana, que convém a toda obra, não admite que a pedra tenha outra figura mais que mostra nesse mesmo Risco.

No dia de hoje se principia a encher o Alicerce do Armazem da Pól-vora porque até agora se consumiu o tempo na sua profunda escárva, por estar muito fundo, o chão firme, em que se devia segurar a sua obra.”

São José do Macapá, 10 de julho de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 08

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, na qual lhe faz algumas representações, entre dar a seguinte:

“A segunda representação é do Sargento Maior Henrique Antonio Gallucio sobre a moléstia que padesse e licença que necessita para nessa cidade ver se pode restabelecer a saúde, estando nela alguns meses sem prejuizo da obra. É certo que o Cirurgião Mor me disse que ele estava caindo em uma hidropezia por estar já caquético, motivo porque anda a muitos dias tomando a tintura de ferro, e como aqui não há meios para conseguirem os fins de aremediar uma queixa perigosa quer por esta representação renovar a que diz já figura a V. Ex<sup>a</sup>..”

São José do Macapá, 10 de julho de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 10

Carta de Bento Oliveira da Ponte, ao governador, participando que “Na ocasião presente entendo irá a presença de V. Ex<sup>a</sup>. um requerimento que fez ao Mestre de Campo Comandante o Ajudante da Praça Manoel Ferreira Dourado em que pretende na falta do Sargento Mor da Praça tomar assento e servir como Sargento Mor, ao cujo me mandou responder o dito Comandante, ao qual deferiu vista a minha resposta e dele para V. Ex<sup>a</sup>..”

Aduecendo o Sargento Mora da Praça disse eu a meu Comandante que a mim me pertencia a ocupar o dito cargo, ao que me respondeu que a ele lhe parecia o mesmo e que fosse servindo vendo o dito Ajudante que eu servia, fomentado pelo Sargento Mor da Praça mandou ordem a Guarda Principal sem notar de quem nos Governa a que me não dessem partes (?) mas sim só se daria só uma ao Nosso Comandante e no dia seguinte me pediu para manter guarda, do que resultou eu manda-lo chamar o mestre de Campo Comandante repreende-lo da absoluta de dar ordens sem serem por ele expedidas. No tempo do Coronel Comandante defunto servi muitas vezes o dito cargo e também o meu Camarada o Capitão Domingos Franco por ser mais antigo o que ele todo quer escurecer no seu requerimento que cheguei a ter soldado de Guarda a porta; e mostro no dito requerimento que ainda no mês de maio próximo o esteve servindo.”

São José do Macapá, 10 de julho de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 12

Carta de Henrique Antonio Gallucio, ao governador, participando que “Com a chegada do Praticante, que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido mandar, fica outro aplicado ao Mapa do Estado.

Pelo que respeita às benigníssimas demonstrações da grandeza e liberdade de V. Ex<sup>a</sup>., com que se digna honrar-me e às esperanças do meu adiantamento, com que V. Ex<sup>a</sup>. anima a minha insuficiência, não tenho expressões para agradecer como devo a V. Ex<sup>a</sup>. mercês tão grandes, e honras tão merecidas, e cheio da confusão beijo humilissimamente as mãos a V. Ex<sup>a</sup>. tributando-lhe todo o rendimento da minha mais fiel e constante obediência, porém temo e areceio muito que a minha já muito má saúde não dê lugar para eu aproveitar delas e que aqui fiquem enterradas elas todas, e eu com elas sem remédio; se V. Ex<sup>a</sup>. compadecido de minha infelicidade me não permitir logo a faculdade para ir de alguma sorte e remir à essa Cidade enquanto ainda talvez há tempo para isto.”

Macapá, 11 de julho de 1769.

## CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 18

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “As duas relações que vão com esta farão certo a V. Ex<sup>a</sup>. o grande número de índios que a pouco, e pouco, mas sensivelmente tem feito a diminuição dos operários da Fortificação cuja falta faz no presente tempo em considerável prejuízo ao progresso da obra; porque estando-nos em princípio de verão que se aproveita bem o trabalho de mudar terra, e de secar o tijolo de que tanto se necessita, não temos gente que possamos empregar ao mesmo tempo em os diferentes lugares que se carece porque as equipações das canoas da pedra e das que andam em viagem cidade rebaixam muito a conta dos trabalhadores que atualmente devem existir dentro da mesma obra.”

Macapá, 16 de julho de 1769.

## CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 43

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Como devo dar conta a V. Ex<sup>a</sup>. do estado em que estão as obras desta Fortificação, pelo tempo que aqui as tenho comandado; faço certo a V. Ex<sup>a</sup>. que o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição está completo do seu parapeito da fachina até a guarita da cortina que corre para o Baluarte de São José e por não estar ainda feito o ingresso para ela, se não pôde continuar a obra da dita fachina.

Está feito o cano por onde há de desaguar a Praça e o receptáculo das águas com o tal ingresso da guarita estou agora a mandar fazer com esta cal que V. Ex<sup>a</sup>. remete, porque a mais estará acabada com as obras do Armazém da Pólvora que está completo, e só lhe falta as pranchas para o asoalho e as obras do cobre que se estão fazendo.

As treze casa-matas da parte do mar tem quase concluídas as paredes do seu pé direito e as da parte da Camboa se lhe vai fazendo a escova dos seus alicerces.

Para todas as abóbodas das primeiras treze casas matas, creio que terei tijolo pronto, sem que por essa matéria espere a obra, porém como

esta qualidade dela consome muita cal, será preciso que V. Ex<sup>a</sup>. a mande vir continuamente” (...)

Macapá, 20 de setembro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 58

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Nesta canoa remeto para essa praça o soldado Antonio Tomás, encomendado ao Cabo de Esquadra Domingos Serrão o apresente na sala de V. Ex<sup>a</sup>. porque a sua má conduta me obriga a livrá-lo de que o matem ou ele mata algum porque com o pretexto de querer casar com uma Mameluca tem aqui feito desordens porque o tenho várias vezes castigado com prisão e golilha mas é de tão péssimo gênio que na mesma hora em que o mandei soltar deu uma pedrada no amo da mameluca que lhe embaraçava as suas desenvolturas, que o podia matar: Em recompensa das suas más qualidades, se não soube quem lhe deu uma frechada que levemente o feriu, e como é revoltoso poderá abrandar o gênio no serviço dessa cidade, pelo que me resolvo a descartar dele.”

Macapá, 25 de outubro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 62

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Pelas cinco Horas e meia da manhã de hoje entrou na Eternidade a Alma do Sargento Mor Antonio Henrique Gallucio, e ainda que se haverá dez dias que se achava em princípio de segunda cura, purgado duas vezes, morreu quase repentinamente, e sendo sensível a sua falta, se faz mais lastimeza por morrer sem sacramentos, nem apertar a mão, estando toda a noite com ele o Padre Vigário dispendo-o para o cristão desengano e venturozo fim do arrependimento.

Logo me veio falar o capitão Henrique João Wilkens e certificar-me do mesmo que já me tinha dito: que ele da fortificação nunca soubera nada, porque o Defunto Gallucio fizera sempre mistério deste projeto que

nunca lhe quiz revelar, e que isto mesmo tinha ele capitão já representado a V. Ex<sup>a</sup>.: A vista do que fui logo à casa do Defunto fazer separar os papéis pertencentes ao serviço de Sua Majestade nesta Fortificação para que o dito capitão, vendo o Risco, e o mais que nele está disposto poder inteiramente suceder no seu ministério e fazer executar todo o seu pensamento enquanto V. Ex<sup>a</sup>. não resolver sobre este ponto o mais que for servido.”

Macapá, 27 de outubro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 63

Carta de João Wilkens, ao governador, participando que “Por falecimento do Sargento Mor Diretor desta Obra Henrique Antonio Gallucio na data desta de manhã, inopinadamente me vi constituído na forçosa obrigação de me encarregar da direção da dita obra; e como nem em meu poder de achavam os riscos gerais nem particulares, nem à minha notícia chegavam os documentos precisos para a execução dos ditos como há tempos tive a honra de participar V. Ex<sup>a</sup>. / busquei logo ao Mestre de Campo Comandante para ele participar que me era indispensavelmente preciso ver os ditos papéis para continuar com o acerto em que tinha executado e projetado o dito Sargento Mor defunto e V. Ex<sup>a</sup>. feito a honra aprovar; e vendo o dito Comandante indispensável necessidade do que lhe propunha, passamos logo à casa do Sargento Mor e com o praticante Florêncio Manoel de Bastos se separaram os Riscos pertencentes à obra da Fortificação dos mais; e fico no atual e diligente exame deles, enquanto se continua o já principiado da minha parte o zelo e cuidado de que é capaz a minha fraca compreensão e enquanto V. Ex<sup>a</sup>. não der a providência que for servido.”

Macapá, 27 de outubro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 66

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Por morte do Sargento Maior Gallucio, a quem V. Ex<sup>a</sup>. tinha

permitido que se lhe levasse o Santo, foi o praticante busca-lo para o dar ao capitão Henrique João Wilkens que ficava por hora sucedendo no ministério do dito Sargento Mor Engenheiro; mas duvidou fazê-lo o sargento Mor desta Praça, de que me deu parte e como eu não sabia o motivo porque V. Ex<sup>a</sup>. assim o tinha determinado, me não resolvo sobre este ponto sem que V. Ex<sup>a</sup>. determine o que for servido.

Na minha presença tem visto o Capitão todos os papéis pertencentes a esta obra da Fortificação para continuar na execução da planta enquanto V. Ex<sup>a</sup>. não resolve sobre esta matéria.

Também fica em meu poder os papéis e documentos que pertencem ao Mapa Geográfico deste Estado na forma em que deixou o ponto a que o estava reduzindo.”

Macapá, 30 de outubro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 70

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que: “Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. a bitóla dentro da Planta, que ajunto a esta carta para que V. Ex<sup>a</sup>. veja a ordem com que eu e o capitão Engenheiro asentamos em se fazerem as pratileiras para a acomodação do barris, não só para a boa conservação da pólvora, girando o Ar por todo o Corpo dela, mas também para o fácil manejo dos barris na ocasião do seu uso.

Como o sargento Engenheiro não tinha comunicado a idéia desta acomodação, foi preciso para adiantar esta obra o decorreremos o meio de que a pólvora se podesse acomodar mais e ficasse mais bem acomodada; e por este mesmo método, segundo o cálculo que lhe faz o Capitão Engenheiro Henrique João Wilkens, contará maior número da arroubas do que dizia o Sargento Mor Gallúcio.

A malha das redes convém que sejam desse tamanho porque o mesmo Sargento Mor Engenheiro dizia que não devia caber por ela Corpo de uma Barata.”

Macapá, 18 de novembro de 1769.

## CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 71

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Fico na inteligência de tudo quanto devo obrar a respeito da vinda do Sargento Mor Engenheiro Gaspar João Gerardo de Gronsfeld que V. Ex<sup>a</sup>. manda para a direção e complemento desta Obra acabando de executar a Planta do seu antecessor Henrique Antonio Gallúcio.

O dito Professor não se achava com coisa alguma sua que para servir à falta das que há de mister o dito Gronsfeld; porque nem compassos, pincéis, tintas, papel tinha do seu e só se lhe acharam cinco cadernos que tinha recebido da Fazenda Real os quais passaram logo para o poder do mesmo Oficial Engenheiro que V. Ex<sup>a</sup>. determina, mas ainda disto mesmo, o pouco que se lhe achou, está em meu poder, que por não servir, nem ter valor algum, se não fez não fez disso inventário.

Quanto aos mais papéis do Riscos, Plantas, Mapas, Cálculos, Observações e mais algumas curiosidades que tiveram por objeto a sua profissão nestas terras da Coroa Portuguesa os fiz dividir e separar distintamente, deixando tudo o que pertence à Obra da Praça para entregar ao Gronsfeld, e tudo o mais remeto a V. Ex<sup>a</sup>. em um caixote que recomendo ao Sargento Manoel Gomes o leve com cuidado para que se não molhe e o entregue a V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 24 de novembro de 1769.

## CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 77

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Já disse a V. Ex<sup>a</sup>. que o meu intento nesta Comandacia, pelo que respeita a obra, era poupar o tempo e a gente, adiantando-se bem o serviço; e por esta causa, ordenei que na Fábrica do Tijolo e Fornos pudesse o alferes que ali tenho naquela administração dar por tarefa algum dos trabalhos em que interessamos um grande avanço, como tenho feito a experiência em um índio que, trabalhando as horas que deve, não chegou a fazer 300 tijolos cada dia, e dando por tarefa, fez 630: porque para isso trabalham o tempo que deverão descansar; que vem a

ser a hora de almoço e a hora e meia de jantar, tempo bem próprio para o avanço de tijolo, porque é em que o sol o enxuga mais, porém, como justamente entra isto na jurisdição do Inspetor, que não sabe calcular a conveniência do serviço, o queria embarçar com §5º das ordens que V. Exª. aqui deixou para progresso da Obra, e contém estas palavras =

‘Buscará o Inspetor que amanhecer do sol tenha já principiado o trabalho, não permitindo que finde antes da noite.’”

Macapá, 02 de dezembro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC. 81

Carta de Manoel Gonçalves Meninea, ao governador, participando que “Por portarias do Mestre de Campo Comandante desta Praça, Marcos José Monteiro de Carvalho, da data de 8 a 10 do mês que fica dito, se mandou assistir com o preciso pela Fazenda Real ao Funeral do Sargento Mor Engenheiro Henrique Antonio Gallúcio passando-se guia para a Provedoria da Cidade do Pará, para nela se lhe descontar nos seus soldados vencidos; cuja guia me pareceu ter a honrra de remeter a V. Exª..”

Macapá, 15 de dezembro de 1769.

CÓDICE 95 (ANTIGO) E 200 (ATUAL) – DOC: 82

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Em data de 2 do corrente chegou a esta praça o Sargento Mor Gaspar João Geraldo Gronfeld, que de ordem de V. Exª., vem dirigir e concluir a obra desta Fortificação com a mesma jurisdição que exercia o que é falecido; ele me entregou a Carta que V. Exª. me fez a honrra dirigir em data de 10 do passado mês, na qual me ordena V. Exª. faça entrega ao dito, sem reserva, de todas as Plantas, Profis, Riscos, e outros quaisquer papéis pertencentes à mesma Fortificação; mas como todos os ditos ainda se achavam em poder do Mestre de Campo Comandante por não carecer a parte da obra que se estava, atualmente está efetuando de novas instruções, e por querer eu tomar entrega dos ditos Riscos e papéis sem nova

ordem de V. Ex<sup>a</sup>. do dito Comandante os recebeu, a quem apresentei a Carta de V. Ex<sup>a</sup>. e para dar inteira execução às ordens de V. Ex<sup>a</sup>., entreguei ao Sargento Mor o Risco das grades para acomodação da pólvora que eu fiz por ordem do mesmo Comandante cuja cópia lhe dei no 18 do mês passado em que ele o remeteu a V. Ex<sup>a</sup>. e juntamente o papel de riscar que o dito comandante me deu para o mesmo risco, menos meia folha nele empregado, não se achando por hora em meu poder Risco, Planta, Perfil, Cópia, documento ou papel algum mais pertencente a esta obra.

Fico na deligência de prestar a mais pronta obediência às determinações de V. Ex<sup>a</sup>. e às ordens do Sargento Mor Diretor, empregando-me com a mesma atividade e Zelo que tive até agora, e de que é capaz minha fraca compreensão, e pouco préstimo em tudo que for útil ao Real Serviço.”

Macapá, 15 de dezembro de 1769.

CÓDICE 96 (ANTIGO) E 201 (ATUAL) – DOC. 02

Carta de Antonio José Pinto, ao governador, participando que “A obra adianta-se fortíssimamente não falta pedra desde que o coronel manda a dita, espero haja grande quantidade de tijolo cozido em dobro do que se fez em até agora e da mesma sorte irá tudo o mais se o diretor a não a dividir, de tal sorte que se atrase o Contamento do que se pode ir prontificando, tem a dita obra 48900 e tantas carradas de pedras em até o ultimo de Dezembro de 1768 e só lhe falta uma Cortina para se fechar.”

São José do Macapá, 03 de janeiro de 1769.

CÓDICE 98 (ANTIGO) E 203 (ATUAL) – DOC. 63

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “A canoa que conduziu o Sargento Maior Gaspar João Gerardo de Gronsfeld se dilatou neste Porto os dias que foram indispensáveis a fazer o Risco das Plantas que V. Ex<sup>a</sup>. lhe ordenou e ele agora remete com cartas em que suponho comunicará a V. Ex<sup>a</sup>. algumas observações que

tem feito sobre a obra desta Fortificação, que vai mandando continuar na conformidade das mesmas ordens que recebeu de V. Ex<sup>a</sup>.”

Macapá, 15 de dezembro de 1769.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 08

Carta de Manoel Gonçalves Meninea, ao governador, participando que “Sendo certo o falecimento do Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado e do Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. Paulo de Carvalho, devo eu acompanhar na mágoa à V. Ex<sup>a</sup>. pois findaram as minhas esperanças e de mais de me honrarem com letras (?) suas e adiantarem-me em posto como me prometiam porém na Certeza que os ditos senhores estão gozando da vista de Deus, resta-me somente lembrar-me de suas almas, inda que a não me felicitem.”

Macapá, 09 de março de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 10

Carta de Domingos Sambucetti, ao governador, participando que “Com uma feliz viagem de quatorze dias aqui cheguei; e logo examinado o terreno que achei descoberto e suficientemente limpo, nele observei suas desigualdades que de necessidade devem de alguma forma alterar a rigorosa execução da Planta projetada, isto é enquanto a sua figura de um quadribungo.

Como porém o terreno é suficiente e mais que bastante para o fim destinado; as sobreditas desigualdades ou defeitos do terreno, se me fazem afastar da figura geométrica do projeto, não servem de obstáculo algum às providas determinações e ordens de V. Ex<sup>a</sup>. em cuja execução tenho todo o cuidado de observar toda a possível regularidade.”

Novo Mazagão, 11 de março de 1770.

## CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 21

Carta do Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “A doze de maio tomei posse da Inspeção Geral desta obra que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido confiar da minha indigência, e sobre a prudência que V. Ex<sup>a</sup>. me recomendou tenho fundado os princípios do meu estabelecimento. Não dou parte a V. Ex<sup>a</sup>. de novidades porque como não tenho seguido parcialidades, me veio privado de alcançar estas quimeras que não param mais que em perturbar a jurisdição com fantásticas aparências de zelo quando tudo no meu intender são emulações que eu vou evitando se Deus me ajudar.

Enquanto a bondade do Comandante tenho achado mais do que V. Ex<sup>a</sup>. me disse e da sua prudência me aproveito para lhe seguir as pisadas.

A praça está fichada com V. Ex<sup>a</sup>. sabera a casa da Pólvora acabada e as casas matas que correm do Baluarte da Conceição, as de São Pedro esta-se aterrando: exceto as que correm deste mesmo Baluarte às da Madre de Deus que se estão fazendo as abobadas. A casa do governo está se levantando como também os mais quartéis que por falta de gente não está mais adiantado, como V. Ex<sup>a</sup>. o verá no Mapa que hei de remeter na canoa que fica a partir.

O Sargento Mor Engenheiro não se lhe pode negar o desejo que tem de concluir esta obra, e pode ser que esta razão movido de zelo intendera que sendo administrada por ele esta Inspeção será com mais atividade executada: se acaso não é outro o motivo.

Estimarei que V. Ex<sup>a</sup>. o determine assim para eu ficar aliviado de trabalho e certo de que esta é a mercê (?) de V. Ex<sup>a</sup>. com a qual me pretendo conformar como quem conhece o muito que devo à Ilustre Pessoa de V. Ex<sup>a</sup>., que Deus guarde por muitos anos.”

Macapá, 30 de maio de 1770.

## CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC: 34

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Oferece-me a dize a V. Ex<sup>a</sup>. que o penúltimo alicerce por hoje

pronto a poder receber as pedras e me falta somente abrir o ultimo alicerce da capela e à direita dele, tem sua casa o cirurgião, por ser mais perto da cozinha, a fazer alguns medicamentos que necessitam o fogo, e à mão esquerda, tem a sua casa o capelão e assim ambos podem se servir da cozinha, ele há de ser feita no ângulo da Rampa e Cortina para que não há mais lugar, a capela tem 31 palmos de largo e 47 palmos do fundo, inclusive a sacristia, e eu não posso ele fazer mais grande para que não tenho mais lugar.

Mais dou parte a V. Ex<sup>a.</sup>, que tenho necessário 50 mil telhas; 10 mil tenho já cozidas que se acham ainda no forno, mas não é conveniente a cozer as telhas já porque os dois fornos que se acham são continuamente ocupados a cozer tijolos para as abobadas das casas matas e Armazéns, e como o tempo já vai brandando das continuas chuvas, devo eu aproveitar de Verão, que me não faltam tijolos; o forno que se acha na vila é muito longe para trazer as telhas Cru, porquanto em trazer quebram e tão necessitam carros para conduzir a lenha para ele, e mais gente, por isso se V. Ex<sup>a.</sup> foi servido a mandar-me as telhas de qualquer outro lugar pouco a pouco de três ou quatro mil por vez.

As casas já estão prontas a receber a madeira para telha e vou segunda-feira enchendo os alicerces dos Armazéns.

Il<sup>mo.</sup> Ex<sup>mo.</sup> Sr. mande V. Ex<sup>a.</sup> me algum socorro de gente para trabalhar porque os operários que tenho não são suficientes a dar aviamento aos pedreiros e se eu não aproveitasse da gente que veio da pedreira para se compensar (?) estes 3 dias não podia abrir a alicerce do último Armazém; e mais tenho muito e muito necessário Bois para os carros a conduzir terra e se não aproveito do verão, não posso cobrir as abobadas nem menos fazer os parapeitos por falta do aviamento...”

Macapá, 15 de julho de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 35

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Oferece-me dizer a V. Ex<sup>a.</sup> a me fazer a mercê a deixar tirar uma devassa do meu procedimento porque tenho por notícia que o Capitão

Salgado, com sua má língua costumada, Capitão Meninea e mais o Ajudante Antonio José Pinto, com seus afeccionados me tem por todas as partes espalhado que eu estive sempre em casa bêbado e com mulheres, tal nunca foi vero, porque estou todo o dia na obra e tenho outras coisas a considerar no Real Serviço e não tenho tal vício, nem menos conheço mulheres como fosse os outros se reialen (?), porque estas coisas como V. Ex<sup>a</sup>. bem sabe ferem o coração, esta devassa peço por minha honrra e me embaraço com pessoa alguma a este respeito porque cada um é filho de suas operas.”

Macapá, 02 de agosto de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 37

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Aqui ficam dois soldados recomendados do trem de Pedreira que é um por nome Pasqual, que V. Ex<sup>a</sup>. muito bem conhece, este soldado é muito bêbado, e muito prejudicial no Real Serviço; o Alferes Vicente Ferreira quis trocar por dois outros, mas o governador não o quis, dizendo que tinha ordem de não trocar; e se V. Ex<sup>a</sup>. assim tem ordenado eu por mim me conforme a volondade (?) de V. Ex<sup>a</sup>.. Agora são quinze dias que deram na Campina a um boi tantas bancadas que hoje morreu e se acham ainda quinze outros Bois tão miserável que brevemente hão tão bem morrer, e isso é culpa do Ajudante Antonio José Pinto que não tem tido cuidado deles este inverno, quando havia Capim bastante, dele eu já tenho dado parte a V. Ex<sup>a</sup>. por algum tempo. Uma abobada de um armazem vai-se fechando pela manhã (?) e outro armazém já está cinco palmos de altura fora do alicerce e pela manhã trabalhamos nas abobadas das Casamatas.”

Macapá, 27 de agosto de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 42

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “... a casa do governo fica acabada, só falta forrar e ladrilhar o que

para amanhã vou principiando. A abobada de um dos armazéns está feita e outro estão as partes quase para as Friestas e uma das outras casas dos oficiais se fica cobrindo de telha, e as abobadas das casamatas já não faltam se não sete com a sortida e com as primeiras fornadas cobrirem as duas.”

Macapá, 1º de setembro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 43

Carta de João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “esqueceu-me pedir a V. Ex<sup>a</sup>. mais dois índios para pescadores porque aqueles que eu tenho vem de 30 até 36 dias e me não trazem com que posso passar, porque a Carne de touro que aqui custuma haver me faz muito mal, o frango e galinha quase não há, por essa razão importuno a V. Ex<sup>a</sup>. seja servido conceder-me portaria para os dois índios que peço e se pode ser também uma índia velha para me lavar a roupa, porque aqui quase ninguém quer lavar e a preta e a preta que eu comprei ainda está na cidade aprendendo primeiro depois me poder servir.”

São José do Macapá, 1º de setembro de 1770.

PESQUISA SETEMBRO/96

DOC. 09

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “... em os termos que se acha esta obra, que o palácio está acabado, faltam somente duas cameras para furar e rebocar, um armazém está acabado, falta também por rebocar, mas o segundo armazem está os muros prontos para receber a abobada, o terceiro armazém são os alicerces já meio cheio de pedra, uma casa dos oficiais está acabada, a outra falta

para rebocar e ladriar, as casamatas faltam quatro para acabar e 18 casamatas são já todas aterradas, e na segunda-feira farei outra abobada das casamatas, então não faltam mais que três agora falta mais que fazer a capela logo será também feita.

Il<sup>mo</sup>. Ex<sup>mo</sup>. Sr. eu tenho tido uma dúvida com o Puntador, o Inspetor, por causa das prisões que ele algumas vezes está fazendo, mas V. Ex<sup>a</sup>. deve saber que ele o faz todo em nome do Governador e não no meu nome por desprezo de minha pessoa e isso já reparei já muito tempo e não me dá parte de nenhuma coisa como era sua obrigação e era necessário por poder fazer a minha disposição, e como o dito Inspetor é muito amado do Governador desta praça isto junto com a sociedade que fazem com Meninêa e Antonio José Pinto e este último já maus conselhos ao Inspetor que ele não está para baixo das minhas ordens. Isso me disgosto muito porque todo o seu forte é desprezar-me por todos os meios que pode, e vão pouco apouco com suas lazinhas entrando na minha jurisdição o que é muito contra minha honrra e assim peço V. Ex<sup>a</sup>. seja servido decidir estas dúvidas tão claras que no tempo do trabalho o dito inspetor sequer prende algum que seja em meu nome, porque o governador sempre recebe sua parte, e não é outra seu jurisdição de governador, e em caso que o governador prende alguns dos meus subordinados neste trabalho, me deve restituir em 24 horas e neste tempo pode o governador castigar como quiser, e isto é o verdadeiro estilo militar, e tudo mais é confusão, eu tenho boa harmonia com todos e desejo sempre ter, porém me parece que o inspetor é muito superbo e era melhor cuidar nas suas obrigações e não dormir tanto.”

São José do Macapá, 07 de setembro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 50

Carta de João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “As plataformas que eu mandei pedir a V. Ex<sup>a</sup>. de madeira não era para servirem senão a estarem prontas em as casa matas recolhidas do tempo, e se adiando fosse preciso usar-se telhas; (...) como V. Ex<sup>a</sup>. ordena que estas sejam de Alvenaria, argamaçadas com azeite de Peixe Boi e seja

assim como V. Ex.<sup>a</sup>. o ordena ainda que também tinha intenção de que não sendo de madeira como mandei dizer a V. Ex.<sup>a</sup>. mandar fazer lages, para se fazerem as ditas plataformas, em todo o tempo se não corrompiam, e se carece (?) alguma invasão por as de madeira.

Como V. Ex.<sup>a</sup>. é de outro parecer, se principiará quando houver ocasião, depois que se concluírem as obras interiores que V. Ex.<sup>a</sup>. tem ordenado e no entanto mande V. Ex.<sup>a</sup>. prontificar bastantes potes de azeite para o dito argamaço, que enquanto ao meu parecer era escusado esta despeza porque tão sólido fica com o argamaço de azeite, como com a cal, como se trata para a mais parede que está exposta ao tempo, e eu digo isto não encontrar ao que V. Ex.<sup>a</sup>. determina; mas porque em razão de meu officio devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>. o que se deve fazer por evitar a despeza da Real Fazenda para que V. Ex.<sup>a</sup>. determine o que lhe parecer mais justo.

Dou parte a V. Ex.<sup>a</sup>. em que a abobada que dei parte a V. Ex.<sup>a</sup>. estava quase acabada, fica acabada, e fica-se trabalhando em a outra, e só falta uma que brevemente se acabará o terceiro armazém, estão as paredes avançadas até a altura do lugar em que se andem asentar rallos, isto é só de uma banda, e parte da outra.

Bem quizera eu escrever a V. Ex.<sup>a</sup>. e não terem as minhas cartas ocasião de o molestar, com contas de arengas (?), pelo não molestar, porque me vejo de tanta confusão em que tenho visto nesta obra mas como me dão ocasião, essa é a causa porque o importuno, e desejava que V. Ex.<sup>a</sup>. se informe da minha conduta, porque o meu desejo é só servir a Sua Majestade e executar prontamente as ordens de V. Ex.<sup>a</sup>. e que se não intrometam com a minha jurisdição. Tenho a V. Ex.<sup>a</sup>. repetido tantas vezes esta matéria, e agora torno a dizer a V. Ex.<sup>a</sup>. o que em 22 do corrente me sucedeu.

Tenho dado a V. Ex.<sup>a</sup>. conta que em até 26 do corrente haviam ficar as abobadas todas concluídas e que a cal há grande falta dela, e mais que nesta mesma matéria disse a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Governador mandou que lhe fosse uma carrada de cal para o repetido e desnecessário armazém ou casa de armas, como já tenho dito a V. Ex.<sup>a</sup>. sevindo-me o carreiro das ordens dar parte em que o governador mandava buscar a dita carrada de cal, lhe disse eu que a cal não podia ir por ser muito necessária para as abóbadas e que fosse a conduzir os tijolos. Mandaram parte ao governador que eu não consentia, que a

cal fosse, e veio ele governador pessoalmente a obra, e eu o fui receber com muita atenção e política e ele me disse que queria mandar uma carrada de cal para uma obra que estava fazendo, ao que lhe disse que eu não consentia que fosse cal alguma para fora da obra, por que tinha prometido a V. Ex<sup>a</sup>. que em 26 do corrente lhe havia dar as abobadas, e demais que a cal que havia no telheiro ainda duvidava que chegue para as Abobadas, e que a obra para que queria a cal se podia fazer com a cinza que se tomou ao Ajudante Antonio José Pinto porque a mesma cinza era metade cal, e também que o mestre da obra me tinha dito que a mesma cinza servia para a dita que o governador faz, e que a cal não havia ir pois eu a defendia com a espada na mão, porque tinha ordem de V. Ex<sup>a</sup>. para que a obra se adiantasse e que com esta falta cada vez mais se atrasava, ao que o mesmo governador me disse tinha ordem de V. Ex<sup>a</sup>. para a mandar ir, e tudo o mais que quisesse, a vista do que lhe disse que como me dizia tinha ordem de V. Ex<sup>a</sup>. que aí estava não só uma carrada senão toda, e como efeito a mandou ir o mesmo Governador e como e mim não pode satisfazer a sua Cólera, a satisfez em o carreiro das ordens mandando-o para Golilha, mais o Praticante que estava e Semana, que era José do Sacramento, e como esta falta talvez já se não poderão concluir as abobadas quando mandei dizer a V. Ex<sup>a</sup>. Isto Ex<sup>mo</sup>. Sr. tudo são rapaziadas que são contra o meu gênio, e não faço gosto servir com estas dezações todos dos dias, por ser zeloso do real Serviço e querer cumprir com a direção de que estou encarregado, como aquela atividade que V. Ex<sup>a</sup>. repetidas vezes me tem encomendado; e como este conflito cada vez vai a pior, estou temendo suceder-me alguma desgraça e por obviar isto rogo a V. Ex<sup>a</sup>. com a maior submissão que me mande sucessor, porque me quero recolher para a Europa, e já estou enfadado de servisso com tais confusões, porque hei de ser Diretor, sem jurisdição, isso implica, e já tenho repetido a V. Ex<sup>a</sup>. esta matéria miúdamente, eu Ex<sup>mo</sup>. Sr. não me quero eximir do Real Serviço, mas por este modo não sei servir, e assim V. Ex<sup>a</sup>. ponha os olhos nisto, e no que lhe tenho mandado pedir sobre este particular que a ser diretor só hei de dirigir, sem sujeição, se não a V. Ex<sup>a</sup>. e creia V. Ex<sup>a</sup>. que este desgosto não só a mim se encaminha, mas geralmente todos, não só a obra pertencentes, mas a todos como V. Ex<sup>a</sup>. se pode informar com tal governador.

Torno a repetir a V. Ex<sup>a</sup>. me faça mercê mandar retirar desta obra José do Sacramento por que a sua assistência nela desnecessária por várias circunstâncias, e outras coisas que não pertencem aqui mas digo a V. Ex<sup>a</sup>. que a prisão que agora o Governador lhe fez em Gonilha foi injusta, e muito mais a sua mulher em a Inxovia, e tudo a mim se encaminha.

Queixavam-se do meu antecessor que queira atrazar a obra e agora que eu a quero adiantar se queixam também, eu não sei como nós estrangeiros havemos servir com tais confuzões: Porém nesta vila há a maior controvérsia no tempo presente que se não pode explicar, e V. Ex<sup>a</sup>. se quiser saber muidamente o pode averiguar. O mesmo governador tem encomendado ao Alferes do trem várias madeiras e outros gêneros que não sei para que, e tudo se segue atrazar-se a obra com disposições particulares e V. Ex<sup>a</sup>. remedeie estas matérias que são estas ações tão despóticas que eu as não sei entender e menos sofrer.”

Fortificação de Macapá, 23 de outubro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 54

Carta de Gaspar João Geraldo Gronsfeld, ao governador, participando que “..Em o dia de hoje principiou o ponto já dentro em a Fortaleza e se principiou o trabalho atrás (?) competentes, e certamente é uma utilidade grande para o Real Serviço; me sendo hoje o primeiro dia e se tem conhecido que eu é que requeri este particular a V. Ex<sup>a</sup>., veio logo o inspetor e entrou a descompor todos os oficiais, principalmente os brancos ameaçando-os com Pau, de que todos ficaram muito lastimados, e me fizeram inumeráveis queixas, as quais prometi pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o que faço, e isto também muito me desgosta porque trato a todos acarinhados para que se conservem e existam, e disimulem a falta do pagamento, e com efeito todos estão satisfeitos com a execução das minhas ordens, porém como os tratam assim, por este medo e ameaças se desgastam e V. Ex<sup>a</sup>. não ignora que a melhor máxima de governar é a conservação dos indivíduos pois à falta desta se seguem muitas conseqüências. Eu ousou a dizer que o inspetor requer / não sei se é assim / a V. Ex<sup>a</sup>.; para que lhe mande sucessor, seria Ex<sup>mo</sup>. Sr. uma ação muito

bem ajustada, e muito útil ao Real Serviço, porque tem negação para este ministério, e é indigno do indulto das porpinas que V. Ex<sup>a</sup>. ordenou se lhe decem; e muito mais na confiança do seu amado governador.

Também me consta que o governador mandou despoticamente em a serraria a todos os carpinteiros que larguem todas as obras que tinham entre mãos para trabalhar em o taboado para assualhar o desnecessário armazém de Armas em o qual andam continuamente pedreiros e serventes e se conduzem os materiais diariamente. Não sei Ex<sup>mo</sup>. Sr. como é que se há de adiantar a obra se se ocupam os operários e materiais em diferentes serviços. V. Exa. me tem repetido várias vezes que cuide no adiantamento da obra, eu bem ponho da minha parte, mas como estou em sítio não posso fazer mais que apresentar a minha pessoa, porque ordens minhas, me são todas delas, e geralmente o Inspetor e o governador que eu não tenho jurisdição em nada, assim será se V. Ex<sup>a</sup>. assim o determinar, se é que já não o tem determinado, porque eles publicamente dizem V. Ex<sup>a</sup>. lhe ordenado são responsáveis de tudo, se assim é, a mim ainda me não consta porque eu devia ter aviso destas matérias. Ex<sup>mo</sup>. Sr. eu não intendo estas militâncias, não sei se isto em que me vejo são ações que se dirigem a V. Ex<sup>a</sup>. ou a mim porque sei que o governador diz publicamente que V. Ex<sup>a</sup>. o não há de açoutar, e menos o há de mandar render e diz mesmo que se queixem que ele não tem medo de açoutes, se há alguma matéria que mova o governador a encaminhar as desatenções que me faz continuamente a V. Ex<sup>a</sup>. não o sei, e se assim é estimo muito ser o alvo em que se descareguem as iras do governador contra V. Ex<sup>a</sup>. na minha pessoa, mas se com efeito são distintamente a mim feitas, não sei o motivo porque assim obra, e me capacito que será talvez novidade porque semelhante proceder se deve atribuir a meninice.”

Fortificação de Macapá, 24 de outubro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 54

Carta de Gaspar João Geraldo Gronsfeld, ao governador, participando que “Tive a honra de V. Ex<sup>a</sup>. me fazer mercê dar um soldado para meu camarada por nome José Martinho Guerra, o qual me acompanhou dessa

cidade para esta vila e em minha casa se tem conservado sempre, e agora vai para sua cidade e é portador desta pela causa seguinte.

Dei a V. Ex<sup>a</sup>. parte em como ao dito soldado tinha posto em a obra, sem interesse algum, afim de animar e aplicar a gente ao Real Serviço, para o que tem sua propriedade, e como era meu camarada, e servia bem, entrou a ser mal visto de muitos e muito mais de pessoas de emprego, pelo mal que me querem, a assim se foi conservando. Porém um mulato que andava em calcetas do Maranhão, por nome Gonçalo, o qual pelo dito soldado experimentar nele e ser muito remisso para o serviço e andava sempre aplicando, foi solto o dito soldado, digo o dito mulato das calcetas por ordem de V. Ex<sup>a</sup>., e sempre ficou no Serviço da Obra. Em 28 do mês próximo passado estando o dito soldado meu camarada recolhido em casa, ouviu já depois de meia noite uma gritaria grande perto desta mesma casa, saiu a informar-se por sua curiosidade do que era, e logo em as costas das minhas achou umas casas de uns pedreiros índios o mulato acima nomeado tocando em um maxete fazendo ele com outros grande grita, e repreendendo de estar àquelas horas com aquele motim; lhe disse o mesmo mulato que lhe não importasse isso, e que não cuidasse que estava em a obra, ao que o soldado lhe disse que ele em toda a parte era o mesmo, ao que o mulato lhe disse que queria ver, e tirou por uma faca e quis com ela ferir ao soldado, o qual vendo isto lhe deu uma praxada com uma faca de mato que consigo levava, e com a pancada lhe caiu a faca, mas assim mesmo que investir com o soldado, o qual lhe deu uma pancada na cabeça, que lhe fez uma pequena ferida já fica bem. Foi o dito mulato àquelas horas queixar-se ao governador e logo o mandou prender o amanhecendo lhe mandou dar uma grande Roda de Pau e em 2 do presente o mandou soltar. Ora Ex<sup>mo</sup>. Sr. pondere V. Ex<sup>a</sup>. qual seria o meu sentimento quando se deu a roda de pau em o soldado meu camarada por uma culpa tão pequena, que com outro qualquer castigo menos público se satisfazia, isto foi um rompimento que o governador teve comigo muito grande e V. Ex<sup>a</sup>. bem o conhece melhor esta matéria que eu sei descrever e daqui não passo porque o respeito de V. Ex<sup>a</sup>. me embarga as vozes, que podia com esta paixão dizer, e V. Ex<sup>a</sup>. porá nesta matéria a providência que intender, em termos que fique o meu caráter desafrontado desta tão grande desatenção a qual aturo (?)

e todas as mais de que tenho dado a V. Ex<sup>a</sup>. parte por não dar a V. Ex<sup>a</sup>. ocasião de me reprovar a minha conduta.”

Fortificação de Macapá, 04 de novembro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 59

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Recebe a honrosa carta a 16 deste corrente da data de 3 de novembro na qual percebi tudo o que V. Ex<sup>a</sup>. me diz respeito do governador, que ele não se misturasse com os materiais e meus operários, por qual mercê agradeço a V. Ex<sup>a</sup>., mas não sei quanto tempo há de durar isso porque ele está sempre dizendo que V. Ex<sup>a</sup>. não pode ele tirar de que só sua Majestade, e ele quer a todos insinuar que não é paisano. V. Ex<sup>a</sup>. não pode crer que confusão há nesta fortificação, ninguém sabe a quem os operários devem obedecer, eu estou totalmente aborrecido e também se eu ainda tenho boa intenção por aumentar esta obra, esta governador me faz todos os dias tantos desgostos e desatenções a respeito do seu aficcionado indigno Inspetor e mais seus aficcionados, já estou desesperado, permita Deus que eu não perca a prudência em me vingar de sua pessoa, porém pode ser, como ele tem recebido também Cartas de V. Ex<sup>a</sup>. que se emende das suas trapassadas (?)”

São José do Macapá, 17 de novembro de 1770.

CÓDICE 102 (ANTIGO) E 213 (ATUAL) – DOC. 68

Carta de Inácio de Castro Morais Sarmiento, ao governador, participando que “Vou expor a V. Ex<sup>a</sup>. o trabalho que se tem feito para esta vila, estão armadas cinquenta e duas moradas de casas, trinta ditas estão com portais e imbarradas, doze cobertas, neste número entram as do segundo andar, que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido mandar-me fazer para o mestre de Campo, as mais se acham por cubrir e se precisa de que V. Ex<sup>a</sup>. seja servido mandar-me mais carapinas para se adiantarem as obras.”

Mazagão, 12 de dezembro de 1770.

CÓDICE 103 (ANTIGO) E 214 (ATUAL) – DOC. 56

Carta de Antonio José Pinto, ao governador, participando que “O tempo tem mostrado a V. Ex<sup>a</sup>. todas as deligências dos meus inimigos conseguidas, e como cada vez mais crescem, considero-me inútil neste emprego do Serviço da Fortificação porque José do Sacramento se faz em tudo o primeiro ágil e se V. Ex<sup>a</sup>. for servido determinar-me para outro emprego fazia-me grandemente para sucegarem estes que cuidam em fazer maior o seu préstimo que claramente se vê em tem visto ser nenhum no pouco aumentam serviço e só as ironias vão em grande auge.”

São José do Macapá, 14 de maio de 1770.

CÓDICE 104 (ANTIGO) E 215 (ATUAL) – DOC. 62

Carta de Antonio José Pinto Salgado, ao governador, participando que “Recebi a carta de V. Ex<sup>a</sup>. na qual me ordena entregue a Antonio Diniz do Couto Valente a inspeção da obra da Fortificação a qual entrega fico fazendo, e feita a minha descarga me recolherei a cidade, conforme me ordena.”

Macapá, 19 de maio de 1770.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 12

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “O armazem que V. Ex<sup>a</sup>. me mandou preparar se acha completamente acabado e pronto a receber os mantimentos que V. Ex<sup>a</sup>. for servido mandar guardar nele.

As segundas casas matas estão chegadas do pé direito até as empostas, tendo parado as seis abobadas das primeiras casas, de que as sete já estavam cobertas quando a V. Ex<sup>a</sup>. deu Conta o Sargento Maior Gronsfeld sobre a dúvida de terem portas para a praça, a janelas com grades, na forma que as ia fazendo o Sargento Maior Gallúcio, e como o seu progresso está dependente da resolução de V. Ex<sup>a</sup>. enquanto os

não determina vai o Sargento Maior mandando abrir os alicerces dos mais Armazens e casa miúdas (?) do interior da praça, levantando as paredes para se entreterem os pedreiros que não podem trabalhar nas casas matas pela razão sobre dita.”

São José de Macapá, 20 de fevereiro de 1770.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 25

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “O Capitão Inácio de Castro, encarregado da Fundação da Vila Nova de Mazagão, me pede o socorro com os cascos de duas canoas para conduzir a madeira que tem no Rio Preto e recolher a gente que trabalha naquela Fábrica, doente a maior parte delas de sezões, de que tem morrido alguns e juntamente me pede alguma quina para lhes acudir e os remediar.”

Macapá, 02 de abril de 1770.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 28

Carta do Mestre de Campo, Comandante de Mazagão, Matheus Valente do Couto, ao governador, participando que “No dia do presente mês de 11 de Abril chegou a esta Vila a canoa de que é cabo Francisco José Vaz com trezentos e cinquenta alqueires de farinha e trezentas arrobas de carne seca, dez arrobas de arroz, vinte canadas de Aguardente da terra, dez canadas de Azeite de Andiroba, trinta potes de manteiga, dez limas, cinquenta fechaduras, doze pincéis, dez potes vazios e oito libras de pólvora.

Chegou esta canoa em tal ocasião que já não havia para onde recorrer, pela razão de ser a viagem desta de vinte e cinco dias, o governador de Macapá me emprestou setenta alqueires de farinha e o Comandante da Vila Madre de Deus vinte e cinco para lhes satisfazer na mesma espécie além de trinta que se tomaram a um morador da Vila de Madre de Deus, dos ditos passou conhecimento o provedor comissário para serem pagos nessa cidade.

Sobre as portas e janelas que V. Ex<sup>a</sup>. me diz das casas da residência do Diretor Francisco Roberto me consta que já as levou para a nova povoação e só quinze lhe ficaram, as da igreja com que nos estamos servindo, e sendo V. Ex<sup>a</sup>. servido lhas entreguei, mandando fazer outra para a dita igreja.

Enquanto as acomodações das famílias não tenho alterado coisa alguma depois da ida de Manoel da Gama nem tão pouco com as recoenz (?) delas por não terem chegado em meu tempo.”

Mazagão, 22 de abril de 1773.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 33

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “Entregou o cabo de Esquadra Manoel José Valadão os 600 alqueires de farinha que V. Ex<sup>a</sup>. por ele mandou conduzir para o sustento dos operários desta Fortificação

Na mesma Canoa de recolhe a essa cidade o Ajudante Engenheiro Domingos Sambucetti e o cabo Luiz Antonio com os remeiros das equipações das duas canoas que ficaram na Vila de Mazagão Novo, e vão socorridos com o mantimento para doze dias que são os que poderão gastar até essa cidade”

São José do Macapá, 27 de abril de 1770.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 34

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “O Capitão Inácio de Castro, encarregado da Fundação da Vila de Mazagão Novo, me pediu o quizesse socorrer com três Carros e os seus competentes Bois das que lhe diziam aqui havia supérfluos e ociosos para poder conduzir as madeiras para os edifícios que está construindo, mas como o fundamento é falso de haver aqui estas carruagens ociosas e desnecessárias, o pude servir com este auxílio porque comunicando-o com o Sargento Maior Gronsfeld me disse que não era possível neces-

sitando-se de oitenta carros atuais para a obra que tem a fazer, e como o gado tem tido a grande diminuição que a V. Ex<sup>a</sup>. já representei, me impossibilitou auxiliar aquela obra com estes gêneros de que dou a V. Ex<sup>a</sup>. esta parte, ou para o haver por bem ou para me ordenar o que for servido.”

São José do Macapá, 28 de abril de 1770.

CÓDICE 108 (ANTIGO) E 219 (ATUAL) – DOC. 59

Carta de Marcos José Monteiro de Carvalho, ao governador, participando que “...V. Ex<sup>a</sup>. se sirva dizer-me até onde se estende a jurisdição pessoal do Sargento maior Gronsfeld, porque ele quer castigar todos os operários da obra, prendendo-os, metendo-os de Golilha e mandando-os para o calabouço, e soltando-os também, tudo à sua ordem, independente do governador da praça, e de minha comandancia, a quem não quer dar partes, e como esta confusão de jurisdição é muito nociva ao real serviço, espero que V. Ex<sup>a</sup>. lhe declare até onde chega a regalia que V. Ex<sup>a</sup>. lhe quer permitir, porque a mim já V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou que no calabouço só eu podia prender, e o governador nos casos que V. Ex<sup>a</sup>. lhe permita.”

Macapá, 31 de julho de 1770.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 02

Carta de Manoel da Gama de Almada, ao governador, participando que “Tomei entregue do Comando desta vila e da Inspeção geral da Obra da Fortificação do modo que V. Ex<sup>a</sup>. determina.

No que pertence à Vila não tenho agora com que ocupe o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. a este respeito. O hospital ainda que tem muitos doentes quem o enche são os moradores de Vila Vistosa.

O pé em que se acha a Fortificação creio será presente a V. Ex<sup>a</sup>., mas pela obrigação que tenho remeto uma exata conta dos operários dela e direi o adiantamento em que se acha. Das obras exteriores só o rebo- lim que cobre as portas está com a muralha levantada e parte do fosso

profundado; o Baluarte da Conceição está com o seu parapeito de terra e fachina principiada uma pequena porção de banquetta e a cortina que vai do mesmo Baluarte até o de São José tem uma altura do parapeito. No interior trabalha-se na abobada de um dos armazéns, estão dois com os alicerces abertos, e outro com princípio do enchimento, os quartéis dos oficiais a um faltam-lhe as ripas para se cobrir de telha e outro todo o madeiramento. Faltam oito abobadas das casas matas, as mais estão feitas, das quais já oito estão rebocadas: A ermida ainda não tem princípio; ficam cobertas de telha as casas que hão de servir de residência ao Governador, e também fechado o Armazém da pólvora.”

São José de Macapá, 14 de agosto de 1770.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 09

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Na fortificação vai-se trabalhando nos Armazens e em um dos quartéis na Casa daminha residência e aterrando-se alguma parte da Cortina que vai do Baluarte Nossa Senhora da Madre de Deus ao Baluarte de São Pedro, também se vão rebocando algumas casas-matas, porém eu não sei se me intrometo em dar estas partes a V. Ex<sup>a</sup>..”

São José do Macapá, 1º de setembro de 1770.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 16

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “O Sargento Mor Engenheiro tem pedido que lhe troque todos os soldados que Antonio Jose Pinto tinha empregados na pedreira; e como dependia de tão pouco satisfazer um oficial, de que a obra precisa tanto, eu lhe dei outras em lugar dos que estavam puxando estes para o serviço das guardas no que entende vou como V. Ex<sup>a</sup>. e interessa a união com que se deve servir a sua Majestade.

A obra da Fortificação com estes poucos operários tem conhecido adiantamento, entra-se com a abobada de um dos armazens que vem a

ser o terceiro e vai continuando em aterrar a cortina das casas-matas enquanto se trabalha nas abóbadas.”

São José de Macapá, 18 de setembro de 1770.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 20

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “O Adiantamento que há na ora da Fortificação é nas Casas-matas em as quais só faltam quatro abobadas, em todos os três Armazéns se trabalha, repartida a gente de modo que nas referidas obras interiores, tudo está em movimento: com a telha que veio se cobriam os quartéis, e se vai fazendo o mesmo a um dos ditos Armazéns. Fico compreendendo quanto V. Ex<sup>a</sup>. quer que eu me interesse nesta obra, e aos olhos de todos será claro que ponho todas as minhas forças em acreditar a minha obediência.”

São José do Macapá, 06 de outubro de 1770.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC: 37

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Quando esta canoa chegou já havia uns poucos de dias que os pedreiros não trabalhavam por falta de cal, porquanto a cal em pedra que tinha vindo ainda não estava queimada porquanto eu dei parte a V. Ex<sup>a</sup>. que eram precisas duas canoas da dita pedra da cal porque com elas se podia encher o forno com a que ficou mal queimada e já com a canoa só que já V. Ex<sup>a</sup>. tinha mandado infornar e queria fechar com pedra de Alvenaria mas considerando de V. Ex<sup>a</sup>. me mandaria mais esta esperei até agora e com efeito brevemente achei de mandar cozer. A queimada que veio se há de com ela continuar a obra e principalmente principiar a Abobada da Capela que já as suas paredes todas estão em mais de seis palmos de Altura e V. Ex<sup>a</sup>. com mais cinco ou seis canoas de cal que mande bastará para concluir as obras todos interiores da praça, porque as obras exteriores que se hão de fazer podem ser feitas com sarnambi porque também com ele fica bom, e escusa El Rey fazer tão grande gasto

em cal, porém isto é o que eu entendo, e V. Ex<sup>a</sup>. determinará o que lhe parecer melhor e mais acertado.

Também dou parte a V. Ex<sup>a</sup>. que as casas-matas que faltam por ladrilhar já se ficam, como também já fica feita a Abobada do Armazém que há de servir de Pólvora e já tenho repetido várias vezes em pedir a V. Ex<sup>a</sup>. a taboas de Acapu para o Pavimento de dito armazem e agora o torno a fazer como também as mais providências que tenho pedido e sem as quais se não pode continuar o serviço com aquela perfeição que carece e é necessário. Como também as portas e janelas das casas-matas não podem ser feitas de outra madeira se não da dita de Acapu, pois as outras de outras obras podem ser feitas de qualquer madeira, e não aquelas, e as que pertence a dita Capela.

Como V. Ex<sup>a</sup>. me recomendou a Armonia que deseja eu tenha com o governador desta praça. Eu com prazer com ele passamos em mandar uma canoa à vila de Santarém um das canoas da condução de pedra a conduzir peixe e manteigas, por que da mesma vila se deu parte ao governador que havia muitos desses gêneros e que se estavam quase perdendo, é certo que me há de fazer muita falta a dita canoa esta viagem, mas paciência, e asseguro a V. Ex<sup>a</sup>. que não sei o como me hei de haver com tão poucos Operários, e tanto serviço, e o que mais oculta, são pretos e calcetas: Os pretos ainda alguma coisa fazem, porém os calcetas é maior o número que o préstimo porque quase todos são velhos e estrapiados que não servem para nada, e muitos deles já tem acabado o tempo do seu degredo, a pouco ou nada fazem, porque também não vencem jornal algum se não a razão segundo aqui dizem os administradores da Real Fazenda.

Os parapeitos também se tem continuado muito o seu avançamento e desejava que V. Ex<sup>a</sup>. visse ocularmente o que se tem feito com tão poucas mãos e se tivesse tido aqueles carros que desejava já muito mais seria o seu avançamento e esteja V. Ex<sup>a</sup>. na certeza que eu me não descuido do Real Serviço e sentirei muito não estar na verdadeira lembrança de V. Ex<sup>a</sup>. e que algum intrigante tenha feito odiosa aquela honrra com que V. Ex<sup>a</sup>. me tem distinguindo e eu com a minha sinceridade Aleman conheço e conhecerei sempre para a confessar e na graça de V. Ex<sup>a</sup>. me encomendo.”

Fortificação de Macapá, 10 de janeiro de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Avisa-me o meu procurador que a Companhia Geral fez apreensão de meus soldos que se me estão a dever para ser pagos dos duzentos e tentos mil réis, e certamente me sinto muito deste procedimento porque havendo dezoito anos que vim para este Estado, é bem público que não sou caloteiro, e isto tendo só 24000 mil réis de ordenado /porque mais recebo em Lisboa/ E os meus soldos que já me estão a dever e pagam bem seja para esta satisfação, e não era essa a causa para me não Inteirarem a minha receita que dos soldos que ia vencendo se pagaria; mas lá mando ordem que me tire o meu recibo e com a Companhia não quero mais contas, e se eu fosse algum caloteiro, e que lhe devesse mil cruzados como outros, se não praticaram comigo estas grosseiras, saiba que a minha economia é gastar menos do que tenho, ainda como alguns, mas paciência. Fico este ano como o mais ridículo homem sem nada para o meu farnimento e já estou com a farda toda Rotta, e as camisas podres, efeitos do Real Serviço, e passando tão mal que aqui neste prejuízo não tenho o que comer se não Cabeça de Touro que me custa 160 réis, até os pescadores que V. Ex<sup>a</sup>. me fez mercê conceder já há mais de dois meses estão postos em a sua vila sem me trazerem nada, e o Diretor concentindo-os lá, sem embargo de lhos ter mandado pedir, de que não faz caso; Enfim Ex<sup>mo</sup>. Sr., nós os estrangeiros não estamos assim acostumados e não podemos passar sem bom comer e beber, e eu estou reduzido a tal estado, que me estou matando no Real Serviço sem comer nem beber e menos que vestir, e me sucede assim por não ser caloteiro para o que me não serve de nada a minha boas conduta até agora nesta parte, para a Companhia Praticar comigo semelhante falta por tal ninharia e isto estando-se-me a Dever a Real Fazenda e indo vencendo e se eu estivesse nessa cidade me remediaria por outra parte eu sou muito contente que a Companhia se pague, porém queria ser ermido do meu preciso, já que os pagamentos estão tão tardes.

Também já em outra lembrei a V. Ex<sup>a</sup>. que V. Ex<sup>a</sup>. me disse que eu entrava a vencer as minhas comedorias do dia que parti dessa cidade e tenho notícia que foi pelo contrário que se me não faz conta a cento e dois dias e é isto uma grande falta que espero V. Ex<sup>a</sup>. a remedie.

Eu até o presente estou de boa amizade com o governador desta praça, mas como estou com algumas moléstias e com muitas faltas, não só de viveres como de outras coisas, desejava que V. Ex<sup>a</sup>. me fizesse a graça de me mandar recolher para essa cidade e nela continuarei a Fortificação de Santo X<sup>o</sup> se V. Ex<sup>a</sup>. assim ordenar e para concluir esta obra outro qualquer o pode fazer, pois em mim se não encerram os vassalos.”

Fortificação de Macapá, 03 de fevereiro de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC: 46

Carta de João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “... os dois armazens que faltavam por telhas, já ficam com a telha em cima e me remediei com o que aqui se tem feito devido a tardança que tem havido em vir a outra que tenho pedido a V. Ex<sup>a</sup>.; mas sem embargo disto, sempre me é precisa a telha porque V. Ex<sup>a</sup>. não ignora que hei de fazer cozinhas em os vãos das rampas ainda que andem ser piquenas, sempre andem ser cobertas de telha e também a Casa para a guarda em o Rebolim da Porta e assim numa se pode escuzar a telha que tenho pedido.

A frente da outra cortina das casas-matas da parte da Câmara também já está calçada; os parapeitos de toda a circunferência da Praça já ficam cem faxina e agora é o serviço continuar a condução da terra para encher. A capela esta com as Cabotas postas e há de em 25 de corrente ficar acabada, cuja abobada é só de uma testa, ao alto, e as casa dos lados da mesma para acomodação do Capelão e Cirurgião já estão emparelhadas na sua altura e prontas para se por a madeira para o telhado e em até quinze do mês que vem há de todo ficar concluída, se não houver muita chuva.”

Fortificação de Macapá, 28 de fevereiro de 1771.

## CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 47

Carta de João Geraldo de Gronsfeld, ao governador, participando que “Mandeí dizer a V. Ex<sup>a</sup>. depois que me ordenou me congregasse com o governador desta praça, que eu havia fazer todo o possível para me conservar com ele em boa harmonia como V. Ex<sup>a</sup>. desejava e certamente é incrível o quanto busquei tê-la mas foi de balde toda a minha diligência porque foram tão continuas os defeitos que todos os dias me fazia debaixo de boa amizade /fingida/ que me tem feito recordar todo o passado: Eu bem sei que o mesmo Governador se há de nessa ocasião queixar a V. Ex<sup>a</sup>. mas creia V. Ex<sup>a</sup>. o que lhe parecer, que eu sempre sou oficial honrrado e sirvo a Sua Majestade com aquela honrra e atividade que é público; e aqui nesta Fortificação com mais exceção como é notório, mas a quem serve como eu todo são o a quem deplizir o bom serviço; não narro a V. Ex<sup>a</sup>. por miúdo o que tem acontecido há mais de um mês a esta parte porque me vejo importunar V. Ex<sup>a</sup>. com essas coisas ficando só o respeito de repetir a V. Ex<sup>a</sup>. me mude para fora desta Fortificação porque é impossível conservação porque não há quem se me não atreva, porque tem bom exemplo e até o diretor de Chaves sendo um miserável Cabo de Esquadra teve a confiança de me mandar essa carta que inclusa remeto, em resposta de outra que lhe mandei pedindo-lhe os pescadores que V. Ex<sup>a</sup>. me fez mercê conceder e veja V. Ex<sup>a</sup>. se é carta essa que se escreva a pessoa graduada e muito mais sabendo que gastei mais de doze mil reis em comprar canoas e mais pertences para os ditos pescadores; e tudo é arenga, pois aqui não falta nesta vila índios da dita vila e não fogem, e se para mim os não há para equipação de canoas que todos os dias estão chegando da mesma vila a vender tartarugas e peixe seco, estes não fogem, fogem só os meus pescadores que há quase três meses não vem e eu morrendo de fome e sem dinheiro, e que comer pois cabeça de touro já a não posso comer, tanto assim que já estou com uma grande obstrução, e para obviar todas estas coisas e não haver mais ocasiões de enfadar a V. Ex<sup>a</sup>. em remuneração do serviço, principalmente que tenho prestado a sua Majestade nessa Fortificação, peço a V. Ex<sup>a</sup>. me mande mudar e recolher para essa cidade, ou para onde V. Ex<sup>a</sup>. for servido porque como não tenho servido porque como não tenho que comer e

não sou senhor dos operários e mais pertencentes a obra que dirijo, é melhor que tirada a causa cesse o efeito, como o governador não se dá comigo, que me parece o devia fazer, porque seria utilidade para ele, porque de mim tinha que aprender e eu dele não tenho o que, e basta que se V. Ex.<sup>a</sup>. se quiser informar achará, que são muitos os queixosos e é tanto que até alguma pessoa que (...) a minha casa cuida logo em lhe fazer dezação por meu respeito.”

Fortificação de Macapá, 22 de fevereiro de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 64

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Cheguei a esta praça aos 23 do corrente pela manhã com feliz viagem e depois do devido obséquio ao governador dela passei logo a entregar a Carta de V. Ex.<sup>a</sup>. ao Sargento Mor Gaspar João Gronsfelds, ao qual em conformidade da ordem de V. Ex.<sup>a</sup>. acompanhei até a canoa na data desta, e que parte, tendo tido só a demora, que depois de descarregar, se achou precisa para o indispensável conserto: passando eu a morar na Casa em que o dito Sargento Mor residia, ao pé da obra.

Ao cabo da mesma canoa ordenei que assim que chegasse a essa Cidade entregasse logo esta a V. Ex.<sup>a</sup>. para obrar o que V. Ex.<sup>a</sup>. fosse servido.

O papel incluso que tenho a honrra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup>. poderá servir de instrução do estado em que achei e está a obra, enquanto não remeto o risco que V. Ex.<sup>a</sup>. me ordenou, e não coube na brevidade do tempo concluir-se; e nesta ocasião não devo deixar de pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup>. a honrra, atividade e zelo com que o Ajudante José Pinheiro de Lacerda e o Praticante Vicente José Borges Machado, se conduziram com aceitação geral, no tempo do impedimento do Sargento Mor continuando e promovendo as mesmas obras com acerto e Inteligência do sobredito Ajudante, recebi uma Planta perfeita da Obra, e Perfis que diz os únicos que lhe entregou o Sargento Mor, e este me disse não tinha Carta, Ordem, nem papel algum, mais do que os ditos.

Fico na inteligência de empenhar a minha inutilidade com toda a eficácia no adiantamento desta Obra, esperando a continuação da graça

e proteção de V. Ex<sup>a</sup>. que com a lembrança das distintas honras e mercês que a V. Ex<sup>a</sup>. tenho recebido só me poderão suavisar o sentimento de viver distante da presença de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 26 de junho de 1771.

Esta carta está anexa ao documento anterior.

“Conta do Estado em que está a obra da Fortificação no dia 26 de junho de 1771.

No interior da praça se acham concluídos os 3 armazens e o hospital e casa do Governador, quartéis dos oficiais, capela e as casa anexas a esta, de capelão e cirurgião, faltando-se a alguma destas acabar o reboque e sentar algumas portas e janelas.

As casas-matas estão acabadas, faltando só em algumas as ferragens (?) /que se estão fazendo// para as portas, os (...) destas casas-matas se acham todos com as abobadas repassadas de água, que de contínuo estão vertendo em grande quantidade desde que principiaram as chuvas.

A praça fica calçada em alguns defeitos pela irregularidade das pedras e imperfeição dos Pedreiros que não tem a prática necessária para isto.

As 4 rampas não estão calçadas, por causa do transporte das terras que se conduz em carros para os parapeitos.

Os mesmos parapeitos estão acabados no Baluarte de N. Senhora da Conceição e na Cortina entre este e o de São José, ainda que estão defeituosos por apodrecer a cair alguma (...) se acabando as do Baluarte de Nossa Senhora Madre de Deus.

Na meia lua que encobre e defende a Porta principal da Praça se está trabalhando no flanco e parte do revestimento da mesma e está na altura de 10 palmos acha-se construído um muro de 3 palmos e  $\frac{1}{2}$  de groço em diferentes alturas, pela irregularidade do terreno (...) fica no lugar da banqueta do parapeito da Entrada coberta, e irão está indicados na Planta, principia defronte do angulo flanqueado do baluarte Nossa Senhora Madre de Deus e continuando paralelo as faces da (...) estão certos os alicerces para o mesmo muro até defronte do ângulo flanqueado do Baluarte São José (...)

PESQUISA: OUTUBRO/96  
DOC. 10

CÓDICE 115 (ANTIGO) E 231 (ATUAL) – DOC. 02

Carta de Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “Pelo Mapa junto alcançará V. Ex<sup>a</sup>. o estado em que se acham os operários desta Fortificação e nas divisões deles se vê o piqueno número que fica para o trabalho da Praça, que constando agora o seu trabalho de aterros e aprofundar-se o foço e acabar-se o revelim: ficará morosa a sua conclusão sem o preciso remédio da providência.

Por hora continua-se na calçada e com a chegada da cal se reverteram as abobadas dos dois Armazéns e acabar-se-á a da Igreja que sendo a última se acha mais de meias paredes.”

Macapá, 02 de fevereiro de 1771.

CÓDICE 115 (ANTIGO) E 231 (ATUAL) – DOC. 05

Carta de Bernardo Toscano de Vasconcelos, ao governador, participando que “Trinta e uma propriedades de casas se acham em termos de receberem gente, entrando nesta número as do mestre de Campo, únicas que estão rebocadas e caiadas até 25 do corrente maio como já mandei dizer a V. Ex<sup>a</sup>. benefício que hei de ir mandando fazer as trinta referidas (...)”

Vila Nova de Mazagão, 1º de maio de 1771.

CÓDICE 115 (ANTIGO) E 231 (ATUAL) – DOC. 08

Carta de Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “Fundado na neutralidade que antecipadamente temos por fundamento para satisfazer as recomendações de V. Ex<sup>a</sup>. me tenho conservado entre o confuso labirinto despido do amor próprio para que o serviço de Sua Majestade se fizesse em sucego, porém como o diretor da obra pelo caso sucedido com o Governador a não queira dirigir, entregando

os perfiz ao Ajudante José Pinheiro; me vi obrigado neste caso a usar inteiramente da jurisdição que V. Ex<sup>a</sup>. conferiu, avisando o trabalho que estava moroso com os conflitos de jurisdições para que em nada se atrasasse o Real Serviço e creia V. Ex<sup>a</sup>. que por hora não tem padecido por depender mais o trabalho que está projetado de quem o aplique que deve ser delineado.

A calçada concluiu-se em 18 de maio e os alicerces das obras exteriores também: e fica-se rebocando a casa do Capelão e cirurgião para se passar a Igreja e Armazem junto a rampa do Baluarte de Madre de Deus que por úmido ainda não admite reboque. Tudo a mais acabado exceto aos parapeitos que estando todos principiados, só se acham quase concluídos os do Baluarte da Madre de Deus diz da sua Cortina Central da Frente até ao recinto da Guarita da obra, cortina que corre ao São Pedro. Se bem que os 18 carros que temos com tantas aplicações não dão a terra que basta para se adiantarem como devia.”

Macapá, 22 de maio de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 67

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Sem embargo de grande empenho que tenho de que se adiante esta obra à medida do desejo de V. Ex<sup>a</sup>. transcendendo aos limites da minha possibilidade os obstáculos, devo recorrer a V. Ex<sup>a</sup>. a esperança de alguma providência eficaz e proporcionando a necessidade urgente que há.

A deserção e doenças tem diminuído o número de operários de tal sorte trabalhando os pedreiros, não há com quem se continuem os Parapeitos, nem ainda permite o poder acompanhar e (...) aterrar as mesmas muralhas e revestimentos que se fazem sendo de gravíssimo prejuízo as águas empoçadas entre as mesmas obras feitas de novo e as porções de terraplenos e assim também não andam na condução das Pedras senão 4 canoas mal equipadas, havendo muitas mas para que por falta de quem as navegue, não se podem empregar, faltando por esta razão pedra para os oficiais poderem trabalhar e danificando-se juntamente (...) canoas expostas ao rigor do tempo sem haver aonde se recolham,

nem com quem se faça para se conservarem bem acondicionadas o que tudo redunde e grave prejuízo da Fazenda Real.

Havendo V. Ex.<sup>a</sup>. por bem determine acabar perfeitamente o interior da praça, isto é, os parapeitos todos, a porta principal, desembaraçar a ponte levadiça para se poder servir dela, como também a meia-lua com seus parapeitos, e foço revestido, a estrada coberta e explanada adiante da dita meia-lua e cortina da porta principal e logo passar ao outro lado atacavel entre os Baluartes de N. Senhora da Conceição e São José, continuando a sua (...), Revelim; porém como isto tudo necessita de engradamento, estacas e muita terra deixo à consideração de V. Ex.<sup>a</sup>. o quão preciso se faz uma fábrica de madeiras nos Anajás, mais operários e maior número de carros, as quais quase diariamente se diminuem por falta de Bois, devendo pelo contrário aumentar, pela razão da muita terra que se carece para aterrar parapeitos, obras exteriores, estradas cobertas, esplanada.

Como o Sargento Mor Gronsfeld me não entregou risco nem prospecto algum mais do que tinha o Ajudante José Pinto, e eu participei a V. Ex.<sup>a</sup>. na minha primeira, e lembrando eu do que V. Ex.<sup>a</sup>. me faz a honrra dizer que ele tinha recolhido (?) a V. Ex.<sup>a</sup>. o projeto do Cais, e o que era preciso para o dito, peço a V. Ex.<sup>a</sup>. me faça a mercê remeter mesmo no caso que for do agrado de V. Ex.<sup>a</sup>. que este se execute ou se V. Ex.<sup>a</sup>. ordena se faça outro para que eu o projetar e remeter a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sobredito Sargento Mor julgou mais conveniente pôr-se a pólvora no armazém que era destinado para Hospital tendo esta já os caixilhos com as redes de arame e as janelas e ferragens (..), porém por estar úmido se conserva a dita pólvora no primeiro que está seco, com bom assoalho de Acapu (...)"

Macapá, 04 de julho de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 68

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A obrigação de súdito me arrasta a pegar na pena, empenhado a conversar com os foras da honrra e consciência, o caráter de imparcial e pureza

da verdade, é dificultoso este (...) para meu gennio (?), mas forçoso, por ser para mim inviolável preceito a vontade de V. Ex<sup>a</sup>.

Cessa os disfarces próprios para averiguação precisa nesta tão delicada matéria em que perigam as honrras de dois sujeitos distintos e conhecido, tenho alcançado nestas dias cá está, que o Governador desta praça se tem portado de (...) e as benevolências do povo, não menos que a estimação e confidência da maior parte dos oficiais, a sua (...), familiaridade e sobriedade, fizeram tanto mais (...) a conduta do Sargento mor Gronsfeld, quando era pública, pois sendo alemão e sincero não ocultara (...) os agravos que ele julgava receber ou recolhendo-se como é constante na obra em casa desafogava a paixão (?) com as palavras mais injuriosas que esta lhe imperava e como eram ditas em toda ocasião e em presença de muitos nunca faltaram relatores, que para fazerem bons a seus partidos, igualmente a um e outro falços, persuadiram o Sargento Mor que o Governador intentara matá-lo, e chegaram a intimidá-lo de sorte que por essa coisa deixava de ir e vir às missas, de madrugada fechava suas janelas às Ave Marias e necessariamente vencia o rancor que fomentava esta suspeita e desconfiança, evitou ele ultimamente a comunicação de tudo, e todos evitaram ainda com maior cautela a sua, vindo de novo foi forçoso ouvir eu o fato relatado tanto pelo governador como pelo Sargento Mor, observando ou no primeiro a prudência de (...) o desembaraço como de prevenido e no segundo a paixão (...)

É fácil coligir que não haverá modo para se averiguar a verdade deste fato nesta terra, o que só indo os sujeitos que parecerem suspeitos a essa cidade declarar a verdade pois, o respeito, o temor e a paixão que existe à vista dos interessados poderá desvanecer-se, e permita Deus seja em benefício de ambos, pois a ambos vivo obrigado e a ambos desejo felicidades temporais e eternas, que para mim apeteço.”

Macapá, 04 de julho de 1771.

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Recebi a Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em Data de 23 de Setembro.

Não me afastando do projetado por V. Ex<sup>a</sup>.: aprovado, por juntas razões, determine prontificar os Armazens para os destinos respectivos indicados na Planta que está em poder de V. Ex<sup>a</sup>., pois tendo os quatro a mesma capacidade, só dois estão construídos do modo mais próprio para servir para a pólvora Hospital.

Cuidarei em mandar prontificar o retabulo de madeira para o painel que deve servir na Ermida, o dito painel deve ter 8 palmos de cumprimento e 6 de largo, e se fará lugar para a lâmpada e as ferragens necessárias para os Caixões, como V. Ex<sup>a</sup>. me ordena, e cá se poderão fazer os castiçais e Cruz para a banquela com brevidade e barato.

O farei o aviso ao alferes a cujo cargo está incumbida a Pedreira, faça extrair com a brevidade possível pedras da Cantaria do Cais do Baluarte Nossa Senhora da Conceição, para o que será preciso mudar-se a Pedreira para o sítio antigo, ande se há pedra capaz para esta obra e se fará tudo de sorte, que em breve tempo se possa dar princípio ao dito Cais, dando V. Ex<sup>a</sup>. a providência que é servido insinuar-me para a estacaria e conforme a Planta, que faz o sargento mor Gronsfeld, que V. Ex<sup>a</sup>. me diz remeterá na primeira Canoa.

Pela Cópia do parágrafo da Carta que V. Ex<sup>a</sup>. dirigiu ao (...) Comissário fico advertido que também pela minha (...) concorrer para a arrecadação da Fazenda Real enquanto estiver encarregado da direção desta Obra, não deixando sair operário ou oficial para diferente aplicação, atalhando despesas superfluas e vigiando que os materiais se poupem quanto for praticável; Não há dúvida Ex<sup>mo</sup>. Sr., que ainda sem esta advertência tenho cuidado até agora em evitar toda a despesa superflua e descaminho pelo fiz várias mudanças, como tive a honrra de participar, e V. Ex<sup>a</sup>. me fez a de aprovar, como todas conducentes a bem do Real Serviço, porém como já tem sucedido o que eu tinha previsto antes de vir para esta praça, e V. Ex<sup>a</sup>. estará lembrando que tive a honrra perguntar a V. Ex<sup>a</sup>. à partida para cá, me é preciso pedir a V. Ex<sup>a</sup>. me faça a mercê insinuar o que devo obrar quando o Governador desta Praça me manda pedir algum operário

ou oficial mecânico desta obra alguma diligência do Serviço dentro ou fora da terra, como também algum carro, Bois ou carreiros e juntamente como os Carpinteiros e Pedreiros estão todos empregados na obra, sendo ao dito governador ou a algum oficial, ou morador preciso algum deles, se devo ou não consentir se sirvam com os ditos, nas ocasiões que não fizerem considerável falta à obra, é sem dúvida também que poderá V. Ex<sup>a</sup>. mandar ao dito Governador faça alguma disposição ou dê alguma providência, da qual não serie ciente /não mandando V. Ex<sup>a</sup>. o contrário / ...

Estão trabalhando atualmente Pedreiros no revestimento da contrescarpa do Revelim, cujos alicerces se acham prontificados, com também os pequenos engradamentos da parede que serve de banquetta à estrada coberta, tem-se adiantado alguns aterros, e se vai conduzindo terras para os parapeitos do interior da praça, os quais quero experimentar só pela boa qualidade da terra poderão subsistir sem revestimento de faxinas, como se fez aqui no tempo da guerra e se acham atualmente muitos forte e com menos danificação do que os que se acham feitos no Baluarte Nossa Senhora da Conceição, que assim se adiantará mais o trabalho, e se evitará a divisão de pouca gente que há na fatura das fachinas acham-se com suas respectivas ferragens pregadas, todas as casas, e subterrâneos da Praça, e se estão cayando e limpando para se conservarem fechadas e com aceio.

Como me ocorre que nesta praça há de haver um terço da Cavalaria auxiliar, m que deverá servir em alguma ocasião que houver e a qualidade do terreno da Praça e seus circuitos, que são dilatadas campinas e planicies, oferecem toda a comodidade para as operações da mesma em tempo de sítio, deve esta necessariamente ou conservar-se no interior da Praça ou nos foços contiguos à mesma, e sendo preciso sair pela estrada Coberta à Esplanada, e para isto é indispensavelmente necessário haver Rampas ou subidas do Foço para a dita Estrada coberta que se costumam fazer defronte dos Angulos flanqueados da praça, e nas praças de aramas da mesma Estrada Coberta, e como na planta do Projeto não acho indicação alguma das ditas rampas, é preciso que V. Ex<sup>a</sup>. me faça a honrra determinar se acaso devo mandar fazer as ditas Rampas defronte dos Angulos flanqueados dos Baluartes São José e Nossa Senhora Madre de Deus, pois estamos já perto dos ditos com o revestimento.

Sendo uma das causas, e a mais principal de humidade que padecem as casas-matas a continuada chuva que em tempo de inverno entra pelas portas e janelas e que provém da declividade do terraplano tão necessário e do pouco, ainda que proporcionado resalto que na forma cimalha da frontaria dos mesmos subterrâneos, julgo preciso levantar-se uma parede pequena da largura de 2 tijolos e 2 palmos ou 2 e ½ de alto sobre a dita cimalha, com seus desaguadouros ou bicas para o despejo da águas que por esta modo irão cais em suficiente distância das sobreditas portas e janelas, principalmente distribuindo as mesmas bicas nos intervalos que estão entre os vãos. Aprovando V. Ex<sup>a</sup>. este pensamento se poderá efetuar brevemente.”

Macapá, 09 de outubro de 1771.

CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 85

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Na primeira maré depois que recebi a Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 13 de Outubro do presente ano parto para a Vila de Mazagão como Sua Magestade ordena e V. Ex<sup>a</sup>. determina deixando o Governo desta Praça ao tenente Coronel João Felipe Barbosa Pereira da Silva ao qual entreguei com a maior aplicação que pude, todas as ordens que de V. Ex<sup>a</sup>. tenho.

Eu hei de por todas as minhas forças em pacificar como V. Ex<sup>a</sup>. dezeja os novos Povoadores daquela Vila por satisfação ao Serviço de Sua Magestade, de V. Ex<sup>a</sup>., e por honrra minha, mas duvido Sn<sup>t</sup>. que as minhas disposições agradem a V. Ex<sup>a</sup>. com quem eu não tenho toda a fortuna que devera, e desejo merecer.

A Bernardo Toscano de Vasconcelos entregarei a Carta de V. Ex<sup>a</sup>., encarregando-lhe do estabelecimento e direção da referida vila praticando tudo segundo as instruções que achar nas ordens de V. Ex<sup>a</sup>. para que haja cadeia e casa da Câmara, farei acabar uma das casas já principiadas enquanto se não acaba o edifício projetado para os referidos ministérios.”

São José do Macapá, 24 de outubro de 1771.

## CÓDICE 110 (ANTIGO) E 221 (ATUAL) – DOC. 90

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Recebi a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir datada de 28 de Outubro.

Darei inteira e inviolável execução ao que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena, tanto a respeito dos oficiais, operários e materiais desta obra, como das Rampas e reparo que V. Ex<sup>a</sup>. é servido mandar construir.

Fico advertido do mal que obrei e mandar acrescentar o quarto nas casas em que habito, sendo incomparavelmente menos o discomodo de as pagar, que o sentimento que tenho e terei de ter obrado com poucos meses de assistência, coisa que não faço do agrado de V. Ex<sup>a</sup>., de que peço a V. Ex<sup>a</sup>. humildemente perdão.

Acha-se revestida toda a Contre-escarpa da meia-lua, e feita a parede que serve de banquetta na Estrada-coberta, menos a porção que fica defronte do angulo flanqueado do Baluarte Sra. Madre de Deus, na qual atualmente as acham trabalhando Pedreiros, estão rebocadas as casas matas e guarnecidos os frontespícios das mesmas e transito de Portas Falças, o cabides das armas quase em disposição de receber 480 armas sem chegar a meio armazém, nem levar segunda ordem por cima por não permitir a altura do dito, a casa da pólvora prontifica-se para receber a dita, e é necessário que V. Ex<sup>a</sup>. me faça a honrra determinar, se há de levar muro e corredor de resguardo, como está no primeiro projeto e risco do Sargento Mor Gallúcio, ou ficar como atualmente está só com duas portas, as mais casas do interior da Praça estão aceadas, prontas e já em parte ocupadas, trabalham os pedreiros debaixo da ponte de comunicação da meia-lua e Estrada-coberta, e em parte da Contre-escarpa do Baluarte Sra. Madre de Deus os operários que estão do aviamento dos Pedreiros / que são poucos e às vezes nenhum / se empregam nos Parapeitos do Baluarte S. Pedro; achando-se já feitos / menos as banquetas / todos os do Baluarte Sra. Madre de Deus e cortina entre este e o de São Pedro, e parte grande deste, 25 carros / que trabalham e se aumentam a proporção de número de Bois que vem / conduzem as terras para os parapeitos e grandes aterros, e se faz a diligência possível para conseguir estes antes da entrada do inverno, porém, Ex<sup>mo</sup> Sr., é muito diminuto e número de operários, e faz-se absolutamente impraticável conseguir qualquer coisa

com brevidade, e muito menos empreender obra de maior consequência, pois para acudir a alguma precisão, devem tirar-se os mesmos que estão trabalhando onde igualmente são precisos, os calcetas são poucos, velhos e doentes, os homens do Piauí poucos e estes empregados / e com grande providência / nos carros, os pretos em vários destinos, os rapazes reduzidos à quarta ou quinta parte do seu número. Dos índios existem unicamente os que guarnecem 3 canoas de pedra que andam na carreira com meias estações e na obra só 5, quase incapazes de serviço, não contando os da Pedreira e Trem dos Bois que são muito menos do que carece qualquer destes serviços, a deserção pasmoza e inevitável, pois sem embargo do bom trato, assim que chegam da muda, e muitas das vezes antes de 24 horas fogem, finalmente Ex<sup>mo</sup>. Sr, pelos mapas vem V. Ex<sup>a</sup>. no conhecimento dos que há e dos vários destinos que tem todos igualmente necessários, como vassalo de Rey, e empregado por V. Ex<sup>a</sup>. nesta obra, e como honrrado não devo deixar de pôr tudo na presença de V. Ex<sup>a</sup>. com aquela verdade e clareza que deve ser o primeiro objeto dos que servem a Sal Majestade sem exagerações, rebuço malicioso, e palliação, talvez que dirigido muitas vezes unicamente à própria conveniência, ambiciosa de louvor e prêmio pouco merecido.”

Macapá, 13 de novembro de 1771.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 02

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Fiz receber os gêneros contidos na relação de que constava a carta de V. Ex<sup>a</sup>. datada de 31 de Dezembro achando de menos 200 alqueires de farinha.

Depois de ter dado a V. Ex<sup>a</sup>. a precisa conta sobre João Froes de Brito adoeceu este e em breve tempo de seis dias faleceu: mas Deus que (...) dezampara o acompanhou até a ultima hora com todos os sentimentos de católico. No dia que o corpo se deu à sepultura mandou o Juiz companheiro soltar ao soldado João Antonio dizendo-me que João Froes lhe declarou o soltasse e me entregasse para que eu o castigasse ou o dechasse ficar solto, cuja última resolução tomei e como o Sr. de tudo, com a morte, sentenciou acauza afinal, ficaram sendo de nenhum efeito

as acertadas providências que V. Ex<sup>a</sup>. dava para atalhar os desordens que podiam haver.

Qualquer aviso que me seja necessário dirigir a V. Ex<sup>a</sup>. o farei como me ordena o parágrafo 7º da carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 24 Dezembro.

Preciso que V. Ex<sup>a</sup>. me diga devo ir destribuindo as casas que se forem fazendo a alguns moradores que aqui se acham ou se devem guardar-se para as famílias que depois vierem vindo.

Precisando-se aqui muito de um calafate, e havendo nesta cidade um mazaganista chamado Diogo Vaz, oficial do dito ofício, estimara que V. Ex<sup>a</sup>. o mandasse vir.”

Mazagão, 13 de janeiro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 05

Carta de Alexandre José de Souza, ao governador, participando que “Tenho a honrra de ir aos pés de V. Ex<sup>a</sup>. com esta que acompanha a planta que envio para nela ver V. Ex<sup>a</sup>. o adiantamento desta vila de Casas Armadas e feitas que já se acham e muitos conhaes de casas que já ficam postos em alguns quadrados e juntamente as balizas concluídas.”

Mazagão, 18 de janeiro de 1771.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 05 (ANEXO)

Carta de Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “pelo presente mapa conhecerá V. Ex<sup>a</sup>. o estado em que fica a fortificação de operários e de como foi mandada pelo comandante uma canoa ao pesqueiro a conduzir o peixe que lá se acha a requerimento, do que o administra pela falta da de Maurício de Seixas que diz foi para essa cidade.

Os parapeitos vão se concluindo, porem com grande trabalho por ser preciso irem-se fazer as fixas por terra de modo que sendo as divisões tantas e a gente tão limitada, adianta-se o que pode ser à proporção das forças.”

Macapá, 18 de janeiro de 1772.

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Pela Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir datada 4 deste corrente, fico na inteligência de que se deve efetuar o primeiro método que eu propuz a V. Ex<sup>a</sup>. na minha última de 16 de Dezembro, o que farei achando-se suficiente porção de pedra junta, para que se não experimente dilação e interpelações sempre prejudiciais em semelhantes obras, dando-se juntamente lugar a facear e cortar a pedra que vier.

Examinando o projeto do engradamento que V. Ex<sup>a</sup>. me remeteu, permita-me V. Ex<sup>a</sup>. a honrra de lhe dizer que sem embargo de que no dito se julga ser desnecessário continuar-se o engradamento na porção notada com a letra K, na Planta da Praça e juntamente se não faz menção de outro engradamento para o revestimento da contre-escarpa da Praça da parte do Lago, o devem necessário e indispensavelmente levar, pois, como V. Ex<sup>a</sup>. sabe todo este terreno é pantanozo e a altura e largura do aterro que forma a Estrada coberta e foço artificial, muito grande para não ser revestido e por consequência engradado, também não acho no dito projeto indicado o Revelim P, Q, R, da Planta e só sim o Baluarte M. O: sendo certo e inegável que igualmente este deve ter engradamento e revestimento, pois é parte da mesma Obra exterior, e no mesmo terreno, e como não sei o que V. Ex<sup>a</sup>. tem determinado a este respeito, com a resposta, e ordem de V. Ex<sup>a</sup>., remeterei a relação da madeira necessária para estas obras.

Como só no primeiro dia deste mês choveu e até a data desta continua o tempo sofrivelmente: bom, não tem trabalhado Pedreiros, aproveitando-me dele para adiantar com a pouca gente que há os parapeitos do Corpo da Praça, reedificando os do Baluarte Sn<sup>ta</sup>. da Conceição e fazendo-os da Cortina entre este e o de São José faltando-nos só os deste último e a metade da Cortina da porta principal e se continuam s aterros da Estrada Coberta ao redor do Revelim ou meia Lua.

É conveniente ao serviço que os Cabos das Canoas que andam nesta Carreira mandem cortar Timbo titica nas esperas das marés, podendo facilmente e sem perda de tempo trazer suficiente porção para os muitos

ministérios em que o dito se faz preciso para o que espero que V. Ex<sup>a</sup>. dará a providência necessária.”

Macapá, 19 de janeiro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 13

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Ao fazer desta se estão construindo os parapeitos do Flanco do Baluarte São José, imediato à cortina da Porta Principal, faltando só a metade desta cortina e acabar a edificação dos parapeitos do Baluarte Nossa Senhora da Conceição, que também estão quase concluídos para se achar completa e cercada a Praça de parapeitos, o que entendo se conseguirá até (...) princípios de seguinte, concorrendo para isto o bom tempo que tem havido e as lotações das 3 canoas da pedra que as vezes ajudam, por eu julgar não deviam aproveitar deles enquanto não entrassem as chuvas e como também se acha o aterro da Estrada coberta ao redor da meia-lua em estado de despedir as águas para o foço, determino, continuando o tempo favorável, fazer as banquetas dos Parapeitos da Praça, terraplenar as cortinas e Baluartes e juntamente ir fazendo os parapeitos da meia-lua que encobre a Porta principal e no caso que sejam muitas as chuvas, se irá (...) pondo a piçarra do foço da parte do Sul, que é trabalho próprio para a estação, por estar a dita modificada e juntamente trabalharam os pedreiros no desagudouro, que se acha feito até debaixo da Porta Falsa e para o qual já mando lavrar Pedra e prontificar as 2 grades de ferro que deve levar e é preciso fazer-se para se dar princípio à porção de cais do ângulo do baluarte Nossa Senhora da Conceição e se continuará o revestimento do foço da parte da sul e as rampas que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra mandar se fizessem, como também o resguardo ou aterramento da Casa da Pólvora...”

Macapá, 21 de fevereiro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 14

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Na canoa encarregada ao cabo de esquadra José Ferreira que ontem à boca da noite portou nesta vila se transportaram as famílias que constavam da relação inclusa na carta de V. Ex<sup>a</sup>. datada de 23 de Fevereiro.

Os povoadores que vieram ficaram arranjados com a satisfação possível, pois, nenhum deles deicha de conhecer o muito que eu me entereço em acomoda-los, e ainda que entretantos algum seja impertinente, quase todos me tem amor, e assim confio que tudo que V. Ex<sup>a</sup>. me ordenar se há de ezeutar com respeito e com vontade.

Sem opressão grande parece-me que não podem agora vir casais, ainda que estão já 20 em casas sós, se os operários fossem mais, a obra não luziria tão pouco, e V. Ex<sup>a</sup>. acomodaria logo a todos: e todos ente-reçavamos.

O mantimento que consta da relação inclusa na Carta a que respondo foi recebido no Armazém Real desta Vila.

Fico entregue da Planta e Perfil da Igreja matriz a à qual V. Ex<sup>a</sup>. manda dar princípio mas é necessário algum caboqueiro por que daqui foi descobrir a pedra chamado Manoel dos Reis está agora nessa cidade. É preciso pólvora, bois para quatro carros a duas juntas cada um, cinco canoas a conduzir pedra e areia, e mais que tudo índios, porque com o que temos devem parar de todo as casas, ou não há de ter princípio a Igreja: Pedreiros são tão bem precisos alguns; pois seis que há aqui unicamente andam rebocando: digo isto tudo porque o deve pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>., e ou se há de fazer uma coisa ou outra ou devem vir operários para se continuarem ambas.”

Mazagão, 11 de março de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 27

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “As abundantes chuvas que houve no mês de março e que até agora continuam só tem permitido trabalhar nas banquetas com intervalos, apro-

veitando-se o tempo em que se não podem construir estas, em romper a piçarra do foço da parte do Sul, porém espero se poderão concluir brevemente e dando o tempo lugar se irá terraplenando a Praça.

Trabalharam os pedreiros na parte de que serve de banqueta ao papeito da Estrada Coberta de frente ao ângulo flanqueado do Baluarte Sn<sup>ma</sup>. Madre de deus, logo depois da Páscoa e passaram depois a acabar o desaguadouro da Praça, o qual leva em distâncias iguais entre si, três grades de ferro, de resguardo, e é todo de pedra lavrada para maior segurança e se faz indispensavelmente concluir-se para poder fazer a porção de Cais que se há de fazer defronte da Angulo flanqueado do Baluarte Sn<sup>ma</sup>. da Conceição.

Estão-se continuando as tarimbas das casas-matas da Cortina da parte do Sul e se acham já 7 feitas e me diz o tenente Coronel Comandante que em uma delas será preciso fazer-se cômodo para as armas do uso diário do Regimento e separação para quartelheiro, o que me parece justo e se fará, mandando V. Ex<sup>a</sup>. mostra a experiência que estas casas-matas se conservam mais secas e são mais ventiladas do que as da outra cortina, porque além de serem aquelas mais úmidas, viradas ao Poente, e por consequência expostas a grande calor e privada dos ventos que sempre aqui reinam, se acham separadas e fechadas de duas em duas sem comunicação entre si, nem ainda do pouco ar que podiam receber sendo abertas, como as outras e assim quase inabitáveis e só próprias para armazéns de ferros, madeiras, a vista do que mandará V. Ex<sup>a</sup>. se é servido que também quer que se façam nestas tarimbas e se devem romper as paredes que mandou construir nas portas interiores de comunicação o Sargento Mor Gronsfelds reduzindo-as ao estado do primeiro projetos em que estavam no tempo de Sargento Mor Gallucio.

Fez-se preciso expedir uma canoa das que andavam conduzindo pedra, buscar madeira reparar a ruína que houve no Armazem em que estavam os mantimentos.

Vindo o Alferes João Roiz Ramos, Inspetor da Pedreira do Rio Arapecú a esta vila desobrigar-se, me informou este e também os cabouqueiros que se achava maior quantidade de pedra extraída do que poderiam conduzir em um ano, dobrado o número de canoas, das que presentemente andam na Carreira, a vista do que me lembra propor a V. Ex<sup>a</sup>.

seria muito conveniente para o Real Serviço e adiantamento da Obra, considerando os poucos operários que há, que se mandassem recolher o sobredito alferes, cabouqueiros, e operários que lá se acham ao menos por tempo de 7 ou 8 meses ficando-se as canoas na condução, unindo assim as poucas forças, e evitando talvez tirar mais pedra do que é preciso e sendo tão fácil extraí-la, necessitando-a a Obra que se for fazendo, antes dela poder faltar.”

Macapá, 14 de abril de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 42

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador participando que “Sendo V. Ex<sup>a</sup>. servido à minha partida para cá determinar-me fazer (...) método pelo qual me parecesse se deveria observar sem alteração nem novidade, remetendo-o a V. Ex<sup>a</sup>. para assinar e aprovar, tudo para mais aumento e adiantamento desta obra, nunca o fiz pois a união e harmonia que persistia entre todos os fazia desnecessário, porém como algumas pessoas mal intencionadas e trabalhadores (?) de (...) poderão morrer algumas (...) e embaraços que me façam vacilar na resolução peço a V. Ex<sup>a</sup>. encarecidamente me faça a honrra e mercê determinar-me o que devo obrar; não é isto Ex<sup>mo</sup>. Sr. dirigido a dar a V. Ex<sup>a</sup>. o mínimo desconforto, nem a julgar que a vaidosa preocupação de jurisdição me anima nem que a amizade, afeto e concordia com que vim com o tenente Coronel Comandante e que lhe devo, se ache alteradas mas sim para em tudo inteiramente sujeitarem com gostosa e pronta vontade ao que for do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. que reconheço é a mais acertada e para mm sempre será inviolável lei, para o que peço a V. Ex<sup>a</sup>. benignamente queira determinar.

Se os praticantes Sargentos da obra e mais soldados ocupados diariamente nela, devem ou não serem empregados quando houver ocasião de arrumar o regimento ou Destacamento principalmente os praticantes porquanto isto nunca sucedeu nesta praça, senão na segunda função de Desagravo em que por não querer eu implicar-me consenti fossem quando sei que até nas mostras gerais V. Ex<sup>a</sup>. mesmo já em vida do Coronel não quis assistissem fardados armados.

Se devo ou não dar o Risco da Praça ao governador ou Comandante dela para ter ou remeter, sem expressa ordem de V. Ex<sup>a</sup>. porquanto V. Ex<sup>a</sup>. quando me recomendou este ponto não fez excessão alguma.

Se os índios ou operários ou soldados desta obra se devem (...) para qualquer deligência repentina, sem serem pedidos ao Diretor, pois encontra isto uma ordem de V. Ex<sup>a</sup>. que me fez a honrra participar em Carta datada de 28 de Outubro do ano próximo passado.

Se se deve ou não observar a ordem que V. Ex<sup>a</sup>. remeteu ao Sargento Mor Gallucio e a qual ele me intimou por escrito, de que os seus subalternos seriam presos a sua ordem e soltos à mesma, só com participação ao comandante e outra ao Sargento Mor Gronsfeld para os operários e mais pessoas da obra.

Se é ordem de V. Ex<sup>a</sup>. / pois Sargento Mor Gronsfeld me entregou ordem nem carta alguma de V. Ex<sup>a</sup>. que o oficial ou pessoa encarregada do Trem, não consinta sair carros, bois, cordas, cipós sem ordenou bilhete do Diretor ainda que seja destribuída por qualquer outra pessoa, pois o alferes me diz lhe intimara esta ordem o Sargento Mor Gronfeld.

Se a distribuição dos operários nos diferentes trabalhos e destinos, o número de carros, a nomeação dos mestres e incapacidade de trabalho se deve ou não ser regulada inteiramente e só pelo diretor da obra sem intervenção de pessoa mais alguma.

Se os engenheiros ou praticantes devem ser presos ou repreendidos pelo Governador ou Comandante; ou se este deve participar ao oficial que se achar Dirigindo, para este proceder contra eles / exceto em casos maiores e crimes.

Se devem as pessoas empregadas na obra positivamente dar parte todos os dias do que se manda fazer e se faz aos Governadores ou Comandantes dela.

Finalmente, Ex<sup>mo</sup>. Sn<sup>f.</sup>, a honrra, atividade e zelo do Tenente Coronel Comandante e das mais pessoas, a cujo cargo estão os vários destinos desta obra, não deram lugar a estas dúvidas, mas sim os diferentes pareceres dos que contemplam de fora, e a incúria dos dois antecessores meus, que não deixaram as cartas de ofício de V. Ex<sup>a</sup>. e as ordens, nem a registro de suas cartas para a instrução dos que vierem a Dirigir esta Obra e sem embargo de tudo, peço a V. Ex<sup>a</sup>. se persuada, que enquanto

V. Ex<sup>a</sup>. não for servido decidir este pontos, antes me sujeitarei a qualquer pretensão do que me resolverei a alterar o sucesso e harmonia que existe tanto do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. e conforme ao meu gênio, e por isso me resolvi a pôr estas dúvidas na presença de V. Ex<sup>a</sup>. em Carta Particular.

Estimarei V. Ex<sup>a</sup>. continuando na posse de (...) saúde consiga as felicidades e sucego apetecido com a brevidade que deseja para amparo dos que tem a honrra de ser.

De V. Ex<sup>a</sup>.

Reverente súdito menor errado.”

Macapá, 15 de julho de 1772.

PESQUISA: NOVEMBRO/96

DOC. 11

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 45

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Logo que foram entregues as Cartas que V. Ex<sup>a</sup>. dirigiu ao Tenente Coronel Comandante e a mim, se despediu com todo o segredo em Canoa ligeira um Oficial de Pedreiro a render José Nogueira, que se achava em Mazagão, para ser preso com João Pedro Marçal da Silva e o carpinteiro João Pereira no Calabouço à ordem de V. Ex<sup>a</sup>., estes dois, que já se acharam no dito calabouço, sendo perguntados separadamente e juntos responderam o mesmo que já tive a honrra participar a V. Ex<sup>a</sup>. na carta última de 11 de Junho (...) que estando João Pedro Marçal da Silva em casa do Sargento Mor Gronsfeld estando este separando os riscos que havia remeter a V. Ex<sup>a</sup>. daqueles aos quais dava consumo rasgando-os, pedira o dito João Pedro ao Sargento Mor alguns pedaços para piques de rendas e bentinhos para sua mulher, e dando-lhe uma mão cheia o mesmo Sargento Mor os mandou pelo seu filho, que é de menor idade, a sua mulher, ficando ele com o dito Sargento Mor escrevendo e diz não soubera o que ao depois passou.

O pedreiro cayeiro diz que estando com José Nogueira vira sair a dita criança com os papeis e que pedindo-os separara o dito Nogueira e ele os pedaços de que se compõe a Planta, que V. Ex.<sup>a</sup>. remeti e as mandara grudar o dito Nogueira pelo Carpinteiro João Pereira em cujo poder esteve, como ele mesmo diz, mais de um ano, sem fazer caso dele nem o mostrar a pessoa alguma, diz João Pereira que estando o dito risco na sua casa, onde ficara para grudar dado pelo Nogueira, indo este para Mazagão, lhe pedira e que ele respondeu o tinha perdido, e não sabia dele, e depois de partir o dito Nogueira para Mazagão, pedira a ele o risco da Planta o cayeiro repetidas vezes até que a buscou e lhe deu, dando-lhe o dito cayeiro o papel que remete a V. Ex.<sup>a</sup>. o Tenente Coronel, com o Número 3 que igualmente diz o mesmo Carpinteiro lhe servia para Bentinhos, por não saber ler nem escrever, o mesmo diz e asevera o cayeiro e chegando o pedreiro José Nogueira de Mazagão, antes de entrar no calabouço, onde se achavam os 3 outros, em casa do Tenente Coronel em minha presença foi perguntado sobre (...) e disse que estando com o Cayeiro, morando ambos em um quarto, vira passar o menino, filho de João Pedro Marçal com os papéis, e que parando ao pé da porta, vira ele Nogueira os pedaços de que se compõe a Planta e outros papeis e riscos, e que sobrevindo o carpinteiro João Pereira levava os ditos pedaços para grudar, e que não sabia mais deles, negando ter ele dado os ditos para se grudarem, nem os ter separado e só sim que tirara um papel riscado em lápis da Porta principal pôr ser (...) civil e ele ser curioso e mandando-se fazer apreensão logo nos seus papeis, se lhe achou só o dito papel que vai marcado número 1 e outro número 2 que é uma Planta e Perfil da Guarita que ele diz lhe dera o Sargento Mor Gallucio para executar quando esta se queria construir e logo mandando-se vir a nossa presença o cayeiro e o carpinteiro João Pereira e confrontados convieram no mais, exceto dizer que mandara grudar o papel e que o pedira, negando isto o Nogueira, e afirmando o cayeiro e João Pereira: fora ele; pela confissão deles consta ter estado a Planta em casa do Carpinteiro mais de ano, e em poder do cayeiro, pouco mais de uma semana, e neste tempo a ter ele levado à vila um vez estando muito bêbado e ter mostrado a alguns operários e gente ignorante, sem nunca o largar, e perguntado pelo caixeiro de Antônio

José Vaz, por nome José Oliveira, que papel era esse que levava, lhe respondeu era um risco, e se o queria por meia pataca, respondendo o caixeiro que não, lhe tornou a dizer o queria por 4 vinténs, ao que respondeu o sobredito que lhe não servia esse papel e que se fosse embora pois estava muito bêbado e isto sem se abrir a dita Planta, nem a ver, isto mesmo também assevera o dito caixeiro, que também se mandou buscar e foi perguntando separadamente, também não consta por modo algum se tirasse cópia, nem passa-se a mão de pessoa suspeita porque ele o dito cayeiro nunca o largou até que se fez a apreensão.”

Macapá, 15 de julho de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 47

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Fez entrega o Cabo Bernardo Gomes da carta de V. Ex<sup>a</sup>. datada de 27 de Junho e fico ciente da remessa de ferro, aço e outros gêneros que se pediram para continuar esta obra, e que logo virá a cal que se acha feita, por não haver de que a dita se faz.

As excessivas chuvas tem impedido o progresso, que eu desejava tivessem os aterros, sem embargo de que estes diariamente se continuam com 40 carros, e se achar a explanada já quase toda da lauta da Banqueta, trabalham os Pedreiros no revestimento do foço da parte Sul, cuja escavação se adianta com toda a aplicação, sem embargo da dureza do terreno, também se acham feitas as paredes exteriores das rampas do foço para a Estrada coberta no redondeado da contra-escarpa defronte do ângulo flanqueado do Baluarte Senhora Madre de Deus e demarcada o Vadente que deve construir-se na contra-escarpa defronte da Porta-falça da Cortina Sul.

Com a entrada do verão, e quando se não tomarem chuvas, se fará logo o muro de resguardo da casa de pólvora, e buscarei reduzir a solo perdura sempre e impenetravel as chuvas os terraplenos por cima das casas matas e será também muito conveniente reduzir o revestimento dos parapeitos de Fachina, a tijolos que se poderá conseguir com muita brevidade, evitando-se a nímia dispesa e grande trabalho, que requer a

renovação e rectificação anual das mesmas fachinas, ficando os para-  
peitos assim perduráveis e constantes nas suas certas medidas e níveis.

Não é menos conveniente abrir-se uma janela no fundo do armazem,  
que deve servir de Hospital, como tem o de pólvora, e munições de  
guerra, pois deve o dito hospital ser arejado quando for possível, ficando  
com a segurança e fortaleza precisa e que os mais tem.

O tenente Coronel Comandante me comunicou a dúvida em que V.  
Ex<sup>a</sup>. estava a respeito do altar que ele pediu para a Igreja (...) até de ele  
equivocar-se nos termos de Altar e Urna, achando-se só feita e já colo-  
cada na capela a Urna que V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou se fizesse para a mesma  
em Carta datada de 4 de março deste ano, em lugar do altar de tábuas  
lisas e ainda não pregadas e em parte toscas, que participei a V. Ex<sup>a</sup>. em  
Carta datada 17 do dito mês de março não havia inconveniente deixar,  
podendo servir as ditas tábuas para diferentes usos porém acabando-se  
de pregar mandando V. Ex<sup>a</sup>. poderá com preferência servir para o desti-  
no que se pede a V. Ex<sup>a</sup>. por ter a capela da Praça, no Caixão que se fez  
todos os cômodos necessários para Ornamentos e mais preparos que  
ela necessita para poder servir como consta da Carta eu tive a honrra  
de dirigir a V. Ex<sup>a</sup>. em data de 22 de Fevereiro do presente ano.”

Macapá, 15 de julho de 1772.

#### CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 55

Carta de Manoel da Gama de Almada, ao governador, participando que  
“Ordenando-me V. Ex<sup>a</sup>. que acomodasse aqui em diante os novos po-  
voadores desta vila na conformidade das listas remetidas à provedoria  
comissária, dando uma morada de casas somente a cada família, e as  
famílias agregadas, que nas referidas listas se acham com este título:  
Devo pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que a execução da dita ordem obriga  
primeiramente a deixar sem casas próprias vinte e sete casais que já  
aqui se acham estabelecidos, ainda que vivendo pobrementemente, contudo  
com algum sucego, na fé de que as casas em que moravam lhe pertenciam,  
por V. Ex<sup>a</sup>. o ter assim ordenado / dizem eles / principalmente uma  
viúva que me apresento há tempos um despacho de V. Ex<sup>a</sup>. para se lhe

darem as mesmas casas que agora por outro mais próximo despacho de V. Ex<sup>a</sup>. pertencem a seu irmão: Em segundo lugar tínhamos referidos moradores, com a sua pobreza feito algumas obras nas ditas casas, de que tem grave prejuizo de perderem a despeza, não lhe ficando certamente recuperada em se darem aos cabeças das mesmas famílias / e se isto assim não é ao menos eles o entendem e o publicam/

Em terceiro lugar formam elas a sua maior queixa / ainda eu pondo toda a culpa à sua desgraça, e a ninguém mais / dizendo que se lhe não dão casas e que se lhe tiram depois de dadas, sem alguns cabeças de famílias me Mazagão, de cuja Praça saíram já com mulher e filhos, vindo outros casados de Lisboa, além de algumas viúvas que com os seus filhos e os grandes serviços de seus maridos defuntos motivam dó e fazem uma representação bem tocante; e que ao mesmo tempo vem dar uma morada a muitos que casaram naquela Corte, em que concorre a mesma justiça e alguns que de Lisboa vieram solteiros. E vem atenção a todos estes damores que chamam pela compaixão, a ninguém tenho feito mudar de casas, que lhe estavam dadas por me parecer melhor não, mais prudente mandar para elas parentes ou amigos dos mesmos que nelas estão. Ultimamente sendo eu testemunha de muitas lágrimas a este respeito, assim como o fui de dos seus serviços, e o tenho sido descontinuada série de trabalhos que os tem acompanhado, tendo consolado a todos, prometendo-lhe a proteção de V. Ex<sup>a</sup>., e dizendo-lhe que ponham a sua justiça nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>. que lhe requeiram, e que não desconfiem, por se não porem nos termos de padecerem primeiro no susto, que na ruína, e obrigado por todo todo este povo, de que eu tenho feito profição de ser Pai, levo à presença de V. Ex<sup>a</sup>. esta representação, para a qual espero que V. Ex<sup>a</sup>. olhe esquecendo-se inteiramente de mim, para que se possa compadecer destes moradores.”

Mazagão, 08 de setembro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 57

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “À partida da Canoa em agosto próximo passado não pude ter a honrra

de dirigir a V. Ex<sup>a</sup>. conta desta obra por me achar sangrado e de cama gravemente enfermo, o que agora faço, ainda que convalecendo para não faltar às ordens de V. Ex<sup>a</sup>. e à mina obrigação.

Desde a data de minha última de 15 de julho se tem inteiramente concluído o revestimento da Contre-escarpa do Foço da parte do Sul até o ângulo flanqueado do Baluarte São Pedro, não se podendo continuar por faltar terreno na (...) acha-se (...) em rampas e parapeitos o Redente no meio da dita Contra-Escarpa, faltando só acabar-se o ângulo saliente, também por falta de terreno, que se suprirá trazendo debaixo o fundamento em pedra que servirá de base ao dito ângulo. Estão concluídas e com revestimento interior e exterior as rampas circulares no redondeado da Contra-escarpa defronte do ângulo flanqueado do Baluarte Sn<sup>ta</sup>. Madre de Deus e o revestimento do perfil do parapeito que cobre a praça de armas superior e anexo às mesmas rampas, com o pequeno muro que serve de Banqueta e se trabalha no aterro e em terraplenar a dita obra, parte da Estrada coberta e os terraplenos do interior da Praça. Acha-se feito o revestimento da (...) Estrada Coberta para a campanha e a cancela da mesma subida, com pavimento lajeado para a dita cancela poder servir, fez-se a janela no fundo do armazem, que deve servir para as munições de boca e se estão concluídos as prateleiras e comodos necessários de madeira para poder servir bastante, acham-se guarnecidas de farinhas, como de armas e quarteleiro as Casas matas da cortina do Sul e passado um mão de trasso por cima do terraplano da mesma, faltando só uma quarta parte deste por não haver cal; obra sumamente útil, necessária e indispensavelmente precisa para evitar a penetração das águas até as abobadas das ditas casas-,matas, e o salitratem (?), antes que com o inverno se façam inúteis e inabitáveis por humidade carecendo deste mesmo benefício as da parte da Bateria, e de se reduzirem os revestimentos dos parapeitos destas duas cortinas primeiros (?) / de fachina a tijolo, pois pelas varas passa também a chuva a penetrar as abobadas, e como na mesma Carta de 15 de Julho representei a V. Ex<sup>a</sup>. não só estes, mas todos os revestimentos do parapeitos da Praça convem serem de um pano de tijolo pois a reedificação anual que carecem as fachinas faz despeza considerável e ocupa inutilmente os poucos operários que há, não se podendo conseguir de cada vez em menos de

5 ou 6 meses. Está perto o Remate com as armas reais no travessão da Porta do Revelim o meia-lua que recobre a porta principal da Praça, onde jogam as frechas da Porta Levadiça.

Continua-se os aterros da Esplanada com 32 carros e temo não se reduzam estes cedo a menor números por se achar a dos Bois diminuto, com as costumadas doenças que a estes sobrevivem na passagem do inverno para o verão, e seria muito preciso V. Ex<sup>a</sup>. mandar conduzir mais bois com toda a (...) possível para aproveitar os 2 ou 3 meses que restam para adiantar os ditos aterros, que é a mais necessárias e mais laboriosa parte de que se compõe o trabalho que tem a terá esta obra, ao mesmo tempo que se faz de um modo mais perdurável na qualidade do solo pois se conduz nos dito carros a piçarra que atualmente se tira da escavação do foço da parte do sul /: que entendo se achará por todo este mês para peça as da parte da Bateria? E se transporta para ganhar e compor no Lago o terreno que deve servir da Esplanada e também se terá para a mesma e para os mais aterros a dita piçarra de que se compõe algumas eminências perto e a tiro de mosquete da Praça, prejudiciais à mesma, pela comodidade que oferecem para a situação da Baterias que o inimigo quizesse construir, e para encobrir-se do fogo da Praça, serviu dela não só de Cavalheiro, mas de padraсто.

Vindo a cal se entrará logo a prontificar o Recinto (...) para evitar toda a umidade pois a estação assim o permite e se acha já disposta e convém muito que V. Ex<sup>a</sup>. tenha a bondade de continuar na efetiva remessa de cal, ou pedra para a mesma. Estando a polvora neste armazem, e não parecendo justo nem conveniente para a muita cautela que deve haver com este gênero, estivesse no Armazem que serve de Hospital fronteiro ao outro, estando os pedreiros trabalhando em pedra com martelos, picaretas, Mabanças (?) e outros instrumentos de ferro e passando carros, e outros incidentes que poderão haver; resolvemos decompor (?) parecer com o Tenente Coronel Comandante mudar-se a dita pólvora / por enquanto / para a casa do órgão, que estava sem destino e desocupado, como mais livre de comunicação, mais seca, arejada e menos perigosa e prejudicial ao Corpo da praça em qualquer companhia: o que se taparam duas frestas dos lados e se guarneceu a de cima da Porta com seu ralo de chumbo e grade de madeira, a janela interior com duas e grade

também de Madeira, e se acrescentou porta interior à outra que tinha, tapando-se uma das duas que davam entrada à mesma casa e efetuando isto com pouco trabalho, se transportou para a dita a pólvora no dia 25 de Agosto próximo passado, onde pode existir bem acondicionado até a final prontificação da Casa que se lhe destina.

A porta carece sumamente do Taboado que mandei pedir a V. Ex.<sup>a</sup> e já cá não há pedaço algum de madeira de Macapá.

Ex.<sup>mo</sup>. Sr. Empenhado a minha inutilidade com toda a eficácia e com grande desejo de que V. Ex.<sup>a</sup> fosse ocular testemunha para o adiantamento desta obra com certeza física de que se faz absolutamente impossível conseguir mais do que se tem feito nos 15 meses que estou nesta Praça, porém o limitado número de operários inteiramente desvanece a esperança que pode haver de (...) com a brevidade que V. Ex.<sup>a</sup> deseja e que a urgente (...) se acudir ao progresso e esforços que as águas fazem para entrarem no lago e reduzir tudo a praia, não lhe servindo de outro se não uma porção diminuta de (...) e pantanoso, de que se compõe ou deve compor o Baluarte e Revelim defronte da Cortina do Norte: diariamente estão caindo pedaços de terra, com as enchentes empelidas dos ventos e conseguindo entrar no foço e logo indispensavelmente hão de entrar no foço seco da Praça, e haver a sapata do Baluarte São José, descobrindo-lhe em breve tempo a Sapata inferior e engradamento. Bem carecia esta Praça e eu da presença de V. Ex.<sup>a</sup> ainda que fosse por poucos dias ou ainda poucas horas para V. Ex.<sup>a</sup> ver e resolver, ponderando o mais acertado e mais pronto, não podendo eu satisfazer nesta distância por escrito às circunstâncias que há ao remédio e meios que a minha pouca inteligência ocorrem, e as dúvidas que podem haver e a prudência persuada se não disprezem em matéria de tanta consequência.”

Macapá, 17 de setembro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 62

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “... Os moradores que aqui achei e que depois têm vindo todos tem já casas; além das 27 moradas que equivocadamente estavam dadas:

nestes termos pode V. Ex<sup>a</sup>. mandar mais famílias e se quizer que eu as acomode a dois casais em cada morada, como estavam quando eu vim para esta vila, queira V. Ex<sup>a</sup>. fazer-me a honrra de me ordenar assim e de me dizer se devem ser excetuadas algumas casas, para que eu obre em tudo a vontade de V. Ex<sup>a</sup>. ...”

Mazagão, 10 de outubro de 1772.

CÓDICE 125 (ANTIGO) E 242 (ATUAL) – DOC. 81

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Depois da Conta Geral do estado desta Obra, que tive a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. em data de 24 de Novembro próximo passado, se tem acabado de terraplenar os quatro Baluartes da praça, e das cortinas se falta terraplenar a metade, de que terminados pelos Baluartes Sn<sup>ra</sup>. Da Conceição e S. José por se achar embaraçadas com os cômodos interinos da cozinha da casa dos comandantes: só quarta parte da que é compreendida pelos Baluartes São Pedro e Sn<sup>ra</sup>. Madre de Deus, falta o traço que julguei conveniente passar, para maior resguardo da humidade das casas-matas.

Como o tempo ainda o permite, com parte de terra que produz a escavação do foço seco / que fica adiante da Contre-escarpa sobre o terreno alagadiço, fronteiro ao Baluarte Sn<sup>ra</sup>. Madre de Deus / que mandei abrir, vou também mandando construir os Parapeitos da meia-lua, que encobre a Porta Principal da Praça, e com a cal que veio, se irá continuando o muro de resguardo, e as mais obras do Armazem da Pólvora e peço a V. Ex<sup>a</sup>. adiante quanto possível for as remessas de cal ou pedra para a dita que se pode aqui fabricar no forno que existe, pois nos dois meses que ainda haja de verão, se poderão prontificar o ladrilho das rampas, o revestimento interior do terraplano da meia-lua, o traço sobre os terraplenos da cortinas que tem casas-matas e a parede pequena com desaguadouros por cima das ditas casas.

Também se carece muito das 20 dúzias de tábuas de Acapu de 24 palmos de cumprimento e 3 de polegadas de groço, que pedi ao Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. para o concerto das Pontes em carta datada de 22 de Fevereiro

deste ano e ele me faz a honrra participar em resposta de data 4 de Março se estavam prontificando na fábrica de Barcarena, pois além do (...) diário, que se faz preciso em a passagem dos carros, como não há acapu, é razão grande para a fazenda real o Cedro e os pregos que se gastam.

Nos dois fornos e olaria, que aqui há, se continua efetivamente em cozer e fabricar tijolos e os potes necessários para o uso dos operários.

Os carros em número de 21 continuam também em conduzir terra para a esplanada, e aterros como também lenha para os fornos e mais destinos que diariamente ocorrem.”

Macapá, 12 de dezembro de 1772.

#### CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 06

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A carta que V. Ex<sup>a</sup>. q me fez a honrra dirigir em data de 16 do corrente me foi entregue aos 28 pelo cabo de Esquadra Manoel Joaquim, nela me faz V. Ex<sup>a</sup>. a mercê lembrar da remessa dos 400 alqueires de cal em pó que chegou aqui em 10 de dezembro do ano próximo passado com a qual principiando a trabalhar os Pedreiros em 14 do dito: acabaram em 8 deste corrente mês pondo o muro de resguardo e as mais obras do Armazem da Pólvora na disposição em que tive a honrra participar a V. Ex<sup>a</sup>. na mesma última datada 15 do corrente ficavam e quanto a cal em pedra que V. Ex<sup>a</sup>. remeteu e aqui chegou na mesma data de 15 para aqui se fabricar, não chega para se encher o forno que é grande, sendo preciso 3 canoas de maior porte, ou 4 menores para se serrar a abobada, aproveitando-se assim melhor a despeza que faz a lenha, saindo mais bem cozida a pedra, rendendo às vezes mais de 2.000 alqueires, isto é, quando a pedra é de boa qualidade e grande, e só fabricando-se aqui a cal é que pode abundar e suprir para o trabalho efetivo e não propus isto a V. Ex<sup>a</sup>. na mesma e nas últimas canoas que daqui partiram por me achar então molesto e por me dizer o Coronel Comandante que ele lembrara a V. Ex<sup>a</sup>. isto mesmo.

Quanto aos pranchões de Acapu para o concerto das pontes que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena, examine se será mais conveniente e de menos despeza à Fazenda Real serem conduzidas do Rio Anajás, donde veio toda, que

se tem empregado nesta obra, ou da ribeira dessa cidade, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>. / permitindo-me a faculdade / que no caso que no dito Anajás atualmente existisse fábrica e houvessem canoas prontas para os transportes seria a condução de menos despesa e se efetuaria em menos dias, porém como julgo ser preciso estabelecer-se primeiro com intentou o Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. para a muita madeira que aqui se fará precisa para a estacaria e engradamento das obras exteriores que estão projetados e se acham terreno pantanozo e da que remeto a relação ao dito Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. em carta datada de 14 de junho do ano próximo passado querendo V. Ex<sup>a</sup>. que as Pontes se retifiquem com a brevidade que necessitem para evitar a supérflua / ainda que necessária / despesa que há tempos fazem com repetidos concertos e remendos de cedro e muita pregaria julgo que da Ribeira podem vir nas canoas dos transportes as 20 dúzias de Pranchões de 24 palmos de comprimento e 3 de polegadas de groço parecendo assim conveniente a V. Ex<sup>a</sup>..

Continua-se em completar os Parapeitos da meia-lua com terra calçada a Soquete por fiadas, para que recebendo em si as chuvas do inverno se calquem e consolidem para ao depois se revestirem do modo, que V. Ex<sup>a</sup>. for servido determinar, e se reduzirem aos seus justos níveis e altura. Continuam também os carros na condução das terras para a Esplanada e sobreditos parapeitos, quando chove se passa a cortar a piçarra do foço fronteiro à Bateria baixa.

Torno a lembrar a V. Ex<sup>a</sup>. a grande precisão que tem esta praça da presença de V. Ex<sup>a</sup>. ainda que fosse por poucos dias e quando desejo ter a honrra de conferir com V. Ex<sup>a</sup>. sobre muitos particulares dela para em tudo conhecer e ter o gosto de cumprir exatamente com a vontade de V. Ex<sup>a</sup>. em cujo desempenho se esforçará minha inutilidade com o zelo e atividade de que é capaz meu pouco préstimo.”

Macapá, 30 de janeiro de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 12

Carta de Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “Como tive a honrra de receber a estimadíssima Carta de V. Ex<sup>a</sup>. com

a certeza da entrega dos mapas, e agora remeto o de Janeiro para que V. Ex<sup>a</sup>. conheça o estado em que fica da Fortificação de operários e o destino deles. Como as retas intenções de V. Ex<sup>a</sup>. são encaminhadas buscar (?) as consequências que embarçarem a conservação destes operários, de que depende o adiantamento da obra, me obriga a inspeção que se me confiou de representar a V. Ex<sup>a</sup>. as misérias que ficam padecendo estes oficiais e trabalhadores na falta de serem socorridos pela Fazenda real com os mantimentos com que eram abonados, por servirem a crédito, pela falta de pagamentos os fazer não só falidos a eles mas também a algumas casas de comidas que haviam para as suas sustentações, pela razão de serem obrigados todos os dias a trabalhar sem os precisos meios de se manterem em uma terra donde cada um vai buscar o peixe, fabricar as roças e resgatar os efeitos: motivos estes porque se determinou se lhe desse aos sábados farinha e peixe que precisasse cada um para toda a sumaca, em cuja Folha extraída dos seus pontos, se lhe lança logo a importância do dito abono, e saindo-se lhe com o líquido que devem perceber no ato de pagamento, fica evitada toda a confusão. Reconheço ser impraticável este modo de pagamento em todas as reais obras da Europa: porém os diferentes meios que aqui há, pedem diferentes providências, que a faltarem seguro a V. Ex<sup>a</sup>. nos dezamparam, e como é geral a necessidade, ficaremos unicamente com os 115 pretos da câmara que são os que vencem ração, por serem pagos nessa cidade a cem réis para onde lhe são remetidas as suas folhas. Os índios além do jornal, vencem ração e aguardente, que nada os contém. Os calcetas além da ração, camisa e calção no fim de seis meses também tem sido abonados os referidos operários no açougue e lojas particulares para receberem os seus credores a seu embalco (?) em ato de pagamento e como estas ordens têm sido comumente confiadas do meu pequeno zelo, dezejarei inteirar-me se V. Ex<sup>a</sup>. o aprova assim, como também uma ração que se dá aos pedreiros de fora que não trabalham por falta de Materiais para em tudo me acomodar aos altos preceitos de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 29 de janeiro de 1773.

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador participando que “Considerando a laboriosa ocupação e as muitas providências e disposições que V. Ex<sup>a</sup>. tem e lhe embaraçam poder honrrar esta praça com a sua presença e com a brevidade que eu desejava e esta obra necessitava, não quis deichar nesta ocasião de expor e fazer V. Ex<sup>a</sup>. ciente de modo possível, do estado em que a dita se acha tanto a respeito do efetuado, como do projetado e progressos que diariamente fazem as águas, sendo as que mais se receiam as próximas de mês de Março, pelo que tenho a honrra de remeter a V. Ex<sup>a</sup>. a Planta que e acompanha a esta, na qual há mais explicação, achará V. Ex<sup>a</sup>. indicado o terreno que em (...)as águas tem aluído, e que diariamente se perde por ser já movediço arenoso e pantanoso e nos vinte meses que desta última vez aqui me acho dirigindo esta obra, terá diminuído 27 braças na entrada do foço, e vencendo o mesmo espaço que vai da escavação da águas no pequeno Baluarte e revelim da Obra exterior, até o foço aquático da outra parte e flanco fronteiro ao Baluarte São José devo juntamente temer que chegando a penetrar até a Sapata do mesmo Baluarte, entre logo a escarnar o engradamento e estacaria sobre o qual o mesmo está fundado. Na mesma planta também indiquei a porção de obra exterior que deve ser engradada conforme o projeto do Sargento Mor Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e que me foi remetido em ponto grande pelo Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. em carta datada de 02 de Dezembro de 1771, e sem embargo do que por muitas vezes escrevi e representei ao mesmo senhor e grande precisão que havia de pôr mãos à obra, evitando maior trabalho, maior despesa e sobretudo o referido perigo do Baluarte São José e de uma grande parte da obra, remetendo-lhe por ordem sua a relação da madeira precisa em carta data 10 de Junho do ano 72 próximo passado, como o dito Senhor se achava com muitas disposições igualmente precisas, e esperando diariamente por V. Ex<sup>a</sup>., não pode efetuar o desejo que tinha em dar as providências necessárias, só ultimamente em carta de 1º de Outubro do ano próximo passado, me ordenava que com preferência a qualquer outro trabalho enquanto o tempo o permitisse, se devia executar a providência dada nesta matéria e que o que fosse necessário de materiais

viriam por algumas canoas mais, que se poriam ao transporte, avisando eu com relações em que os declarasse em que respondi com data de 17 do mesmo mês de outubro que não se podia atualmente empreender obra alguma perdurando sem se achar prontificada e disposta a maior parte da madeira para a estacaria maior número de operários para o trabalho dos Macacos, canoas para os transportes e Bois para Carros e isto tudo na estação de tempo que aqui entra o verão, que é dos fins de Junho por diante em até meados ou fim de Janeiro, pois há se fazerem de inverno, com muita chuva, expressadamente com pouca reflexão de verdadeiro interesse do Príncipe e da prática estabelecida e aconselhada pelos melhores autores de sobrecarregar os fundamentos com os materiais em maior quantidade do que devem sustentar, especialmente em obras marítimas para passado um ou dois anos / em que se pode trabalhar na outra parte / se construírem com toda a segurança (...) abrir a alvenaria do Flanco e da Face do Baluarte São José e já se abrir também antes do tempo competente o foço aquático da obra exterior projetada, nasceu (?) entre o mar e fazer os temíveis progressos que hoje se estão vendo para obviar os quais ou ao menos retardar a penetração das águas, me pareceu conveniente ir alteando, e aterrando com piçarra conduzida em caros, a porção da obra exterior que é projetada e que deve servir de Estrada Coberta, não servindo isto de obstáculo algum ao engradamento e revestimento exterior e interior que necessariamente deve ter desde o ponto /17/ da Planta, fronteiro à face do Baluarte São José até os pontos /10, 12, Q, P / onde acaba a dita obra a qual providência principio a dar e continuarem mandando V. Ex<sup>a</sup>. e aprovando; não conciderando eu tão próximo, nem sujeita a temíveis consequências, a porção de Ribanceira, ainda que pequenas, que fica na linha capital prolongada e na face do baluarte Nossa Senhora da Conceição, porque mostra não ter tido diferença sensível desde 18 de Abril de 1771 em que o Sargento Mor Gronfeld fez o projeto do Engradamento, indicando as medidas das distâncias sobreditas no mesmo Baluarte até a Ribanceira e ainda desde a fundação do mesmo Baluarte em Dezembro de 1764, isto digo a respeito da Ribanceira, e não de terra que ao pé desta se achava que como era (...) e movediça logo depois da abertura do foço aquático se (...)

Macapá, 23 de fevereiro de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 28

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “O Sargento Manoel Gomes, cabo desta canoa, me fez entrega da Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em data de 16 de Fevereiro próximo passado e por ela fico ciente dos embaraços que V. Ex<sup>a</sup>. tem para poder efetuar sua viagem até junho próximo vindouro, reservando para essa ocasião as providências respectivas e particulares desta obra.

As peças de bronze que vieram consertadas e feitas pertencentes ao Armazem da Pólvora se ficam prontificando nos seus competentes lugares.

A pedra para cal julgo completará a porção que se faz precisa para o forno e com as sucessivas que V. Ex<sup>a</sup>. me diz fará em ocasião oportunas se conseguirá haver este material em abundância.

As abundantes chuvas em parte dificultam o progresso dos trabalhos e me obrigam a alterná-las do mesmo modo e qualidade que tenho tido a honrra insinuar a V. Ex<sup>a</sup>. nas precedentes Cartas.

Fico esperando as Ordens de V. Ex<sup>a</sup>. com a mais respeitosa obediência.”  
Macapá, 07 de março de 1773.

PESQUISA: DEZEMBRO/96

DOC: 12

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 30

Carta de João Felipe Barbosa Pereira da Silva, ao governador, participando que “Pela Carta de V. Ex<sup>a</sup>. de 16 do mês passado fico inteiramente instruído do que devo obrar para observância das ordens de V. Ex<sup>a</sup>. que a mesma contém, fazendo-se-me preciso dizer a V. Ex<sup>a</sup>. que a razão que avisei a V. Ex<sup>a</sup>. mandei dar, foi tão somente aos brancos Piauhís, operários da obra que não tinham estabelecida e estavam em estilo de receber todas as semanas, por socorro do Armazém Real, farinhas, Carne, peixe

e manteiga para seu alimento, e não como ração diária, que está só a recebiam os índios e pretos, a quem as não mandei suspender, pois claramente percebi que o espírito de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. em carta de 13 de janeiro próximo passado era para suspensão de socorros dados a conta de vencimentos de soldo, jornais, a oficiais Soldados Cobreiros e nesta mesma inteligência o fiz logo executar e se acha em inteira observância, e em tudo o mais que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena novamenteserei inseparável de obedecer a V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 07 de março de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC: 31

Carta de Matheus Valente do Couto, ao governador, participando que “Aqui me representou o Provedor Comissário desta Vila a grande falta de farinha que há para mantimento dos operários desta obra, e para as rações de algumas famílias que aqui já se acham estabelecidas e ainda não completaram o ano que Sua Majestade lhe manda contribuir, obrigando-me esta grande necessidade recorrer ao Comandante de Macapá e ao da Vila Madre de Deus os quais pela falta que experimentam da mesma me não socorreram se não com dez alqueires cada uma por empréstimo e agora suprindo a esta falta com a que se achava no armazem inútil, mandando-a rever pelo Surgião e alguma que melhor lhe pareceu se mandou torrar para deste modo desfarçar em parte a sua poderdão.

Esta obra Sr. Achar-se quaze parada pela falta que de tudo experimenta e maiormente depois que correu a notícia de terem estes índios os pagamentos nas suas vilas, a qual as tem obrigado a fugirem todos levando também as índias que já nenhuma só aqui se acha esperando eu por este motivo licença de V. Ex<sup>a</sup>. para meter as pretas de alguns moradores que me requerem para suprir a falta daquele ministério em que elas se ocupavam se intejucar, e afirmo a V. Ex<sup>a</sup>. que a providencia de se aceitar e os pretos tem sido a causa de não ter parado de todo esta obra, (...)”

Macapá, 23 de março de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 36

Carta de João Wilkens, a governador, participando que “Até a data desta se conservam os operários no trabalho da Bateria baixa e corte de piçarra e os carros em conduzir piçarra para altear o caminho que nas águas grandes se inundou, as mesmas também demoliu parte da casa em que estavam os poucos calcetas que ha contigua ao hospital e quartel para os ditos, se fez um cômodo no Tilheiro que serve de Carpintaria, também se reedificaram se modo mais perdurável, os Tilheiros do tijolo, digo, do Forno dos ditos tijolos, e da cal, e se infornou toda a pedra que aqui se achava, e por serem as duas primeiras canoas pequenas, ainda mostra o dito forno poder levar mais duas canoas de pedra e já se acha lenha junta e conduzida perto do dito forno que julgo poderá deitar agora 2 0 500 ou 600 alqueires de cal. (...)”

Macapá, 28 de março de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 37

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Chegou o cabo de esquadra Miguel João no dia 23 a este porto e me entregou a Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em data de 3 do Corrente e para dar inteira execução a todas as cláusulas da ordem de V. Ex<sup>a</sup>. atendendo aos poucos dias que restavam para chegar a Canoa no dia prefixo em que V. Ex<sup>a</sup>. me diz deve partir a charrua, fiz toda a deligência para concluir a planta desta praça, em que distintamente se mostra o estado atual em que ela se acha e o que falta para se completar, segundo o projeto da mesma obra.

Juntamente tenho a honra de remeter a V. Ex<sup>a</sup>. os resumos dos orçamentos feitos com a maior exatidão que a brevidade do tempo permitiu, tanto no engradamento projetado, como das mais obras que julgo devem indispensavelmente ser engradadas e revestidas tanto a respeito do Terreno em que estão situadas, como das suas alturas; o que se pode melhor julgar à vista da mesma Planta.

Enquanto às ruínas que se tem experimentado nesta obra e das que se lhe receiam, tenho a honrra de informar a V. Ex<sup>a</sup>. que o Baluarte São José, que se construiu sobre engradamento no ano de 1766, em chegando à altura de 15 palmos de alvenaria, logo principiou a mostrar que tinha cedido / e isto por se insistir na sua construção, sem dar tempo a assentar o dito engradamento, sobrecarregando-o / pelo que o Sargento Mor Henrique Antonio Gallucio, então Diretor da Obra, mandou fazer um arco sobre a dita abertura e continuando a muralha para cima também continuou a abrir a muralha segunda vez, e fazendo outro arco maior para atalhar este defeito, sem embargo do tudo, estando no Cordão e este posto, tornou a abertura a ser sensível e desde então para cá se acha ser a dita de 2 polegadas e  $\frac{1}{2}$  tomadas no dito Cordão, continuando desde o mesmo em até a sapata, nos pontos que indicam as letras a e b da Planta e posto que depois eu cheguei a esta Praça, se fizeram os parapeitos do Corpo da dita como também em janeiro do ano próximo passado os do dito Baluarte de São José, observando eu sempre com exatidão se havia alguma diferença com este novo peso das terras, lha não tenho achado sensível: pelo que se pode supor que terá feito assento o engradamento, faltando só experimentar-se o efeito da artilharia disparada tanto no mesmo baluarte, como no Flanco do Baluarte Sra. da Conceição que lhe fica oposto.

Construindo-se logo no princípio da obra os parapeitos revestidos de Fachina, experimentam estes continuamente ruína, carecendo / por apodrecer a dita fachina / de frequente reforma, que serve de grande despesa e se não poderá conseguir reduzi-los a seus competentes níveis e perfeição devida enquanto se for revestindo e retificando com a dita fachina, ficando os parapeitos defeituosos nas suas grossuras e alturas.

A experiência me faz evidentemente recear que continuando o mar, os progressos que tem feito em poucos anos, e se indicam na Planta, poderá / desfazendo a alluindo (?) a porção de terreno baixo e arenoso que fica desde a ribanceira, em que está situado o Baluarte N. Sra. da Conceição até a entrada da vila e introduzindo no lago / penetrar até o foço e sapata do Baluarte São José e batendo as ondas das águas grandes na dita sapata / que fica no nível das mesmas águas / escarnar os alicerces, descobrindo o engradamento com ruína total da porção engradada, o

que se deve buscar evitar com o engradamento projetado pelo Sargento Mor Gaspar Geraldo Gronfeldt, sendo Diretor em abril de 1771, para a obra exterior 11, 12, 13 e 14, 15, 16 da Planta e projeto de Sargento Mor Gallucio e com as porções F, 17; L, 10: da contrescarpa e Revelim I, R, que julgo igualmente necessário engradar-se, compreendendo eu a obra L. 10 da contrescarpa porque o mar também vai alluindo o terreno baixo, em que a dita está construída.

Porquanto toda a ribanceira onde está situada a Bateria baixa, também no decurso de anos se vê arruinar e gastando o mar a tabatinga de que se compõe a parte inferior e mais próximo à água da dita ribanceira e minando-a, faz cais porções grandes dela, julgo conveniente e necessário escarpa-la, de sorte que fique a Base do Talud igual à sua altura, evitando assim Cais, reduzindo os parapeitos da Bateria / depois de esta rebaixada a uma espécie de Esplanada, de sorte que não haja ponto algum em que se não possa descobrir qualquer objeto, dos parapeitos da Praça e da mesma Bateria e dificultar pela sua boa defesa todo o desembarque e aproximação por esta parte.

Quanto ao que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena a respeito da informação sobre os defeitos que considero ter esta Praça, sem embaraço do pleno e cabal conhecimento que tenho da minha pouca capacidade, contudo por dar a devida e inviolável execução às ordens respeitáveis de V. Ex<sup>a</sup>. com toda a obediência direi que a perfeição de uma praça não só consiste na boa disposição das suas partes, competentes grossuras e alturas, boas obras exteriores; vantajosa situação nesta. Senão também na capacidade e distribuição do interior dela tanto a respeito da boa e segura acomodação das tropas regular e irregulares, empregadas em sua defesa, como da bondade dos armazens para a quantidade competente de munições de Guerra e Boca, para a necessária subsistência da mesma tropa, e com tudo se deve regular pelas grandezas das Praças, aproveitando nas mais pequenas todo o terreno para os sobrerreferentes fins, acho que na cortina compreendida entre os Baluartes São José e Sn<sup>ta</sup>. da Conceição, se podiam e deviam construir subterrâneos ou casamatas, como também nas porções de cortina que ficam ao lado da porta Principal e ainda em cada Baluarte, que todos tem capacidade suficiente, não bastando as das duas Cortinas para conter o número de defensores, que indispensa-

velmente carece esta Praça, considerando a sua circunferência e obras exteriores nem os três armazéns a prova de Bomba que se destinam para doentes, munições de guerra e boca para os ditos ministérios, cuja falta podia suprir maior número de casas-matas.

Também parece ser defeituosa a Praça em não ter poço nem cisterna, pois pode haver ocasião em que o inimigo impeça gozarem os defensores da abundância de água que oferece o Rio, em cujas margens estão situados, facilmente se pode conseguir uma ou outra coisa, ou ambas. Assim também não há latrinas, pois originando-se dúvidas sobre a oportuna situação delas, reservou o Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. a decisão por sua vinda, a qual como se não efetuou desde Agosto de 66, até a sua partida, se fechou a Praça, sem se dar esta necessária e indispensável providência.

Acha-se calçada Praça de pedra grossa e desigual, e como está em ocasião de sítio (?) necessariamente se deve tirar o que se não poderá conseguir sem tempo e grande trabalho, julgo poder-se escusar.

Mostra a experiência que as Casas-matas construídas na Cortina compreendida entre os Baluartes Sn<sup>ra</sup>. Madre de Deus e São Pedro, não só se conservam mais enxutas e arejadas por respeito de estarem mais expostas ao vento, do que os que ficam na Cortina compreendida entre os Baluartes São Pedro e Sn<sup>ra</sup>. da Conceição senão também porque se comunicam todas entre si, e não tem separação, o que não sucede nas outras, porquanto de duas em duas estão fechadas, além de ficarem viradas para o Poente, sem receber o vento NE que aqui comumente reina, senão pelas cheminés que tem, nas quais poucas vezes se pode acender fogo, porquanto ambas as casas se enchem de fumo, que então as rendem inabitáveis e como as janelas e Portas são alternadas, caindo em tempo de sítio algumas Bombas da Casa que tiver porta, e sucedendo abater-se, enchendo-se de entulho, não se poderão livrar os que tiverem na casa próxima, sem arrombar as grades de ferro, que tem em todas as janelas, pelo que também me parecem defeituosas neste particular, e mais acertando abrirem-se.

Sendo certo e inegável que as Contraminas e Fornilhos são umas das melhores defesas das Praças, e que mais demoram os progressos dos sitiadores, não tem esta Praça alguma, podendo-se ter construído ou

nos Baluartes atacáveis o debaixo da Estrada-coberta e Esplanada, para evitar fazerem-se em tempo de sítio, no qual não falta em que cuidar e é mais custoso.

Em todo o circuito da Praça se devem arrasar as eminências que há e que dominam a Estrada Coberta e oferecem terreno vantajoso para a situação das Baterias inimigas, assim como também todo o mato e arvoredo que está na margem do lago, da campina e da vila e que se achar a tiro da artilharia da praça, como também se devem entulhar os lugares mais fundos e Covas que há, em que se possa encubrir qualquer pessoa sem ser descoberto da praça. Dos lugares mais altos se vai atualmente tirando e se há de tirar terra e piçarra para os aterros e para arrasar as partes em que atualmente se acham as olarias, os Fornos, o trem e outras casas, e o mato, se deve conservar um competente número de obreiros depois de acabada a obra, os quais também servem para a limpeza de terraplenos, parapeitos, Estrada Coberta, Esplanada, Foços, que nesta terra continuamente estão carecendo deste benefício.

Tendo dado quanto me é possível execução à ordem de que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dirigir-me, só me resta certificar a V. Ex<sup>a</sup>. que fico esperando novas ocasiões de pregar a minha fiel obediência com a mais rendida vontade na determinação do gosto e serviço de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 28 de março de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC: 49

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “(...) Ao Diretor da Fortificação ordenei que logo puzesse as portas que devem fechar a Principal e em vinte e quatro horas se há de executar a ordem. As pontes estou na deligência de se levantarem, mas julgo o conseguirei somente nos da meia-lua que cobre a porta; e artilharia toda estou fazendo entrar na Fortaleza.

Creia Vossa Excelência que trabalho em não ser surpreendido, e fie da minha honrra e da veneração com que respeito e amo o serviço de El Rei meu Senhor, o muito que estimo ter a honrra de governar debaixo das respeitáveis ordens de V. Ex<sup>a</sup>. uma Fortaleza em que interessa

à Coroa de Sua Majestade, por me ver na honrrável precisão de dar a última pinga do meu sangue última pedra dela (...)

Macapá, 17 de maio de 1773.

CÓDICE 128 (ANTIGO) E 245 (ATUAL) – DOC. 61

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A grave e prolongada doença de que ainda fico convalescente me privou ter a honrra de cumprir com a forçosa obrigação que tenho de participar a V. Ex<sup>a</sup>. em todas as ocasiões o progresso desta obra, o que agora faço, apeteendo (...) satisfazer a vontade de V. Ex<sup>a</sup>. em tudo que permitir a minha inutilidade.

Aos doze de Maio pretérito me fez entrega o cabo Miguel João, dez cartas de V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em data de 27 de Abril.

Continua-se a construir a parte a Esplanada que fica entre a (...) da Estrada-Coberta e o Angulo Saliente que a mesma forma para a parte da Campanha, tirando desta a terra para aquela e espero em poucos dias se completará, ficando a parte que é compreendida entre a sortida e o ângulo reintrante defronte de ponte da meia-lua já feita e brevemente passarei aterrar e construir a porção da dita Esplanada da parte do lago, onde já conduzem piçarra e terra os carros que há e certifico a V. Ex<sup>a</sup>. que só quem é e foi testemunha ocular sabe e pode acreditar a imensa porção de terra que tem sido e há de ser preciso transportar, para reduzir a terreno sólido e competente altura a maior porção da sobredita Esplanada que ocupa o terreno baixo e pantanoso do lago.

No dia 23 do corrente mês, achando-se colocada a Porta Principal da Praça, com todas as suas ferragens ou fechaduras / menos o ferrolho grande que abraça a porta e o postigo, que se não acha feito por falta de ferro capaz e largo / entreguei no Governador a chave grande da Porta e a do postigo, acha-se finalmente a praça em disposição de se fechar, e tendo eu o gosto de concorrer para este ato no memorável dia 24 deste mês, podendo-se piamente crer que rendera propícia a Proteção Divina para ela, a intercessão daquele Santo, que entre os nascidos foi o maior, assim como este Estado aclama venturoza a época, em que para

o governar e proteger foi destinado V. Ex<sup>a</sup>., em cuja pessoa se admiram e veneram as Excelência de tão soberano nome.

No dia 26 do Corrente se principiou a tirar do forno a Cal que aqui se fabricou, e determino no dia 10 principiar a fazê-la servir no recinto de armazem de pólvora, rampas e mais obras, que ainda se acham imperfeitas, o número que produziu de alqueires não aponto porque ainda se não acabou de tirar toda e a experiência que vai mostrando, contra a minha opinião e a de muitos / pois de a primeira vez que aqui se fabrica, depois que estou dirigindo esta obra / que sairá mito mais em conta a dita cal, vindo da cidade feita, pois conduzindo as 6 canoas que são precisas de pedra para encher o forno, em lugar desta, umas pelas outras, 500 ou 600 alqueires de Cal, produz mais quantidade do que o forno, que não poderá passar de dois mil e duzentos em até dois mil e trezentos alqueires sendo a condução da lenha, a que além de trabalhosa, embaraça mais os carros que se poderiam ocupar com mais proveito e adiantamento da obra nos transportes das terras.

No dia 14 deste mês expediu ao Governador ao Ajudante José Pينهiro de Lacerda para a deligência do caminho da comunicação da vila Vistosa e Mazagão com esta.”

Macapá, 28 de junho de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 09

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “O cabo de esquadra João de Souza me entregou carta que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dirigir-me datada de 25 de junho próximo passado.

A pedra de Cal que mesma canoa transportou, servirá para nova fornada, sendo V. Ex<sup>a</sup>. servido com a brevidade possível, mandar mais cinco canoas dela, pois como já tive a honrra participar a V. Ex<sup>a</sup>. na minha última de 28 de Junho, vendo eu que o tempo dava lugar a nos aproveitarmos no adiantamento das obras, que restam a fazer, me resolvi a mandar queimar a que cá havia, a qual produziu só mil quatrocentos e quinze, ficando parte da pedra por cozer, o que sucedeu por alguma das muitas casualidades, que produzem diferente efeito ao que se espera,

e eu atribuo a má qualidade da lenha, com a dita cal se principiou a trabalhar de pedreiro no dia 30 de junho e se continua. Resta-me pedir a V. Ex<sup>a</sup>. queira fazer a mercê mandar transportar também uma canoa de cal, na primeira ocasião, para no caso que esta faltar, se não largar sem concluir as obras necessárias; também se necessitam vinte e quatro pincéis de caiar e alguns barris de alcatrão para guarnecer as obras de madeira que com a entrada do verão, sem este benéfico, se costumam danificar, juntamente rogo a V. Ex<sup>a</sup>. queira adiantar a remessa do taboado de Uacapú para as pontas.

Terei a honrra de me empregar com a eficácia deque é capaz a minha inutilidade.”

Macapá, 08 de julho de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 26

Carta assinada por Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, Sargento Mor, Henrique João Wilkens, Capitão Diretor, Domingos Sambucetti, Ajudante, José Pinheiro de Lacerda, Ajudante e Alexandre José de Souza, Ajudante, ao governador, participando que “Em execução da ordem de V. Ex<sup>a</sup>. que me foi dirigida em data de 11 do corrente mês assistido do Capitão Engenheiro Henrique João Wilkens, atual Diretor das Obras da Fortificação desta praça e dos Ajudantes Engenheiros Domingos Sambucetti, Alexandre José de Souza e José Pinheiro de Lacerda, passei ao novo e circumspecto exame desta Praça e uniformemente concluímos que se devia pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte.

Quanto ao estado presente da dita obra, clara e distintamente se verifica ser a mesma que se vê na última Planta particular e indicativa que o dito Capitão Engenheiro: atual Diretor, remeteu a V. Ex<sup>a</sup>. em data de 28 de Março do presente ano.

Reduzem-se os defeitos que lhe concideramos e as ruínas que tem padecido e se lhe receiam, em primeiro lugar a abertura do foço aquático da parte do lago, que se não devia efetuar em terreno de sua natureza pantanoso, cuja abertura causou os estragos que se estão vendo com a entrada das águas do Rio das Amazonas, naquele terreno, acabando

de enfraquecer o mesmo em forma que ficará incapaz de se construir nele a obra projetada exterior, e as mesmas águas, chegando ao Baluarte São José, concorrerão para a sua ruína, em segundo lugar se receia justamente pelas fendas que mostra o dito Baluarte São José, venha a ter ruína o ângulo da espalda da pare do foço aquático, e se abata a maior parte do flanco, e boa parte da Face, cuja porção de alvenaria, e sobre engradamento naquele péssimo terreno, sobrepondo as estacas até assentarem e chegarem, no solido, que em muitas partes se achava profundidade de sessenta palmo, e mais, por cujo motivo será conveniente colocarem-se no dito Flanco e Face algumas peças de grosso calibre e fazerem-se descargas das mesmas, sendo menos mau e manos prejudicial se cair com esta experiência do que se isto acontecer em ocasião de algum ataque. Em terceiro lugar, receia-se que o ímpeto das águas pelo progresso do tempo, assim como tem sucedido e atualmente se vê vá minando e alluindo a ribanceira sobre a qual estão situados os dois lados da Fortaleza, na forma que se vê na Planta, a qual ribanceira, ainda que de piçarra bastantemente sólida, contudo da parte inferior é composta de Tabatinga que facilmente se desfaz.

E porquanto pelo ponderado se julga se desnecessária e ainda prejudicial a Obra exterior projetada sobre o referido terreno pantanoso da parte do lago e ser urgente a necessidade de impedir o progresso das águas, deve-se com preferência a qualquer outra obra construir um Cais que impeça a entrada do Rio em todo o terreno baixo, e qualquer comunicação do Foço aquático, que com o tempo deve ser seco, para o que também é o nosso parecer, que V. Ex<sup>a</sup>. mande fazer a abertura do Igarapé da Casa das Canoas, por onde antes da construção desta Fortaleza tinham despejo as águas de sobredito lago, porém como há incerteza de haver pedra de Cantaria capaz para a construção do Cais, por constar da Certidão passada pelo Ajudante João Reis Ramos, então Alferes Administrador da Pedreira e pelos cabouqueiros em data de 05 de dezembro de 1771, que se não achava, deve-se por hora entrar nesta deligência, mandando-se examinar e rever as pedreiras e mais lugares aonde a poderá haver para se regular conforme a notícia o Orçamento exato desta e das mais obras desta qualidade, que também julgamos são necessárias para a segurança dos dois lados expostos ao Rio e situadas

na ribanceira, formadas também daquela parte uma estrada coberta, revestida de Cantaria gateada, porque servirá não só de amparo, (...) também de defeza ao Corpo da Praça.

Também assentamos, que se deve reduzir a Esplanada a porção de foço exterior projetado defronte da Face do Baluarte Sra. Madre de Deus.”

Macapá, 18 de agosto de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 40

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Pelo Cabo de Esquadra José Ferreira tenho a honrra de remeter a V. Ex<sup>a</sup>. três riscos, o primeiro consta de três projetos para o hospital, com seus profis, e Elevação ou Fachada, que corresponde a todos três; e vai a explicação das suas distribuições em uma folha de papel separado; ocupando todos três também, a mesma porção de terrenos com pouca diferença e destes o notado da Letra G: mereceu a aprovação de todos, especialmente do Governador, sendo também a meu parecer o melhor, tanto em razão das distribuições das enfermarias, que podem servir em diferentes destinos, como pela menos largura das ditas, e situação das 8 casas que V. Ex<sup>a</sup>. me determinou tivesse, na cópia que a V. Ex<sup>a</sup>. remete o dito Governador: verá V. Ex<sup>a</sup>. as dificuldades e pareceres sobre a eleição do terreno, eu só tratarei e tenho empenho em dar uma inviolável execução às ordens de V. Ex<sup>a</sup>. sobre esta matéria quando e conforme V. Ex<sup>a</sup>. me ordenar, ao tempo que poder chegar a resolução de V. Ex<sup>a</sup>. se achará já prontificada toda a madeira precisa para este edifício, o qual ao menos na duração equivalerá às repetidas despesas que se tem feito nas reedificações do mais cômodo, que até agora tem tido os miseráveis enfermos, talvez com o irreparável prejuízo das suas vidas.

O segundo risco instruirá a V. Ex<sup>a</sup>. na Planta e Profil de modo com que determino / querendo V. Ex<sup>a</sup>. / se prontifique o armazem da pólvora para melhor acomodação desta, em que atendi quanto o vão do dito armazém permite, à quantidade, cômoda transportação e ao ar que a dita deve receber para evitar a danificação.

Na planta e Perfil do terceiro risco, tenho a honrra a V. Ex<sup>a</sup>., o corpo da Guarda para a Meia-lua que com aprovação de V. Ex<sup>a</sup>. mandei construir, havendo cal.

O método pelo qual tenho projetado se poderá levantar a ponte levadiça da Porta Principal, irá na primeira ocasião depois desta, junto com o Orçamento do Cais, pois julgo já terá chegado o Ajudante José Pinheiro de Lacerda de deligência que lhe incumbí no exame da Pedra, levando em sua companhia um Oficial cabouqueiro e um canteiro, e algum prático mais, e fica a partir, na data desta.

Tem-se ocupado a pouca gente que há em continuar o grande aterro da Esplanada da parte do lago, como também as Carros, menos os dias que estes estiveram empregados na condução da lenha para ambos os Fornos de tijolo, tendo o grande produzido 26000 tijolos e o pequeno 8.800 tijolos, 375 potes para o uso da obra e operários e mais alguma louça que costuma se necessária nos hospitais alguns pedreiros índios tem lavrado pedras, para lagear e entrada da meia-lua em todo o espaço em que deve jogar a cancela.

No dia 28 do passado mês de setembro também despedi uma canoa com 10 pretos por não haver índios para a Ilha de Santa Ana cortar a madeira precisa para os concertos dos carros.

Parece-me, Ex<sup>mo</sup>. Senhor, seria acertado que o serviço do trem se encarrega-se a alguma pessoa capaz, que não tivesse outro destino, pois carece de uma assistência diária atual, e de uma vigilância continuada de noite, tanto para a distribuição oportuna do alimento dos Bois, de noite, como para assistir às curas e vigiar se não soltem, nem se façam dobrar, para o recebimento das cargas do capim, e para aumentar ou diminuir as rações do dito, conforme o pedisse a necessidade dos mesmos Bois, que pelas rigorosas calmas, que tem feito não só não achar erva de qualidade alguma no campo, mas procurando-a pelos pantanais, ficam atascados, e como andam fracos, morrem, apesar das muitas deligências que se fazem não só para evitar se encaminhem para os ditos lagos, se não também para os tirar depois de atolados. O trem ocupava todas as horas do dia, e algumas da noite a Antonio José Pinto e depois dele ao Alferes José Ferreira, e havendo algum sujeito por V. Ex<sup>a</sup>. determinado para o dito trem, expressamente poderá obviar muita desordem e mortandade de Bois, e

sendo V. Ex<sup>a</sup>. servido também seria conveniente ordenar ao dito me fosse responsável e me participasse tudo, pois visitando eu diariamente duas vezes / como costume / não só a obra, senão os fornos, olarias e trem, e ficando eu tão perto destes lugares, com mais cuidado se empregariam na execução das ordens que se distribuírem à respeito deste serviço, que é dos mais interessantes para o adiantamento desta obra, e a razão pela qual me animo a pôr isto na presença de V. Ex<sup>a</sup>. e também julgo se devem empregar, com preferência a qualquer paizano, dois soldados bons no trem, subordinados a quem o estiver administrando, e na obra maior um Sargento para andar às semanas menos com o que atualmente existe, o qual será impossível humanamente sem isso, continue, pois deve estar sempre girando nos diferentes destinos da mesma obra, que trabalhando Pedreiros ficam distantes.

O oculo ou lugar determinado para receber as armas Reais por cima da Porta Principal, tem quatro palmos e seis polegadas de diâmetro, e como me lembra que V. Ex<sup>a</sup>. me disse, que talvez alguma das pedras dos marcos poderia servir, remeto esta medida, pois me lembra poderão existir também as mesmas armas nas ditas pedras as quais se tiverem menos meio palmo, ou ainda sendo da sobrerreferida medida servirão.

Devo pedir a V. Ex<sup>a</sup>. perdoe a imperfeição dos riscos que remeto, pois nem nesta terra, nem nessa cidade antes da chegada da Frota, se não achava papel, tintas, pincéis, como coisas que não tem gasto; eu ainda com insinuação do Ex<sup>mo</sup>. Sr. Fernando da Costa remediei a quase todos os Engenheiros com o provimento que tinha para mim, e como na presente Frota espero uma remessa, terei, se vier, ocasião de me empenhar para merecer a aprovação de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 04 de outubro de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 44

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tenho a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. que no próximo pretérito mês de Agosto se concluiu inteiramente o revestimento interior do Terrapleno da meia-lua, com a sua rampa ladrilhada de tijolo ao alto e se terraplena

a dita meia-lua, como também se acabou de construir e rebocar a parede pequena que serve de resguardo (?) aos terraplenos das Cortinas do Corpo da Praça, com seus desaguadouros, lagearam-se e se revestiu de tijolo ao alto as entradas do transito da Porta Principal, e corpo da guarda, caíndo-se a dita e fazendo o mesmo benefício com alguns concertos às casas e armazens da Praça.

Os poucos operários que há se empregaram em servir os pedreiros, os carros em conduzir terra e areia para o traço, lenha para o traço, lenha para o hospital (...) os ditos com a gente que resta, continuam em aterrar e altear e Esplanada da parte do lago.

Na olaria mandei continuar a fabricar tijolos e talhos, e também louça para o uso da obra e dos operários e julgo em até 6 ou 8 deste corrente poderão cozer ambos os fornos.

Regulando o número de carpinteiros pela pouca madeira que há, se empregam estes nos concertos dos carros, carrinhos de mão, encavar ferramentas e se fez uma guarita de madeira que se está para colocar no ângulo da Espalda do Baluarte Sn<sup>m</sup>. Maré de Deus, da parte da Porta Principal, para vigiar esta e as pontes, como a V. Ex<sup>a</sup>. participamos, quando V. Ex<sup>a</sup>. com sua presença honrrou esta Praça.

Falta para se poder abrir a porção de desaguadouro no foço, abrir as portas que estão tapadas de comunicação das Casas-Matas da parte da bateria e construir as porções de alvenaria que hão de servir para sustentar o Cancelão, que deve levantar a ponte levadiça da Praça: havendo madeira para o dito / e outras obras mais; além de 5 canoas mais de pedra para cal ou 3 grandes da dita em pé, um mestre pedreiro e também um bom mestre de carpinteiro, pois está esta obra sem um Cabouqueiro, nem pedreiro branco, desempedido e capaz e fazem uma sensível falta, sendo-me preciso andar muitas vezes com o compasso, prumo, juta, tintas e régua, ensinando como se hão de pôr as pedras e os tijolos e os cortes de madeira.

Tenho considerado que o único meio que há para se construírem as latrinas, serão fazerem-se nas duas casas-matas mais próximas ao transito da porta falsa que fica fronteira à Bateria baixa, e que está por cima do desaguadouro da Praça, fazendo uma parede pequena dez palmos distantes da muralha exterior, dentro nas ditas casas-matas e abertos os lugares competentes, encaminhar porções de canos para o dito desa-

guadouro, recebendo estes de inverno as águas da Praça e parapeitos, e de verão podendo-se conservar a limpeza com alguma água que se lhe deitar uma ou duas vezes na semana, querendo V. Ex<sup>a</sup>. se efetuará com brevidade e pouca despesa.

Também tenho a honrra de lembrar a V. Ex<sup>a</sup>. os pranchões ou tabuas de Uacapú para as pontes, de cuja necessidade V. Ex<sup>a</sup>. foi ocular testemunha, como também ferro capaz e bom, do mais largo para as pontes.

Não tem sido possível mandar o Ajudante José Pinheiro: nem ao descobrimento da pedra, nem do caminho, pois já o Governador à minha chegada tinha despedido o Cabo de Esquadra Leonardo José Ferreira: para os Anajás, cortar Uacapú para o hospital novo, em uma canoa com os poucos índios que havia, e como os mesmos são precisos para as ditas deligências e principalmente o cabo de Esquadra, que tem toda a notícia das Pedreiras, fica reservado para a sua vinda entrar logo nestas deligências, das quais imediatamente darei conta a V. Ex<sup>a</sup>.; junto com o Orçamento, o risco do projeto para o Hospital e dos Cabides para o Armazem da Pólvora, para com aprovação de V. Ex<sup>a</sup>. se efetuar tudo.

Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. conforme me ordenou, o mapa dos índios que o Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. destinou para esta obra, e das diferentes povoações em que se vê os que existem e os que faltam para V. Ex<sup>a</sup>. dar a providência que for servido.”

Macapá, 04 de setembro de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 45

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “O diretor da Fortificação me mostrou três projetos não resolutos para o Hospital, que V. Ex<sup>a</sup>. manda edificar nesta vila, e parecendo-me que seria da minha obrigação pôr na presença de Vossa Excelência que o dito edifício não deve ficar situado no lugar projetado resolutamente, ao entrar da vila, devo dar a razão do meu parecer e é que o terreno que combate a minha opinião, não promete mais duração que a de poucos anos, o que atesta bem ter mostrado a experiência que o Rio vai comendo consideravelmente o dito lugar resoluto, e ainda que este tem alguma

comodidade, esta se pode facilitar com pequena diferença em outro sitio, que ao meu parecer, é de mais atenção, em razão de prometer à sua duração estabilidade: A situação que eu proponho para o referido hospital. É na Praça São Sebastião: o lado da parte do Lago.

Remeto as plantas dos dois terrenos e na do segundo que é a do que faço eleição, vai indicado o hospital, no Projeto, que me parece mais aprovável, respectivo aos três de que se trata, havendo porém a atenção de que as casas indicadas na Planta do Hospital sejam na sua construção mudadas para a parte do Lago, tirados da Praça para que na sua frente corram as Enfermarias, ainda mesmo em razão do ar.

No primeiro terreno considere V. Ex<sup>a</sup>. o pequeno desafogo de quatro braças, que é a largura da rua, em que ele fica, no segundo o grande espaço de oitenta braças, que é o vão da Praça, o primeiro distante da igreja o que vai do centro da Vila ao princípio dela, no segundo a Igreja à vista do Hospital: mais, a razão de fiar no primeiro vizinho ao Rio e por isso facilitar a limpeza, não conclue, que aonde não há Portos de Mar se não possam edificar Hospitais, e quando assim fosse, quem não vê que o segundo terreno tão bem tem água na vizinhança como o mostra a mesma Planta, sendo certo que a muita vizinhança do Rio tão longe está de determinar a situação do referido Hospital, que antes se lhe acha nessa razão o obstáculo mais invencível, isto é / como já disse / a pouca duração que promete a sua estabilidade.

Não mostrei a V. Ex<sup>a</sup>. ocularmente estas razões que agora que agora dão força à minha proposição; porque entendo a infelicidade de não saber discorrer sem reflexão e ainda presentemente me não atrevera a expressar o que tenho exposto sobre o que sinto, se não soubera que a eleição do terreno impugnado não foi escolha de Vossa Excelência.

Quando chego o sobredito Diretor de ter ido acompanhar V. Ex<sup>a</sup>., tinha eu despedido o Cabo de Esquadra Leonardo José Dourado e um soldado para os Anajás, ao Corte dos Acapús de que se carece e julgo que ao tempo de voltar o Projeto que por Vossa Excelência for aprovado se acharão aqui já as referidas madeiras para que se faça logo o Hospital, pois me tenho visto precisado a acomodar alguns doentes em casa fora da que servia a esta ministério.

Ultimamente me não devo esquecer de dizer a V. Excelência me pareceu que esta obra importaria em menos do que há de costar o edifício de que trato, que é um dos três de que remete diferentes Plantas o Capitão Henrique João Wilkens; mas era não projetando a minha idéia um Hospital tão regular, cuja casa será um monumento à piedade de Vossa Excelência e ao acerto de sua disposição, que sabe gastar muito uma vez, por não gastar mais em muitas.”

Macapá, 06 de outubro de 1773.

PESQUISA JANEIRO/97  
DOC. 13

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC: 59

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Estando a partir na data de hontem o Cabo de Esquadra Miguel João, chegou o Ajudante José Pinheiro de Lacerda, o qual eu tinha expedido ao exame da pedra para Cantaria, com as instruções necessárias no dia 04 do corrente, e como tive a honrra participar a V. Ex<sup>a</sup>. em Carta da mesma data, o dito Ajudante com a maior exação e diligência me certifica examinara as Pedreiras todas e os lugares circunvizinhos às mesmas, e finalmente na pedreira antiga a mais remota em distância de 15 léguas pouco ou menos pelo Rio de Arapucú dentro, e cuja viagem se faz em 5 dias para ir e voltar, achou um banco de pedra capaz para a obra de cais, que se julga necessário; da qual como mais dura, sólida e de melhor consistência entre todas as outras, em execução da ordem que lhe dei, trouxe uma porção lavrada para amostra, e sem embargo de que eu, ele, o cabouqueiro e canteiro a julgarmos suficiente para o referido cais, contudo, sendo esta uma obra de tanta ponderação, me resolvi remeter a mesma pedra à presença de V. Ex<sup>a</sup>., para nessa (...) de V. Ex<sup>a</sup>. mandar examinar pelas pessoas inteligentes que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido,

sugeitando meu parecer em tudo às determinações de V. Ex<sup>a</sup>. que é meu único empenho pois em obedecer a V. Ex<sup>a</sup>., consigo a maior honrra.

Quanto ao Orçamento à vista da distância, e haver da pedra que remeto suficiente quantidade para Cantaria e para alvenaria, grande porção extraída, depois da mais exata e individual reflexão, julgamos poderá importar a obra pouco mais ou menos Duzentos e Quarenta e um mil e oitocentos cruzados.

Sobre esta matéria é o que se me oferece dizer a V. Ex<sup>a</sup>. ficando com a mais rendida obediência esperando as respeitáveis ordens de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 15 de outubro de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC: 64

Carta de Matheus Valente do Couto, ao governador, participando que “A esta vila chegou o Cabo de Esquadra Bernardo Friz’. Brazão com as quinze famílias que me avisa e as mesmas me noticiaram a boa passagem com que este homem as tratou na viagem. Ficam acomodadas as ditas famílias na forma que V. Ex<sup>a</sup>. me determinou.

Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. o mapa do número dos operários do mês de outubro e relação d trabalho que se fez no dito mês.

Nesta ocasião pretendia mandar uma das três canoas grandes do serviço desta obra como V. Ex<sup>a</sup>. me tina determinado, porém o cabo me disse, trazia alguns índios doentes, por cujo motivo se lhe dificultou o dito transporte.”

Mazagão, 03 de novembro de 1773.

CÓDICE 133 (ANTIGO) E 259 (ATUAL) – DOC. 69

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Pela carta que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honrra dirigir em data de 29 de Outubro próximo passado, fico ciente que V. Ex<sup>a</sup>. foi entregue da minha de 04 do dito mês e dos riscos que acompanhavam, reservando a resposta para ocasião que a V. Ex<sup>a</sup>. foi possível.

Os 550 alqueires de Cal que V. Ex<sup>a</sup>. mandou se irão aplicando na construção do Corpo da Guarda da meia-lua, desaguadouro (?): em eu recebendo a resposta da aprovação dos métodos que eu propús a V. Ex<sup>a</sup>. nos riscos remetidos e com o ferro que veio prontificaram os consertos das Pontes Levadiças, as cabrilhas (?)

A madeira para a reedificação das pontes consiste em 20 dúzias de Couçoeiras de 24 palmas de comprimento, 2 ou o que der a madeira de, largo, e 3 polegadas de grosso, querendo V. Ex<sup>a</sup>. extrair da mesma fábrica a madeira precisa para os cabides da pólvora e para as estacas que são precisas para guarnecer a Estrada Coberta em ordem de V. Ex<sup>a</sup>. remeterei relação.

Tem se adiantado o aterro da Esplanada da parte do lago em todo o cumprimento da Estrada Coberta do dito lado, passando-se já o ângulo reintrante da mesma, fechando-se a porção de muro que serve de banquetta ao parapeito e que até agora estava aberto para a comodidade dos transportes, que já se devem fazer pela Cancela, acabou-se de assentar o lageado da entrada da meia-lua, onde deve jogar a Cancela: fizeram-se no mês de outubro na olaria 21890 tijolos, e se mandou canoa buscar barro para telha e louça, como se costuma.

Foi Canoa aos Cedros e se conduziu madeira da Ilha de Santa Ana para os eixos dos carros, que é em que trabalham os carpinteiros, e no costumado conserto de Ferramentas, carinhos. Também foi canoa buscar o resto da madeira para o hospital, a qual está a chegar. O diminuto número de operários espalhados em tantos, tão diferentes destinos e todos igualmente precisos, impossibilita fazerem-se os progressos que eu ardentemente dezejava.

A febre catarral, que me obriga a estar de canoa, me não dá lugar e remeter a V. Ex<sup>a</sup>. nesta ocasião o projeto para se levantar a Ponte levadiça da Porta principal, que já está concluído, para com a aprovação de V. Ex<sup>a</sup>. de efetuar.”

Macapá, 28 de novembro de 1773.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 01

Carta de Antonio Diniz do Couto Valente, ao governador, participando que “Pelos dois mapas de maio e junho participo a V. Ex<sup>a</sup>. o estado em que fica esta Fortificação de operários, bois e cavalos, com a diferença que houve nos referidos meses, ocorrendo também terem alguns carros carriado areia rebocarem os moradores da praça as suas casas, pagando estes ao carreiro e carpinteiro na forma que me intimou da parte do governador o soldado Manoel da Cruz.

Estimarei todas as ocasiões de dar exercício à minha servidão na execução das ordens de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 1º de julho de 1774.

CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC. 11

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Aos doze do corrente chegou a canoa de que é cabo José Ferreira a este porto e se apresentaram os oficiais de carpinteiro João da Silva Calado e de pedreiro Francisco José Salvaterra que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido destinar pra mestres dos respectivos ofícios, os quais entraram a servir no dia 14 do corrente.

Por canoa vinda de Mazagão recebi no dia 31 de Dezembro do ano próximo passado a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em data de 11 do mesmo mês, junto com o projeto que V. Ex<sup>a</sup>. ordena se execute na construção do hospital novo e também me entregou o governador desta praça os dois riscos do corpo da Guarda, para a meia-lua, e dos cabides ou estante para os Barris da pólvora, fica na inteligência do que devo obrar tanto a respeito destas obras, como também das latrinas que V. Ex<sup>a</sup>. ordena se efetuem pelo modo que indiquei na minha de 4 de Setembro próximo passado.

Logo cuidei de pôr em execução a obra do Corpo da Guarda, mandando-se vir de Mazagão um pedreiro Branco, com o qual se principiou o trabalho no dia 4, tendo no dia antecedente feito abrir os pequenos alicerces da mesma casa, e a não haver embaraço de chuva, julgo se concluirá inteiramente em até o fim do mês e talvez mais cedo.

Para com toda a exação me informar à mente, vontade e ordens de V. Ex.<sup>a</sup>, medi as propriedades dos 3 moradores, que se devem demolir para se construir o hospital e delas formei uma exata planta, que entreguei ao Governador, ficando eu com cópia e aos que administram os operários empregados na dita obra, recomendei fizessem tirar não só as portas e janelas, mais ainda os esteios e palhas com todo o cuidado para que se possa utilizar tudo, tanto em benefício da Real Fazenda, como dos moradores. Os esteios de Uacapú e louro para enchimentos precisos, já estão prontos, cuidarei também em aprontar um bom número de cedros para Portas e janelas e se acha grande porção de madeiramento para os ares, pelo que espero se conseguirá com brevidade esta necessária obra na qual empenharei a eficácia da minha inutilidade para que fique conforme as recomendações de V. Ex.<sup>a</sup>, resta-me só pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup> que me parece será necessário abrirem-se duas janelas em cada enfermaria, da parte do alpendre interior ou copiar, pois, ficando a frente para o poente, se emprega toda a atividade do Sol desde o meio dia, até as 5 da tarde pra render todas as casas da vila, que ficam na mesma direção, sumamente caídas e quase inabitáveis, como V. Ex.<sup>a</sup> mesmo reparou e experimentou nas que foram destinadas para a residência de V. Ex.<sup>a</sup> e só pode servir de algum refrigério e de renovar o ar das enfermarias / necessariamente corrupto pelas exalações e transpirações dos enfermos / a introdução do vento, que aqui tanto de verão, como de inverno se conserva quase constante entre o norte e leste, também me parece não seria menos conveniente, que os 2 labos em que ficam os quartos destinados para as pessoas e oficinas destinadas para o serviço do mesmo hospital, se guarneçam também de cupiar, pois assim ficariam mais resguardadas da chuva, e se conservariam as madeiras das paredes não excedendo isto a despesa, senão de mais 6 ou 8 esteios, e alguns caibros, a resolução de V. Ex.<sup>a</sup> me insinuará o que devo obrar a este respeito, pois não embaraça o indicado nesta o adiantamento que V. Ex.<sup>a</sup> me recomenda e no qual atualmente me interesso.

Como são poucos os operários, ir-se-ão fazendo sucessivamente as obras que V. Ex.<sup>a</sup> ordena, regulando tudo conforme o tempo e as possibilidades.

Vendo eu em Novembro que a estação ora favorável, me ocorreu empreender a experiência que participei a V. Ex<sup>a</sup>. nesta praça a respeito do revestimento dos parapeito com o Ti (...) cru, de uma particular construção e mistura e que tinha resistido, exposto às chuvas do inverno passado, pelo que mandei revestir os parapeitos da metade da meia-lua da parte da Entrada, com os ditos tijolos, assentados em cal e rebocados, ficaram os ditos parapeitos, as banquetas, e as canhoneiras, que só são 5, com bela vista, com a maior regularidade havendo a utilidade de servir isto para desembaraçar e acrescentar o terrapleno para o uso da artilharia, e até agora com algumas chuvas que houve, não tem havido novidade e se corresponder, como julgo, se evitará a despesa das fachinas, o desagradável prospecto de os ver em uma praça novamente construídas, a irregularidade, diminuição e ruína que causam na terra dos ditos parapeitos e sem incorrer no inconveniente e despesa dos revestimentos de tijolo cozido, reprovado pelo dano que causam aos defensores com o efeito da artilharia inimiga; se poderão revestir todos os parapeitos da praça em breve tempo, com pouca despesa, sem haver de recusar mais do que o desfazer-se algum bocado de barro que com mais facilidade se remedeia, do que a fachina, ainda atendendo a algum desmancho, que possa haver, pelo decurso do tempo.

Além desta obra, se tem ocupado os carros e operários em continuar o aterro da Esplanada, que está quase chegando ao lugar em que acaba a Contrescarpa do Baluarte São José, na condução de lenha para o forno grande de tijolo, para o gasto do hospital e de madeira para os currais dos Bois, em alimpar e consertar as casas e armazéns de interior da Praça, no serviço dos pedreiros, mandaram-se buscar 61 tóros de cedro e alguma madeira para o conserto dos carros, conduziram-se duas canoas de pedra e a última barreado do Acapú para o hospital novo.

Os carpinteiros se tem empregado nos consertos dos carros, carinhos, ferramentas, canoas e na fatura dos cangalhas, dos gaiolas e capoeiras para o transporte dos pássaros, que vão nesta ocasião, e de um bote pequeno novo para deligências e avisos.

Nos meses de Novembro e Dezembro se fizeram na olaria 7622 telhas e 22079, e se gastou de um resto de traço antigo de cal, nos parapeitos,

conserto das casas e armazens e telhados, fornos etc., da praça 277 alqueires.

Os ferreiros nos ditos dois meses fabricaram pregos grandes para carros, fouchinhos para cortar capim, pregos grandes para canoas, conserto de ferramentas, aldrabas (?) para os cabides das armas da praça e principalmente a ferragem da cancela da meia-lua.

Faz-se sumamente preciso que V. Ex<sup>a</sup>. faça conduzir pedra de cal para cozer com a que aqui há, e por ora 3 ou 4 canoas carregadas de cal em pó para se empregar nas casas-matas, no desaguadouro do Foço, latrinas, hospital etc.

Carecemos de algumas barcadas de Bois para carros pois os que há, como diariamente trabalham sem folga, e com a força do verão, vão morrendo também maior número de cavalos para a condução do capim, para poder folgar a metade, largando-se aos pastos dos possões, como determinei aos que cá estão e se vão conservando. Principiaram a servir no dia 03 do corrente, primeiro do ano que se trabalhou.

Remete a V. Ex<sup>a</sup>. a Planta e Perfil do projeto que julgo se poderá efetuar para levantar a Ponte levadiça da Praça, estimarei mereça a aprovação de V. Ex<sup>a</sup>.: Fico com a mais rendida obediência esperando novas ocasiões de empenhar a minha insuficiência na execução das respeitáveis e apetecidas ordens de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 16 de janeiro de 1774.

#### CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC. 14

Carta de Manoel da gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “... Ficam à ordem de V. Ex<sup>a</sup>. trabalhando em calceta na Fortificação, com o vencimento só da ração, como operários os soldados de que constava a relação incrida ... de V. Ex<sup>a</sup>., menos três deles que na viagem fugiram e constam os seus nomes da relação inclusa...”

Macapá, 18 de janeiro de 1774.

## CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC. 03

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Na data desta tenho a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. que se acha o Corpo da Guarda da meia-lua com a telha posta e todo ladrilhado, faltando rebocar-se e assentar as janelas e portas que já estão acabadas, assim como também a Tarimba.

Os esteios principais e os paus enchimento que são de louro, toda madeira excelente, estão levantados na frente inteira do hospital novo e de manhã inclusive por diante se irão levantando os dos lados, será preciso V. Ex<sup>a</sup>. fazer a mercê de mandar remeter com toda a brevidade a cal que pedi na minha última para se acompanharem os ditos esteios da sapata, não só por respeito da maior segurança, senão também para evitar ensopar-se o terreno da chuva, que já aqui principiou, também peço a V. Ex<sup>a</sup>. me determine se as enfermarias e casas anexas devem ser ladrilhadas ou assoalhadas, exceto a cozinha que necessariamente será ladrilhadas, e se esta deve levar chaminé, se a guarnição das janelas e portas devem levar guarnições, digo devem ser de madeira ou tingidas com tijolo, pois sendo deste, parece-me serão mais duráveis e se farão com mais brevidade e menos custo, se as ditas janelas devem levar grades, ocorre-me também dizer a V. Ex<sup>a</sup>. que não seria dezacerto fazer no muro da parte do mar em alpendre para se recolher a lenha e carvão em tempo de chuva, a determinação de V. Ex<sup>a</sup>. regulará os empenhos da minha obediência pois os desejos de me conformar em tudo à vontade de V. Ex<sup>a</sup>. me faz ser importuno, esperando V. Ex<sup>a</sup>. me conceda benigno perdão.

A porção de desaguadouro que V. Ex<sup>a</sup>. mandou construir e serve de despejo às águas do Foço da parte da Bateria e que encontra o da praça, também se acha prontificada para receber a pedra de alvenaria e Cantaria, que já está lavrada, esta obra que é pequena, as latrinas, e as abertura das Casas-matas todas dependem da remessa que espero seja breve, de cal.”

Macapá, 28 de janeiro de 1774.

CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC. 31

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “No dia de ontem 6 do corrente tive a honrra de receber a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez mercê dirigir datada 15 de Fevereiro, por ela fico certo da remessa que fez de 400 alqueires de cal pelo cabo Miguel João e no mais que devo obrar e observar na construção do novo hospital, a minha obediência se empenhará na exata e inviolável execução dos preceitos de V. Ex<sup>a</sup>..

Ainda que não tive a honrra de poder escrever a V. Ex<sup>a</sup>. pelas canoas de Mazagão, como o Governador desta praça fez dando a V. Ex<sup>a</sup>. conta do progresso da obra, por causa das repetidas moléstias que desde então até agora em parte me impedem o poder escrever e a aplicação, nesta buscarei resumir o que devo participar a V. Ex<sup>a</sup>. do efetuado no mês de Fevereiro proximamente passado.

Acabou-se completamente o Corpo da Guarda da meia-lua, no qual se gastaram 223 alqueires de cal, 1898 telhas, 6676 tijolos.

Acha-se o hospital com todos os esteios e paus de enchimentos levantados, os frechais e as linhas corridas, e todas as tizouras de frente levantadas, o alicerce da Sapata feito por toda a parte, e a mesma sapata quase feita pela frente, tem-se por duas vezes expedido gente por terra e canoa para fora para completar a madeira precisa e se irá continuando, e já ficam prontas varas para se guarnecerem as paredes, a gente trabalhou toda ao dito hospital por espaço de 10 dias.

Julguei era conveniente deitar a pastos os Bois por duas semanas para se refazerem e se porem em disposição de resistir ao trabalho do inverno, que é mais laborioso.

Produziu o forno que se cozeu em Janeiro 15332 tijolos inteiros e 4366 telhas, continuaram os oleiros a fabricar tijolo e telha.

Gastou-se no hospital novo, aonde atendo muito a poupar os materiais até o fim de fevereiro: 161 alqueires de cal, e nos consertos e caiar as casas do interior da Praça, 10 alqueires da dita.

Buscarei aplicar os poucos operários que há naquelas obras que forem mais adequadas ao tempo, isto é, nas casas-matas em tempo de chuva, e na esplanada e mais obras de fora, havendo bom tempo.

Fico com a mais pronta obediência esperando as ocasiões de me empregar na execução das prezadíssimas ordens de V. Ex<sup>a</sup>.”

Macapá, 07 de março de 1774.

CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC. 50

“Recebi a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir datada em 02 de Março próximo passado, notificando-me a remessa das seis dúzias de pranchões para os consertos das pontes, pelo soldado Maurício de Seixas, o qual fez entrega das ditas, fico certo que as que faltam para as vinte dúzias (...) se transportarão, como V. Ex<sup>a</sup>. me faz a mercê insinuar, nas primeiras canoas que dessa cidade saírem, logo que os carpinteiros se desembaraçarem das obras que faltam ao hospital novo, cuidarei em beneficiar as sobreditas pontes da praça, enquanto se apronta a madeira necessária para os cabides do armazem da pólvora.

Ficou concluído no mês de mês de março o desaguardouro do foço da parte do mar e nele se gastaram 10 alqueires de cal. Continua-se em romper as primeiras casas-matas para prontificar as latrinas, a sapata do hospital está também concluída na frente e nos lados, todas as pernas mancadas postas, alpendres imadeirados, e a maior porção de muro da parte do mar feito, com seu alpendre, e se estão lavrando Portais e fazendo as grades para as janelas como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou, gastaram-se neste mês no hospital 76 alqueires de cal, e nas ditas obras se empregam todos os carpinteiros.

Os operários e os carros se tem ocupado nas sobreditas obras, na condução de duas barcadas de madeira para ripas, de 440 carradas de lenha os fornos da olaria, e gasto do hospital, e em completar a madeira precisa para as obras, que no hospital, depois da resolução de V. Ex<sup>a</sup>., se acrescentaram, e ultimamente em continuar o aterro da esplanada da parte do lago.”

Macapá, 8 de abril de 1774.

CÓDICE 145 (ANTIGO) E 277 (ATUAL) – DOC: 73

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “mal convalescido de uma prolongada moléstia, tendo o gosto e a honra de poder finalmente cumprir com a minha obrigação, continuando a V. Ex<sup>a</sup>. a conta do progresso desta obra ainda durante a minha doença, instruindo ao Governador com toda a exatidão, lhe pedi puzesse na presença de V. Ex<sup>a</sup>. não só o estado da mesma obra, senão também o impedimento que eu tinha para não escrever pessoalmente.

Depois que adoeci tive a honrra de receber a Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me dirigiu em data de 18 e Abril pelo cabo José Ferreira, na qual V. Ex<sup>a</sup>. me faz ciente que o Antonio Mogo conduzia 10 duzias de pranchas para as Pontes, e que o sobredito cabo trazia 600 alqueires de cal e mais 4 dúzias das ditas pranchas, que completavam a conta das que se tinham perdido, o que tudo me consta entregaram e se pôs na devida arrecadação.

Sendo a minha última datada em 8 de Abril, tenho a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. que no dito mês e no próximo passado de maio se empregaram os operários em capinar a Praça, nos aterros do hospital novo, no invarar as paredes interiores do mesmo, na extração da piçarra, na condução de madeira para ripas, para os concertos dos carros, Pachiúba para as sumalhas, Jurita para cordas do serviço da trem, aterros da Esplanada e no serviço dos Pedreiros.

Os pedreiros acabaram a porção de desaguadouros do Foço da parte do mar; o qual se comunica com o da praça e romperam as paredes e pavimentos das duas casas-matas que devem servir para as latrinas, concluíram a parede da frente do hospital e a do lado do porto, e trabalham atualmente na parede da parte da vila, isto é, em encher como nas mais, os paus que ficam entre os esteios, julgo este se concluirá em 4 ou 5 dias, para passar a última da parte do mar / que em parte se acha já adiantada / e a pôr a telha que já está amontoada em cima das ripas e disposta para se efetuar.

Os carpinteiros acabaram se sentaram as soleiras, Portais, Portas, janelas e grades do hospital novo faltando só as portas e janelas das casa interiores, que se não fizeram por falta de Cedros, mas brevemente se concluíram, acha-se quase todo ripado, e me parece que até 7 ou 8 do

corrente se porá toda a ripa, estão atualmente prontificando também paus de prumo, travessas, barrotes para as estantes do Armazem da pólvora, continuam-nos consertos dos carros e cabos de ferramentas, e acabaram de assoalhar ambas as pontes da praça, com as pranchas que V. Ex<sup>a</sup>. remeteu, nas quais se gastaram 170, entrando nesta conta 6 que se destinam para o conserto da Ponte pequena do caminho.

Por me mostrar a experiência que a telha antigamente aqui fabricada não era capaz de uso perdurável, além do disforme peso e grandeza, mandei continuar na olaria a fatura de telha mais delgado e de menor forma da qual já se acha uma fornada pronta que produziu 20300 telhas e 3050 tijolos e já tenho para a conta da segunda fornada 10000 telhas.

Os ferreiros estão fazendo atualmente fechaduras e mais ferragens para as pontes do hospital, não levando as janelas ferragem alguma, tem-se ocupado mais nos consertos das armas, fatura de algumas ferramentas precisas para pedreiros e Carpinteiros, concertos dos ditos, pregos para as pontes, e consertos de canoas.

Gostaram-se nestes dois meses 244 alqueires de cal no hospital e 1080 tijolos, levou o dito 145 esteios de Uacapú e 398 ditos de louro para enchimentos.

Acham-se os parapeitos da praça com a invernada, quase despídos de frágil amparo da fachina que os revestia e como para os reformar me ocorre a grande despeza, a pouca duração, a desigualdade com que ficam os ditos parapeitos, o serem os revestimentos das fachinas um expediente em uso nas campanhas, ou nas partes em que o receio de um ataque ou sitio autoriza esta prática, e não em praças novamente construídas, além de que as ditas fachinas tem sido causa de prodigiosa quantidade de cupim, que se tem comunicado não só aos reparos da artilharia, senão também a maior parte das casas e armazens, pelo que se V. Ex<sup>a</sup>. ordena se revistam do tijolo do qual temos um bom provimento, se fará, acabando os pedreiros as obras com que estão entre mãos.”

Macapá, 05 de junho de 1774.

## CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 16

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Sem embargo da providência que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dar para haver alguns índios nesta obra para os vários nos quais se devem empregar com preferência aos negros, a deserção própria à sua inconstância faz frustrar o efeito que se esperava no adiantamento do serviço e como os operários são poucos, não me tem sido possível empregá-los nas muitas partes onde igualmente seriam necessários, e só me é permitido entre muitas precisões, escolher a mais urgente.

Neste próximo passado mês de Junho se ocuparam os obreiros na condução de 71 paus de cedro em duas barcadas, para taboado, em cortar 41 louros na campiba para madeiramento das estantes do Armazem da Pólvora, em buscar breu e estopa para os concertos das canoas, no serviço dos pedreiros, em infornar a telha e tijolo feito nos dois meses de maio e junho, em barrear as paredes interiores do Hospital novo, na escavação de terra, piçarra, areia, barro, para o mesmo hospital e para a Esplanada.

Os pedreiros principiaram a pôr a telha no hospital e continuam neste mês, achando-se já toda a frente e o lado da parte da Ferraria ou porto inteiramente coberto, o que fica da parte da vila quase coberto e o alpendre da parte do mar mais de meio.

Os carpinteiros além do diário concerto de carros, cabos de ferramentas, carrinhos de mão etc. acabaram as 6 portas e 6 janelas das casas interiores do Hospital novo, e trabalharam nas estantes da pólvora e principiaram a assoalhar as ditas.

Os ferreiros continuaram nos concertos das ferramentas e armas e na fatura da ferragem para as portas do Hospital novo e cancela da praça, pregos etc.

Na Olaria se principiou a infornar no fim do mês telha e tijolo, tendo-se feito no dito mês de junho 10343 telhas e 4190 tijolos.

Gastaram-se no Hospital 240 alqueires de Cal no dito mês de Junho, peço a V. Ex<sup>a</sup>. continue a remessa do dito material.

Como se acham já fechadas de parede as 3 casas interiores do Hospital novo, que são destinadas para Botica, Enfermeiro e enfermeira,

na Planta que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido remeter-me e na conformidade dela se executaram, não tendo estas se não uma pequena janela para a parte do pátio e nenhuma luz da parte do porto ou Ferraria, me parece ficaram muito escuras e principalmente e Botica, na qual além de preparar os remédios, se deverá escrever e fazer algumas operações cirúrgicas, que não deve executar-se nas enfermarias, porém V. Ex<sup>a</sup>. à vista do dito ofício determinará com a sua chegada o que for servido e conveniente.

Macapá, 07 de julho de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 17

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Sendo esta a primeira ocasião que tenho depois de receber em 8 do próximo passado mês de Junho a Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir, datado e, 24 de maio, permitindo-me V. Ex<sup>a</sup>., darei resposta nesta às diferentes cláusulas e matérias de que a mesma trata.

Fico ciente de que V. Ex<sup>a</sup>. me determina a respeito do ponderado e proposto nas minhas cartas datadas 16 e 28 de Janeiro, de 7 de março e 8 de Abril, pelas respostas que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir em 15 de Fevereiro, 2 e março e 18 de Abril, buscando eu dar inteiro cumprimento às respeitáveis ordens de V. Ex<sup>a</sup>. pelas mesmas intimadas e respondendo a última de 21 de maio, fico certo na resolução de que V. Ex<sup>a</sup>. está a respeito da conclusão da Cal, dos bois, e cavalos que requer este serviço, e das providências que V. Ex<sup>a</sup>. reserva para a sua vinda a esta praça.

Quanto ao que ponderei a V. Ex<sup>a</sup>. sobre a experiência feita com tijolo cru, e da opinião que V. Ex<sup>a</sup>. me diz está o Sargento Mor Gronfeldt, não pretendo ainda dar decisão certa sem embargo de eu ver, que as violentas e diárias chuvas do próximo passado mês de Junho, não fizeram outro efeito mais, do que separar o limitado traço, que cobria e revestimento feito do mesmo tijolo / aproveitando-me eu ainda assim do mesmo traço que caía, para incorporado por outro se empregar nas outras obras / e em parte separar o mesmo revestimento da terra, que de novo se tinha calcada, sem porém alluir ou desmanchar todo o sobredito tijolo cru, dependendo a certeza que se estabelece de qualquer opinião

ou invento, de repetidas experiências feitas todas a precaução que se fazem ainda mais necessárias, quando interessam os meios de conseguir os dois importantes fins que são poupar despesas à Real Fazenda nos revestimento que se fazem indispensavelmente precisos em todos os parapeitos da Praça e juntamente atender àquelas circunstâncias que se fazem atendíveis em um sítio e como esta obra foi feita no fim do verão, sobrevindo as chuvas pouco tempo depois dela executada, não deu tempo a se evaporar a humidade da terra e do mesmo tijolo e a se incorporar a mesma terra com o barro, e o dito, com a pequena massa que devia fazer ligar o todo, que talvez se conseguiria fazendo-se esta obra ou outra de qualidade homogênea no princípio de verão e com as precauções que vai ensinando a experiência nos efeitos que se manifestam.

Quanto ao projeto que remeto a V. Ex<sup>a</sup>. para se levantar a Ponte-levadiça da Praça, e que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a mercê certificar, que depois de conferida com o Sargento Mor Gronfeldt, e o dito a reconhece bem a propósito, este persuadia, a V. Ex<sup>a</sup>. era escusada aquela despesa, quando com uma cadeia rotunda, para não pegaram os fuzis no cilindro em que laboram, se facilitava o uso da atual Ponte, ou que se podia suprir também com um cabo de massa alcotroada de cinco polegadas de circunferência, bastando estar firme no mesmo cilindro ou fosse cabo ou corrente e que não era necessário o peso pendurado, que atualmente tinha, eu tenho a honrra de dizer a V. Ex<sup>a</sup>. primeiramente, que o método que eu propus hé um dos que subministra o melhor Autor moderno que temos, que é o Belidor (?) na sua ciência de Engenheiros Liv:4. Cap 5: Pag 58 Estampa 13, sendo entre todos os que o dito autor e outros apontam, o mais simples, de menos despesa e o que melhor se pode aplicar em um transito da Praça já construído, segundo que eu o não propus a V. Ex<sup>a</sup>. sem ter feito repetidas experiências com a cadeira e com o cabo alcotroado grosso, estando e não estando fixo no cilindro; com peso e sem peso, de que resultou na verdade / de que nunca duvidei / levantar a ponte até encostar, porém com os dois grandes inconvenientes de se precisarem, sendo (...) de 20 pessoas 10 de cada parte, e sendo com cabo, de 16 pessoas, 8 de cada parte, e com tudo de muitas vezes que se levantou, gastava-se 10, 12 e 15 minutos até chegar a seu lugar, e sempre com um estrepito e estrondo grande, sendo inegável que para este ministério se

devem empregar só 2 até 4 homens, e que todo o estrondo se deve evitar na manobra de semelhantes Pontes, e que toda a demora em se levantar pode ser sumamente prejudicial e sujeita a grandes inconvenientes, além de ser diametralmente oposto ao fim proposto no uso das ditas Pontes em 3º lugar, sei de ciência certa, que o mecanismo ideado para manobrar as rodas, dependia do uso dos pesos fixos ou pesos nas extremidades da cadeia grande, devendo esta só dar duas voltas ao redor do cilindro, enquanto desciam os pesos, que só eram para impedir pegarem fuzis e se morderem, e só falta a ferragem com que o autor deste método, que foi o Sargento Mor Gallucio tinha ideado revestir o cilindro, estas regras da Mecânica nos ensina a força que é precisa para equilibrar qualquer peso, não se usando outro artifício mais do que uma simples roda fixa em seu eixo para aumentar a força, não servindo as roldanas ou poles que estão fixas no grosso da muralha, e por cima das quais passa a cadeia ou cabo / querendo usar deste, / se não de impedir a fricção que no caso que não houvesse as ditas roldanas, seria muito grande visto ser esta máquina das da primeira ordem ou simples, e não comporta porém como V. Ex<sup>a</sup>. me diz pretende este ano honrrar esta praça com a sua presença e nessa ocasião deliberar a esse respeito e sobretudo o mais, que pedir alguma providência, para esse tempo reservo também gostoso as relações e o cálculo que fez ao mesmo respeito.

Beijo as mãos humildemente a V. Ex<sup>a</sup>. pela certeza que me permite, de que merecem a atenção de V. Ex<sup>a</sup>. os esforços com que a minha inutilidade e limitado préstimo se emprega no Real Serviço, motivo este assas forçoso para eu empenhar, se preciso fosse, a própria vida.”

Macapá, 07 de julho de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC: 32

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “As duas Cartas que tive a honrra de receber por V. Ex<sup>a</sup>. firmada em 28 de Junho e 2 do corrente mês, me deicham ciente da resolução de V. Ex<sup>a</sup>. a respeito do proposto nas minhas datadas em 05 de Junho e em 2 e 7

de Julho, como também da remessa de cal, que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido fazer pelo cabo José Ferreira.

No passado mês de Julho se empregaram os operários desta obra na condução de uma barcada de palha para cubrir os quartéis, armazem, hospital velho, olaria etc. e de outra barcada de pedra, na fatura de 64 carradas de lenha para cozer a telha e tijolo, no aviamento dos Pedreiros, oleiros e Carros.

Os pedreiros acabaram de rebocar e caiar as 4 paredes exteriores que formam o âmbito do hospital e todo o telhado, as paredes interiores se acham guarnecias de barro, a chaminé da cozinha feita, portas e janelas todas assentadas e revestidas das suas respectivas ferragens.

Os carpinteiros além de diário concerto de carros, cabos de ferramentas etc. trabalharam no assoalho das estantes do Armazem da pólvora, nas escadas para as ditas e principiaram as Barras para o hospital.

Os ferreiros acabaram a ferragem do sobredito hospital e continuam com os concertos das ferramentas e fatura de pregos de carros e concerto de canoas.

Cozeu o forno e saíram 194340 telhas e 3997 tijolos, levou o hospital 460005 de telhas, e tem gasto até o fim de julho próximo passado 11614 tijolos em sapata, guarnecimentos etc. e 883 alqueires de cal.

A construção do Hospital tem embaraçado até agora o adiantamento que podiam ter os aterros, que é só o que se pode empreender enquanto se não resolver a qualidade da obra que deve ter esta praça da parte da vila e do mar.

Os poucos operários empregados nesta destino, em deligências do Real Serviço, conduções de materiais etc. não permitem poder-se aplicar, unidos a um só serviço, as chuvas do inverno, e o descanso que me vi obrigado a dar aos Bois e cavalos da condução do capim, por estarem quase incapazes de servir, também atrazou em parte o adiantamento que eu desejava, e ainda agora só determino trabalhem de manhã as carros, redundando esta resolução não só em benefício da Fazenda Real, à qual se poupa grande parte da despesa da condução do capim, mais ainda dos gados que de tarde se soltam ao pastoradouro, e tem maior descanso, com a estação do tempo que agora entra, e me parece mais favorável,

farei o esforço para se concluir ou ao menos se adiantar quanto possível for a Esplanada que cobre a porta e o revelim da mesma.”

Macapá, 25 de agosto de 1774.

PESQUISA: FEVEREIRO/97

DOC. 14

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 38

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tendo ocasião oportuna nesta canoa, não quiz deixar de cumprir com a minha obrigação e ter a honrra de informar a V. Ex<sup>a</sup>. do progresso destas obras no próximo passado mês de agosto.

No dito se continuaram a empregar os operários nos serviço dos pedreiros, na fatura de 60 carradas de lenha para cozer o forno pequeno da louça, na condução de barro para a mesma, em adiantar o aterro da Esplanada, em equipar uma canoa que foi buscar madeira para as casas dos moradores, que eram donos, das que se demoliram para se fazer o hospital novo, e em prontificar o terreno para as casas que se fazem para o alferes Vicente José Ferreira por ordem do Governador.

Os pedreiros acabaram de emboçar as duas enfermarias, e todas as paredes interiores do dito hospital.

Os carpinteiros além dos concertos diários de carros, canoas e cabos de ferramentas, acabaram as estantes do armazém da Pólvora, e as Barras pertencentes a uma das enfermarias.

Os ferreiros se ocuparam com ferragens de carros, concertos, pregos e ferragens de canoas e da cancela.

Fizeram-se na olaria 615 potes, 41 bilhas, e louça para o serviço do hospital gastaram-se este mês de Agosto no sobredito Hospital novo 253 alqueires de cal e 3777 tijolos.

Tenho a honrra de fazer lembrado a V. Ex<sup>a</sup>. a remessa permitida neste verão, de bois, para se poder pôr maior número de carros, que é o

único meio que há, para se vencerem os grandes aterros que se devem fazer, sendo a estação presente a mais favorável para semelhante serviço, como também mais cavalos para a condução do capim, pois já tive a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. na minha última de 25 de Agosto, que estavam os bois e cavalos tão fracos e debilitados pela continuação de tão diferentes trabalhos que me vi e ainda me vejo obrigado a mandá-los só trabalhar de manhã.”

Macapá, 06 de setembro de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 43

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Esta ocasião me facilita a honrra de chegar a presença de V. Ex<sup>a</sup>. para lhe continuar a participação do progresso desta obra desde a minha última datada em 6 do próximo passado mês de setembro.

Já se acham recolhidos ao novo hospital os doentes, o oportuno agasalho que nele acham julgo lhes inspirará aqueles sentimentos de gratidão com que devem reconhecer a V. Ex<sup>a</sup>. como singular, piedoso e benéfico Autor dos meios que se lhes subministram para o restabelecimento das suas saúdes e conservação das vidas; no dito Hospital só falta cair as paredes interiores do alpendre e guarnecer as extremidades do dito, e revestir a sapata exterior de tijolo para assim melhor resistir tudo as injúrias do tempo para a Botica e cozinha as fizeram 2 mesas e bancos e se ficam prontificando as Janellorias (?) que se devem por nas janelas de ambas as enfermarias, para evitar o poder-se introduzir qualquer coisa que possa ser nocivo aos doentes, só resta V. Ex<sup>a</sup>. ter a bondade de fazer remeter para o dito Hospital 5 lampiões, isto é uma para a entrada e duas para cada enfermaria, como também um Espaldar, um Frontal e Toalha para a outra enfermaria, tendo V. Ex<sup>a</sup>. já prevenido estas alfaias para uma das ditas.

Os carpinteiros concluíram todas as Barras necessárias para o dito hospital e as Portas, janelas e Portais para as Casas que se pretendem fazer para o alferes Vicente José Ferreira.

Os ferreiros acabaram a ferragem da cancela da meia-lua, algumas ferragens miúdas, como são fechaduras para menoas (?), escapolas (?), trempes etc., para o hospital e se empregaram também no concerto das armas e ferramentas.

Cozeu o forno da louça e produziu a fornada 2345 tijolos, 694 potes, 33 Bilhas e 59 peças de louça para o serviço do hospital, fizeram-se na olaria 4772 e se gastaram 297 alqueires de cal.

Os operários e carros continuaram no aterro da Esplanada com muitas interpelações, pois os mesmos devem acudir aos diferentes destinos em que se fazem igualmente precisos.

Chegou a canoa que se tinha despedido para os Anajás, a buscar Uacapús para as casas dos três moradores, que os tinham no terreno onde se erigiu o Hospital novo.

Fico com mais profundo rendimento apeteendo as ocasiões que V. Ex<sup>a</sup>. me permitir das suas ordens.”

Mazagão, 1<sup>o</sup> de outubro de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 54

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Li o paragrafo quarto da Carta de V. Ex<sup>a</sup>. datada de 16 de Setembro e a ele respondo.

Que nas instruções que S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado me deu sobre o estabelecimento das mazaganistas, de que me encarregava, me ordenou que as obrigasse em tudo que me fosse possível, porque a mente de Sua Majestade era reparar aqueles seus vassallos da perda que haviam feito: Que entre os mais necessitados se deviam considerar quase sempre as viúvas e os órfãos. Logo que abrigo é este que eu devo fazer a estas famílias, senão proporcionar a necessidade delas algum benefício que as podesse interessar, como o de lhe fazer concertar as suas pequenas canoinhas e que podessem sair as suas roças cujas canoinhas se emprestavam tão bem ao Real Serviço ou mandar-lhes fazer algum banquinho ou alguma Barra em que estender uma camma alguém que tivesse perdido até o colchão em que se deitava, e outros

pequenos benefícios que ainda são menos significantes, por mais corpo que se lhe queira dar com afetados zelos de serviço, com que querem alguns homens na presença de V. Ex<sup>a</sup>. edificar-se na ruína dos outros.

Passo a Mazagão e acho uma carta dirigida a Bernardo Toscano ali Comandante em a qual S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Fernando da Costa, ao tempo de passarem àquela vila os primeiros moradores dela, ordenava, em substância, que o referido comandante os favorecesse ou contentasse e ajudasse com alguns índios / Que não podiam ser se não do serviço, porque o dito comandante o não era de outros / continuava a mesma carta: se fazia necessária que aqueles moradores escrevessem de que estavam satisfeitos, para que se não descosolassem os que ficavam para ir. Bernardo Toscano, que entendeu esta carta bem a favor daquele novo estabelecimento foi o mesmo que eu continuei, em algumas casas formou-lhe no quintal um abrigo que servisse de cozinha a alguma família que mais a pedisse, favorecendo a todas semelhantemente ao que eu pratiquei depois, levado do exemplo que refiro, das ordens que relato, persuadido de que se me não atribuiria a culpa, o que para outrem com as mesmas circunstancias o não tinha sido, porém toda esta diferença nasceria de que os efeitos são quem quase sempre movem a aceitação ou despreza dos homens...”

Macapá, 13 de outubro de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 57

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Para não perder ocasião alguma em que possa procurar a honrra de chegar à presença de V. Ex<sup>a</sup>. me utilizo desta para participar a V. Ex<sup>a</sup>. em como atualmente se estão construindo as propriedades dos três moradores e a do Alferes Vicente Jose Ferreira, de cujo progresso e do mais que se efetuar, terei o cuidado de fazer ciente a V. Ex<sup>a</sup>. na conta deste corrente mês.

Sendo preciso adiantar a Esplanada da parte do Baluarte Sn<sup>ra</sup>. Madre de Deus e embaraçava a execução o antigo telheiro dos Carpinteiro, que além de estar já arruinado, conciderei inteiramente inútil, o mandei desmanchar, passando os ditos para o telheiro onde estão as causas, e como juntamente a casa que eu habitava também ocupava parte da dita Espla-

nada e a violência dos ventos e trovoadas me faziam temer se arruinasse inteiramente, obrigando-me já por vezes sair delas para o quintal, pedi ao governador me assinasse uma casa, o que fez, mandando eu acabar de demolir a antiga e assim exceptuados os dois fornos de cal e tijolo, e algumas pequenas choupanas, fica desta parta a Praça descoberta e a sai esplanada livre de todos os embaraços que tinha, os quais em tempo de paz ainda que não prejudiciais, ao menos a rendiam defeituosa.”

Macapá, 14 de outubro de 1774.

CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 66

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Na minha última de 14 de Outubro tive a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. em como se ficavam construindo quatro propriedades, que V. Ex<sup>a</sup>. ordenou ao governador as fizessem para os 3 moradores que as tinham no terreno onde se fez o hospital novo, e uma para o alferes Vicente José Ferreira e como os operários são poucos, foi preciso repartir todos pelas sobreditas quatro casas, empregados no Corte e condução das madeiras, palhas e mais aviamentos, como também no serviço dos Pedreiros e igualação dos aterros, que se fizeram necessários para a final conclusão do sobredito Hospital novo, que inteiramente se acha acabado.

Os ferreiros no passado mês de outubro continuaram os diários concertos de ferramentas e armas.

Na olaria se continua também a Fatura do Tijolo com pretos operários, escusando eu os oleiros que ganham mais avultados jornais, para este ministério fizeram-se no sobredito mês de Outubro próximo passado 9.200 tijolos.

Gastaram-se no hospital 50 alqueires de Cal e 1720 tijolos. Entendo que por todos estes mês se achavam muito adiantadas se não concluídas inteiramente as sobreditas quatro propriedades e se continuaram as obras da praça, que estas que atualmente se fazem tem embaraçado, passaram contudo a concluir as latrinas os pedreiros que já se acham desocupados do Hospital.”

Macapá, 13 de novembro de 1774.

## CÓDICE 143 (ANTIGO) E 270 (ATUAL) – DOC. 82

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Sem embargo de que a presente situação dos meus interesses terão sem dúvida persuadido aos meus Procuradores o recurso de V. Ex<sup>a</sup>. a fim de me alcançar a licença de V. Ex<sup>a</sup>. para o meu regresso, e que eu veja a suma necessidade que há de minha presença, contudo, preferindo eu o beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>. e seguindo os ditames da razão, que por todos os modos me persuade e lembra a obrigação que tenho de sacrificar à vontade de V. Ex<sup>a</sup>.: um sincero e total rendimento; não quis eu deixar de buscar por meio destas letras os pés de V. Ex<sup>a</sup>. para lhe certificar, que só por esta matéria e em todas mais / pretendo aquilo que for mais conveniente ao Real Serviço e mais do agrado de V. Ex<sup>a</sup>., sendo estes para mim os objetos realmente interessantes e só no caso de V. Ex<sup>a</sup>. me fazer a honrra com a resposta desta, de me intimar a permissão, me resolverei a utilizar-me da mercê, procurando a ventura apeteçada de beijar as mãos de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 04 de dezembro de 1774.

## CÓDICE 151 (ANTIGO) E 282 (ATUAL) – DOC. 08

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A minha obrigação me facilita a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o progresso desta obra no próximo passado mês de Dezembro.

Continuaram-se as obras das quatro propriedades, que ficaram inteiramente cobertas e guarnecidas de barro, com todos os portais, janelas e portas, faltando só algum pequeno aterro, e reboco em partes delas, como as que eles largaram, com a permissão que V. Ex<sup>a</sup>. facilitou ao alferes Vicente José Ferreira para comprar a telha que precisasse para as suas casas, se concluiu também a cobertura da dita e entendendo que tanto ele, como os mais, poderão antes de fim do mês recolherem-se às suas respectivas propriedades.

Acha-se já feita e coberta a comunicação do desaguedouro da praça com as latrinas, e estas ambas construídas, faltando só pôr-lhe o tabuado e a paredinha que que as deve separar das casas matas em que se fizeram.

Já dei princípio a prontificar algum taboado, madeira e piçarra para as obras do senado desta vila, em conformidade da ordem de V. Ex<sup>a</sup>. distribuída ao Governador desta praça.

Gastaram-se 48 alqueires de Cal e se fizeram 2454 tijolos. Sendo a pedra que há nestas pedreiras bastante arenosa e porosa, repartida em cascões que entre si conservam muita quantidade de terra e barro, não é própria para sustentar peso perpendicular, maiormente havendo precisão de se empregar na sua largura, e por essa razão necessitando-se para se tapar o bocal do receptáculo das águas da praça uma pedra de boa consistência de 4 palmos em quadro, para se fazer nela ou buracos ou se lhe pôr uma grade e ferro, como também outra de 4 palmos de comprimento de 2½ de largura, para o desaguadouro do Foço, peço a V. Ex<sup>a</sup>., parecendo conveniente, as mande prontificar para se efetuar esta tão necessária obra.”

Macapá, 04 de janeiro de 1775.

CÓDICE 156 (ANTIGO) E 282 (ATUAL) – DOC. 31

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Fez entrega o cabo de esquadra José Ferreira da Carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir datada em 26 de Janeiro deste ano, por ela fico ciente das determinações de V. Ex<sup>a</sup>., às quais com o maior rendimento sacrifico a minha obediência, pois devo conhecer, que só pode ser e é do agrado de V. Ex<sup>a</sup>., o que se encaminha ao adiantamento dos interesses do Real Serviço, que é juntamente o mais decoroso fim e objeto, a que devem aspirar todos aqueles que tem a honrra de se empregarem no dito.

Desde a ultima participação que tive a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>., se acha inteiramente acabadas as obras indicadas nela, ficando já todos de posse das propriedades que V. Ex<sup>a</sup>. benignamente lhes mandou construir; as latrinas da praça feitas, diferentes concertos que as casas-matas, transitos e Corpo da Guarda, grande carecia, efetuados, e acabada uma porção de banquetta e parapeito da Estrada-coberta, que faltava defronte da ponte da meia-lua, e servia de facilitar a entrada dos carros, enquanto se trabalhava no interior da praça, principiou-se o en-

tulho do foço defronte da Estrada-Coberta e face do Baluarte Sra. Madre de Deus. Alguns operários se empregaram e continuam na reedificação da olaria e trem, que ameaçavam ruína próxima, despediram-se duas canoas, uma a buscar madeira para os consertos das mesmas canoas e outra a conduzir o madeiramento dos ares da casa do senado, em cuja obra já se fica trabalhando. Ficam postas nas suas cadeias os 5 lampiões no Hospital, 4 nas duas enfermarias e um na entrada ou corredor, produziu o forno grande 24314 tijolos, 45 Bilhas e 32 pratos, e se gastaram 34 alqueires de cal no mês de fevereiro nas sobrerreferidas obras.

Os carpinteiros se empregaram em lavrar madeiras, Portas, janelas para a Casa do Senado, nos concertos das canoas, de carros e carrinhos de mão e cabos de ferramentas. Os ferreiros na fatura de pregos, feragens de cabrilha, dita de canoa, conserto de armas, ferramentas etc.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>. se digne lembrar da recomendação que tive a honrra fazer a V. Ex<sup>a</sup>. para o transporte de um bom número de Bois, para aumentar número de carros, que só assim poderá conseguir o adiantamento dos grandes aterros que ainda há que fazer e convém seja a tempo de se poder principiar este trabalho no fim de julho, que é quando a estação neste clima principia a ser mais favorável, para o que é preciso estejam cá todas em maio para se domesticarem a cobrar a robustez perdida nos transportes. Há juntamente preciso, julgando V. Ex<sup>a</sup>. conveniente que se remeta uma porção de alvaiade e verdete, que é a tinta que aqui nesta estado prova melhor e de mais duração para se pintarem as janelas e portas do Hospital e conservar a madeira contra a atividade do sol e da humidade que o faz estalar e empenar, necessitando por consequência de repetidos concertos com prejuízo da Real Fazenda.

Já em outra ocasião pelo Provedor Comissário se remeteu uma relação de um sortimento de Limas para os ferreiros de El Rey poderem trabalhar como devem, e cuja falta também, causando demora na fatura das obras, também é prejudicial à Fazenda Real, pelo que na ocasião presente tenho a honrra, Ex<sup>mo</sup>. Senhor, de fazer acompanhar esta da sobredita relação para V. Ex<sup>a</sup>. dar providências que julgar conveniente.”

Macapá, 08 de março de 1775.

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Em conformidade das respeitáveis ordens de V. Ex<sup>a</sup>. se empreendeu o concerto da Casa do Senado desta vila, como já tive a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. na minha última datada em 8 do próximo passado mês de março, tendo-se já prontificado até os fins do mesmo mês, quase todo o madeiramento dos ares da dita casa, Portais, janelas e portas, faltando só alguma ripa, a qual também se mandou conduzir, em embargo de que no exame a vistoria que se fez, por ordem de V. Ex<sup>a</sup>., estando V. Ex<sup>a</sup>. nesta praça, bem se descobriu e conheceu a incapacidade do madeiramento dos ares e todos os mais defeitos que careciam de conserto indicado no papel, que eu tive a honra de apresentar a V. Ex<sup>a</sup>. contudo, depois de se tirar o mencionado madeiramento e todos os esteios com que se achavam guarnecidas as paredes exteriores, os quais estavam inteiramente corruptos, não sem grande admiração minha e dos artífices, achei que a péssima qualidade e mal entendida construção da taipa, de que se acham construídas as ditas paredes, já allluidas, ameaçava a ultima ruína e perigo a quem estivesse na dita casas, pois não só nas engras ou ângulos das casas, senão em todo o corpo dela, estavam as paredes separadas inteiramente e pendentes, cobrindo e ocultando o guarnecimento exterior esta falta, principalmente da parte do açougue, e do freixal até o sobrado, reduzindo-se a segurança deste unicamente a duas vigas que o sustentavam, pelo que me vi na indispensável necessidade de demolir tudo que estava incapaz de conserto, para evitar a inútil despesa que se faria em uma aparente rectificação, que só serviria para paliar o perigo e ruína que em poucos anos experimentaria a sobredita casa, talvez com prejuízo de muitas vidas, faço particular estado para que a despesa não seja avultada, porém também não consinto que se deixe de fazer tudo que julgo é necessário para a segurança e decência, circunstâncias que inteiramente foram desatendidas na primeira construção, e como creio esta é a mente de V. Ex<sup>a</sup>., espero que V. Ex<sup>a</sup>. a vista da dita obra se dignar aprovar o efetuado.

Com os operários e carros que restam da sobrerreferida obra, e do necessário conserto do telheiro da olaria, me esforço quanto a chuvosa estação permite no adiantamento do entulho do foço e continuação do

parapeito da Estrada coberta fronteira ao Baluarte de N. Sra. Madre de Deus, empregando-se os carpinteiros nas obras da Câmara, e conserto de uma das canoas grandes que aqui se acham pertencentes à Real Fazenda, os ferreiros também se ocupam na fatura e conserto das grades das cadeias, conserto de armas, ferramentas e outras obras diárias que são inseparáveis dos diferentes destinos que tem esta obra. Gastaram-se no Mês de março 100 alqueires de cal e 2848 tijolos.”

Macapá, 05 de abril de 1775.

CÓDICE 156 (ANTIGO) E 282 (ATUAL) – DOC. 63

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Recebi a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir firmada em 16 de maio pelo cabo de esquadra Manoel de Lalor, por ela fico na inteligência das determinações de V. Ex<sup>a</sup>., como também da remessa que V. Ex<sup>a</sup>. é servido fazer da cal e das limas que pedi.

Quanto a quantidade de Verdete e Alvaiade, que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena avise na presente ocasião, me parece chegaram para as obras que precisam deste benefício duas arrobas de verdete, duas e meia de alvaiade e doze frascos de óleo de linhaça que é o menos que poderá levar.

No próximo passado mês de maio se empregaram os operários nos diferentes destinos nos quais se trabalha atualmente, a saber, o aterro da Esplanada, continuação do conserto e cobertura da olaria, extração e condução da piçarra, pedra e mais materiais precisos para as obras da casa do senado desta vila, trabalhando nelas efetivamente os Pedreiros, e fica a dita em toda a sua frente em palmo abaixo da volta das ombreira das janelas superiores, e as outras três paredes na altura em que devem receber o freixal.

Os carpinteiros acabaram a canoa grande e os cabides da palamenta da artilharia e se principiaram a armar os ditos na segunda casa-mata da parte do Baluarte Nossa Senhora da Conceição, empregaram-se também no ripado da Casa da Câmara, em reformar o vigamento do assoalhado da mesma e no conserto dos carros, carrinhos de mão, cabos de ferramentas e armas.

Os ferreiros trabalham no conserto das ferramentas, armas, ferragens de canoa, pregos etc.

Gastaram-se este Mês 75 alqueires de cal e 4935 tijolos.

Com o maior alvoroço e mais obsequiosa impaciência espero o feliz complemento da viagem que V. Ex<sup>a</sup>. me faz a honrra participar, intenta empreender no princípio de julho, honrrando esta praça com a sua presença no regresso para esta cidade, pois sendo esta notícia a mais interessante para o meu gesto, me utilizo dela para suavizar a eficiência com que eu a desejo efetuada.”

Macapá, 05 de junho de 1775.

CÓDICE 155 (ANTIGO) E 287 (ATUAL) – DOC. 21

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Fazendo-se necessário cuidar em algumas coisas pertencentes à oportuna acomodação da tropa nas casas-matas da praça depois da partida de V. Ex<sup>a</sup>. para essa cidade, se ocuparam alguns pedreiros e carpinteiros nas ditas obras e os operários que aquele serviço requeria.

A câmara se vai adiantando do modo possível e julgo que por esta semana toda, isto é, em seis dias, se achará a frente toda acabada, as outras paredes dos lados e fundo estão rebocadas e caiadas, a escada assentada, portais, caixilhos janelas e portas principal posta, as paredes do corredor e entrada superior, que são de frontal já guarnecidas, as enchovias, e segredos rebocadas e caiadas, faltando só o frontal de duas paredes dos repartimentos das salas e o assoalho.

Dezimpedidos os pedreiros, cuidarei logo em os aplicar ao revestimento dos parapeitos da Praça, como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou, ficando-se já transportando a terra precisa para vencer a altura do centre escarpa que deve cobrir o ângulo flanqueado e foço do Baluarte São José, conforme a recomendação de V. Ex<sup>a</sup>. e tenho a honrra de lembrar a V. Ex<sup>a</sup>. que achando-se aqui duas barcadas de pedra de cal para se aproveitar esta, havendo ocasião, será conveniente, julgando-o V. Ex<sup>a</sup>. assim, transportarem-se mais 4 ou 5 canoas dela para se poder queimar.

Para o adiantamento das obras de terra se carece também de algumas barcadas de Bois para os carros, os quais já V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra participar se remeteriam pelas canoas do sertão e por se ir apropinquando o tempo delas se ajuntarem nessa cidade, por isso me resolvi fazer lembrada a V. Ex<sup>a</sup>. a precisão.

A falta dos índios destinados ao serviço desta praça e de mais duas canoas grandes tem dificultado até agora o transporte da pedra com a qual V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou guarnecesse o terreno do hospital e praça contíguo ao mar, para obviar a escavação.

Lembrando de que V. Ex<sup>a</sup>. me perguntou se a casa da câmara tinha varanda e casa para carcereiro, quero que V. Ex<sup>a</sup>. me permita a honrra insinuar se devo mandar esta obra que ainda que necessária, não quis empreender sem o beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>., e que necessária, não quis empreender sem o beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>., e querendo V. Ex<sup>a</sup>. que se pintem as janelas e portas da sobrerreferida Casa do Senado, será preciso V. Ex<sup>a</sup>. remeter o óleo, verdete, alvaiade e 24 brochas pedidas na minha Carta datada em 05 de junho, ou aquela porção que V. Ex<sup>a</sup>. julgar conveniente.

Com a chegada da frota, julgo será conveniente tirar-se da Companhia além de ferro, as diferentes qualidades de pregos que se necessitam nesta obra, por evitar-se a maior despeza que com a fatura destes aqui se precisa fazer com prejuízo da Real Fazenda.

Nas obras da Câmara se gastaram no mês de Agosto próximo passado 38 alqueires de cal e 667 telhas e pela fortificação em cair e concertar as casas da praça 4 alqueires de cal e 1200 tijolos e se fica já fabricando na olaria este material para se poder continuar sem demorar o revestimento dos parapeitos.”

Macapá, 29 de setembro de 1775.

CÓDICE 155 (ANTIGO) E 287 (ATUAL) – DOC. 46

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “O cuidado de prontificar as casas-matas para receber a tropa que para elas se transporta impediu inteiramente o poder-se efetuar o premeditado

designo do revestimento dos parapeitos da praça neste verão, adiantando-se as chuvas a anual estação em que estas se esperam, principalmente a que no dia 31 do próximo passado mês de outubro caiu em tal abundância, que inundando todo o terreno baixo do interior da Fortaleza, passou a entrar na casa da residência do Governador, na capela, e sobretudo nas casa-matas, onde subiu à altura de 2 palmos, coisa que aqui ainda não aconteceu, fazendo-se mais temível este sucesso, pelos contínuos e espantosos trovões que a acompanharam toda a noite, partindo um raio o mestre da Canoa del Rey, que estava no porto, e como vi que a pedra colocada no bocal do desaguardouro impedia receber o receptáculo as águas, a mandei tirar e em lugar desta se porá uma larga grade de ferro, que se possa abrir com facilidade e a qual sirva de caixilho a mesma pedra, também já dei princípio a fazer cozinhas entre a rampa e contramuralha para os oficiais, como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou.

Já tenho mandado prontificar a madeira para as casas, com que a piedade de V. Ex<sup>a</sup>. mandou socorrer alguns moradores.

A câmara só falta o assoalho, o guarnecimento das paredes superiores e janelas das prisões, achando-se estas ladrilhadas e prontas.

Com a chegada da frota espero V. Ex<sup>a</sup>. faça reservar um sortimento de ferro em barras largas e estreitas, para as obras que se fizerem necessárias.

Fizeram-se neste mês na olaria por causa da falta de gente só 5000 tijolos e 1500 telhas e se gastaram no concerto do armazem e casas matas 10688 tijolos e 3 alqueires de cal e na câmara 67 alqueires da dita e 6.300 tijolos.”

Macapá, 08 de novembro de 1775.

CÓDICE 155 (ANTIGO) E 287 (ATUAL) – DOC. 79

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Não me tem permitido minha moléstia cumprir com a obrigação que tenho de procurar com as minhas letras a presença de V. Ex<sup>a</sup>. nas ocasiões que tem havido, o que agora faço, ainda que mal convescido, ancioso de conseguir esta honrra.

No passado mês de novembro e neste corrente se ocuparam os operários no serviço do Trem, e dos pedreiros na olaria, serraria, limpeza da praça, no corte das madeiras para carros e casas e na condução destas e de cedros para tabuado, como também em descarregar e carregar as canoas da cidade, acabaram-se inteiramente duas cozinhas que ficam entre a rampa do Baluarte Sn<sup>ra</sup>. Madre de Deus e as contramuralhas destinadas para o serviço da Tropa, principiaram as outras duas ao pé da rampa do Baluarte S. José, e se fez uma dentro das casas em que reside o Sargento Mor da Praça, reformou-se com guarnecimento de cal a casa mata da cortina do Sul, contígua ao Baluarte São Pedro, para se transferir à dita os cabides das armas do uso diário, e se colocou a grade de ferro no bocal do desaguadouro da Praça.

Os carpinteiros trabalham no madeiramento das cozinhas, concertos das canoas da cidade para a condução do arroz, aprontaram algumas madeiras para os carros, e fizeram uma tarimba para a guarda do hospital e cabos para as ferramentas.

Os ferreiros se empregaram no costumado exercício de concertos de armas, ferramentas, ferragens de canoas e em fazer pregos e 4 varões de forquilha para as vigas chaminés das cozinhas da praça e como para a mesma ferraria se carece de um competente sortimento de ferro, acompanha a esta uma relação do necessário.

Já se passou que havia no armazém antigo da praia para o armazém dos mantimentos da praça e se fica acabando de demolir o primeiro.

Deu-se também princípio às casas que V. Ex<sup>a</sup>. ordenou por seu despacho se fizessem ao Alferes Antonio Roberto de Maré, em cujo trabalho se empregaram 8 pretos, um carpinteiro, conseguida esta irão prontificando as dos outros moradores, que à piedade de V. Ex<sup>a</sup>. merecerão a mesma graça e benefício.

Gastaram-se no passado mês de novembro pela fortificação 101 alqueires de cal, 9200 tijolos e se fizeram 3400 telhas, e neste corrente se gastaram 110 alqueires de cal e 5200 tijolos, fizeram-se 150 bilhas na olaria para a tropa.”

Macapá, 30 de dezembro de 1775.

CÓDICE 158 (ANTIGO) E 289 (ATUAL) – DOC. 01

Carta de Francisco Afonço da Costa, Provedor Comissário de Macapá, ao governador, participando que “Entregou o cabo de esquadra Manuel de Lalor cento e quatro cavalos para o serviço da obra da Fortificação que ficam carregados em receita ao depósito da Fazenda Real.

Foi monunciado o cabo de esquadra José Ferreira, encarregado desta canoa por tempo de treze dias para vinte e quatro pessoas que tem de equipagem, com nove arrobas e vinte e quatro libras de sumaca e quatro arrobas e vinte oito libras de arroz.

Para a guarde costa foram libras de fio de Algodão para linhas e doze anzóis de Piraíva.

Com esta será presente a V. Ex<sup>a</sup>. a relação dos mantimentos que se despenderam com os operários da dita obra no mês de Dezembro de mil setecentos e setenta e quatro.

São precisas vinte arrobas de breu e doze de estopa para calafeto das canoas do serviço e dois barris de alcatrão para os reparos da Artilharia.”

São José de Macapá, 02 de janeiro de 1775.

CÓDICE 158 (ANTIGO) E 289 (ATUAL) – DOC. 76

Carta de Domingos Pinto da Fonseca, ao governador, participando que “Ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que ao comandante desta Vila Izidoro José da Fonseca representou vocalmente o carpinteiro Francisco de Souza Estrela que ele se obriga prontificar dois moinhos para descascar arroz, concedendo-se-lhe para o mesmo efeito cinco índios trabalhadores pagos por sua conta para conduzirem madeira necessária e fatura da casa, e como é do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. que nesta vila haja meios para os povoadores dela satisfazerem com brevidade as dividas dos Escravos concedidos por determinação de V. Ex<sup>a</sup>. pedindo a utilidade de todos, que esta deligência se faça com brevidade me persuado que será do agrado de V. Ex<sup>a</sup>. conceder-se os ditos índios por quinze dias e o mesmo artífice ajustou em que os povoadores só lhes andem pagar em vintém por cada em alqueire.”

Mazagão, 08 de junho de 1776.

PESQUISA: MARÇO/97  
DOC. 15

CÓDICE 159 (ANTIGO) E 292 (ATUAL) – DOC. 25

Carta dos oficiais da câmara de Macapá, ao governador, participando que “Como V. Ex<sup>a</sup>. contempla este povo tão pobre e miserável, que por grandeza da sua esclarecida pessoa o está favorecendo com a providência de pretos: sendo o seu excessivo cuidado de grangear a vida na fábrica de suas agriculturas.

Representa a V. Ex<sup>a</sup>. este povo, e não como cabeças dele que estes moradores se acham estabelecidos nesta vila há mais de vinte e quatro anos, e já se acham velhos e curtidos de continuados trabalhos, e muitos deles com alguns achaques, impossibilitados para o exercerem e alguns filhos que tem são os que os ajudam e se alguns têm alguns pretos, os ditos filhos os administram, e os que os não tem, mais necessitam deles, e assim ficam impossibilitados para poderem cultivar os arrozés e algodões que V. Ex<sup>a</sup>. e sua Majestade Fidelíssima muito recomenda.

Rogamos a V. Ex<sup>a</sup>. como pai deste povo que estes moradores não fiquem desaremediados, sem filhos capazes de os ajudar na seu trabalho, nem a S. Majestade Fidelíssima, sem soldados.”

Vila de São José do Macapá, 16 de dezembro de 1775.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 03

Carta de Izidoro Jose Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Recebi a que V. Ex<sup>a</sup>. me dirigiu pelo cabo de Esquadra José Ferreira escrita em 22 do passado, a qual acompanhava as famílias que V. Ex<sup>a</sup>. mandou transportar para esta Vila que cegaram sem novidade.

O dito cabo fez entrega do pagamento para os Artífices e Operários desta obra e justamente o pequeno saco de trigo, o qual junto com ofício de V. Ex<sup>a</sup>. remeti logo ao Governador de Macapá.

Aqui se experimenta grande falta de pedreiros, a qual serve de grande atrazo a esta obra, o que ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup>. para lhe dar a providência que for servido.

Remeto os mapas do mês de novembro e dezembro e justamente as relações.”

Mazagão, 10 de janeiro de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 09

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tenho a honra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que no próximo passado mês de janeiro se distribuiu o serviço dos obreiros na condução de duas barcas de palha para retificação de trem que logo se empreendeu e de duas de barro para a olaria, na serraria, corte e transporte da madeiras para as casas que V. Ex<sup>a</sup>. ordenou se fizessem aos moradores, na assistência dos pedreiros, construção da casa do Alferes Antonio Roberto de Maré, limpeza da praça e no adjutório das lavouras de arroz dos moradores.

Acham-se acabadas as quatro cozinhas contiguas às rampas dos Baluartes Sn<sup>ta</sup> Madre de Deus e S. José, faltando só as duas deste último o madeiramento para receber o telhado.

Na carpintaria se aprontaram algumas precisas para os carros fez-se um armário para o Sargento Mor da Praça, medidas para os quartéis, celhas para tabatinga, concertou-se uma canoa, cronhas de armas, e se trabalhou nas janelas das Enxovias da Câmara, prontificando-se juntamente o tabuado para assoalhar a mesma.

Fizeram-se na ferraria mais dois varõens de forquilha para as duas cozinhas da Praça, fechaduras e lemes para as portas das ditas e se consertaram as ferragens das Del Rei, ferramentas e armas.

Na olaria se fabricaram 3.238 telhas e 63 potes, gastaram-se 53 alqueires de cal, 7.220 tijolos e 600 telhas.

Os poucos carros capazes que há de serviço e as muitas chuvas não dão lugar a se adiantar e terraplano do ângulo saliente da contrescarpa que V. Ex<sup>a</sup>. que recomendou e, também, não julgo conveniente mover as terras dos terraplenos da praça para se construírem os revestimentos dos parapeitos, que é obra que só se deve empreender no verão, por ora se podem ir prontificando os materiais para este necessário benefício.”

Macapá, 02 de fevereiro de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC. 13

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A desordem e confusão em que ficou tudo que me pertence nessa cidade com o falecimento de minha cunhada, em cuja companhia estava minha filha mais velha, me fez resolver / com a intervenção, favor e concelho do Governador desta praça/ expedir um próprio mensageiro à presença de V. Ex<sup>a</sup>. para obter da benignidade de V. Ex<sup>a</sup>. o único recurso que tenho em circunstância para mim tão interessante, e de cuja resolução só depende o obviar algumas consequências que me poderão dar maior cuidado, é pois Ex<sup>mo</sup>. Sr., a graça que pretendo a permissão de V. Ex<sup>a</sup>. para poder em canoa ligeira transporta-me nessa cidade a tempo de achar nesse porto os navios do Pmo (?) e juntamente ao Cabo de Esquadra Miguel João para com ele, ou do modo que V. Ex<sup>a</sup>. for servido poder recolher-me com minha filha a esta praça, visto não permitir a situação presente facultar-me V. Ex<sup>a</sup>. meu total regresso, entre muita providências que me vejo obrigado a dar, são para mim as de maior empenho, aquelas que indispensavelmente devo na presença de V. Ex<sup>a</sup>. firmar com a autoridade e beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>. e a intervenção dos Régios Ministros, os breves dias que poderei gastar em tão necessária deligência, espero facilitem o conseguir de V. Ex<sup>a</sup>. a mercê que pretendo, pois além de não haver por ora obra de ponderação nesta praça, nem a estação chuvosa a permitir, pode o Ajudante Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ficar encarregado nos dias de minha ausência da direção e distribuição do trabalho diário, e tenho a honrra de asseverar a V. Ex<sup>a</sup>. que a não ser a necessidade que tenho de chegar a essa cidade, tão urgente, de nenhum modo nesta ocasião eu me atreveria molestar a V. Ex<sup>a</sup>.

Rogo a Deus prospere a saúde e vida da V. Ex<sup>a</sup>. por muitos anos para amparo deste estado, e particularmente meu, e peço a V. Ex<sup>a</sup>. não só me permita a licença de beijar as mãos a V. Ex<sup>a</sup>. se não também de protestar que ninguém com mais afeto, veneração e respeito é mais do que eu sou.”

Macapá, 06 de fevereiro de 1766.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC. 17

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador participando que “Em tempo competente remeterei como V. Ex<sup>a</sup>. me ordena os Granadeiros que aqui se acham destacados.

A respeito das casas que se fazem aos moradores desta vila eu estava na inteligência que V. Ex<sup>a</sup>. me adverte, porque os despachos que se me apresentavam me insinuavam o mesmo, por cujo motivo se emprega só um carpinteiro e pouco mais ou menos oito operários na armação de cada casa fazendo-se uma só por cada vez: O morador a quem ela pertence contribui com tudo mais que não seja levantar os esteios e assentar os ares que é somente o que a Fazenda Real lhe dá, além da palha que lhe pertence para a cobertura a qual me parece que todos venderam e com o dinheiro da dita palha se ajudaram a compara telha: Nesta disposição se continua a dita obra sem grande despesa da Fazenda, nem prejuízo da Fortificação e me parece que conforme ás ordens que tenho de V. Ex<sup>a</sup>..”

Macapá, 13 de fevereiro de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 20

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Pelo Cabo da Esquadra Miguel João recebi a carta que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido dirigir-me firmada em 17 de janeiro próximo passado e pelo contexto dela fico ciente das determinações de V. Ex<sup>a</sup>. ao proposto nas minhas anteriores.

Na última de 2 do corrente tive a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o progresso e distribuição do serviço, no mês de Janeiro deste ano.

Pelo que respeita à advertência que V. Ex<sup>a</sup>. me faz sobre o modo e circunstâncias em que o despacho de V. Ex<sup>a</sup>. permite fazerem-se as casas dos moradores desta vila, reservando semelhantes obras para quando haver comodidade e não para que a distração dos Artífices e Operários prejudique ao adiantamento da praça como obra de tanto maior interesse e importância, rogo a V. Ex<sup>a</sup>. me permita a honrra de dizer, que

não havendo por hora de se cuidar se não do aterro do terrapleno da contrescarpa e do revestimento dos parapeitos do Corpo da Praça, devendo-se para este fim mover muita terra e abrir os pequenos alicerces que devem ter os ditos revestimentos, os quais em parte correspondem às abóbodas das casas matas, e em outras se devem construir sobre a terra movediça de que se compõem os terraplenos da dita praça; por nenhum modo julgo conveniente trabalhar em uma estação quase sempre chuvosa em semelhante trabalhar em uma estação quase sempre chuvosa em semelhantes obras, porque além do prejuízo que causa à saúde dos operários, aos Bois e aos carros, é a porção da terra que se transporta nos ditos / por estar molhada / muito limitada, e fica o aterro que se faz de uma qualidade péssima, desigual e reduzido a um atoleiro, que tudo redundando em prejuízo da Real Fazenda, quanto aos parapeitos além da pouca segurança que oferece o terreno embebido em água, e de umidecer e salitarem os subterrâneos, que atualmente estão habitados pela tropa, os frequentes chuviscos que interpoladamente sobrevem alguns dias, e em outros continuados, inteiramente levam toda a cal e traço com que se trabalha na construção dos ditos parapeitos, devendo-se assim necessariamente reiterar o mesmo trabalho, o que aumenta consideravelmente a despesa e por consequência é também oposto aos reais interesses, pelo que distribuídos os operários pela olaria, serraria e retificação de algumas coisas no interior da praça, me parece que é esta a conjuntura mais favorável aos benefícios que a piedade de V. Ex.<sup>a</sup>. destina a estas moradores, porque sem prejuízo nem distração do serviço da Praça se podem ocupar 8 operários e um carpinteiro na construção das referidas causas e como já se acham prontificadas a maior parte das madeiras, se poderá ir acudindo sucessivamente aos remédios daqueles que estiverem mais necessitados, enquanto durar o inverno, ajustando-se assim o preceito e as condições que V. Ex.<sup>a</sup>. impõe à satisfação da piedosa atenção que V. Ex.<sup>a</sup>. teve às justas representações dos sobreditos moradores. Sem embargo deste parecer, gostese sacrifiquei a minha obediência às determinações de V. Ex.<sup>a</sup>. julgando ou ordenando V. Ex.<sup>a</sup>. o contrário.”

Macapá, 13 de fevereiro de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 43

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Com uma prolongada ainda que feliz viagem de 12 dias cheguei a esta praça acompanhado daqueles saudosos sentimentos de gratidão que se avivaram e multiplicaram com a presença de V. Ex<sup>a</sup>. e com a honrra que V. Ex<sup>a</sup>. me liberalizou nessa cidade, motivos assaz forçosos para empenhar novamente o desejo e a súplica que tive a honrra manifestar a V. Ex<sup>a</sup>. à minha partida e espero alcançar de V. Ex<sup>a</sup>. mais esta graça, atendendo à prolongada auzência de muitos anos que já por vezes me impôs a obediência.

Já eu teria passado a Vila Vistosa para dispor a fabrica da igreja, como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou, a não ter vindo a esta praça o Comandante da dita Vila, Manoel da Costa Vidal, com o qual conferi, e lhe insinuei as dimensões das madeiras principais que se necessitam e assim que ele me avisar que estão prontificadas darei execução s ordem de V. Ex<sup>a</sup>..

Desejo a V. Ex<sup>a</sup>. a continuação de uma próspera saúde e rogo a V. Ex<sup>a</sup>. me queira honrrar a sua graça e proteção para eu ter o desvanecimento de que V. Ex<sup>a</sup>. me permite a honrra de ser.”

Macapá, 13 de abril de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 65

Carta de Izidoro José Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “O cabo de esquadra José Ferreira me entregou dias cartas de V. Ex<sup>a</sup>., uma com data de 16 de abril e outra de 11 do mesmo, em a primeira me participa V. Ex<sup>a</sup>. o haver feito remeter o pagamento para os operários desta obra para 05 meses de Janeiro e Fevereiro desta ano, o que entregou, como também setecentos alqueires de farinha que carregou em Portel.

Na Segunda vejo V. Ex<sup>a</sup>. fazer transportar para o trabalho esta obra o Oficial de Carpinteiro Ambrózio Gomes, o que fica exercendo o seu officio.

As casas que se acham entijucadas nesta obra se nesta obra se não pode passar com excesso ao reboque, por quanto como a cal com que

se caia é do reino, não deicha Escoria de caroços para se ligar com a areia a vista do que V. Ex<sup>a</sup>. determinará o que se deve praticar em este assunto, e no entanto se vão emboçado as ditas casas.

A tropa Auxiliar desta vila fica quase completa de seu fardamento, excetuando-se os oficiais, que pela desculpa dos galões se não deliberam a fazê-las porém quanto ao exercício nunca se executará como deve ser; pela inutilidade (?) dos oficiais conduzidos a ela pela sua muita idade e total deixação do que se executa, pois são muito poucos os que se acham com disposição competente para o intento, porém esses poucos fazer a deligência para executarem com gasto o que se lhes manda, assim se V. Ex<sup>a</sup>. não der alguma providência para que alguns sujeitos de menos idade o sejam, será dificultosa a empresa de uma pequena perfeição, o meu excesso tem sido incançável, e no mesmo continuarei, porém o não julgo como maior fruto pelas razões ponderadas.

A V. Ex<sup>a</sup>. participo do como eu me acho aqui padecendo gravíssimas precisões de farinha, porque a falta é inconsiderável a vista do que suplico a V. Ex<sup>a</sup>. se digne ordenar a algum dos diretores do Portel, Melgaço, ou outros qualquer me conceda um par de paneiros de farinha para a minha família, que com os meus pescadores e escravos mandarei buscar.”

Mazagão, 16 de maio de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 78

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Participo a V. Ex<sup>a</sup>. de o Baluarte São José nos vai mostrando maior ruína, porque visitando-o eu continuamente, lhe observei na dia quinze do corrente mais duas rachas de novo, e vem a ser uma no Flanco arruinado sete braças e meia distante do ângulo da Cortina contigua, cuja abertura principia mais concluída por cima logo da sapata, e se vai inclinando para o ângulo da espalda. A outra racha é na face arruinada e principia também sobre a sapata, subindo até a altura de quatro para cinco palmos e inclinando-se para o dito ângulo da espalda, de sorte que mostra mesmo uma pedra do cunhal partida, e outras separadas. O Diretor assevera haver visto outra racha mais, a qual eu não descubro,

nem ele acha para me mostrar, ao mesmo tempo que me diz não havia visto a que eu deicho referido no Flanco.

Eu introduzi uma pequenas cunhais nas duas aberturas novas para melhor conhecer a diferença delas, e de tudo continuarei a V. Excelência as devidas participações.”

Macapá, 27 de junho de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC. 79

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tendo tido a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. as contas dos meses de Abril e maio em carta datada de 3 do corrente mês, sucedeu molhar-se ao remetê-la à canoa que já partia, e me vi obrigado a demorar as ditas contas até haver ocasião oportuna, que agora se oferece pala canoa do contrato, em que por este meio as remeto à presença de V. Ex<sup>a</sup>..

Empregaram-se os operários três meses na excavação do terreno contíguo à olaria, e que domina as obras exteriores da Praça, aproveitando-se todo o tempo, que as contínuas chuvas deram no transporte da terra para os aterros da Explanada ao pé do ângulo flanqueado do Baluarte S. José, continuaram a capinação da Praça, a conclusão dos materiais para os pedreiros, de madeira e palha para as casas, barro para a olaria, carvão, lenha, na fatura de cordas pra canoas e trem e nas deligências que lhes destina o Governador da Praça.

Os pedreiros consertaram os fornos que achavam danificados, fizeram uma chaminé nas casas da residência do Governador na Praça e concluíram duas paredes que separam a casa da câmara e sala livre das prisões superiores.

Os carpinteiros fizeram dois caixões para as aramas, remos, cabos de ferramentas, uma verga e cachorro para sobrerreferida chaminé, consertaram a canoa grande, a do barro e a Igarité Del Rey, carrinhos de mão e carros grandes e catres do hospital, acabaram de assoalhar ambas as salas da camera; pregaram as ferragens nas janelas todas das cadeia e trabalharam nas casas que se fazem aos moradores das quais se acham três cobertas, prontas para receber o barro e duas com os freixais corridos.

Trabalhou a olaria e nela se fez a louça, tijolo e telha que consta das duas fornadas que se cozeram no mês de maio próximo passado e neste corrente e vem a ser da primeira vez 438 potes sem asa, 58 de asa, 138 bilhas para a tropa, 8 quartinhas, 100 peças para o hospital, 3000 telhas e 3800 tijolos, e a segunda vez, 390 potes e 58 peças para o hospital, ficando-se atualmente desinformando a telha e tijolo ficam para principio de fornada do forno grande feitos na olaria 9800 tijolos.

Com aviso do Ajudante Comandante de Vila Vistosa, de que se acham prontificadas as madeiras que lhe insinuei eram precisas, buscarei fazer adiantar a igreja com brevidade que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena e a necessidade pede.

Devo participar a V. Ex<sup>a</sup>. em como do dia 12 deste corrente por diante observei e se manifestou uma nova separação dos materiais do Baluarte S. José, onde na face em que estava a primeira fenda se separou a sapata e rebentou uma das pedras do cunhal do ângulo da Espalda, e no flanco, 36 palmos distante do dito ângulo e 10 palmos distante da antiga fenda que tinha o mesmo flanco, se observa outra, que principiando nesta distância na sapata vai buscar o cunhal superior do mesmo ângulo da Espalda, achando-se justamente, mais separadas ou abertas do que até agora as fendas antigas, o que devo atribuir às abundantes chuvas, que penetrando os terraplenos e parapeitos acrescentarão o natural peso das terras, obrigando a ceder novamente o engradamento, principalmente debaixo do referido ângulo da Espalda, onde considero a sua maior fraquesa, esta último sucesso me faz temer alguma ruína maior e próxima, porquanto ainda costuma aqui chover todo o mês de julho e parte de agosto. Hei de cuidar presentemente em aterrar parte do foço seco da face do referido baluarte S. José, onde as chuvas impossaram e depois passarei a formar no ângulo saliente da contrescarpa aquele reparo que V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou.”

Macapá, 28 de junho de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC. 80

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Não quero deixar de prevenir o cuidado que sei V. Ex<sup>a</sup>. terá depois de receber a última que tive a honrra de dirigir a V. Ex<sup>a</sup>. com a participação do

acontecido no baluarte S. José, certificando a V. Ex<sup>a</sup>. que sem embargo das copiosas chuvas, e de um frequente e cuidadoso exame diário, me não tem sido possível descobrir novidade alguma e assim bem indica que não tem havido nova causa para alterar o lentíssimo movimento com que tem até agora cedido o engradamento como vou continuamente observando o pregresso de qualquer alteração farei pronto aviso a V. Ex<sup>a</sup>. como tenho de obrigação.

Na próxima canoa darei para a V. Ex<sup>a</sup>. do trabalho desta mês e por ora só participo a V. Ex<sup>a</sup>. que fica o forno grande cheio de tijolo e pronto a cozer e que para o próximo vindouro mês de Agosto espero prontificar outra fornada para que assim não falte tijolo para o revestimento dos parapeitos da Praça e para então reservo o cuidado de pedir a V. Ex<sup>a</sup>., me subministre maior número de pedreiros, para que se faça um esforço de vencer os ditos parapeitos neste verão, tanto estes artífices como alguns carpinteiros mais serão precisos em Setembro para também se poder trabalhar nessa estação na ponte levadiça do revelim fronteira à porta principal que necessita de frexas novas, e querendo V. Ex<sup>a</sup>. se prontificar a da dita Porta, sermos a também mais alguma cal precisa para a obra dos parapeitos a qual espero V. Ex<sup>a</sup>.. remetera quando julgar conveniente, juntamente rogo a V. Ex<sup>a</sup>. mande prontificar algumas serras, porque a que cá temos não estão já capazes e obrigam a trabalho vagaroso.”

Macapá, 29 de julho de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 111

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Acuso recebida a que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir, datada em 30 de Agosto próximo passado, em resposta das minhas de 28 de Junho e 29 do Julho.

Até o presente não tem havido novidade nem alteração no Baluarte São José, havendo-a, se descarregará de parte ou de toda a Artilharia groça, como com o governador ajustarei, em conformidade das ordens de V. Ex<sup>a</sup>.

No dia prefixo 14 do Corrente dei princípio aos alinhamentos do revestimento dos parapeitos pela cortina do Sul, em que estão situadas os alojamentos da Tropa, por querer com preferência a tudo concluir esta

e a outra que podem receber algum dano se sobrevierem chuvas, mas insinuando-me o Governador que pediam algumas circunstâncias necessárias que se prontificassem os parapeitos da meia-lua, que encobre a Porta principal, para nela se montar a Artilharia que a dita compete, fiz passar para ela os operários, pois me persuado que obedecendo acerto, e que este é o mais seguro meio de me conformar com o beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>. que é o principal e único objeto a que aspiro.

Na data desta também por recomendação do mesmo Governador se principiou a prontificar e abrir as canhoneiras do pequeno Revelim que fica fronteiro à sobredita cortina do Sul, adiantarei estes serviços, a obra de terra e a ponte levadiça da meia-lua, que V. Ex<sup>a</sup>. novamente me recomenda com aquela eficácia que permite a minha pouca inteligência e os presentes meios.

Fiz uma relação que me pediu o governador da madeira necessária para os leitos ou plataformas da Artilharia e me persuado que os poderei colocar de sorte que lhes não sirva de prejuízo a humidade da terra, nem as chuvas do inverno, o mesmo presumo conseguirei com as palissatas ou Estacada Coberta pois se devem combinar as regras e preceitos da arte com a experiência e prática adquirida nos diferentes climas, em que se fazem semelhantes obras.

Fico ciente da remessa que V. Ex<sup>a</sup>. fez das três serras braçais e da porção de cal por conta da que pedi a V. Ex<sup>a</sup>. para as reais obras e presentemente se carece de mais três serras da mesma qualidade e aço para os concertos necessários de ferramentas.”

Macapá, 20 de setembro de 1776.

CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC: 112

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tenho a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. que no mês de Julho se empregaram os operários na fatura de tijolos na olaria, corte de lenha para o forno, excavação de terra com que principiei logo no primeiro do mês a mandar aterrar o foço fronteiro à face danificada do Baluarte São José, despediu-se canoa para a Ilha de Santa Ana a cortar as madeiras

precisas para a construção de 12 carros e para duas frechas da ponte levadiça da meia-lua, por se acharem arruinadas as antigas, foi outra buscar invira para corda das canoas e serviço de trem, uma foi conduzir palha para cobrir 2 propriedades que se acabaram no referido mês de Julho, continuou-se a trabalhar no assoalhado da camera, consertos de canoas, ferramentas, armas, serraria e ferraria, gastaram-se no dito mês 40 telhas nos consertos das casas da Praça e 4 alqueires de Cal, 720 tijolos com alqueires de cal no Hospital, onde penetrando o fogo a parede da cozinha consumiu parte de 3 esteios, na câmara se gastaram em igualar o vigamento do corredor 460 tijolos e 12 alqueires de cal, fizeram-se este mês 10090 tijolos, e se inornou.

No próximo passado mês de Agosto continuando o aterro do foço se acabou de inornar o forno grande, e cozeu o dito, despediu-se canoa buscar cedros, se acabaram de assoalhar as duas salas, o corredor, 1 prisão fechada e parte da outra da casa da câmara, com seu alçapões e ferragens, fizeram-se as grades de ferro para as ditas prisões superiores, desenornou-se o forno grande e se continuou a fatura do tijolo para outra fornada, foi-se cortar um pau de bandeira para a praça por se achar o antigo danificado, consertaram-se armas, carros e ferramentas, e se acabou a 5ª morada de casas faltando só o guarneçê-las de barro, os operários e respectivos artífices distribuídos por todos estes serviços, e nas deligências que lhes destina o Governador: Gastaram-se este mês 2 alqueires de cal nos consertos dos calabouços da Praça em cujas janelas foi preciso acrescentar alguns de ferro, fizeram-se mais 6620 tijolos.

Lembro a V. Exª. as serras grandes que tive a honrra pedir a V. Exª. na minha de 29 de julho e cal para que se não experimente falta deste material na construção dos parapeitos que determino principiari a dispôr no dia 14 do corrente e o não tenho feito mais cedo por ainda há poucos dias ter chovido bastante, os pedreiros e carpinteiros que pedi a V. Exª. podiam passar de Mazagão para este serviço pelo tempo que for preciso, sendo V. Exª. servido ordenar isto mesmo na primeira ocasião pois convem adiantar quanto possível for este trabalho no verão fazendo cessar qualquer outro que possa retardar o dito.

Não é menos necessário que V. Exª. me conceda licença para mandar consertar com toda a brevidade 2 cascos de canoa dos que aqui estão

ou que V. Ex<sup>a</sup>. se digne prover-nos de duas canoas grandes capazes de conduzir madeiras e pedra, pois a única grande que cá existe se acha penetrada em muita parte do Turú, e em cada viagem que faz, necessita concertos para que por este meio se busque obviar as águas introduzirem-se mais, achando-se já chegadas ao caminho que vai para a Fortaleza, e franqueado esta, em todas as enchentes impediram a comunicação da Vila pela parte da praia.

Finalmente, Ex<sup>mo</sup>. Sr., eu bem desejava ter adiantado mais alguma obras que se fazem indispensáveis, mas a falta de meios, o diminuído número de operários, os muitos e diferentes serviços aos quais se destinam e a precisão em que me vejo de alterar as disposições, me impossibilitam todo o progresso que eu poderia esperar houvesse no tempo que aqui tenho estado, eu não cessaria de molestar a V. Ex<sup>a</sup>. com as minhas representações, se eu não tivesse tão prevenido do sem número de providência que V. Ex<sup>a</sup>. se vê precisado dar quase diariamente às diferentes e remotas partes que compõe o dilatado governo de V. Ex<sup>a</sup>., e se V. Ex<sup>a</sup>. não estivesse tanto e mais do que eu ciente de estado desta obra, do número dos operários, dos seus destinos e de todos os mais embaraços que há.”

Macapá, 11 de setembro de 1776.

#### CÓDICE 164 (ANTIGO) E 299 (ATUAL) – DOC. 126

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Sobre a maior ruína do Baluarte não se observa ultimamente novidade de novo, mas eu sempre o fiz descarregar da sua Artilharia na Face e Flanco arruinados.

O Revestimento dos parapeitos já se principiou no Revelim e sobre a obra de terra que V. Ex<sup>a</sup>. me diz deixara aqui ordenada, entendo se dará logo a execução possível, porém eu não estou instruído do que V. Ex<sup>a</sup>. ordenou ao engenheiro a esse respeito, ainda que ouço falar na continuação de uma Esplanada que parece fora a última ordem que Vossa Excelência deixou.”

Macapá, 28 de setembro de 1776.

## CÓDICE 172 (ANTIGO) E 313 (ATUAL) – DOC. 04

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “No próximo pretérito mês junho se acabáram de mocizar as vigas dos leitos da Artilharia de todos os quatro Baluartes e do redente da parte do Sul, principiou-se a continuar o revestimento do parapeito do Baluarte Sra. Madre de Deus, os operários continuam a estrada coberta da praça da parte da vila, a condução das madeiras em canoas e carros, acham-se distribuídos por estes diferentes serviços e nas fábricas de madeiras, condução de capim, trem, olaria, serraria, serviço dos hospitais e nas deligências que o governador lhes destina.

Os carpinteiros trabalharam na fatura de carros, reparos para a artilharia, vigas e pranchões para os leitos da mesma, prateleiras para a palamenta da dita que se mudaram para outra casamata, consertos de armas, canoas, cabos de ferramentas, remos etc.

Acabou-se de infornar o tijolo, se cozeu e desenfornou nesse mês, gastou-se na obra 1620 tijolos da fornada do mês de maio, 4390 da fornada de Junho e 131 alqueires de cal, fizeram-se 16.200 tijolos.”

Macapá, 15 de julho de 1777.

## CÓDICE 172 (ANTIGO) E 313 (ATUAL) – DOC. 36

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tive a honra de receber a que V. Ex<sup>a</sup>. me dirigiu pelo cabo de Esquadra Manoel José Valadão, firmada em 13 de Agosto próximo passado com a certeza de ficar V. Ex<sup>a</sup>. ciente das participações do estado da obra por mim feita nas minhas cartas de 8 de Junho e 15 de Julho pretérito.

Se o indispensável necessário adiantamento desta Fortificação acompanhasse o progresso diário de sentimento e impaciência que experimento na sua duração, creio que para a sua defença já não faltaria nenhuma das obras projetadas, nem aquelas que as atuais circunstâncias não só rendem urgentes, mas ainda de qualquer sorte úteis, porém, Ex<sup>mo</sup>. Sr., são igualmente ineficazes e infrutuosos os meus particulares desejos e esforços, as participações que tenho a honra de pôr na presença de V.

Ex<sup>a</sup>. indicam as diferentes qualidades de obras em que se ocupa aquele limitado número de obreiros, que creio os mapas expressam e deve-me contentar com a certeza que tenho, de me não acusar a consciência, nem a honra de coisa alguma, que seja oposta aquela subordinação, respeito e obediência que devo ás ordens e determinações de V. Ex<sup>a</sup>. a mim dirigidas, (...) e pelo governador desta praça intimadas, e se a minha pouca atividade e inteligência parece se poderá atribuir algum desacerto, será certamente só aquela parte em que ela se faria se menos culpável, mais im(..)tuna e violenta.

Sendo V. Ex<sup>a</sup>. em carta de 5 de Outubro do ano próximo passado respondendo a minha de 11 de Setembro, convir em que se consertassem os dois cascos de canoas que aqui se achavam, logo fiz a relação precisa para as madeiras necessárias do dito fim, porém já na minha de 05 de novembro do dito ano tive a honra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. a expedição que com antecipação se tinha feito para o corte das madeiras para os leitos da artilharia e (...) ou por vezes que poderia conseguir-se este necessário conserto nas diferentes distribuições se ofereceram sempre os mesmos obstáculos, que tinham obrigado o primeiro intento, pois existindo até agora o trabalho da referida fábrica dos leitos (?), e os mais serviços, já se acham os ditos cascos incapazes daquele conserto que se lhe queria fazer, e muito mais do ministério a que intentara aplica-los, ficando assim este serviço em uma única canoa grande muito velha, danificada e quase incapaz de carga pesada e por consequência me vejo impossibilitado, tanto em razão da falta de embarcações como de quem as navegue, de poder empreender e promover o serviço proposto a V. Ex<sup>a</sup>. e tão necessário como tenho ponderado nas minas anteriores, e como V. Ex<sup>a</sup>. não ignora, ainda que os mais nas presentes circunstâncias se fazem igualmente atendíveis.

Nos próximos passados meses de julho e Agosto trabalharam os pedreiros no revestimento dos parapeitos do Baluarte Sn<sup>ta</sup>. Madre de Deus, que se acham concluídos, como também os pequenos alicerces do revestimento dos parapeitos do Baluarte São Pedro e da parte da cortina compreendida por estes dois Baluartes, que ainda faltava, e em que atualmente trabalham.

Os carpinteiros fizeram carros, guaritas, pranchões para os leitos,

cabides, soalhados na casa da palamenta, palimethas, tapas concertaram reparos; accassáram a segunda cabrilha grande etc.

Na ferraria se fizeram chapas para as rodas dos carros, prego, carretel para um macaco, chavetas braçadeiras para os paus das barracas, espigões para os ditos, escápolas para os quartéis, concertaram armas, munhoneiras da peças, digo dos reparos e outras obras etc.

Conduziram-se 5 barcadas de madeira para carros e plataformas e duas jangadas em 49 toros de cedros e jasapucaia.

Fabricou-se e se cozeu uma fornada de tijolos. Em julho se fizeram 4.800, gastaram-se 9040 e 368 alqueires de cal, em agosto se fabricaram 15450, se gastaram 14057 e 246 alqueires de cal.

Estes serviços e outros são causa de que desde 15 de julho se não tem trabalhado na Estrada coberta que cobre a Praça da parte da vila, na bateria baixa, nas partes levadiças, na palhissata ou estacada etc.

O governador me incumbiu cuidasse na prontificação do leito, do parapeito, e em tudo que respeita o exercício de artilharia e que conduziu ao conhecimento e uso competente da mesma em poucos dias se entrará a atirar ao alvo.

Manoel da Costa Vidal, Comandante da Vila Vistoza me participou se achava tudo pronto para se principiar a construção da nova igreja, para que já tinha previnido o oficial de carpinteiro, e outro de pedreiro, como eu lhe insinuei, porém como tinham variado as circunstâncias, lhe mandei dizer não me resolvia agora a sair da Praça, visto não haver aqui outro oficial Engenheiro, sem segunda e expressa ordem de V. Ex<sup>a</sup>. para assim o fazer e o Governador me mandar transportar ou ele em nova ordem de V. Ex<sup>a</sup>. me mandar buscar para assim não dar passo que não seja do agrado e beneplácito de V. Ex<sup>a</sup>.”

Macapá, 05 de setembro de 1777.

CÓDICE 172 (ANTIGO) E 313 (ATUAL) – DOC. 41

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Removidos com a publicação do Armestício os obstáculos e as causas que empenhariam meu silêncio e sofrimento todo o tempo por mais prolon-

gado que fosse, em que existissem, devo recorrer à benigna atenção de V. Ex<sup>a</sup>. para o cumprimento da promessa de que me facilitaria a licença perdida em as circunstâncias o permitindo: Eu a pedi a V. Ex<sup>a</sup>. obrigado da desordem em que nessa ocasião se achava meu sítio, meus escravos e alguns particulares interesses, agora que com a demora tudo se acha piorado, / que com tudo e ó menos / e que crescem circunstâncias de assaz maior ponderação, que só na presença de V. Ex<sup>a</sup>. pretendo, e só poderei explicar, me vejo obrigado necessariamente a empenhar aquela benigníssima e honrra que a V. Ex<sup>a</sup>. sempre devi, a certeza que V. Ex<sup>a</sup>. tem de que sem causa urgentíssima eu a V. Ex<sup>a</sup>. não molestaria, o pouco merecimento que pode ter o meu limitado serviço e finalmente o direito que tenho como súdito de ser ouvido e atendido por um superior cuja retidão, justiça e piedade pode servir de exemplar aos governos, de todas estas razões me valho para implorar de V. Ex<sup>a</sup>. a licença de poder transportar a minha família e acompanhá-la na primeira ocasião a essa cidade, não terei dúvida, Ex<sup>mo</sup>. Senhor, sendo preciso, de voltar na mesma ou na imediata, contanto que V. Ex<sup>a</sup>. servido atender este meu, que V. Ex<sup>a</sup>. conhecerá justíssimo peditório. Permita-me V. Ex<sup>a</sup>. a honrra de lhe asseverar, que nunca mercê com tanto empenho, por este pode V. Ex<sup>a</sup>. inferir a razão e a necessidade física que tenho de a pedir. Não sirva a V. Ex<sup>a</sup>. de obstáculo a falta que poderei fazer à obra, porque certamente assevero a V. Ex<sup>a</sup>. debaixo daquela verdade e honrra com que devo informar a V. Ex<sup>a</sup>. que a assistência para o progresso dela nada absolutamente pode concorrer, na presente disposição em que está, e é de tanta ponderação a faculdade que pretendo que ainda sendo muito precisa minha presença, como não é, devia eu, ainda por serviço Del Rey, pedir a licença que pretendo.

Julgo tenho dito quanto basta fazer certa a V. Ex<sup>a</sup>. a atual urgência e fico esperando com a maior confiança em Deus, V. Ex<sup>a</sup>. não quererá cooperar para a minha ruína, podendo tão facilmente evitá-la e rogo a Deus prospere a saúde de V. Ex<sup>a</sup>. o amparo de quem é.”

Macapá, 14 de setembro de 1777.

PESQUISA: ABRIL/97  
DOC. 16

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC. 14

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tenho a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o trabalho do próximo mês de Dezembro.

Aos 14 do dito mês se concluiu o revestimento dos parapeitos da meia-lua e passaram os pedreiros a revestir os da cortina do Sul, os operários se distribuíram no serviço e condução dos aviamentos necessários aos mesmos artífices no corte da lenha necessária para o hospital, no trem, na olaria, serraria, na fábrica das madeiras para os leitos da Artilharia e nas deligências que o Governador lhes destina.

Os carpinteiros fizeram roças para a Artilharia, aprontaram as madeiras necessárias para os leitos da dita, consertaram carros e fizeram dois baldes e cochos para os Pedreiros, cabos de ferramentas e consertos de cronhas.

Os ferreiros fizeram pregos para os leitos da Artilharia para as canoas, ferragens para estas, ferramentas para os outros Artífices, consertos desta, de armas etc.

Na olaria se fizeram 8.800 tijolos, gastaram-se 9490, 250 telhas e 150 alqueires de cal.

Fico com a mais rendida obediência esperando ocasiões em que V. Ex<sup>a</sup>. me permita seus preceitos.”

Macapá, 28 de janeiro de 1777.

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC: 34

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Recebi o ofício que Vossa Excelência me fez a honrra mandar datada em 3 de fevereiro dirigido ao Governador desta praça a selo volante em resposta da minhas de 8 e 22 de outubro, 5 de novembro e 15 de Dezembro do ano próximo passado e fico na inteligência de tudo que V. Ex<sup>a</sup>. me determina.

Continuaram nos dois meses de Janeiro e fevereiro passados os pedreiros e revestimento da cortina em que estão situados os quartéis da Tropa, alternando este serviço com a colocação e mocissamento das vigotas que servem nos leitos da Artilharia no Baluarte Sn<sup>m</sup> Madre de Deus e se caíram todas as casas-matas e trânsitos da Praça, os operários se acham distribuídos no aviamento dos ditos artífices, na carpintaria, nos cortes e conduções da madeira para os leitos, no trem e nas mais deligências e destinos que o Governador lhes assina.

Os carpinteiros trabalharam nas plataformas e nas roças da Artilharia, no conserto dos reparos, nos carros, banquetas para a Ermida da Praça, placas para os quartéis e consertos das canoas.

Na Ferraria pregos e argolas para o novo pau de bandeira, instrumentos para a Cirurgia, brochas para o cartuchame da Artilharia, conserto da armas, ferramentas e se cortou mitralha etc.

Gastaram-se no mês de Janeiro 15.364 tijolos e 216 alqueires de cal e no de Fevereiro 16.930 tijolos e 114 alqueires de cal.

Acham-se aprontados e capazes Artilharia todos os leitos da meia-lua, e se ficam pondo os pranchões nos quatro leitos das canhoneiras da face atacável do Baluarte Senhora Madre de Deus, nos três do flanco que defendem a ponte e cortina em que está a porta principal, e nos dois da outra face do dito Baluarte contíguos ao transito da sua guarita, e deste modo se irão aprontando sucessivamente todos os outros leitos que se acham na faces e flancos atacáveis desta Praça.

Já no pequeno redente que está situado na contre-escarpa da tenalha do Sul se puzeram as quatro peças que guarnecem sua área e remediei do modo possível o defeito e abertura que causava a proximidade da ribanceira.

Não me consta se o provedor comissário representaria a V. Ex<sup>a</sup>. a falta que há de machados para este serviço e por isso tenho a honrra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. esta precisão para V. Ex<sup>a</sup>. dar a providência que foi servido.

Também devo lembrar a V. Ex<sup>a</sup>. que é indispensavelmente preciso para a conservação e duração das madeiras que compõem os leitos da Artilharia, principalmente neste clima e nesta estação que se lhes dê alguma de mão de alcatrão para que sempre se deve regular a quantidade do dito pelo número de leitos e reparos.”

Macapá, 05 de março de 1777.

## CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC. 36

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Achando-me nas mesmas circunstâncias e ainda mãos ponderáveis das que o ano passado me obrigaram a recorrer à benignidade de Vossa Excelência, vejo-me precisado segunda vez a importunar a V. Ex<sup>a</sup>. rogando me faça a mercê conceder licenças para poder passar a essa cidade pelos dias que a absoluta necessidade me ocupará em ordenar algumas dependências que a morte de Bento Figueiredo, Tio de minha consorte, a prolongada doença de meus procurador João Henriques, a falta que há um ano inteiro experimento não só de remessas, senão até de notícias do meu sítio do Rio Capim, e mais algumas desordens me tem suscitado. Ao Governador desta praça comuniquei este mesmo projeto e com ele consertei não só as meios de fazer chegar esta com toda a brevidade a presença de V. Ex<sup>a</sup>., se não também a continuação deste serviço, que com a assistência do Ajudante Engenheiro José Pinheiro de Lacerda, que já se acha restabelecido, não padecerá falta alguma, a moléstia que o mesmo Governador tem é causa de ele não participar isto mesmo a V. Ex<sup>a</sup>. como ele desejava.

Estimarei que a saúde da V. Ex<sup>a</sup>. continue com aquela disposição de felicidade que é o objeto dos votos de todos aqueles que, como eu pela profunda veneração e respeitoso afeto que a V. Ex<sup>a</sup>. consagram, justamente reclamam a alta proteção de V. Ex<sup>a</sup>. e a continuação da sua graça.”

Macapá, 08 de março de 1777.

## CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC: 45

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Tenho a honra de pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>. o progresso do serviço no próximo passado mês de março.

Promoveu-se com os operários pretos e 2 carpinteiros o corte da madeiras para os leitos da Artilharia na Ilha de Santa Ana e por terra neste continente, vindo da referida Ilha 3 barcadas e por terra 6 carradas por 5 vezes, conduziram-se dois paus para as lanças da ponte levadiça,

tendo-se empregado as que se achavam feitos no novo pau de bandeira, por se alcançar estava danificado interiormente o que destinava para esta ministério, o resto dos obreiros se acham distribuídos no serviço dos pedreiros, condução de materiais e capim para o Trem, no mesmo Trem nos carros, na serraria, no corte de lenha para o hospital e forno nas deligências e mais serviços que o Govor. lhes distitribue.

Os pedreiros continuam a mociçar o Vigamento dos leitos da Artilharia no Baluarte São José e ficam acabando os do Baluarte Sn<sup>ta</sup> Madre de Deus.

Os carpinteiros tem trabalhado no conserto dos reparos da Artilharia, nos leitos da dita, nas roças e tacos da mesma, nas parteleiras para o cartuchame no Armazem das Munições de Guerra, na fatura de uma guarita, consertos de canoas e carros, fizeram 14 castiçais para a Ermida da Praça.

Os Ferreiros fizeram brochas para o cartuchame, pregos, mitralha, ferragens para as canoas da deligência, para os cadernais da cabrilha, concertaram ferramentas, armas e as fechaduras da porta da Praça.

Os oleiros informaram tijolos e por não dar lugar a estação chuvosa e não haver operários para este serviço se não fabricou.

Gastaram-se no fito mês de março 16.600 tijolos pela praça e 80 telhas no conserto do Hospital e igreja e 134 alqueires de cal.”

Macapá, 07 de abril de 1777.

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC: 46

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador participando que “A consideração que Vossa Excelência sobre o não ser muito a propósito já estes lavradores que ainda se acham com poucas forças, em muitos objetos de trabalho, bem se vê que é uma máxima a que se deve dar toada a atenção, porém eu acho aqui pessoa de toda a confiança que a mim mesmo me disse não tem dúvida de estabelecer uma fábrica de Anil, e veja V. Excelência que é sujeito com muita propriedade para o intento: Além disto nesta terra por toda ela se vê anil até pelas ruas, o que me faz persuadir que trazida a semente do melhor, se cultivará bem

aqui: Esteja Vossa Excelência certo que no seu tempo não há de uma fábrica de Anil atrazar as lavras do arroz nem de algodão.

Sobre a fábrica de Urucu verei o que se pode fazer, contemplando sempre a atenção que Vossa Excelência quer se dê as lavras que por hora vão fazendo o principal ramo de comércio desta vila.”

Macapá, 8 de abril de 1777.

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC: 67

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Acuso recebido o ofício que V. Ex<sup>a</sup>. me fez a honrra dirigir firmado em 03 do corrente, que contém a resposta e rezolução de V. Ex<sup>a</sup>. às minhas de 5 e 8 de março próximo passado.

Ordenando-me V. Ex<sup>a</sup>. lhe remeta logo que fosse possível a planta e prospecto da nova Igreja da Vila Vistosa que conforme a ordem de V. Ex<sup>a</sup>. eu houvesse delineado, me persuado devo nesta ocasião fazer ir à presença de V. Ex<sup>a</sup>. os riscos pertencentes à mesma, que V. Ex<sup>a</sup>. pessoalmente me fez a honrra entregar estando eu nessa cidade o ano passado, encarregando-me de ver o princípio de edificação dela, logo que o Comandante da dita vila me avizasse estava prontificada a madeira e materiais precisos, cujos dimensões já participei a V. Ex<sup>a</sup>. em carta da 18 de junho do ano próximo passado, lhe tinha insinuado.

Mediante a providência que o Governador deu no dia 18 do corrente, julgo poderá ter a estrada coberta da parte da vila algum adiantamento, pois em parte suprirá a grande porção de terra precisa, mas dificultosa de transportar com poucos operários e carros, as duas cargas de lenha e fachina com que os moradores devam concorrer todos os domingos.”

Macapá, 27 de abril de 1777.

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC: 68

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “A precisão que tenho do chegar nesta ocasião aos pés de V. Ex<sup>a</sup>., sendo

maior do que a moléstia grave que padeço e de que fico sangrando para entrar em maior cura por ser procedida do peito, me obriga a pegar na pena para certificar a Vossa Excelência que com a maior repugnância eu me deliberei a pedir a V. Ex<sup>a</sup>. licença para chegar a essa cidade, em conjuntura, ao que parece, assas crítica, porém vendo que só a minha presença poderia obviar algum daqueles contratemplos eminentes que com os muitos anteriores me acabariam de derrotar, por isso, considerando que a minha falta aqui sera assas insignificante, efetuei o premeditado designio, servir-me-ia de maior mortificação e repulsa se eu considerasse que V. Ex<sup>a</sup>. do peditório se agravava, porém as benignas expressões de que V. Ex<sup>a</sup>. usa, me animam na certeza de que V. Ex<sup>a</sup>. bem mostra estar inteirado e certificado de que eu o não faria se não fosse o motivo forçoso, nesta consideração tenho a honrra de pedir a V. Ex<sup>a</sup>. se persuada da honrra e desinteresse em que até agora tenho servido a S. Majestade, buscando todos os meios de regular a minha conduta, e ainda a minha vontade pelas dos meus superiores, considerando sempre em toda parte aquela harmonia e boa inteligência com eles e com os meus companheiros, que é notória a todos, e que só a emulação e a intriga pode obscurecer, eu me esforço em dar a conhecer que sei qual seja a minha obrigação, mas também sei vincular uma cega obediência ao respeito que devo às pessoas que são os Lugar-Tenentes Del-Rey, este não é só aquele, nem desta qualidade que eu a V. Ex<sup>a</sup>. consagro, é um respeito que nasce de com cordial e sincero afeto, despido de toda a lisonja, revestido daqueles sentimentos que me representam sempre as amáveis, estimabilíssimas qualidades de V. Ex<sup>a</sup>., tão dignas da pública admiração, como do particular afeto, estes são os que me animam a representar a V. Ex<sup>a</sup>. que me acho com o progresso dos anos precisado a olhar com bastante reflexão para dois objetos, ambos interessantes, ambos dignos de atenção, e que ambos são os que me mortificam, um é o real serviço; no qual sempre pronto tenho buscado pela estrada da honrra adquirir a estimação dos meus superiores, e aquele adiantamento que serviu até agora de estímulo aos maiores heróis, e que lhes não pode ser censurado, mas neste me vejo preterido, sem se me pagar quatro anos de maioria de soldos do posto de Capitão em que estou há quatorze anos, retido em deligência só no Macapá / com interpolação

de um ano / onze anos, no sertão seis, no tempo da guerra neste mesmo Macapá 2 anos, e sem esperança de adiantamento, o outro objeto que certamente faz mais sensível o primeiro, é o ver-me com uma numeroza família de quatro filhos / dais quais duas já mulheres / e três filhos sem ter nem poder empreender estabelecimento algum que lhes sirva de Refúgio em uma terra como é todo este estado, combatida de repetidas e prolongadas moléstias, mal sucedida em todos os progetos de adiantamento, lícito dos seus interesses, com uma casa arruinada por falta de assistência do dono e habitada sempre por estranhos, dos quais nunca se tem percebido emolumento algum, com um sítio destruído e roubado de feitores e proximamente dezamparado, deixando os poucos escravos nele existentes aleijados, doentes e incapazes de serviço, cumulada de dívida e empenhos, contraídos não com superfluidades, nem vícios, mas sim com viagens, doências e o necessário sustento: com procuradores negligentes e que pouco se interessam e condoão, finalmente estes são os objetos que mais do que nunca agora promovem a minha moléstia e são os mesmos que tenho a confiança de pôr na presença de um general, como V. Ex<sup>a</sup>. não o faria a qualquer outro de quem eu tivesse menos conhecimento, e por consequência em eu tivesse menos confiança e esperança de remédio, V. Ex<sup>a</sup>. me achou no Macapá já quando estive na Cidade, pedi a V. Ex<sup>a</sup>. me não deixasse aqui, vejo-me obrigado a dar as providências mais violentas e a aplicar o remédio mais forte à situação em que me acho, mandando reconduzir a pouca gente que tenho à minha companhia e dezamparar tudo, se não houver outro remédio, pois bem sei e estou pronto a preferir o serviço do meu Rei, à conveniência aos interesses e à própria vida, tudo farei e a tudo me sacrificio se V. Ex<sup>a</sup>. assim julgar conveniente ao Real serviço lembro e peço a V. Ex<sup>a</sup>. igual atenção ao referido, à resignação e obediência que ofereço e com que me ofereço.

Quem pode e manda é igual aos maiores da terra, quem emprega o poder em benefício da humanidade é semelhante a Deus.

O ânimo de V. Ex<sup>a</sup>. e terno, piedoso e justo, eu me lisongei de o conhecer e com razão espero de experimentar os efeito que produzem esta qualidades e estes conhecimento.”

Macapá, 27 de abril de 1777.

CÓDICE 174 (ANTIGO) E 315 (ATUAL) – DOC. 77

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “O cabo de Esquadra Manoel de Lalor me entregou a carta que V. Ex<sup>a</sup>. me dirigiu firmada em 15 de maio próximo passado e o risco da Igreja que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena faça construir em Vila Vistosa, ficando eu na inteligência do que a este respeito devo obrar em conformidade das determinações de V. Ex<sup>a</sup>..

Continuaram-se a colocar as vigotas para os leitos da artilharia, na fatura dos ditos, nos cortes das madeiras para eles nos concertos de carros, ferramentas, canoas e no trabalho da olaria. Na qual se fizeram no mês de abril 22.400 tijolos e neste mesmo mês se gastaram 27.600,36 telhas e 91 alqueires da cal e se cozeu uma fornada de tijolos.

No próximo mês de maio se fizeram 7000 tijolos; gastaram-se 7.930 e 84 alqueires de cal e se principiou a informar outra fornada de tijolos.

Trabalhou-se na Construção da Estrada-Coberta da parte da Vila com a fachina que subministraram os moradores e com a terra que os carros conduzem.

No dia 05 do Corrente ocorrendo-me que se podia aumentar consideravelmente o sobredito grande aterro e ao mesmo passo concorrer-se para a prontificação da Bateria baixa, que ainda se achava ocupada com parapeitos antigamente construídos e pelo projeto refutados, mandei passar para a dita bateria os carros os quais ainda que em pequeno número, como se lhes diminuiu a distância, agora dão o dobro do número de carradas e espero assim se promova este útil e necessário serviço, que só carece de ser acompanhado de algumas canoas para a condução da pedra que indispensavelmente se fez precisa para obviar os progressos da água e se poder continuar a Estrada-Coberta onde agora é praia, V. Ex<sup>a</sup>. a este dará a providência que for servido.”

Macapá, 08 de junho de 1777.

CÓDICE 181 (ANTIGO) E 326 (ATUAL) – DOC: 10

Carta de Alexandre José de Souza, ao governador, participando que “No dia oito do corrente mês, pelas três horas da tarde, o Capitão Engenheiro Henrique João Wilkens me fez entrega de uns mapas muito uzados pertencentes ao projeto da construção desta Praça e na mesma tarde fomos até a Fortaleza, onde me repetiu a dizer o mesmo que me tinha dito logo que aqui cheguei, que não tinha de que me fazer ciente respectivo as determinações do adiantamento da obra, número de operários e materiais que todo ignorava, e como se transporta a essa cidade e o considero Oficial de honrra, poderá de todo com individuação informar a V. Ex<sup>a</sup>..

Ao Capitão Engenheiro Diretor desta obra se contribuía com apozentadora paga pela Real Fazenda, esta graça imploro de V. Ex<sup>a</sup>. seja servido mandar se me prorrogue.”

Macapá, 07 de janeiro de 1778.

CÓDICE 181 (ANTIGO) E 326 (ATUAL) – DOC: 12

Carta de José Carvalho Silva, ao governador, participando que “Até agora respirava o meu coração a sombra da Árvore do Patrocínio de V. Ex<sup>a</sup>., porém agora já começo a sentir os receios de que ficarei Pupilo sem pai na minha orfandade: e antes que experimente esta falta, rogo a V. Ex<sup>a</sup>. que piedosamente se lembre da miséria a que estou reduzido sem esperança senão de mais infelicidade, e se para os despachos se precisa apresentar serviços e a mim se não dá esse predicado: Eu ofereço somente aquela paciência com que rezignado na vontade de V. Ex<sup>a</sup>. fiz sempre sacrifício da minha obediência.

O meu exercício tem sido sempre a todos sem interesse de coisa alguma de forma que chagando na noite de natal estando cantando (?) as matinas a lansar sangue pela boca com foi bem visto do nosso Comandante; nem por isso deichei de continuar de oferecer a minha vontade a quem me ocupa.

Enquanto V. Ex<sup>a</sup>. me não determina alguma em que possa ter alguma utilidade para o pequeno resto da vida, imploro a graça do despacho

das Petições inclusas, para que o presente ano me não veja obrigado a fazer aos meus trastes o que algum tempo fiz à minha roupa que bem constou ao capitão Ignácio Luiz da Fonseca que a V. Ex.<sup>a</sup>. pode informar.”

Mazagão, 18 de janeiro de 1778.

CÓDICE 182 (ANTIGO) E 327 (ATUAL) – DOC. 11

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “No que pertence ao revestimento do parapeito da praça se acham dois Baluartes e uma cortina completos, que vem a ser o Baluarte Madre de Deus, o Baluarte São Pedro e a cortina entre estas duas referidas defenças.

Acha-se mais principiada a revestir a cortina entre S. Pedro e Conceição e meio revestido o Baluarte Conceição. A Cortina entre os Baluartes Madre de Deus e São José se acha também já com alguma porção de revestimento.

Finalmente os revestimentos dos Parapeitos se podem acabar todos em dois meses de tempo segundo a pouca gente que atualmente eu lhe posso aplicar.

Dos poços na praça acha-se quase feito um, o outro para que há lugar ainda se não principiou, mas ambos se podem conseguir em um mês.

Das quatro cozinhas determinadas junto das Rampas estão duas completas e duas quase acabadas que em dias se concluem.

As Plataformas que se fazem de madeira, faltam para três baluartes e para o Redente. Porém nos Baluartes, as vigas sobre que se hão de pregar as pranchas estão assentadas todas e atacadas de tijolo pregado com cal e desta maneira consolidadas aquelas porções de Terraplano de sorte que se pode servir a artilharia sofrivelmente ainda que não com perfeição. A madeira para se conseguirem as ditas Plataformas está pronta uma grande parte, mas para se tirar a que ainda falta e se concluírem todos os leitos que são precisos, concideradas as poucas forças que se lhe pode aplicar, são necessários me parece que três meses.

Depois de tudo isto é, preciso preparar as Plataformas na Bateria Baixa, mas como esta está quase toda sobre uma rocha na mesma rocha

se devem abrir os leitos, que ficarão com muita perfeição e fáceis de conseguir, porém sempre julgo levaria os seus quarenta dias.

Considerando em detalhe, estes serviços na forma referida se não consegue o revestimento dos parapeitos, as plataformas, os poços e as cozinhas se não em oito meses. Se bem que tudo e ainda muito mais se pode fazer em um mês aumentadas as forças em consideração ao espaço de tempo em que se quiser conseguir a obra que se pretende acabar.

O lado Conceição e São José em que eu quiz levantar uma Estrada Coberta com seu parapeito que lhe service de Esplanada, acha-se coberto como foi possível, porque levantado o aterro que está de 3 palmos sobre a linha horizontal do foço, pode laborar a Artilharia assentada sobre o mesmo plano do foço e atirando a barbete por cima do parapeito que lhe faz a dita elevação de terra e fachinas e aonde também a masquetaria pode ter uso. Esta obra exterior não se adiantou mais porque entraram a fugir os índios e a diminuir os operários.

Visto que se está no sistema e na esperança de vivermos em uma profunda paz, não me parece que se continue a dita estrada coberta, que sendo composta de fachinas se reconhece não ser obra sólida e que só tinha lugar a acautelar os receios de guerra de que nos víamos ameaçados.

Não falo de se levantarem as Pontes por que tem parecido mais difícil descobrir-lhe o método de que achar a pedra filosofal, ou descobrir a navegação de Leste a Oeste.”

Macapá, 15 de julho de 1778.

CÓDICE 182 (ANTIGO) E 327 (ATUAL) – DOC: 20

Carta de Henrique João Wilkens, ao governador, participando que “Para dar a devida execução às respeitáveis ordens de V. Excelência pedindo-me uma exata e individual informação e o meu parecer sobre o estado Atual da Fortaleza e Praça de S. José de Macapá e as providências que necessita a mesma para poder se considerar no perfeito estado de defesa: tenho a honrra de pôr na presença de V. Excelência as seguintes reflexões que a prolongada assistência que eu fiz na dita Praça e o conhecimento adquirido em todo o decurso da sua construção me subministra.

Examinando o interior do Corpo da Praça, pelas contas que a V. Ex.<sup>a</sup>. tive a honrra de dar estando incumbido por V. Ex.<sup>a</sup>. e pelo se Ex.<sup>mo</sup> Antecessor da Direção da mesma obra, continuadas em até janeiro do presente ano e pelas que a V. Ex.<sup>a</sup>. se dão em até 15 de julho próximo passado consta que se acham revestidas de tijolo os parapeitos dos dois Baluartes Madre de Deus e São Pedro com a cortina intermédia, o Baluarte Conceição meio revestido e principiadas a revestir as duas cortinas entre o dito Baluarte da Conceição e o de São Pedro e entre este último e o de S. José, um poço quase acabado e duas cozinhas feitas, faltando sé emadeirar as outras duas e abrir o outro poço por V. Ex.<sup>a</sup>. determinado. Acha-se o Baluarte Madre de Deus com as suas plataformas de madeira assentadas, os outros três com os barrotes mocissados e dispostos para receber os pranchões, os quais estão aprontados, também se acha ainda imperfeita a ponte levadiça da Porta principal, não podendo ter exercício competente por ser não ter estabelecido a método pelo qual se deve levantar.

Nos exteriores da mesma praça se acha a meia-lua que cobre a porta principal inteira e perfeitamente acabada, revestidos seus parapeitos, plataformas assentadas e guarnecidas de Artilharia, corpo da guarda feito, faltando só collocarem-se as flexas novas da sua ponte levadiça e pôr o Cancelão, o que tudo se acha pronto.

Os parapeitos do Redente que cobre a porta falça da Cortina que fica entre os Baluartes Madre de Deus e s. Pedro estão sem revestimento e os julgo supérfluos, as plataformas do dito redente estão com os barrotes (?) assentados e mocissados e lhes faltam só os pranchões.

Aos Parapeitos da Estrada-Coberta que se acha construída desde o ângulo flanqueado do Baluarte madre de Deus quase até o ângulo flanqueado do Baluarte São José falta para se acharem completos, reduzir-se em partes à sua competente altura e guarnecê-los de estacaria ou palissatas.

A Bateria baixa se acha feita, porém nem toda com seus rasgamentos para a Artilharia, nem na sua competente altura, e sem banquetas, a porção antiga e que existia antes do princípio da construção da Fortaleza ou se pode demolir para com a terra e piçarra de que ela se compõe reduzir a perfeição a Bateria projetada na Planta da Praça ou querendo reduzir a dita Bateria à Estrada Coberta proposta a V. Ex.<sup>a</sup>. na mencio-

nada conferência dos Oficiais Engenheiros de 11 de Agosto de 73, servir para os aterros e construção da mesma e da imediata.

Uniformando-me com as contas a V. Ex<sup>a</sup>. repetidas por mim nas datas de 23 de Fevereiro e 28 de Março de 73, e à outra feita na sobrerreferida conferência por ordem de V. Ex<sup>a</sup>. passando em visita à dita praça no mesmo ano, julgo se deve continuar a Estrada-Coberta e Esplanada desde o ângulo flanqueado do Baluarte São José até o Baluarte N. Sa da Conceição, excluindo totalmente o foço aquático e obra exterior progetada na Planta da obra, feita Sargento Mor Henrique Antonio Gallúcio e sem embargo de que com os receios de alguma inimiga invasão repentina se principiou a dita obra o ano próximo passado com fachinas e terra, se não deve continuar, mas sim deixar assentar para depois de consolidada se continuar com a segurança e precaução precisa, contanto que atualmente se dê saída às águas dos foços por desaguadouro, que deve seguir o alinhamento do plano do fundo do foço da face do Baluarte Sã José da parte da porta e ponte principal da Praça encaminhando-se pelo meio da dito foço por baixo da Estrada-Coberta para o alagadiço que fica entre a mesma praça e a vila.

Na ocasião da feliz aclamação da nossa Augustíssima Soberana que se celebrou na dita praça e Vila de Macapá no dia 28 de Dezembro do ano próximo passado se fez uma descarga geral de toda a Artilharia do Corpo da Praça e obras exteriores, empregando-se nela algumas peças de calibre de 36, conseguindo-se por este feliz motivo a experiência requerida e proposta a V. Ex<sup>a</sup>. tanto nas minhas sobrerreferidas contas, como na conferência dos mais oficiais Engenheiros já indicada e se não observou alteração nem novidade alguma nas fendas do Baluarte Sã José, e não se podendo contudo asseverar e responder pela sua solidez e permanente indubitável duração, ao menos com esta forte prova e experiência se pode prudente e moralmente conjecturar e presumir, que chegando as estacas sobre as quais se firmou o engradamento, ao sólido, fizesse a porção do Baluarte que cedeu, assento, o que verificado e comprovado, passando mais quatro ou cinco anos se pode piccar e mocissar novamente as fendas, ligando-as com as partes sólidas das Muralhas do Flanco e Face do mesmo Baluarte.

Quanto ao Cais proposto na mesma conferência e nas minhas cartas e que sem controvérsia era utilíssimo e ainda necessário, atendendo à enorme despesa, à dificuldade e tempo preciso para os transportes das madeiras e mais materiais e à qualidade da porção de ribanceira em que está situada a dita Bateria baixa, julgo se poderá por alguns anos escassar, principalmente se as águas continuarem à depor as areias, as sementes das plantas e arbustos e paus na falta da ribanceira imediata à face do Baluarte Conceição da Parte da Vila e por consequência alteando a praia, continuar também a chegar / como se observa / a escavação que serve de desaguadouro ao lago para a parte da vila, retirando-se assim da primeira perigosa direção que lhe dava o foço aquático refutado / que está já reduzido a um pequeno regato / e aproximando-se ao antigo sítio em que desaguava e que na conferência muitas vezes mencionada se propôs a V. Ex<sup>a</sup>. era conveniente abrir-se.

Isto é o que se me oferece dizer a V. Ex<sup>a</sup>., sujeitando-me contudo e o meu parecer não só ao ilustrado discernimento de V. Ex<sup>a</sup>., senão ainda a diferente opinião e sistema que poderão adotar os oficiais Engenheiros que em largos anos do Real Serviço e com uma completa instrução tem adquirido a prática tão necessária para o bem do mesmo serviço, o qual deve ser o principal e único objeto a que devem aspirar todos aqueles que logram a distinta honrra de nele se empregarem.”

Pará, 9 de agosto de 1778.

PESQUISA: MAIO/97  
DOC. 17

CÓDICE 195 (ANTIGO) E 347 (ATUAL) – DOC. 03

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “O Sargento Mor José Soares da Cunha se apresentou como Vossa Excelência me participa.

O Ajudante João Rodrigues Ramos que vinha na mesma ocasião entregou o pagamento militar de que veio encarregado.

O pagamento então remetido para os operários lhes foi distribuído.”  
Macapá, 20 de maio de 1779

CÓDICE 195 (ANTIGO) E 347 (ATUAL) – DOC. 05

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Eu estive muito doente com uma grande inflamação sobre o fígado, acompanhado de outros sintomas que faziam a moléstia de atendível cuidado. Eu que não sou muito esmorecido nas minhas doenças, pensei que esta era a última, porque nunca me julguei tão doente porém foi Deus servido que vencêssemos a tormenta, o que talvez não aconteceria se o Cirurgião mor não fora tão bom piloto a quem abaixo de Deus devi agora a vida. De tudo isto, que só para mim não é insignificante, faço a V. Ex<sup>a</sup>. esta exposição para com ela me desculpar da tardança que tem havido a eu dar conta do que V. Ex<sup>a</sup>. me tem feito a honrra de encarregar. Contudo, ainda que eu me acho pouco convalecido, já não duvido que por todo este mês despedirei daqui a enviar a Vossa Excelência todas as contas de que estou responçável menos os Mapas da possibilidade e aplicação das famílias porque estes ainda ne hão de levar mais alguns dias.

Eu achei os Armazens Reais quase sem carne e sem farinha, o que participo a Vossa Excelência para que ordene o que for servido.

Vila Vistosa tem continuado a ser socorrida de Macapá e agora se está carregando uma canoa que Manoel da Costa aqui mandou e leva 100 alqueires de cal e 3.080 tijolos, estes da olaria de Antonio José Vaz, e aqueles do Armazem Real ambos ditos materiais para a continuação da Igreja.

A Olaria Real Esteve parada enquanto eu estive fora, de que se seguiu uma total falta de tijolo e por essa causa se não tem concluído o revestimento do interior dos parapeitos da Praça, pois foi necessário que eu mandasse primeiro apanhar tijolo para se continuar a obra, a qual já com efeito fica metida a caminho.

Precizam-se os gêneros de que trata a relação inclusa.

Agora se recolhem ao Regimento dois soldados como constara a Vossa Excelência.

O Soldado Pedro Fróis que por haver excedido a licença que daqui lhe tinha dado o Capitão Manoel Gonçalves Meninea se deu parte para o Regimento que se tinha ausentado, agora se apresentou conduzindo as índias que remeteu o Comandante do Gurupá, cujo oficial me assegura que o dito soldado fora detido por ele ao fim de melhor se ajudar a cumprir a ordem de Vossa Excelência a respeito das ditas índias: E assim é, parece que o referido soldado não deve ser reputado ausente.”

Macapá, 20 de maio de 1779

CÓDICE 195 (ANTIGO) E 347 (ATUAL) – DOC. 10

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Em execução do que por V. Ex<sup>a</sup>. me foi ordenado em 2 ofícios de 11 de janeiro deste ano remeto a averiguação que se faz sobre as dívidas da Companhia Geral.

As dívidas de Macapá creio que se lhe observa uma boa correspondência de satisfação, do que eu muito me contento. As de Vila Vistosa também me parece não dão cuidado porque são poucas e param em boas mãos. Só as de Mazagão há nelas bastante risco, porém eu acho que se for possível ajudar-se aquela vila como os seus infelizes moradores tanto carecem, facilmente poderiam eles satisfazer suas dívidas sem a ruína de serem executados.

Os despropositados tempos de espera que os Mazaganistas querem para satisfação da Companhia Geral, são muito fora da razão, mas eu os não quis constranger e que eles corrigissem este erro de espera de tempo, porque bem certo estou que o arbitro de satisfação se lhe há de regular pelas suas possibilidades, e não pelas suas vontades.

Esta deligência não foi por mim mais cedo concluída pelos motivos da minha grande moléstia da qual torno a experimentar repetições. E já com esta mesma razão me desculpei na presença de Vossa Excelência por carta de 20 de Maio.

A relação que Vossa Excelência me havia dado dos devedores da Companhia Geral agora torno a restituir como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenava.

A expressada deligência a mim encarregada se conseguiu sem que a Companhia Geral tenha que fazer despesa alguma, porque eu para isso

proveitei as ocasiões que se ofereciam para Mazagão ou Vila Vistosa, não mandando aquelas vilas de propósito, o que pode ser sem retardação da mesma deligência.”

Macapá, 02 de junho de 1779

CÓDICE 195 (ANTIGO) E 347 (ATUAL) – DOC. 36

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Em execução do que V. Ex<sup>a</sup>. me ordena em ofício de 9 de Agosto do presente ano entro a fazer executar o Método por V. Ex<sup>a</sup>. designado para se levantar a Ponte da Praça: E para cujo efeito dei já o referido projeto ao Ajudante Engenheiro Alexandre José de Souza.

A respeito das Armas e Inscrição competente sobre a Porta da Mesma Praça, ninguém duvida, e eu muito menos, que V. Ex<sup>a</sup>. reconhece a falta que há de uma e outra coisa. E que a respeito da inscrição se referir à memória de El Rey defunto e S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Fernando da Costa, também sabemos todos, que V. Ex<sup>a</sup>. não tem a bacheza de sacrificar a lisonja, a venerável memória do Senhor D. José, nem de obrar a injustiça de se ornar com um merecimento alheio e com os serviços de outrem: Virtude mais louvada do que praticada, ainda em tempos mais inocentes.”

Macapá, 06 de outubro de 1779.

CÓDICE 195 (ANTIGO) E 347 (ATUAL) – DOC. 45<sup>341</sup>

Senhora.

“O Senado da Camera e mais o povo da Vila de Macapá no Estado do Grão Pará prostrados na Real e Augusta presença de V. Mag<sup>de</sup> com o mais profundo respeito e submissão afiançados na inata benignidade e Alta Providência com que V. Mag<sup>de</sup> atende e socorre os Povos que o Céu lhe conferiu para Reger e Governar e na justiça do requerimento

---

341 Obs. do pesquisador: essa letra é de certo do filho de João Manoel.

que entrepõem possam a referir as razões que os movem a súplica do que pretendem.

Foi povoado aquela Vila com cazais da Ilha Graciosa uma das dos Açores e outras deste Reinom que voluntariamente se ofereceram para esta população a vocação que para ela lhes fazem as Augustíssimas vontades dos Senhores Reis, Pai e Avô de V. Mag<sup>de</sup> que Deus tem em Glória.

O incluto daqueles matos fez ao princípio penoza aquela ereção, tanto que no trabalho disto pereceram muitas pessoas, porém a diceturnidade do tempo mostrou a fertilidade e abundância do País de sorte que o campo tem excelentes pastas para toda a qualidade de gado, admiráveis passos para o curso de carros e cavalgadas nos transportes. Ele produz os melhores haveres desta América como são Algodão, Arroz etc.

Tem<sup>342</sup> o porto situado em pouca distância do Rio Amazonas. Podem entrar nele as maiores Naus mas sem embargo de todos estes comodos padecem os suplicantes uma grande e considerável perda e um forte e terrível incômodo. Este porque sendo aos suplicantes indispensavelmente necessários escravos para o trabalho da cultura e falta de Embarcações que lhos vão vender na dita vila, os vão comprar à cidade do Partá com uma viagem de dias assaz perigosa pelo desabrigado daquela costa abundante de parcéis e baixios e aquela porque nesta mesma viagem não só se perdem muitos dos haveres que os suplicantes cultivam e transportam nos naufrágios de várias embarcações, sendo que ainda naquelas mesmas, que alcançam salvo apulso são consideráveis as várias causadas pelos mares e chuvas. Além da perda dos serviços na lavoura que causa o tempo, que se gasta em ir e vir porque não é aquela vila menos notável que outras que há naquela América, que tem Porto Franco para quaisquer Navios ou Embarcações que de outros quaisquer destes Reinos e seus Domínios se dirigem ao comerciar em várias mercadorias. Parece Augustíssima Senhora se faz digna da Real e imediata Providência de V. Mag<sup>de</sup> para que seja servida indulgi-la com a licença e mercê de que quaisquer Embarcações deste Reino e dos mais Portos daquele Americano Continente se destinam ao Comércio daqueles haveres, e

---

342 Ao menos está muito atrasado na Hidrografia.

venda de Escravos possam livremente e em direitura irem a ela negociar pagando a Real Fazenda de V. Mag<sup>de</sup> os direitos e subsídios que haviam de pagar na Cidade do Pará quando lá fizessem direita descarga.

Ficará Senhora deste modo aquela vila um dos interessantes Portos da América ao Régio Patrimônio e igualmente ao Corpo do Comércio porque além de lhe ficarem aí vezinhas duas grandes vilas quais são a Nova de Mazagão e a Vistosa da Madre de Deus se dilatam aqueles distritos a mais de cinquenta povoações de índios e brancos que há até a Capitania do Rio Negro.

Igualmente<sup>343</sup> Senhora experimenta a vila uma grande falta de Administração de Justiça, porque tendo um Governador Militar e um juiz ordinário, nenhum destes pode o seu dono por falta daqueles princípios indispensavelmente necessários ao verdadeiro Conhecimento e o ofício de julgar, para o que não bastam as luzes da Ótica e Razão natural que nada podem obrar quando são destituídos do Conhecimento das atemperações que o Estado Civil tem estatuído aquelas regras a benefício e segurança dos tratos e negócios Políticos: assim se faz a mesma vila merecedora de um Juiz de Fora letrado que o pode muito bem ser / havendo-o V. Mag<sup>de</sup> por bem / das duas também vizinhas.

Igualmente padesse aquela vila a falta de mestres das ciências e artes primitivas como são Gramática, Filosofia etc. de sorte que havendo nela grande número de mocidade com índole e possibilidades para aprenderem ficam privados do melhor bem na deficiência de Mestres.

E como uma das felicidades maiores que o Reino de Portugal podia obter da mãe do Altíssimo foi a Real subida de V. Mag<sup>de</sup> a este luzo solo aonde todos os seus fieis vassallos atentam o poder Régio unido a virtude e justiça e demência se arrojam os suplicantes ao petítório que Reverentemente suplicam e que esperam deles.”

Obs.: Este documento veio sem data, mas está no meio dos de outubro de 1779.

---

343 Ao ouvir o preâmbulo da exposição que contém este parágrafo, ninguém diria que se não ia pedir para Macapá um Corpo de Relação. E por fins descarta-se com um Juiz de Fora.

## CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL) – DOC. 4

Carta de Izidoro da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “O Soldado Manoel Francisco chegou a esta vila a treze do corrente adonde fez entrega do risco da nova igreja desta vila e juntamente o ofício de V. Ex<sup>a</sup> acompanhado com a carta para o Ajudante Engenheiro, fico na inteligência de o mais que V. Ex<sup>a</sup> me ordena sobre as disposições da obra da mesma Igreja.

Os Mestres me dizem que para o que V. Ex<sup>a</sup> me determina se não faz pressão (?) incomodar o Ajudante Engenheiro porque a obra de mais fundamento já se acha feita, é o que posso por na presença de V. Ex<sup>a</sup>.

Ponho Mais na presença de V. Ex<sup>a</sup> que se não podem aturar estes índios pela deserção que continuamente fazem que de janeiro até o dia de hoje que se contam 19 tem desertado cinquenta e tantos, ficando estes pobres moradores sem canoas para cuidarem nas suas roças e os diretores fazem de tão pouco caso das ordens que eu daqui exponho da parte de V. Ex<sup>a</sup> respondem que tomaram índios para mandarem para seu negócio e suas salgas e é do que continuamente respondem dois soldados que lá vão.

Ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup> pelos diminutos pedreiros que faz a obra da nova igreja da parte de V. Ex<sup>a</sup> mandei pedir um índio para esta Vila ao diretor de Melgaço que se tinha ausentado deste serviço e o seu pagamento posto em depósito nesta provedoria, foi tão observante as ordens de V. Ex<sup>a</sup> que nem entregou o índio nem deu resposta a Carta, e disto peço a V. Ex<sup>a</sup> satisfação.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que o índio que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu de Cajari que tem acabado o tempo da portaria que V. Ex<sup>a</sup> me me conceda outro da mesma povoação.

Ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup> que se acham muitas casas nesta vila abandonadas por causa de os moradores se acharem a perto de dois anos nessa cidade e se não cuidarem delas brevemente estão todas por terra como já se acham algumas e é o que posso por na presença de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> mandará o que for servido.

Eu desejara que V. Ex<sup>a</sup> se compadecesse já de mim em me tirar desta vila pois eu já não posso aturar esta gente ou V. Ex<sup>a</sup> me dê licença para

ir para o reino que tenho várias dependências e a minha casa em que cuide V. Ex<sup>a</sup> mandará o que for servido.”

Mazagão, 19 de fevereiro de 1779.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL) – DOC. 48

Carta de José Soares da Cunha, ao governador, participando que “Bem desejava eu não tomar o tempo de Vossa Excelência com partes, porém não posso dispensar-me de Expôr a V. Ex<sup>a</sup> o que vou referir.

Achando-se aqui presos na enchovia da Cadeia pública desta vila quatro soldados à ordem do Governador desta Praça, uns porque quase sempre andam embriagados e outros porque até passavam ao desatino de fazerem seus roubos. Adoeceram dois deles os quais passaram a curar-se para o hospital debacho de prisão. Indo o Reverendo Vigário desta vila para o hospital a desobrigar os doentes do preceito Quaresmal, não quiseram os referidos dois soldados confeçar-se antes pelo contrário me constou que blasfemaram contra a lei servindo-se de expressões abomináveis e escandalosas a todo o católico, cuja culpa eu logo não castiguei rogorosíssimamente por me dizer o Cirurgião Mor que eles não estavam enfermos, segundo a sua moléstia, de receberem castigo. Sucede nesta mesma ocasião em que eles estavam renitentes chegar aqui ordem do Governador para todos serem soltos, logo os dois blasfêmios assim que serviram na sua liberdade suplicaram ao mesmo Rdo. Vigário que lhe perdoasse e que eles estavam prontos a cumprir com os preceitos da Igreja como verdadeiros e fiéis cristãos e que se eles tinham rompido naquele desatino era por estarem já desesperados da prolongada prisão em que se achavam e de que não tinham esperanças de sair se não quando fossem rendidos para o Quartel General. Porém o dito Reverendo Vigário os não quiz já admitir e me participou que ele os não desobrigava sem ordem do Ex<sup>mo</sup>. e R<sup>mo</sup>. Sr. Bispo a quem dava parte do caso.”

Macapá, 9 de maio de 1780.

## CÓDICE 199 (ANTIGO) E 353 (ATUAL) – DOC. 04

Carta de Alexandre José de Souza, ao governador, participando que “A notícia que tenho da chegada de V. Ex<sup>a</sup> a essa cidade, disposta a minha humilhação de súdito a ir por meio desta aos pés de V. Ex<sup>a</sup> beijar-lhe a mão e dar-lhe o parabém da boa vinda, estimando fosse o regresso com felicidade na posse de vigorosa e perfeita saúde, eu cheio de prazer me animo dizer que a mim mesmo dou o parabém por ter a honrra de servir debaixo das ordens de um tão perfeito e completo General como V. Ex<sup>a</sup>., pois a sonora famafama o publica: cuja pessoa Dewus foi servido ornar de perfeitos dotes, unindo ao Il<sup>mo</sup>. Sangue tão grandes letras e virtudes que continuamente exercita: Esta certeza me anima com a mais atenciosa veneração pedir me permita a honrra de poder sempre intitular-me ser, de V. Ex<sup>a</sup>. o mais humilde e reverente súdito.”

Macapá, 12 de março de 1780.

## CÓDICE 201 (ANTIGO) E 355 (ATUAL) – DOC. 01

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Domingos Ferreira, Mestre da presente sumaca conduz 2.188 a de arroz e 1518 alqueires mais do dito gênero.

Remeto agora as contas mensais e fico aprontando as semestres e anuais que remeterei na primeira ocasião.

Presentemente escrevo a Antonio da Cunha e a João Felipe empenhando-os ambos para que me consigam que um filho de Gonçalo José mediante qualquer conveniência por eles ajustada queira vir assentar aqui uma Máquina de água a Julião Alves para se descascar arroz, em cuja pertença não tenho a confiança de empenhar a proteção de V. Ex<sup>a</sup>. por me não adiantar e por não abusar da honrra que V. Ex<sup>a</sup>. me faz: Lembrando-me também que Vossa Excelência para tudo que é de interesse a Macapá não é necessário que o empenhem, basta só lhe ocorra.

Nesta mesma ocasião vai a essa cidade um carpinteiro daqui chamado José Corrêa que tem aí suas dependências e o encarreguei de que observasse as Máquinas d’água para poder trabalhar na que pretendo

estabelecer. O dito carpinteiro de V. Ex<sup>a</sup>. der licença não terá ali demora porque necessita recolher-se a sua casa que deichou desabrigada com uma mulher e oito filinhos.”

Macapá, 14 de janeiro de 1780.

CÓDICE 201 (ANTIGO) E 355 (ATUAL) – DOC. 10

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Em execução das ordens que recebi de V. Ex<sup>a</sup>. dei a reconhecer hoje na parada ao Sargento Mor da Praça João Vasco Manoel Braun.

Fica em calceta trabalhando na Fortificação o Soldado Valentin Antonio da 3<sup>a</sup> Companhia, Regimento desta Praça, cujo soldado é o que se havia ausentado desta Guarnição e que a ele tinha sido remetido pelo Diretor de Chaves.

O Carpinteiro José Corrêa, povoado de Vila Vistosa, e que o Comandante da mesma vila requereu a V. Ex<sup>a</sup>. já hoje enviei ao dito Comandante.

O Soldado José Alexandrino embarca na presente ocasião para essa cidade.

Ao Comandante da infantaria da Guarnição distribuí a ordem porque V. Ex<sup>a</sup>. perdoava a ausência ao Soldado Manoel Felipe Pinheiro da 5<sup>a</sup> Companhia.

Hoje se deu princípio a fazer a telha necessária para a Igreja de Vila Vistosa e em breve tempo será remetida como V. Ex<sup>a</sup>. me ordenou.

A Obra de que precisa a casa da câmara se concluirá com a brevidade que por V. Ex<sup>a</sup>. me foi recomendado.

Os índios que conduziram o Capitão Manoel Gonçalves Meninéa, agora os envio todos sete no carro que conduz o juiz ordinário Domingos Pereira.

O Soldado José Ferreira se recolhe nesta ocasião ao seu regimento pela ordem que recebeu de V. Ex<sup>a</sup>. o sobredito Capitão.

O Sargento Mor da Praça necessitou de um soldado que o acompanhasse na viagem, e a esse fim lhe destinei o soldado Pedro Francisco, persuadido eu como estou, de que V. Ex<sup>a</sup>. não desagradaria que eu assim o praticasse.”

Macapá, 06 de junho de 1780.

## CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC.01

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Os medicamentos para Mazagão assim como as cartas que juntamente V. Ex.<sup>a</sup>. me ordenou enviasse eu para a dita vila foi tudo remetida logo no mesmo dia que recebi a ordem de V. Excelência.

A presente canoa de que é cabo Francisco Afonso conduz 357<sup>a</sup> de Algodão por descarçar e 24<sup>a</sup> em rama.

O Comandante de Mazagão me avisou de que o cabo de Esquadra daquele destacamento recebera do diretor de Vila Beim sete índios para remeter para as lavouras de Macapá, porém que logo lhe fugiram quatro do Parú e que os três que chegaram até Mazagão lhe tinham fugido dali, por cujas razões se não realizou que chegasse a Macapá nem um só dos ditos índios.

O Diretor de Outeiro me remeteu mais três índios em cumprimento das ordens de V. Excelência, mas todos três desapareceram logo aos dois dias de aqui estarem.

Se V. Ex.<sup>a</sup>. for servido dar adjutório para a colheita de arroz de Macapá é necessário que a gente esteja aqui até 15 de Maio.”

Macapá, 16 de janeiro de 1781.

## CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC. 03

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Não posso dispensar-me de repetir a V. Excelência a grande precisão em que me vejo de farinha para a sustentação do Hospital, da Guarda Costa e dos Operários. Tenho a tempos por uma parte suprido esta falta com alguns meios que me não tem sido suaves e por outra sofrido os clamores daqueles que eu não tenho podido remediar. Recorri a pedir farinhas emprestadas aos moradores, mas a repugnância deles me fez necessário prender alguns. De tudo isto o que mais me amofina é ver o hospital há tantos tempos sustentado à meia ração de farinha. Rogo então a V. Ex.<sup>a</sup>. seja servido dar a este respeito as providências que forem possíveis.

Igualmente não posso deichar de tornar a por na presença de V. Excelência que se precisa 16 libras de quina para o hospital aonde se

contam hoje 45 soldados doentes, que é bastante para um destacamento tão pequeno, e como quase todos os ditos doentes padecem sezões, por esta razão muito e muito se carece do referido medicamento.”

Macapá, 18 de janeiro de 1781.

CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC. 24

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “V. Excelência me determina em ofício de 9 de julho avise eu dos índios que prudentemente me serão necessários para as lavouras de que estou encarregado. Eu conformando-me e regulando-me pelo mais que a este respeito V. Excelência me ordene que pondere. Peço de 80 até 60 índios. Mas represento a V. Excelência que o último mês em que aqui se roça mato é em outubro, por cuja razão eu na minha carta de 22 de maio pedia 60 índios que podessem aqui estar até o fim de Agosto o mais tardar. E assim se V. Excelência houver de passar algumas ordens a este respeito, será preciso que eles tenham logo uma execução pronta, porque não fiquem baldadas as providências dadas. Todos sabem as muitas repartições a que é preciso distribuir os índios deste Estado. E eu sei com toda a certeza que eles são muito menos do que o vulgo e os contemplativos imaginam. Digo isto para que V. Excelência receba estas minhas representações, só como testemunho do meu zelo pelo Real Serviço. E para que V. Excelência, feitas as minhas participações a tempo, possa deliberar como for justo e possível.

Sobre o que V. Excelência me responde pertencentes a fornecimentos para Vila Vistoza, agora proximamente lhe tenho mandado mais 22 alqueires de carne seca e 2.300 tijolos.

Bem instruído eu do que V. Excelência é servido ordenar-me a respeito do Contrato da Marchantaria desta vila, darei satisfação de mim.

E por ora só faço certo a V. Ex<sup>a</sup>. que a não receber eu uma ordem tão decisiva como esta que V. Excelência me acaba de passar, nenhum benefício conseguiria o Público a semelhante respeito. Pois sei sem equivocação alguma que tudo se acha disposto a dissuadir / como já em parte tem dissuadido / a Jacinto da Cunha de Sampaio e seus sócios

da pretensão que ele me propôs e a qual também por seu procurador se fez presente à Câmara desta vila, não com a formalidade de ofício, mas sim por conferências que os juizes e mais camaristas tiveram sobre este particular com o dito procurador. O qual também já está gangrenado como os mais, a quem razões de parentesco, e outros interesses particulares de dependência e de conveniências tem sujeitado. Porém posso prometer-me que nada há de prevalecer a ordem que acabo de receber de V. Excelência. Por cair a propósito direi também a V. Excelência que por uma semelhante ordem que me passou S. Excelência o Senhor João Pereira, em ocasião que se arrematava este Contrato, consegui eu que a carne que este então estava a 26 (?) ficasse a 20 (?) cujo benefício não fez pequena revolução contra mim, e de que eu tenho sido pago com bastante ingratidão, mas de que todavia nada se me deu, porque depois da Glória de fazer bem, não há nenhuma maior do que receber o mal pelo bem.

O Diretor de Óbidos me remeteu cinco índios para a colheita de Vila Vistoza, dos quais me apresentou o condutor só dias, porque no caminho lhe fugiram três. Das participações que tenho dado a V. Excelência a respeito dos índios aplicadas para as lavouras cometidas à minha inspeção, já há de constar a V. Excelência que em Macapá se apresentaram 50, outros 50 em Mazagão e 23 em Vila Vistoza.

Os Machados e foices remetidos ficam entregues.

Os meus esforços não cessam ao fim de que saiam daqui continuadas e abundantes remessas por satisfazer a V. Excelência. Mas está o caso em que haja compradores ao Arroz, como já expuz a V. Excelência em ofício de 30 de junho.

Agora estando escrevendo esta recebo a Carta de V. Excelência remetida no Iate da Companhia, juntamente com a que me escrevem os Administradores. E fico contentíssimo com o que deliberou aquela administração em benefício dos lavradores destas três vilas. Responderei, e executarei quanto for da intenção de V. Excelência.”

Macapá, 07 de agosto de 1781.

CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC. 25

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Pelo ofício de V. Ex<sup>a</sup>. de 3 de julho fui certificado do Falecimento da Augusta e Fidelíssima Senhora Rainha Mãe. E em justa demonstração de pesar que nos causa esta perda, passei a ordem que consta da cópia inclusa: Fazendo eu também praticar pela parte que me pertence os seis meses de luto na conformidade da ordem que Vossa Excelência distribui da Rainha Nossa Senhora.”

Macapá, 07 de agosto de 1781.

*ANEXO: CÓPIA*

Praça de São José de Macapá, em 20 de julho de 1781.

“Amanhã ao romper do dia e logo que a alvorada for tocada dará a Praça cinco tiros consecutivos de canhão e ficará atirando uma peça de quarto em quarto de hora pelo espaço de 24 horas sucessivamente, tendo nesse tempo, e enquanto dia, a Bandeira içada a meio pau: Executando-se toda esta funeral demonstração para enunciar o justo sentimento que nos causa o Falecimento da Augusta e Fidelíssima Senhora Rainha Mãe que Deus Nosso Senhor foi servido chamar à Sua Santa Glória pelas sete horas da manhã do Dia 15 de Janeiro deste ano // Manoel Gonçalves Meninéa // como Sargento Mor da Praça.”

Manoel da Gama Lobo de Almada.

CÓDICE 210 (ANTIGO) E 374 (ATUAL) – DOC.38

Carta de Manoel da Gama Lobo de Almada, ao governador, participando que “Vejo que V. Excelência me assegura haver expedido Ordem para 50 índios de trabalho se achassem nesta vila indefectivelmente por todo o mês de Setembro mas até hoje se não tem realizado a execução desta ordem.

As Vilas de Portel, Melgaço e Oeiras estava determinado ultimamente por Sua Excelência o Sr. João Pereira darem 50 índios para a For-

tificação rendidos de seis em seis meses: A primeira vila 25, a segunda 13 e a terceira 12. Eu que não sei se V. Excelência tem passado sobre este ponto ordens contrárias, escrevi em 11 de agosto aos Diretores e lhe diz em um dos S da minha Carta, o Soldado Alexandre Ferreira vai na deligência de conduzir os índios que V. M. houver de mandar para este serviço. Mas quando sucede que os ditos índios se não me devam remeter V. M. tenha a bondade de despedir logo o dito soldado, disto seguiu-se mandar Portel 42 assegurando que remeteria os mais em ocasião oportuna.

As outras duas vilas responderam que em outra ocasião fariam remessa. E com efeito Melgaço mandou 12 índios há oito dias. De Oeiras nada se tem verificado. Nestes termos faltando 50 índios eu grande parte deles que eu tinha efetivamente e ao mesmo tempo não se podendo conseguir os outros 50 que V. Excelência tinha determinado na sua ordem em 20 de agosto, bem se vê o atraso que haverá nas lavouras de Macapá em que é tão essencial a multiplicação de braços. Eu bem conheço a dificuldade atual que há para acodir a tantas partes com os cançados índios, porém é também certo que eu me não posso escuzar de fazer a V. Excelência estas participações.

A Farinha que V. Ex<sup>a</sup>. me diz supõe terá vindo de Gurupá para os Armazens desta Praça até o dia de hoje não tem ainda chegado.

Estes moradores me tem ouvido o muito que V. Excelência se magoa de não ver determinar o flagelo das doenças que atualmente incomoda esta vila. Eu da minha parte muito gratifico e V. Excelência todo o cuidado que lhe devo e com efeito fico a dias muito muito melhor.

O Cirurgião Mor pede para a Botica os remédios de que consta a relação inclusa.

Na presente canoa de que é cabo Francisco Afonso Alminha vão 42a de Arroz, 44a de Algodão em rama e 75<sup>a</sup> por descascar.”

Macapá, 26 de outubro de 1781.

Carta de José Bernardo da Costa Asco, ao governador, participando que “Hoje fazem 63 dias que tenho de prisão nesta Fortaleza e estarei todo o tempo que V. Ex<sup>a</sup>. for servido, pois, suposto que pela canoa de Grancisco Caldeira, que daqui levou a minha culpa e desculpa, esperava na mesma a liberdade, contudo, parece que V. Ex<sup>a</sup>. me achou culpado, porque ainda estou padecendo os infinitos desarranjos e incômodos que eu, a casa e família estão sentindo, pois estou bem certo que a grande piedade de V. Ex<sup>a</sup>. não permitiria que eu padecesse inocentem porém rogo a V. Ex<sup>a</sup>. pelas entranhas de Maria Santíssima me faça participante dos meus delitos, que eu protesto a V. Ex<sup>a</sup>. nunca mais cometê-los: e permita-me V. Ex<sup>a</sup>. licença de lhe dizer que tenha a bondade de informar-se de todos os oficiais dessa cidade, do meu procedimento de honrra, quietação e zelo do Serviço Real, e vira V. Ex<sup>a</sup>. no conhecimento de que não há outro mais honrado, nem de mais verdade e talvez que por esta, sendo virtude tão preclaríssima (/), não gostem alguns de ouvir da minha boca, mais eu nunca jamais deicharei de a falar porque sou filho de Deus e não de Satanás, por cuja excelente circunstância e outras que calo, tenho sido estimado e ouvido dos Ex<sup>mos</sup>. Sres. Antecessores de V. Ex<sup>a</sup>. como poderei mostrar que por carta de todos os do meu tempo, espero na devida onipotência que V. Ex<sup>a</sup>. tão bem me olhe como a homem sincero, fiel e verdadeiro.

Como tal torno a dizer a V. Ex<sup>a</sup>. que o Juiz Francisco de Pinho que foi chamado pelo Dr. Juiz de Fora para dar conta no Juízo da Ouvidoria de um réu que tinha soltado, em que já falei a V. Ex<sup>a</sup>. em outra carta, foi o réu, mas ele não foi e diz que não quer ir, em cuja desobediência tem grande parte o Juiz das Remições (a quem veio a ordem de o remeter) Matheus Valente do Couto, que bem se vê que não fez caso da Ordem, suponho que tudo foi por conselho deste Governador, ou do letrado chamado Siza ou por uma e outra coisa, porque este Governado se mostra tão apaixonado por estes homens, que estando eu doente, e mais o Capitão Ignácio Luiz da Fonseca Suzarte, o qual se confessou pelas sete horas da noite, pelo aperto em que se viu, senão tem conseguido o vir-nos ver o Cirurgião Mor, para nos aplicar alguns remédios e reque-

rendo nós ao mesmo governo, o irmo-nos curar no hospital debacho de sentinela e que pagaria-mos os gastos, o não consentiu, nem despachou o requerimento e a providência de Deus, que é o que vale, nos tem valido, dando-nos melhoras, sem mais remédios que os caseiros.

Estevam Lopes, morador de Mazagão, fez um jogo de bola guarne-cendo-o de Roda com 30 taboas, que o Comme, por parentesco que tem com a mulher, lhe deu do Armazem del Rey.

Em 24 de julho chegou a Carta da publicação do luto pela Nossa nunca bem chorada Rainha Mãe, Nossa Senhora, e no mesmo dia se dobraram os sinos, sando sinal de tão grande sentimento.

A 23 se puzeram editais para todo o povo assistir no dia 27 ao ofício e sair tudo de luto. E em 26 do dito mês se fez muita festa em casa de D. Vicencia, com entremezes, danças, toques de instrumentos a que prezidiu o Comandante e o filho, como função sua, o qual convidou os cômicos e dançarinos, para casa da dita D., é mais dele do que dela: ação que foi estranhadíssima de todo o povo, tendo-a, o por pouco ajuisada ou de pouca vergonha.

Em fim, Ex<sup>mo</sup>. Sr., o que mais sinto é desconfiar eu de que V. Ex<sup>a</sup>. presumirá de mim e que talvez presuma daqueles que o desgastam, porém seguro a V. Ex<sup>a</sup>. que antes eu quero morrer que dezagradá-lo.”

Fortaleza de Macapá, 02 de setembro de 1781.

PESQUISA: JUNHO/97

DOC. 18

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL) – DOC. 10

Carta de Ignácio Luiz da Fonseca Zuzarte, ao governador, participando que “Reconhecendo o quanto me tem sido útil à minha pobreza a proteção de V. Ex<sup>a</sup>. vou por este meio a expor o conhecido roubo que experimento em 14 Barris de vinho, que o frete conduziu para esta vila a canoa de que é cabo Antonio Mougo.

Quando agora do presente pretendi recolherme para esta vila me havia chamado o Capitão Antonio Coutinho de Almeida, 51 barris de vinho, para que vendido nesta vila, eu pudesse ter alguma utilidade, e como não me foi possível conduzir todo o número a meu cargo, ajustei nessa cidade com o dito Antonio Mougo para conduzir na canoa de que ele é cabo 14 dos ditos barris e chegando a esta vila presentemente o mesmo cabo, me fez entrega sim do dito número quatorze, entre as quais só se acharam atestados dois e um meio e o restante vazios sem coisa alguma, o que de tudo tomei testemunha e a única satisfação que dá o sobredito cabo a este respeito é dizer que os ditos Barris estavam mal acondicionados e que por esta causa lançaram fora o dito gênero, desculpa que não serve de coisa alguma, pois é certo Ex<sup>mo</sup>. Sr. que quando eu lhe fiz a dita entrega estavam os mesmos barris bem acondicionados, segundo o conserto que o mesmo Capitão Antonio Coutinho mandou fazer: Eu para autenticar a menos verdade com que se quer desculpar o mesmo cabo, devia a V. Ex<sup>a</sup>. alguma conduta má com que o mesmo se portou na mesma viagem, se não forre ser contra o respeitável decoro de V. Ex<sup>a</sup>. o saber de tudo quando o pretenda mandar examinar.

Ultimamente espero de V. Ex<sup>a</sup>. ponha os olhos de piedade na minha pobreza fazendo com que o sobredito Antonio Mougo haja de me satisfazer o frete à Real Fazenda.”

Mazagão, 14 de maio de 1779.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 12

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Represento a V. Ex<sup>a</sup>. que nesta vila há uns tais intrigues de discórdias e ânimos malinos, que por Juiz Manoel Gomes Varela, e tratar comigo, pois é homem de bem, creio de toda honrra e por não se tratar com os tais, se lhe tem maquinado todo o mal para com o doutor Corregedor, afim de houverem perdido.

Manoel da Fonseca Gil, Juiz Companheiro, vive a ... cildade dos tais e os ajudo com o mesmo anime, conheço o dito juiz Manoel Gomes Varela na sua obrigação, obra com justiça e cuida muito na trancelidade de prover socego desta vila e como sabe muito bem das suas obrigações,

não necessita tomar conselho com o Palrramento Alto (?), tomei motivos porque o querem consumir.

Como V. Ex<sup>a</sup>. é inimigo de desordens e eu sei que o Doutor Corregedor (...) com algum (...) contra o dito Juiz na presença do procurador desta camera, causado pelos tais, espero na grandeza de V. Ex<sup>a</sup>. dê providência neste caso, com aquela Reta justiça como V. Ex<sup>a</sup>. costuma.

Ponho mais na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que fazendo-me requerimento o contratador desta vila sobre a quantidade de Aguardente em três canoas vindas dessa unidade, mandei ordem a ditas canoas virem todas as aguardentes para o Armazem do contrato em virtude de uma ordem de V. Ex<sup>a</sup>. de 15 de Fevereiro de 1776 donde constava de vinte e um barris e treze frasqueiras e todos estes estavam vendendo os preços a pataca cada um”(..)

Mazagão, 19 de maio de 1779.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 18

Carta de Ignácio Luiz da Fonseca Zuzarte, ao governador, participando que “Tendo já recebido a distinta honrra com que V. Ex<sup>a</sup>. me distinguiu em mandar tomar parte em um filho meu que hoje não menos se repata por criado de V. Ex<sup>a</sup>., por cujos motivos desejava receber outro semelhante gosto, porquanto a minha consorte e comadre de V. Ex<sup>a</sup>. está brevemente dita fazer-lhe mercê, pois logo que eu conceba a glória de repetição pretendida, ficarei justamente a tanto benefício.

Desejo eficazmente que V. Ex<sup>a</sup>. consiga perfeítíssima saúde acompanhada de todas as felicidades que o meu afeto lhe deseja, e com igual certeza aceitará V. Ex<sup>a</sup>. uma lembrança de sua comadre, não ficando no meu esquecimento alcançar o honrado benção de V. Ex<sup>a</sup>. para o seu afilhado.”

Mazagão, 17 de julho de 1779.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 35

Carta de José Soares da Cunha, ao governador, participando que, “Com a mais reverente submissão, faço esta para por meio dela ir aos distintos pés de V. Ex<sup>a</sup>., dando como me é possível os parabéns da gostosa e boa

vinda de V. Ex<sup>a</sup>. e que esta fosse na posse da mais perfeita saúde e que o mesmo assista a V. Ex<sup>a</sup>. para amparo de todo o estado e de quem como eu se eleva em merecer as distintas ordens de V. Ex<sup>a</sup>.

Com esta façõ remessa a V. Ex<sup>a</sup>. desse requerimento para haver da sua magnanimidade o apetecido despacho: demonstração do grande afeto que sempre consagrei a Ilma. Exma. pessoa de V. Ex<sup>a</sup>. porque só tendo a glória de pessoalmente lhe beijar as mãos sossegará o incansável de (...) desejo na certeza da honrra que apeteço.”

Praça de São José de Macapá, 14 de março de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 38

Carta de Julião Alvarez da Costa, ao governador, participando que “Ainda que V. Ex<sup>a</sup>. estava na Europa quando por todo este estado os súditos de V. Ex<sup>a</sup>. davam assim mesmo os parabéns de terem a fortuna de S. Majestade lhe dar um General que tanto ao longe reluzem as suas distintas qualidades e virtudes: Eu os dou a V. Ex<sup>a</sup>. do referido e de haver chegado a essa cidade com bom sucesso da sua viagem e próspera saúde, que desejo lhe continue sempre, para eu ter a honrra de V. Ex<sup>a</sup>. me reconhecer por um dos seus mais humildes súditos e fiéis criados.

Nesta ocasião mando um filho meu com o destino de estudos no seminário, dando-lhe V. Ex<sup>a</sup>. licença e não precisando dele para o seu serviço, que esta honrra prefiro eu a outro qualquer interesse.”

Macapá, 15 de março de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC.43

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Recebi o ofício de V. Ex<sup>a</sup>. datado de oito de Março próximo passado e juntamente a relação de gêneros pedidos que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido mandar para o Armazem Real desta vila e me participou o provedor comissário que faltara canada e meia para a conta que declarava a relação. É o que posso participar a V. Ex<sup>a</sup>. sobre este assunto.

Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. o mapa do mês de março e nele verá V. Ex<sup>a</sup>. a grande falta de gente que tem este serviço por culpa dos diretores não terem cumprido com a s ordens do antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. e se V. Ex<sup>a</sup>. lhe não der alguma providência parará de todo como já se acham os pedreiros parados por falta de serventes, V. Ex<sup>a</sup>. lhe dará a providência que for servido.

O Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. mandava uma portaria do número de sessenta índias do Rio de Tapaio e Cumaru concedidas por quatro meses para colheita dos seus arrozes, e com algum adjutório mais que o mesmo Sr. lhe concedeu se interessaram este ano próximo futuro em fazerem maiores lavouras e como o tempo é chegado da sua colheita querendo V. Ex<sup>a</sup>. fazer a mesma graça e sendo servido mandar a portaria como praticava o antecessor de V. Ex<sup>a</sup>., V. Ex<sup>a</sup>. mandará o que for servido.”

Mazagão, 06 de abril de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 46

Carta de José Soares da Cunha, ao governador, participando que “Bem desejava eu não tomar o tempo a Vossa Excelência com artes, porém não posso dispensar-me de expôr a V. Ex<sup>a</sup>. o que vou a referir.

Achando-se aqui presos na enchovia da cadeia pública desta vila quatro soldados a ordem do Governador desta Praça, uns porque quase sempre andavam embriagados e outro poque até passavam ao desatino de fazerem seus roubos: Adoeceram dois deles os quais passaram a curar-se para o hospital debaixo de prisão. Indo o Reverendo Vigário desta vila aquele hospital a desobrigar o doentes do preceito quaresmal, não quiseram os referidos dois soldados confeçar-se antes pelo contrário me constou que blasfemaram contra a lei, servindo-se de expreções abomináveis e escandalozos a todo o católico, cuja culpa eu logo não castiguei rigorozissimamente por me dizer o cirurgião mor que eles não estavam em termos, segundo a sua moléstia, de receberem castigo. Sucede nesta mesma ocasião em que eles estavam renitentes chegar aqui ordem do Governador para todos serem soltos, logo os dois blasfemios assim que se viram na sua liberdade suplicaram ao mesmo reverendo vigário que lhe perdoasse e que eles estavam prontos a cumprir com os

preceitos da Igreja como verdadeiros e fiéis cristãos e que se tinham rompido naquele desatino era por estarem já desesperados da prolongada prisão em que se achavam e de que não tinham esperança de sair senão quando fossem rendidos para o quartel General. Porém o dito Reverendo Vigário os não quis já admitir e me participou que eles os não desobrigava sem ordem do Ex<sup>mo</sup>. R.mo. Sr. Bispo a que dava parte do caso. A vista disso espero que V. Ex<sup>a</sup>. me faça a honra de determinar o que devo obrar.”

Macapá, 9 de maio de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 54

Carta de José Soares da Cunha, ao governador, participando que “Chegando a minha notícia que Estevam Luiz da Rocha fez a V. Ex<sup>a</sup>. um requerimento para ele arbitrar algum ordenado por conta da Real Fazenda para o fim de ele ser aqui mestre de ler e escrever, e constando-me também que a respeito deste mesmo Requerimento fora V. Ex<sup>a</sup>. servido mandar informar a Camara desta Vila, cuja informação não duvido será favorável ao pretendente, porém não ao bem público, por isto eu ter a honra de V. Ex<sup>a</sup>. me encarregar do Comandante deste povo, devo dizer o que entendo sobre este particular.

Este homem é um bom moço porém não tem circunstancia alguma que o faça digno do emprego que requer porque além de mal saber ler, escreve pior como V. Ex<sup>a</sup>. verá da letra com que é escrita a informação que a Camara dá a respeito dele, nestes termos a V. Ex<sup>a</sup>. querer fazer o benefício a este benemérito povo de permitir por conta da Real Fazenda ou do Real do subsídio que rende o açougue desta vila, um mestre que eduque a mocidade, diria eu que bem servidos ficariam estes moradores não só neste particular porém ainda em mais algumas coisas se V. Ex<sup>a</sup>. fizesse vir para aqui um sacerdote regular ou irregular com todas aquelas circunstancias precisas para o referido ministério de ensinar a ler e escrever, e principalmente a gramática latina que é o que aqui muito se necessita e o que aquele não pode fazer: Hora este sacerdote não só será útil para o temporal como é preciso para o espiritual porque bem

vê V. Ex<sup>a</sup>. que uma povoação já tão numerosa como esta é aonde há um corpo da Tropa de duzentos homens não pode estar bem servida com um clérigo só além de que aqui muito poucas vezes se ouve a palavra do Evangelho por falta de um orador que suba no púlpito, circunstancia que aquele sacerdote poderia ter não só pela utilidade que lhe resulta e por isso vencer menos ordenado, como também haver aqui um pregador para com mais solenidade fazerem-se as pensões da Igreja e não padecer este povo tanta falta como padesse na parte Espiritual.

Eu não sei se me tenho adiantado nesta minha representação porém V. Ex<sup>a</sup>. me desculpe porque o zelo do bem público é que me influe e não outra paixão alguma particular.”

Macapá, 09 de maio de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 55

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Recebi o ofício de V. Ex<sup>a</sup>. datado de sete de Abril acompanhado com a relação das povoações que deram as índias com que que V. Ex<sup>a</sup>. manda contemplar aos lavradores desta vila para a colheita de seus arrozes e juntamente fico na inteligência de tudo que V. Ex<sup>a</sup>. me determina.

Remeto a V. Ex<sup>a</sup>. o mapa do mês de Abril próximo passado, não me é possível poder adiantar estas casas que estão principiadas por falta de gente como já tive a honrra de participar a V. Ex<sup>a</sup>. e juntamente os ofícios de pedreiro índios por se terem ausentado todos e agora proximoamente se ausentou um único que havia povoador desta vila chamado José Pinto, tendo mandado seus filhos ocultamente para a companhia de sua mulher que se acha nessa cidade a meses, V. Ex<sup>a</sup>. lhe dará a providência que for servido.

Ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que se acham com licenças excedidas nessa cidade perto de duzentas pessoas entre escravos e várias famílias e outras pessoas avulso, de sorte que há rua com vinte propriedades de casas que se vão demolindo todas por falta de seus donos, é o que posso por na presença de V. Ex<sup>a</sup>. sobre este assunto.

Ponho mais na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que eu conservo alguns índios deste serviço, a algum lavrador de maior lavoura desta Vila que se tenham dado por ordem do Ex<sup>mo</sup>. Antecessor porque não tem chegado até dia de hoje vinte e quatro que V. Ex<sup>a</sup>. foi servido conceder as ditas índias, a onde se espera este ano uma avultada colheita de arrozes e se tem experimentado algum prejuízo com a tardança delas, é o que posso participar a V. Ex<sup>a</sup>.

Ponho mais na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que se precisa para tratar do gado da Fazenda Real um piauí porque os índios não sabem tratar de gado, e como em Macapá os há, V. Ex<sup>a</sup>. determinará o que for servido, porque um branco que aqui havia de Vila Vistoza que tratava bem do gado se ausentou. V. Exa. lhe dará a providencia que for servido.

Desta vila passa para essa cidade o Capitão de Auxiliares Ignácio Luiz da Fonseca a conduzir o número de trezentos e trinta e cinco Alqueires de Arroz, participo isto a V. Ex<sup>a</sup>. para saber a quantidade de Arroz conforme ordens do Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. do que produz esta vila.

Das canoas grandes que tinha o serviço Real desta vila que eram três, por serem velhas se tinham demolido duas para por a ferragem em arrecadação por ordem do Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. ficando uma enalhada já a tempos para se pôr ferragem em arrecadação, o não posso fazer sem que V. Ex<sup>a</sup>. me dê ordens para isso, ficando só uma única que eu aqui mandei fazer mais pequena para acabar de finalizar a obra do Novo Igarapé desta Vila, e para continuar a mais obra desta Vila me tinha o Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. determinado ordem ao Governador de Macapá para que mandasse uma canoa que se achava na dita praça da Real Fazenda, por ser canoa mais avultada, e ser útil para este serviço, e até o presente não tem vindo e nem eu a tenho mandado buscar por falta de gente como já acima participo a V. Ex<sup>a</sup>. . V. Ex<sup>a</sup>. lhe dará a providencia que for servido.”

Mazagão, 25 de maio de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 59

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Pela Carta que recebi de V. Ex<sup>a</sup>., em qual tanto me recomendo o adiantamento com que os moradores desta vila se devem empenhar nas suas lavouras, tenho eu feito manifeste a todos o progeto (?) de que V. Ex<sup>a</sup>. está a este respeito, e eles bem satisfeitos de que V. Ex<sup>a</sup>. se empenhe nos seus interesses, protestam de adiantarem este ano as suas roças, apesar do grande prejuízo que experimentaram o ano passado no tempo das plantações, que procurando o remédio de se-mear e plataram por três e quatro vezes, não lhe foi possível resistir a grande máquina de praga que lhe comiam as sementes e o não haver este prejuízo, já Mazagão este dito ano que passou, faria uma colheita que admiraria, à vista do que fazia os anos atrasados, porém, Ex<sup>mo</sup>. Sr. sou obrigado a dizer a V. Ex<sup>a</sup>. que alguéns desses moradores estão com a desconolação de se lhe tirarem os filhos para soldados pagos, e ficam em desamparo de quem os ajuda, como presentemente sucede a Francisco de Pinho de Castro e espera o mesmo acontecimento Mateus Valente do Couto, pois sendo estes dois oficiais das primeiras famílias deste povo, são também lavradores que nesta vila fazem, e tem feito as maiores lavras, que chegam a colher para cima de mil alqueires de arroz, fora algodões e farinhas, e animados os mais, destes dois exemplos, é que se tem deenganado abuso de que as terras não produziam coisa alguma, porém nada disto feram os dois mencionados, se V. Ex<sup>a</sup>. lhe não dispençar os filhos, pois estes de que agora falo, é que efetuam as roças, nem os pais o podem fazer sempre, pelo laboroso trabalho que mancão, não só das mencionadas roças, mas também, de canoas que trazem o negócio, com as quais se correm esta vila de farinha e mais mantimentos.

E por fim eles protestam que havendo alguma ocasião, não só seus filhos, mas eles próprios serão os primeiros que se oferecerão para defenderem a Corôa de Sua Majestade.

Sobre a Carta Circular que recebi de V. Ex<sup>a</sup>. fico certo dos parágrafos dela e daria a mesma todo o devido cumprimento como V. Ex<sup>a</sup>. o determina.

Sobre os bichos e pássaros em que V. Ex<sup>a</sup>. me fala, farei toda a diligencia e havendo-os farei logo com que houver ocasião remessa deles.”

Mazagão, 17 de agosto de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 61

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup>. que no dia dezessete do corrente mês saltou o fogo em uma propriedade de casas que me deu bem inquietação por não haver gente no serviço e ser ela de semana em que estes moradores andavam ocupados nas suas roças, dando-lhe a providência com os soldados e alguns moradores que aqui se achavam se acudiu a toda a pressa a atalhar o dito fogo, mas como fazia seu vento saltou de uma para outra parte que arderam três propriedades e não ardeu mais por causa do atalho que lhe mandei fazer a uma e outra parte, V. Ex<sup>a</sup>. me determinará se há de praticar com estas casas o mesmo que se praticou com outras desta natureza por ordem do Ex<sup>mo</sup>. Antecessor de V. Ex<sup>a</sup>.

Por determinação do Ex<sup>mo</sup>. /antecessor de V. Ex<sup>a</sup>. e participado pelo Governador de Macapá em que fizesse roça para exemplo destes moradores, dizendo-me que era um dos melhores serviços que fazia a S. Majestade e como eu me entereço muito a executar as ordens dos meus superiores, assim o fiz, sem embargo que com bem mau sucesso porque a praga perseguiu a roça dos arrozes, e como agora presentemente tenho um bocado de roça de maniva e é o tempo chegado de se poder desmanchar e não o posso fazer sem que V. Ex<sup>a</sup>. me faça a honrra de Conceder dois índios velhos e três índias por tempo de três meses na Vila de Portel para assim haver de desmanchar a dita roça para supriemento de minha casa por ser isto terá viva (?) a falta de mantimentos. V. Exa. determinará o que for servido.”

Mazagão, 27 de setembro de 1780.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 68

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “Sei que na presente ocasião represento a Camara desta vila a V. Ex<sup>a</sup>. a falça queixa que nessa cidade fizeram ao Sr. Bispo do Vigário da Mesma, quando este mesmo é o exemplo de todos os Vigários, e esta verdade achará V. Ex<sup>a</sup>. em todos os moradores desta dita vila, menos em quatro até cinco que daqui se correspondem com outros iguais que nesta cidade se acham, e para que V. Ex<sup>a</sup>. venha no conhecimento de quem são, os nomeio pelos seus próprios nomes, o primeiro é o capitão Tomé Barreto, o segundo o tenente Diogo Raposo, o terceiro o Alferes Manoel Vicente, o quarto o cabo Francisco João e o quinto o soldado Manoel Gomes Varela, cujos homens são uns gênios rebolistas, que não hão de ter sucego sem que V. Ex<sup>a</sup>. por castigo os mandar recolher a esta vila, onde parte deles tem na mesma suas mulheres, padecendo por falta de suas assistências e estes mesmos tem excedido a licença que V. Ex<sup>a</sup>. lhes permitiu e fazem falta quando este Batalhão pega em armas para os exercícios que V. Ex<sup>a</sup>. tem determinado, e então estes não tendo nessa cidade quem cuide de seus orgulhos, talvez me não inquietem a mim nem as justiças, e presentemente ao Vigário: Eu ponho na presença de V. Ex<sup>a</sup>. os nomes deles afim de satisfazer a ordem vocal que V. Ex<sup>a</sup>. me deu.

Ex<sup>mo</sup>. Sr., persuadasse V. Ex<sup>a</sup>. que se não pode viver neste desassocego, e temo que haja algum caso grande que nos desgoste, isto mesmo participo a V. Ex<sup>a</sup>. por obrigação e por desejar também que este pequeno número de homens vivam em socego, como os mais desta vila.

Os moradores estão de todo sem socorro algum de índios, por falta das mudas que os Diretores não fazem e este ano haverá muito pouco arroz, se V. Ex<sup>a</sup>. não der providência.

Rogo a V. Ex<sup>a</sup>. queira fazer-me a honrra de me mandar uma portaria para quatro índios de Vila Real, por mês e meio ou dois meses para prontificar um pouco de arroz que tenho, visto não haver nesta vila um só preto de aluguer.

O Sino de Veiro fica entregue nesta vila e por mais pequeno se diferença do que antecedentemente veio de souzel.

Ponho na presença de V. Ex.<sup>a</sup>. que no tempo dos Ex.<sup>mos</sup>. Antecessores de V. Ex.<sup>a</sup>. tinha ordem para mandar todos os varões abater o mato em roda da vila para que o ar se comunicasse mais livre nela, mas hoje que não há serviço, se acha o mato crescido e as moléstias em grande excesso, à vista disso dará V. Ex.<sup>a</sup>. as providências que for servido.”

Mazagão, 24 de agosto 1781.

CÓDICE 198 (ANTIGO) E 350 (ATUAL). DOC. 71

Carta de Izidoro José da Fonseca Cabral de Mesquita, ao governador, participando que “A essa cidade vai esta canoa ao fim de V. Ex.<sup>a</sup>. obrigar o Boticário José Batista Novez a mandar Botica competente para o contágio que se experimenta nesta vila de sizões malignos, com declaração, porém, que o mesmo Boticário a pouco tempo mandou um pouco de quina e jalopa que pouco ou nenhum efeito fez, julga-se que por frouxa e desta mesma forma apagam os moradores por não haver outra e de que pouco proveito lhe tem sido.

A Camera representa a V. Ex.<sup>a</sup>. R.<sup>ma</sup> a necessidade que há de padre por estar o vigário também com a mesma moléstia e já por este motivo tem morrido algumas pessoas sem sacramentos, e nesta desconolação está o povo sem remédios precisos para o corpo e proximamente lhe faltam também os da Alma.

Não tenho dado princípio a obra das sacristias por não ter chegado a gente que V. Ex.<sup>a</sup>. me avisou mandará remeter para o dito serviço e logo que chegue darei princípio à obra de que tanto lhe carece.”

Mazagão, 18 de novembro de 1781.

Tombado pelo Patrimônio Histórico, o monumento foi erguido na foz do Rio Amazonas para impedir a invasão de navios estrangeiros no século XVIII. É considerada uma das mais antigas fortificações do período colonial e um dos maiores cartões-postais do Amapá.

Em 2007, a revista *CARAS* e o banco HSBC promoveram o concurso cultural *As Sete Maravilhas Brasileiras*, com o objetivo de escolher as construções mais belas e importantes do país por meio de votação on-line. Participaram da disputa – que angariou mais de 500 mil votos – trinta concorrentes de todas as regiões brasileiras e sete maravilhas foram eleitas pelos internautas, entre elas, e com grande destaque a Fortaleza de São Jose de Macapá.

Foto da capa: Paulo Akira



Baixe gratuitamente  
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

